

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA



# Relatório de Atividades 2016

# GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

## FICHA TÉCNICA

### DIREÇÃO

Manuel Mateus Costa da Silva Couto | *Tenente-General Comandante-Geral*

### COORDENAÇÃO

Paulo Jorge Alves Silverio | *Tenente-Coronel de Infantaria*

### CONCEPÇÃO E REDAÇÃO

(DIVISÃO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS)

Miguel Ângelo Reis Alves Amorim | *Major de Administração Militar*

### FOTOGRAFIAS

Divisão de Comunicação e Relações Públicas



## NOTA PRÉVIA

Manuel Mateus Costa da Silva Couto  
Tenente-General  
COMANDANTE-GERAL

É o momento de reportar as atividades desenvolvidas pela Guarda durante o ano de 2016 numa cuidada reflexão que aqui apresentamos sobre a forma de Relatório de Atividades anual. Com efeito, o presente documento constitui uma oportunidade para analisar profundamente todas as ações desenvolvidas no âmbito das atribuições que constituem a nossa missão, permitindo agora efetuar uma retrospectiva, essencial para a projeção e planeamento da atividade futura, numa ótica de *governance* para com a sociedade que servimos.

Nesta conformidade, este relatório espelha, com transparência e rigor, o balanço de toda a atividade desenvolvida em 2016, através de um exercício de autoavaliação que incide, essencialmente, na avaliação da concretização dos objetivos previamente fixados no Quadro de Avaliação e Responsabilização e nos demais objetivos estabelecidos no Plano de Atividades de 2016, constituindo uma análise crítica, com demonstração qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, tendo os mesmos sido alvo de um permanente e rigoroso acompanhamento ao longo do ano.

Apesar de alguns constrangimentos, houve necessidade de apelar ao esforço e empenho acrescido de todos militares e civis que, de uma forma abnegada e profissional, diariamente servem o País na Guarda Nacional Republicana, num continuado esforço de garantir «mais e melhor segurança» para Portugal.

Hoje, mais do que nunca, pelo ambiente complexo de segurança que vivemos, consideramos vital a cooperação com outras Forças e Serviços de Segurança e a ligação à sociedade, na procura de sinergias para melhor desempenharmos a nossa missão, na prossecução do interesse público. Também nesta perspetiva, este documento espelha o trabalho executado.

Os elevados índices de desempenho e competência alcançados, demonstram por si só, no atual contexto económico-social, uma prova inequívoca da permanente dinâmica e vitalidade institucional, materializados em respostas adequadas a cada um dos novos problemas e desafios, colocando a Instituição na vanguarda do que melhor se faz em Portugal, granjeando autonomia responsável e o justo reconhecimento para cumprir a missão.

Dirigimos toda a nossa energia, dedicação e empenho para melhor servir Portugal e os Portugueses e identificamos áreas onde dificilmente poderíamos ir mais além, com os recursos que dispúnhamos. Pugnaremos por o concretizar, para elevar a qualidade dos serviços por nós prestados ao Cidadão, pela inovação e modernização, conjugadas com uma forte aposta na valorização, qualificação e pela disponibilidade dos nossos recursos humanos.

Movidos pela ambição de contribuirmos de forma decisiva para tornar Portugal um País e um destino mais seguro, manteremos uma postura sóbria e determinada no cumprimento da nossa missão e, simultaneamente, a aposta na relação de proximidade com o Cidadão, concorrendo decisivamente para o fortalecimento do sentimento de segurança e da Segurança Pública, elementos indispensáveis à existência de um estado de direito e de uma sociedade livre e democrática.

Bem hajam todos aqueles que serviram e servem Portugal na Guarda Nacional Republicana, enquanto Instituição Humana, Próxima e de Confiança.





## ÍNDICE

13	<b>Capítulo I</b> NOTA INTRODUTÓRIA
39	<b>Capítulo II</b> ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO
65	<b>Capítulo III</b> AUTOAVALIAÇÃO
209	<b>Capítulo IV</b> RECURSOS INTERNOS
229	<b>Capítulo V</b> BALANÇO SOCIAL
235	<b>Capítulo VI</b> AVALIAÇÃO FINAL
243	<b>Capítulo VII</b> ANEXOS

A1 — AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO  
A2 — PROCEDIMENTOS AQUISITIVOS REALIZADOS  
A3 — PUBLICIDADE INSTITUCIONAL  
A4 — MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA  
A5 — BALANÇO SOCIAL 2015



## GLOSSÁRIO

AD	Avaliação de Desempenho
ANOG	Associação Nacional de Oficiais da Guarda
ANSGNR	Associação Nacional de Sargentos da Guarda
AOG	Associação dos Oficiais da Guarda
AP	Administração Pública
APG	Associação Sócio-profissional da Guarda
ASPIG	Associação Sócio-profissional Independente da Guarda
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAF	<i>Common Assessment Framework</i>
CARI	Comando de Administração dos Recursos Internos
CDF	Comando da Doutrina e Formação
CEDD	Conselho de Ética, Deontologia e Disciplina
CF	Classificação Funcional
CFG	Curso de Formação de Guardas
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CIMIN	Comité Interministerial de Alto Nível da EUROGENDFOR
CO	Comando Operacional
CPA	Código de Procedimento Administrativo
CPC	Curso de Promoção a Capitão
CPCB	Curso de Promoção a Cabo
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPOS	Curso de Promoção a Oficial Superior
CPSA	Curso de Promoção a Sargento-Ajudante
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSG	Conselho Superior da Guarda
CTER	Comando Territorial
D.R.	Diário da República



DCRP	Divisão de Comunicação e Relações Públicas
DCSI	Direção de Comunicações e Sistemas de Informação
DD	Direção de Doutrina
DF	Direção de Formação
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGO/MF	Direção-Geral do Orçamento/Ministério das Finanças
DHCG	Divisão de História e Cultura da Guarda
DI	Direção de Informações
DIE	Direção de Infraestruturas
DIC	Direção de Investigação Criminal
DJD	Direção de Justiça e Disciplina
DO	Direção de Operações
DPERI	Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais
DRF	Direção de Recursos Financeiros
DRH	Direção de Recursos Humanos
DRL	Direção de Recursos Logísticos
DSAD	Direção de Saúde e Assistência na Doença
DSEPNA	Direção do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
DT	Destacamento Trânsito
DTER	Destacamento Territorial
EG	Escola da Guarda
EP	Esquadrão Presidencial
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
EUROGENDFOR	Força de <i>Gendarmerie</i> Europeia
FCAA	Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização
FF	Fonte de Financiamento
FFAA	Forças Armadas
FRONTEX	Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira
FTP	Formação Técnica e Policial
GGCG	Gabinete do General Comandante-Geral



GIOP	Grupo de Intervenção de Ordem Pública
GIPS	Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPO	Gestão por Objetivos
IAVE	Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IG	Inspeção-Geral da Guarda
IGAI	Inspeção-Geral da Administração Interna
IGF	Inspeção Geral das Finanças
INA	Instituto Nacional de Administração, IP.
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
IPU	<i>Integrated Police Unit</i>
IUM	Instituto Universitário Militar
JSS	Junta Superior de Saúde
LOGNR	Lei Orgânica da GNR
MAI	Ministério da Administração Interna
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MFAP	Ministério das Finanças e da Administração Pública
MSU	<i>Multinational Specialized Unit</i>
NEP	Norma de Execução Permanente
NRBQ	Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico
ONU	Organização das Nações Unidas
OOTW	<i>Other Operations Than War</i>
OSCD	Órgãos Superiores de Comando e Direção
OSCE	<i>Organization for Security and Cooperation in Europe</i>
OTAN	Organização Tratado Atlântico Norte
PJ	Polícia Judiciária
POFC	Programa Operacional Fatores de Competitividade
PTER	Posto Territorial
QREN	Programa Operacional Fatores de Competitividade



QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAFE	Reforma Administrativa e Financeira do Estado
RAMMGNR	Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
RNSI	Rede Nacional de Segurança Interna
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SAMMGNR	Sistema de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana
SCI	Sistema de Controlo Interno
SCOT	Sistema de Contraordenações de Trânsito
SEE	Setor Empresarial do Estado
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
SGBD	Sistema Gestor de Base de Dados
SGG	Secretaria Geral da Guarda
SGPVE	Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação e Gestão do Desempenho da Administração Pública
SIADMGNR	Sistema de Avaliação de desempenho dos Militares da GNR
SIC	Sistema de Informação Contabilística
SIGLOG	Sistema Integrado de Gestão Logística
SIGPESS	Sistema Integrado de Gestão de Pessoal
SIIOP	Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia
SIRESP	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SIS	Serviço de Informação e Segurança
SIVICC	Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa
SNCP	Sistema Nacional de Compras Públicas
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SOIRP	Secção de Operações, Informações e Relações Públicas
SQE	Sistema de Queixa Eletrónica
SSI	Sistema de Segurança Interna



SWOT *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*

TIC Tecnologias de Informação e Comunicação

TSP *Tourist Support Patrol*

UAF Unidade de Ação Fiscal

UAS Unidade de Apoio de Serviços

UCC Unidade de Controlo Costeiro

UI Unidade de Intervenção

UNT Unidade Nacional de Trânsito

USHE Unidade de Segurança e Honras de Estado

UTIS Unidade de Tecnologias de Informação e Segurança

ZUS Zonas Urbanas Sensíveis







# Capítulo I

NOTA INTRODUTÓRIA



## I. NOTA INTRODUTÓRIA

O atual quadro de reformas assume a rutura com uma Administração Pública essencialmente burocrática, fruto do primado do Direito, dando lugar a uma nova visão, orientada para a «Gestão da Administração Pública» alicerçada na performance dos resultados, na sua economia, eficiência, eficácia e, sobretudo, em padrões de qualidade e excelência, conceitos que até então apenas se utilizavam nas instituições privadas ou em instituições do Setor Empresarial do Estado (SEE).

Neste contexto de uma Nova Gestão Pública, despertou a preocupação de dotar as organizações públicas de conceitos, instrumentos, práticas e lógicas de gestão com créditos firmados no mundo empresarial, que culminou com a adoção na AP de uma cultura baseada na Gestão por Objetivos e cujo instrumento estratégico de medição da performance assenta no SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação da Administração Pública, considerado o pilar fundamental da Reforma da Administração e da Gestão Pública portuguesa.

O Plano e o Relatório de Atividades constituem, em tal contexto, dois pilares fundamentais e complementares do enquadramento e controlo da atuação das organizações, sem os quais não é possível, nas organizações modernas, garantir uma gestão eficiente à semelhança do que acontece nas organizações modernas.

Se através do Plano de Atividades se define a estratégia, se hierarquizam as opções, se programam as ações e se afetam e mobilizam os recursos disponíveis, para que se possam cumprir a missão e as múltiplas atribuições de uma forma eficiente, o Relatório de Atividades relata todo um percurso efetuado na gestão dos recursos, em função da missão e atribuições, com identificação dos desvios relativamente a todas as atividades programadas no início do ciclo de gestão anual, mediante uma avaliação circunstanciada da eficiência, eficácia e economicidade das medidas adotadas e dos resultados atingidos. Assim se permite estruturar um conjunto de informação de gestão relevante para o futuro próximo da organização.

O presente Relatório de Atividades, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 183/96, de 22 de setembro, e do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, assente na nova estrutura definida pelo Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços, enquadra e realça as atividades da GNR no que concerne à gestão económico-financeira desenvolvida no ano 2015, com o objetivo de avaliar os resultados das ações definidas no Plano de Atividades, encerrando ainda uma vincada preocupação no que diz respeito à performance e aos resultados de Autoavaliação.

A elaboração do Relatório de Atividades, numa instituição com uma dimensão ímpar, pela implantação a nível nacional e multiplicidade de atribuições e valências, especialmente quando a sua atividade é exercida num quadro de contenção e rigor orçamental, é uma tarefa complexa, difícil e simultaneamente estimulante.

Com a apresentação deste Relatório, é encerrado o ciclo de planeamento e gestão das atividades desenvolvidas pela Guarda no ano transato, o qual permite identificar os desfasamentos entre o que foi programado e o que foi efetivamente realizado, bem como analisar e avaliar os desvios verificados, permitindo que, no futuro, se otimizem as ações a desenvolver, visando a prossecução da estratégia delineada por esta Força de Segurança.

O presente Relatório e a autoavaliação que o integra, embora seguindo, no essencial, o esquema definido pela Tutela, não podem deixar de refletir a dimensão da Guarda Nacional Republicana, o vasto leque das suas atribuições, a multiplicidade de ações desenvolvidas e o importante papel da Instituição, através dos militares e civis que nela servem, para o reforço da segurança, da liberdade e da justiça, tanto em Portugal como além fronteiras.

Evidenciam-se, assim, os resultados alcançados e os desvios verificados, explicitam-se os recursos humanos, financeiros e materiais que a Guarda teve ao seu dispor para o cumprimento da missão e apresenta-se, de forma clara e simples, a informação relevante sobre as atividades e os projetos desenvolvidos, nos termos do Plano aprovado, sem perder de vista os constrangimentos referidos, sempre envidando esforços para garantir prioritariamente a segurança dos cidadãos, sem deixar de ter em linha de conta uma conduta, dinâmica e atuação norteadas pelo rigor, transparência e qualidade.



## I.A. BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL

### 1. ORIGEM E HISTÓRIA

#### 1.1. GUARDA REAL DE POLÍCIA

A Guarda Real da Polícia de Lisboa, criada, em 1801, pelo Príncipe Regente D. João, sob proposta do Intendente da Polícia da Corte e do Reino, D. Diogo Inácio de Pina Manique, toma por modelo a *Gendarmerie* francesa (1791). Idênticas organizações militares surgem posteriormente na Europa: a *Marechaussee* na Holanda (1814), os *Carabinieri* em Itália (1814), a *Gendarmerie Nationale* na Bélgica (1830) e, mais tarde, a *Guardia Civil* em Espanha (1844).

Em 1802 a Guarda é vinculada ao Exército, como tropa de linha. A sua composição inicial (642 homens e 227 cavalos) revela-se a breve trecho insuficiente para o cabal cumprimento da Missão, na área geográfica a que está adstrita. Apesar de alguns pequenos aumentos de efetivos em anos seguintes, socorre-se frequentemente da ajuda de patrulhas dos Regimentos de Cavalaria e de Infantaria, aquartelados na Capital. Superando aquela dificuldade estrutural, o Marechal General Beresford procede, em 1810, à reorganização definitiva da Guarda Real da Polícia, articulando-a em 10 Companhias de Infantaria e 4 de Cavalaria, num total de 1.326 homens e 269 solípedes, ficando instalada no Convento do Carmo a 7<sup>ª</sup>. Companhia de Infantaria.

A exemplo da Guarda Real da Polícia de Lisboa, são criadas a Guarda Real da Polícia do Porto e a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro.

#### 1.2. GUARDA MUNICIPAL

Em fins de maio de 1834, na sequência da guerra civil, D. Pedro, assumindo a regência em nome de sua filha D. Maria II, dissolve as Guardas Reais da Polícia de Lisboa e Porto. Porém, cerca de um mês depois, cria a Guarda Municipal de Lisboa, com idênticas características. No ano seguinte surge a Guarda Municipal do Porto. Ambas as Guardas, sofrendo, como as anteriores, de falta de meios humanos, tentam colmatá-la com uma rigorosa seleção de pessoal, em todos os escalões de comando.

Em 1868, as duas Guardas são colocadas sob um comando único - o Comando-Geral das Guardas Municipais - sediado no Quartel do Carmo, em Lisboa, sendo-lhes introduzidas alterações de organização, de molde a compatibilizá-las com a organização do Exército, em matéria de disciplina e promoções. No que à Segurança Pública respeita, continuam subordinadas ao Ministério do Reino.

#### 1.3. GUARDA REPUBLICANA

Com o advento da República, as Guardas Municipais são extintas por Decreto do Governo Provisório, que, a título transitório - enquanto não se organiza a Guarda Nacional Republicana, como "um Corpo de Segurança Pública para todo o país"-, determina a criação, em Lisboa e no Porto, de Guardas Republicanas, sem qualquer alteração fundamental relativamente às suas antecessoras. Tratou-se de uma mera alteração de nome, de molde a fazer ressaltar o cariz do regime emergente.

O pessoal das antigas Guardas transitou maioritariamente para as novas Guardas. O Comando-Geral permaneceu no Carmo, em Lisboa, e a sua subordinação continuou como do antecedente.

#### 1.4. GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

A Guarda Nacional Republicana (GNR) foi criada a 3 de maio de 1911, «para velar pela segurança pública, manutenção da ordem e proteção das propriedades públicas e particulares de todo o país», conforme se dispunha no artigo 1<sup>º</sup> do Decreto com força de Lei, publicado no Diário do Governo do dia seguinte.



## GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

Nos termos do disposto no artigo 1º da sua atual Lei Orgânica (LOGNR) - Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro -, a GNR é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa. Tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.



**GUARDA REAL DE POLÍCIA**  
10 de Dezembro de 1801



**GUARDA MUNICIPAL**  
Maio de 1834



**GUARDA REPUBLICANA**  
12 de Outubro de 1910



**GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**  
3 de Maio de 1911

A circunstância de a GNR ser integrada por militares organizados num corpo especial de tropas, permite compreender que ela colabore na execução da política de defesa nacional e, bem assim, coopere com as Forças Armadas, no âmbito das missões que lhe forem cometidas (Cfr. alínea i) nº2 artigo 3 LOGNR).

Na verdade, esta situação não é inédita, sendo idêntica à que se passa, por exemplo, com a *Guardia Civil*, em Espanha, a *Gendarmerie Nationale*, em França, a *Marechaussee*, na Holanda, ou os *Carabinieri*, em Itália.

Dada a sua natureza militar, a GNR encontra-se sujeita a uma dupla dependência:

- Do membro do Governo responsável pela área da administração interna;
- Do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento, na medida que as suas forças são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu Comandante-Geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência (Cfr. artigo 2.º da LOGNR).

Pela sua natureza e polivalência, a GNR encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança, sendo a única força de segurança com natureza e organização militares, pelo que se considera mais correto designá-la por Força Militar de Segurança.



Figura 1– Dupla dependência ministerial



## 2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE INTERNO E EXTERNO

### 2.1. AMBIENTE INTERNO

#### 2.1.1. DEFINIÇÃO

A Guarda Nacional Republicana é, nos termos da sua Lei Orgânica, uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.

#### 2.1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Nos termos da sua Lei Orgânica<sup>1</sup>, a Guarda Nacional Republicana é “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas”, com jurisdição em todo o território nacional e no mar territorial, dependendo “do membro do Governo responsável pela área da administração interna”. As suas Forças “são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, através do seu comandante-geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência, dependendo, nessa medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento”.

Para além da sua Lei Orgânica, do seu Regulamento de Disciplina, Regulamento Geral do Serviço, Estatuto e Regulamento de Avaliação do Mérito dos seus militares, constituem traves mestras do enquadramento jurídico-constitucional da Guarda, a Constituição da República Portuguesa, a Lei de Segurança Interna, a Lei da Organização da Investigação Criminal, a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, a Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e o Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

Apesar de ter, ao longo da sua história, sofrido os reflexos diretos dos períodos de crise ou de ameaça à ordem e à segurança nacionais, vendo aumentados ou diminuídos os seus efetivos, com variações de amplitude da ordem dos 8 mil militares, a Guarda manteve-se, contudo, como características praticamente inalteráveis e fundamentais, nomeadamente a sua organização militar e a dupla dependência governamental, do Ministro da Administração Interna e do Ministro da Defesa Nacional, e a sujeição ao Código de Justiça Militar.

Pela sua natureza e polivalência, a Guarda encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança, constituindo-se assim como uma Instituição numa posição de charneira, entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança.

Consequentemente, a GNR é uma força especialmente apta a cobrir, em permanência, todo o espectro da conflitualidade, em quaisquer das modalidades de intervenção das Forças Nacionais e nas mais diversas situações, desde o tempo de paz e de normalidade institucional ao tempo de guerra, passando pelas situações de crise, quer a nível interno, como externo.

Em situação de normalidade, a Guarda executa, fundamentalmente, as missões típicas de polícia, embora, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, lhe possam ser cometidas missões militares.

Em situações de estado sítio ou de emergência, face à sua natureza, organização, equipamento, armamento e formação dos seus militares, apresenta-se como a força mais indicada para atuar em situações problemáticas e de transição, entre as Polícias e as Forças Armadas, caracterizando-consolidando a sua posição como uma Força de Segurança de Natureza Militar.

De igual modo, num mundo em mudança, em que as novas ameaças fazem esbater os limites entre a segurança interna e a segurança externa, a polivalência e as mais-valias da Guarda tornam-se ainda mais evidentes, colocando a Instituição na primeira linha da resposta nacional em matéria de Segurança e Defesa.

<sup>1</sup> Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro



Figura 2– Posição da Guarda no Sistema Nacional de Forças

Já em caso de guerra, pela sua natureza militar e pelo seu dispositivo de quadrícula (que ocupa todo o território nacional), pode, isoladamente ou em complemento, desempenhar um leque muito alargado de missões das Forças Armadas. De igual forma, pode cobrir todo o espectro de missões no âmbito das denominadas «*crisis response operations*» (anteriormente designadas por OOTW - “*Other Operations Than War*” - Operações para além da Guerra), desde a fase de imposição às fases de manutenção e consolidação da paz, em complemento das Forças Armadas, com principal relevância para as fases pós-conflito, mas também as tarefas de polícia em substituição das polícias civis, nas fases posteriores e antes de alcançada a segurança e a estabilidade suficientes para que aquelas possam atuar.

### 2.1.3. MISSÃO LEGAL

No âmbito, dos sistemas nacionais de segurança e proteção, a GNR tem como missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da Lei. A área sob responsabilidade da Guarda é atualmente de cerca de 94% do território nacional (86.597.4 Km<sup>2</sup>), na qual residem cerca de 53,8% da população portuguesa (5.756.027 habitantes).

### 2.1.4. ATRIBUIÇÕES

Constituem atribuições da Guarda<sup>2</sup>:

- Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;
- Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens;
- Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;
- Prevenir a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos;
- Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;

<sup>2</sup> Artigo 3.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro)



- Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente, através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- Garantir a execução dos atos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;
- Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;
- Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza;
- Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- Garantir a segurança nos espetáculos, incluindo os desportivos, e noutras atividades de recreação e lazer, nos termos da lei;
- Prevenir e detetar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo;
- Participar na fiscalização do uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às demais forças e serviços de segurança ou às Forças Armadas, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades;
- Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de proteção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;
- Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;
- Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.

Constituem, ainda, atribuições da Guarda:

- Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos;
- Garantir a fiscalização, o ordenamento e a disciplina do trânsito em todas as infraestruturas constitutivas dos eixos da Rede Nacional Fundamental e da Rede Nacional Complementar, em toda a sua extensão, fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto;
- Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e interceção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas;
- Prevenir e investigar as infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira;
- Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga, para os efeitos previstos na alínea anterior e, supletivamente, para o cumprimento de outras obrigações legais;



- Participar na fiscalização das atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas;
- Executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;
- Colaborar na prestação das honras de Estado;
- Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas;
- Assegurar o ponto de contacto nacional para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos de polícia criminal.

### 2.1.5. MISSÕES PARCELARES

Das atribuições da Guarda decorrem as seguintes missões parcelares:

#### MISSÕES POLICIAIS

Compreende as missões de Polícia Criminal e de Polícia Administrativa Geral e Especializada, onde, por sua vez, as ações são desenvolvidas, com vista a assegurar a observância e a defesa da ordem jurídica globalmente considerada e a garantir a segurança e ordem públicas, a fiscalização e ordenamento da circulação rodoviária, o combate às infrações fiscais-aduaneiras e a vigilância das fronteiras.

##### **Polícia Criminal:**

Como Órgão de Polícia Criminal, a Guarda desenvolve um conjunto de ações que visam prevenir a criminalidade em geral e efetuar as diligências necessárias tendentes a investigar a existência de um crime, proceder à recolha de prova, determinar os seus agentes, e a sua responsabilidade e efetuar as consequentes detenções.

##### **Polícia Administrativa:**

Neste âmbito, a Guarda desenvolve todo um conjunto de atividades com vista a garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

É pois muito amplo e variado o campo de atuação dos militares da Guarda Nacional Republicana, abrangendo, praticamente, todas as possíveis infrações de natureza administrativa, não obstante a existência, nalguns serviços administrativos, de órgãos com competências policiais (inspeção e fiscalização) específicas.

No âmbito da Polícia Administrativa, destacam-se ainda os seguintes tipos de missões específicas, para algumas das quais a Guarda dispõe de unidades ou forças especializadas:

- Segurança e Ordem Pública;<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Neste tipo de missões englobam-se todas as ações, com emprego de efetivos mais ou menos volumosos, que visam garantir a segurança e tranquilidade públicas e o restabelecimento da ordem quando alterada. Estas ações são realizadas pelas forças locais da Guarda, muitas vezes, pelas simples patrulhas dos Postos Territoriais, por forças empenhadas nas guardas de guarnição e por forças de intervenção dos Comandos Territoriais ou da Unidade de



- Fiscalização e Ordenamento da Circulação Rodoviária;<sup>4</sup>
- Polícia Fiscal e Aduaneira;<sup>5</sup>
- Proteção da Natureza e do Ambiente.<sup>6</sup>

## MISSÕES DE PROTEÇÃO E SOCORRO

As missões de proteção e socorro são desempenhadas por todas as Unidades da Guarda e inserem-se na obrigatoriedade de prestação de auxílio às pessoas em perigo, quer se encontrem isoladas, quer no caso de catástrofes naturais ou outras situações de acidente grave ou calamidade.

Nestas circunstâncias, a Guarda, por iniciativa própria ou em colaboração com outras entidades, pode executar as seguintes missões:

- Isolar e garantir a manutenção da Lei e da Ordem nas áreas afetadas;
- Garantir o controlo do tráfego, a abertura de corredores de emergência e o controlo de acesso às áreas afetadas;
- Coordenar as operações de movimentação das populações;
- Definir e implementar, em colaboração com as autoridades civis, os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de socorro em situação de emergência;
- Colaborar nas ações de mortuária;
- Receber e guardar os espólios dos cadáveres;

Intervenção. Está incluído nesta atividade, o denominado Serviço de Guarnição, que se determina pela segurança permanente ou eventual de inúmeros Edifícios Públicos, Altas Entidades e Estabelecimentos Prisionais. Neste âmbito, a Guarda executa Operações Estáticas de Segurança e Escoltas. Nestas últimas, destacam-se as realizadas aos movimentos de valores do Banco de Portugal, a obras de arte ou a pessoas. No que se refere à Ordem Pública, a necessidade de a manter ou restabelecer, abarca problemas complexos e melindrosos, que se escalonam desde a simples rixa de aldeia, que normalmente é resolvida pronta e eficientemente pelos limitados efetivos do Posto local da Guarda Nacional Republicana, até às situações que, para controlo ou dispersão de manifestações volumosas, organizadas e agressivas, determinam a intervenção e o empenhamento de efetivos numerosos, articulados em unidades táticas especializadas, por vezes em conjunto com outras forças policiais. Compete ao Comandante de qualquer força da Guarda utilizar todos os meios ao seu alcance, ditados pelo bom senso, pela proporcionalidade e pela prudência, para dissuadir os amotinados, persuadi-los a dispersar e restabelecer a ordem.

4 As ações de fiscalização, ordenamento e disciplina do trânsito, pelas quais se visa, em primeiro lugar, garantir a segurança dos utentes das estradas do País, são desempenhadas em todo o território continental pelas Unidades nas suas respetivas zonas de ação e por uma unidade especializada da Guarda - a Unidade Nacional de Trânsito (UNT).

5 Sem embargo do cumprimento da missão geral, existe uma unidade especialmente vocacionada para o cumprimento da missão fiscal e aduaneira - a Unidade de Ação Fiscal. À GNR, como órgão de polícia fiscal aduaneira, compete a fiscalização, o controlo e o acompanhamento de mercadorias sujeitas ao regime aduaneiro, bem como a instrução de processos de contraordenação por infrações fiscais e aduaneiras, a aplicação das respetivas coimas e a realização de quaisquer diligências solicitadas pelas autoridades judiciais.

6 A proteção e defesa do meio ambiente, da fauna e da flora, contra as agressões de que são vítimas, constantes e quase sempre impunes, criaram no homem moderno uma sensibilidade crescente para as questões ecológicas e ambientais.

Procurando dar resposta a mais este desafio, a Guarda criou o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), instituindo no seio das suas Unidades Territoriais, equipas especializadas, dotadas de meios humanos e materiais adequados à vigilância, deteção e tratamento policial das infrações praticadas contra a natureza e o meio ambiente.



- Coordenar as ações tendentes a permitir a movimentação de pessoas e bens através das fronteiras;
- Colaborar nas ações de aviso, alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro e no aviso e alerta às populações, cedendo, sempre que necessário e possível, meios humanos e materiais;
- Efetuar buscas de pessoas soterradas ou desaparecidas, com recurso às suas equipas cinotécnicas especializadas para este tipo de missões.

Mais recentemente, com a criação do Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (GIPS), a GNR viu esta área da missão significativamente desenvolvida e qualificada, especialmente no âmbito da primeira intervenção em fogos florestais.

### MISSÕES HONORÍFICAS E DE REPRESENTAÇÃO DE ESTADO (HONRAS MILITARES)

Consistem na prestação de Guardas e Escoltas de Honra, a Altas Entidades nacionais, a Altas Entidades estrangeiras em visita ao nosso País e aos embaixadores entre nós acreditados, abrangendo, ainda, a representação nacional no estrangeiro, em cerimónias militares.

Integram-se também nestas missões honoríficas, as guardas aos edifícios onde funcionam e se alojam os principais Órgãos de Soberania do Estado, como a Presidência da República, a Assembleia da República e a Residência Oficial do Primeiro-Ministro.

São desempenhadas pela Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE), constituída pelo Esquadrão Presidencial, pela Subunidade de Honras de Estado e pela Subunidade de Segurança, para além da Charanga a Cavalo e da Banda da Guarda.

### MISSÕES MILITARES

Como Corpo Militar que é, desde as suas mais remotas origens, a Guarda, em situações de crise ou guerra, está apta a passar, em qualquer momento, ao controlo operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos consignados na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, a cumprir determinadas missões militares, ordenadas através do seu Comandante-General.

Para o efeito, as Unidades de Infantaria e de Cavalaria da Guarda, podem articular-se para o combate, respetivamente, em subunidades de atiradores e subunidades de reconhecimento a cavalo e motorizado.

Sublinha-se que o facto do conhecimento que o efetivo da Guarda tem do terreno, das populações e das infraestruturas existentes, poder constituir um excelente apoio para as forças empenhadas em operações militares no território nacional, para além das valências que pode acrescentar às Forças Nacionais destacadas em operações militares de apoio à paz, onde as características e qualificações da GNR são cada vez mais indispensáveis nos modernos Teatros de Operações.

As missões militares que podem ser confiadas à Guarda são, principalmente, as seguintes: ações táticas limitadas de defesa e ataque; missões de vigilância e de ligação entre forças fixas ou móveis; ações no âmbito da segurança da área de retaguarda; ações de contraguerrilha como força de quadrícula; ocupação e defesa de pontos sensíveis; combate de ruas; lançamento de patrulhas de reconhecimento, de ligação e de contra-infiltração; ações no âmbito do controlo de danos; controlo das populações, de refugiados e de transviados; e fiscalização da circulação, abertura e segurança de itinerários e proteção e regulação do movimento de colunas auto.



## MISSÕES INTERNACIONAIS

Decorrente das relações internacionais, multilaterais ou bilaterais estabelecidas pela Instituição, diretamente ou através da tutela, podemos, genericamente, dividir o espectro do envolvimento da Guarda, no plano internacional, em missões de gestão civil de crises, de paz e humanitárias e em missões de cooperação técnica e operacional.

No que concerne às primeiras, mercê da sua dupla característica, militar e policial, a GNR está apta a desempenhar um alargado conjunto de missões e tarefas no âmbito das denominadas Operações de Apoio à Paz, que podem ir desde as missões militares, em complemento ou em cooperação com as FFAA, às missões puramente de polícia.

Neste âmbito, a participação da GNR iniciou-se em 1995, no embargo à ex-Jugoslávia, realizado no rio Danúbio, através da presença de um Oficial. Ainda no mesmo ano, em Angola, tomou parte na UNAVEM II, tendo empenhado meios sucessivamente na UNAVEM III e na MONUA, com um contingente que incluiu, para além do 2º Comandante da CIVIPOL, cerca de 65 observadores.

Já no ano 2000, pela primeira vez na sua história, a Guarda projetou para o estrangeiro uma força autossustentada, de escalão Companhia, para a missão de paz em Timor, constituindo-se na Força de Intervenção Rápida da UNTAET.

Em 2003, a Guarda volta a projetar uma força para uma missão de manutenção de paz. O Subagrupamento ALFA integrou-se na Multinational Specialized Unit (MSU) da Brigada Garibaldi das Forças de Coligação no Iraque (Portaria 1164/2003, de 10 setembro, 2ª Série).

Ao abrigo da Resolução n.º 1745, de 22 de fevereiro de 2007, do Conselho de Segurança da ONU, a GNR, no âmbito da UNMIT, reforçou o Subagrupamento Bravo, que se encontrava presente em Timor desde a Resolução n.º 1704, de 25 de agosto de 2006, com as missões de policiamento, segurança física e proteção das instalações e pontos sensíveis, operações anti-insurreição, operações de busca e salvamento, captura de indivíduos perigosos e policiamento de áreas sensíveis.

No final de 2007, a Guarda deu início à sua participação na missão militar da União Europeia na Bósnia-Herzegovina (Operação ALTHEA). Tratou-se de uma missão no âmbito da EUROGENDFOR, contribuindo a Guarda com um Pelotão de ordem pública, uma Equipa de investigação criminal e cinco militares para o Quartel-General da Força, integrando uma IPU (Integrated Police Unit), composta, no seu conjunto, por duas Companhia de ordem pública, uma Unidade de Investigação, uma Unidade de Apoio Logístico e um Quartel-General. Adicionalmente, a Guarda assumiu, em obediência a um critério de rotação acordado entre os países participantes, diversos lugares de comando/chefia na missão, incluindo o comando da IPU, o comando das Companhias de ordem pública e o comando da Unidade de investigação criminal.

Já no final de 2010, iniciaram-se os preparativos para a participação da Guarda numa missão da NATO, neste caso no Afeganistão. Em março de 2011 foi projetada a primeira equipa de formadores e assessores da Guarda para Wardak, onde vêm colaborando no esforço internacional de criação e implementação do maior centro de formação de polícia do Afeganistão e o único de dimensão nacional.

Paralelamente, a Instituição vem marcando presença em múltiplas outras missões, quer sob a égide da União Europeia quer sob a da Organização das Nações Unidas, através de participações individuais, em locais tão distantes como o Haiti, a Geórgia ou Timor-Leste.

No quadro da cooperação técnico-policial com os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a GNR vem assegurando a realização de múltiplas ações de formação e de assessoria técnica, em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A Guarda vem, ainda, tomando parte em múltiplas atividades no quadro da cooperação policial Europeia, envolvendo a participação em Grupos de Trabalho e outros fóruns, a presença permanente em algumas Instituições Europeias, como a Europol, e a participação ativa em atividades operacionais comuns, destacando-se, pela dimensão do empenhamento, as Operações coordenadas pela FRONTEX.



Quanto à cooperação a nível multilateral, destaca-se a participação da Guarda na Associação FIEP e na EUROGENDFOR, de cujos destinos foi responsável em 2012, ao acumular as presidências das duas organizações.

### **ASSOCIAÇÃO FIEP**

A Associação FIEP integra Forças de tipo Gendarmerie e Polícias Europeias e Mediterrânicas com estatuto militar, tendo sido criada em 12 de Maio de 1994, pela Gendarmerie Nationale Francesa, pela Arma dei Carabinieri Italiana e pela Guardia Civil Espanhola. Muito embora a Guarda Nacional Republicana apenas tenha integrado a referida Associação no ano de 1996, Portugal é considerado como um dos Países fundadores, como se pode verificar no próprio nome, que consiste num acrónimo composto pelas iniciais dos quatro Países (França, Itália, Espanha e Portugal – FIEP).

Posteriormente, aderiram as Forças da Turquia (1998), Holanda (1999), Marrocos (1999), Roménia (2002), Chile (2005), Argentina (2005), Jordânia (2010) e Qatar (2012) - os Carabineros do Chile, a Gendarmería Nacional da Argentina e a Força de Segurança Interna do Qatar (Lakhwiya) gozam do estatuto de Membros Associados. Detêm estatuto de observadores desde 2015 as Forças da Tunísia e da Palestina.

A Presidência da Associação FIEP é assegurada pelos vários Países Membros, em regime de rotatividade anual. Neste contexto, durante o ano de 2012, coube à Guarda assegurar a Presidência Portuguesa, tendo sido responsável por conduzir o processo de adesão da Lakhwiya, que culminou com a sua entrada formal para a Associação FIEP durante a Cimeira de Comandantes e Diretores realizada em Sintra, no dia 17 de Outubro.

O principal objetivo da Associação FIEP é promover a cooperação e a troca de conhecimentos, boas práticas e experiências entre as Forças de Segurança de natureza militar dos Países que a integram.

Anualmente, para além da Cimeira de Comandantes e Diretores, ocasião em que são tomadas as decisões de alto nível e definidas as linhas diretrizes para o ano que se segue, é promovido o intercâmbio de alunos entre as Escolas e Academias das Forças e são organizadas reuniões de trabalho, das Comissões de Novas Tecnologias e Logística, Assuntos Europeus, Organização dos Serviços e Recursos Humanos, assim como um Seminário Internacional.

Encontram-se, atualmente, a decorrer os processos de adesão das Forças da Moldávia, da Tunísia; da Geórgia, do Kuwait e do Djibuti, sob condução da atual Presidência Jordana da Associação.

### **EUROGENDFOR (Força de Gendarmerie Europeia)**

A Força de Gendarmerie Europeia (EUROGENDFOR) é uma iniciativa de cinco países da União Europeia (Portugal, Espanha, França, Itália e Holanda), todos com forças de segurança de natureza militar, visando contribuir para o desenvolvimento da Política Europeia de Segurança e de Defesa e para dotar a Europa com uma maior capacidade para conduzir operações de gestão de crises, no âmbito das Conclusões dos Conselhos Europeus de Santa Maria da Feira e de Nice.

Animados de tal objetivo, os países referidos, potenciando as mais-valias das suas Forças de Segurança com estatuto militar, decidiram criar uma Força multinacional, operacional, pré-estruturada (modular), robusta, com capacidade de reação rápida (800 elementos, no prazo de 30 dias, número este que poderá chegar aos 2300), dotada de altos níveis de flexibilidade e interoperabilidade e especialmente vocacionada para assegurar todas as missões de polícia no âmbito da gestão civil de crises, em especial missões de Substituição. A respetiva "Declaração de Intenções" foi assinada em 17 de setembro de 2004, em Noordwijk (Holanda), tendo o Tratado que institui a EUROGENDFOR sido assinado em Velsen (Holanda), em 18 de outubro de 2007.

As Forças da EUROGENDFOR, constituídas para cada missão, têm capacidade para atuar em todas as fases da resposta a uma crise, desde a intervenção militar até à transferência de responsabilidades para as autoridades civis locais ou para uma organização internacional. Estão aptas a desenvolver, em tal contexto e no âmbito de um mandato internacional, todo o espectro de tarefas de polícia, designadamente missões de restabelecimento e manutenção da ordem pública, investigação criminal, vigilância e recolha de informações, controlo de tráfico de



ilícitos, polícia de fronteiras, proteção e segurança de pessoas e bens e formação de formadores e de oficiais de polícia.

A EUROGENDFOR está, prioritariamente, à disposição da União Europeia, embora possa atuar mediante requisição e mandato da ONU, da OSCE, da OTAN ou de outras organizações internacionais.

A EUROGENDFOR participou na Missão Militar da União Europeia na Bósnia-Herzegovina (Operação ALTHEA), na qual assegurou a componente policial da Missão, na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas no Haiti), garantindo a contribuição da UE para a situação de insegurança pós sismo, e na missão de formação da OTAN no Afeganistão (NATO Training Mission – Afghanistan), constituindo o pilar fundamental na formação e capacitação das forças de polícia afegãs.

No quadro da UE, a EUROGENDFOR participa na missão Missão EUCAP Sahel Mali e na Missão EUFOR CAR, na República Centro Africana, e encontra-se em preparação a sua participação na Missão EUBAM Rafah. Já no âmbito das Nações Unidas, a EUROGENDFOR encontra-se a preparar a sua contribuição para a MINUSCA. Por fim, participará, no contexto da NATO, na Operação Resolute Support, no teatro do Afeganistão, em continuidade do trabalho desenvolvido no antecedente.

Após a recente concessão do estatuto de Membro à Polónia, que antes era Parceira, a par da Lituânia, integram a EUROGENDFOR, como Membros, para além da Guarda Nacional Republicana, a Guardia Civil de Espanha, a Gendarmerie Nationale de França, a Arma dei Carabinieri de Itália, a Koninklijke Marechaussee da Holanda, a Jandarmeria Româna da Roménia e a Gendarmerie Militar Polaca. A Turquia mantém o Estatuto de Observador e participa nas iniciativas e atividades da Força através da Jandarma Turca e a Lituânia constitui-se como Parceira da EUROGENDFOR, através do Serviço de Segurança Pública Lituano.

O Comité Interministerial de Alto Nível (CIMIN) é o órgão responsável pelo controlo político e pela direção estratégica da Força de Gendarmerie Europeia (EUROGENDFOR), estando-lhe atribuídas, entre outras, as seguintes competências:

- Assegurar a coordenação político-militar entre os países participantes e, quando apropriado, entre estes e os demais países que venham a contribuir para as missões da Força;
- Nomear o Comandante da EUROGENDFOR e o Presidente do Conselho Financeiro;
- Aprovar a estrutura do Quartel-General Permanente, bem como os critérios de rotação das posições-chave deste;
- Aprovar o programa e os objetivos anuais de formação, no âmbito da EUROGENDFOR;
- Decidir sobre a participação da EUROGENDFOR em missões, definindo o seu enquadramento e dando diretrizes gerais;
- Designar os Comandantes das Forças, estabelecer o envolvimento do Quartel-General Permanente na cadeia de Comando e aprovar a estrutura do Quartel-General e a participação de outros países nas missões;
- Decidir sobre os pedidos de adesão à EUROGENDFOR, bem como sobre a atribuição dos Estatutos de Observador e de Parceiro;
- Analisar e decidir sobre os pedidos de cooperação com a EUROGENDFOR;
- Aprovar o orçamento anual relativo ao funcionamento Quartel-General Permanente e as principais ações de natureza administrativo-financeira.



Têm assento no CIMIN representantes dos Ministérios que tutelam as Forças que integram a EUROGENDFOR e dos Ministérios responsáveis pela política externa dos respetivos países. Portugal é representado no CIMIN pelos Ministérios da Administração Interna (através do representado pelo Comandante-Geral da GNR) e dos Negócios Estrangeiros.

O Quartel-General Permanente da EUROGENDFOR está localizado em Itália, na cidade de Vicenza. Tem um efetivo de 36 Oficiais e Sargentos das diferentes Forças, sendo Comandado pelo Comandante da EUROGENDFOR, atualmente de nacionalidade Espanhola. A sua missão é, essencialmente, de planeamento operacional, monitorizando cenários de possível atuação, prevendo possíveis modalidades de intervenção e estabelecendo ligação entre os Países e as Organizações Internacionais que tutelam as missões.

### 2.1.6. ÂMBITO TERRITORIAL<sup>7</sup>:

As atribuições da Guarda são prosseguidas em todo o Território Nacional e no mar Territorial. No caso de competência atribuídas simultaneamente à GNR e à Polícia de Segurança Pública, as áreas de responsabilidade são definidas por Portaria do Ministro da Tutela, e revistas periodicamente.

Fora da área de responsabilidade territorial definida, nos termos do ponto anterior, a intervenção da Guarda depende do pedido de outra força de segurança, de ordem especial ou de imposição legal, nomeadamente, no que diz respeito ao estipulado pelo Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das FSS.

Em algumas áreas específicas é cometida à Guarda a responsabilidade de atuação em todo o Território Nacional, nomeadamente, em matéria de âmbito fiscal e aduaneiro e de proteção da natureza e ambiente, mas também no que diz respeito à primeira intervenção em missões de proteção e socorro. Sempre que especifica e legalmente mandatada para o efeito, a Guarda pode ainda prosseguir a sua missão fora do Território Nacional, tanto na vertente de atuação puramente militar, como na vertente policial, nas diversas dimensões de polícia geral, gestão de crises, ambiente, área fiscal e aduaneira, e proteção e socorro.

Em 2008 verificou-se um reajustamento relevante na delimitação das áreas territoriais à responsabilidade da Guarda e da Polícia de Segurança Pública. Atualmente, a Guarda tem responsabilidade territorial sobre de 94% do Território Nacional (86.597.4 Km<sup>2</sup>), na qual residem cerca de 53,8% da população (5.756.027 habitantes).

Em épocas festivas ou nos meses de Verão, pela movimentação das populações para os locais festivos ou zonas balneares a percentagem da população nas áreas de responsabilidade da Guarda sobe consideravelmente.

No âmbito rodoviário a Guarda detém à sua responsabilidade a quase totalidade da rede viária nacional (cerca de 97% do Território Nacional, dos quais 99,1% das autoestradas, 96,4% das estradas nacionais e 92,3% das estradas municipais).

A Guarda detém ainda uma vasta responsabilidade no plano da vigilância, interceção e patrulhamento terrestre e marítimo, que se estende a toda a orla costeira e mar territorial do Continente e Regiões Autónomas.

Por referência ao dispositivo e implantação territorial, a que se alia um conjunto diversificado de competências específicas e capacidades operacionais, é a Guarda uma força de segurança, de natureza militar, especialmente vocacionada para atuar em todo o espectro de prevenção e conflitualidade, servindo de forma próxima e desde modo, se legitimando junto da população, através da confiança das populações.

---

<sup>7</sup> Artigo 5.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro)



2.1.7. ESTRUTURA ORGÂNICA

A Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que aprovou a nova Orgânica da Guarda, determinou uma profunda alteração estrutural desde Corpo Especial de Tropas, substituindo o Estado-Maior do Comando-Geral por três Comandos Funcionais (para as áreas operacional, administração de recursos internos e doutrina e formação), transformando as unidades em novas unidades alicerçadas em critérios de especialização e extinguindo um escalão de comando, a Brigada Territorial.

Nesse sentido foram criados os Comandos Territoriais de âmbito Distrital e Regiões Autónomas (Madeira e Açores), as Unidades Especializadas (Unidade Nacional de Trânsito, Unidade de Ação Fiscal e Unidade de Controlo Costeiro), a Unidade de Representação (Unidade de Segurança e Honras de Estado), a Unidade de Intervenção e Reserva (Unidade de Intervenção) e o Estabelecimento de Ensino (Escola da Guarda). Assim, a Guarda passa a compreender a Estrutura de Comando, as Unidades e o Estabelecimento de Ensino.



Figura 3– Estrutura orgânica da GNR



2.1.8. ENQUADRAMENTO NACIONAL

**DEPENDÊNCIAS**

Nos termos da sua atual Lei Orgânica, a Guarda depende do membro do Governo responsável pela área da Administração Interna.

As forças da Guarda são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu Comandante-Geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional no que respeita à uniformização e normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento.

**LIGAÇÕES FUNCIONAIS PARA A EXECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA GUARDA**

Para o cumprimento da sua missão, a Guarda mantém ligações funcionais com vários departamentos do Estado ou outras instituições, entre as quais avulta a dependência funcional das Autoridades Judiciárias, instituída pelo Código de Processo Penal.

Entre as demais ligações, destacam-se as seguintes:

LIGAÇÕES FUNCIONAIS	ENTIDADES
<b>Âmbito Policial</b>  (Polícia Administrativa, Geral e Especializada)	Ministérios responsáveis pelas áreas da Justiça e das Finanças, dos Espetáculos e das Artes, das Alfândegas e Impostos Especiais de Consumo e das Florestas, a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e outras Forças e Serviços de Segurança e, de um modo geral, todas as Autoridades Públicas e Autarquias Locais.
<b>Âmbito das Atribuições de Proteção e Socorro</b>	Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Cruz Vermelha Portuguesa e o Instituto Nacional de Emergência Médica.
<b>Âmbito das Atribuições Honoríficas</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros - Protocolo do Estado
<b>Âmbito Militar</b>	Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior General das Forças Armadas, Estados-Maiores dos Ramos

Figura 4– Estrutura orgânica da GNR

Assim, da conjugação destes dois preceitos e com recurso também a outra legislação avulsa, com especial destaque para o Regulamento Geral do Serviço da Guarda, pode-se afirmar que a Missão da GNR se reparte, fundamentalmente, pelas áreas da Segurança, da Proteção e da Defesa Nacional, ou seja, pelo cumprimento de missões e tarefas policiais, militares e de proteção e socorro.



## 2.2. AMBIENTE EXTERNO

Sem prejuízo de uma análise e reflexão mais pormenorizada, apresentam-se a seguir um conjunto de aspetos que caracterizam a envolvente externa à Guarda Nacional Republicana.

Atualmente, já não é possível estabelecer fronteiras entre segurança interna e externa. A dimensão holística e a desterritorialização das ameaças são agora os novos paradigmas de todas as estratégias de combate à insegurança. A globalização acelerada estende as ameaças e os problemas à escala planetária.

Após os ataques terroristas de Nova Iorque, de Madrid e de Londres, assiste-se a uma redefinição das estratégias de segurança, para fazer face a uma nova tipologia de ameaças, caracterizadas pelo esbater dos limites entre os conceitos de segurança interna e segurança externa. Assim, a abordagem do conceito de segurança começa a ser efetuada numa perspetiva alargada, abrangendo não só a indispensável dimensão da defesa, mas incluindo, também, outros domínios como os da política, economia, diplomacia, transportes e comunicações, educação e cultura, saúde, ambiente, ciência e técnica. Procura-se, por um lado, evidenciar a cooperação e a solidariedade entre os vários setores, como elementos essenciais, e, por outro lado, fazer face a riscos e ameaças que ocorram à escala global.

Com efeito, o conceito de Segurança alargou-se, assim, a áreas “não-tradicionais”, como o tráfico de droga e de seres humanos, o crime organizado, os problemas ambientais, a imigração ilegal, os fluxos migratórios desregulados e as catástrofes naturais ou tecnológicas, entre outras, que outrora não eram consideradas no âmbito das políticas de segurança dos Estados e das organizações internacionais.

Na verdade a crescente globalização que se vem verificando na atualidade, caracterizada pela complexidade e multiplicidade de atores e relações societárias, a que corresponde uma premente densificação do conceito de segurança, exige, de modo permanente, da Guarda Nacional Republicana uma capacidade de antecipação, acompanhamento e adaptação aos fenómenos criminais, às ameaças e riscos à segurança das pessoas e bens, assegurando a proteção da sociedade como um todo. Este desafio, de sempre, no atual ambiente de governança da segurança, constitui uma preocupação de todos e deve ser um pressuposto inegável do planeamento institucional, nos quadros de resposta nacional e internacional.

Por seu turno, a crise económica e o crescimento do fosso entre ricos e pobres, faz aumentar o número de excluídos e marginais da sociedade, criando condições para a eclosão de conflitos e convulsões sociais graves.

De igual modo, cada vez mais extensas regiões do globo entram em crise social, que, evoluindo amiúde para convulsões e guerras internas, obrigam a Europa a, cada vez mais, intervir no exterior. Portugal e, conseqüentemente a Guarda não pode ficar alheio a tal resposta e vê, também, desviados significativos recursos humanos e materiais para tais missões, designadamente através das participações em missões internacionais com forças constituídas.

Paralelamente, a crise de valores nas sociedades modernas, com reflexos no coração da estrutura social, o aumento da mutabilidade e o crescente grau de exigência dos cidadãos, fruto de uma maior consciência da cidadania, tornam mais difícil e complexo o papel de quem tem funções de autoridade. Exigem mais conhecimento, novas abordagens, recurso às novas tecnologias e grande flexibilidade e mobilidade.

Pelo contexto internacional em que Portugal se insere, importa ainda referir a permeabilidade das fronteiras, que se traduz numa livre circulação de pessoas, bens e informação, que carrega para o ambiente de segurança inúmeros perigos e ameaças, aproximando as dimensões externa e interna, global e local, que devem conferir à atuação policial um necessário alargamento da área de influência.

O atual contexto da segurança interna caracteriza-se, entre outros aspetos, pelo aumento de algumas categorias de criminalidade (violenta e organizada) e pela crescente mediatização de tudo o que tem a ver com o crime, a polícia e a justiça, originando que o sentimento de insegurança dos cidadãos seja muito superior ao que seria expectável face à realidade criminal do nosso país, cujo combate constitui um dos desafios fundamentais das sociedades modernas.

Na senda, as forças de polícia de natureza militar assumem-se como inegável mais-valia, ao desempenharem a função de forças de charneira, entre as restantes forças e serviços de segurança civil e as Forças Armadas.



Por referência ao largo espectro de intervenção da Guarda, consolidado nas atribuições legais e área de responsabilidade policial, urge a necessidade de continuarem a ser desenvolvidos esforços conducentes à especialização técnica e científica dos seus recursos, ao avanço da componente tecnológica, à reformulação dos modelos de intervenção e à aposta em novos processos de coordenação e de cooperação, no plano interno ou ao nível das relações com outros atores e sistemas internacionais, com a finalidade de provir para melhor servir.

Existem, por isso, fatores críticos e ameaças para a segurança individual e coletiva da sociedade portuguesa que se traduzem em novas exigências de reorganização, de flexibilidade e de atuação das forças de segurança, destacando-se as seguintes:

- Crescente possibilidade de manifestações e outras ações de protesto, com repercussões na segurança e na tranquilidade públicas;
- Assimetrias de desenvolvimento regional e a existência de aglomerados periféricos das grandes cidades;
- Concentração sazonal de grandes massas humanas nos espaços turísticos;
- Dimensão dos problemas ambientais;
- Novas formas de criminalidade transnacional (tráfico de drogas e de seres humanos, contrabando, descaminho e imigração clandestina), potenciada pelas crescentes dificuldades na vigilância da fronteira marítima e pela desestruturação do modelo de fronteiras nacionais;
- A permanente evolução das tecnologias da informação, das comunicações e dos transportes, associadas à globalização, servem de desígnio às complexas organizações dedicadas ao crime e ao terrorismo sem fronteiras, reclamando a cooperação europeia e crescente participação de Portugal em missões internacionais.

Este novo ambiente de segurança, caracterizado por novos desafios decorrentes da atual conjuntura económico-financeira, social, tecnológica, ambiental e mesmo político-legal, obriga a um posicionamento inequívoco da Guarda na arquitetura dos sistemas de segurança, proteção e defesa nacionais. Tal, associado a uma necessidade de legitimação social das atuações, pugna por uma forma habitual de moldar estruturas, atitudes e procedimentos, perspetivando os grandes desígnios que redundam nas causas da falta de segurança de modo geral, que quando não são as reais razões, potenciam o sentimento de insegurança.

Nesta senda, a atitude de qualquer instância de controlo formal não pode deixar de ser sagaz e oportuna, aberta à mudança e à adoção das medidas necessárias no âmbito dos conceitos, no plano das estruturas e dos processos, que perspetivem uma resposta mais eficaz aos desafios que se colocam num mundo em profunda alteração de paradigmas. Consequentemente, para fazer face à complexidade do atual ambiente de segurança e às exigências de índole social, económica e informacional do mundo contemporâneo, a Guarda deve guiar-se pela premissa da constante abertura à mudança, ciente de que tanto ao nível da genética organizacional, como no campo estrutural e operacional, a ideia de transformação deve ser uma constante.

Um dos principais desígnios do Comando da Guarda é sedimentar a Instituição como uma referência, através da valorização do vetor humano e da gestão do conhecimento, conjugando esforços que permitam fomentar a coesão institucional, promover a proximidade junto das populações, motivar todos os que integram quadros militares e civis e, na sequência, orientar os objetivos estratégicos, também pela dignificação das funções, em referência à disponibilidade decorrente da condição militar, como fator distintivo para o exercício da atividade policial, que deve ser compensada. Importa, assim, num processo de gestão que se prevê exigente, que seja adotado um conjunto de medidas capazes de garantir a completa articulação entre o Ministério da Administração Interna, a Guarda Nacional Republicana e as demais Forças e Serviços de Segurança, para que as estratégias e as ações a empreender sejam todas realizadas, rentabilizando os recursos disponíveis.



### 3. TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E FATORES DISTINTIVOS

Face às atribuições que lhes estão cometidas, torna-se necessário que os serviços públicos identifiquem os serviços que prestam/fornecem e analisem a sua pertinência perante a mutação permanente em que a sociedade se encontra.

Pretende-se, pois, que os organismos respondam, com eficácia, às reais necessidades dos seus clientes, apelando, para o efeito, à capacidade de inovação e à criatividade dos seus profissionais, no sentido de detetarem novos produtos e serviços que vão ao encontro dos interesses dos utentes.

Neste sentido, os serviços devem questionar-se, permanentemente, numa perspetiva de reflexão, quanto:

- À validade do que fazem;
- À relação custo/benefício;
- À oportunidade do que produzem;
- Às potencialidades de que dispõem para a realização de novos produtos.

Neste sentido, a Guarda Nacional Republicana tem readaptado a sua missão, reformulando o que se encontra legalmente preceituado à realidade e às reais necessidades dos seus utentes.

#### 3.1. TIPIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

- Manter a ordem e a tranquilidade públicas, a segurança e a proteção das pessoas e dos bens;
- Prevenir a criminalidade e a prática dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos;
- Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;
- Promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional e europeu;
- Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza;
- Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção e conservação da natureza e do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos;
- Prevenir e investigar as infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à ação tributária, fiscal ou aduaneira
- Participar na fiscalização das atividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas;
- Executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;



- Colaborar na prestação das honras de Estado;
- Cumprir, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as Forças Armadas, as missões militares que lhe forem cometidas.

### 3.1.1. FATORES DISTINTIVOS

Dada a natureza da GNR, como força militar, esta aporta os seguintes fatores distintivos e/ou diferenciadores:

- **Choque:** Caracterizado pela capacidade de intervenção reforçada ou musculada na totalidade do espectro dos grandes eventos.
- **Massa:** Derivada da implementação territorial, da capacidade e de apoio mútuo entre unidades, o que permite uma rápida concentração de meios no local e no momento adequado.
- **Mobilidade:** Acentua a capacidade de projeção e de apoio logístico de forças em todo o Território Nacional.
- **Flexibilidade e Modularização:** Caracterizada pela capacidade de organização e de articulação de unidades constituídas, permitindo exponenciar a capacidade de manobra e a unidade de comando.
- **Prontidão, Disponibilidade e Disciplina:** Enraizados nos valores e nos deveres inerentes à condição militar.

Exercidos através das seguintes valências:

- **Intervenção Pesada:** Pela utilização de equipamento e armamento militar, bem como de outros meios especiais, dos quais se destacam os NRBQ (Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico).
- **Cavalaria:** Utilização, exclusiva, de forças a cavalo no patrulhamento preventivo e na manutenção e restabelecimento da ordem pública.
- **Cinotecnia:** Reconhecida credibilidade, a nível nacional e internacional, na área da formação e no empenhamento operacional dos meios cinotécnicos.
- **Trânsito e Segurança Rodoviária:** Pela existência de uma Unidade Nacional de Trânsito, altamente especializada no âmbito da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito.
- **Controlo de Fronteiras Externas:** Especialmente através da Unidade de Controle Costeiro, concretizada na vigilância e no patrulhamento e na interceção terrestre ou marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas.
- **Fiscal e Aduaneiro:** Através da Unidade de Ação Fiscal, unidade especializada de âmbito nacional com competência específica de investigação para o cumprimento da missão tributária, fiscal e aduaneira cometida à Guarda.
- **Informação Criminal:** Elevada capacidade de recolha de informação, face à dispersão territorial do dispositivo.
- **Operações Especiais:** Através da resolução de incidentes tático-policiais, intervenção em ações de contraterrorismo, e em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco.
- **Proteção da Natureza:** Combate às agressões ambientais e da natureza, através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente, uma vez que o seu dispositivo se encontra implementado a nível nacional.
- **Seguranças e Honras de Estado:** Através da proteção e segurança às instalações dos Órgãos de Soberania e pela prestação de honras de Estado.



#### 4. PRINCIPAIS UTILIZADORES / DESTINATÁRIOS / INTERESSADOS (STAKEHOLDERS)

A identificação dos principais clientes, assume especial atenção e relevância na análise do ambiente externo, face à diversidade de atribuições da Guarda. Os *stakeholders*, enquanto pessoas, organizações ou grupos suscetíveis de influenciar ou ser influenciados, constituem-se como partes interessadas nas atividades desempenhadas e/ou nos resultados obtidos pela Guarda na condução da sua missão e das suas atribuições.

O estudo dos *stakeholders*, do qual se apresenta a matriz abaixo, procurou considerar a organização Guarda como pertencente a um sistema aberto, com múltiplas relações de influência, por se entender que estas não são autoindependentes ou autossuficientes.

Assim, identificados e analisados os interessados na atividade desenvolvida pela Guarda, ressalta a existência de pessoas ou de grupos específicos com interesse no produto final. Em face disso, e como se demonstra no quadro abaixo, após uma categorização de cada um dos intervenientes, é possível saber quem são os *stakeholders*, em função do seu nível de poder, que podem obstruir ou impedir o progresso da atividade, bem como quem são os que têm poder ou a influência para contribuir para o sucesso da Guarda.

Por outro lado, importa igualmente analisar os *stakeholders* à luz do seu nível de interesse, pois tal é fundamental para a definição da postura a adotar.

São, pois, estas influências mútuas nas relações existentes que vão atuar, direta ou indiretamente, na escolha da estratégia a ser implementada para a tomada de decisão.

Do vasto, complexo e diferenciado conjunto de *Stakeholders*, destacamos os cidadãos em geral, as entidades públicas, a Tutela – MAI, os Oficiais, Sargentos, Guardas e Civis que integram o mapa de efetivos de pessoal da Guarda e a comunicação social. Existindo outros, estes são os atores que mais interagem com a Guarda e relativamente aos quais a GNR deve ser vista como um interlocutor de competência, confiança e cooperação.

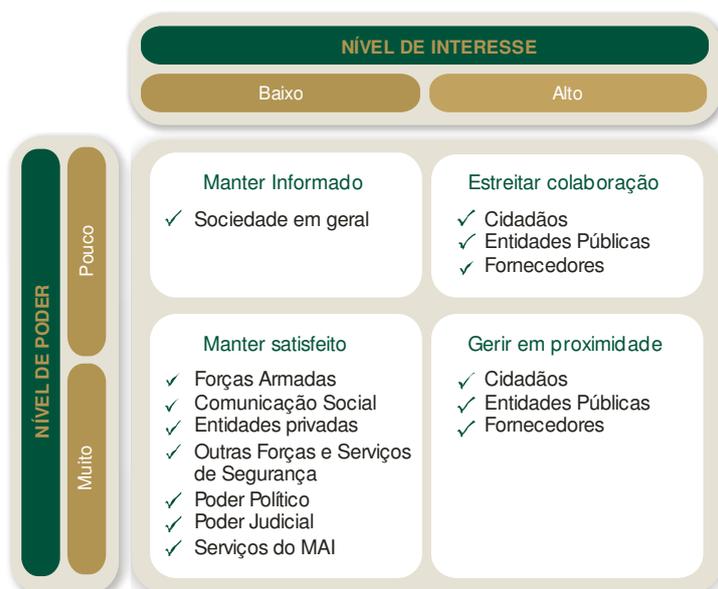


Figura 5 – Stakeholders



STAKEHOLDERS	CARACTERÍSTICAS	O QUE ESPERAM DE NÓS	O QUE ESPERAMOS DELES	GRAU DE PODER	GRAU DE INFLUÊNCIA	GRAU DE INTERESSE	
INTERNOS	GCG/GNR	<ul style="list-style-type: none"> <li>CULTURA MILITAR</li> <li>COMANDANTE-GERAL DA GNR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COOPERAÇÃO SÓLIDA E DE CONFIANÇA</li> <li>GESTÃO EFICAZ E EFICIENTE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS</li> <li>PERSUAÇÃO E INFLUÊNCIA</li> <li>INTERLOCUTOR</li> </ul>	ELEVADO	ELEVADO	ELEVADO
	OFICIAIS, SARGENTOS, GUARDAS E CIVIS/GNR	<ul style="list-style-type: none"> <li>OFICIAIS, SARGENTOS, GUARDAS E CIVIS QUE INTEGRAM O MAPA DE PESSOAL DA GUARDA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>RECONHECIMENTO PROFISSIONAL</li> <li>PROGRESSÃO NA CARREIRA</li> <li>BOM AMBIENTE DE TRABALHO</li> <li>ORIENTAÇÕES CLARAS E PRECISAS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CUMPRIMENTO DA MISSÃO</li> <li>COMPETÊNCIA E EMPENHO</li> <li>ESPÍRITO DE MISSÃO</li> <li>ESPÍRITO DE SACRIFÍCIO</li> <li>SOLIDARIEDADE E ENTREAJUDA</li> <li>DISCIPLINA E COESÃO MILITAR</li> </ul>	MÉDIO	ELEVADO	ELEVADO
	ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DA GUARDA (AOG)</li> <li>ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE OFICIAIS DA GUARDA (ANOG)</li> <li>ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS DA GUARDA (ANSNGR)</li> <li>ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA GUARDA (APG)</li> <li>ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL INDEPENDENTE DA GUARDA (ASPIG)</li> <li>ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GUARDAS (ANAG)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>DIÁLOGO</li> <li>SENSIBILIDADE PARA COM OS ASSUNTOS APRESENTADOS</li> <li>DEFESA DOS INTERESSES DOS ASSOCIADOS</li> <li>MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ESPÍRITO CRÍTICO CONSTRUTIVO</li> <li>LEALDADE E CLAREZA</li> <li>DEFESA DOS INTERESSES DOS ASSOCIADOS COM OBJETIVOS ATINGÍVEIS</li> </ul>	MÉDIO	MÉDIO	ELEVADO
EXTERNOS	CIDADÃOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>POPULAÇÃO RESIDENTE OU EM TRÂNSITO NAS ÁREAS À RESPONSABILIDADE DA GUARDA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>GARANTE DA SEGURANÇA E DO BEM-ESTAR</li> <li>PROTEÇÃO</li> <li>RESPOSTA PRONTA ÀS SOLICITAÇÕES</li> <li>VISIBILIDADE E PROXIMIDADE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>RECONHECIMENTO DO TRABALHO DESENVOLVIDO</li> <li>COLABORAÇÃO</li> </ul>	MÉDIO	MÉDIO	ELEVADO
	FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>FORNECEDORES</li> <li>PRESTADORES DE SERVIÇOS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CUMPRIMENTO DOS CONTRATOS</li> <li>TRANSPARÊNCIA DE PROCEDIMENTOS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIDADE</li> <li>CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES</li> <li>FLEXIBILIDADE</li> </ul>	REDUZIDO	REDUZIDO	MÉDIO
	ENTIDADES PÚBLICAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS</li> <li>TRIBUNAIS</li> <li>AUTARQUIAS</li> <li>FORÇAS ARMADAS</li> <li>OUTRAS ENTIDADES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COMPETÊNCIA</li> <li>COLABORAÇÃO</li> <li>CONFIANÇA</li> <li>COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COMPETÊNCIA</li> <li>COLABORAÇÃO</li> <li>CONFIANÇA</li> <li>COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA</li> </ul>	MÉDIO	ELEVADO	ELEVADO
	ENTIDADES PRIVADAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>ONG</li> <li>ASSOCIAÇÕES</li> <li>CLUBES</li> <li>OUTRAS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>PROFICIÊNCIA</li> <li>COLABORAÇÃO</li> <li>SEGURANÇA E PROTEÇÃO</li> <li>RESPOSTA PRONTA ÀS SOLICITAÇÕES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COLABORAÇÃO</li> <li>CONFIANÇA</li> <li>CUMPRIMENTO DOS COMPROMISSOS</li> </ul>	REDUZIDO	MÉDIO	MÉDIO



STAKEHOLDERS	CARACTERÍSTICAS	O QUE ESPERAM DE NÓS	O QUE ESPERAMOS DELES	GRAU DE PODER	GRAU DE INFLUÊNCIA	GRAU DE INTERESSE	
EXTERNOS	TUTELA – MAI	<ul style="list-style-type: none"> <li>DECISOR POLÍTICO</li> <li>DISPONIBILIZA SERVIÇOS PARTILHADOS</li> <li>AVALIADOR</li> <li>INSPEÇÃO</li> <li>DEFINE ORÇAMENTO</li> <li>DEFINE CARTA DE MISSÃO DO COMANDANTE-GERAL</li> <li>APROVA QUAR/OBJETIVOS</li> <li>APROVA O MAPA DE PESSOAL</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CUMPRIMENTO DA MISSÃO E DAS DIRETIVAS E INSTRUÇÕES</li> <li>GESTÃO CRITERIOSA E RACIONAL DOS RECURSOS</li> <li>PRESTAÇÃO DE UM SERVIÇO DE QUALIDADE</li> <li>COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA</li> <li>COMPETÊNCIA</li> <li>DISCIPLINA</li> <li>PRONTIDÃO</li> <li>LEALDADE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS CLAROS E EXEQUÍVEIS</li> <li>DISPONIBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS</li> <li>DEFESA DOS INTERESSES INSTITUCIONAIS E DO PESSOAL</li> <li>COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA</li> <li>APOIO</li> <li>RECONHECIMENTO</li> </ul>	ELEVADO	ELEVADO	ELEVADO
	OUTRAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA NACIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> <li>POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA</li> <li>POLÍCIA JUDICIÁRIA</li> <li>SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS</li> <li>DIREÇÃO-GERAL DAS ALFÂNDEGAS E DOS IMPOSTOS ESPECIAIS SOBRE O CONSUMO</li> <li>SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES</li> <li>OUTROS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COOPERAÇÃO</li> <li>CONFIANÇA</li> <li>PARTILHA DE INFORMAÇÃO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COOPERAÇÃO</li> <li>CONFIANÇA</li> <li>PARTILHA DE INFORMAÇÃO</li> </ul>	REDUZIDO	MÉDIO	ELEVADO
	OUTRAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA ESTRANGEIROS	<ul style="list-style-type: none"> <li>GUARDIA CIVIL (ESPANHA)</li> <li>GENDARMERIE NATIONALE (FRANÇA)</li> <li>ARMA DEI CARABINIERI (ITÁLIA)</li> <li>ROYAL MARECHUSSEE (HOLANDA)</li> <li>GENDARMERIE ROMENA</li> <li>JANDARMA TURCA</li> <li>OUTROS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COOPERAÇÃO</li> <li>CONFIANÇA</li> <li>PARCERIAS</li> <li>FORMAÇÃO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COOPERAÇÃO</li> <li>CONFIANÇA</li> <li>PARCERIAS</li> <li>FORMAÇÃO</li> </ul>	REDUZIDO	MÉDIO	ELEVADO
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>TELEVISÃO</li> <li>RÁDIO</li> <li>JORNAIS</li> <li>REVISTAS</li> <li>OUTROS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>COLABORAÇÃO</li> <li>TRANSPARÊNCIA</li> <li>TRANSMISSÃO OPORTUNA DE INFORMAÇÕES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CONFIANÇA</li> <li>RESPEITO</li> <li>RECONHECIMENTO</li> </ul>	MÉDIO	ELEVADO	ELEVADO

Figura 6 – Análise dos Stakeholders



## 5. METODOLOGIA

Este relatório possibilita, aos níveis mais elevados da hierarquia, uma visão integrada da atividade da Guarda desenvolvida em 2016, permitindo realizar uma avaliação global do desempenho das suas Unidades Orgânicas, face aos objetivos superiormente fixados.

A base documental a que se socorreu, para além da legislação que regula a organização e funcionamento da Guarda, contemplou ainda os seguintes elementos:

- Programa do XXI Governo Constitucional;
- Relatório Anual de Segurança Interna – RASI 2015 - Orientações Estratégicas
- Orçamento de Estado para 2016;
- Proposta de Orçamento de Estado para 2016;
- Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto);
- Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de futuro;
- Plano Estratégico da Guarda 2020;
- Objetivos Estratégicos definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para 2015-2020.

A existência de um QUAR aprovado para o ano económico de 2016, permite a adoção de uma metodologia na elaboração do presente relatório de atividades, em moldes semelhantes à estrutura do plano de atividades para 2016, procedendo-se à divisão de Projetos/Atividades em concorrentes e não concorrentes para os objetivos operacionais, alinhados com os objetivos de nível estratégico, cuja vigência se estende a médio prazo (entre 3 a 5 anos).

O presente Relatório de Atividades foi elaborado em obediência ao Decreto-Lei 183/96, de 27 de setembro, tendo por objetivo identificar projetos, atividades e ações programadas e desenvolvidas, no sentido do cabal cumprimento da missão e atribuições da Guarda, dando especial enfoque aos recursos utilizados para a sua concretização.







# Capítulo II

ENQUADRAMENTO

ESTRATÉGICO

## 1. MISSÃO RESTABELECIDADA

Assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional.

## 2. CENTRO DE GRAVIDADE

O Centro de Gravidade Estratégico da Guarda é a Sociedade e incorpora:

- As **Pessoas** – focalizado nos Cidadãos;
- O **Território** – compreendendo de forma direta o Território Nacional e o mar territorial e, subsidiariamente, o espaço estratégico de interesse nacional conjuntural;
- Os **Movimentos** – determinados designadamente ao nível da utilização da rede viária e na orla costeira;
- As **Instituições Democráticas** – enquanto garante da Soberania do Estado, compete-lhe garantir o seu normal funcionamento, a sua segurança, representação e honras de Estado.



Figura 7 – Centro de Gravidade

## 3. VISÃO

Ser uma Força de Segurança humana, próxima e de confiança que se distinga pela excelência do serviço que presta e seja reconhecida como referência nacional e internacional no domínio da segurança.

## 4. NÍVEL DE AMBIÇÃO

A Guarda Nacional Republicana é uma Instituição de natureza militar, moderna, responsável e respeitada e, no âmbito das suas atribuições e na área geográfica de responsabilidade, constitui uma força de amplo espectro operacional, presente e



próxima que age de forma proactiva, integradora e orientada para a proteção dos Cidadãos, das Instituições Democráticas e dos seus bens, prevenindo e reprimindo a criminalidade, contribuindo para o fortalecimento do sentimento de segurança, consolidando as sinergias criadas com a Sociedade, em especial com as Forças Armadas e Forças e Serviços de Segurança nacionais e estrangeiras.

## 5. VALORES

O alinhamento dos valores corporativos com a missão e com a visão da Guarda são um fator determinante para o fortalecimento e desenvolvimento de uma nova cultura organizacional em busca da excelência.

Os valores a seguir apresentados têm como pressuposto fundamental a condição militar, que representa uma entrega total, pelo que encerra uma exigência constante de disponibilidade, de frequente renúncia a comodismos, de sacrifícios sem conta e, muitas vezes, com enormes incompreensões, a que se associa a prossecução de um ideal de servir. Há valores éticos e restrições voluntariamente assumidas que não têm paralelo em qualquer outra instituição, de que o juramento de doação da vida pela Pátria e a disponibilidade permanente, sem restrições, são aspetos únicos da condição militar.

Ser-se militar é, mais do que uma profissão, uma condição.

Os valores Institucionais representam as crenças e convicções dominantes, constituindo-se como elementos motivadores para um esforço conjugado que representará unidade e coerência na prossecução do serviço público. Enquanto elemento singular no quadro do Sistema de Segurança Nacional - por sua vez composto pelos subsistemas de Segurança Interna; de Segurança do Estado (Serviços de Informações); de Proteção Civil e de Defesa Nacional – a Guarda Nacional Republicana constitui-se como uma Instituição verdadeiramente **ÚNICA**, caracterizada pela constância dos valores institucionais alinhados com esta unicidade.



Figura 8 – Valores

Entre outros, constituem valores institucionais:

- **União (Coesão)** – na relação de compromisso entre os seus membros para com a própria Instituição, no cumprimento da missão. A união entre os elementos da Instituição assegura a superação das dificuldades no cumprimento da missão, inexequíveis se a atuação decorrer de forma isolada;
- **Disciplina** – na exata observância das leis e regulamentos, bem como das ordens e instruções emanadas pela cadeia hierárquica em matéria de serviço, em obediência aos princípios inerentes à condição de militar;
- **Conhecimento e Inovação** – na aquisição de conhecimento essencial para um “desenvolvimento inteligente” vocacionado para a melhoria da segurança e liberdade dos Cidadãos, promovendo a inovação no desenvolvimento



da atividade policial, antecipando ameaças e riscos que comprometam os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados;

- **Competência e Isenção** – no saber agir consciente e reconhecido, sempre com *independência em relação a interesses ou a pressões de qualquer índole, implicando a mobilização, a integração e transferência de conhecimento, recursos e aptidões que agreguem valor à organização e aos seus elementos.*
- **Lealdade e Responsabilidade** – na obrigação do desempenho de funções em subordinação aos objetivos do serviço e na prossecução do interesse público, na absoluta observância das leis do Estado. No velar pelo seu cumprimento, no respeito pelas autoridades que têm por missão assegurar a execução dessas mesmas leis e na plena obediência às ordens por elas emanadas. A responsabilidade traduz-se no exercício responsável da autoridade, no compromisso perante a sociedade, moldando a atuação por critérios de rigor, transparência e isenção, aos quais se associa a presença constante de superiores padrões morais e éticos.

## 6. PRINCÍPIOS

Além dos valores institucionais, deve ainda a conduta institucional nortear-se, em permanência, pelos seguintes princípios:

- **Cultura Militar e de Segurança** – são as referências essenciais na atitude profissional de permanente aprendizagem para melhor servir o Cidadão em geral pugnando pelo estrito cumprimento dos deveres militares, segundo elevados padrões de disciplina, lealdade e espírito de camaradagem e disponibilidade que aglutinam a Instituição, fomentando o espírito de corpo;
- **Qualidade e rigor** – pela competência no serviço público de proximidade e permanente aprofundamento do conhecimento, constante avaliação de resultados e divulgação de boas práticas de prevenção e pro-atividade em busca da sublimidade;
- **Responsabilidade “accountability”** – como conduta ética e símbolo de responsabilidade objetiva perante a sociedade;
- **Transparência** – traduz-se na clareza, lisura e equidade como a Instituição desenvolve a atividade de prestação de um serviço público, procurando fortalecer a legitimidade social da sua ação, bem como o reconhecimento do seu valor estratégico nos sistemas nacionais de segurança, proteção e defesa;
- **Integridade Institucional** – por referência às pessoas, ao território, aos movimentos e às instituições democráticas, para alcançar:
  - A excelência, pela eficiência, eficácia e pioneirismo no serviço de segurança;
  - A cooperação, balizada pela ética, através da partilha de competências e ideias com os restantes atores;
  - A valorização das pessoas, pelo serviço direcionado às competências e capacidades individuais e pela realização pessoal dos militares e civis que servem na Instituição;
  - O comprometimento perante a sociedade, de modo resiliente em relação às atribuições legais institucionais, e para com os militares e civis que servem na Guarda em relação aos objetivos comuns, por referência a elevados padrões éticos e respeito pelos princípios do Estado de Direito Democrático.



Cultura Militar e de Segurança

Qualidade e rigor

Responsabilidade “*accountability*”

Integridade Institucional

*(excelência, cooperação e valorização das pessoas)*

Compromisso perante a sociedade

Figura 9 – Princípios

## 7. DEONTOLOGIA MILITAR

Trata da aplicação das regras gerais da moral ao caso concreto da condição militar, descrevendo e justificando a conduta do bom soldado, não porém ao nível das prescrições legais, mas sim das exigências da sua natureza enquanto homem (cultura institucional e valores éticos).

### CÓDIGO DE HONRA DO MILITAR DA GUARDA

- O militar da Guarda observa em todas as circunstâncias as características da condição militar e cumpre, rigorosa e responsabilmente, os seus deveres militares e estatutários.
- O militar da Guarda, como "soldado da lei", impõe-se à consideração, respeito e simpatia das populações, através de uma ímpolita integridade de caráter, reconhecida a honestidade, esmerada educação, exemplar comportamento moral e cívico, boa conduta nos procedimentos da sua vida pública e privada e respeitável ambiente familiar.
- O militar da Guarda como agente da força pública, atua sempre de acordo com a autoridade em que está investido, só recorrendo ao uso da força nos casos expressamente previstos na lei, quando absolutamente necessário e apenas na medida exigida pelo cumprimento das suas funções.
- O militar da Guarda só utiliza as armas para repelir uma agressão iminente ou em execução, em defesa própria ou de terceiros e para vencer a resistência violenta à execução de um serviço no exercício das suas funções e manter o princípio de autoridade, após intimação formal aos resistentes de obediência e esgotados todos os outros meios para o conseguir.
- O militar da Guarda cumpre sempre o dever que a lei impõe de servir a coletividade e de proteger todas as pessoas contra atos ilegais, em conformidade com o alto grau de responsabilidade que a sua profissão exige.
- O militar da Guarda respeita a dignidade humana e defende e protege os direitos fundamentais de toda a pessoa.
- O militar da Guarda não comete, instiga ou tolera, qualquer ato de tortura ou qualquer outro castigo ou tratamento cruel, inumano ou degradante, nem invoca ordem dos seus superiores ou circunstâncias excecionais para os justificar.



- O militar da Guarda vela para que a saúde das pessoas à sua guarda esteja plenamente protegida e toma imediatamente medidas para que os cuidados médicos lhe sejam dispensados sempre que tal se imponha.
- O militar da Guarda não só não comete quaisquer atos de corrupção, como deve rigorosamente combatê-los e opor-se-lhes quando deles tenha conhecimento.
- O militar da Guarda diligencia permanentemente pelo cumprimento da sua missão em condições morais, profissionais e psicológicas que protejam a imparcialidade, a integridade e a dignidade da sua função, face às prescrições legais respeitadoras dos direitos humanos fundamentais.
- O militar da Guarda é pessoalmente responsável pelos atos e omissões que tenha executado ou ordenado e que sejam contrários aos direitos fundamentais da pessoa.
- O militar da Guarda mantém sigilo quanto aos factos e matérias de carácter confidencial de que toma conhecimento no exercício das suas funções, a menos que exigências do serviço ou necessidades da justiça tal não permitam.
- O militar da Guarda respeita a lei e opõe-se, em todas as circunstâncias e com toda a sua capacidade, a todo e qualquer ato que a viole, agindo prontamente quando este puder provocar prejuízo imediato ou irreparável, ou, caso contrário, esforça-se por impedir as suas consequências e a sua repetição, informando hierarquicamente.
- O militar da Guarda tem a preocupação permanente de dignificar este corpo militar através do seu aprumo e da forma como se apresenta uniformizado.
- O militar da Guarda tem sempre como lema a honra pessoal e o engrandecimento da pátria.

### CÓDIGO DE CONDUTA DO MILITAR DA GUARDA

É dever de todo o militar da Guarda:

- Cumprir a Missão de acordo com a Causa Pública, o Interesse Público e a Lei.
- Servir a Coletividade Nacional e proteger todas as pessoas contra os atos ilegais.
- Respeitar e proteger a dignidade humana.
- Defender e proteger os direitos fundamentais de toda a pessoa.
- Só aplicar a força em último caso e quando for exigido pelo cumprimento das suas funções.
- Só recorrer às armas de fogo em legítima defesa, quando o presumido delinquento opuser resistência armada e se não for possível a utilização de outros meios.
- Não divulgar informações de carácter confidencial a não ser no cumprimento das suas funções ou quando as necessidades de justiça o exigirem.
- Não infringir, instigar ou tolerar atos de tortura ou de qualquer outro tipo de castigo cruel, inumano ou degradante.
- Não praticar o abuso da autoridade.
- Combater e opor-se vigorosamente a todos os atos de corrupção.



## 8. SÍMBOLOS<sup>8</sup>

A Guarda e as suas Unidades, incluindo as Unidades constituídas para atuar fora do território nacional e o estabelecimento de ensino, têm direito ao uso do Estandarte Nacional. A Guarda tem direito a brasão de armas, bandeira heráldica, hino, marcha, selo branco e condecoração privativa (Medalha de D. Nunes Alvares Pereira – Mérito da Guarda Nacional Republicana).

As Unidades da Guarda têm direito a brasão de armas, selo branco a bandeiras heráldicas, que, nas Subunidades, tomam a forma de guião de mérito.

O Comandante-Geral tem direito ao uso de galhardete.

Os símbolos e a condecoração referidos, bem como o regulamento de atribuição desta, são aprovados por Portaria do Ministro da tutela.

O Dia da Guarda é comemorado a 3 de maio, em evocação da Lei que criou a atual instituição nacional, em 1911.

As Unidades da Guarda têm direito a um dia festivo para a consagração da respetiva memória histórica, definido por despacho do Comandante-Geral.

## 9. DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

### ANÁLISE SWOT

Para delinear a estratégia, adotou-se a análise *SWOT*, que permite identificar os fatores críticos, articulando a análise das vulnerabilidades e das potencialidades da Instituição e, simultaneamente, a análise do ambiente interno e externo, nomeadamente dos fatores que se constituem como principais ameaças e oportunidades. A matriz *SWOT*, permite-nos balancear o jogo de forças entre os pontos fracos e fortes da Instituição, por um lado, e as ameaças e oportunidades, por outro.

### **S**WOT – Potencialidades

- Elevada coesão e cultura institucional decorrente da sua natureza militar;
- Forte Identidade e vocação gendármica<sup>9</sup>;
- Amplo espectro de atuação operacional (no âmbito da segurança interna, das missões militares e da gestão civil de crises);
- Implantação e presença efetiva em todo o TN;
- Inserção simultânea nos sistemas nacionais de segurança, proteção e defesa;
- Capacidade de projeção e articulação de forças/unidades constituídas de polícia;

<sup>8</sup> Artigo 7º e 8º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, e Declaração de Retificação n.º 1-A/2008, de 4 de janeiro)

<sup>9</sup> Decorre da expressão francesa *Gendarmerie* que pretende sintetizar os elementos identitários comuns às forças de segurança de natureza militar, caracterizados por um espectro alargado de competências nos domínios da segurança interna, proteção e socorro, bem ainda como no âmbito da defesa nacional.



- Forças de Intervenção em elevado nível de prontidão, com capacidade de deslocamento e emprego em todo o TN;
- Capacidade de intervenção rápida, conjunta e combinada, nas diferentes áreas do espaço estratégico de interesse nacional (permanente e conjuntural);
- Referência nacional nos domínios da fiscalização, ordenamento e disciplina do trânsito, com capacidade operacional para assegurar a responsabilidade na rede viária;
- Capacidade especialmente vocacionada para a segurança dos Órgãos de Soberania, e infraestruturas críticas e, supletivamente, para a prestação de Honras de Estado;
- Referência nacional no emprego operacional de solípedes e canídeos;
- Capacidade fundamental no plano da vigilância, interceção e patrulhamento terrestre e marítimo, da orla costeira e mar territorial do Continente e Regiões Autónomas;
- Competências exclusivas no âmbito fiscal e aduaneiro;
- Referência nacional/valência exclusiva nas áreas da proteção da natureza e ambiente;
- Agente determinante no domínio da 1.ª intervenção em missões de proteção e socorro em TN;
- Capacidade de inspeção judiciária subaquática;
- Elevada qualidade da formação dos RH, nos domínios técnico-científico, físico, ético e comportamental, com formação em contexto militar;
- Cooperação reforçada com forças congéneres nos espaços regional, mediterrânico, europeu e internacional;
- Prestígio e reconhecimento internacional alcançado por via das boas-práticas internas e do desempenho externo;
- Ampla experiência e credibilidade em operações internacionais *jus post bellum*.

### SWOT – Condicionamentos

- Crescente complexidade da gestão de recursos e dos mecanismos de decisão;
- Interoperabilidade dos diferentes sistemas de gestão;
- Infraestruturação e migração para a RNSI;
- Intermitências na afetação e emprego dos recursos disponíveis;
- Perda gradual de efetivos e aumento das atribuições institucionais (missões/responsabilidades operacionais);
- Avaliação do desempenho na Categoria de Guardas;
- Desgaste do parque imobiliário, automóvel e afeto ao serviço marítimo;
- Meios operacionais sujeitos a elevado desgaste;
- Limitações em infraestruturas vocacionadas para o treino tático-policial;
- Limitações em meios adequados para operação no mar territorial em condições adversas de navegação;
- Limitações na capacidade de gestão operacional integrada;
- Envelhecimento tendencial dos recursos humanos;
- Assimetria das qualificações escolares entre gerações, com impacto nas expectativas dos recursos humanos mais qualificados;
- Capacidade de cibersegurança em fase de desenvolvimento inicial.



## SWOT – Desafios

- Mediatização do fenómeno securitário e crescente consciencialização da opinião pública sobre os assuntos da segurança;
- Implementação de novos modelos de policiamento;
- Ponderação sobre o justo balanceamento entre a exploração de alternativas de gestão dos recursos (procura de ganhos de eficiência por via do outsourcing), com a manutenção da autossuficiência de serviços essenciais definidores da Instituição Militar;
- Evolução da *Governance* da segurança e fomento de parcerias locais, regionais e internacionais;
- Políticas de racionalização e modernização administrativa;
- Acesso a fundos estruturais e de investimento no âmbito do acordo de parceria Portugal 2020;
- Participar na formação de forças congéneres, integrar a rede europeia de escolas de polícia e partilhar lições aprendidas;
- Otimizar as condições para criação de um Centro de Excelência para formação e treino de unidades constituídas de polícia;
- Afirmação e consolidação, no quadro de atuação da NATO, ONU e UE, das forças de cariz gendármico;
- Integrar organismos internacionais e participação em operações no âmbito da componente externa da Segurança Interna;
- Participação ativa em fóruns internacionais nos domínios da segurança;
- Reforço da cooperação com instituições e agências europeias e internacionais;
- Reforço da cooperação com as Forças e Serviços de Segurança da CPLP;
- Reforço dos laços e parcerias entre membros da EUROGENDFOR e FIEP;
- Normalização e certificação de processos e procedimentos;
- Desenvolvimento de infraestruturas tecnológicas com impacto na eficácia operacional;
- Requalificação e modernização de infraestruturas e equipamentos das FSS;
- Participação na operacionalização da estratégia nacional de desenvolvimento sustentado em matéria ambiental e de ordenamento do território;
- Desenvolvimento permanente da estratégia genética;
- Aprofundamento da presença nos quatro pilares da Segurança Nacional (Defesa Nacional; Segurança de Estado; Segurança Humana; e Segurança Interna);
- Alinhamento do processo de formação dos RH segundo o paradigma da formação por competências;
- Exploração das dimensões subjacentes à utilização do espaço aéreo, subaquático e subsolo para ações nos domínios da proteção da natureza e ambiente, proteção e socorro, controlo costeiro, segurança rodoviária e ordem pública;
- Assegurar a presença e atuação progressiva no mundo *ciber*, afirmando a Guarda como determinante no mundo real e no mundo virtual;
- Obter mais-valias operacionais do desenvolvimento e utilização de novas tecnologias.

## SWOT – Constrangimentos

- Complexidade das questões relacionadas com a segurança, aumento das assimetrias sociais e da evolução demográfica;
- Desterritorialização, mobilidade e sofisticação da criminalidade;
- Criminalidade associada ao novo quadro de ameaças globais;
- Fenómenos de criminalidade associados às novas tecnologias;
- Dimensão da criminalidade transnacional organizada;
- Deficiente interoperabilidade dos sistemas de informação existentes nas diferentes FSS;
- Insuficiente coordenação entre os diversos atores dos sistemas ligados à segurança nacional;
- Impacto da crise económica e financeira mundial na ordem interna dos Estados;
- Impacto no sentimento de insegurança da população decorrente da redução dos apoios sociais;
- Riscos associados à retração da presença do Estado em Território Nacional;
- Ausência de referenciais que enformem uma cultura forte de segurança e cidadania por parte das populações;
- Aumento do sentimento de descrença das populações nas instâncias de controlo formal;
- Défice de pensamento estratégico estruturado e de continuidade, no âmbito da segurança interna;
- Atuação das FSS sujeita a um forte escrutínio mediático;
- Crescente competição institucional entre FSS;
- Complexidade do Sistema de Segurança Interna, com impactos ao nível da coordenação e articulação de esforços nos patamares estratégico e operacional;
- Emergência de novos delitos e formas de violência e crescente desenvolvimento do fenómeno das incivildades (perda de autoridade);
- Fenómeno da urbanização/metropolização da sociedade gerador de assimetrias regionais potenciadoras de insegurança.

## 10. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS EM 2016

### 10.1. ORIENTAÇÕES GERAIS

Visando a prossecução do modelo prefigurado na Missão e Visão institucionais, norteados pelos valores que caracterizam a Guarda Nacional Republicana, elegeram-se quatro Linhas de Orientação Estratégica que visam a orientação do esforço coletivo da Instituição Guarda Nacional Republicana, no sentido da concretização da visão do Comandante-Geral para o período 2015-2020.

A definição deste horizonte visa garantir, através do alinhamento entre os instrumentos estratégicos e os demais instrumentos de gestão, a estabilidade e sustentabilidade das políticas e estratégias organizacionais, bem como o inequívoco compromisso dos diferentes níveis de Comando e Direção/gestão organizacional com as estratégias e objetivos organizacionais de médio prazo.

Constituem Linhas de Orientação Estratégica da Guarda Nacional Republicana:



### “FORÇA DE SEGURANÇA PRESENTE E PRÓXIMA” - REFORÇAR A CONFIANÇA DOS CIDADÃOS NA INSTITUIÇÃO

Uma força de segurança com a dispersão e presença territorial da Guarda obriga-se a procurar a proximidade ao Cidadão, para através de uma melhor interação criar uma relação de confiança mútua com a população, legitimando-se socialmente. Nesse sentido, constitui desígnio da Guarda o reforço do patrulhamento comunitário e de proximidade, orientado para a proteção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as mulheres, as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos.

Neste domínio, importa consolidar uma atuação que tem sido caracterizada pelo sucesso alcançado junto das populações, quer pela utilização das tecnologias de informação potenciadoras de uma maior interação Guarda-Cidadão, quer sobretudo pelo impacto dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP), numa orientação que tem primado pelo sucesso do patrulhamento de proximidade e segurança comunitária.

Importa ainda fortalecer a cooperação e colaboração com as diversas entidades de apoio social locais no combate ao isolamento, à pobreza, à discriminação e à exclusão social, mostrando, em permanência, abertura ao estabelecimento de parcerias com entidades locais e com atores relevantes da sociedade civil.

Constituirá prioridade da Guarda uma abordagem proactiva e disponibilidade permanente na defesa e salvaguarda dos direitos fundamentais do Cidadão, privilegiando domínios como a integridade da vida humana e a proteção do património. Ainda neste domínio importará assegurar uma resposta célere e eficaz no âmbito de todas as atribuições da Guarda, mantendo o vigor na prevenção, consciencialização e repressão de comportamentos de risco. Em razão da natureza militar, posicionamento no sistema de forças nacional, implantação territorial, espetro missionário e atuação específica da Guarda em todo o território nacional, deverão ser potenciadas as sinergias que decorrem da articulação das diferentes valências operacionais, pro bono da segurança interna e, no necessário, quanto à defesa nacional.

### “OTIMIZAR PARA CRIAR VALOR” - OTIMIZAR OS RECURSOS CRIANDO VALOR

Cientes da complexidade da conjuntura que o País atravessa, teremos que assumir as inerentes limitações e encarar a obrigação de aplicar os recursos de forma racional e criteriosa, com o mesmo rigor que tem caracterizado a vida e a gestão da Guarda, contudo, procurando manter elevados padrões de operacionalidade. Num contexto económico-financeiro de crise, caracterizado por acrescidos esforços de contenção orçamental, é fundamental garantir novas formas de financiamento, através do concurso a linhas de financiamento comunitárias direcionadas para projetos de modernização, de equipamentos, de tecnologias e para a qualificação dos recursos humanos.

O aproveitamento e obtenção de recursos disponibilizados através de fundos estruturais, de investimento ou específicos para o domínio da segurança interna constitui uma oportunidade e um desiderato fundamental para erguer novas capacidades e valorizar as existentes, possibilitando uma resposta operacional mais eficiente e, simultaneamente, mais qualificada.

Nesta conjuntura, a aprovação de uma nova Lei Orgânica permitirá inequivocamente corrigir alguns constrangimentos identificados e que urge superar de forma a conferir à Guarda a eficácia e a funcionalidade necessárias. Uma tal reorganização permitirá melhorar significativamente o Comando, Coordenação e Controlo das unidades operacionais, e um controlo, gestão, e supervisão mais eficaz na áreas de apoio à atividade operacional.

Também ao nível do dispositivo territorial, importa garantir a sua adequação e efetivo operacional ajustados às necessidades de policiamento público de proximidade e de visibilidade junto das populações, mediante o incremento de afetação dos recursos humanos ao desempenho de valências operacionais, com especial enfoque em zonas consideradas de maior risco e sujeitas a flutuações sazonais.

Nesta linha, a otimização da capacidade do dispositivo, visa assegurar a adequação do serviço prestado às necessidades e expectativas das populações.



Importará igualmente ter uma visão abrangente dos parques imobiliário e automóvel, racionalizando, beneficiando e renovando os meios que permitam à Guarda garantir e melhorar os níveis de eficiência operacional, bem como garantir as condições adequadas de trabalho aos profissionais da Instituição que diariamente exercem a exigente atividade de segurança junto das populações.

### **“MODERNIZAR, INOVAR E SIMPLIFICAR” - MODERNIZAR, INOVAR E SIMPLIFICAR, GARANTIDO A CELERIDADE E EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS**

A modernização de procedimentos deve ser o referencial para simplificar a vida do Cidadão e permitir redirecionar os militares para o que é a essência da sua missão – a atividade em prol da segurança dos cidadãos. Com efeito, neste âmbito importa privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação, mantendo a aposta na inovação tecnológica ao serviço da segurança, valorizando a formação dos recursos humanos, desmaterializando processos e simplificando procedimentos, para requalificar os serviços operacional e de apoio, potenciando uma maior articulação entre as Forças e Serviços de Segurança. Neste particular, a Guarda aspira a firmar-se como uma Instituição de vanguarda, apostando em áreas vitais como a investigação e desenvolvimento (I&D) direcionadas para as áreas core business, afetando para o efeito os seus recursos humanos mais qualificados, mantendo uma firme aposta numa sólida formação técnica e comportamental, num espírito de «*learning organization*» assente nas premissas «aprendizagem, renovação, inovação e partilha do conhecimento».

Entre um conjunto diversificado de medidas possíveis neste domínio, importa manter o esforço de consolidação do Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e privilegiar a partilha de informações operacionais entre as Forças e Serviços de Segurança, via Plataforma de Intercâmbio de Informação Criminal (PIIC).

No contexto das políticas de racionalização e modernização importa manter a opção pelo Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIOP), sistema que permitirá, a par de outras medidas de simplificação e monitorização administrativa, prestar ao Cidadão um serviço policial de excelência, conferindo maior capacidade operacional no âmbito da prevenção e combate à criminalidade, ao mesmo tempo que potencia a interoperabilidade entre os sistemas dos vários parceiros que contribuem para a segurança nacional e internacional.

Também ao nível das atividades de apoio e de gestão estratégica organizacional importa garantir a interoperabilidade e a comunicação entre os diversos sistemas de informação – necessariamente entre sistemas ligados à área operacional e às atividades de apoio - que possibilite suprimir redundâncias ao mesmo tempo que incrementa a qualidade de gestão e garante uma perspetiva agregada da performance institucional.

Neste domínio, afirma-se igualmente essencial continuar o desenvolvimento dos sistemas de informação para apoio à Decisão, concluindo a operacionalização do SIGFORM no âmbito da formação e a desmaterialização do processamento da Informação ao nível do Comando-Geral e dos Comandos Funcionais, na senda da sua simplificação, celeridade e desburocratização.

Decorre da obrigatoriedade de adoção de medidas de modernização administrativa, a necessidade de incidir num conjunto de domínios prioritários de atuação no âmbito dos programas de recetividade ao utente e que devem enquadrar a conduta da Guarda nesta matéria, designadamente ao nível da racionalização e simplificação de formalidades, melhoria de instalações e equipamentos que constituam infraestruturas ao atendimento incidindo igualmente ao nível da formação do atendimento ao público, privilegiando a adoção de sistemas, métodos e técnicas inovadores que potenciem uma pronta resposta às solicitações legítimas dos utentes, visando o aumento da qualidade e impacte dos serviços prestados.

Neste domínio, a Guarda deverá ainda ter presente a possibilidade de o futuro lhe reservar responsabilidades adicionais face à retração de serviços do Estado de algumas partes do TN. Tal probabilidade, só por si realça o relevante papel dos postos territoriais junto das populações, enquanto unidade basilar do dispositivo territorial da Guarda.



## “QUALIDADE – COOPERAR PARA MELHORAR” - INCREMENTAR A COOPERAÇÃO E ARTICULAÇÃO COM OUTROS ORGANISMOS PROCURANDO MELHORAR A QUALIDADE DO SERVIÇO

A cooperação e articulação entre os diferentes organismos que concorrem para o mesmo objetivo constituem desígnio da Guarda Nacional Republicana. A garantia da cooperação institucional é não só um dever de todos os agentes do Estado, como um elemento fundamental para um Portugal mais seguro e tranquilo.

Constitui escopo fundamental da estratégia institucional, a cooperação e coordenação com os diferentes atores que integram ou estão ligados aos sistemas nacionais de segurança, proteção e defesa, bem como os demais atores que diariamente interagem com a Guarda, condição essencial para obter sucesso no plano da segurança nacional.

Na mesma linha, é fundamental afirmar o empenhamento Institucional na execução da política externa, através da participação, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de proteção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais.

No âmbito dos compromissos internacionais assumidos, cientes da importância para a Segurança Interna nacional da presença de uma força de segurança de natureza militar nos mais relevantes fóruns europeus e internacionais, a Guarda manterá uma postura proactiva no relacionamento e participação enquanto membro fundador de instituições como a FIEP, a Força de Gendarmerie Europeia - EUROGENDFOR e a agência FRONTEX. No caso específico da EUROGENDFOR, a Guarda manterá a disponibilidade para participação em operações de gestão de crises, no quadro da UE, da ONU, da NATO e de outras organizações internacionais, sempre que as circunstâncias o determinem.

A nível externo, é fundamental manter a vitalidade das relações de cooperação com os países da CPLP, essenciais para fortalecer os laços de comunhão que a língua portuguesa encerra, bem como a sua afirmação no espaço lusófono no Atlântico Sul. O salutar relacionamento entre a Guarda e as forças congéneres dos países lusófonos, permitem potenciar a partilha de experiências e de conhecimento, imprescindível para a capacitação e requalificação dos recursos humanos.

A cooperação direta com as Forças de Segurança Espanholas, especialmente com a *Guardia Civil*, continuará a merecer uma atenção especial sobretudo pela sua importância no quadro da segurança das regiões fronteiriças e, num âmbito mais geral, do próprio espaço Ibérico.

No âmbito da «Iniciativa 5+5 Defesa - vertente gendarmeries» importa incrementar a cooperação entre os países da orla costeira do Mediterrâneo Ocidental, nomeadamente a França, Itália, Portugal, Espanha, e Malta (da margem norte) e a Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia (da margem sul), visando assegurar condições de estabilidade, de confiança e de franca colaboração que respondam às preocupações comuns na área da segurança, designadamente em matéria de vigilância marítima, proteção civil, imigração ilegal, tráfico de seres humanos, de armas e de estupefacientes.

Para os próximos anos a Guarda pretende estreitar relações com os Países da União Europeia, da CPLP, com os Reinos de Espanha e de Marrocos, preconizando para o efeito as seguintes iniciativas:

- Incrementar uma maior e mais profunda troca de informações policiais em resultado da permanente evolução dos métodos e formas da criminalidade;
- Reforçar os contactos a nível central e local entre os Oficiais de Ligação nas áreas temáticas de Operações, Informações, Investigação Criminal, Trânsito, Controlo Costeiro, Fiscal e Proteção da Natureza;
- Aumentar o intercâmbio na área da Formação com a participação de militares em cursos realizados nas Congéneres, contribuindo para a uniformização de procedimentos e de formas de atuação;



- Potenciar os intercâmbios de informação através dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA), visando adquirir um conhecimento mútuo da delinquência e criminalidade transfronteiriça;
- Desenvolver ao nível dos serviços marítimos a possibilidade de troca de dados de navios.

Do ponto de vista da estratégia organizacional, reputa-se como essencial a afirmação da Guarda no domínio da cooperação internacional, em particular nas questões de foro criminal, no âmbito da UE, de acordo com a incorporação na legislação interna das diretivas comunitárias nesta matéria.

A participação da Guarda nos diversos fóruns a nível europeu – de entre as quais se destacam a EUROPOL, FRONTEX, OLAF e o CEPOL – e a nível internacional – a INTERPOL e AMERIPOL – permite potenciar a ligação para continuar a fomentar a partilha de informação e de boas práticas de investigação entre pares, constituindo escopo fundamental na luta contra a criminalidade, nomeadamente a caracterizada como violenta e grave, permitindo ainda um conhecimento mais alargado sobre a mobilidade e organização dos grupos criminais de âmbito transnacional.

No plano interno, constitui desígnio a adoção de métodos que visem assegurar a avaliação da performance organizacional, dando voz ativa aos seus stakeholders, percecionando as expectativas e anseios perante aquela que deve ser a resposta eficiente, firme e ajustada da Guarda face aos desafios que lhe estão cometidos. Com efeito, é fundamental garantir um papel renovado da Inspeção da Guarda, mais proactivo na procura da satisfação das legítimas expectativas das populações, intervindo e adotando dinâmicas de qualidade.

Os vetores estratégicos definidos, naturalmente transversais a toda a Instituição, traduziram-se em objetivos, de nível estratégico e operacional, cuja prossecução constitui o centro da ação de comando, o farol para a orientação do esforço e a matriz para a afetação de recursos, em sede de elaboração de Plano de Atividades para o ano 2016.

Os objetivos plurianuais e anuais da Guarda, estratégicos e operacionais, estão como veremos adiante, coerentes com os desígnios do programa do XXI Governo Constitucional, das Grandes Opções do Plano em matéria de segurança interna e das Orientações Estratégicas inscritas no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI).

Nesta definição de objetivos, foram ainda considerados os princípios e estratégias de ação enformadoras do documento de Estratégia de Segurança Interna da União Europeia, apresentados adiante.

Importa contudo salientar que, numa Instituição com a dimensão e as atribuições da Guarda, cujas responsabilidades são exercidas em praticamente todas as áreas do sistema alargado de segurança, proteção e defesa, os objetivos e as metas são, muito mais vastos, não se podendo confinar apenas aos objetivos definidos no QUAR.



ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA INTERNA DA UNIÃO EUROPEIA  
UE 2010

**PRINCÍPIOS:**

- Reforço da justiça, liberdade e segurança e respeito dos direitos fundamentais, a proteção internacional, o Estado de direito e a privacidade;
- Proteção de todos os cidadãos, especialmente dos mais vulneráveis, dando especial destaque às vítimas da criminalidade, nomeadamente o tráfico de seres humanos ou a violência baseada no sexo, bem como ainda as vítimas do terrorismo;
- Reforço da transparência e a obrigação de prestar contas nas políticas de segurança
- Integração, a inclusão social e a luta contra a discriminação;
- Solidariedade entre os Estados -Membros face aos desafios que não podem ser enfrentados pelos Estados -Membros isoladamente ou onde uma ação concertada se traduz em benefícios para a UE no seu conjunto;
- Confiança mútua chave do sucesso da cooperação.

**DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DE AÇÃO:**

- Uma abordagem ampla e integral da segurança interna;
- Garantir a supervisão democrática e judicial real das atividades em matéria de segurança;
- Prevenção e antecipação: uma abordagem proactiva e baseada na informação;
- Elaboração de um modelo global de intercâmbio de informações;
- Cooperação operacional;
- Cooperação judiciária em matéria penal;
- Gestão integrada das fronteiras;
- Uma aposta na inovação e na formação;
- Dimensão externa da segurança interna/cooperação com países terceiros;
- Flexibilidade para se adaptar aos futuros desafios.

Figura 10 – Estratégia de Segurança Interna da União Europeia



SEGURANÇA INTERNA E POLÍTICA CRIMINAL

EG2020  
QUAR 2017

PA2016/PA2017

DOMÍNIOS PRIORITÁRIOS

I. ESTABELECEER AS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE SEGURANÇA INTERNA EM RESPOSTA AOS PRINCIPAIS RISCOS E AMEAÇAS INTERNAS E EXTERNAS

ESTABELECIMENTO DE UM CONCEITO ESTRATÉGICO DE SEGURANÇA INTERNA CLARO, PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS INTEGRADOS DA SEGURANÇA NACIONAL, BEM COMO A ADOÇÃO DAS SEGUINTESS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA INTERNA.

PRINCIPAIS MEDIDAS:

- DEFINIÇÃO DE UM QUADRO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, ATENDENDO AOS INTERESSES PERMANENTES DA SEGURANÇA NACIONAL, ESPECIALMENTE NO ÂMBITO DO ESPAÇO DE LIBERDADE DE SEGURANÇA E DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA E DA CPLP.
- DESENVOLVIMENTO DE UMA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO TERRORISMO, AO EXTREMISMO VIOLENTO, À RADICALIZAÇÃO E AO RECRUTAMENTO, AOS NÍVEIS NACIONAL, EUROPEU E INTERNACIONAL;
- AFIRMAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE CONTROLOS DE FRONTEIRAS BASEADA NO PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE, NA CRIAÇÃO DE UM SISTEMA EUROPEU DE GUARDAS COSTEIRAS E DE INSTRUMENTOS DE COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EFICAZES, PARA EFEITOS DE COMBATE À CRIMINALIDADE, EM ESPECIAL AO AUXÍLIO À IMIGRAÇÃO ILEGAL, AO TRÁFICO DE SERES HUMANOS, DE DROGAS E DE ARMAS, AO CONTRABANDO E À CONTRAFACÇÃO;
- AMPLIAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES E MEIOS DO CENTRO NACIONAL DE CIBERSEGURANÇA, INTEGRADA NO CUMPRIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O CIBERESPAÇO.

**QUAR 0E 04** - INTENSIFICAR O CONTROLO DAS PRINCIPAIS FONTES DE PERIGO, COM A FINALIDADE DE PREVENIR, REDUZIR E REPRIMIR A CRIMINALIDADE, BEM COMO OUTROS COMPORTAMENTOS E CONDUTAS ANTISSOCIAIS QUE POSSAM POR EM CAUSA A SEGURANÇA E A TRANQUILIDADE DOS CIDADÃOS;

**QUAR 0E 06** - POTENCIAR AS ÁREAS DA INVESTIGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, FISCAL, ADUANEIRA, ASSIM COMO, NA VIGILÂNCIA, PATRULHAMENTO E INTERCEÇÃO DE TODA A COSTA E MAR TERRITORIAL DO PAÍS;

**QUAR 0E 07** - PRIVILEGIAR O RECURSO A NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO, VALORIZANDO A FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, DESMATERIALIZANDO ATOS E SIMPLIFICANDO PROCEDIMENTOS, VISANDO REQUALIFICAR O SERVIÇO OPERACIONAL E DE APOIO, POTENCIANDO UMA MAIOR ARTICULAÇÃO ENTRE AS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA;

**QUAR 0E 08** - MELHORAR A CAPACIDADE INTEGRADA DE COMANDO, COORDENAÇÃO E CONTROLO ARTICULADA COM GESTÃO DAS ÁREAS DE APOIO OPERACIONAL, POTENCIANDO OS SISTEMAS TECNOLÓGICOS E DE INFORMAÇÃO, DE FORMA A CONDUZIR COM EFICÁCIA ACRESCIDA OPERAÇÕES AOS NÍVEIS TÁTICO (COMANDO TERRITORIAIS) E TÁTICO-OPERACIONAL (COMANDO OPERACIONAL)

**QUAR 0E 10** - FIRMAR O EMPENHAMENTO DA GUARDA NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA, DESIGNADAMENTE EM OPERAÇÕES INTERNACIONAIS DE RESPOSTA A CRISES, BEM COMO EM MISSÕES DE COOPERAÇÃO POLICIAL NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA.

REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:

FIRMAR O EMPENHAMENTO DA GUARDA E DO ESTADO PORTUGUÊS NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA, REFORÇANDO A PARTICIPAÇÃO NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO POLICIAL EUROPEIA, DESIGNADAMENTE ATRAVÉS DA CONTRIBUIÇÃO OPERACIONAL NO QUADRO DA AGÊNCIA EUROPEIA DA GUARDA DE FRONTEIRAS E COSTEIRA (FRONTEX), DETERMINADA PELO AGRAVAMENTO DA CRISE MIGRATÓRIA QUE TEM ASSOLADO A EUROPA COM ORIGEM NO NORTE DE AFRICA E NO MÉDIO ORIENTE (PRINCÍPIOS E ESPÍRITO DE SOLIDARIEDADE, RECIPROCIDADE E COOPERAÇÃO ENTRE OS ESTADOS INTEGRANTES DA EU).

A EXECUÇÃO DESTE TIPO DE MISSÕES CONTRIBUI PARA O REFORÇO DE UMA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE PREVENÇÃO INTERNACIONAL E PRESTÍGIO NACIONAL, NO ÂMBITO DO ESPAÇO DE LIBERDADE DE SEGURANÇA E DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA, ATENDENDO AOS INTERESSES PERMANENTES DA SEGURANÇA NACIONAL. NESTE ÂMBITO, SERÃO POTENCIADAS AS AÇÕES A DESENVOLVER NO SEIO DA CPLP, IBERPOL, FIEP, EGF, EUPST, COM PAÍSES DO NORTE DE AFRICA E ONDE SEJA NECESSÁRIO, ATRAVÉS DE REQUISIÇÃO DA TUTELA.

A GLOBALIZAÇÃO DAS AMEAÇAS IMPÕEM O REFORÇO DA COOPERAÇÃO COM A GUARDIA CIVIL E A GENDARMERIE ROYAL MARROQUINA, POR NECESSIDADES DE SERVIÇO E PROXIMIDADE TERRITORIAL, SEM DESCURAR A INTENÇÃO DE CRIAR CARGOS FUNCIONAIS PARA OFICIAIS DA GNR NA EUROPOL E DPKO.

EDIFICAÇÃO E MELHORIA DAS CAPACIDADES OPERACIONAIS

CONSOLIDAÇÃO DA CAPACIDADE DE CIBERSEGURANÇA – VISANDO CONTRIBUIR DE FORMA DECISIVA PARA O REFORÇO DA «CIDADANIA DIGITAL», TORNANDO O CIBERESPAÇO UM AMBIENTE MAIS LIVRE, SEGURO E DE DESENVOLVIMENTO SOCIETÁRIO A GUARDA CONSOLIDARÁ A SUA CAPACIDADE DE CIBERSEGURANÇA (DOMÍNIOS DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIBERINTELIGÊNCIA). ESTA CAPACIDADE VISA PREVENIR, PREVER E REPRIMIR, DE FORMA CADA VEZ MAIS EFICAZ, AS ATIVIDADES CRIMINAIS QUE DECORRENTES DE ATOS PREPARATÓRIOS COM ORIGEM NO CIBERESPAÇO OU AQUELAS QUE PÕEM EM RISCO A SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS NACIONAIS.



SEGURANÇA INTERNA E POLÍTICA CRIMINAL		EG2020 QUAR 2017	PA2016/PA2017
<p><b>II. MODERNIZAR E RACIONALIZAR O SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA</b></p> <p>PROSSEGUIR A MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA, DE FORMA A TORNÁ-LO MAIS EFICAZ E ADEQUADO A RESPONDER ÀS NECESSIDADES DA ATUALIDADE.</p> <p><b>PRINCIPAIS MEDIDAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• REFORÇAR AS COMPETÊNCIAS DO SECRETÁRIO-GERAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA E CRIAR UM CENTRO DE COMANDO E CONTROLO.</li> <li>• INVESTIR NAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA AUMENTAR A EFICÁCIA E A EFICIÊNCIA DA ATIVIDADE OPERACIONAL.</li> <li>• AUMENTAR SIGNIFICATIVAMENTE O NÚMERO DE ELEMENTOS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA EM TRABALHO OPERACIONAL, DELIMITANDO OS PERÍMETROS DE AÇÃO REALIZÁVEIS POR PESSOAL NÃO OPERACIONAL OU ADMINISTRATIVO;</li> <li>• ELABORAR UM PLANO DAS INTERVENÇÕES A REALIZAR NO ÂMBITO DA REDE DE INFRAESTRUTURAS E DE EQUIPAMENTOS, VISANDO O PLANEAMENTO PLURIANUAL PARA A ÁREA DE INVESTIMENTOS, PARA A REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E PARA A MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, COM APROVEITAMENTO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS;</li> <li>• REESTRUTURAR O SISTEMA DE ENSINO DAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA, PARTILHANDO INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO, COMPETÊNCIAS E RECURSOS (ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DE CURSOS COMUNS – DE NÍVEL INICIAL, INTERMÉDIO E SUPERIOR);</li> <li>• DIGNIFICAÇÃO DOS AGENTES DOS SERVIÇOS E FORÇAS DE SEGURANÇA.</li> </ul>	<p><b>QUAR 0E 01</b> - OTIMIZAR A CAPACIDADE DO DISPOSITIVO POLICIAL, REFORÇANDO OS MEIOS OPERACIONAIS E A PRESENÇA E VISIBILIDADE EM ZONAS DE MAIOR RISCO, VISANDO ASSEGURAR A ADEQUAÇÃO AO SERVIÇO PRESTADO ÀS NECESSIDADES E EXPECTATIVAS DAS POPULAÇÕES.</p> <p><b>QUAR 0E 07</b> - PRIVILEGIAR O RECURSO A NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO, VALORIZANDO A FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS, DESMATERIALIZANDO ATOS E SIMPLIFICANDO PROCEDIMENTOS, VISANDO REQUALIFICAR O SERVIÇO OPERACIONAL E DE APOIO, POTENCIANDO UMA MAIOR ARTICULAÇÃO ENTRE AS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA;</p> <p><b>QUAR 0E 08</b> - MELHORAR A CAPACIDADE INTEGRADA DE COMANDO, COORDENAÇÃO E CONTROLO ARTICULADA COM GESTÃO DAS ÁREAS DE APOIO OPERACIONAL, POTENCIANDO OS SISTEMAS TECNOLÓGICOS E DE INFORMAÇÃO, DE FORMA A CONDUZIR COM EFICÁCIA ACRESCIDAS OPERAÇÕES AOS NÍVEIS TÁTICO (COMANDO TERRITORIAIS) E TÁTICO-OPERACIONAL (COMANDO OPERACIONAL)</p>		
<p><b>III. CRIAR UM PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA DE PROXIMIDADE E DESENVOLVER OS ATUAIS PROGRAMAS</b></p> <p>NOVA GERAÇÃO DE AÇÕES DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE.</p> <p><b>PRINCIPAIS MEDIDAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ATUALIZAR E ESTABELECEER UMA NOVA GERAÇÃO DE CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA;</li> <li>• INCREMENTAR A FORMAÇÃO E O PAPEL DOS CONSELHOS LOCAIS DE SEGURANÇA;</li> <li>• DESENVOLVER UM PROGRAMA DE PREVENÇÃO E SECURITIZAÇÃO ESPECÍFICO PARA AS GRANDES ÁREAS METROPOLITANAS;</li> <li>• ATUALIZAR OS PLANOS E METODOLOGIAS DE FORMAÇÃO PARA A PREVENÇÃO E SEGURANÇA DE PROXIMIDADE;</li> <li>• GARANTIR A INTEGRAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL DOS VÁRIOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA E COMPATIBILIZAR AS MISSÕES DAS VÁRIAS INSTÂNCIAS COM INTERVENÇÃO OPERACIONAL NO TERRENO – NOMEADAMENTE POLÍCIAS NACIONAIS, POLÍCIAS MUNICIPAIS, GUARDAS-NOTURNOS E FUNÇÕES DE SEGURANÇA PRIVADA;</li> <li>• DINAMIZAR A INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE VIDEOVIGILÂNCIA EM ZONAS DE RISCO;</li> <li>• ALARGAR E RECONFIGURAR A VOCAÇÃO E AS CAPACIDADES DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO;</li> <li>• MELHORAR E DESENVOLVER OS ATUAIS PROGRAMAS NOS DOMÍNIOS DAS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E DE SEGURANÇA DE PROXIMIDADE;</li> </ul>	<p><b>QUAR 0E 02</b> - REFORÇAR O PATRULHAMENTO DE PROXIMIDADE, ORIENTADO PARA A PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS EM GERAL E, EM PARTICULAR, DAS PESSOAS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS, COMO AS CRIANÇAS, OS JOVENS, OS IDOSOS E AS VÍTIMAS DE MAUS-TRATOS</p>	<p><b>MELHORIA DA PERFORMANCE ORGANIZACIONAL, DA QUALIDADE E DO SERVIÇO PRESTADO À SOCIEDADE</b></p> <p>ENFOQUE NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE DINÂMICAS DE QUALIDADE (REGULAÇÃO E UNIFORMIZAÇÃO DO ATENDIMENTO) E DO REFORÇO DA FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DOS MILITARES AFETOS A TAREFAS DE ATENDIMENTO DIRETO AO PÚBLICO;</p> <p>MELHORIA DAS INFRAESTRUTURAS E DOS SISTEMAS DE GESTÃO E DE APOIO AO ATENDIMENTO;</p> <p>DESENVOLVIMENTO DE REFERENCIAIS DE COMPETÊNCIAS DOS COMANDANTES DE POSTO E DOS GUARDAS PATRULHEIROS, EM ARTICULAÇÃO COM O REFORÇO DA FORMAÇÃO NESTE DOMÍNIO;</p> <p>UMA CLARA APOSTA NA QUALIDADE, INOVAÇÃO E NA MELHORIA CONTÍNUA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE E AO CIDADÃO, DANDO CORPO AO COMPROMISSO FIRMADO NA CARTA DE QUALIDADE INSTITUCIONAL, OPERACIONALIZANDO-O NOMEADAMENTE ATRAVÉS DE DINÂMICAS E PARCERIAS ESTRATÉGICAS DE FORMAÇÃO NESTE DOMÍNIO.</p> <p><b>POTENCIAR O RELACIONAMENTO DA GUARDA COM O CIDADÃO:</b></p> <p>REFORÇO DA PROXIMIDADE COM O CIDADÃO, DINAMIZANDO, POR UM LADO, OS TRADICIONAIS PROGRAMAS ESPECIAIS DE PREVENÇÃO E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ATRAVÉS DE PARCERIAS LOCAIS, E POR OUTRO, ATRAVÉS DA DISPONIBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER INOVADOR QUE FOMENTAM E POTENCIAM A INTERAÇÃO DA GUARDA COM O CIDADÃO E COM A SOCIEDADE, NUMA CLARA APOSTA DA TECNOLOGIA AO SERVIÇO DA ATIVIDADE OPERACIONAL.</p>	

SEGURANÇA INTERNA E POLÍTICA CRIMINAL	EG2020 QUAR 2017	PA2016/PA2017
<p>• ASSEGURAR, DE FORMA INTEGRADA, O APERFEIÇOAMENTO DO CONTRIBUTO POLICIAL PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, NOMEADAMENTE ATRAVÉS DA ESPECIAL FORMAÇÃO DOS AGENTES, DO INCREMENTO DOS ESPAÇOS RESERVADOS DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS, DO DESENVOLVIMENTO DE MECANISMOS PRECOZES DE DESPISTAGEM DOS RISCOS NA SEQUÊNCIA DAS QUEIXAS, DA INTERAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES LOCAIS DE ACOMPANHAMENTO E ACOLHIMENTO.</p> <hr/> <p><b>IV. INCREMENTAR A PREVENÇÃO E O CONTROLO DA CRIMINALIDADE GRAVE, VIOLENTA E ALTAMENTE ORGANIZADA</b></p> <p><b>PRINCIPAIS MEDIDAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MANTER ATUALIZADAS AS ORIENTAÇÕES DE POLÍTICA CRIMINAL;</li> <li>• INTERVENÇÃO SOBRE OS FENÓMENOS DE VIOLÊNCIA ASSOCIADOS AOS ESPETÁCULOS E, PARTICULARMENTE, ÀS ATIVIDADES DESPORTIVAS, COM ESPECIAL INCIDÊNCIA NA DISSUAÇÃO NAS MANIFESTAÇÕES DE RACISMO, DE XENOFOBIA E DE INTOLERÂNCIA, PROMOVENDO-SE O COMPORTAMENTO CÍVICO E A TRANQUILIDADE NA FRUIÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS;</li> <li>• REALIZAÇÃO, REGULAR, DE OPERAÇÕES ESPECIAIS RELATIVAS AO CONTROLO DE ARMAS E MUNIÇÕES;</li> <li>• MELHORARIA DA CAPACITAÇÃO DAS FSS NO ESCLARECIMENTO CÉLERE DO CRIME GRAVE E ORGANIZADO, EM PARTICULAR DO TERRORISMO, DA CIBERCRIMINALIDADE, DOS CRIMES CONTRA A AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL E DA CRIMINALIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA, EM PARTICULAR DA CORRUPÇÃO.</li> </ul> <hr/> <p><b>V. MELHORAR O SISTEMA DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE CRIME E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RISCO</b></p> <p>MELHORAR O SISTEMA DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE CRIME VIOLENTO E DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, BEM COMO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RISCO.</p> <p><b>PRINCIPAIS MEDIDAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• REFORMA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES;</li> <li>• COBERTURA NACIONAL PROGRESSIVA DOS SERVIÇOS DE APOIO À VÍTIMA DE CRIME;</li> <li>• APROFUNDAMENTO DA PREVENÇÃO E DO COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÉNERO E DOMÉSTICA, ATRAVÉS DE UMA ESTRATÉGIA NACIONAL ABRANGENTE, (CONVENÇÃO DE ISTAMBUL E CONVENÇÃO SOBRE O TRÁFICO DE SERES HUMANOS);</li> <li>• INCREMENTO DOS MECANISMOS DA VIGILÂNCIA ELETRÓNICA E DE TELEASSISTÊNCIA NO APOIO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA;</li> <li>• CRIAÇÃO DE UMA REDE DE ESPAÇOS SEGUROS PARA VISITAS ASSISTIDAS E ENTREGA DE CRIANÇAS E JOVENS NO ÂMBITO DOS REGIMES DE RESPONSABILIDADES PARENTAIS.</li> </ul>		<p><b>EDIFICAÇÃO E MELHORIA DAS CAPACIDADES OPERACIONAIS - ASSENTE NAS SEGUINTESS PREMISSAS:</b></p> <p>MELHORAR O SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA GUARDA (SIG) – APOIADA NO PROJETO DE INTEROPERABILIDADE TECNOLÓGICA, A GNR IRÁ CONTINUAR A APOIAR A UNIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ATRAVÉS DA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA QUE PERMITE O PROCESSAMENTO CENTRALIZADO E A PARTILHA DE INFORMAÇÕES CRÍTICAS TANTO INTERNA COMO EXTERNAMENTE, GARANTINDO MAIOR CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO CORRENTE EM TEMPO REAL, ÚTIL PARA O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO OPERACIONAL.</p> <p>INCREMENTAR A EFICIÊNCIA, EFICÁCIA, USABILIDADE E INTEROPERABILIDADE DO SIIOP - NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE RACIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO IMPORTA GARANTIR A EVOLUÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS DE POLÍCIA (SIIOP) PARA UMA PLATAFORMA MAIS ERGONÓMICA AO TRABALHO DESENVOLVIDO PELOS MILITARES NO TERRENO E GARANTIR INTEROPERABILIDADE COM OS RESTANTES SISTEMAS DE GESTÃO DE RECURSOS INTERNOS INICIADO DO ANTECEDENTE.</p> <p>CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA SIVICC – CONSIDERADO DESÍGNIO NACIONAL E EUROPEU, A GUARDA MANTERÁ O ESFORÇO NA OPERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DESTA SISTEMA ATRAVÉS DO REFORÇO DE MEIOS OPERACIONAIS, DA SUA INTEGRAÇÃO E INTEROPERABILIDADE COM O SIVE ESPANHOL E COM O EUROSUR PARA ASSEGURAR A PARTILHAR DE INFORMAÇÃO EM TEMPO REAL.</p> <p>ALARGAR O SISTEMA ÀS REGIÕES AUTÓNOMAS, MEDIANTE A CAPTAÇÃO DE COFINANCIAMENTO. O PROJETO DE EXTENSÃO DENOMINADO SIVICC PLUS, TERÁ DUAS FASES: A PRIMEIRA ENTRE 2016-2017 COM A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, E A SEGUNDA, EM FASE POSTERIOR, PREVISIVELMENTE ENTRE 2018-2019, NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES.</p> <p>CONSOLIDAÇÃO DA CAPACIDADE DE CIBERSEGURANÇA – VISANDO CONTRIBUIR DE FORMA DECISIVA PARA O REFORÇO DA «CIDADANIA DIGITAL», TORNANDO O CIBERESPAÇO UM AMBIENTE MAIS LIVRE, SEGURO E DE DESENVOLVIMENTO SOCIETÁRIO A GUARDA CONSOLIDARÁ A SUA CAPACIDADE DE CIBERSEGURANÇA (DOMÍNIOS DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIBERINTELIGÊNCIA). ESTA CAPACIDADE VISA PREVENIR, PREVER E REPRIMIR, DE FORMA CADA VEZ MAIS EFICAZ, AS ATIVIDADES CRIMINAIS QUE DECORRENTES DE ATOS PREPARATÓRIOS COM ORIGEM NO CIBERESPAÇO OU AQUELAS QUE PÕEM EM RISCO A SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS NACIONAIS.</p> <p>OTIMIZAÇÃO E SUPORTE DAS REDES DE COMUNICAÇÕES – CONSIDERANDO AS PREMISSAS ACIMA REFERIDAS, A REDES DE COMUNICAÇÕES SIRESP E RNSI, QUE PERMITEM A DISPONIBILIDADE DA MALHA DIGITAL EM TODOS OS RECURSOS DA GUARDA, ENVOLVENDO AS COMUNICAÇÕES DE VOZ CONVERGENTES FULL-DUPLEX E DE TRUKING, BEM COMO DOS SERVIÇOS APLICACIONAIS DE ÂMBITO OPERACIONAL E DE APOIO , ATRAVÉS DA RENOVAÇÃO A ATUALIZAÇÃO DOS SEUS TERMINAIS E NÓS DE COMUTAÇÃO, BEM COMO DA MAXIMIZAÇÃO DA SUA DISPONIBILIDADE GLOBAL, ATRAVÉS DA MELHORIA DA ROBUSTEZ, SEGURANÇA E REDUNDÂNCIA DOS SEUS NÓS.</p> <p>MELHORIA DA INTEGRAÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO – ABRANGENDO A DISPONIBILIDADE DE TELESERVIÇOS DE VIDEOCONFERÊNCIA, DE VIDEOVIGILÂNCIA E MULTIMÉDIA, OTIMIZANDO OS FLUXOS DESTES TIPO DE INFORMAÇÃO, QUE A NÍVEL DOS CENTROS DE DECISÃO DA GUARDA QUER INCREMENTANDO A CAPACIDADE DOS SISTEMAS DE PROCESSAMENTO, QUER CRIANDO SINERGIAS COM OUTROS SISTEMAS DO MAI.</p>



SEGURANÇA INTERNA E POLÍTICA CRIMINAL

EG2020  
QUAR 2017

PA2016/PA2017

VI. MELHORAR A EFICIÊNCIA DA PROTEÇÃO CIVIL E AS CONDIÇÕES DE PREVENÇÃO E SOCORRO

INCREMENTO DA EFICIÊNCIA DA PROTEÇÃO CIVIL A AS CONDIÇÕES DE PREVENÇÃO E SOCORRO FACE A ACIDENTES E CATÁSTROFES.

PRINCIPAIS MEDIDAS:

- CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, CLARIFICANDO AS COMPETÊNCIAS DAS AUTORIDADES POLÍTICAS, DE COORDENAÇÃO E OPERACIONAIS NOS NÍVEIS NACIONAL, REGIONAL, DISTRITAL E MUNICIPAL;
- IMPLEMENTAÇÃO DA DIRETIVA OPERACIONAL PERMANENTE, EM TODOS OS PATAMARES DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CIVIL (NACIONAL, REGIONAL, DISTRITAL E MUNICIPAL);
- ENQUADRAMENTO OPERACIONAL E TERRITORIAL DO GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTEÇÃO E SOCORRO (GIPS) DA GNR E DA FORÇA ESPECIAL DE BOMBEIROS (FEB) DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, GARANTINDO UMA MAIOR FLEXIBILIDADE E CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO DO DISPOSITIVO DE OPERAÇÕES DE SOCORRO E OS NECESSÁRIOS NÍVEIS DE PRONTIDÃO E DE MOBILIZAÇÃO, DURANTE TODO O ANO, EM FUNÇÃO DOS NÍVEIS DE ALERTA E DA EFETIVA OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL;
- FORTALECIMENTO DO PATAMAR MUNICIPAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CIVIL;
- DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE MONITORIZAÇÃO DE RISCO, DE AVISO E DE ALERTA PRECOCE, DESIGNADAMENTE EM COOPERAÇÃO COM AS UNIVERSIDADES E OS CENTROS DE INVESTIGAÇÃO, FACE A DIFERENTES SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA;
- DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE APOIO À DECISÃO OPERACIONAL, COM A GEORREFERENCIAÇÃO DE MEIOS OPERACIONAIS E COM O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE VIDEOVIGILÂNCIA;
- INCREMENTO DA RESILIÊNCIA NO TERRITÓRIO, MINIMIZANDO OS RISCOS ASSOCIADOS À OCORRÊNCIA DE ACIDENTES GRAVES E CATÁSTROFES, ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, BEM COMO DE INTERVENÇÕES NAS FLORESTAS, NO LITORAL E NAS CIDADES;
- MODERNIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS E DA FORMAÇÃO DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL;
- APROFUNDAMENTO DAS CONDIÇÕES DE COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO DAS VÁRIAS VALÊNCIAS DA PROTEÇÃO CIVIL, COM RELEVO PARA O PLANEAMENTO CIVIL DE EMERGÊNCIA;
- CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA A AUTOPROTEÇÃO E PARA A CRIAÇÃO DE COMUNIDADES RESILIENTES A CATÁSTROFES;
- ATUALIZAÇÃO DO REGIME LEGAL DA PROTEÇÃO CIVIL;
- IDENTIFICAÇÃO DAS FORMAS DE COORDENAÇÃO PERMANENTE ENTRE O SISTEMA DE PROTEÇÃO CIVIL E AS FORÇAS ARMADAS;
- ATUALIZAR OS MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO ENTRE AS AUTORIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL, AS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS, OS ÓRGÃOS DE POLÍCIA CRIMINAL E OS SERVIÇOS DE MEDICINA LEGAL EM SITUAÇÃO DE CRIME OU CATÁSTROFE DE GRANDES PROPORÇÕES.

QUAR 0E 01 - OTIMIZAR A CAPACIDADE DO DISPOSITIVO POLICIAL, REFORÇANDO OS MEIOS OPERACIONAIS E A PRESENÇA E VISIBILIDADE EM ZONAS DE MAIOR RISCO, VISANDO ASSEGURAR A ADEQUAÇÃO AO SERVIÇO PRESTADO ÀS NECESSIDADES E EXPECTATIVAS DAS POPULAÇÕES.

PROTEÇÃO E SOCORRO

ATENDENDO À GEOGRAFIA, ÀS CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS DO TERRENO E CONDIÇÕES CLIMATÉRICAS EXISTENTES NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, PREVÊ-SE, À SEMELHANÇA DO QUE JÁ ACONTECE NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, A POSSIBILIDADE DA CRIAÇÃO E ESTABELECIMENTO DE EQUIPAS PERMANENTES DO GRUPO DE INTERVENÇÃO, PROTEÇÃO E SOCORRO DA UNIDADE DE INTERVENÇÃO DURANTE O ANO DE 2017.



SEGURANÇA INTERNA E POLÍTICA CRIMINAL	EG2020 QUAR 2017	PA2016/PA2017
<p><b>VII. PROMOVER A SEGURANÇA RODOVIÁRIA E DIMINUIR A SINISTRALIDADE</b></p> <p>ATUALIZAR E DESENVOLVER A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A SEGURANÇA RODOVIÁRIA, A APLICAR NO PERÍODO 2016-2022, MEDIANTE AVALIAÇÃO GLOBAL DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NOS GRUPOS DE RISCO E DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS CORRETIVAS DOS FATORES DE RISCO NO AMBIENTE RODOVIÁRIO.</p> <p><b>PRINCIPAIS MEDIDAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• LANÇAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICONACIONAL DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA 2016-2020</li><li>• INCENTIVAR TODOS OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES A ELABORAR E APROVAR OS RESPECTIVOS PLANOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA;</li><li>• CONCRETIZAR E ALARGAR A REDE NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO AUTOMÁTICA DE VELOCIDADE (SINCRO);</li><li>• MELHORAR A ARTICULAÇÃO E A PARTILHA DE INFORMAÇÃO ENTRE AS TODAS AS ENTIDADES COM INFORMAÇÃO SOBRE OS VEÍCULOS OU OS SEUS PROPRIETÁRIOS E CONDUTORES E AS FORÇAS DE SEGURANÇA;</li><li>• REFORÇAR AS MEDIDAS DE SINALIZAÇÃO DE «PONTOS NEGROS» E AUMENTAR AS AÇÕES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DAS VIAS RODOVIÁRIAS;</li><li>• DESENVOLVER UM PLANO NACIONAL DE PROTEÇÃO DA CIRCULAÇÃO PEDONAL E COMBATE AOS ATROPELAMENTOS;</li><li>• DESENVOLVER CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO MAIS EFICAZES CONTRA COMPORTAMENTOS DE RISCO NO AMBIENTE RODOVIÁRIO E CONCRETIZAR UM PROGRAMA NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO, A CUSTO SIMBÓLICO, DE DISPOSITIVOS DESCARTÁVEIS DE CONTROLO DA ALCOOLEMIA EM AMBIENTES NOTURNOS.</li></ul>	<p><b>QUAR 0E 05</b> - GARANTIR UMA VISÃO CENTRALIZADA DA MISSÃO DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA E DE VIGILÂNCIA DA REDE VIÁRIA FUNDAMENTAL, VALORIZANDO A APOSTA NA PREVENÇÃO E NA FISCALIZAÇÃO SELETIVA DOS COMPORTAMENTOS DE MAIOR RISCO;</p>	<p><b>SEGURANÇA RODOVIÁRIA</b></p> <p>EM MATÉRIA DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA DE VIGILÂNCIA DA REDE VIÁRIA FUNDAMENTAL, A GUARDA MANTERÁ A APOSTA NA PREVENÇÃO E NA FISCALIZAÇÃO SELETIVA DOS COMPORTAMENTOS DE MAIOR RISCO. DESENVOLVERÁ PARA O EFEITO UM CONJUNTO DIVERSIFICADO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO, DE ÂMBITO LOCAL E DE ÂMBITO NACIONAL, TENDO POR FINALIDADE MANTER A TENDÊNCIA DE REDUÇÃO DOS NÍVEIS DE SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA VERIFICADOS NA ÚLTIMA DÉCADA.</p> <p>AINDA NESTE DOMÍNIO SERÃO DESENVOLVIDOS ESFORÇOS NO SENTIDO DA MELHORIA DAS APLICAÇÕES INFORMÁTICAS DE APOIO À ATIVIDADE OPERACIONAL, DESMATERIALIZANDO OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE DECORREM DA FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA E DESENVOLVENDO AS CAPACIDADES DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE APOIO À ATIVIDADE OPERACIONAL. ENQUADRA-SE NESTE CONTEXTO O ALARGAMENTO DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTRAORDENAÇÕES DE TRÂNSITO (SCOT) A TODAS AS UNIDADES DA GUARDA, DE FORMA PROGRESSIVA E FASEADA AO LONGO DO ANO.</p> <p>COM ESTA ATUAÇÃO A GUARDA PRETENDE GARANTIR UMA VISÃO CENTRALIZADA E INTEGRADORA DA MISSÃO DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA E DE VIGILÂNCIA DA REDE VIÁRIA FUNDAMENTAL E COMPLEMENTAR.</p>
<p><b>I. REORGANIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS LIGADAS À ÁREA DA SEGURANÇA,</b></p> <p>ATRÁVÉS DE UM LEVANTAMENTO CRITERIOSO DAS NECESSIDADES EM TERMOS DE SEGURANÇA INTERNA, COM VISTA À ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAL PARA QUALIFICAÇÃO DOS ATIVOS (INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS) DAS FORÇAS DE SEGURANÇA. SERÁ DEFINIDO, DE ACORDO COM CRITÉRIOS DE SEGURANÇA INTERNA E DE URGÊNCIA NA INTERVENÇÃO FACE À DEGRADAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS, UM PLANO DE MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS AFETOS ÀS FORÇAS DE SEGURANÇA. NESTE SENTIDO, SERÃO REANALISADAS AS OBRAS LANÇADAS SEM CRITÉRIO, E/OU COM CRITÉRIOS DE DÚBIA ROBUSTEZ, EM QUE NÃO FOI AVALIADA A SUA NECESSIDADE, A SUA CONSISTÊNCIA E A SUA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA. EVITANDO, DESTA FORMA, PROJETOS LANÇADOS CASUÍSTICAMENTE E SEM ESTAREM ALICERÇADOS NUM PLANO NACIONAL DE REORGANIZAÇÃO E REFORMULAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA.</p>	<p><b>QUAR 0E 01</b> - OTIMIZAR A CAPACIDADE DO DISPOSITIVO POLICIAL, REFORÇANDO OS MEIOS OPERACIONAIS E A PRESENÇA E VISIBILIDADE EM ZONAS DE MAIOR RISCO, VISANDO ASSEGURAR A ADEQUAÇÃO AO SERVIÇO PRESTADO ÀS NECESSIDADES E EXPECTATIVAS DAS POPULAÇÕES.</p> <p><b>QUAR 0E 09</b> - GARANTIR O CONCURSO A LINHAS DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO NO ÂMBITO DOS FUNDOS ESTRUTURAIS, DE INVESTIMENTO E ESPECÍFICOS E OUTRAS FORMAS DE FINANCIAMENTO PÚBLICO, FUNDAMENTAIS PARA POTENCIAR AS CAPACIDADES E VALÊNCIAS DA GUARDA;</p>	<p><b>MELHORIA DA PERFORMANCE ORGANIZACIONAL, DA QUALIDADE E DO SERVIÇO POLICIAL PRESTADO À SOCIEDADE - ASSENTE NAS SEGUINTESS PREMISSAS:</b></p> <p>ENFOQUE NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE DINÂMICAS DE QUALIDADE (REGULAÇÃO E UNIFORMIZAÇÃO DO ATENDIMENTO) E DO REFORÇO DA FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DOS MILITARES AFETOS A TAREFAS DE ATENDIMENTO DIRETO AO PÚBLICO;</p> <p>MELHORIA DAS INFRAESTRUTURAS E DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS DE GESTÃO E DE APOIO AO ATENDIMENTO;</p> <p>DESENVOLVIMENTO DE REFERENCIAIS DE COMPETÊNCIAS DOS COMANDANTES DE POSTO E DOS GUARDAS PATRULHEIROS, EM ARTICULAÇÃO COM O REFORÇO DA FORMAÇÃO NESTE DOMÍNIO;</p> <p><b>TECNOLOGIA AO SERVIÇO DA ATIVIDADE OPERACIONAL:</b></p> <p>DIRIGIR O ESFORÇO DE INOVAÇÃO PARA A INTEROPERABILIDADE TECNOLÓGICA ENTRE OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (OPERACIONAIS, DE GESTÃO E DE APOIO) E ENTRE SALAS DE SITUAÇÃO, REALIZANDO O LEVANTAMENTO DOS PROCESSOS-CHAVE FUNDAMENTAIS PARA A PRETENDIDA TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL, QUE POSSIBILITE SUPRIMIR REDUNDÂNCIAS AO MESMO TEMPO QUE INCREMENTA A QUALIDADE DE GESTÃO E GARANTE UMA PERSPETIVA AGREGADA DA PERFORMANCE INSTITUCIONAL.</p> <p>A INTEGRAÇÃO TOTAL DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS NUMA PLATAFORMA ÚNICA CONSTITUI O PROJETO FUNDAMENTAL PARA TRANSFORMAR A GUARDA NUMA INSTITUIÇÃO DE VANGUARDA, QUER NO DOMÍNIO TECNOLÓGICO, COMO TAMBÉM NA ATUAÇÃO DIÁRIA JUNTO DAS POPULAÇÕES.</p>
<p><b>II. INVESTIMENTO NOS RECURSOS TECNOLÓGICOS,</b></p> <p>COM A IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS QUE PERMITAM AUMENTAR A EFICIÊNCIA ORGANIZACIONAL, A PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E A RESPONSABILIZAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA.</p>		



PROGRAMA DO GOVERNO XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL		ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL	
SEGURANÇA INTERNA E POLÍTICA CRIMINAL		EG2020 QUAR 2017	PA2016/PA2017
<p>III. INVESTIMENTO NOS RECURSOS HUMANOS, RECONHECENDO AS ESPECIFICIDADES DA CONDIÇÃO POLICIAL, CONFERINDO ESPECIAL ATENÇÃO À DIGNIFICAÇÃO DOS AGENTES, DOS SERVIÇOS E FORÇAS DE SEGURANÇA.</p>	<p>QUAR 0E 01 - OTIMIZAR A CAPACIDADE DO DISPOSITIVO POLICIAL, REFORÇANDO OS MEIOS OPERACIONAIS E A PRESENÇA E VISIBILIDADE EM ZONAS DE MAIOR RISCO, VISANDO ASSEGURAR A ADEQUAÇÃO AO SERVIÇO PRESTADO ÀS NECESSIDADES E EXPECTATIVAS DAS POPULAÇÕES.</p>	<p><b>MELHORIA DA PERFORMANCE ORGANIZACIONAL, DA QUALIDADE E DO SERVIÇO POLICIAL PRESTADO À SOCIEDADE</b></p> <p>REVISÃO DE REGIMES JURÍDICOS ESTRUTURANTES (LEI ORGÂNICA, ESTATUTO E REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DO MÉRITO DOS MILITARES DA GNR);</p> <p>DESENVOLVIMENTO DE REFERENCIAIS DE COMPETÊNCIAS DOS COMANDANTES DE POSTO E DOS GUARDAS PATRULHEIROS, EM ARTICULAÇÃO COM O REFORÇO DA FORMAÇÃO NESTE DOMÍNIO;</p> <p><b>GESTÃO DO CONHECIMENTO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS:</b></p> <p>VISANDO CONSOLIDAR O CONHECIMENTO E DOUTRINA INSTITUCIONAL E CAPACITAR OS MILITARES PARA O EXIGENTE EXERCÍCIO DE FUNÇÕES, ASSUME-SE A PRIORIDADE DE GARANTIR A CRIAÇÃO DA ÁREA CIENTÍFICA DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNA E DOS FENÓMENOS CRIMINAIS NO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR.</p> <p>NO DOMÍNIO DA QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS A GUARDA MANTERÁ O ESFORÇO DE FORMAÇÃO GARANTINDO QUE PARTE MUITO SIGNIFICATIVA DOS SEUS RECURSOS HUMANOS BENEFICIE DE AÇÕES DE FORMAÇÃO QUE POSSIBILITEM MELHORAR A SUA PERFORMANCE AO MESMO TEMPO QUE LHE CONFERE UMA MAIOR VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E PESSOAL.</p> <p>COM O DESIDERATO DE MELHORAR O SISTEMA DE FORMAÇÃO DA GUARDA SERÃO DESENVOLVIDAS EM 2017 UM CONJUNTO DE INICIATIVAS ESTRUTURAIS E QUE PROMETEM ALTERAR O PARADIGMA DE ENSINO E FORMAÇÃO. ENTRE ESSAS MEDIDAS DESTACA-SE A CONCEÇÃO DO «MODELO DA GESTÃO DA FORMAÇÃO POR COMPETÊNCIAS» (ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE REFERENCIAIS DE COMPETÊNCIAS), A PROGRAMAÇÃO DO «SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE» E, AINDA, A «ACREDITAÇÃO DO SISTEMA DE FORMAÇÃO DA GNR». EM COMPLEMENTO PREVÊ-SE AINDA A CONSTITUIÇÃO DO «CENTRO DE LIÇÕES APRENDIDAS DA GUARDA».</p> <p>NO CAMPO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AO SERVIÇO DA FORMAÇÃO, EM 2017 SERÁ EQUACIONADA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA E-LEARNING MAIS ABRANGENTE, APROVEITANDO E POTENCIANDO A UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E REDES MÓVEIS FACILITADORES DA INTERAÇÃO DA ENTIDADE FORMADORA (ESCOLA DA GUARDA E UNIDADES ESPECIALIZADAS), DOS DOCENTES E OS DISCENTES. POR FIM, TENCIONA-SE DESENVOLVER A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PORTAL DA FORMAÇÃO (PLATAFORMA DE LEARNING MANAGEMENT SYSTEM - LMS).</p>	

Figura 11 – Políticas públicas versus estratégia organizacional



## 10.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

No que diz respeito aos objetivos para o ano económico de 2016, importa salientar que estes decorrem dos que foram definidos na **Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de Futuro**, documento que pela primeira vez na já longa História desta centenária Instituição pretende instituir uma cultura de qualidade e rigor na prestação do serviço às populações assente em modernas ferramentas de gestão de reconhecido valor e utilidade, aliando por um lado a gestão por objetivos à metodologia *Balanced Scorecard*, por outro, a qualidade e responsabilidade social.

Com efeito, o documento **Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de Futuro** preconiza para a Instituição um compromisso com o futuro, impelindo todos os servidores da Guarda a cogitarem sobre o caminho que a Guarda Nacional Republicana deverá trilhar para se afirmar como Instituição de referência, reconhecida a nível nacional e internacional no domínio da segurança, pela sua postura humana, próxima e de confiança.

Nesse sentido, os Objetivos Estratégicos e Operacionais que seguidamente se apresentam, foram considerados no Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2016 submetido à aprovação de Sua Excelência a Ministra da Administração Interna.

Têm por referência a Visão e as linhas de orientação estratégicas citadas, coerentes com os princípios e estratégias de ação enformadoras do documento de Estratégia de Segurança Interna da União Europeia, alinhados com os desígnios do programa do XXI Governo Constitucional, Grandes Opções do Plano e Orientações Estratégicas inscritas no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) em matéria de segurança interna, apresentados nas Orientações gerais do presente capítulo.

Prevaleceu, na sua definição, alguma ambição, na certeza de que esta poderia funcionar como motor e catalisador do esforço, contribuindo para uma mais rápida adaptação da Instituição às novas exigências e aos novos desafios, numa linha de continuidade com aqueles que haviam sido definidos no ciclo anterior.

Foram assim definidos dez grandes Objetivos Estratégicos, tomando por referência as linhas mestras das políticas públicas apresentadas, considerando os objetivos estratégicos consagrados na **Estratégia da Guarda 2020 – Uma estratégia de Futuro, bem como ainda** o histórico de objetivos definidos nos Quadros de Avaliação e Responsabilização anteriores (2008-2011), que à semelhança do ciclo anterior, irão nortear a estratégia organizacional da Guarda nos próximos anos, atendendo que a sua vigência se estende a um horizonte temporal de médio prazo:

- OE1.** Otimizar a capacidade do dispositivo policial, reforçando os meios operacionais e a presença e visibilidade em zonas de maior risco, visando assegurar a adequação ao serviço prestado às necessidades e expectativas das populações;
- OE2.** Reforçar o patrulhamento de proximidade, orientado para a proteção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos;
- OE3.** Fomentar e potenciar uma maior interação Guarda-Cidadão, dinamizando os Programas Especiais de Prevenção e Policiamento, as parcerias locais e a utilização das redes e tecnologias de informação;
- OE4.** Intensificar o controlo das principais fontes de perigo, com a finalidade de prevenir, reduzir e reprimir a criminalidade, bem como outros comportamentos e condutas anti-sociais que possam por em causa a segurança e a tranquilidade dos cidadãos;
- OE5.** Garantir uma visão centralizada da missão de segurança rodoviária e de vigilância da rede viária fundamental, valorizando a aposta na prevenção e na fiscalização seletiva dos comportamentos de maior risco.
- OE6.** Potenciar as áreas da investigação e fiscalização de natureza tributária, fiscal, aduaneira, assim como, na vigilância, patrulhamento e interceção de toda a costa e mar territorial do País;



**OE7.** Privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação, valorizando a formação dos recursos humanos, desmaterializando atos e simplificando procedimentos, visando requalificar o serviço operacional e de apoio, potenciando uma maior articulação entre as Forças e Serviços de Segurança;

**OE8.** Melhorar a capacidade integrada de Comando, Coordenação e Controlo articulada com gestão das áreas de apoio operacional, potenciando os sistemas tecnológicos e de informação, de forma a conduzir com eficácia as operações aos níveis tático (Comando Territoriais) e tático-operacional (Comando Operacional);

**OE9.** Garantir o concurso a linhas de financiamento comunitário no âmbito dos fundos estruturais, de investimento e específicos e outras formas de financiamento público, fundamentais para potenciar as capacidades e valências da Guarda;

**OE10.** Firmar o empenhamento da Guarda na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de resposta a crises, bem como em missões de cooperação policial no âmbito da União Europeia.

## 11. PLANOS DE AÇÕES DE MELHORIA

Visando concretizar as orientações plasmadas na Estratégia da Guarda, definimos as seguintes prioridades e medidas para o ano em curso, fundamentais para a melhoria sustentada do desempenho institucional, cujos efeitos impactantes se pretendem refletir a médio prazo. Estas medidas serão também abordadas no Capítulo V - em 1.1.3 - CONCLUSÕES PROSPETIVAS.

- MELHORIA DA PERFORMANCE ORGANIZACIONAL, DA QUALIDADE E DO SERVIÇO POLICIAL PRESTADO À SOCIEDADE - assente nas seguintes premissas:
  - **Enfoque no atendimento ao Cidadão**, mediante a implementação de dinâmicas de qualidade (regulação e uniformização do atendimento) e do reforço da formação e sensibilização dos militares afetos a tarefas de atendimento direto ao público;
  - **Melhoria das infraestruturas e dos sistemas informáticos** de gestão e de apoio ao atendimento;
  - **Desenvolvimento de referenciais de competências** dos Comandantes de Posto e dos Guardas Patrulheiros, em articulação com o reforço da formação neste domínio;
  - **Revisão de regimes jurídicos estruturantes** (Lei Orgânica e Regulamento de Avaliação do Mérito dos militares da GNR);
  - Orientação do esforço Institucional através da **implementação do sistema de monitorização do Plano Estratégico da GNR 2020**, garantindo uma visão e controlo integrado das estratégias e objetivos fixados em articulação com os demais instrumentos de gestão previsionais e de prestação de contas institucionais;
- TECNOLOGIA AO SERVIÇO DA ATIVIDADE OPERACIONAL:

Dirigir o esforço de inovação para a **interoperabilidade tecnológica** entre os sistemas de informação (operacionais, de gestão e de apoio) e entre salas de situação, realizando o levantamento dos processos-chave fundamentais para a pretendida transformação organizacional, que possibilite suprimir redundâncias ao mesmo tempo que incrementa a qualidade de gestão e garante uma perspetiva agregada da performance institucional.

A integração total dos sistemas informáticos numa plataforma única, constitui o projeto fundamental para transformar a Guarda numa Instituição de vanguarda, quer no domínio tecnológico, como também na atuação diária junto das populações.



- POTENCIAR O RELACIONAMENTO DA GUARDA COM O CIDADÃO:

**Reforço da proximidade com o Cidadão**, dinamizando, por um lado, os tradicionais Programas Especiais de Prevenção e Policiamento e parcerias locais, e por outro, através da disponibilização de serviços de caráter inovador que fomentam e potenciam a interação da Guarda com o Cidadão e com a Sociedade, numa clara aposta da tecnologia ao serviço da atividade Operacional.

Nesse sentido, a Guarda propõe-se desenvolver os projetos inovadores «*Guarda Digital*» e «*e-Posto*» visando aprofundar o relacionamento e proximidade com o cidadão, fortalecendo o sentimento de segurança e prevenindo a delinquência e criminalidade.

- EDIFICAÇÃO E MELHORIA DAS CAPACIDADES OPERACIONAIS - assente nas seguintes premissas:

- **Edificação do Sistema de Informações da Guarda** – apoiada no projeto de interoperabilidade tecnológica, a Guarda desenvolverá o Sistema de Informações com a criação do Centro de Informações da Guarda (CIG). A implementação de um centro de informações constitui uma importante estrutura para unificar as informações, incrementando a capacidade de processar informação corrente em tempo real, útil para o processo de tomada de decisão operacional.

- **Revitalização do SIIOP** - No contexto das políticas de racionalização e modernização importa manter a opção pelo Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIIOP), sistema que permite, a par de outras medidas de simplificação e monitorização administrativa, prestar ao Cidadão um serviço policial de excelência, conferindo maior capacidade operacional no âmbito da prevenção e combate à criminalidade, ao mesmo tempo que potencia a interoperabilidade entre os sistemas dos vários parceiros que contribuem para a segurança nacional e internacional. A este propósito, é intento da Guarda alargar a formação, implementação e utilização do sistema SIIOP às regiões autónomas dos Açores e Madeira, garantindo que todas as unidades operacionais da Guarda operem o sistema em tempo real.

- **Consolidação do Sistema SIVICC** – considerado desígnio nacional e europeu, a Guarda manterá o esforço na operação e consolidação deste sistema através do reforço de meios operacionais, da sua integração e interoperabilidade com o SIVE Espanhol e com o EUROSUR para assegurar a partilha de informação em tempo real.

Neste âmbito, é ainda intento Institucional alargar o sistema às regiões autónomas, mediante a captação de cofinanciamento. O projeto de extensão denominado **SIVICC Plus**, terá duas fases: a primeira já em 2016 com a implementação do sistema na região autónoma da Madeira, e a segunda, em fase posterior, na região autónoma dos Açores.

- **Consolidação da capacidade de Cibersegurança** – visando contribuir de forma decisiva para o reforço da «Cidadania Digital», tornando o Ciberespaço um ambiente mais livre, seguro e de desenvolvimento societário a Guarda consolidará a sua capacidade de cibersegurança (domínios da segurança da informação e ciberinteligência). Esta capacidade visa prevenir e reprimir, de forma cada vez mais eficaz, as atividades criminais que são decorrentes de atos preparatórios com origem no ciberespaço ou aquelas que põem em risco a segurança de Informação das infraestruturas críticas nacionais.

- GESTÃO DO CONHECIMENTO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS:

Visando consolidar o conhecimento e doutrina institucional e capacitar os militares para o exigente exercício de funções, assume-se a prioridade de garantir a **criação da área científica dos Estudos de Segurança Interna e dos fenómenos criminais** no Instituto Universitário Militar.

No domínio da qualificação dos recursos humanos a Guarda manterá o esforço de formação garantindo que parte muito significativa dos seus recursos humanos beneficie de ações de formação que possibilitem melhorar a sua performance ao mesmo tempo que lhes confere uma maior valorização profissional e pessoal.

Com o desiderato de melhorar o sistema de formação da Guarda serão desenvolvidas em 2016 um conjunto de iniciativas estruturais e que prometem alterar o paradigma de ensino e formação. Entre essas medidas destaca-se a **conceção do «Modelo da Gestão da Formação por Competências»** (através da criação de referenciais de competências), a programação do «**Sistema de Gestão da Qualidade**» e, ainda,



a «Acreditação do Sistema de Formação da GNR». Em complemento prevê-se ainda a constituição do «Centro de Lições Aprendidas da Guarda».

No campo da inovação tecnológica ao serviço da formação, em 2016 será equacionada a **implementação de um sistema e-learning mais abrangente**, aproveitando e potenciando a utilização dos equipamentos e redes móveis facilitadores da interação da entidade formadora (Escola da Guarda e Unidades Especializadas), dos docentes e os discentes. Por fim, tenciona-se desenvolver a implementação de um portal da formação (plataforma de *Learning Management System* - LMS).

- REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:

Neste domínio importa firmar o empenhamento da Guarda e do Estado Português na execução da política externa, reforçando a participação no âmbito da cooperação policial europeia, designadamente através da contribuição operacional no quadro da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), determinada pelo agravamento da crise migratória que tem assolado a Europa com origem no Norte de África e no Médio Oriente.

A participação da Guarda no esforço coletivo da FRONTEX estabelece-se no quadro dos compromissos assumidos pelo Estado Português no Tratado da União Europeia (Tratado de Lisboa), fundado nos princípios e espírito de solidariedade, reciprocidade e cooperação entre os Estados integrantes da UE.

A execução deste tipo de missões contribui para o reforço de uma estratégia integrada de prevenção internacional e prestígio nacional, no âmbito do Espaço de Liberdade de Segurança e de Justiça da União Europeia, atendendo aos interesses permanentes da segurança nacional.

Neste âmbito, serão potenciadas as ações a desenvolver no seio da CPLP, IBERPOL, FIEP, EGF, EUPST, com países do norte de África e onde seja necessário, através de requisição da tutela.

A globalização das ameaças impõem o reforço da cooperação com a *Guardia Civil* e a *Gendarmerie Royal* Marroquina, por necessidades de serviço e proximidade territorial, sem descurar a intenção de criar cargos funcionais para oficiais da GNR na EUROPOL e DPKO.

- OTIMIZAR A CAPTAÇÃO DE COFINANCIAMENTO:

A implementação das medidas de capacitação e transformação organizacional assumidas como prioridades na Estratégia da Guarda, carecem de instrumentos capazes de as tornar realidade. Nesse sentido, a Guarda continuará a procurar através de Fundos Comunitários (fundos europeus estruturais e de investimento e fundos específicos) obter linhas de financiamento e disponibilizá-los para o desenvolvimento e aprofundamento de capacidades.





# Capítulo III

AUTOAVALIAÇÃO

### III.A. ANÁLISE DE RESULTADOS ALCANÇADOS E DESVIOS VERIFICADOS DE ACORDO COM O QUAR

#### 1. NOTA PRÉVIA

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a avaliação de desempenho (AD) de cada serviço assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), sujeito a avaliação permanente, do qual constam: a missão do serviço, os seus objetivos estratégicos plurianuais, os objetivos fixados anualmente (objetivos operacionais), os indicadores de desempenho, o grau de realização dos objetivos, a identificação dos desvios e respetivas causas e, finalmente, a avaliação final do desempenho do serviço. Os objetivos fixados aos serviços, no respetivo Quadro de Avaliação e Responsabilização, devem relacionar-se com os objetivos fixados aos dirigentes superiores, nas respetivas cartas de missão, contratos de gestão e aos trabalhadores, alinhando desta forma a ação de serviços, dirigentes e trabalhadores na prossecução das políticas públicas<sup>10</sup>.

O Quadro de Avaliação e Responsabilização da Guarda para 2016 (QUAR 2016), reporta o seu início a 1 de janeiro de 2016, após ter sido analisado e obtido parecer favorável da Secretaria-Geral da Administração Interna, cuja validação foi realizada segundo os parâmetros indicados no quadro seguinte:

<i>Os objetivos estratégicos estão alinhados com as políticas públicas</i>	<i>Existe adequação dos objetivos operacionais na prossecução dos objetivos estratégicos</i>	<i>Há equilíbrio nas ponderações dos parâmetros, qualidade, eficácia e eficiência, face à missão do organismo</i>	<i>Os indicadores de desempenho estão adequados aos objetivos que se pretendem medir (qualidade, eficácia e eficiência)</i>	<i>O grau de ambição e credibilidade das metas, face ao histórico do serviço é positivo</i>	<i>As fontes de verificação dos indicadores estão descritas</i>
--	--	---	---	---	---

Figura 12 – Grelha de Validação do QUAR GNR 2016

Com efeito, o QUAR da Guarda Nacional Republicana para 2016 contemplava 10 objetivos estratégicos (plenamente alinhados com a Estratégia da Guarda 2020), 9 objetivos operacionais com medição através de 42 indicadores, abrangendo os principais eixos da sua missão e do seu funcionamento interno. Na definição dos referidos objetivos, pugnou-se por uma metodologia de rigor. Decidimos aproveitar a lógica e a dinâmica intrínsecas ao modelo de gestão por objetivos, para construir e negociar metas ambiciosas, na certeza de que, só assim, seria possível desenvolver capacidades em alinhamento com as demandas da sociedade e, também, modernizar a Instituição de modo mais rápido e consistente.

No decurso do ano 2016, com fundamento na necessidade de avaliação permanente do nível do cumprimento dos objetivos definidos, foram realizadas monitorizações trimestrais, com vista à identificação das principais dificuldades, constrangimentos e eventuais desvios, habilitando o Comandante-Geral a emitir diretivas e a acionar medidas corretivas conducentes à sua integral concretização.

O presente relatório de autoavaliação encerra, pois, a derradeira etapa do ciclo de gestão, na medida em que permite avaliar o grau de realização dos objetivos definidos no QUAR, identificar os desvios ocorridos na sua prossecução e estabelecer um conjunto de ações que conduzam a um reforço positivo do desempenho. Nesse sentido, cumpre neste ponto efetuar uma análise individualizada da execução dos OOp, atentos os fatores conjunturais que condicionaram o desempenho da Guarda.

<sup>10</sup> Vide Deliberação do Conselho de Ministros n.º 772/2007, de 27 de dezembro



## 2. QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

### 2.1. APRESENTAÇÃO DO ORGANISMO

#### 2.1.1. ORGANISMO

A Guarda Nacional Republicana é, nos termos da sua Lei Orgânica, uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.

#### 2.1.2. MISSÃO

Assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional.

#### 2.1.3. VISÃO

Ser uma Força de Segurança humana, próxima e de confiança que se distinga pela excelência do serviço que presta e seja reconhecida como referência nacional e internacional no domínio da segurança.

### 2.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE1. Otimizar a capacidade do dispositivo policial, reforçando os meios operacionais e a presença e visibilidade em zonas de maior risco, visando assegurar a adequação ao serviço prestado às necessidades e expectativas das populações;

OE2. Reforçar o patrulhamento de proximidade, orientado para a proteção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos;

OE3. Fomentar e potenciar uma maior interação Guarda-Cidadão, dinamizando os Programas Especiais de Prevenção e Policiamento, as parcerias locais e a utilização das redes e tecnologias de informação;

OE4. Intensificar o controlo das principais fontes de perigo, com a finalidade de prevenir, reduzir e reprimir a criminalidade, bem como outros comportamentos e condutas anti-sociais que possam por em causa a segurança e a tranquilidade dos cidadãos;

OE5. Garantir uma visão centralizada da missão de segurança rodoviária e de vigilância da rede viária fundamental, valorizando a aposta na prevenção e na fiscalização seletiva dos comportamentos de maior risco.

OE6. Potenciar as áreas da investigação e fiscalização de natureza tributária, fiscal, aduaneira, assim como, na vigilância, patrulhamento e interceção de toda a costa e mar territorial do País;

OE7. Privilegiar o recurso a novas tecnologias de informação e de comunicação, valorizando a formação dos recursos humanos, desmaterializando atos e simplificando procedimentos, visando requalificar o serviço operacional e de apoio, potenciando uma maior articulação entre as Forças e Serviços de Segurança;

OE8. Melhorar a capacidade integrada de Comando, Coordenação e Controlo articulada com gestão das áreas de apoio operacional, potenciando os sistemas tecnológicos e de informação, de forma a conduzir com eficácia acrescidas operações aos níveis tático (Comando Territoriais) e tático-operacional (Comando Operacional);

OE9. Garantir o concurso a linhas de financiamento comunitário no âmbito dos fundos estruturais, de investimento e específicos e outras formas de financiamento público, fundamentais para potenciar as capacidades e valências da Guarda;

OE10. Firmar o empenhamento da Guarda na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de resposta a crises, bem como em missões de cooperação policial no âmbito da União Europeia.



### 2.3. OBJETIVOS OPERACIONAIS

EFICÁCIA	POND.	40%	114%
----------	-------	-----	------

INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2015	META QUAR 2016		PESO	EXECUÇÃO 2016	
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA		RESULTADO	TAXA
<b>OOP 001</b> • OTIMIZAR AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO JUNTO DO PÚBLICO-ALVO MAIS VULNERÁVEL, NOMEADAMENTE NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS ESPECIAIS DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E DE PROXIMIDADE (PEPP)						PESO	35%	125%
<b>I001</b> • N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO JUNTO DOS COMERCIANTES E LOJISTAS	CO	CO   DO	16.861	10.000	17.000	20%	22.510	132%
<b>I002</b> • N.º DE ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA ALVO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO <small>(VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO, ABORDANDO EM ESPECIAL OS TEMAS DO BULLYING, DA VIOLÊNCIA EXERCIDA ATRAVÉS DE NOVAS TECNOLOGIAS E DA VIOLÊNCIA NO NAMORO)</small>	CO	CO   DO	90.100	60.000	60.000	15%	93.599	156%
<b>I003</b> • N.º DE IDOSOS SENSIBILIZADOS NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO "IDOSOS EM SEGURANÇA"	CO	CO   DO	33.841	34.200	34.200	15%	34.715	102%
<b>I004</b> • N.º PATRULHAS REALIZADAS	CO	CO   DO	76.252	76.300	76.300	15%	78.427	103%
<b>I005</b> • N.º DE ALUNOS ALVO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA DA COMUNIDADE ESCOLAR E SOBRE O CONSUMO DE DROGA E ÁLCOOL	CO	CO   DO	62.317	50.000	50.000	15%	64.845	130%
<b>I006</b> • N.º DE DISPOSITIVOS DE FORMAÇÃO ELABORADOS PARA NÚCLEOS ESCOLA SEGURA	CO	CO   DO	6	4	4	20%	5	125%

Legenda:

	EXECUÇÃO SUPERIOR A 100%
	EXECUÇÃO ENTRE 99,00% E 99,99%
	EXECUÇÃO ENTRE 0,00% E 98,99%
	INDICADOR ANULADO
	META REVISTA EM ALTA
	META REVISTA EM BAIXA



OOP 002 • FOMENTAR E POTENCIAR UMA MAIOR INTERAÇÃO GUARDA-CIDADÃO, PROMOVEDO RELAÇÕES DE CONFIANÇA MÚTUA							PESO	30%	106%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2015	META QUAR 2016		PESO	EXECUÇÃO 2016		
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA		RESULTADO	TAXA	
I007 • N.º DE SERVIÇOS DIGITAIS IMPLEMENTADOS (ACUMULADO)	DCRP	DCRP	N.D.	2	2	20%	0	0%	
I008 • N.º DE SEGUIDORES NAS REDES SOCIAIS (ACUMULADO)	DCRP	DCRP	242.753	245.747	320.000	10%	388.137	121%	
I009 • N.º DE INTERAÇÕES VIA PLATAFORMA ELETRÓNICA	DCRP	DCRP	2.344.133	2.600.000	2.600.000	10%	1.404.003	54%	
I010 • ÍNDICE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE CONTEÚDOS AO PÚBLICO GERAL	DCRP	DCRP	119	250	250	20%	450	180%	
I011 • N.º DE EVENTOS DE DIMENSÃO NACIONAL PROMOVIDOS	DCRP	DCRP	N.D.	16	16	20%	18	113%	
I012 • N.º DE INICIATIVAS DE ÂMBITO NACIONAL	DCRP	DCRP	N.D.	2	2	20%	3	150%	

OOP 003 • REFORÇAR A PARTICIPAÇÃO DA GUARDA NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO POLICIAL INTERNACIONAL, DESIGNADAMENTE NO AMBITO DA VIGILÂNCIA E CONTROLO DA FRONTEIRA EXTERNA DA UNIÃO EUROPEIA							PESO	35%	111%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2015	META QUAR 2016		PESO	EXECUÇÃO 2016		
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA		RESULTADO	TAXA	
I013 • N.º DE PATRULHAS DE VIGILÂNCIA MARÍTIMA E CONTROLO DA COSTA REALIZADOS	CO	UCC	16.259	16.500	16.500	20%	19.297	117%	
I014 • N.º HORAS EMPENHAMENTO/ UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE VIGILÂNCIA NOTURNA	CO	UCC	23.828	24.200	16.822	20%	22.254	132%	
I015 • TAXA DE PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES FRONTEX (N.º AÇÕES FRONTEX REALIZADAS/N.º AÇÕES FRONTEX SOLICITADAS)*100	CO	UCC	95,00%	95,00%	95,00%	20%	100,00%	105%	
I016 • N.º DE CONTROLOS MÓVEIS EFETUADOS EM CONJUNTO COM A GUARDIA CIVIL (INCLUÍ REUNIÕES E OPERAÇÕES CONJUNTAS)	CO	CO   DO	593	600	600	20%	602	100%	
I017 • N.º DE OPERAÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DA EUROPEAN TRAFFIC POLICE NETWORK (TISPOL) E EURO CONTROLE ROUTE (ECR)	CO	CO   DO	11	11	11	20%	11	100%	



EFICIÊNCIA

POND.

30%

109%

OOP 004 • INCREMENTAR O CONTRIBUTO PARA A REDUÇÃO DA SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA							PESO	35%	102%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2015	META QUAR 2016		PESO	EXECUÇÃO 2016		
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA		RESULTADO	TAXA	
<b>I018</b> • ÍNDICE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA <i>[(META ANUAL*PESO RELATIVO)/100]</i>	CO	CO   DO	19.965	20.200	20.200	40%	20.111	100%	
<b>I019</b> • N.º HORAS PATRULHAMENTO RODOVIÁRIO	CO	CO   DO	174.600	174.700	943.308	20%	1.023.052	108%	
<b>I020</b> • TAXA ACIDENTES GRAVES COM CAUSAS DETERMINADAS <i>(N.º ACIDENTES GRAVES COM CAUSAS DETERMINADAS/N.º ACIDENTES GRAVES)*100</i>	CO	CO   DO	N.D.	95,00%	95,00%	20%	94,66%	100%	
<b>I021</b> • TAXA DE ESPECIALIZAÇÃO DO EFETIVO DE TRÂNSITO <i>(N.º MILITARES ESTRUTURA TRÂNSITO QUE FREQUENTARAM FORMAÇÃO ESPECIALIZADA/N.º MILITARES ESTRUTURA TRÂNSITO)*100</i>	CO	CO   DO	N.D.	10,00%	10,00%	20%	10,31%	103%	

OOP 005 • OPTIMIZAR, INTENSIFICAR E QUALIFICAR A RESPOSTA OPERACIONAL NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA E DO AMBIENTE							PESO	35%	106%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2015	META QUAR 2016		PESO	EXECUÇÃO 2016		
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA		RESULTADO	TAXA	
<b>I022</b> • TAXA DE INVESTIGAÇÃO DE CAUSAS DE INCÊNDIO <i>(N.º TOTAL DE INVESTIGAÇÕES CONDUZIDAS/N.º TOTAL DE OCORRENCIAS)*100</i>	CO	CO   DSEPNA	81,00%	80,00%	80,00%	20%	77,00%	96%	
<b>I023</b> • N.º AÇÕES FISCALIZAÇÃO	CO	CO   DSEPNA	160.000	160.200	162.500	20%	192.526	118%	
<b>I024</b> • N.º AÇÕES SENSIBILIZAÇÃO REALIZADAS	CO	CO   DSEPNA	2.100	2.120	2.600	20%	2.807	108%	
<b>I025</b> • N.º PATRULHAS ÂMBITO SEPNA	CO	CO   DSEPNA	69.000	68.400	68.400	20%	74.687	109%	
<b>I026</b> • TAXA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO EFETIVO SEPNA <i>(N.º MILITARES-CIVIS ESTRUTURA SEPNA QUE FREQUENTARAM FORMAÇÃO ESPECIALIZADA/N.º MILITARES-CIVIS ESTRUTURA SEPNA)*100</i>	CO	CO   DSEPNA	94,00%	96,00%	96,00%	20%	96,50%	101%	



**OOP 006** • MELHORAR A CAPACIDADE INTEGRADA DE COMANDO, COORDENAÇÃO E CONTROLO ARTICULADA COM GESTÃO DAS ÁREAS DE APOIO OPERACIONAL, POTENCIANDO OS SISTEMAS TECNOLÓGICOS E DE INFORMAÇÃO, DE FORMA A CONDUZIR COM EFICÁCIA ACRESCIDAS OPERAÇÕES AOS NÍVEIS TÁTICO (COMANDO TERRITORIAIS) E TÁTICO-OPERACIONAL (COMANDO OPERACIONAL)

PESO 30% 120%

INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2015	META QUAR 2016		EXECUÇÃO 2016		
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA	PESO	RESULTADO	TAXA
<b>I027</b> • N.º DE UNIDADES/ ÓRGÃOS/ ESTABELECIMENTOS (UU/OO/EE) COM SISTEMA DE DESPACHO, ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL (SDAGD) EM OPERAÇÃO	CO	CO   DCSI	1	3	3	30%	4	133%
<b>I028</b> • TAXA DE DISPONIBILIDADE (N.º TOTAL DE HORAS DE DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS EM EXPLORAÇÃO / N.º TOTAL HORAS ANO)*100	CO	CO   DCSI	97,97%	98,00%	98,00%	30%	99,18%	101%
<b>I029</b> • TAXA CONCEPÇÃO DA PLATAFORMA DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO (N.º MÓDULOS CONCEBIDOS /N.º MÓDULOS TOTAIS*100)	CO	DPERI	N.D.	65,00%	65,00%	40%	80,00%	123%



QUALIDADE	POND.	30%	108%
-----------	-------	-----	------

OOP 007 • PROMOVER A IMPLEMENTAÇÃO DE DINÂMICAS DE QUALIDADE QUE POTENCIEM DE FORMA AGREGADA A MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS E O FORTALECIMENTO DA IMAGEM INSTITUCIONAL								
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2015	META QUAR 2016		PESO	EXECUÇÃO 2016	
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA		RESULTADO	TAXA
	<b>I030</b> • TAXA DE SERVIDORES ABRANGIDOS POR AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO (N.º DE SERVIDORES ABRANGIDOS/TAXA DE SERVIDORES*100)	IG		IG	N.D.		20,00%	0,00%
<b>I031</b> • N.º DE PROTOCOLOS/PARCEIRIAS EM VIGOR (ENTIDADES COM KNOW HOW RECONHECIDO EM CAF)	IG	IG	N.D.	2	1	15%	1	100%
<b>I032</b> • N.º DE REUNIÕES NO ÂMBITO DA QUALIDADE	IG	IG	N.D.	6	2	20%	2	100%
<b>I033</b> • TAXA DE SISTEMATIZAÇÃO DE PROCESSOS (N.º DE PROCESSOS SISTEMATIZADOS/N.º DE PROCESSOS TOTAIS*100)	IG	IG	N.D.	70,00%	0,00%	0%	0,00%	N.A.
<b>I034</b> • N.º DE CARTAS DE QUALIDADE (EM VIGOR)	IG	IG	N.D.	4	1	20%	1	100%
<b>I035</b> • N.º DE INSTRUMENTOS DE PROGRAMAÇÃO ELABORADOS	CARI	CARI   DRL	N.D.	1	1	15%	1	100%
<b>I036</b> • N.º DE CANDIDATURAS A PRÉMIOS DE BOAS PRÁTICAS A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL	DPERI	DPERI	3	3	1	15%	2	200%
<b>I037</b> • N.º DE NORMAS DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM CONCEBIDAS	DCRP	DCRP	2	1	1	15%	1	100%

OOP 008 • PROMOVER A CERTIFICAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA GUARDA EM UNIDADES DE COMPETÊNCIA								
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2015	META QUAR 2016		PESO	EXECUÇÃO 2016	
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA		RESULTADO	TAXA
	<b>I038</b> • N.º DE MILITARES FORMADOS EM METODOLOGIA DE COMPETÊNCIAS	CDF		EG	N.D.		12	12
<b>I039</b> • N.º DE REFERENCIAIS DE COMPETÊNCIAS ELABORADOS	CDF	EG	N.D.	5,00%	1	40%	1	100%



OOP 009 • PROMOVER A ACESSIBILIDADE PÚBLICA AO ACERVO BIBLIOGRÁFICO E AO ESPÓLIO MUSEOLÓGICO E FOTOGRÁFICO DA GNR							PESO	20%	112%
INDICADORES	ÓRGÃO RESPONSÁVEL		RESULTADO 2015	META QUAR 2016		PESO	EXECUÇÃO 2016		
	CTRL. E MONIT.	EXEC.		APROVADA	REVISTA		RESULTADO	TAXA	
I040 • TAXA DE SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES (POR INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO) DO ARQUIVO HISTÓRICO, BIBLIOTECA E MUSEU	DHCG	DHCG	N.D.	70,00%	70,00%	40%	93,15%	133%	
I041 • N.º DE CONTEUDOS DISPONIBILIZADOS PELO ARQUIVO HISTÓRICO, BIBLIOTECA E MUSEU (ACUMULADO)	DHCG	DHCG	24.450	25.600	25.600	30%	26.192	102%	
I042 • N.º DE UTILIZADORES DO ARQUIVO HISTÓRICO, BIBLIOTECA E MUSEU	DHCG	DHCG	28.126	36.500	105.000	30%	99.942	95%	

## 2.4. RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS OPERACIONAIS

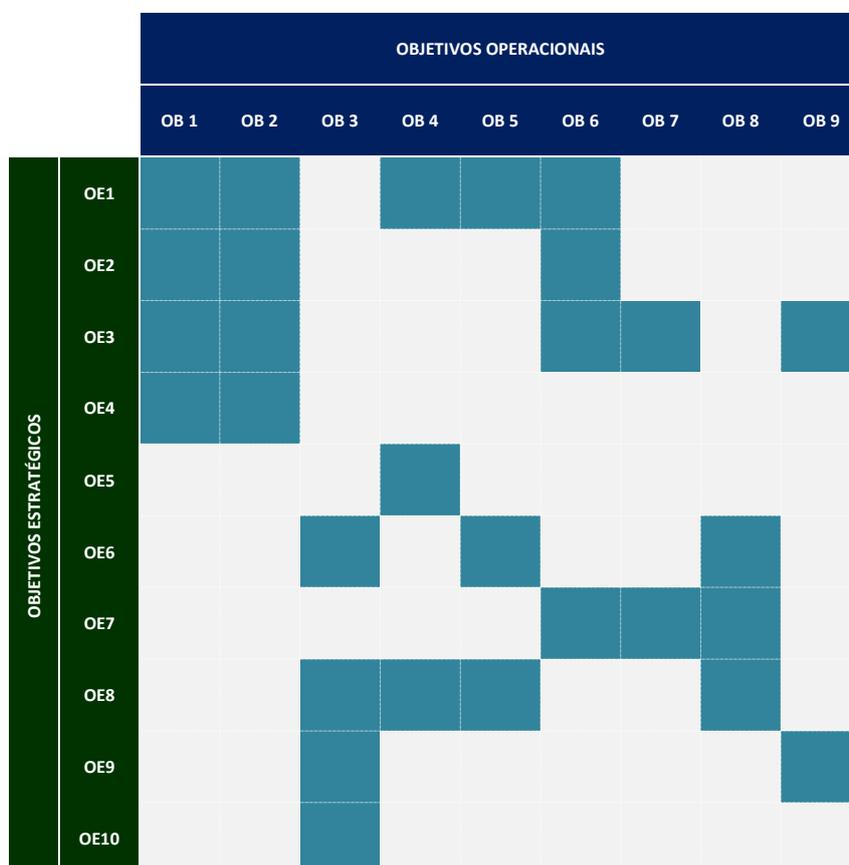


Figura 13 – Matriz de relações OE vs OOP QUAR 2016



2.5. RECURSOS HUMANOS

RECURSOS HUMANOS	RH PLAN. MP2016	PONT.	PONT. PLANEADA	EFETIVOS MÉDIOS	N.º TOTAL DIAS DE AUSÊNCIA	REF. DIAS ÚTEIS DE TRABALHO (UERHE)	POND. DIAS TOTAIS TRABALHO EXECUT.	PONT. EXEC. $8 = \frac{6 \times (2 \times 4)}{7}$	DESVIO $9 = 1 - 4$
	1	2	3	4	5	6	7		
OFICIAIS - DIREÇÃO SUPERIOR	11	20	220	9	12	269	2.419	20	2
OFICIAIS - DIREÇÃO INTERMÉDIA	117	16	1.872	113	502	269	30.370	16	4
CARREIRA ESPECIAL OFICIAIS (REstantes OFICIAIS)	669	12	8.028	697	7.939	269	187.326	12	-28
SARGENTOS	2.627	8	21.016	2.635	31.991	269	708.183	8	-8
GUARDAS	19.485	6	116.910	19.154	306.879	269	5.147.829	6	331
<b>TOTAL PESSOAL MILITAR</b>	<b>22.909</b>		<b>148.046</b>	<b>22.608</b>	<b>347.323</b>		<b>6.076.126</b>	<b>62</b>	<b>301</b>
TÉCNICO SUPERIOR		12	696	18	432	235	4.230	12	40
CARREIRA ESPECIAL MÉDICA	60	12	720	12	32	235	2.820	12	48
CARREIRA ESPECIAL ENFERMAGEM	1	12	12	1	0	235	235	12	0
CARREIRA ESPECIAL DOCENTE	11	12	132	10	0	235	2.350	12	1
CARREIRA ESPECIAL GUARDA FLORESTAL	318	6	1.908	308	4.558	235	72.380	6	10
CARREIRAS NÃO REVISTAS CARREIRA TEC. DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA	13	12	156	6	263	235	1.410	12	7
CARREIRAS NÃO REVISTAS CARREIRA INFORMÁTICA	5	12	60	5	59	235	1.175	12	0
ASSISTENTE TÉCNICO	150	5	750	73	1.881	235	17.155	5	77
ASSISTENTE OPERACIONAL	350	5	1.750	290	8.896	235	68.150	5	60
ASSISTENTE OPERACIONAL OUTRO PESSOAL FASE1 (VIGILANTES FLORESTAIS)	144	5	720	0	0	92	15.408	0	144
ASSISTENTE OPERACIONAL OUTRO PESSOAL FASE2 (VIGILANTES FLORESTAIS)	780	5	3.900	0	0	63	83.460	0	780
<b>TOTAL PESSOAL CIVIL</b>	<b>1.890</b>		<b>10.804</b>	<b>723</b>	<b>16.121</b>		<b>268.773</b>	<b>88</b>	<b>1.167</b>
<b>TOTAL</b>	<b>24.799</b>		<b>158.850</b>	<b>23.331</b>	<b>363.444</b>	<b>0</b>	<b>6.344.899</b>	<b>150</b>	<b>1.468</b>

Figura 14 – Execução de recursos humanos QUAR 2016



## 2.6. RECURSOS FINANCEIROS

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO PARA 2015	OE PROPOSTO GNR	OE CORRIGIDO GNR	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL				TOTAL
			1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	
01 DESPESAS COM PESSOAL	735.547.610	831.250.790	191.366.884	232.302.439	204.999.817	197.991.472	826.660.612
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	75.995.138	54.801.601	7.003.297	12.770.950	13.065.125	19.047.570	51.886.941
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	596.888	571.137	87.979	277.230	46.558	153.598	565.365
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.372.376	208.607	0	30.425	145.374	32.373	208.172
07 INVESTIMENTO	33.290.885	15.460.399	147.577	168.935	1.160.631	7.629.417	9.106.559
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.516.635	2.409.211	137.300	491.559	268.778	1.405.956	2.303.593
<b>TOTAL</b>	<b>856.319.532</b>	<b>904.701.745</b>	<b>198.743.036</b>	<b>246.041.537</b>	<b>219.686.283</b>	<b>226.260.386</b>	<b>890.731.243</b>

Figura 15 – Execução de recursos financeiros QUAR 2016

## 2.7. FONTES DE VERIFICAÇÃO

Os objetivos constantes do QUAR da Guarda para o ano 2016 foram alvo de monitorização trimestral e sustentam-se nos documentos descritos no quadro abaixo que identifica as fontes de verificação dos indicadores QUAR.

Quanto às fontes de verificação dos indicadores de medida, salienta-se que por razões óbvias, necessariamente por questões de dimensão e de legibilidade, não foram incorporados no presente Relatório de Autoavaliação os documentos comprovativos da execução dos indicadores (compostos por mapas estatísticos, listagens extraídas de sistemas de informação, relatórios e/ou documentos finais), assinalando-se contudo o órgão responsável e a fonte de verificação associada.

N.º IND	DESIGNAÇÃO INDICADOR	EPR	FONTE DE VERIFICAÇÃO	LIGAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO DA GUARDA	PERIODICIDADE
I001	N.º DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO JUNTO DOS COMERCIANTES E LOJISTAS	CO	BASE ESTATISTICA DOS PEPP	QUAR 2015	TRIMESTRAL
I002	N.º DE ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA ALVO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO, ABORDANDO EM ESPECIAL OS TEMAS DO BULLYING, DA VIOLÊNCIA EXERCIDA ATRAVÉS DE NOVAS TECNOLOGIAS E DA VIOLÊNCIA NO NAMORO)	CO	BASE ESTATISTICA DOS PEPP	QUAR 2015	TRIMESTRAL
I003	N.º DE IDOSOS SENSIBILIZADOS NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO "IDOSOS EM SEGURANÇA"	CO	BASE ESTATISTICA DOS PEPP	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I004	N.º PATRULHAS REALIZADAS	CO	BASE ESTATISTICA DOS PEPP	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I005	N.º DE ALUNOS ALVO DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA DA COMUNIDADE ESCOLAR E SOBRE O CONSUMO DE DROGA E ÁLCOOL	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	QUAR 2015	TRIMESTRAL
I006	N.º DE DISPOSITIVOS DE FORMAÇÃO ELABORADOS PARA NÚCLEOS ESCOLA SEGURA	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL



N.º IND	DESIGNAÇÃO INDICADOR	EPR	FONTE DE VERIFICAÇÃO	LIGAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO DA GUARDA	PERIODICIDADE
I007	N.º DE SERVIÇOS DIGITAIS IMPLEMENTADOS (ACUMULADO)	DCRP	ESTATISTICA DAS REDES SOCIAIS	EPAR 9. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	TRIMESTRAL
I008	N.º DE SEGUIDORES NAS REDES SOCIAIS (ACUMULADO)	DCRP	ESTATISTICA DAS REDES SOCIAIS	EPAR 9. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	TRIMESTRAL
I009	N.º DE INTERAÇÕES VIA PLATAFORMA ELETRÓNICA	DCRP	RELATÓRIO DE ANUAL DE COMUNICAÇÃO	QUAR 2015	TRIMESTRAL
I010	ÍNDICE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE CONTEÚDOS AO PÚBLICO GERAL	DCRP	RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS ANUAL	EPAR 9. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	TRIMESTRAL
I011	N.º DE EVENTOS DE DIMENSÃO NACIONAL PROMOVIDOS	DCRP	RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS ANUAL	EPAR 9. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	TRIMESTRAL
I012	N.º DE INICIATIVAS DE ÂMBITO NACIONAL	DCRP	RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS ANUAL	EPAR 9. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	TRIMESTRAL
I013	N.º DE PATRULHAS DE VIGILÂNCIA MARÍTIMA E CONTROLO DA COSTA REALIZADOS	CO	SITREP	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I014	N.º HORAS EMPENHAMENTO/UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE VIGILÂNCIA NOTURNA	CO	SITREP	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I015	TAXA DE PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES FRONTEX	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I016	N.º DE CONTROLOS MÓVEIS EFETUADOS EM CONJUNTO COM A GUARDIA CIVIL (INCLUÍ REUNIÕES E OPERAÇÕES CONJUNTAS)	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	QUAR 2015	TRIMESTRAL
I017	N.º DE OPERAÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DA EUROPEAN TRAFFIC POLICE NETWORK (TISPOL) E EURO CONTROLE ROUTE (ECR)	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	QUAR 2015	TRIMESTRAL
I018	ÍNDICE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA	CO	SGR V3	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I019	N.º HORAS PATRULHAMENTO RODOVIÁRIO	CO	SGR V3	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I020	TAXA ACIDENTES GRAVES COM CAUSAS DETERMINADA	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I021	TAXA DE ESPECIALIZAÇÃO DO EFETIVO DE TRÂNSITO	CO	SIGFORM	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I022	TAXA DE INVESTIGAÇÃO DE CAUSAS DE INCÊNDIO	CO	RELATÓRIO DE ATIVIDADES OPERACIONAL	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I023	N.º AÇÕES FISCALIZAÇÃO	CO	SISTEMA DE GESTÃO SEPNA (SGSEPNA)	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I024	N.º AÇÕES SENSIBILIZAÇÃO REALIZADAS	CO	SISTEMA DE GESTÃO SEPNA (SGSEPNA)	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I025	N.º PATRULHAS ÂMBITO SEPNA	CO	SISTEMA DE GESTÃO SEPNA (SGSEPNA)	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL
I026	TAXA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA DO EFETIVO SEPNA	CO	SISTEMA DE GESTÃO SEPNA (SGSEPNA)	EPAR 1. ESTRATÉGIA DE CAPACIDADES E COMANDO E CONTROLO (EMPREGO OPERACIONAL)	TRIMESTRAL



N.º IND	DESIGNAÇÃO INDICADOR	EPR	FONTE DE VERIFICAÇÃO	LIGAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO DA GUARDA	PERIODICIDADE
I027	N.º DE UNIDADES/ÓRGÃOS/ESTABELECIMENTOS (UU/OO/EE) COM SISTEMA DE DESPACHO, ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL (SDAGD) EM OPERAÇÃO	CO	SISTEMA DE GESTÃO DOCUMENTAL	QUAR 2015	TRIMESTRAL
I028	TAXA DE DISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS TECNOLÓGICOS EM EXPLORAÇÃO	CO	SITREP	QUAR 2015	TRIMESTRAL
I029	TAXA CONCEPÇÃO DA PLATAFORMA DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO	CO	SIGRI	NOVO	TRIMESTRAL
I030	TAXA DE SERVIDORES ABRANGIDOS POR AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO	IG	RELATÓRIO DO GTNQ	EPAR 8. ESTRATÉGIA DE QUALIDADE	TRIMESTRAL
I031	N.º DE PROTOCOLOS/PARCEIRIAS EM VIGOR (ENTIDADES COM KNOW HOW RECONHECIDO EM CAF)	IG	RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA IG	EPAR 8. ESTRATÉGIA DE QUALIDADE	TRIMESTRAL
I032	N. DE REUNIÕES NO ÂMBITO DA QUALIDADE	IG	RELATÓRIO DO GTNQ	EPAR 8. ESTRATÉGIA DE QUALIDADE	TRIMESTRAL
I033	TAXA DE SISTEMATIZAÇÃO DE PROCESSOS	IG	RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA IG	EPAR 8. ESTRATÉGIA DE QUALIDADE	TRIMESTRAL
I034	N.º DE CARTAS DE QUALIDADE (EM VIGOR)	IG	RELATÓRIO DE DIVULGAÇÃO DAS CARTAS DE QUALIDADE	EPAR 8. ESTRATÉGIA DE QUALIDADE	TRIMESTRAL
I035	N.º DE INSTRUMENTOS DE PROGRAMAÇÃO ELABORADOS	CARI	INSTRUMENTOS DE PROGRAMAÇÃO	EPAR 5. ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO	TRIMESTRAL
I036	N.º DE CANDIDATURAS A PRÉMIOS DE BOAS PRÁTICAS A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL	DPERI	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	QUAR 2015	TRIMESTRAL
I037	N.º DE NORMAS DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM CONCEBIDAS	DCRP	RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS ANUAL	QUAR 2015	TRIMESTRAL
I038	N.º DE MILITARES FORMADOS EM METODOLOGIA DE COMPETÊNCIAS	CDF	DOSSIER TECNICO PEDAGÓGICO	EPAR 8. ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	TRIMESTRAL
I039	TAXA DE REFERENCIAIS DE FORMAÇÃO HOMOLOGADOS	CDF	MANUAL DE REGISTO DA ELABORAÇÃO DE REFERENCIAIS DE COMPETENCIAS	EPAR 8. ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	TRIMESTRAL
I040	TAXA DE SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES (POR INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO) DO ARQUIVO HISTÓRICO, BIBLIOTECA E MUSEU	DHCG	RELATÓRIO DO INQUERITO DE SATISFAÇÃO	NOVO	TRIMESTRAL
I041	N.º DE CONTEUDOS DISPONIBILIZADOS PELO ARQUIVO HISTÓRICO, BIBLIOTECA E MUSEU	DHCG	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	EPAR 9. ESTRATÉGIA PARA A VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA DA GUARDA	TRIMESTRAL
I042	N.º DE UTILIZADORES DO ARQUIVO HISTÓRICO, BIBLIOTECA E MUSEU	DHCG	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	EPAR 9. ESTRATÉGIA PARA A VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA DA GUARDA	TRIMESTRAL

Figura 16 – Listagem de fontes de verificação QUAR 2016

COD.	INDICADOR	EPR 1	FONTE DE VERIFICAÇÃO	PERIODICIDADE
RH	EXECUÇÃO RECURSOS HUMANOS	CARI/DRH	MAPA DE PESSOAL (SIGRI)	TRIMESTRAL
RF	EXECUÇÃO RECURSOS FINANCEIROS	CARI/DRF	MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (GERFIP)	TRIMESTRAL

Figura 17 – Listagem de fontes de verificação QUAR 2016

## 2.8. QUADRO RESUMO

INDICADORES SUPERADOS		INDICADORES ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS	ANULADOS (EM SEDE DE REVISÃO)
IND 001	IND 019			
IND 002	IND 021			
IND 003	IND 023	IND 017		
IND 004	IND 024	IND 018		
IND 005	IND 025	IND 020		
IND 006	IND 026	IND 031	IND 007	
IND 008	IND 027	IND 032	IND 009	IND 030
IND 010	IND 028	IND 034	IND 022	IND 033
IND 011	IND 029	IND 035	IND 042	
IND 012	IND 036	IND 037		
IND 013	IND 039	IND 038		
IND 014	IND 040	IND 039		
IND 015	IND 041			
IND 016				

Figura 18 – Quadro resumo indicadores QUAR 2016

## 2.9. BREVE ANÁLISE

### 2.9.1. EXECUÇÃO POR PARAMETRO/GLOBAL

Dos 9 objetivos operacionais constantes do QUAR/GNR 2016, verifica-se que, apesar dos fatores condicionantes referidos, todos eles apresentam taxas de realização elevadas, o que manifesta o esforço de todas as estruturas da Guarda, para a prossecução das metas estabelecidas junto da Tutela para o ano económico que agora encerra.

Em seguida são apresentados os resultados da avaliação por parâmetros, bem como as ponderações definidas em sede de elaboração do QUAR 2016. A análise ao quadro permite verificar a concretização dos objetivos operacionais das dimensões Eficácia, Eficiência e Qualidade, com uma graduação global de Objetivo Superado. A avaliação final do organismo é, necessariamente positiva, uma vez que apesar dos diversos constrangimentos que foram surgindo, apresenta uma taxa de execução global situada em 111%.

Considerando este desempenho e tendo a Guarda vindo a atingir, de uma forma sustentada, elevados níveis de performance, tanto nas áreas da missão contempladas nos objetivos do QUAR como em todas as demais, num ano particularmente difícil, sujeito a severas restrições orçamentais, plenamente se justifica a Classificação BOM em sede de avaliação final da performance do desempenho organizacional.

PARÂMETROS	PESO	RESULTADO	RESULTADO PONDERADO	AVALIAÇÃO GLOBAL	
				QUANTITATIVA	QUALITATIVA
EFICÁCIA	40%	114%	46%		
EFICIÊNCIA	30%	109%	33%	111%	BOM
QUALIDADE	30%	108%	32%		

Figura 19 – Quadro resumo indicadores QUAR 2016



2.9.2. GRAU DE EXECUÇÃO POR OBJETIVO



Figura 20 – Taxa de execução dos objetivos QUAR 2016

2.9.3. GRAU DE EXECUÇÃO POR INDICADOR

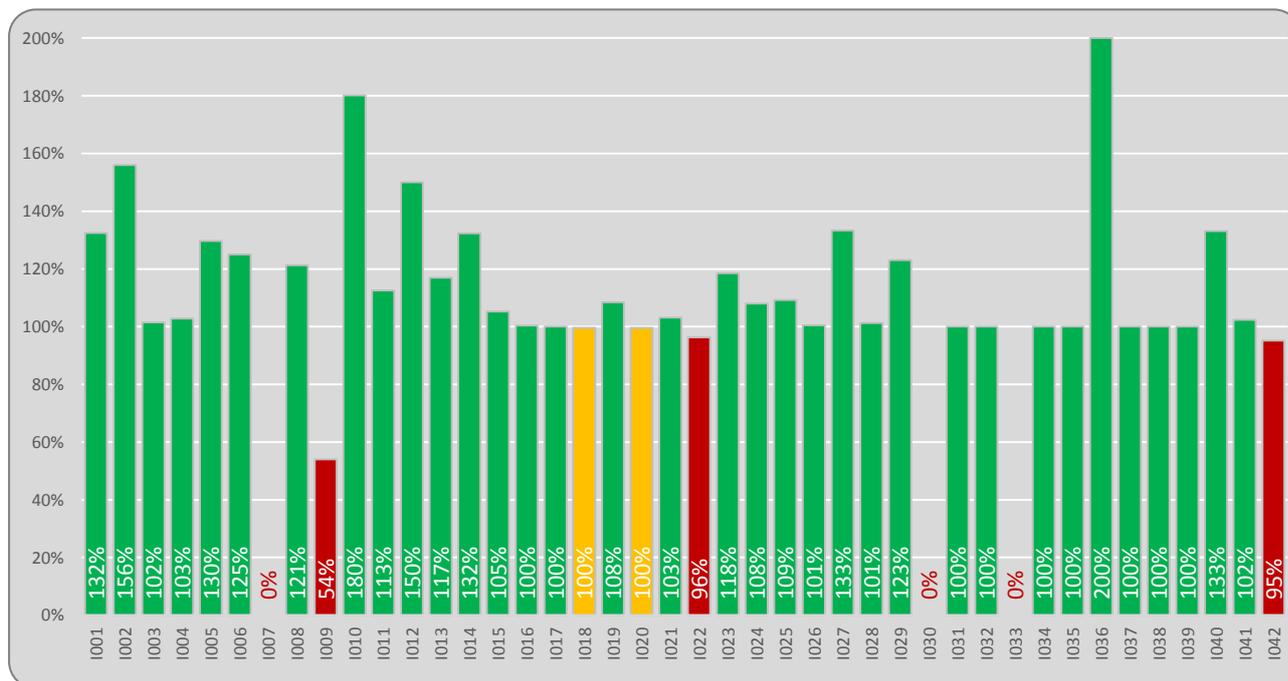


Figura 21 – Taxa de execução dos indicadores QUAR 2016

2.9.4. JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS

Sem prejuízo de nos capítulos seguintes desenvolvermos uma análise mais aprofundada de todos os indicadores de medida, faremos no presente relatório de autoavaliação uma análise sintética dos indicadores de medida que superaram de forma significativa as metas definidas, bem como daqueles indicadores que, por diversas razões, não foram atingidos.



IND.	EXECUÇÃO	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	JUSTIFICAÇÃO DO DESVIO
IND 007	0%	N.º DE SERVIÇOS DIGITAIS IMPLEMENTADOS (ACUMULADO)	<p>O Plano de Atividades e o Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2016 continham a ambição de implementar dois serviços digitais direcionados para uma maior proximidade e interação entre a Guarda e o Cidadão.</p> <p>Apesar dos esforços desenvolvidos nesse sentido, bem como do conjunto de melhoramentos que foram e têm sido realizados ao nível do sítio institucional e redes sociais, não foi possível concluir as plataformas pelo que teremos necessidade de recalendarizar para 2017.</p>
IND 009	54%	N.º DE INTERAÇÕES VIA PLATAFORMA ELETRÓNICA	<p>No que respeita ao presente indicador, a entrada em funcionamento do novo sítio institucional em fevereiro de 2016, impossibilitou que entre o 2.º e 3.º trimestre fosse possível monitorizar de forma cabal e fidedigna os acessos e interações dos Cidadãos.</p> <p>Com efeito, e por forma a garantir a fiabilidade dos dados monitorizados (apesar de termos consciência que o volume de interações efetivamente realizado atingiu a meta fixada) foi opção da Guarda apenas considerar os dados extraídos da respetiva fonte de verificação (neste caso sem informação referente o 2.º e 3.º trimestre).</p> <p>Os resultados apresentados neste indicador foram também condicionados pela performance do indicador 007 anteriormente referido.</p>
IND 022	96%	TAXA DE INVESTIGAÇÃO DE CAUSAS DE INCÊNDIO	<p>Para o presente indicador a Guarda definiu como meta uma taxa de investigação de causas de incêndios situada em 80%, tendo atingido 77% o que implica uma execução de 96% relativamente à meta traçada.</p> <p>Tal desvio se deve à conjugação de vários fatores que decorreram em simultâneo, designadamente a verificação de um elevado n.º de ocorrências (incêndios) ocorridos num espaço de tempo muito curto, sendo que a grande percentagem de ocorrências registou uma área ardida inferior a um hectare. Com efeito a Guarda viu reduzida a sua capacidade de resposta, afetando a investigação das causas de incêndio com repercussões ao nível da performance do indicador.</p>
IND 030	N.A.	TAXA DE SERVIDORES ABRANGIDOS POR AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO	<p>Anulação do indicador aprovada por SE a Ministra da Administração Interna. A proposta de anulação sustentou-se na incapacidade de promover as ações previstas (condicionadas pela execução do indicador I031 – estabelecimento de parcerias).</p>
IND 033	N.A.	TAXA DE SISTEMATIZAÇÃO DE PROCESSOS	<p>Anulação do indicador aprovada por SE a Ministra da Administração Interna. A proposta de anulação sustentou-se na incapacidade de promover as ações previstas (condicionadas pela execução do indicador I031 – estabelecimento de parcerias).</p>
IND 036	200%	N.º DE BOAS PRÁTICAS IDENTIFICADAS E DIFUNDIDAS	<p>No decurso do ano 2016 foram identificadas e difundidas duas boas práticas, face à iniciativa inicialmente previstas o que representa uma taxa de concretização de 200,00% face à meta estabelecida. As boas práticas a que se refere o presente indicador serão desenvolvidas Capítulo III - INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE BOAS PRÁTICAS do Relatório de Atividades 2016.</p>
IND 042	95%	N.º DE UTILIZADORES DO ARQUIVO HISTÓRICO, BIBLIOTECA E MUSEU	<p>Aquando da revisão em alta da meta em setembro de 2016 (entretanto aprovada por SE a Ministra da Administração Interna) partiu-se do pressuposto que o acesso aos serviços do museu, arquivo histórico e biblioteca teriam a mesma cadência face à registada nos trimestres anteriores (cerca de 29 mil acessos/trimestre), perspetivando-se que o número anual atingisse os 105.000 acessos, o que não viria a acontecer, ficando contudo muito próximo do nível ambicionado.</p>



2.9.5. GRAU DE EXECUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

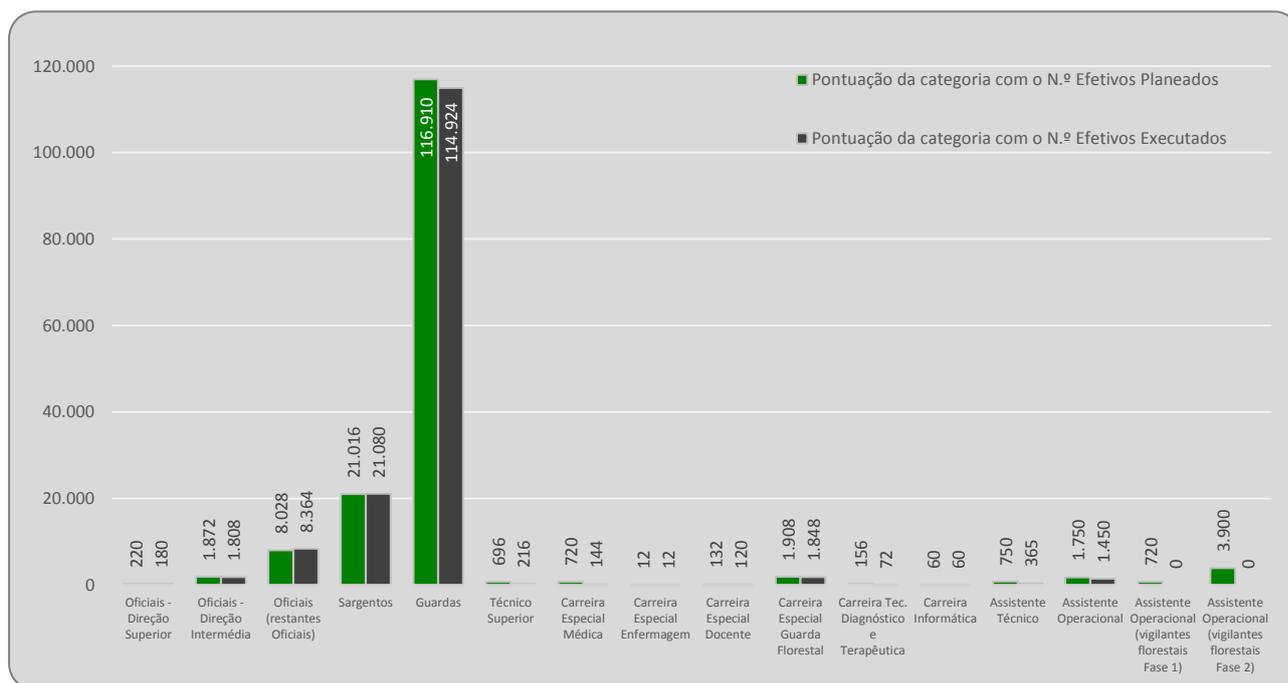


Figura 22 – Taxa de execução dos recursos humanos em UERHP – unidades equivalentes de recursos humanos planeados - QUAR 2016

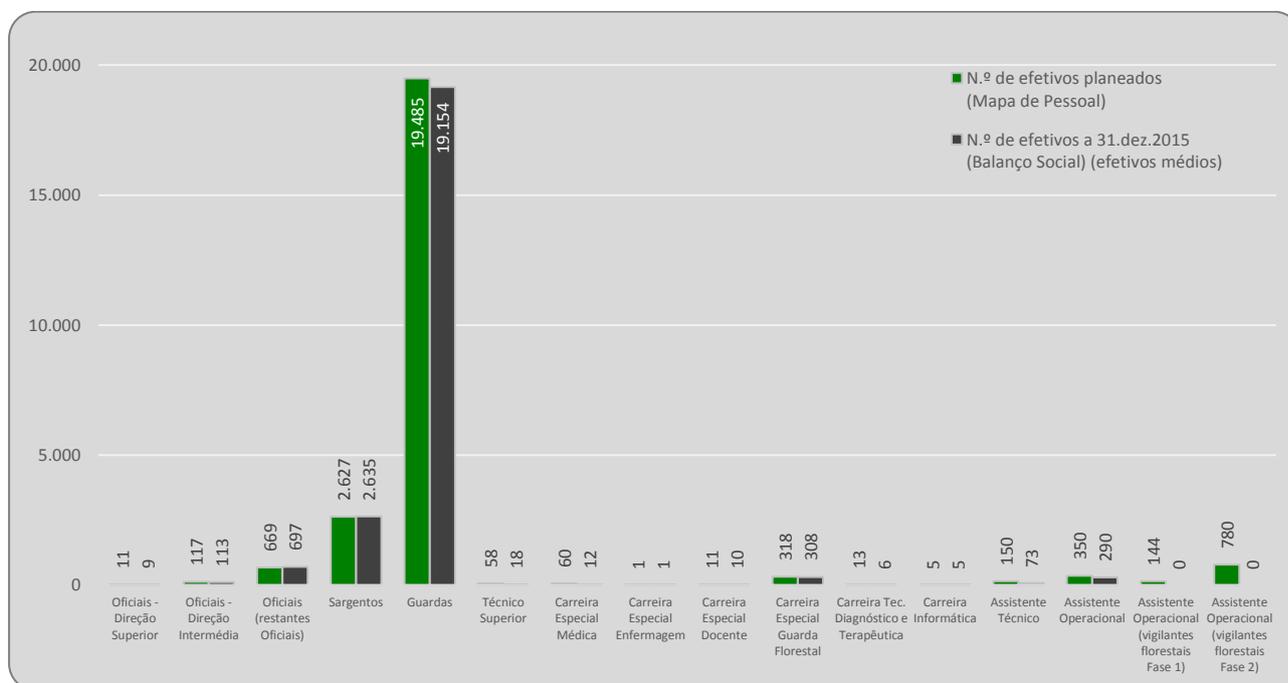


Figura 23 – Análise comparativa de recursos humanos planeados vs executados - QUAR 2016

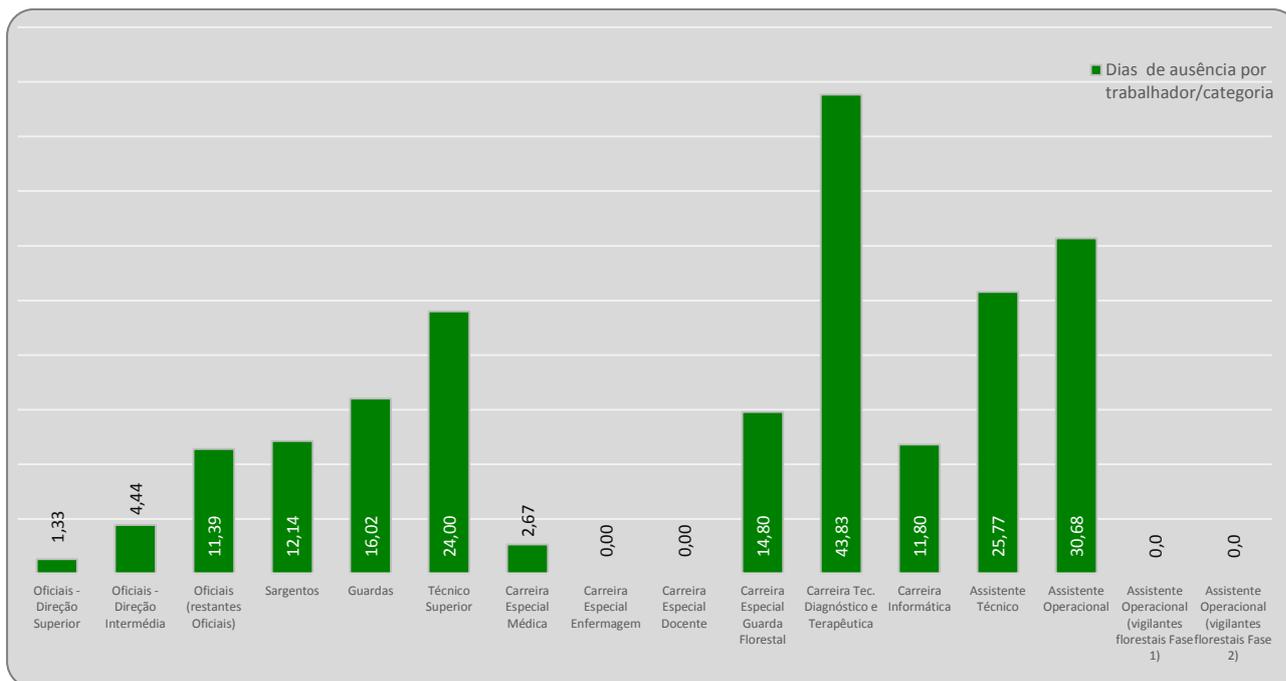


Figura 24 – Taxa de execução dos recursos humanos em UERHP – unidades equivalentes de recursos humanos planeados - QUAR 2015

2.9.6. GRAU DE EXECUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

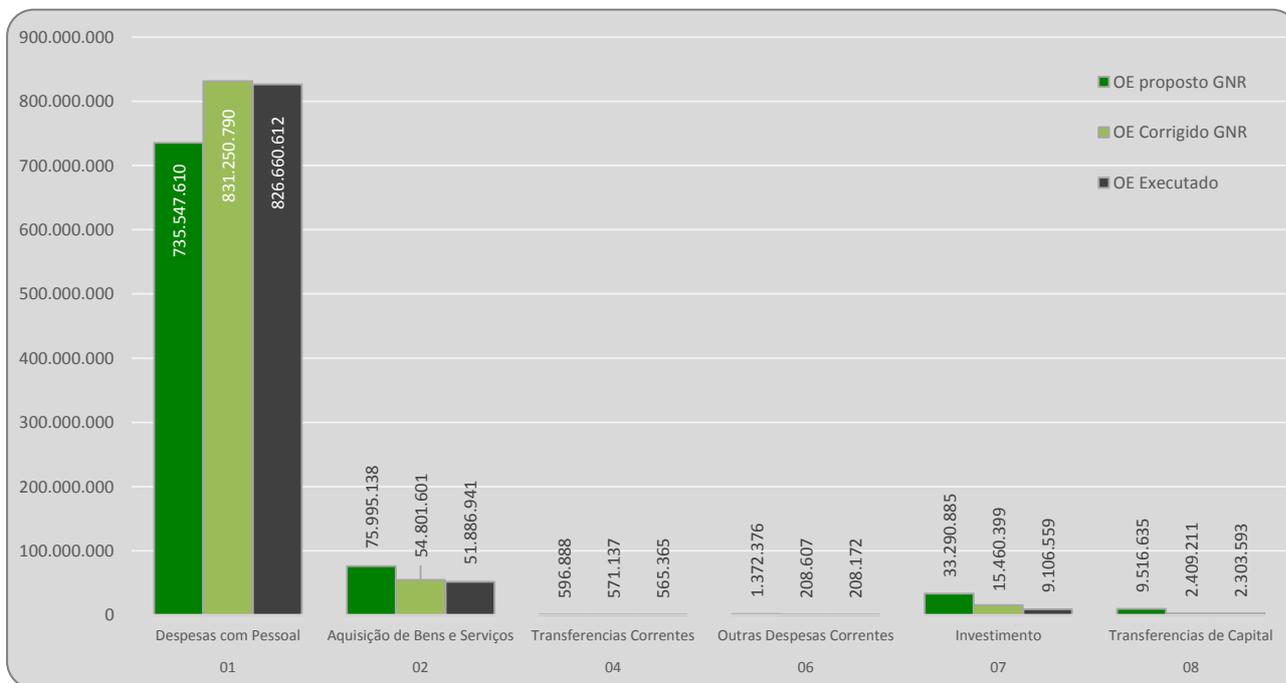


Figura 25 – Recursos Financeiros (Execução) - QUAR 2016



2.9.7. ANÁLISE DA PRODUTIVIDADE

ÍNDICES	FÓRMULA DE CÁLCULO	CÁLCULO	RESULTADO
TAXA DE CONCRETIZAÇÃO GLOBAL DOS OBJETIVOS	MÉDIA PONDERADA DA TAXA DE REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E QUALIDADE	114% x 40% + 109% x 30% + 108% x 30%	111%
TAXA DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	$\frac{\text{RECURSOS HUMANOS UTILIZADOS}}{\text{RECURSOS HUMANOS PLANEADOS}}$	$\frac{24.255}{24.799}$	97,81%
ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE	$\frac{\text{TAXA DE CONCRETIZAÇÃO GLOBAL DOS OBJETIVOS}}{\text{TAXA DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS}}$	$\frac{111\%}{97,81}$	113,49

Figura 26 - Análise da produtividade - QUAR 2016

2.9.8. ANÁLISE CUSTO-EFICÁCIA

ÍNDICES	FÓRMULA DE CÁLCULO	CÁLCULO	RESULTADO
TAXA DE CONCRETIZAÇÃO GLOBAL DOS OBJETIVOS	MÉDIA PONDERADA DA TAXA DE REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E QUALIDADE	114% x 40% + 109% x 30% + 108% x 30%	111%
TAXA DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	$\frac{\text{DESPESA EXECUTADA}}{\text{ORÇAMENTO CORRIGIDO}}$	$\frac{890.731.243}{904.701.745}$	98,46%
ÍNDICE DE RENTABILIDADE	$\frac{\text{TAXA DE CONCRETIZAÇÃO GLOBAL DOS OBJETIVOS}}{\text{TAXA DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS}}$	$\frac{111\%}{98,46\%}$	112,74

Figura 27 - Análise de custo-eficácia - QUAR 2016

2.9.9. PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA ATIVIDADE EM 2016

Constrangimentos de natureza orçamental impediram a realização de alguns dos objetivos operacionais contratualizados. Em resultado, houve necessidade de redefinir metas e indicadores, renegociando-os com a tutela conforme indicado em 2.3 - OBJETIVOS OPERACIONAIS.

2.9.10. ANÁLISE DAS CAUSAS DE INCUMPRIMENTO DE AÇÕES OU PROJETOS NÃO EXECUTADOS OU COM RESULTADOS INSUFICIENTES

Esta análise será apresentada, de forma detalhada, no Capítulo IV do presente relatório.



### 2.9.11. MONITORIZAÇÃO DO QUAR

Os objetivos constantes do QUAR da Guarda para o ano 2016 foram alvo de monitorização trimestral e sustentam-se nos documentos descritos no ponto 2.7 - FONTES DE VERIFICAÇÃO que identifica as fontes de verificação dos indicadores QUAR. O reporte de monitorização foi realizado na plataforma colaborativa da SGMAI. A nível interno, foram realizadas reuniões de apresentação e de acompanhamento do QUAR 2016 com os diversos órgãos intervenientes.

Nos termos definidos na alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro conjugado com o Ofício Circular 13/GDG/08 da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público submeteu-se à consideração a revisão de algumas metas de indicadores de medida, fundada em situações ou acontecimentos não previsíveis (e como tal, não suscetíveis de ser antecipados). Sobre este pedido de revisão importa salientar que a quase totalidade dos indicadores revistos, decorrem de uma maior capacidade e proficiência da Guarda expressa nos resultados alcançados nos 2.º e 3.º trimestre. Por tal motivo, em 30 de setembro foi solicitada à SGMAI a revisão «em alta» das metas destes indicadores, corrigindo e limitando eventuais situações geradoras de superação das metas contratualizadas superiores aos convencionados 125%.

No que diz respeito aos indicadores 30 e 33, face às circunstâncias referidas no documento de Revisão do QUAR 2016, houve necessidade de solicitar a eliminação dos indicadores e redefinir as ponderações dos restantes 6 indicadores do Objetivo Operacional n.º 7.



### 3. APRECIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

#### 3.1. INQUÉRITOS E QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO E AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DO SERVIÇO

O artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, define os moldes em que deve ser realizada a autoavaliação do Serviço, e cujo detalhe procura aferir com rigor, não só os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR previamente estabelecido, mas também a medida em que esses resultados conferiram uma perceção e impacto de quantidade e qualidade dos serviços prestados junto dos seus stakeholders.

Por esse propósito, a legislação e as estruturas com atribuições em matéria de planeamento, estratégia e avaliação, conferem uma importância acrescida à manifestação de satisfação dos utilizadores, colaboradores e dirigentes, sugerindo que, em sede de autoavaliação, cada organismo promova a apreciação, por parte dos utilizadores, da quantidade e qualidade dos serviços prestados, bem como a audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores, indicando-se para o efeito a metodologia utilizada, período de realização do inquérito/questionário, dimensão da amostra, taxa de respostas e nível de satisfação apurado.

Contudo, considerando a especificidade da GNR e da função policial, resultante da missão e atribuições, não é evidentemente possível proceder à audição dos utentes/utilizadores nos moldes sugeridos, isto porque a própria realidade dos demais serviços e organismos do Estado é bastante diferente das especificidades de uma organização militar que promove a segurança das pessoas e bens.

Repare-se, a propósito, que a legislação dá particular importância nesta apreciação aos serviços prestadores de serviços a utilizadores externos, numa lógica de fornecedor/prestador de serviços ou bens (que neste caso cumpre ao próprio Estado desenvolver), e, por outro lado, ao cliente/utente/beneficiário, numa relação por norma não conflituante.

No caso específico da GNR, ou qualquer outra força de segurança, a relação entre o prestador e o prevaricador é potencialmente conflituante, pelo que a apreciação deste será tendencialmente negativa em relação ao prestador e ao serviço prestado, de que beneficia, por regra a generalidade da população. Quanto às populações, sabido que as suas opiniões são altamente influenciadas por fatores subjetivos, designadamente pelo sentimento ou sensação de segurança, e sendo certo que tal não tem correspondência direta com o melhor ou pior serviço prestado pelas forças de segurança, não se vislumbra credível a sua auscultação sem o adequado estudo que permita dirimir os efeitos perversos associados.

De igual forma, a audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores sugerida, não é passível de aplicação imediata, quer pela própria dimensão da população alvo de amostra (cerca de 23.000 militares e civis em funções), exigindo meios tecnológicos auxiliares para a sua concretização, quer pela necessidade da manutenção da coesão e da disciplina, uma vez que a natureza militar obriga ao exercício da ação de comando, por vezes conflituante com os interesses pessoais dos indivíduos, em prol dos superiores interesses coletivos da Organização e do País.

Acresce referir que para ambos os casos (audição de *stakeholders* internos e externos), a dimensão da amostra é tal que seria incomportável a realização dessa audição com recurso a meios internos, havendo, por esse motivo, necessidade de se recorrer ao mercado especializado para garantir o cumprimento desse pequeno quesito, com os elevados custos que certamente lhe estão associados e que por, força das apertadas restrições orçamentais ao nível da despesa do Estado, a



Guarda não possui nem lhe é possível desviar mais recursos financeiros para atividades que são marginais ao seu *core business*.

Importa ainda referir que a própria Tutela tem consciência das dificuldades subjacentes a este exercício de avaliação, o que determinou a dispensa de tal exercício nos Relatórios de Atividades anteriores. Destaque-se aliás o papel determinante da extinta DGAI (atual SGMAI) em organizar diversas iniciativas junto dos parceiros onde necessariamente se incluem as Forças e Serviços de Segurança, no sentido de identificar o conjunto de benefícios, mas também de dificuldades, que a avaliação dos *stakeholders* comporta.

Entre essas iniciativas merecem particular evidência as diversas conferências, seminários, e *workshops* realizados subordinados às complexas temáticas inerentes à «medição do desempenho policial» e «qualidade e certificação dos serviços prestados pelas Forças e Serviços de Segurança», de onde se extraíram conclusões valiosas para promover à perceção e impacto de quantidade e qualidade dos serviços prestados junto dos *stakeholders*.

Em tal contexto, e apesar das ações que foram sendo desenvolvidas, compreendendo a importância da apreciação interna e externa dos serviços prestados por qualquer Organização, mas querendo fazê-lo num quadro de rigor e com uma base científica, o Comando da Guarda decidiu, no âmbito do presente Relatório de Autoavaliação, não proceder ao exercício de avaliação, por parte dos *stakeholders*, relativamente aos serviços prestados pela Instituição.



#### 4. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Toda a atividade de gestão exige, para a concretização da sua eficácia, um bom sistema de controlo, sendo ambos os sistemas, o de gestão e o de controlo, indissociáveis. O controlo financeiro da Administração Pública (AP) designa toda a forma de controlo das Finanças Públicas (património, rendimentos, receitas, despesas, orçamento, contabilidade e tesouraria) que tenha por objetivo e critério verificar se a atividade financeira obedece aos princípios, normas ou regras de legalidade e regularidade que a regem e verificar se realiza os seus objetivos e resultados esperados, segundo critérios económicos ou técnicos de boa gestão (economia, eficácia, eficiência e equidade).

A publicação do Decreto-Lei n.º 166/98, de 25 de junho, veio dar corpo ao sistema nacional de controlo interno (SCI), um sistema progressista e moderno, onde o Controlo Interno ou Administrativo, consiste na verificação, acompanhamento, avaliação e informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão relativamente a atividades, programas, projetos ou operações de entidades de direito público ou privado, com interesse no âmbito da gestão ou tutela governamental, em matéria de finanças públicas e outros interesses financeiros público, nos termos da Lei<sup>11</sup>.

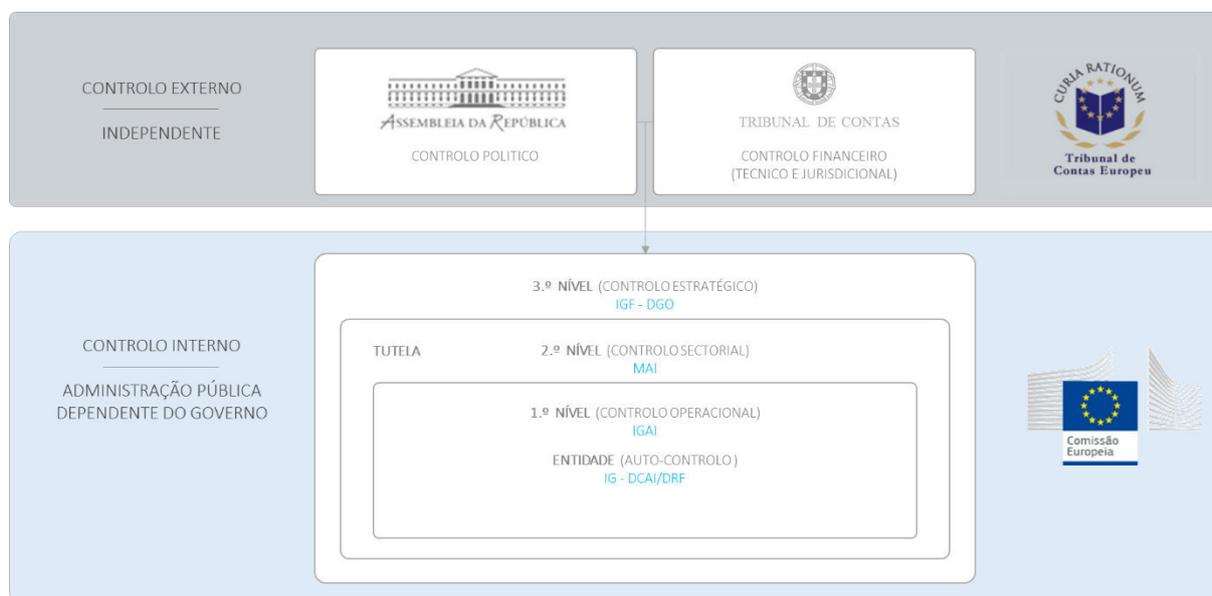


Figura 28 – Sistema de Controlo da AP12 ((adaptado: Manual de Auditoria TC))

O SCI encontra-se colocado na dependência do Governo e em articulação com o Ministério das Finanças, compreendendo o domínio orçamental, económico, financeiro e patrimonial, e visa assegurar o exercício coerente e articulado do controlo no âmbito da AP. Está organizado em três níveis, para que cada nível controle o anterior, constituindo-se assim uma rede, que se pretende fiável e exaustiva, de controlo interno.

O 1º nível do controlo interno é exercido por órgãos especializados, dotados de independência técnica, mas inseridos na estrutura interna da organização, que no caso da Guarda é assegurado pela Inspeção-Geral da Guarda (IG), funcionando na dependência direta do Comandante-Geral, sendo o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de auditoria ao nível superior da Guarda, competindo-lhe apoiar o Comandante-Geral no exercício das suas funções de controlo

11 Cfr. Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 166/98 de 25 de junho.

12 A articulação dos sistemas de controlo interno e externo constitui um importante meio para assegurar a eficiência do sistema global de controlo e a transparência de processos.



e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas de qualidade.

Também à Direção de Recursos Financeiros através da Divisão de Controlo e de Auditoria Interna competem determinadas atribuições de auditoria e controlo interno no âmbito administração financeira da Guarda, embora sob a cúpula do Comando de Administração de Recursos Internos (CARI) que por sua vez assegura o comando e direção da atividade da Guarda nos domínios da administração dos recursos humanos, materiais e financeiros.

À Divisão de Controlo e de Auditoria Interna cumpre, entre outras atribuições, nomeadamente promover a uniformidade da administração financeira da Guarda, garantindo a coordenação e o apoio adequado aos órgãos e serviços de si dependentes tecnicamente, bem como exercer a autoridade técnica e a realização de auditorias no âmbito da administração financeira, propondo, sempre que se justifique, a realização de inspeções ou auditorias com recurso a entidades internas ou externa, colaborar ainda com a Inspeção da Guarda na auditoria dos procedimentos e da gestão financeira dos demais serviços e das unidades da Guarda.

A Lei Orgânica da GNR, estabeleceu ainda um conjunto de órgãos, que apesar de nem todos eles integrarem o SCI, se mostram competentes para exercerem um controlo interno efetivo da atividade prosseguida pela Guarda no quadro da sua Missão e atribuições legais, bem como das atividades cometidas aos militares e civis que nela prestam serviço. Falamos concretamente dos órgãos de conselho - Conselho Superior da Guarda (CSG), o Conselho de Ética, Deontologia e Disciplina (CEDD) e a Junta Superior de Saúde (JSS), e ainda não menos importante, da Direção de Justiça e Disciplina (DJD), a quem, entre outras atribuições, compete apoiar o Comandante-Geral na administração da justiça e da disciplina da Guarda, sendo por esse motivo, órgãos com uma importância singular na condução e manutenção da disciplina e coesão militar.

Sem prejuízo de no presente ponto se apresentarem as principais atividades desenvolvidas pelos órgãos internos de inspeção e auditoria, será realizado um breve percurso visando a aferição do ambiente de Ambiente de Controlo, Estrutura organizacional, Atividades e procedimentos de controlo administrativo e relativamente à Fiabilidade dos sistemas de informação. Por motivo de dimensão o formulário que caracteriza o anexo 2 da Orientação Técnica do CCAS, de 12 de janeiro de 2009, é tratado no Anexo V.1. - Avaliação do Sistema de Controlo Interno.

### 4.1. AMBIENTE DE CONTROLO

#### 4.1.1. VALORIZAÇÃO DE VALORES ÉTICOS E DE CONDUTA

O alinhamento dos valores corporativos com a missão e com a visão da Guarda são um fator determinante para o fortalecimento e desenvolvimento de uma nova cultura organizacional em busca da excelência. Decorrente do que anteriormente foi exposto relativamente aos valores prosseguidos pela GNR, importa salientar que estes brotam do seu objeto e têm como pressuposto fundamental a condição militar e a afinidade com a cultura militar, assumindo uma forte cultura organizacional, uma história, tradições, símbolos, condutas e virtudes próprios que diferenciam a Guarda, dos demais Organismos da AP e dos seus congéneres nacionais e internacionais.

Consciente desta realidade diferenciadora, a Guarda aposta na valorização destas condutas éticas à atividade diária dos seus colaboradores, alinhando-os com a sua divisa «Pela Lei, Pela Grei», reforçando a sua cultura organizacional, em busca da excelência na sua atuação na defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, garantindo a legalidade e os mais elevados



padrões de segurança e de tranquilidade públicas, nas respetivas áreas e nas matérias da sua responsabilidade, permitindo a concretização do mais alto compromisso assumido na Visão.

A condição militar é significado de uma entrega total, uma exigência constante de disponibilidade, de frequente renúncia a comodismos, de sacrifícios sem conta e, muitas vezes, com enormes incompreensões, a que se associa a prossecução de um ideal de servir. Há valores éticos e restrições voluntariamente assumidas que não têm paralelo em qualquer outra instituição, de que o juramento de doação da vida pela Pátria e a disponibilidade permanente, sem restrições, são aspetos únicos da condição militar.

#### 4.1.2. CONTROLOS FINANCEIROS EFETIVOS

Na moderna gestão pública, a concretização da sua eficácia e um bom sistema de controlo, são indissociáveis.

O controlo financeiro da Administração Pública (AP) designa toda a forma de controlo das Finanças Públicas (património, rendimentos, receitas, despesas, orçamento, contabilidade e tesouraria) que tenha por objetivo e critério, verificar se a atividade financeira obedece aos princípios, normas ou regras de legalidade e regularidade que a regem e verificar se realiza os seus objetivos e resultados esperados, segundo critérios económicos ou técnicos de boa gestão (economia, eficácia, eficiência e equidade).

No que diz respeito à constituição do órgão responsável pelo controlo da legalidade, como já foi referido anteriormente, a Lei Orgânica da GNR definiu que o controlo interno é exercido por órgãos especializados, dotados de independência técnica, mas inseridos na estrutura interna da organização.

O órgão que detém essa alta competência é a Inspeção-Geral da Guarda (IG), funcionando na dependência direta do Comandante-Geral, sendo o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de auditoria ao nível superior da Guarda, competindo-lhe apoiar o Comandante-geral no exercício das suas funções de controlo e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas de qualidade.

Na GNR, o órgão com a responsabilidade de assessorar o Comandante do CARI no cumprimento das leis e normas da contabilidade pública, elaborar propostas orçamentais, dirigir e fiscalizar a execução dos orçamentos e, orientar e apoiar tecnicamente todos os órgãos de gestão financeira, é a Direção de Recursos Financeiros (DRF), do CARI.

Através da Divisão de Controlo e de Auditoria Interna (DCAI), a DRF promove a uniformidade da administração financeira da Guarda, garantindo a coordenação e o apoio adequado aos órgãos e serviços de si dependentes tecnicamente, bem como o exercício da autoridade técnica e a realização de auditorias no âmbito da administração financeira, propondo, sempre que se justifique, a realização de inspeções ou auditorias com recurso a entidades internas ou externas, colaborando ainda com a Inspeção da Guarda na auditoria dos procedimentos e da gestão financeira aos demais serviços e das unidades da Guarda.

#### CONTROLOS INTERNOS

Ao nível do controlo interno, por despacho do Exmo. Tenente-general Comandante-Geral é aprovado o Plano Anual de Auditorias Internas da DRF/DCAI. No ano de 2016, o programa de auditorias internas aos órgãos na dependência técnica do Comando de Administração dos Recursos Internos (CARI), estabeleceu objetivos gerais e específicos.



### OBJETIVOS GERAIS

Como objetivos gerais das auditorias internas, temos:

- Reforçar o sistema de controlo interno da GNR, procurando assegurar a conformidade, integridade e tempestividade da informação, bem como a salvaguarda dos ativos e ainda a prevenção e deteção de erros e omissões.
- Fornecer apoio técnico e de gestão, garantindo a conformidade com as políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos a que a organização se encontra sujeita.
- Proceder a ações formativas “on job”, orientadas para o saber fazer (vertente prática), sempre que na presença de situações não conformes, fosse tecnicamente viável.
- Registrar as boas práticas processuais detetadas, para elaborar um repositório organizacional, com a consequente partilha de conhecimento, por forma a melhorar e normalizar os processos organizacionais.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos das áreas auditadas, na dependência técnica do CARI, foram os seguintes:

- Avaliar a conformidade, dos procedimentos e processos desenvolvidos na Secção de Recursos Logísticos e Financeiros e no setor de abonos e descontos, com a lei e com os normativos internos, no âmbito da contabilidade pública
- Apoiar os órgãos auditados nas áreas identificadas como pontos fracos.
- Conferência da documentação de suporte ao processamento de vencimentos.
- Transmitir orientações corretivas.
- Desenvolver metodologias e procedimentos de controlo interno.

Na execução do Plano de Auditorias Internas, aprovado para 2016, foram realizadas, pela DRF/DCAI, as seguintes auditorias internas:

ENTIDADE	AÇÕES DESENVOLVIDAS
DRF/DCAI	COMANDO TERRITORIAL DE BRAGANÇA
DRF/DCAI	COMANDO TERRITORIAL DE ÉVORA
DRF/DCAI	COMANDO TERRITORIAL DE LISBOA
DRF/DCAI	COMANDO TERRITORIAL DE PORTO
DRF/DCAI	COMANDO TERRITORIAL DE SETÚBAL
DRF/DCAI	UNIDADE DE INTERVENÇÃO
DRF/DCAI	UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DO ESTADO

Figura 29 – Auditorias internas realizadas pela DRF/DCAI



Na sequência da Recomendação 3, ponto 146, do “Relatório n.º 28/09 – 2.ª S – Auditoria aos sistemas de gestão e de controlo no âmbito dos investimentos da GNR – Ano 2007”, do Tribunal de Contas, o CARI tomou a iniciativa de indicar na resposta àquele tribunal a criação de auditorias multidisciplinares.

No cumprimento do Plano de Auditorias Internas Multidisciplinares de 2016, aprovado por despacho do Exmo. Tenente-general Comandante-Geral, foram realizadas as auditorias internas multidisciplinares – Recursos Humanos, Recursos Financeiros e Recursos logísticos – às seguintes Unidades da Guarda:

ENTIDADE	AÇÕES DESENVOLVIDAS
DRF/DRL/DRH	UNIDADE DE APOIO GERAL
DRF/DRL/DRH	COMANDO TERRITORIAL DE FARO
DRF/DRL/DRH	COMANDO TERRITORIAL DE VISEU
DRF/DRL/DRH	COMANDO TERRITORIAL DE VILA REAL
DRF/DRL/DRH	UNIDADE NACIONAL DE TRÂNSITO
DRF/DRL/DRH	CENTRO CLINICO
DRF/DRL/DRH	SECRETARIA-GERAL DA GUARDA

Figura 30 – Auditorias multidisciplinares CARI

**CONTROLOS EXTERNOS**

Ao nível do Controlo Externo, não se verificaram quaisquer ações por parte da Assembleia da República (controlo político) ou do Tribunal de Contas (controlo financeiro – técnico e jurisdicional) e no que concerne ao Tribunal de Contas, importa apenas referir que teve intervenção em termos do controlo prévio nos processos de contratação pública e em termos de controlo sucessivo na apreciação das contas de gerência.

**4.1.3. CONTROLOS EXTERNOS E CONSTITUIÇÃO DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO CONTROLO DA LEGALIDADE**

Ao nível do Controlo Externo, não se verificaram quaisquer ações por parte da Assembleia da República (controlo político) ou do Tribunal de Contas (controlo financeiro – técnico e jurisdicional).

A GNR remete mensalmente para a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), como entidade coordenadora do programa orçamental (ECPO) P007 – Segurança Interna, no qual se integra a GNR, os documentos que enformam a prestação de contas de âmbito orçamental e financeiro.

De referir que as ECPO, entre outras competências<sup>13</sup>, colaboram com a Direção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças (MF) no acompanhamento e controlo orçamental dos programas e na concretização do Quadro Plurianual de Programação Orçamental, bem como na implementação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Vide Artigo 20º do Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro.

<sup>14</sup> Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.



Em conformidade, a SGMAI recolhe e centraliza a informação orçamental do universo dos organismos do MAI, no qual se inclui a GNR, assumindo a função de interlocutor técnico setorial com o MF no que respeita à execução orçamental e financeira.

No que diz respeito à constituição do órgão responsável pelo controlo da legalidade, como já foi referido anteriormente, a Lei Orgânica da GNR definiu que o controlo interno é exercido por órgãos especializados, dotados de independência técnica, mas inseridos na estrutura interna da organização.

O órgão que detém essa alta competência é a Inspeção da Guarda (IG), funcionando na dependência direta do Comandante-Geral. A IG é o órgão responsável pelo desenvolvimento de ações inspetivas e de auditoria ao nível superior da GNR, competindo-lhe apoiar o Comandante-Geral no exercício das suas funções de controlo e avaliação da atividade operacional, da formação, da administração dos meios humanos, materiais e financeiros, e do cumprimento das disposições legais aplicáveis e dos regulamentos e instruções internos, bem como no estudo e implementação de normas de qualidade, na execução do Plano de Corrupção e Infrações Conexas e na avaliação operacional de forças da GNR a empenhar em missões no exterior do território nacional, designadamente no quadro da Agência Europeia de Fronteiras e Guarda Costeira (Frontex).

#### 4.1.4. INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DE BOAS PRÁTICAS

O plano de formação aprovado pela GNR pretende captar e incentivar os seus colaboradores, militares e civis, nomeadamente aqueles que exercem funções de direção ou chefia das diversas unidades orgânicas, o estudo, análise e desenvolvimento de boas práticas, aliás sentidas no domínio estratégico com a produção de documentos previsionais e prestação de contas com reconhecido valor entre os organismos que integram o MAI.

Apesar do panorama nacional de fortes restrições orçamentais, designadamente no âmbito da Administração Pública, a Guarda promoveu internamente e em parceria com entidades de reconhecida qualificação programas de formação que visam a promoção de competências dos militares e civis afetos às diferentes Unidades, Órgãos e Serviços.

No âmbito do ensino e da formação foram desenvolvidas ações de incentivo ao desenvolvimento de boas práticas mediante a produção e apresentação de estudos de investigação, de reflexão e de análise prospetiva de reconhecido valor informacional no universo da Guarda. Sempre que possível, estes conteúdos eram divulgados ao nível da página eletrónica da Guarda e da Revista da Guarda nas suas publicações trimestrais.

Nesta dinâmica, reconhecendo que a identificação de boas práticas permite alavancar o desempenho organizacional, a Guarda promoveu em 2016 um conjunto de ações direcionadas para a estrutura operacional que visaram essencialmente o incentivo de criação de potenciais conteúdos e práticas que pudessem vir a ser distinguidos e difundidos. Em resultado, após a sua identificação e análise, a Guarda apresentou diversas candidaturas a prémios nacionais e internacionais, dos quais merecem particular destaque os seguintes:

- «Ministry of Interior Award for Innovative Policing Ideas» - Emirados Árabes Unidos – com candidatura dos projetos “Censos Sénior” (Senior Census) e “GNR mobile”;
- Prémio Anual de Prevenção da Criminalidade 2016 no âmbito da presidência Eslovaca da UE – a Guarda foi escolhida para representar Portugal no prestigiado prémio europeu, mercê da apresentação da candidatura Projeto “Senior Safety” da GNR.



#### 4.1.5. COMUNICAÇÃO E ALINHAMENTO ENTRE A ALTA DIREÇÃO E DIRIGENTES DAS UNIDADES ORGÂNICAS

A GNR possui uma estrutura organizacional definida pela Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro e pelo Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro.

A anterior Lei Orgânica da GNR definia exaustivamente toda a organização do comando -geral, no qual se incluíam o estado-maior geral ou coordenador e o estado-maior especial ou técnico, com as respetivas repartições e chefias de serviços, num total de 20. As principais mudanças operadas pela nova lei refletem o objetivo de promover a racionalização do modelo de organização e da utilização dos recursos da Instituição.

Assim, no que concerne ao comando, foi criada uma estrutura que compreende, para além do Comando da Guarda e dos respetivos órgãos de inspeção, conselho e apoio, três órgãos superiores de comando e direção, que asseguram o comando funcional, respetivamente, das áreas de operações (Comando Operacional), dos recursos humanos, materiais e financeiros (Comando da Administração dos Recursos Internos) e da doutrina e formação (Comando de Doutrina e Formação). Esta nova organização da estrutura de comando da Guarda concretiza-se a dois níveis: a lei define, além dos órgãos de inspeção, conselho e apoio do Comando da Guarda, quais as áreas abrangidas pelos órgãos superiores de comando e direção e o respetivo nível de enquadramento, habilitando o Governo a definir o número, as competências e a estrutura interna dos serviços destes órgãos, bem como o posto correspondente à respetiva chefia.

A estrutura orgânica concretizada com a reestruturação da GNR, permitiu concentrar os cargos de direção superior e de direção intermédia nas diversas unidades orgânicas do Comando da Guarda e dos Órgãos Superiores de Comando e Direção, bem como disseminar pelo dispositivo territorial (unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva e estabelecimento de ensino), cargos de direção intermédia sob a autoridade técnica do Comando Operacional.

Esta estrutura permite, dentro do Comando da Guarda e dos Órgãos Superiores de Comando e Direção, um alinhamento estreito entre os dirigentes superiores e os dirigentes intermédios responsáveis pelas unidades orgânicas, embora a própria dimensão desses órgãos possa criar algumas dificuldades na concretização das suas atribuições parcelares.

Também ao nível do exercício da autoridade técnica exercida pelos OSCD, nomeadamente o CO, por este se encontrar fisicamente distanciado das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva e estabelecimento de ensino, poderá significar a existência de constrangimentos pontuais.

Apesar dos constrangimentos, uma vez que a estrutura orgânica tem um carácter vincadamente funcional, permite-se potenciar a comunicação e o alinhamento entre a alta direção e os dirigentes das unidades orgânicas, realizando-se com frequência reuniões intercalares, nomeadamente quando estão em causa projetos de singular importância para a Instituição.

## 4.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### 4.2.1. OBEDIÊNCIA AO DIPLOMA ORGÂNICO

A Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, definiu a missão, as atribuições e as bases da organização interna da Guarda Nacional Republicana, que compreende, nomeadamente, a estrutura de comando, as unidades e o estabelecimento de ensino.

No desenvolvimento do referido diploma legal, o Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro, definiu o número, as competências, a estrutura interna e o posto correspondente à chefia dos serviços de apoio diretamente dependentes do comandante-geral, e dos órgãos superiores de comando e direção, estabelecendo ainda o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da estrutura de comando, definidas através do Despacho n.º 9634/2011, de 19 de julho, que estabeleceu ainda as suas atribuições e competências.



Passados que são cerca de dez anos sobre a reestruturação operada na estrutura geral da Guarda, e identificados os constrangimentos, bem como os pontos fortes, é na perspetiva da Guarda, o momento oportuno para se proceder às alterações dessa estrutura, numa lógica de melhoria contínua. Para o efeito o Comando da Guarda submeteu à apreciação superior do membro do governo responsável pela área da administração interna uma proposta de alteração à estrutura geral da Guarda.

#### 4.2.2. DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Com vista ao regular funcionamento das instituições democráticas, confere a lei aos atores do direito público diversas competências decorrentes das próprias atribuições das pessoas coletivas, revestindo estas a forma de poderes jurídicos.

São diversas as disposições legais que estabelecem de forma generalizada e transversal as competências próprias dos diversos serviços e organismos do Estado e ainda as disposições cuja aplicação se cifra apenas no próprio serviço e organismo como é o caso das respetivas Leis Orgânicas ou Estatutos (Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que aprova a orgânica da Guarda ou o Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de outubro, que aprova o Estatuto dos Militares da GNR).

Neste sentido, refere-se que a Lei n.º 67/2007, de 6 de novembro, estabelece as competências próprias do Comandante-Geral, alicerçadas nas atribuições da Guarda. Saliente-se, a esse propósito, que o n.º 3, do artigo 23º, da LOGNR, além de conferir determinadas competências próprias específicas ao Comandante-Geral da GNR, reforça as competências próprias inerentes ao exercício dos cargos de direção superior de 1.º grau e, neste âmbito, o Comandante-Geral exerce ainda as competências que lhe forem delegadas e subdelegadas pelos membros do Governo responsáveis pela área da administração interna.

Em 2016, à semelhança dos anos anteriores, foram, no momento do provimento de funções, realizadas diversas delegações e subdelegações de competências, prática corrente e convenientemente sedimentada na GNR, reportam-se sobretudo aos Comandantes dos Comandos Funcionais e Comandantes das Unidades e dos Comandos Territoriais em exercício de funções.

#### 4.1.6. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DOS COLABORADORES (MILITARES E CIVIS)

A Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro; 55-A/2010, de 31 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro, institui o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP) aplicando-se ao desempenho dos serviços públicos, dos respetivos dirigentes e demais trabalhadores.

O sistema assenta numa conceção de gestão dos serviços públicos centrada em objetivos. Neste sentido, na avaliação dos serviços, dos dirigentes e demais trabalhadores assumem um papel central os resultados obtidos em relação aos objetivos previamente fixados. Os resultados devem ser medidos mediante indicadores previamente fixados que permitam, entre outros, a transparência e imparcialidade e a prevenção da discricionariedade.

O SIADAP tem uma vocação de aplicação universal à administração pública, prevendo no entanto mecanismos de flexibilidade e adaptação muito amplos de modo a enquadrar as especificidades das várias administrações, dos serviços públicos, das carreiras e das áreas funcionais do seu pessoal e das exigências de gestão.

Desde 01 de janeiro de 2013, que a avaliação dos trabalhadores (SIADAP 3) tem carácter bienal e respeita ao desempenho dos dois anos civis anteriores, iniciando-se o processo com a contratualização dos parâmetros de avaliação (Resultados e Competências), durante o mês de fevereiro do ano civil em que se inicia o ciclo avaliativo, sendo a avaliação efetuada durante os meses de janeiro e fevereiro do ano seguinte àquele em que se completa o ciclo avaliativo.



Na prossecução das suas atribuições, a GNR integra colaboradores militares, integrados em corpos especiais, e como tal sujeitos a um regime disciplinar e de avaliação próprios, e colaboradores civis, sujeitos e avaliados desde 2004 segundo o SIADAP - entre 2004 e 2007 através da Lei n.º 10/2004, de 22 de março, e desde 2008 segundo a citada Lei n.º 66-B/2007.

O sistema específico de avaliação dos militares da GNR, aprovado pela Portaria n.º 279/2000 (2.ª série), designa-se Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana (RAMMGNR) e define o sistema de avaliação do mérito dos militares da Guarda Nacional Republicana (SAMMGNR) e os princípios que regem a sua aplicação.

Preceitua a citada disposição legal que nas carreiras de regime especial e corpos especiais que disponham de um sistema de avaliação de desempenho específico que ainda não tenha sido adaptado, esta se efetue de acordo com o respetivo sistema específico, até à sua adaptação nos termos do artigo 3.º e do n.º 2 do artigo 86.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro. Para o efeito, a situação descrita agrega ainda colaboradores civis de carreiras especiais e como tal sujeitos a regimes de avaliação próprios, nomeadamente pessoal da carreira médica, docentes e técnicos de diagnóstico e terapêutico.

Neste sentido, o sistema de avaliação específico da GNR enquanto corpo especial, mantém-se em vigor até à sua revisão para adaptação à filosofia estabelecida no SIADAP, a qual deveria ocorrer até 31 de dezembro de 2008, sob pena de caducidade, tendo aliás a sua avaliação ocorrido mediante aquele sistema de avaliação específico. Contudo, as especificidades da organização militar impuseram que se fizesse uma profunda reflexão para a criação de um sistema de avaliação específico que não condicione a atuação da GNR nem fomente focos de instabilidade que afetem a coesão e a disciplina militar.

Nesse sentido, após realizado esse estudo, o projeto de sistema de avaliação específico foi alvo de uma análise objetiva e crítica à luz do quadro jurídico definido Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

Desenvolvido esse mecanismo foi remetido à Tutela o projeto de Sistema de Avaliação de Desempenho dos Militares da GNR (SIADMGNR), prevendo-se que em breve a GNR possa aplicar ao universo de militares da Guarda o novo modelo de avaliação e de gestão do desempenho.

Com a publicação da Portaria n.º 359/2013, de 31 de dezembro, foram aprovados novos modelos de fichas de autoavaliação e avaliação do desempenho para dirigentes intermédios e trabalhadores, bem como avaliação com base nas competências. Foram também aprovados os modelos de fichas de monitorização do desempenho e de reformulação de objetivos.

Assim e no que se refere ao ciclo avaliativo 2015/2016, em 31 de dezembro de 2016 foram sujeitos a avaliação o universo de civis constantes na tabela seguinte:

CARREIRA	EFETIVOS
T. SUPERIOR	19
A. TÉCNICO	74
INFORMÁTICO	5
A. OPERACIONAL	303
C. FLORESTAL	306
<b>TOTAL</b>	<b>707</b>

Figura 31 – Avaliação dos quadros civis (subsistema SIADAP 3)



O processo avaliativo dos militares no ano 2016 decorreu dentro da normalidade. Foram sujeitos a avaliação anual 761 Oficiais e 2.584 Sargentos, distribuídos pelos postos a seguir indicados:

CATEGORIA	POSTO	EFETIVOS	AVALIADOS	N/AVALIADOS
OFICIAIS	CORONEL	72	59	13
	TENENTE-CORONEL	155	144	11
	MAJOR	125	119	6
	CAPITÃO	272	244	28
	TENENTE	165	164	1
	ALFERES	32	31	1
SUB-TOTAL		821	761	60
SARGENTOS	SARGENTO-MOR	67	61	6
	SARGENTO CHEFE	425	412	13
	SARGENTO AJUDANTE	813	801	12
	PRIMEIRO SARGENTO	944	934	10
	SEGUNDO SARGENTO	388	376	12
SUB-TOTAL		2637	2584	53
TOTAL		3.458	3.345	113

Figura 32 – Avaliação dos militares da GNR (RAMMGNR)

Quanto aos oficiais e sargentos não avaliados, foram justificados os motivos da não avaliação pelas respetivas Unidades, nos termos do RAMMGNR. Acresce ainda referir que nos termos do referido regulamento de avaliação, os guardas não estão sujeitos a avaliação individual.

#### 4.1.7. POLÍTICA DE FORMAÇÃO

A aquisição, atualização e certificação das competências dos militares e civis da Guarda são condição primordial para a respetiva satisfação e realização profissional e para a melhoria do desempenho operacional, sendo por isso fundamentais para a sustentação de uma organização aprendente, adaptativa e socialmente responsável.

A política de formação prosseguida pela GNR tem em linha de conta as necessidades de formação de médio e longo prazo e atua sobre áreas técnicas em evolução ou áreas emergentes. As necessidades são apuradas e as soluções de formação são definidas por prioridades de aquisição de competências, permitindo o reforço positivo das competências individuais dos colaboradores militares e civis da GNR, em prol das diferentes formas de melhoria possíveis para atuação em defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, garantindo a legalidade e os mais elevados padrões de segurança e de tranquilidade públicas, nas respetivas áreas e nas matérias da sua responsabilidade.

Ciente da importância da formação para o desenvolvimento da Guarda, a política de formação alinhada com as orientações estratégicas da Guarda Nacional Republicana e orientada para a prestação de um serviço público e socialmente relevante, assenta entre outros, nos seguintes pilares:



- Desenvolvimento individual o qual é alcançado através da participação e empenho de todos os interessados na aquisição e desenvolvimento de capacidades e competências individuais, tirando o melhor partido das oportunidades e meios disponíveis;
- Responsabilização da Guarda através da garantia desta no que respeita ao acesso à formação para aquisição e atualização do conhecimento e reforço de capacidades e competências;
- Alinhamento entre as necessidades de formação do efetivo com a Missão da Guarda, o qual apenas é alcançável através da definição precisa de itinerários e planos de formação sustentados em perfis funcionais devidamente caracterizados.
- Gestão de conhecimento - Maximização do capital intelectual na organização através da promoção de comportamentos de partilha;
- Interação contínua com a sociedade, através do incentivo ao estabelecimento de relações de cooperação com as comunidades em que a Guarda se insere, visando a partilha de recursos e o acesso à informação e conhecimento.
- Diversificação das áreas pedagógicas de qualificação individual proporcionando as adequadas condições de valorização aos militares e civis afetos a todas as áreas de atividade da Guarda, com especial incidência na vertente operacional;
- Monitorização e auditorias da formação assentes em critérios de evidência, definidos para uma correta identificação de eventuais desvios aos processos pedagógicos e introdução de medidas corretivas necessárias à melhoria do sistema de formação da GNR.

### 4.3. ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO ADMINISTRATIVO

#### 4.3.1. REGULAMENTAÇÃO DO DIPLOMA ORGÂNICO

Na sequência da publicação do diploma que aprovou a orgânica da Guarda, foi aprovada a respetiva regulamentação que, sempre que tal se tem justificado, tendo em consideração a sua dimensão, complexidade e múltiplas atribuições, tem sido objeto de alteração e adaptação para melhor cumprir a missão da Guarda.

#### 4.3.2. MANUAL DE CONTROLO INTERNO (DIFUSÃO DE CIRCULARES, NOTAS CIRCULARES, NORMAS DE EXECUÇÃO PERMANENTE E REGULAMENTOS INTERNOS)

A realização de um Manual de Controlo Interno tem por objetivo estabelecer um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos, procedimentos de controlo e planos de organização a estarem presentes nas atividades desenvolvidas pela GNR, que permitam assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos, e a preparação oportuna de informação financeira viável e fidedigna.

A função controlo, aqui patente, traduz um conjunto de ações destinadas a confrontar uma ação principal (controlada) com os seus objetivos ou metas e com os princípios e regras a que deve obedecer, englobando as seguintes fases:

- Verificação crítica de conformidade ou desconformidade a um certo referencial;
- Avaliação das respetivas causas e consequências; e



- Eventual revisão ou ajustamento dos programas ou dos objetivos da ação programada.

Para que o controlo acrescente valor às organizações, o mesmo deve fornecer, tempestivamente, elementos fiáveis sobre o que está e o que virá a acontecer, pelo que o controlo do e no tempo são essenciais para assegurar o sentido de oportunidade. O controlo deve ainda basear-se em padrões objetivos, precisos e adequadamente configurados, para além de se preocupar mais com os desvios e as exceções do que com as atividades normais.

Entre as várias formas e tipos de controlo destaca-se o controlo interno, que consiste na verificação, no acompanhamento e na informação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão relativamente a atividades, programas, projetos ou operações de entidades de direito público, assente nos princípios e objetivos do Sistema Nacional de Controlo Interno (SCI), já abordado no ponto 3. Avaliação do Sistema de Controlo Interno que integra o presente Capítulo em análise.

É neste contexto que surge a necessidade dos serviços possuírem um manual de controlo interno, que lhes permita assegurar, em primeira instância, a boa gestão dos domínios orçamental (controlo da execução orçamental das receitas e despesas), económico (controlo da execução das atividades e dos programas), financeiro (controlo dos pagamentos e dos recebimentos) e patrimonial (controlo do património). Mas este manual visa, ainda, consagrar no plano interno o princípio da “*accountability*”, ou seja, o fornecimento de explicação e justificação pela execução ou cumprimento eficiente de uma responsabilidade atribuída, para além da assunção de consequências dos resultados da execução ou cumprimento.

Com a implementação da ferramenta padronizada GeRFIP, foi necessário reconfigurar todos os procedimentos da área financeira e logística, pelo que estão a ser ajustados os respetivos manuais de procedimentos. Este projeto traduz-se numa verdadeira reengenharia de processos, pelo que, só depois dos novos procedimentos se encontrarem devidamente estabilizados, consolidados e apreendidos será viável elaborar o respetivo manual de controlo interno.

A sua implementação está, no entanto, condicionada pela definição da estratégia a prosseguir quanto à integração e interação entre as áreas operacionais (atividade operacional por excelência) e as áreas de apoio administrativo-financeiro (em particular as áreas financeira, patrimonial e de recursos humanos) e, necessariamente, a integração e interação entre estas e a componente estratégica a qual obviamente encerrará uma filosofia de gestão previsional alicerçada em objetivos estratégicos e operacionais na sequência do SIADAP I, bem como a opção por metodologias consagradas a nível nacional e internacional, designadamente o *Balanced Scorecard* (BSC) e a *Common Assessment Framework* (CAF).

Nesse sentido, enquanto não for devidamente estabilizado o modelo de apoio administrativo logístico que se pretende implementar na Guarda, que garanta o indispensável alinhamento entre as áreas operacional, de recursos internos (recursos humanos, financeiros e materiais) e estratégica, não será possível desenhar e definir todos os processos de suporte e desenvolver um manual que permita executar e monitorizar o controlo interno.

Importa, contudo, referir que, no âmbito da autoridade técnica conferida aos OSCD, têm sido difundidas diversas Circulares, Notas Circulares e, ainda, Normas de Execução Permanente (NEP) que regulam e enquadram a execução de tarefas e procedimentos em toda a latitude de atribuições cometidas à Guarda.



## 4.4. FIABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

### 4.4.1. INTEGRAÇÃO DE APLICAÇÕES INFORMÁTICAS E EXISTÊNCIA DE MECANISMOS QUE GARANTAM A FIABILIDADE, OPORTUNIDADE E UTILIDADE DOS OUTPUTS DOS SISTEMAS

A integração e a interoperabilidade de aplicações informáticas existentes na Guarda constituem uma prioridade, na medida em que a sua concretização proporciona a fiabilidade e a qualidade de informação, a agilização dos processos de trabalho, e uma racionalização dos recursos afetos às diversas atividades.

A realidade dos Sistemas de Informação da Guarda é caracterizada pela existência de várias aplicações, umas desenvolvidas internamente, outras com recurso ao “outsourcing”, destinadas a setores de atividades específicos das diferentes unidades orgânicas, que por vezes exploram mais de uma aplicação em ambiente fechado e com plataformas diversas, sem um contexto de integração comum, potenciando-se redundâncias, erros e pouca fiabilidade, o que acarreta problemas de gestão e manutenção.

Desta forma, um desígnio tecnológico da GNR é proporcionar e facilitar a integração e a interoperabilidade entre aplicações, utilizando sempre que possível formas de interoperabilidade adequadas, podendo fazer uso de tecnologias normalizadas como os denominados “Web Services” ou outros “Data Adapters” que permitam a partilha de instâncias de bases de dados.

Acresce referir que por força das frequentes alterações legislativas, sobretudo ao nível da atividade financeira e a da gestão de recursos humanos, existe a necessidade de promover simultaneamente alterações de conteúdo e a parametrização das respetivas aplicações, as quais implicam normalmente o desenvolvimento imediato de novas funcionalidades. Também neste domínio existe uma preocupação vincada de garantir a fiabilidade dos outputs, mediante uma monitorização contínua por parte dos responsáveis por cada área funcional, promovendo as ações corretivas necessárias em tempo oportuno.

### 4.4.2. UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO PRODUZIDA NOS PROCESSOS DE DECISÃO

A informação constitui um dos bens mais preciosos de uma organização, pelo que a sua qualidade, fiabilidade e segurança são fundamentais para o processo de tomada de decisão, motivo pelo qual se tem vindo a privilegiar a utilização das novas tecnologias no apoio gradual à atividade operacional e nas ações de controlo e de supervisão.

No âmbito, das plataformas de apoio à decisão e de índole estratégica destacam-se: (1) o SIIOP (Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais) com os seus diversos módulos: principal (P), salas de situação (2S), ocorrências (O), trânsito (T), ambiente (A), documental (D) e georreferenciação (G); (2) o SIGRI (Sistema Integrado de Gestão de Recursos Internos) com os seus módulos de pessoal, vencimentos, formação, finança e orçamento, assistência na doença; (3) o GNRMobile; (4) o STM (Sistema de Transmissão de Mensagens); e (5) o sitio da GNR na internet.

O SIIOP é o sistema que garante o suporte da gestão da informação operacional policial da GNR, permitindo ao nível policial a gestão centralizada de ocorrências policiais, rodoviárias e ambientais, possibilitando efetuar o controlo das Operações da Guarda ao longo do seu dispositivo a partir dos postos e das Salas de Situação, garantindo a interoperabilidade da informação criminal com a PIIC (Plataforma da Interoperabilidade da Investigação Criminal), permite também implementar o conceito COP (Common Operating Picture) nas salas de situação dos Comandos da GNR, procurando potenciar o processo da tomada de decisão através da georreferenciação dos meios operacionais, em tempo real, facilitando a intervenção e a coordenação policial mais oportuna e mais ajustada às necessidades de segurança do cidadão.

A utilização desta ferramenta permite normalizar processos, integrar informação e disponibilizá-la numa lógica hierarquizada.



No âmbito das atividades de suporte à atividade operacional, nomeadamente nas áreas financeira e patrimonial, onde a fiabilidade e a segurança da informação no processo de tomada de decisão encerra uma preocupação crescente, desempenham um papel preponderante o GeRFiP (plataforma de gestão de recursos financeiros em modo partilhado) e o SGRRe/GNR (Sistema de Gestão da Receita da GNR).

A solução GeRFiP foi desenhada com o objetivo de normalizar os processos e apoiar as atividades de gestão financeira, orçamental e patrimonial dos órgãos e serviços da Administração Pública num contexto integrado. Esta solução, desenhada numa lógica modular, por blocos funcionais, faz parte do Programa de Gestão de Recursos da Administração Pública (GeRAII), que engloba outros projetos e soluções, tais como o de Gestão de Recursos Humanos em modo Partilhado (GeRHuP) e o de Gestão da Avaliação do Desempenho da Administração Pública (GeADAP).

Ainda no âmbito das atividades de suporte à atividade operacional, com vista à otimização do processo de decisão, a GNR continua a desenvolver uma plataforma integrada de informação, designada de Sistema Integrado de Gestão de Recursos Internos (SIGRI), que permite, através da substancial melhoria da informação e dos processos, uma utilização eficiente e oportuna no processo de tomada de decisão, com especial enfoque na gestão dos recursos humanos, no processamento e orçamentação dos vencimentos, bem como na gestão da formação, do património, da assistência na Doença e nos serviços disponibilizados ao Portal Social.

A GNR também desenvolveu o conceito GNRMobile que se traduz num conceito de mobilidade para funcionar em Tablet/Smartphone, e permitir consultar em tempo real os dados operacionais residentes no SIIOP, enviar alertas de ocorrências para a respetivas salas de situação, consultar um conjunto de fichas de procedimentos para qualquer patrulheiro da GNR poder verificar o correto procedimento a tomar face às várias tipologias de ocorrências que se possa confrontar, enviar emails para o Helpdesk da GNR, consultar dados residentes na extranet do MAI, etc.

O STM é uma aplicação totalmente desenvolvida com os recursos internos da Guarda que permite a desmaterialização das mensagens NATO, preconizadas na publicação ACP 127 (Allied Communications Publications), garantindo a segurança da conceção, registo, transmissão e receção das mensagens, permitindo o tratamento da correspondência com grau de classificação de segurança com o nível reservado.

No âmbito da comunicação com o cidadão, a GNR desenvolveu com os seus recursos internos um novo sítio da internet que vem diariamente informando o cidadão sobre atividades, notícias de última hora, informação sobre sinistralidade, fiscalizações, publicações em DRE com interesse, etc., sendo um dos sites que mais consultas apresenta em território nacional.

### 4.4.3. COMUNICAÇÕES

Os sistemas de comando e controlo da Guarda, baseiam-se em comunicações de voz, vídeo e dados, suportados em duas redes distintas, a Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI) e o Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança da Portugal (SIRESP), ambos sob gestão do MAI.

A rede SIRESP, assegura as comunicações rádio, proporcionando o comando e controlo da atividade da Guarda, contribuindo ainda para a georreferenciação das patrulhas no terreno, representadas numa “Common Operational Picture” nas salas de situação aos vários escalões.

Relacionado com as comunicações rádio digitais, durante o último ano, no âmbito das relações bilaterais entre a Guarda e a sua congénere espanhola, Guardia Civil, foi possível dotar todos os Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA), de



“gateways” entre a rede SIRESP de tecnologia TETRA, e a rede SIRDEE de tecnologia TETRAPOL, permitindo assim a coordenação entre estas forças em operações transfronteiriças.

A RNSI, é uma rede multisserviços que suporta serviços de voz, dados e vídeo, que interliga todas as instalações da Guarda dotadas de uma rede local, á qual são interligados os terminais de rede de dados, voz e videoconferência, sobre os quais são acedidos os vários Sistemas de Informação e Sistemas de Comunicações.

Relativamente ao suporte dos vários sistemas TIC, foi concluído em 2015 a ligação de mais de duas centenas de quarteis (mais de 1 terço do total), possibilitando a extensão da cobertura digital a toda a Guarda e a extensão a 10 distritos dos sistemas de informação e comunicação, permitindo assim o tratamento consistente dos dados recolhidos pelos serviços centrais, e concorrendo para a obtenção de métricas para o apoio à decisão.

No que aos serviços de voz diz respeito, foi desenvolvida sobre o suporte da RNSI a interligação dos cerca de nove milhares de terminais de voz sobre IP, permitindo comunicações fixas sem custos entre si. Destes 9 mil terminais, foi possível cobrir com terminais VOIP cerca de metade, sendo os restantes baseados nos sistemas existentes, a substituir oportunamente por terminais com tecnologia VOIP.

Relacionado com este processo, foi igualmente possível, cancelar cerca de 5 centenas de acessos fixos de comunicações, analógicos e digitais, associados a assinaturas mensais fixas, através da migração para acessos tipo SIP-Trunk, num número reduzido a cerca de 3 dezenas, o que possibilitou uma redução de cerca de 290 mil euros dos encargos com comunicações no ano de 2016.

Ao nível das comunicações em videoconferência, foi possível dotar no último ano todas unidades e comandos da Guarda de um terminal de videoconferência, permitindo uma poupança significativa em deslocamentos e outros aspetos logísticos, relacionados com comando, coordenação e controlo a nível nacional e sectorial, bem como a interoperabilidade com outras entidades externas à guarda.

Relativamente a salas de situação, em funcionamento 27/7, no último ano foi possível dotar algumas com salas técnicas climatizadas e energia assistida com autonomia, por forma a melhor suportar os Sistemas de Informação e Comunicação críticos no âmbito do Comando e Controlo da Guarda.

#### 4.4.4. REQUISITOS DE SEGURANÇA DE ACESSOS AOS SI, DOS COMPUTADORES DE REDE E NA TROCA DE INFORMAÇÃO

Garantir a Segurança da Informação é absolutamente fundamental para a correta exploração de todos os Sistemas da Guarda, devendo constituir uma preocupação constante na atuação da Guarda, tendo em vista evitar falhas de segurança ou acidentes que afetem o normal funcionamento dos sistemas de informação e de comunicações. Neste âmbito, deve assentar em três pilares essenciais:

- A autenticidade;
- A confidencialidade;
- A integridade;
- A disponibilidade da informação.



Consciente de que um acidente não é completamente evitável, é necessário garantir, em qualquer circunstância, a continuidade das atividades, minimizando os prejuízos, prevenindo e reduzindo o impacto dos acidentes de segurança em duas áreas distintas:

- Segurança física;
- Segurança lógica.

Na segurança física procura-se proteger todo o *hardware* e equipamentos periféricos contra situações de:

- Incêndios;
- Sabotagem;
- Roubos;
- Inundações;
- Acentuadas alterações térmicas;
- Interrupção de energia;
- Falhas em equipamentos;
- Catástrofes naturais.

Na segurança lógica foram privilegiados os aspetos mais importantes, embora seja indubitável que a maioria dos danos passíveis de ocorrer incide sobre os dados. A segurança lógica diz respeito a:

- Segurança na utilização do *software*;
- Proteção de dados;
- Proteção de processos e programas;
- Acesso autorizado dos utilizadores;
- Acesso autorizado dos utilizadores.

Embora seja muito importante considerar a segurança física das TIC, a falta de segurança lógica é a que mais probabilidade tem de ocorrer, podendo afetar os dados e consequentemente a informação crítica da GNR.

Devido a este facto, a Guarda tem procurado em conjunto com o COSI da SGMAI atuar preventivamente, privilegiando os aspetos conducentes à implementação de barreiras que controlem o acesso aos dados.

Desde 2014 tem havido um esforço de continuidade na migração dos computadores da GNR para a Rede RNSI, onde o acesso autorizado é realizado através de um controlador de domínio em que todos os utilizadores se validam para poderem aceder aos recursos locais e de rede tendo em conta o seu perfil de utilizador.



## 5. COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS

Neste ponto interessa essencialmente promover uma comparação entre serviços que executem serviços e tarefas semelhantes, quer a nível interno quer a nível externo. A nível interno, importa ter presente que, estando a Guarda inserida no Sistema de Segurança Interna nacional juntamente com outras forças e serviços de segurança, existem diversas atividades que se cruzam e se complementam. Contudo o espaço que a Guarda ocupa no Sistema de Segurança Interna e no sistema de forças nacional, por razões inerentes à sua natureza e especificidade, forçosamente se distingue das demais forças e serviços, que não sendo congéneres, partilham atribuições no domínio da segurança das populações. Pelos motivos expostos não parece possível tecer comparações concretas e fidedignas que permitam posicionar o seu desempenho relativamente às demais, até porque se tratam de realidades substancialmente diferentes não só no que respeita a funções executadas, mas também no que respeita às áreas de atuação, cobertura territorial e populacional.

Além dos factos aduzidos anteriormente, e ainda que fosse possível realizar tal comparação, não seria exequível integrá-la no presente Relatório de Autoavaliação, porquanto os resultados do desempenho dos organismos eventualmente comparáveis, são apresentados também nos seus relatórios de atividades os quais apenas em 15 de abril serão tornados públicos.

A nível externo, apesar de também a realidade ser substancialmente distinta, condicionada por fatores geográficos, cobertura territorial e populacional e fatores culturais, a existência de congéneres europeias de cariz gendármico, impõe que se estabeleçam comparações a nível da sua organização e funcionamento.

Contudo, apesar dos esforços desenvolvidos no sentido de, nesta etapa, se proceder à comparação com forças congéneres (interessando estabelecê-la com a Guardia Civil, a qual constitui, à semelhança da GNR, uma força de natureza militar e de cariz gendármico), a inexistência, à data, do Balanço da Evolução da Criminalidade do Reino de Espanha referente a 2016 (Balanço da Evolucion de la Criminalidad 2016 – Ministerio del Interior), impossibilita tal exercício. Em todo o caso, nas comparações estabelecidas nos anos anteriores, foi possível verificar que a congénere espanhola da GNR (Guardia Civil), tem observado nos últimos anos um incremento sucessivo ao nível dos seus recursos humanos bem como ao nível das dotações atribuídas através do Orçamento de Estado, que apenas em 2010 sofreu uma queda após seis anos de progressivas subidas, situação que se estende às demais forças de segurança espanholas. Nessa comparação, as forças e serviços de segurança nacionais, em particular a GNR, a situação é substancialmente diferente, verificando-se uma tendência de diminuição quer nível dos seus recursos humanos, quer ao nível das dotações atribuídas através do Orçamento de Estado.

Reportando também esta análise à comparação entre unidades homogêneas da Guarda Nacional Republicana, apesar de ter sido criado em 2011 um sistema caracterizado por um conjunto de indicadores de gestão ligados à atividade operacional, as assimetrias regionais associadas a questões de diversa ordem que caracterizam e diferenciam cada área de responsabilidade onde atuam os 20 Comandos Territoriais da GNR, não permitem por si só, desenvolver uma análise do desempenho operacional por comparação entre Unidades, sem que os fatores subjetivos se sobreponham à evidência (sempre questionável) dos resultados estatísticos.

## III.B. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, PREVISTAS E NÃO PREVISTAS NO PLANO, E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 1. ATIVIDADE OPERACIONAL

#### 1.1. BALANÇO DA EXECUÇÃO DAS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA 2016

Relativamente a este ponto dedicamos normalmente uma análise global das ações desenvolvidas pela Guarda Nacional Republicana e que contribuíram para a Execução das Orientações Estratégicas inscritas no Relatório Anual de Segurança Interna, relativamente às medidas de âmbito estratégico nele inscritas, sem prejuízo daquelas, que pela sua natureza específica, sejam tratadas nos pontos respetivos do presente relatório (áreas recursos humanos, materiais e tecnológicos abordados nos pontos 5 – Formação de Recursos Humanos, 6 - Beneficiação de Infraestruturas e Equipamento e, por fim, 7 - Sistemas e Tecnologias de Informação, ambos situados neste capítulo).

Contudo, a inexistência de orientações estratégicas plasmadas na versão do Relatório Anual de Segurança Interna de 2015 (para 2016), determina que a Guarda não apresente neste ponto qualquer observação.

#### 1.2. ATIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA EM 2016

##### 1.2.1. CRIMINALIDADE GERAL

Em 2016 a Guarda Nacional Republicana (GNR) efetuou 137.822 participações de natureza criminal, o que, relativamente a 2015, representa uma diminuição de 16.604 participações, correspondendo a um decréscimo de 10,8%.

Para este decréscimo contribuíram especialmente os crimes contra o património (-9.076 casos), os crimes contra a vida em sociedade (- 3.160 casos), e os crimes previstos em legislação avulsa (-3.209 casos).

A interpretação destes dados não pode deixar de levar em devida conta fatores que, sendo relevantes para o aumento ou o decréscimo do número de crimes, não contribuem verdadeiramente para qualificar a criminalidade do país, seja por resultarem da pro-atividade das próprias Forças e Serviços de Segurança (FFSS) (e.g.: condução sob o efeito de álcool ou sem habilitação legal), seja por se encontrarem umbilicalmente ligados a fatores exógenos ao sistema (e.g.: incêndios).

Se considerados os fatores supra enunciados, os registos da criminalidade participada pela GNR em 2016, o decréscimo cifrar-se-ia em menos 12,6% (115.243 crimes em vez de 137.822, retirando apenas os valores que, em 2016, acresceram relativamente aos do ano anterior nas tipologias indicadas) em vez dos menos 10,8% referidos.

Efetivamente, enquanto no ano de 2015 o total destes crimes tinha sido de 26.210 casos, em 2016 o mesmo registou 22.579 casos, isto é, traduziu-se num decréscimo de 3.631 crimes (-1.605 Incêndios, -1.244 crimes de condução com TAS igual ou superior a 1,2 g/l e -787 crimes de condução sem habilitação legal), mas que apesar do decréscimo, acabaram por sustentar um decréscimo mais acentuado da Criminalidade Geral.

Pese embora o decréscimo da criminalidade geral, considera-se, porém, que tal pode não corresponder, na realidade, ao decréscimo ou aumento efetivo do sentimento de (in)segurança, devendo ser considerados outras variáveis que o influenciam, designadamente a pro-atividade e a eficácia das FFSS no cumprimento das suas atribuições.



### ROUBOS EM FARMÁCIAS

*Implica a subtração de bens de uma farmácia, incluindo medicamentos, por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

A GNR registou em 2016 na sua Zona de Ação (ZA) 5 casos de roubos em farmácias, representando uma diminuição acentuada 44,44% (-4 casos) em relação ao ano transato. Especialmente estas ocorrências verificaram-se em diferentes distritos, nomeadamente em Porto (2), Lisboa (1), Santarém (1) e Braga (1).

Estes roubos foram praticados por um ou dois autores, sempre do sexo masculino. Contudo, para este tipo de ilícito não foi possível estabelecer qualquer parâmetro quanto à idade dos autores. A arma branca foi o meio de coação mais utilizado (3 casos), sendo que quase todos os roubos (4 dos 5 casos) ocorreram entre as 17H00 e as 22H00. A terça e a quarta-feira, com dois casos cada, foi o dia da semana que registou mais ocorrências, tendo o outro caso ocorrido à quinta-feira. Quanto ao meio de fuga utilizado, apenas foi possível obter informação em 60% dos casos (3 casos), em veículo ligeiro num caso e a pé em dois casos. Não foi efetuada qualquer detenção nem foi registada qualquer consequência física para com as vítimas. O valor dos roubos ascendeu a € 520,00.

### ROUBOS EM OURIVESARIAS

*Implica a subtração do património de uma ourivesaria por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

A GNR registou em 2016 na sua ZA 7 casos de roubos em ourivesarias, o que representa um decréscimo de 12,5% (-1 caso), em relação ao ano transato. Aveiro foi o distrito com maior número de participações neste tipo de ilícito, concentrando 42,9% das participações (3 dos 7 casos). Em 57,1% dos casos este tipo de crime foi praticado por apenas um indivíduo, verificando-se, nos casos que foi possível analisar (42,9% dos casos), que este tipo de ilícito foi praticado por indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos. Em 42,3% dos roubos os suspeitos utilizaram como meio de coação armas brancas, utilizando como meio de fuga veículos ligeiros ou fugindo a pé, desconhecendo-se se estes últimos teriam veículos estacionados nas imediações. A incidência mensal dos casos participados é muito irregular. A quinta-feira foi o dia da semana em que se verificaram mais casos participados (3 casos), sendo que os restantes se verificaram à segunda (2), quarta (1) e sábado (1). No que respeita ao período horário, 3 das ocorrências registaram-se entre as 11H00 e as 15H00 e 3 entre as 18H00 e as 20H00. Não foi efetuada qualquer detenção por este tipo de ilícito, havendo a registar ferimentos numa vítima desta atividade delituosa. O valor dos roubos ascendeu a € 31.362,00.

### ROUBOS EM POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

*Implica a subtração de bens de um posto de abastecimento de combustível, incluindo o próprio combustível, por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

A GNR registou em 2016, 74 casos de roubos em postos de abastecimento de combustíveis, o que, comparado com o ano anterior, significa um aumento de 7,25% (+5 casos). Este tipo de crime revelou especial incidência nos distritos de Aveiro (20 casos), Porto (18), Braga (10), Leiria (8) e Lisboa (5), sendo estes cinco distritos responsáveis por 82,4% do total dos casos na ZA da GNR:

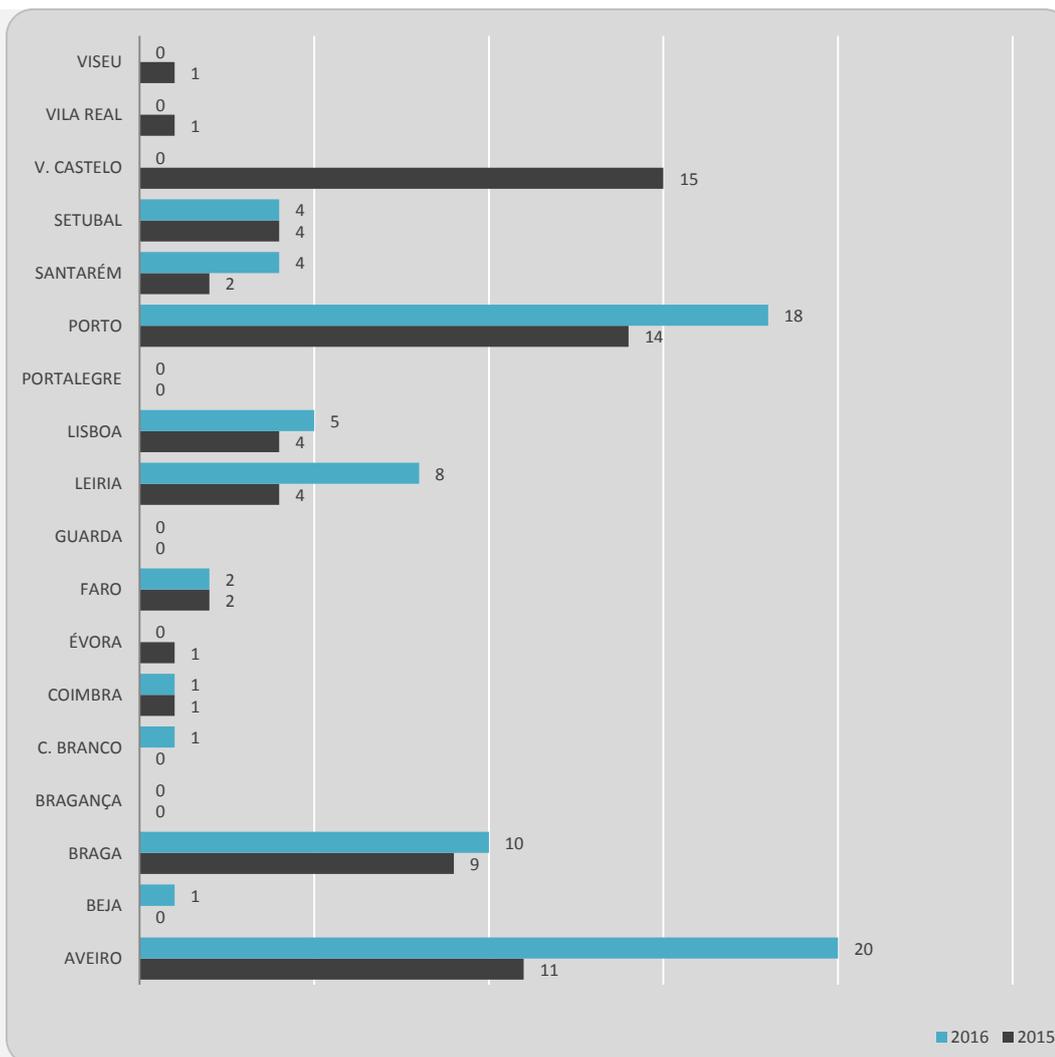


Figura 33 - Roubo a postos de abastecimento de combustíveis – por Distritos (2015-2016)

Este crime foi praticado, na maioria das situações (54,1% dos casos), apenas por um indivíduo e nos restantes casos por dois ou três indivíduos. Foi possível apurar informação que este crime foi praticado, em 35,1% das situações, por indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos. A arma de fogo foi o meio de coação preferencialmente utilizado (62,2% dos casos), tendo em 17 roubos os suspeitos recorrido a arma branca (23% dos casos). O meio de fuga utilizado foi a viatura ligeira (50%) ou a pé (32,4% dos casos).

Os meses de março e novembro foram os que registaram mais participações, não se tendo verificado qualquer ocorrência no mês de junho. Os dias da semana que registaram maior incidência de casos participados foram a quinta-feira, com 20,3% cada (15 casos), seguindo-se a segunda e sexta-feira (17,6%) e a terça-feira (14,9%). Na maioria das situações (79,7% dos casos) o crime de roubo em postos de abastecimento de combustível teve lugar em período noturno entre as 18H00 e as 01H00. Pela prática deste crime foi detido 1 indivíduo, havendo a registar ferimentos em quatro vítimas desta atividade delituosa. Os valores roubados ascenderam a € 5.351,00.



**ROUBO DE VIATURAS**

*Implica sempre a subtração de um veículo motorizado por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

A GNR registou em 2016, 40 roubos de viaturas, significando uma descida de 27,7% (-15 casos) em relação ao ano transato. No que concerne à sua espacialização, os distritos mais afetados foram: Setúbal e Porto com 55% das participações (11 casos cada), Aveiro com 15% (6 casos) e Lisboa com 7,5% cada (3 casos cada), sendo estes quatro distritos responsáveis por 87,5% do total de casos na ZA da GNR:

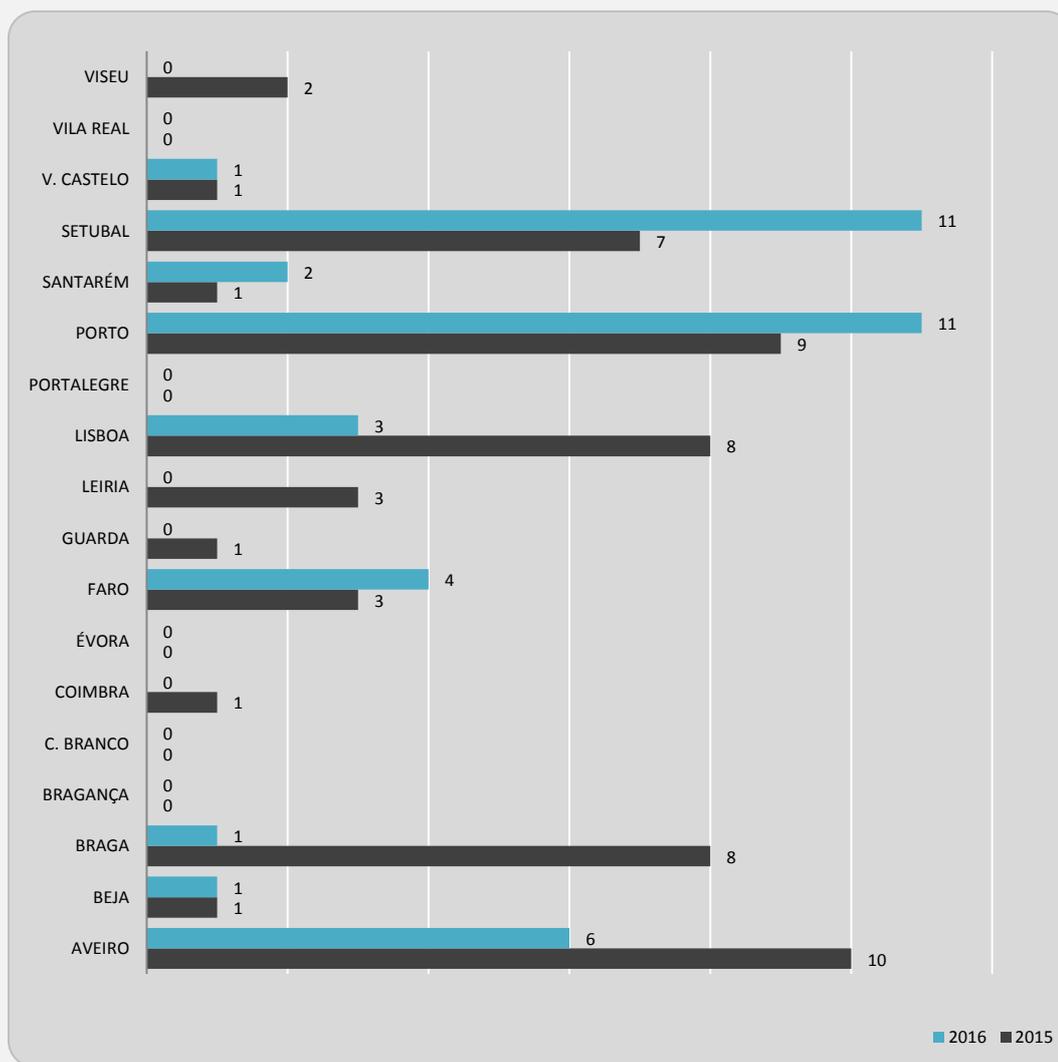


Figura 34 - Roubo de viaturas – por Distritos (2015-2016)

Quanto aos autores destes roubos, constata-se que 52,5% das ocorrências foram praticados por grupos de dois ou três indivíduos e que em 40% dos casos apenas foi referenciado um único indivíduo.

Analisadas 57,5% das ocorrências, verifica-se que a idade dos suspeitos se situa, predominantemente, na faixa etária dos 20 aos 40 anos (47,5%). Os meios de coação mais utilizados na prática do roubo de viaturas foram a coação física (60% dos casos), seguida do uso da arma de fogo (22,5% dos casos) e de arma branca (17,5% dos casos).

Relativamente à distribuição mensal, observa-se que os meses de setembro (6 casos) e março, outubro e dezembro (5 casos cada) foram aqueles em que se verificaram mais roubos de viaturas, destacando-se o período de abril a agosto onde a incidência foi menor. Quanto à distribuição por dias da semana, verifica-se uma distribuição homogénea, com 5 ou 6 casos em cada dia. A prática deste tipo de crime teve maior incidência no período noturno, entre as 19H00 e as 22H00 (10 casos, 25%), destacando-se ainda o período da manhã, entre as 10H00 e as 12H00 (5 casos, 12,5%).

Não foi efetuada qualquer detenção, tendo-se registado ferimentos em 11 vítimas desta atividade delituosa. Os valores roubados ascenderam a € 54.550,00.

**FURTO DE VIATURAS**

*Implica a subtração de um veículo motorizado, agindo com ilegítima intenção de apropriação, sem o recurso a violência ou ameaça.*

No que concerne ao furto de viaturas, a GNR registou em 2016 na sua ZA 4.221 casos, verificando-se uma ligeira descida (-7,8%) no número de veículos furtados face aos registos de 2015. Por outro lado, em 2016, a Guarda recuperou 3.911 veículos, mais 754 que em 2015, a que corresponde uma taxa de recuperação de viaturas positiva de 23,9%.

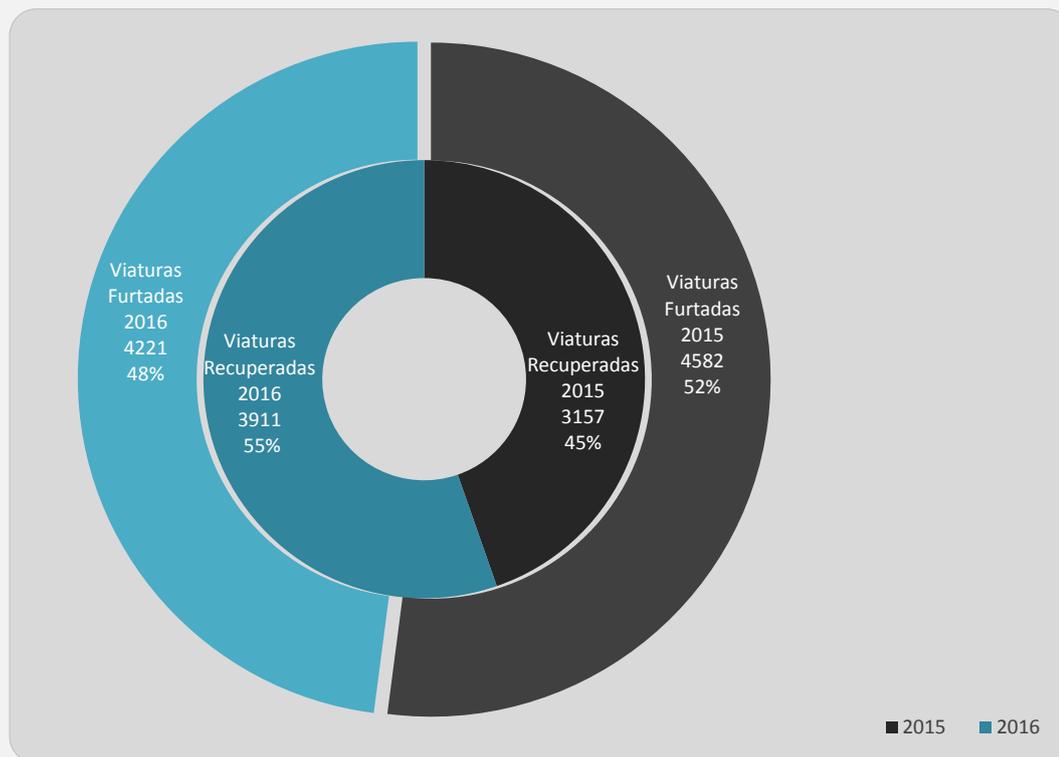


Figura 35 - Furto de viaturas/viaturas recuperadas (2015-2016)



**ROUBO EM RESIDÊNCIAS**

*Implica sempre a subtração de bens do interior de uma residência e/ou anexos por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

A GNR registou em 2016 na sua ZA 192 casos de roubos em residências, verificando-se uma diminuição de 28,1% em relação a 2015 (-75 casos). De realçar que 49,5% dos crimes de roubo em residência (95 casos) foram perpetrados contra idosos.

Este tipo de crime revelou especial incidência nos distritos do Porto (31 casos), Braga (24 casos), Faro (22 casos), Setúbal (20 casos), Aveiro (18 casos) e Santarém (17 casos), sendo estes 6 distritos responsáveis por cerca de 68,8% do total das participações.

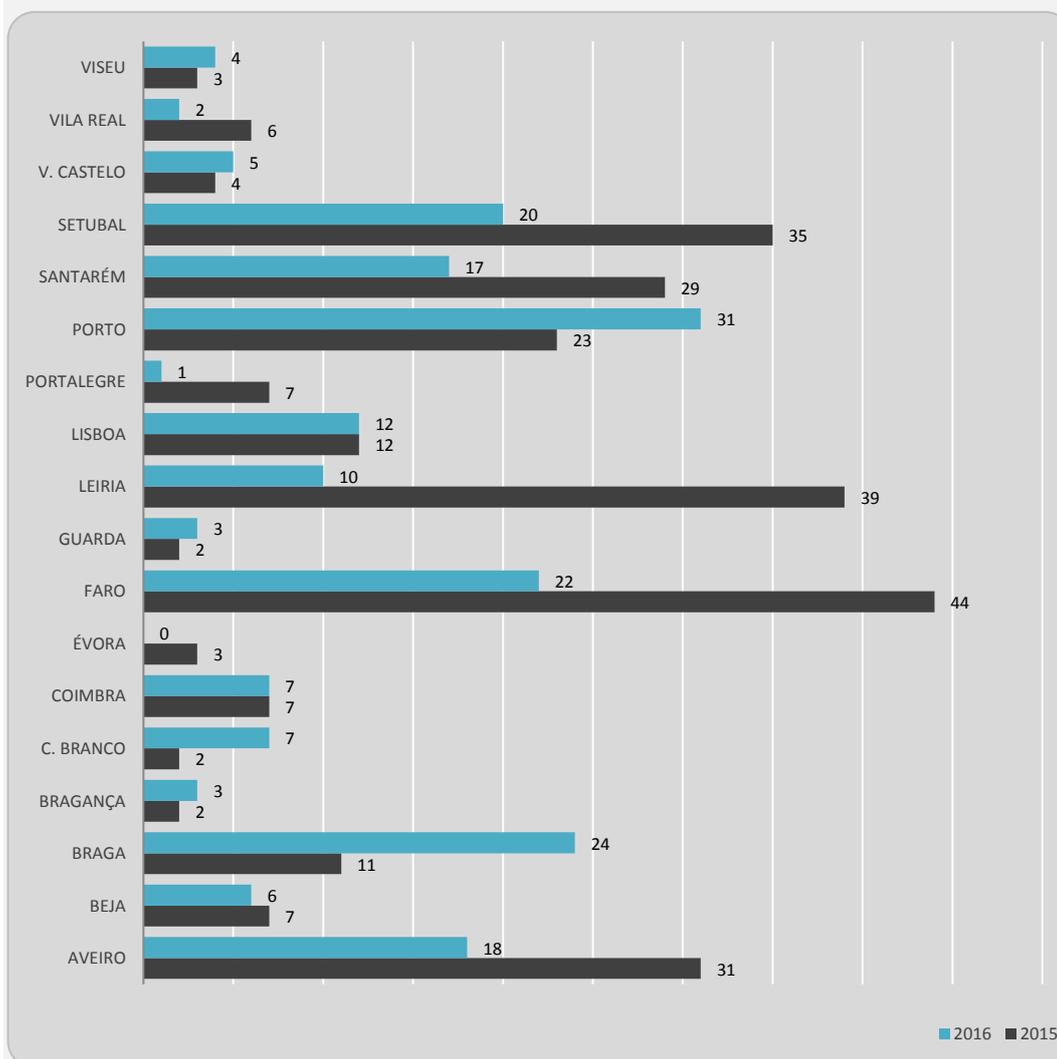


Figura 36 - Roubo a Residências – por Distritos (2015-2016)

Os municípios de Vila Nova de Famalicão (8 casos), Loulé (7 casos) e Lousada (7 casos) foram os que registaram maior número de ocorrências neste tipo de ilícito.



Com base na informação disponível para 98,4% das ocorrências, observa-se que, em 38,5% dos casos o crime foi praticado por dois indivíduos e que em cerca de 29,2% das situações o foi por um único indivíduo. Apurados dados sobre os autores em 40,6% dos casos, constata-se que em 20,3% das situações o crime foi praticado por indivíduos na faixa etária dos 20 aos 30 anos. A coação física foi o meio mais utilizado na prática do crime de roubo em residência (67,7% dos casos), seguidos da arma de fogo (17,7%) e da arma branca (14,6%). Tendo sido possível apurar o meio de fuga em 50% das situações, constata-se que as fugas a pé (27,1%) e em veículo ligeiro (22,4%) foram as mais comuns.

Relativamente à distribuição mensal deste tipo de crime, observa-se que os meses de março (22 casos), setembro (21 casos) e julho e agosto (18 casos cada) se destacaram pelo número elevado de registos.

A maior incidência de casos verificou-se à sexta-feira (39 casos), seguindo-se a segunda-feira (31 casos). O período da tarde, entre as 12H00 e as 19H00, foi aquele em que se registou maior número de roubos em residência (83).

Pela prática deste crime foram detidos pela GNR 10 suspeitos, tendo sido registados ferimentos em 36 vítimas. Os valores roubados ascenderam a € 118.000,00.

### ROUBO A TRANSPORTE DE VALORES

*Implica a subtração dos bens transportados em meio de transporte de valores por meio de violência ou ameaça, com ou sem emprego de arma.*

A GNR registou em 2016 um total de 12 casos, verificando-se, assim, uma subida de 140% em relação ao ano transato (+7 casos). Os distritos do Porto (6 casos), Lisboa (2 casos), Braga (2 casos) e Aveiro e Setúbal (1 caso cada), foram os afetados com este tipo de ocorrências.

Este crime foi praticado, na maioria das situações (66,6% dos casos), por dois indivíduos e em 25% por grupos de 3 indivíduos. Tendo sido possível apurar informação a partir de 41,6% dos casos (5), verifica-se que este crime foi praticado, em 41,6% das situações, por indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos. A arma de fogo foi o meio de coação utilizado em todos os casos. O meio de fuga utilizado foi a viatura ligeira (83,3%).

Estas ocorrências tiveram especial incidência nos meses de fevereiro e agosto (3 casos cada), não se evidenciando nenhum dia da semana face à sua homogeneidade. O período compreendido entre as 10H00 e as 13H00 é aquele que registou maior incidência, no qual se verificaram 50% dos casos.

Estas ocorrências verificaram-se maioritariamente quando funcionários das empresas de transporte de valores se deslocam a carregar caixas ATM'S, ou a recolher dinheiro, sendo surpreendidos nos pequenos trajetos a pé, e ameaçados com as armas de fogo, roubando-lhes os sacos com o dinheiro. Desconhece-se os valores roubados pois em algumas das situações esse valor não foi revelado.



**FURTO A ATM**

*Implica a subtração ou tentativa de subtração do dinheiro acondicionado em ATM.*

A GNR registou em 2016 um total de 27 casos de furto/roubo a ATM, verificando-se, assim, uma subida de 170% em relação ao ano transato (+17 casos). Os distritos do Porto (9 casos), Setúbal (5 casos), Lisboa (4 casos) e Leiria (3 casos) foram os mais afetados com este tipo de ocorrências.

Não foi possível apurar informação sobre o número de autores, em 88,9% das situações. Embora a experiência acumulada aponte para um número de três a quatro por ocorrência. O meio mais utilizado para efetuar os furtos/roubos foi o arrombamento com explosão por recurso a gás. Em todos os casos em que existe informação (25,6%), o meio de fuga utilizado foi o veículo ligeiro.

Os meses de dezembro (7 casos), março (5 casos) e abril (4 casos) foram os que registaram o maior número de situações. A terça-feira foi o dia da semana com maior número de crimes registados (8 casos), seguido da quinta-feira (6 casos). Em 88,9% dos casos este tipo de crime foi praticado no período noturno/madrugada (das 01H00 às 09H00):

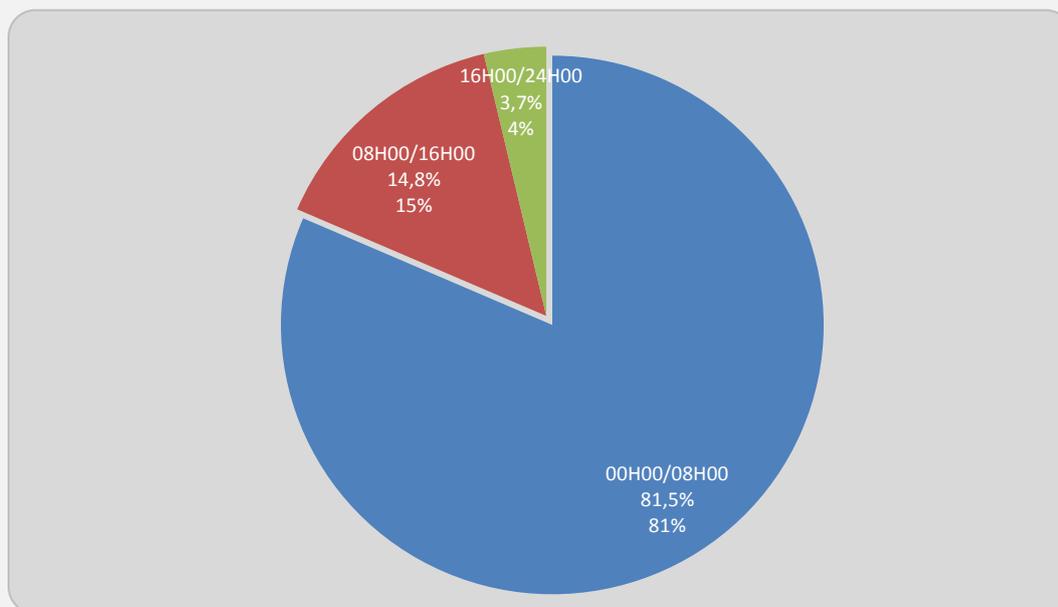


Figura 37 - Furto/roubo de ATM – Horário das ocorrências (2016)

Não foi efetuada qualquer detenção por este tipo de ilícito, nem se registaram vítimas. Os valores furtados/roubados não foram revelados pelas entidades responsáveis pelos ATM.

**FURTO DE METAIS NÃO PRECIOSOS**

*Implica o furto de cobre, alumínio e outros metais não preciosos, destacando-se as redes elétricas e telefónicas, sinais de trânsito, da via pública, de residências e de explorações agrícolas ou industriais.*

A GNR registou em 2016 um total de 2.717 furtos de metais não preciosos, o que representa uma diminuição de 46,9% em relação a 2015 (-2.404 casos). O furto de metais não preciosos registou maior incidência nos distritos de Aveiro (368 crimes), Setúbal (294), Leiria (287), Santarém (258) e Porto (223), tendo-se registado nestes cinco distritos cerca de 53% do total das participações.

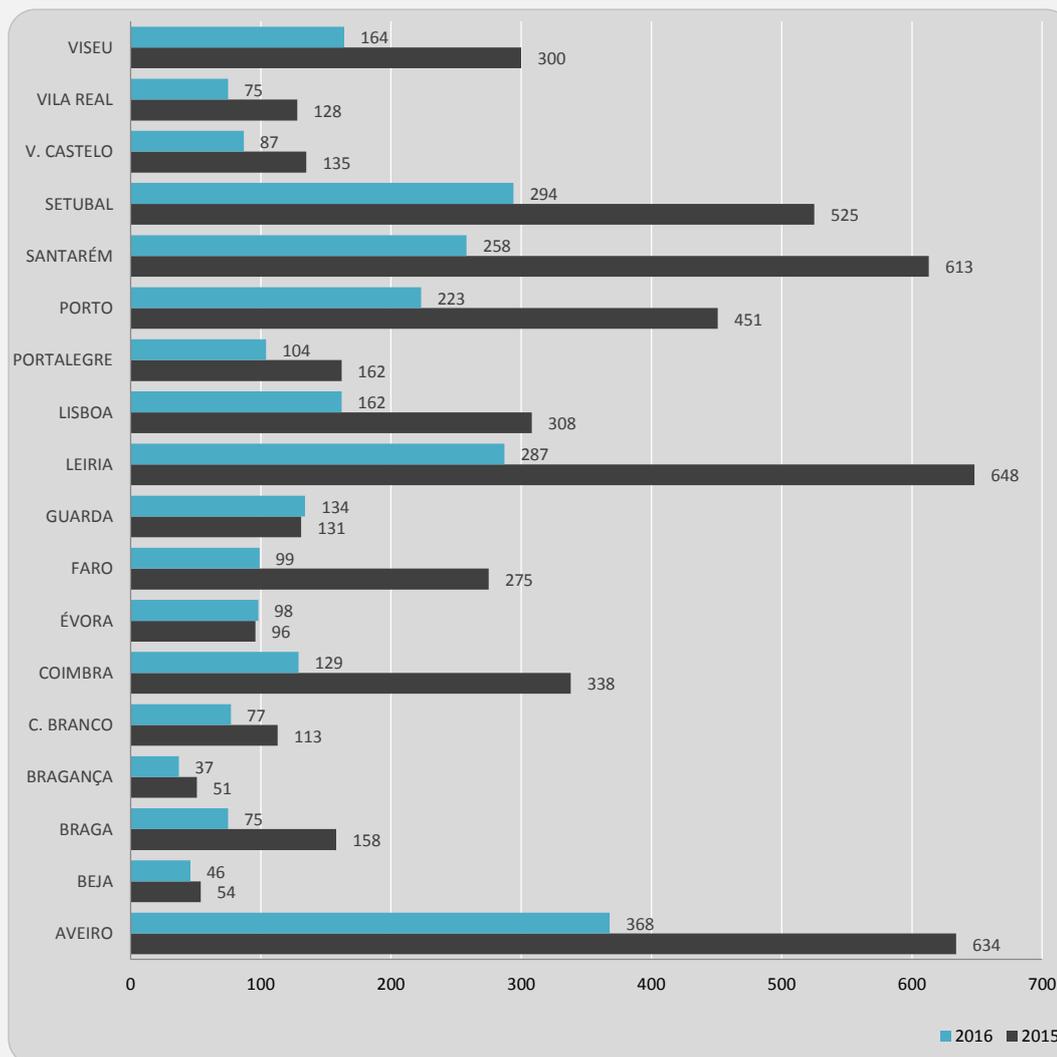


Figura 38 - Furto de metais não preciosos – por Distrito (2015-2016)

Os concelhos de Palmela (119 casos), Leiria (94), Águeda (74), Alcobça (56) e Porto de Mós (53) foram os que registaram o maior número de ocorrências. Os elementos recolhidos não permitem efetuar a caracterização dos autores deste tipo de ilícitos.

Este crime teve uma particular incidência no primeiro semestre, como podemos verificar no gráfico seguinte, atingindo-se os valores mais baixos nos últimos meses do ano.



Figura 39- Furto de metais não preciosos – evolução (2016)

Quanto à distribuição pelos dias da semana, o maior número de casos ocorreu nos dias úteis: terça (19%), segunda e quarta (17%), quinta e sexta (16%).

Relativamente à tipologia das vítimas deste tipo de crime, 66,1% são pessoas coletivas e 33,9% são pessoas singulares. O tipo de metal mais furtado foi o cobre (63%), seguido, a larga distância, do ferro (11%), como se demonstra no gráfico seguinte:

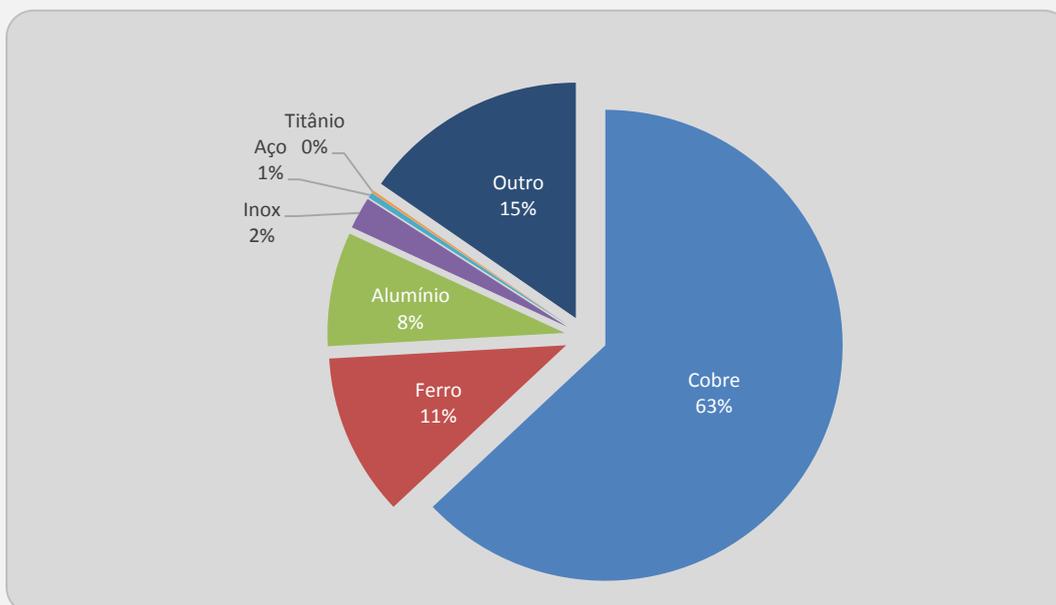


Figura 40 - Furto de metais não preciosos por tipo de metal (2016)

Pela prática do crime de furto de metais não preciosos foram detidos, ao longo do ano, pela GNR 62 suspeitos. Os valores do material furtado ascendem a €7.395.719,00.

### ILÍCITOS EM AMBIENTE ESCOLAR

Da atividade desenvolvida pela Guarda no âmbito do Programa Escola Segura, destaca-se a elaboração, no ano letivo de 2015/2016, de 1.450 ocorrências em ambiente escolar, incluindo os estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo. Deste total de ocorrências 690 foram de natureza criminal (47,6%). O número de ocorrências no ano letivo 2015/2016 sofreu um aumento de 7,2 % (+98 casos) em relação ao ano letivo 2014/2015.

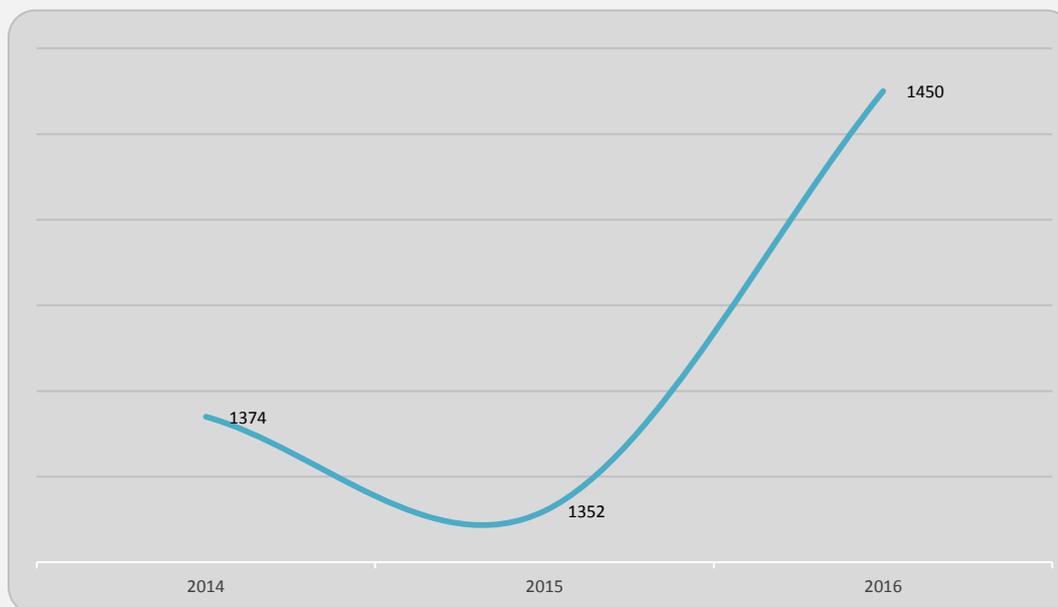


Figura 41 - Total participações

No que respeita ao local das ocorrências de natureza criminal, cerca de 72 % tiveram lugar no interior dos estabelecimentos de ensino:

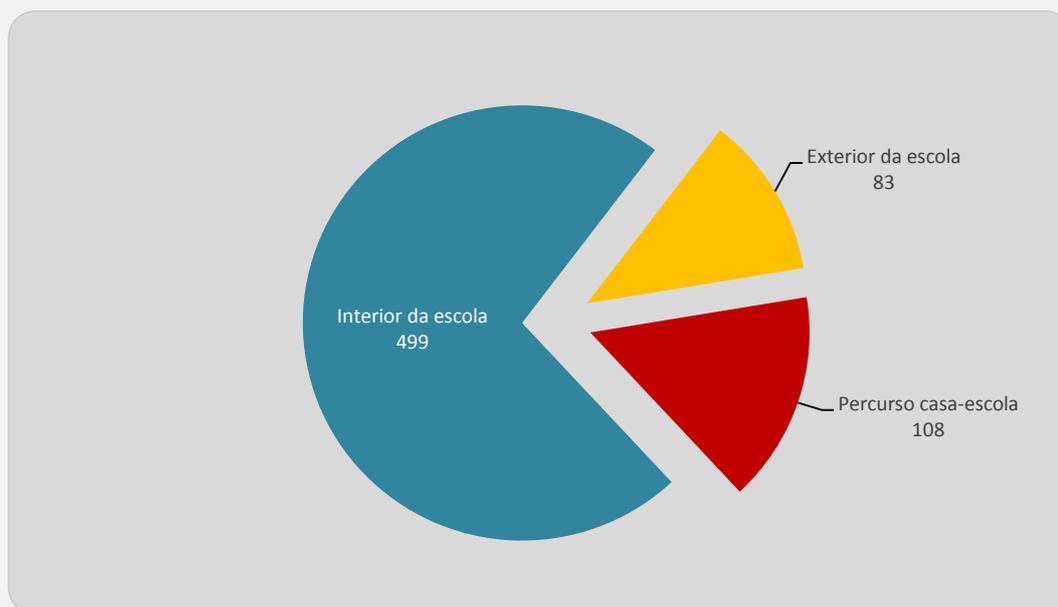


Figura 42 - Local das ocorrências criminais (2016)



Da análise do total das participações infere-se que as ofensas à integridade física (260) e os furtos (130) são os casos mais frequentes, enquanto as ofensas sexuais (6), as ameaças de bomba (2) e os roubos (1) foram os menos verificados.

No que respeita aos ilícitos verificados no interior das escolas, o gráfico seguinte ilustra esta realidade:

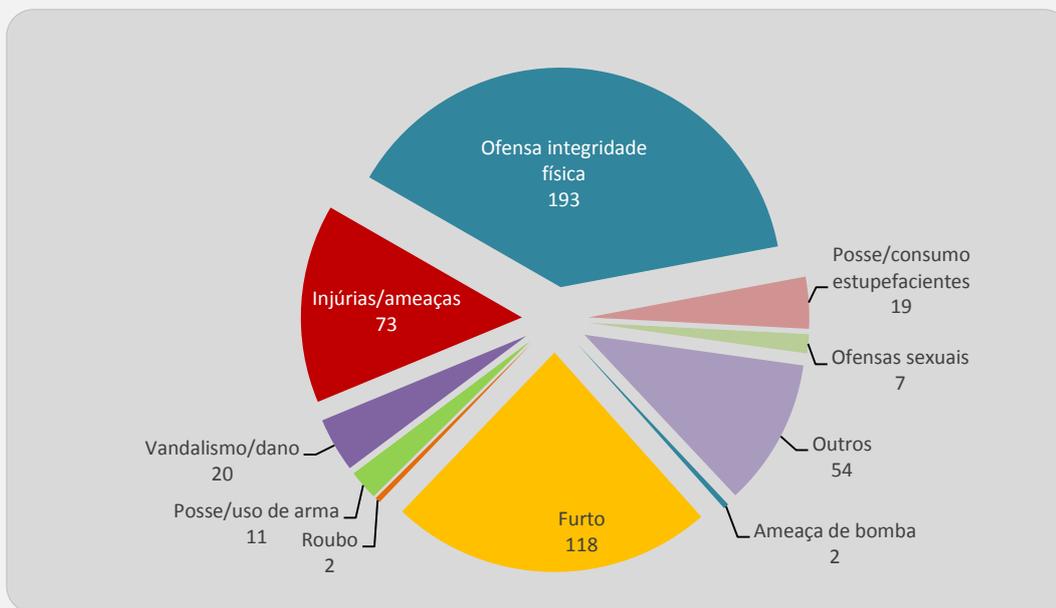


Figura 43 - Tipo de ocorrências no interior da escola (2016)

Já no exterior dos estabelecimentos de ensino (perímetro envolvente até aos 50 metros), nomeadamente no perímetro envolvente, as ocorrências verificadas encontram-se discriminadas no gráfico que se segue:

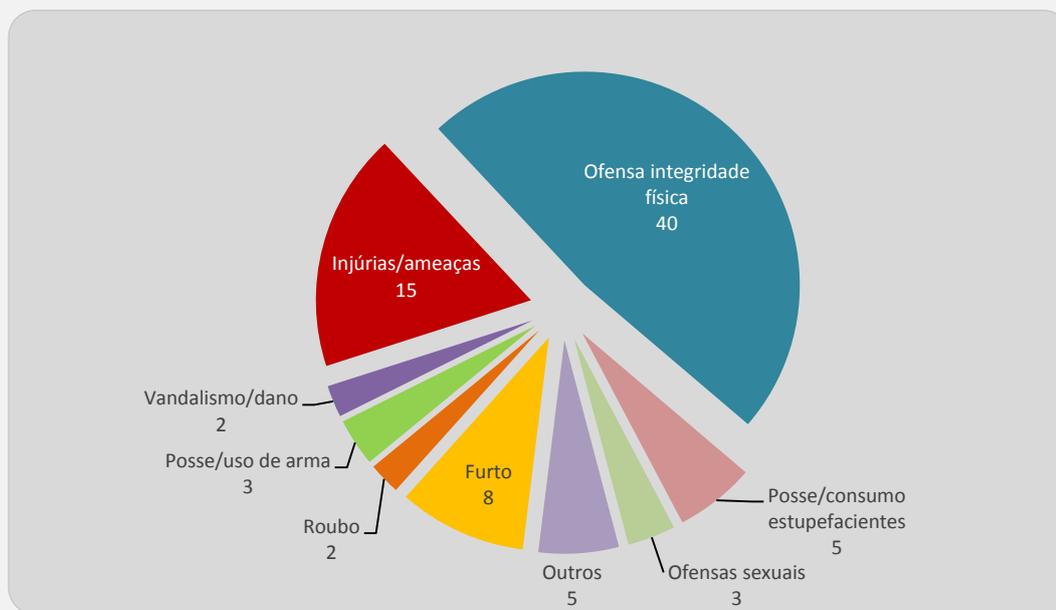


Figura 44 - Tipo de ocorrências no exterior da escola (2016)

No exterior das escolas a ofensa à integridade física assume-se como o ilícito mais frequente e a posse/uso de arma como o menos frequente.

No percurso entre a casa e a escola, os alunos foram mais sujeitos a outros crimes (29 ocorrências), e as ofensas à integridade física (27 casos).

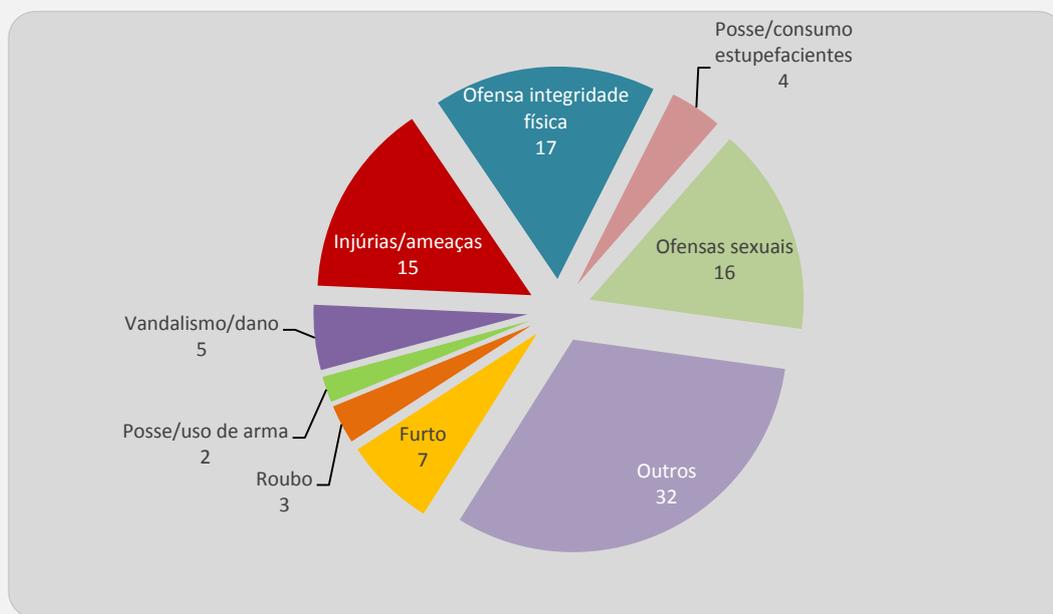


Figura 45 - Tipo de ocorrências no percurso casa – escola (2016)

Uma outra análise é a relativa à área do país onde este tipo de casos mais acontece, conforme distribuição geográfica (por Distritos), dos ilícitos em ambiente escolar como consta do gráfico seguinte:

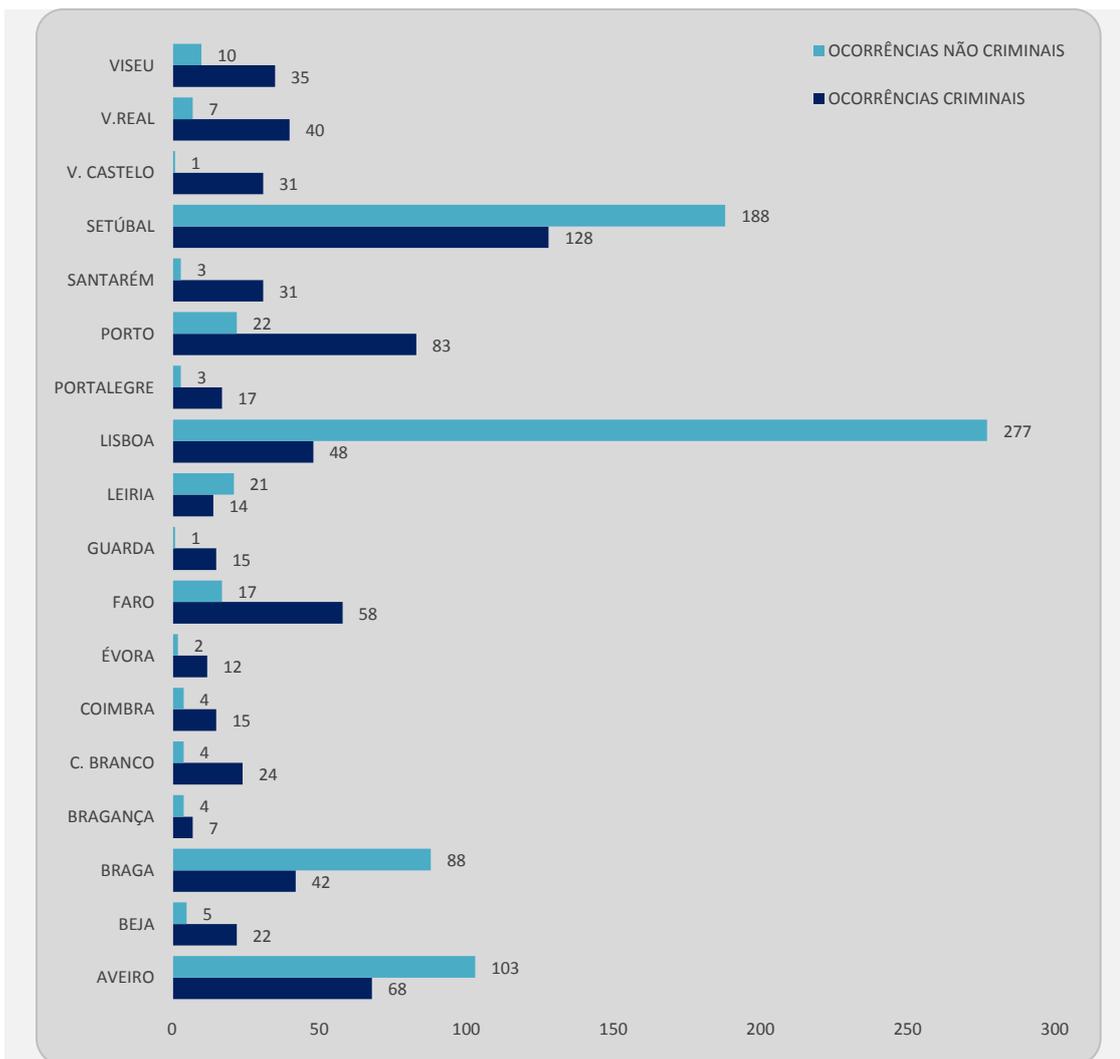


Figura 46 - Participações por Distrito

O distrito que registou mais participações de ilícitos criminais em 2015/2016 foi o de Setúbal. O distrito que registou maior número de ilícitos não criminais foi o de Lisboa, sendo também este o distrito que apresenta, na globalidade, maior número de ocorrências em ambiente escolar.

CRIMINALIDADE GRUPAL E DELINQUÊNCIA JUVENIL

A GNR registou em 2016 um total de 1.016 casos de criminalidade grupal, verificando-se uma descida de 10,96% (-125 casos) em relação a 2015 (1.141 ocorrências).

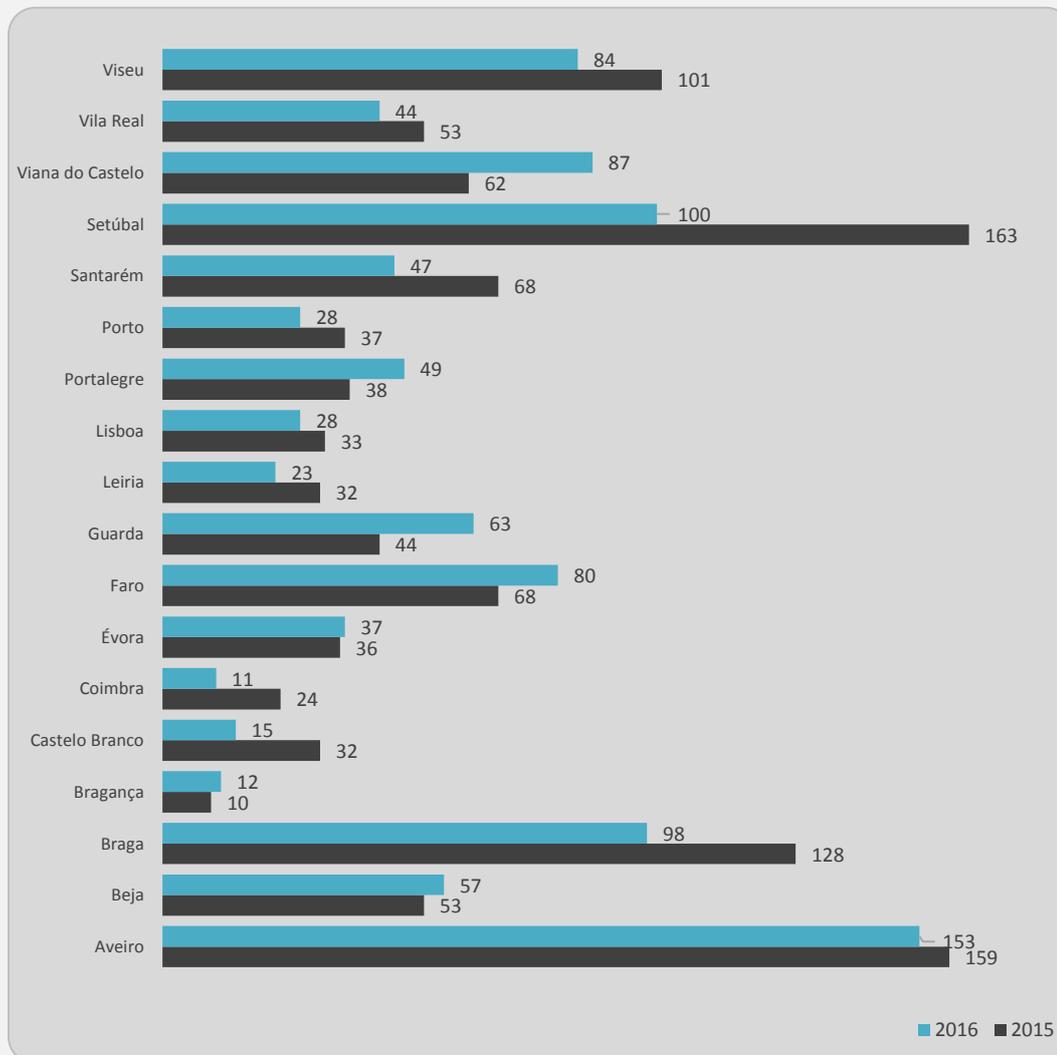


Figura 47 - Criminalidade Grupal – Por distritos (2015-2016)

No que se refere à criminalidade juvenil, verificou-se um ligeiro decréscimo (-88 ocorrências), significando uma variação de menos 9,63%:

Para os 914 casos em 2015, contrapõem os 826 em 2016. Salientam-se ainda as descidas relevantes verificadas do número de Crimes Contra o Património (-38 crimes) e nos Crimes Previstos em Legislação Avulsa (-41 crimes).

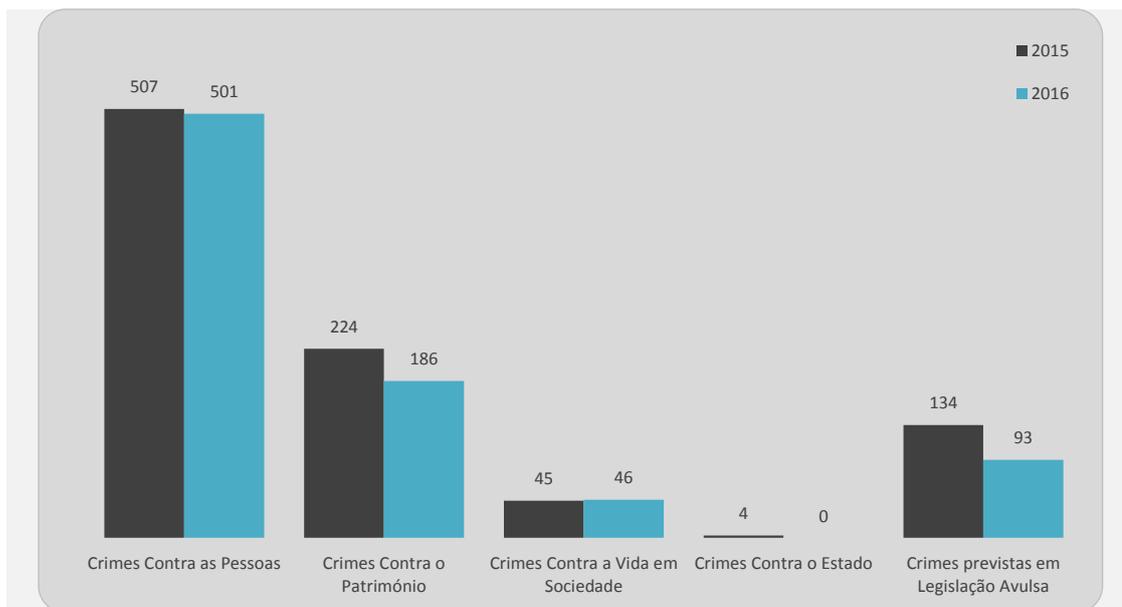


Figura 48 - Criminalidade Juvenil – Por tipologia criminal (2015-2016)

### INCÊNDIOS FLORESTAIS

Os incêndios florestais constituem-se como um flagelo da floresta em Portugal. O Governo para a prossecução dos grandes objetivos estratégicos do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), promulgado em 2006, estabeleceu metas cuja concretização passa pelo empenho de todas as entidades com responsabilidades no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, visando globalmente e num horizonte temporal de 2012 a 2018 a redução da área ardida para valores equiparáveis à média dos países da bacia mediterrânica.

Para a prossecução dos objetivos referidos, durante o ano de 2016 foram acionados meios humanos e materiais visando a proteção da floresta e prevenção de incêndios, com base na Diretiva Operacional Nacional (DON) n.º 2/DECIF de 2016, da Autoridade Nacional de Proteção Civil, onde se estabeleceu o conceito estratégico do Dispositivo Nacional de Combate a Incêndios para o ano de 2016, procurando assegurar-se a mobilização, prontidão, empenhamento, articulação e gestão dos meios e recursos, tendo em vista garantir um elevado nível de eficácia no combate aos incêndios florestais em todo o território nacional.

No âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, integrada operacionalmente no Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, foram registados 7.578 crimes contrapondo com os 5.864 crimes de incêndio registados em 2015. Foram efetuadas 21 detenções durante 2016 contra os 74 detidos no ano anterior, tendo sido elaborados 2.095 autos em 2016 por contraponto com os 2.676 autos de contraordenação em 2015 e realizadas 34.550 ações de patrulhamento e vigilância da floresta.

Foram registadas 16.460 ocorrências de incêndios florestais (20.481 em 2015), das quais resultou uma área ardida de 161.535,00 hectares (68.292,70 em 2015), sendo que dessas ocorrências, foram investigadas 13.006 (79 % das ocorrências).

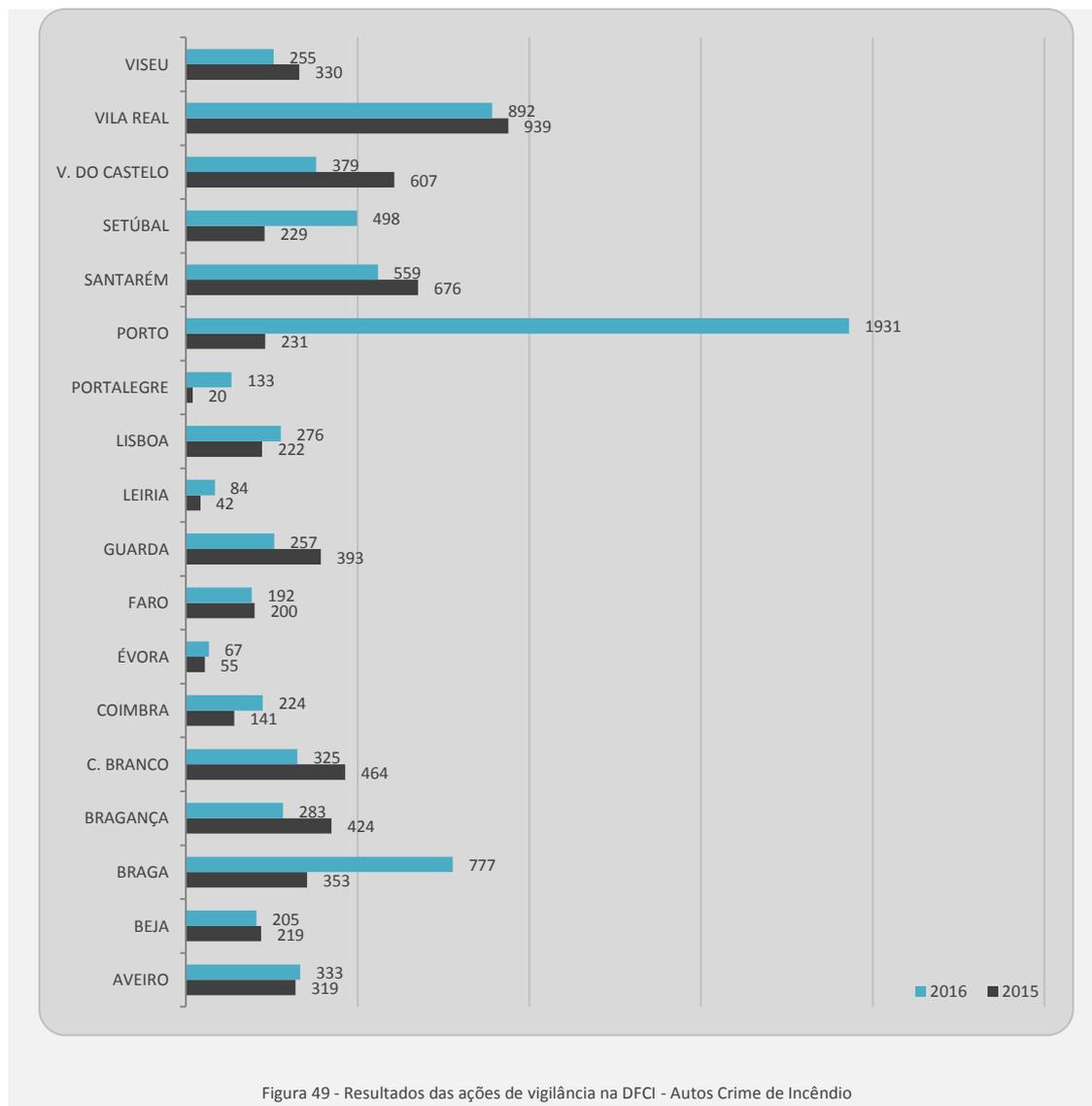


Figura 49 - Resultados das ações de vigilância na DFCI - Autos Crime de Incêndio

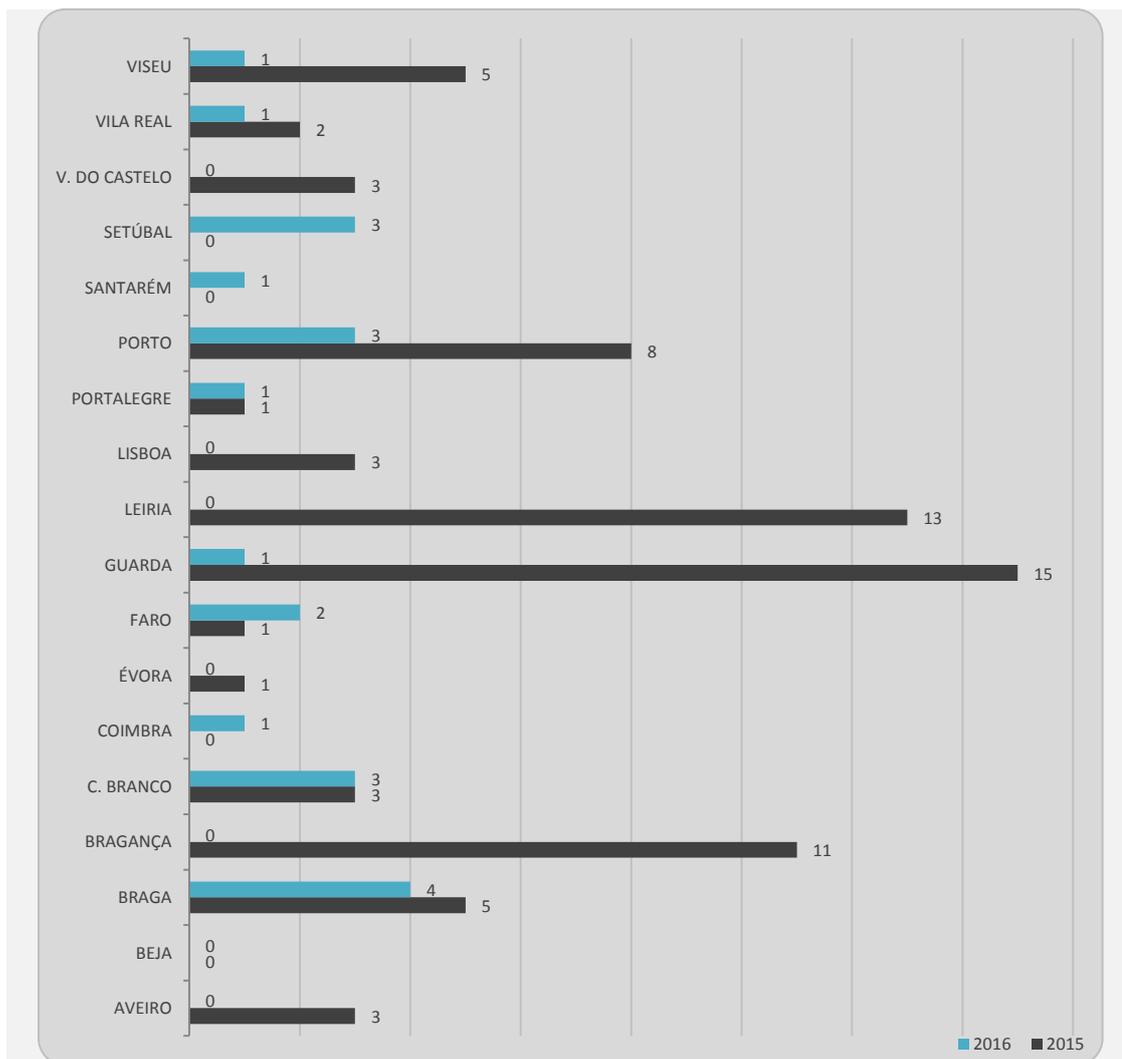


Figura 50 - Resultados das ações de vigilância na DFCl - Detidos

Analisando os dados do Sistema de Gestão de Incêndios Florestais, verifica-se que a área ardida em 2016 (161.535,00 ha) foi consideravelmente superior a 2015 (68.293 ha).

### 1.2.2. PREVENÇÃO

A prevenção constitui-se como uma das formas mais eficazes de atuação no que concerne à minimização do sentimento de insegurança da população, pelo que, a Guarda continua a dedicar-lhe uma parte muito importante das suas capacidades e meios operacionais.

### 1.2.3. PROGRAMAS GERAIS DE PREVENÇÃO E POLICIAMENTO

A GNR tem vindo a destacar-se pelo trabalho desenvolvido no âmbito dos Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP), os quais são orientados para o policiamento de proximidade e segurança comunitária, dedicando-lhe em exclusivo meios e efetivos significativos.



Estão afetos em exclusividade aos Programas Especiais 336 militares, constituídos em 85 Seções de Programas Especiais (SPE), que dependem organicamente do dispositivo territorial da Guarda. Os efetivos das SPE têm à sua disposição 122 viaturas ligeiras e 33 motocicletas e, sempre que necessário, são reforçados e apoiados pelos efetivos de outras subunidades e valências da GNR.

O policiamento de proximidade, entendido no seu sentido mais amplo como um modelo de policiamento que implica a aproximação às populações e o envolvimento destas na resolução dos seus próprios problemas de segurança, continuou, à semelhança de anos anteriores, a ser uma das apostas estratégicas da Guarda em matéria de prevenção e combate à criminalidade.

Fruto da sua ímpar dispersão territorial, do seu conhecimento das pessoas dos lugares e dos contextos sociais, e do reconhecimento da sua ação ao nível do apoio às populações, especialmente às mais carenciadas ou vítimas de qualquer espécie de violência e/ou discriminação, a Guarda continuou a desenvolver os Programas Especiais, enquadráveis neste conceito de policiamento de proximidade, direcionado para a resolução dos problemas, tendo sido chamada a integrar inúmeras parcerias de âmbito local, nomeadamente nas áreas da violência doméstica, do apoio a crianças e jovens em risco, do apoio e proteção a idosos e do combate à discriminação, à pobreza e à exclusão social.

De entre os protocolos/parcerias desenvolvidos em 2016 destaca-se o Protocolo de Cooperação entre GNR e o Instituto da Segurança Social (ISS), visando desenvolver esforços em conjunto com o intuito de promover a segurança e os direitos e garantias das pessoas idosas, nomeadamente através da divulgação do Complemento Solidário para Idosos.

Neste domínio específico, a GNR tem direcionado o seu esforço para o sucesso dos Programas Especiais implementados e em desenvolvimento em todo o território nacional, como é o caso dos Programas Escola Segura, Apoio 65 – Idosos em Segurança, Comércio Seguro e Campo Seguro. No âmbito de cada um dos programas mencionados, os militares das SPE da Guarda desenvolveram iniciativas que visaram acima de tudo estabelecer uma relação de proximidade e de confiança, de modo a transmitir às populações um forte sentimento de segurança. Para além da presença física em locais considerados mais críticos para as pessoas mais vulneráveis, a prevenção assentou muito nas ações de sensibilização junto das pessoas, orientando-as e persuadindo-as a adotar medidas de proteção e reação a eventuais situações em que sejam vítimas de crime, de forma a sentirem-se efetivamente mais seguras.

Na vertente de apoio social, a Guarda tem colaborado com diversas entidades de apoio social locais no combate ao isolamento, à pobreza, à discriminação e à exclusão social, envolvendo-se em várias parcerias, muito por iniciativa de entidades locais e em sinal de claro reconhecimento da qualidade da ação dos seus militares nesta área.

Ainda neste âmbito, para além dos Programas Especiais de iniciativa da Tutela, a Guarda deu continuidade a alguns programas e projetos anteriores, como sejam os programas de Apoio a Pessoas com Deficiência, Residência Segura e Apoio ao Turista, os projetos Internet Segura, Investigação e Apoio a Vítimas Específicas e Interlocutores Locais de Segurança, e a Operação Campo Seguro (destinada à prevenção e combate ao furto de metais, mas agora alargada ao furto de produtos agrícolas – azeitona, cortiça, castanha e pinha, ao tráfico de seres humanos e à utilização de tratores agrícolas).

Para além dos Programas Especiais, os militares da Guarda continuam empenhados no êxito dos Contratos Locais de Segurança e mantêm a sua participação ativa, nos Conselhos Municipais de Segurança e nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, sempre com o objetivo de proporcionar mais e melhor segurança aos cidadãos.



**ESCOLA SEGURA**

O Programa Escola Segura é de âmbito nacional e está especialmente vocacionado para a segurança de toda a comunidade escolar.

A GNR atenta ao fenómeno da violência no meio escolar, através dos Núcleos de Escola Segura (NES), desenvolveu e reforçou as suas ações junto de toda a comunidade escolar (alunos, professores, pais, encarregados de educação e auxiliares de ação educativa), de forma a sensibilizá-la e a envolvê-la nas questões da segurança no meio escolar.

Com este objetivo foram realizadas diversas atividades, nomeadamente ações de policiamento e de sensibilização junto das escolas, complementadas com a distribuição de panfletos alusivos a matérias como a prevenção rodoviária, o *bullying*, os maus tratos e os abusos sexuais e os direitos das crianças. Estas ações tiveram como público-alvo toda a comunidade escolar.

No âmbito deste programa, em 2016 foram realizadas 13.222 ações de sensibilização sobre várias temáticas, tais como a prevenção rodoviária, a segurança na rua, a prevenção do consumo de estupefacientes, a educação ambiental, a prevenção da delinquência, os maus tratos, o *bullying* e o *ciberbullying*, incluindo 784 demonstrações de meios e capacidades e visitas de 343 escolas aos vários quartéis da GNR, abrangendo um universo de 5.150 escolas e 674.709 alunos.

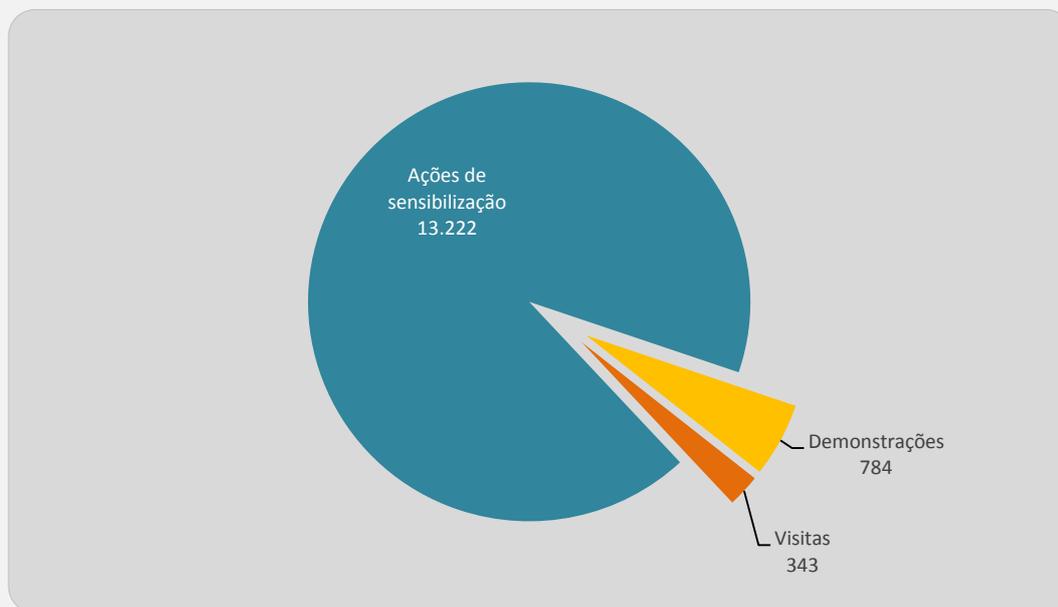


Figura 51 - Escola Segura – Numero de ações (2016)

Ainda no âmbito do Programa Escola Segura foi realizada a Operação “Regresso às aulas em Segurança”, que decorreu de 09 a 16 de setembro, tendo sido empenhados 1.355 militares, abrangidos 985 escolas e envolvidos 57.011 alunos, a qual incluiu a realização de ações de sensibilização sobre o transporte de crianças em veículos automóveis.



### APOIO 65 – IDOSOS EM SEGURANÇA

Considerando a importância social do fenómeno e o progressivo aumento da população idosa que, na ZA da GNR, vive de forma isolada e/ou em locais isolados, sendo um alvo fácil para a prática de atividades criminosas, é mantido em permanência o Programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança”, o qual contribui para o reforço da segurança e a manutenção do sentimento de confiança na GNR. Os objetivos deste programa são alcançados com base no minucioso conhecimento da realidade das pessoas idosas e num apoio personalizado, garantindo-lhes segurança e sensibilizando-as para a adoção de comportamentos que previnam ou reduzam as consequências de eventuais práticas criminosas de que possam ser alvo.

Na prossecução destes objetivos, a GNR realizou, através dos Núcleos Idosos em Segurança (NIS), com o apoio dos militares dos Postos Territoriais, diversas ações no âmbito da sua missão de policiamento de proximidade, que vão desde o levantamento de situações em que os idosos vivem isolados e/ou em locais isolados, até à realização de ações de sensibilização e informação, visitas, sinalização de casos problemáticos e respetivo encaminhamento para as Instituições de Apoio Social locais e na participação em equipas multidisciplinares de intervenção e acompanhamento.

Estas ações foram realizadas ao longo de todo o ano, mediante contactos pessoais, palestras e distribuição de folhetos, a fim de comunicar e sensibilizar os idosos para os procedimentos de segurança a observar em situações em que sejam alvo de burla, furto ou roubo, quer na forma tentada, quer na forma consumada.

No âmbito do “Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança” foram realizadas as seguintes operações:

- Operação “Censos Sénior 2016” que decorreu entre os dias 01 e 30 de Abril, tendo sido registados 43.322 idosos a residir em situação de vulnerabilidade (sozinhos e/ou isolados);
- Operação “Idosos em Segurança” que decorreu de 01 a 31 de Outubro, tendo sido realizadas 3.683 ações de sensibilização/informação para a prevenção de burlas, furtos e roubos, abrangendo 34.715 idosos.

### APOIO À VITIMA – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (VD)

Em 2016 foram registadas pela GNR 11.542 ocorrências de violência doméstica.

Verificou-se que este tipo de ilícito representa uma das tipologias criminais de maior incidência nos últimos anos e uma das ocorrências com maior prevalência nos crimes praticados contra as pessoas:

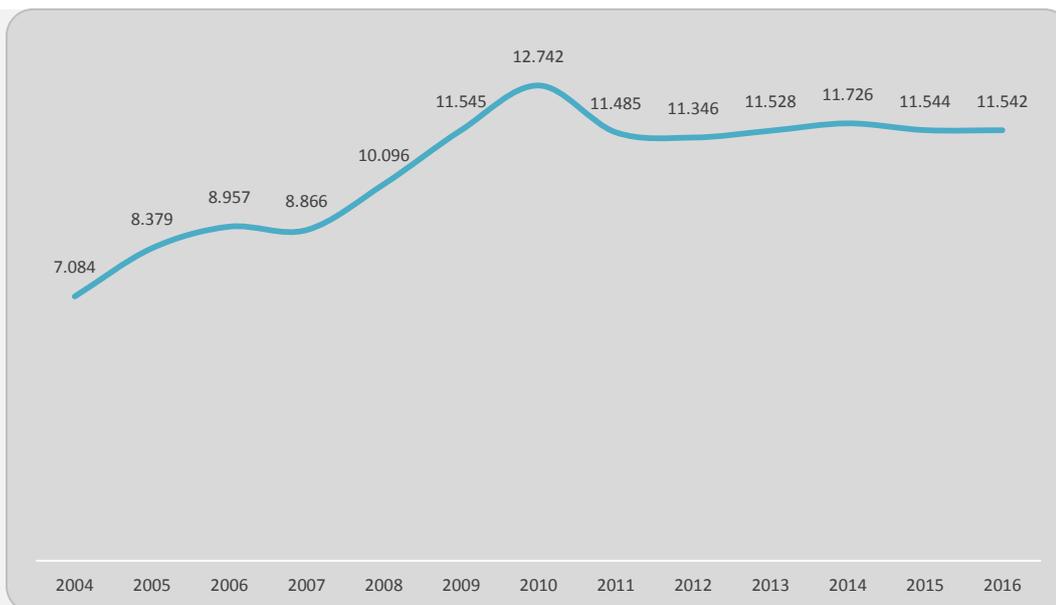


Figura 52 - Evolução nº ocorrências de VD de (2004-2016)

Tendo em conta a evolução do número global de ocorrências participadas à GNR desde 2004, verifica-se que, após um aumento das participações registadas nos anos de 2008 a 2010, nos últimos seis anos tem-se mantido praticamente constante o número de ocorrências participadas que configuram o crime de Violência Doméstica. No ano de 2016 os Comandos Territoriais onde se registou o maior número de participações foram: Porto (1961); Aveiro (1229); Braga (1166); Setúbal (1011); Faro (828) e Lisboa (824).

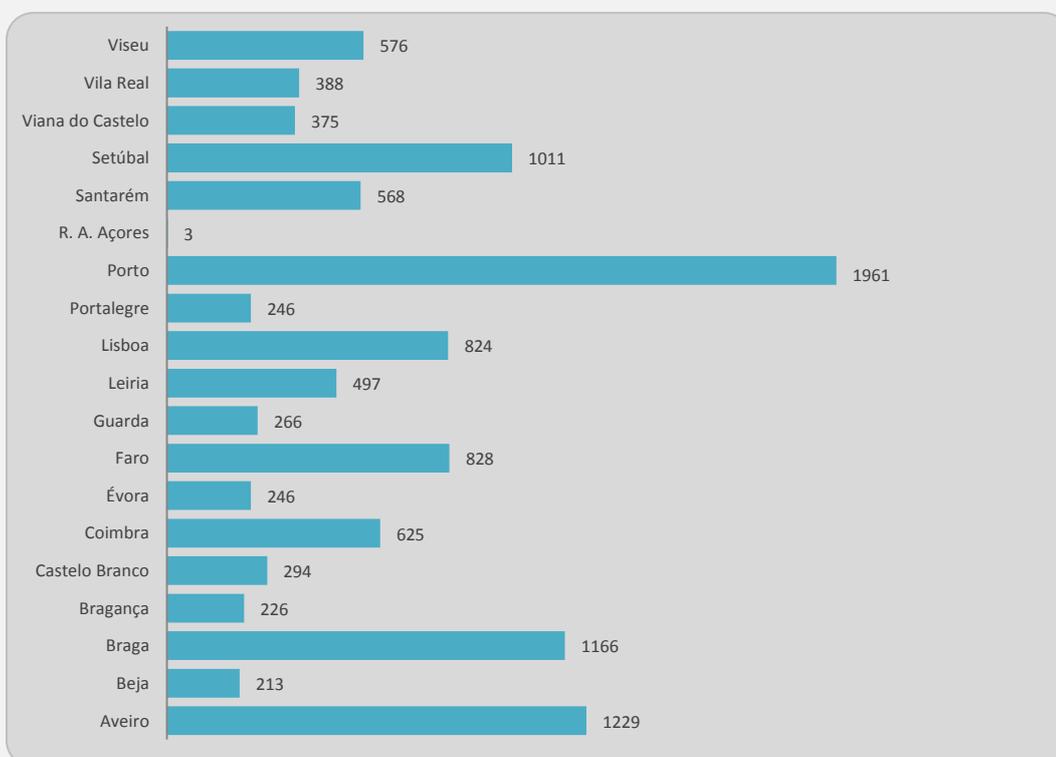


Figura 53 - Nº ocorrências de VD, por Comando Territorial (2016)

Em 2016, verificou-se uma especial incidência deste tipo de crimes nos meses de Verão [junho (1050), julho (1254) e agosto (1251) e setembro (1000)].

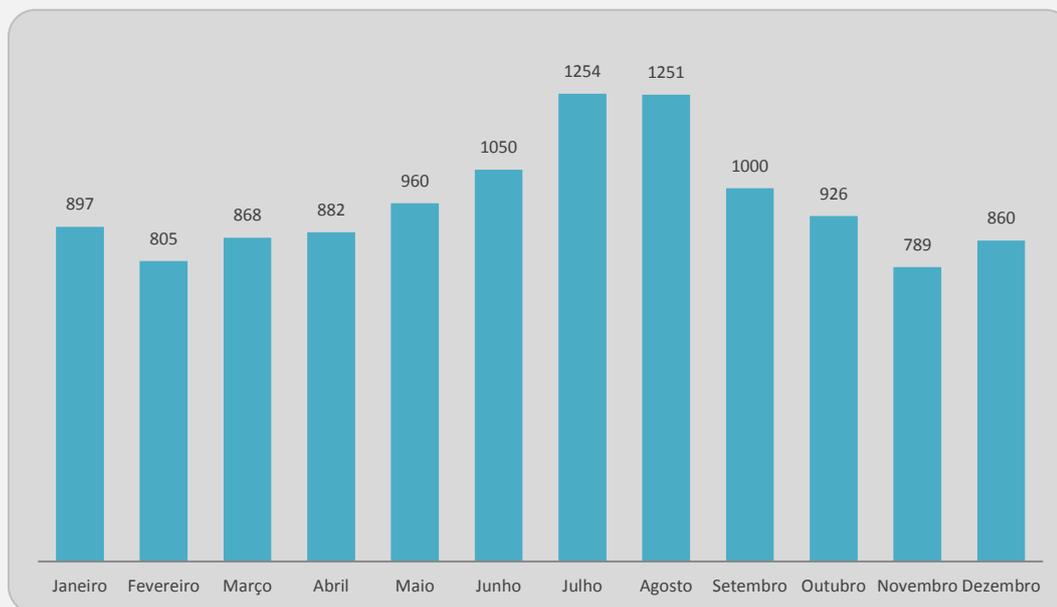


Figura 54 - Nº ocorrências de VD por mês (2016)

Em 2016 manteve-se a tendência para um acréscimo das participações pela prática do crime de violência doméstica ao fim de semana e à segunda-feira, sendo que o período do dia em que se verificaram mais participações foi o período da noite (18h-24h) e o da tarde (13h-18h). Regra geral, as situações foram reportadas à GNR no próprio dia ou no dia seguinte. Na maioria dos casos a denúncia foi efetuada pela própria vítima, presencialmente ou por telefone. A intervenção da GNR ocorreu, geralmente, a pedido da vítima ou por iniciativa de familiares/vizinhos ou ainda, através de denúncias anónimas.

No ano de 2016, cerca de 1/3 dos casos registados tinham já histórico de ocorrências anteriores denunciadas. Dos casos registados, cerca de 36% foram presenciados por menores.

Das situações registadas pela GNR com consequências para a(s) vítima(s), verifica-se que em 42% das situações resultaram ferimentos ligeiros e em 1% dos casos ferimentos graves, sendo na maioria (57%) houve ausência de lesões.

Segundo os dados disponíveis, em cerca de 10% dos casos o denunciado possuía arma e em cerca de 6% verificou-se a utilização de arma. A tipologia de arma mais frequentemente utilizada foi a arma branca (4,4%), seguindo-se outras armas/instrumentos (1,6%). A utilização de arma de fogo (de defesa ou de caça) ocorreu em cerca de 1,5% das situações.

Dos casos participados à GNR, 34 (1%) vítimas careceram de internamento hospitalar.

A maioria dos casos ocorreu na casa da própria vítima. A violência psicológica esteve presente em 46% (7.716) das ocorrências e a violência física em 41% (6950).



Verifica-se que o número de ocorrências foi inferior ao número de vítimas registadas: das 11.542 ocorrências por violência doméstica foram identificadas 12.018 vítimas (10.255 mulheres e 1.763 homens), confirmando-se o fenómeno de polivitimização – processos com mais que uma vítima.

A esmagadora maioria das vítimas são do sexo feminino (85%), predominando as mulheres casadas ou que vivem em união de facto, com idade média de 41 anos e que revelam não serem dependentes economicamente.

Os denunciados são maioritariamente homens (88%), a maioria casados ou que vivem em união de facto, com idade média de 42 anos e que revelam não serem dependentes economicamente.

Os problemas relacionados com o consumo de álcool estiveram presentes em cerca de 49% dos casos reportados e os problemas com consumo de estupefacientes em 10%.

O número de detenções efetuadas pela GNR no âmbito das ocorrências por violência doméstica tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, à exceção do último ano em que o número se manteve: 206 em 2016; 206 em 2015; 154 em 2014; 167 em 2013 e 139 em 2012.

No ano de 2016 a GNR afetou um total de 443 militares ao atendimento especializado das situações e vítimas de violência doméstica e ao processamento deste tipo de ocorrências, dispondo a Guarda, para o efeito, de 24 Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE), 303 Seções de Inquérito e 292 salas de apoio à vítima.

No ano de 2016 a GNR registou um total de 8.428 comunicações de estatuto da vítima (previsto no art.º 14.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro), sendo que em 92,8% (7821) ocorreu a atribuição do estatuto, em 2,9% (247) o estatuto foi atribuído mas a vítima prescindiu do direito à informação e em 4,3% (360) dos casos a vítima não pretendeu beneficiar do estatuto de vítima.

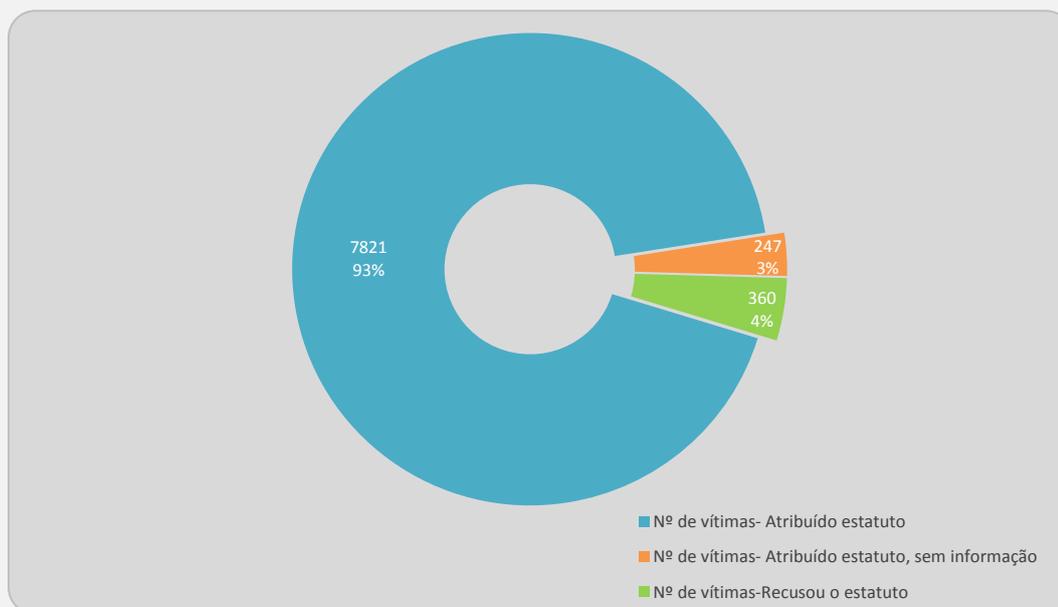


Figura 55 - Nº de atribuições do Estatuto da Vítima (2016)

Durante o ano de 2016 a GNR foi responsável pela atribuição de 377 medidas de proteção por teleassistência (*focal points*):

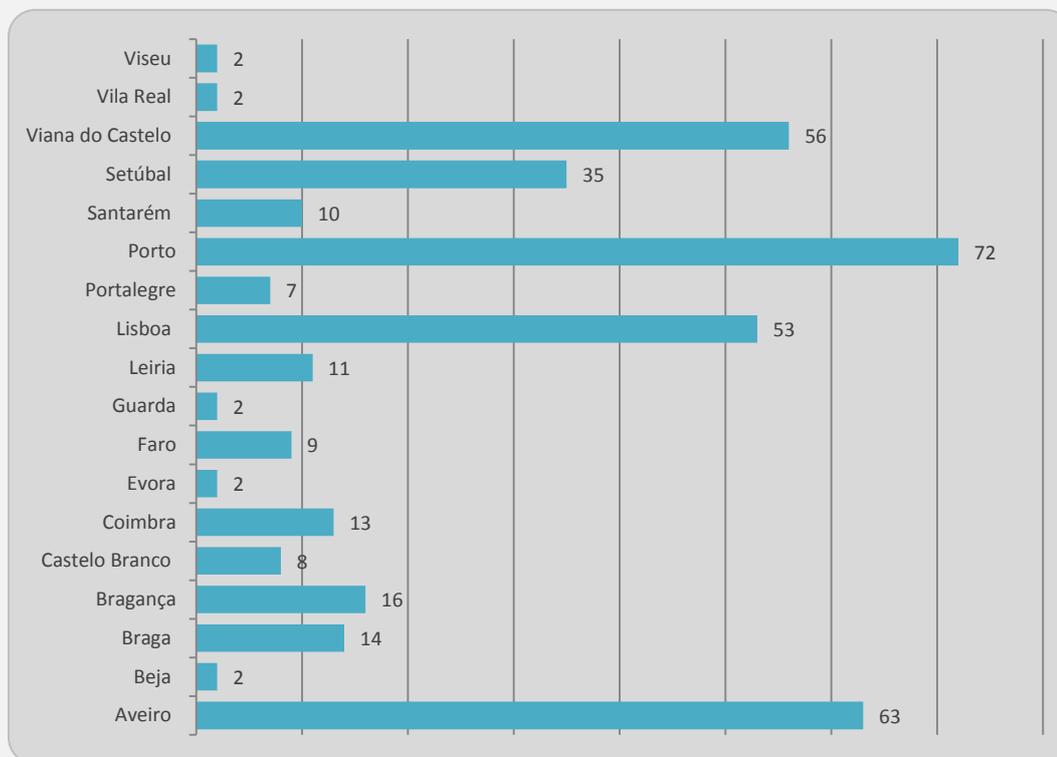


Figura 56 - Nº de atribuições das medidas de Proteção por Teleassistência.

No total, no final do ano de 2016 a GNR tinha na sua área de responsabilidade 745 medidas ativas de proteção por teleassistência a vítimas de violência doméstica.

Quanto a projetos inovadores internacionais nos quais a GNR foi parceiro, no âmbito da Violência doméstica, salienta-se o “Projeto INASC - Avaliação de necessidades e apoio a vítimas de violência doméstica em trajetórias judiciais (2014-2016)”.

### COMÉRCIO SEGURO

Este programa especial de policiamento de proximidade e segurança comunitária tem como principal objetivo a criação de condições de segurança em estabelecimentos que possuam como característica dominante o atendimento ao público. Esta atividade assenta em três pressupostos: a criação de condições efetivas de segurança e proteção aos comerciantes; a rápida intervenção da GNR em situações de roubo, furto ou ameaça grave; o desenvolvimento dum sistema de comunicação e gestão de informação que permita, ainda, o acompanhamento e a prevenção deste tipo de criminalidade.

Neste âmbito, a GNR, através dos Núcleos Comércio Seguro (NCS), com o apoio do efetivo dos Postos Territoriais, realizou diversas ações de sensibilização a comerciantes, com o objetivo de contribuir para uma maior segurança na atividade comercial. Complementarmente a GNR distribuiu aos visados pelo Programa um folheto intitulado “Prevenir é Proteger”.



Para além destas iniciativas, a GNR realizou, durante o ano de 2016, uma operação nacional com o objetivo de sensibilizar os comerciantes e reforçar as medidas de segurança e proteção dos estabelecimentos comerciais e dissuadir a adoção de comportamentos ilícitos.

A operação decorreu de 16 a 24 de dezembro de 2016, tendo consistido na realização de 9.516 ações de sensibilização/informação, as quais abrangeram 22.510 comerciantes. Estas ações tiveram como finalidade a sensibilização do público-alvo para a necessidade de adoção de medidas de proteção preventivas e a divulgação de conselhos práticos contra a ocorrência de incidentes criminais.

A Guarda reforçou o patrulhamento nas zonas comerciais onde houve maior afluência de pessoas, privilegiando a visibilidade, por forma a garantir um maior sentimento de segurança e tranquilidade aos comerciantes, lojistas e clientes.

### **TÁXI SEGURO**

Neste projeto a Guarda tem vindo a colaborar com as empresas e associações nacionais ligadas ao setor do transporte de táxis, procurando responder com maior eficácia às solicitações de apoio desta classe profissional. O Sistema Táxi Seguro (STS) é um serviço comum das forças de segurança, cuja gestão cabe à Polícia de Segurança Pública (PSP). Este sistema assenta no recurso às novas tecnologias, nomeadamente ao GPS, permitindo às forças de segurança determinar, a partir do momento em que o condutor dá o alerta, a localização do táxi e seguir o seu itinerário em tempo real, facultando ainda, o acesso ao som ambiente do interior do veículo.

### **CAMPO SEGURO**

Para fazer face ao fenómeno do furto de metais não preciosos, o MAI assinou, em 16NOV11, com a EDP – Distribuição, a EDP - Renováveis, a REFER, a EPAL e a PT um protocolo denominado “Campo Seguro”. As empresas atrás referidas constituíram-se, entretanto, numa associação denominada “Associação para a Promoção da Segurança de Ativos Técnicos” (PSAT).

Neste âmbito, a GNR, entre os dias 01 de Novembro de 2016 e 31 de Janeiro de 2017, levou a efeito a Operação “Campo Seguro”, realizando ações de sensibilização junto dos agricultores e da população em geral, ao longo de todo o seu dispositivo territorial, através de contactos pessoais, a fim de sensibilizar e recomendar medidas de prevenção do furto de metais não preciosos e de produtos agrícolas.

Em paralelo, levou a cabo ações operacionais de prevenção e repressão de ilícitos criminais, criando, através do conjunto das suas ações, um clima de maior segurança no meio rural.

Nesta operação foram empenhados 14.652 militares e sensibilizados 22.314 agricultores. Em resultado da mesma, foram detidos 112 indivíduos, detetados 19 crimes, sinalizadas 05 pessoas por indícios de tráfico de seres humanos e efetuadas diversas apreensões destacando-se com maior relevo apreensão de 55,53 toneladas de azeitona e 525 Kg de pinhas.



### IGREJA SEGURA

Este Programa, da iniciativa e coordenação do Museu da Polícia Judiciária, em que a GNR é um dos parceiros, tem como objetivo principal desenvolver estratégias de prevenção criminal, de forma a erradicar ou diminuir os furtos de arte sacra em igrejas. Neste âmbito, a GNR continuou a exercer um esforço permanente centrado no esclarecimento dos responsáveis pelas igrejas (Párocos e Assistentes) para que adotassem as necessárias medidas preventivas de segurança, de modo a evitar este tipo de prática criminal e/ou a minorar os efeitos provocados pelos furtos deste importante património das igrejas que, na sua essência, pertence a toda a comunidade.

### SOS AZULEJO

No âmbito de colaboração com a Escola da Polícia Judiciária, a Guarda continuou a desenvolver, com acuidade, a missão que lhe foi estabelecida de proteção da propriedade azulejar, fiscalizando a atividade de comércio ilícito de azulejos e/ou antiguidades, onde possa ser comercializado este tipo de bens do património nacional.

### VIDEOVIGILÂNCIA

A videovigilância na área de jurisdição da Guarda tem-se constituído como uma ferramenta fundamental no apoio à atividade operacional e uma mais-valia no controlo e eficiência das ações que são levadas a cabo.

### APOIO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Com o Programa de Apoio a Pessoas com Deficiência (PAPcD) a Guarda pretendeu sensibilizar os seus militares para a problemática da deficiência e da especial proteção que a mesma carece, para que sejam garantidos os direitos de segurança desta população especialmente vulnerável, em situação de paridade com os demais cidadãos da sociedade portuguesa, que se pretende inclusiva. Visou-se também proporcionar aos militares da Guarda a aquisição de ferramentas específicas de comunicação e informação acessível às pessoas com deficiência, para uma atuação enquadrada, qualificada, próxima, humana e inclusiva, contribuindo, assim, para uma melhoria no atendimento, acolhimento e encaminhamento dos cidadãos portadores de deficiência. Para atingir este desiderato, no ano de 2016 foram identificadas 751 pessoas com deficiência (PcD) em situação de vulnerabilidade, das quais 59 foram sinalizadas a outras instituições.

Ainda neste âmbito, a GNR com o objetivo de promover e garantir melhores condições de segurança e tranquilidade às pessoas com deficiência, através de um policiamento comunitário assente na prevenção da criminalidade específica, sensibilizou 5.822 pessoas com o objetivo de os incentivar a adotar medidas de proteção e prevenção contra a prática de crimes e sensibilizou 14.503 crianças e jovens para as questões de cidadania e não discriminação relacionadas com as Pessoas com Deficiência.

#### 1.2.4. PROGRAMAS E AÇÕES ESPECÍFICAS DE PREVENÇÃO E POLICIAMENTO

##### OPERAÇÃO “VERÃO SEGURO – CHAVE DIRETA” (NATUREZA OCASIONAL OU SAZONAL)

Esta operação, de empenhamento operacional, visando a proteção da propriedade privada, tem vindo a ser executada, desde 2007, através duma especial ação de patrulhamento e vigilância das residências dos cidadãos que



solicitam à GNR este tipo de apoio. Anualmente tem-se registado, paulatinamente, um aumento do número de cidadãos que têm vindo a usufruir deste serviço, disponibilizado pela Guarda.

No âmbito desta operação, a GNR, entre os dias 15 de junho e 15 de setembro, vigiou 2.040 residências, não tendo sido registada qualquer ocorrência. Das 2.040 residências que aderiram ao programa, 540 pedidos foram feitos pela internet e 1.500 diretamente nos Postos da Guarda. Comparativamente com o ano de 2015, foram vigiadas mais 342 residências em 2016, correspondendo a um aumento de cerca de 20%.

#### **PROGRAMA “TOURIST SUPPORT PATROL” (TSP) (NATUREZA OCASIONAL OU SAZONAL)**

Este programa visa garantir a segurança das pessoas que se encontram no gozo de férias e dos seus bens, quer nos locais onde se realizam grandes eventos quer em zonas turísticas, proporcionando não só o aumento do sentimento de segurança e de proximidade, como também uma imagem de modernidade e de pró-atividade, em estreita colaboração com as populações.

As equipas TSP atuam em todo o território nacional, em apoio às unidades territoriais, garantindo uma maior visibilidade e mobilidade, fazendo uso de diversos meios, como sejam os meios auto, os meios ciclo e os meios moto.

#### **PROGRAMA “RESIDÊNCIA SEGURA”**

O Programa “Residência Segura” mobiliza meios humanos e materiais, em regime de exclusividade, das Seções de Programas Especiais dos vários Destacamento Territoriais, com o objetivo de prevenir os assaltos a residências, em particular as habitadas por idosos, estrangeiros e pessoas vulneráveis que habitam em locais isolados.

O Programa “Residência Segura” encontra-se atualmente em desenvolvimento por todo o dispositivo da Guarda, tendo aderido ao programa, até ao momento, 28.379 residências. Neste âmbito e em resposta a um aumento específico do sentimento de insegurança, após vários assaltos violentos perpetrados na área do Algarve, foi desenvolvido um trabalho de policiamento comunitário junto das comunidades estrangeiras residente em locais isolados, com um sistema de georreferenciação das residências e com a distribuição de folhetos bilingues (inglês e português), contendo informação adicional visando a proteção e segurança da comunidade estrangeira residente.

#### **OPERAÇÃO “DIA INTERNACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”**

Com o Programa de Apoio a Pessoas com Deficiência (PAPcD) a Guarda pretendeu sensibilizar os seus militares para a problemática da deficiência e da especial proteção que a mesma carece, para que sejam garantidos os direitos de segurança desta população especialmente vulnerável, em situação de paridade com os demais cidadãos da sociedade portuguesa, que se pretende inclusiva. Visou-se também proporcionar aos militares da Guarda a aquisição de ferramentas específicas de comunicação e informação acessível às pessoas com deficiência, para uma atuação enquadrada, qualificada, próxima, humana e inclusiva, contribuindo, assim, para uma melhoria no atendimento, acolhimento e encaminhamento dos cidadãos portadores de deficiência. Para atingir este desiderato, no ano de 2016 foram identificadas 751 pessoas com deficiência (PcD) em situação de vulnerabilidade, das quais 59 foram sinalizadas a outras instituições.

Ainda neste âmbito, a GNR com o objetivo de promover e garantir melhores condições de segurança e tranquilidade às pessoas com deficiência, através de um policiamento comunitário assente na prevenção da criminalidade específica, sensibilizou 5.822 pessoas com o objetivo de os incentivar a adotar medidas de proteção e prevenção contra a prática de crimes e sensibilizou 14.503 crianças e jovens para as questões de cidadania e não discriminação relacionadas com as Pessoas com Deficiência.

**1.2.5. AÇÕES DE PREVENÇÃO CRIMINAL**

**OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL**

No âmbito da Lei das armas, no ano de 2016, foi desencadeado um total de 186 operações de prevenção criminal, tendo sido empenhados 2.416 militares e efetuadas 192 detenções.

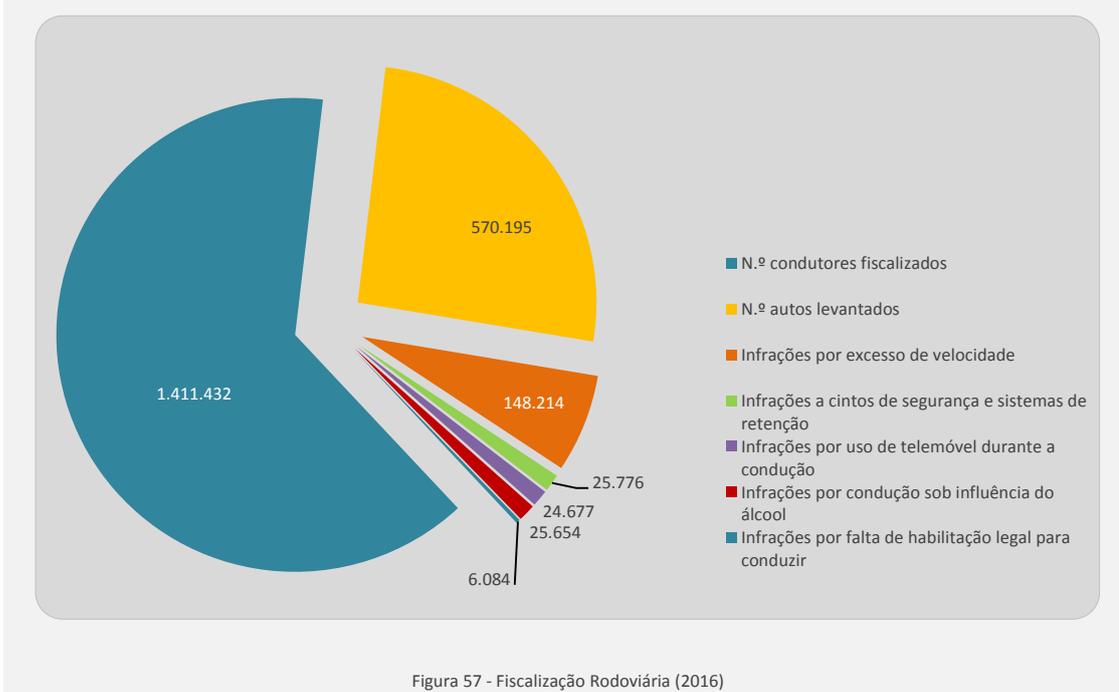
**OUTRAS, DE PARTICULAR RELEVÂNCIA NA PREVENÇÃO E COMBATE À CRIMINALIDADE**

As operações desencadeadas neste âmbito visaram, não só questões específicas no campo da prevenção, como também a repressão criminal com o intuito de aumentar a segurança e manter a ordem e tranquilidade públicas. Foram desencadeadas 3.158 operações, nas quais se empenharam 18.434 militares, resultando na detenção de 1.507 suspeitos.

**1.2.6. AÇÕES NO ÂMBITO DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA**

**RESULTADOS ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA**

Em 2016, no âmbito da fiscalização rodoviária, foram empenhados um total de 346.037 militares e percorridos 19.036.462 quilómetros, destacando-se os seguintes resultados:





Das infrações rodoviárias detetadas, 16.262 foram tipificadas como crimes, das quais 10.096 respeitam a condução sob efeito do álcool e 4.017 a falta de habilitação legal para o exercício da condução.

#### **OPERAÇÕES DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA REALIZADAS**

Durante o ano de 2016 a GNR planeou e executou 12 operações especiais de trânsito e segurança rodoviária de âmbito nacional (6 delas distribuídas por várias fases ao longo do ano) e 5 de âmbito internacional, da iniciativa da TISPOL (European Traffic Police Network) da ECR (Euro Control Route), estas realizadas simultaneamente em 27 dos 28 países da União Europeia. Segue-se uma breve descrição das operações realizadas pela Guarda em 2016.

##### **OPERAÇÃO “CARNAVAL”**

Operação de intensificação do patrulhamento e da fiscalização rodoviária, direcionados para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com especial incidência para as que conduzem aos locais onde tradicionalmente ocorrem festividades carnavalescas, com o objetivo de combater a sinistralidade rodoviária, regular o trânsito e garantir o apoio a todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança.

##### **OPERAÇÃO “PÁScoa”**

Operação de intensificação do patrulhamento e da fiscalização rodoviária, com orientação para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com o objetivo de combater a sinistralidade rodoviária, regular o trânsito e garantir o apoio a todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança.

##### **OPERAÇÃO “MOTO”**

Operação de prevenção e sensibilização dos condutores de motociclos, ciclomotores, quadriciclos e triciclos, orientando as ações para as vias com maior intensidade de tráfego deste tipo de veículos e de risco acrescido de acidentes com intervenção dos mesmos.

##### **OPERAÇÃO “MERCÚRIO”**

Operação de fiscalização intensiva do controlo de velocidade, com orientação das ações de fiscalização para o interior das localidades atravessadas por estradas nacionais, regionais e municipais, onde as infrações por excesso de velocidade são mais frequentes e dão origem a um risco acrescido de acidentes de viação.

##### **OPERAÇÃO “HERMES”**

Operação de intensificação do patrulhamento rodoviário nos períodos estivais de maior movimento de tráfego, com orientação do patrulhamento e da fiscalização para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com o objetivo de combater a sinistralidade rodoviária, regular o trânsito e garantir o apoio a todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança.

##### **OPERAÇÃO “BACO”**

Operação de fiscalização intensiva da condução sob o efeito do álcool e de substâncias psicotrópicas e de combate à criminalidade, com orientação das ações de fiscalização para os horários e para as vias onde as infrações por excesso de álcool são mais frequentes e dão origem a um risco acrescido de acidentes de viação, bem como para aquelas em que existem indícios de ocorrer a prática de ilícitos de natureza criminal.



### OPERAÇÃO “ANJO DA GUARDA”

Operação de fiscalização intensiva do uso do cinto de segurança, de sistemas de retenção para crianças (SRC) e do telemóvel, com orientação das ações de fiscalização para as vias onde as infrações a estas matérias são mais frequentes.

### OPERAÇÃO “TODOS OS SANTOS”

Operação de intensificação do patrulhamento rodoviário realizada aquando do dia de Todos os Santos, com orientação do patrulhamento e da fiscalização para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com o objetivo de combater a sinistralidade rodoviária, garantir a fluidez do tráfego e apoiar todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança.

### OPERAÇÃO “NATAL”

Operação de intensificação do patrulhamento e fiscalização rodoviária no período de Natal, com orientação do patrulhamento para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com o objetivo de prevenir a sinistralidade rodoviária, garantir a fluidez do tráfego e apoiar todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança. Nesta edição, a GNR efetuou 8 ações conjuntas com a *Guardia Civil* de Espanha junto à fronteira (4 em território português e 4 em território espanhol), no sentido de controlar os fluxos de tráfego e apoiar os condutores que entravam e saíam do país.

### OPERAÇÃO “ANO NOVO”

Operação de intensificação do patrulhamento e fiscalização rodoviária no período de Ano Novo, com orientação do patrulhamento para as vias mais críticas da ZA da Guarda, com o objetivo de prevenir a sinistralidade rodoviária, garantir a fluidez do tráfego e apoiar todos os utentes das vias, proporcionando-lhes uma deslocação em segurança.

Nesta edição, a GNR efetuou 6 ações conjuntas com a *Guardia Civil* de Espanha junto à fronteira (3 em território português e 3 em território espanhol) no sentido de controlar os fluxos de tráfego e apoiar os condutores que entravam ou saíam do país.

### OPERAÇÃO “PESADOS”

Operação de fiscalização intensiva de veículos pesados de mercadorias, com orientação das ações de fiscalização para as vias mais críticas à responsabilidade da GNR, designadamente para as que têm maior volume de tráfego deste tipo de veículos e para aquelas em que existiam indícios de poder ocorrer a prática de ilícitos de natureza criminal.

De entre os ilícitos detetados durante esta operação destacam-se 170 infrações à regulamentação dos tacógrafos e 203 por excesso peso. Foram empenhados 762 militares e fiscalizadas 1.516 viaturas.

### OPERAÇÃO “100 BARREIRAS”

Operação que visou a execução de ações de sensibilização e fiscalização no sentido de prevenir e reprimir o estacionamento abusivo em locais que condicionam a mobilidade das pessoas portadoras de deficiência, tendo sido empenhados 746 militares e verificadas 409 infrações relacionadas com o estacionamento abusivo, num total de 2.404 viaturas fiscalizadas.



### OPERAÇÃO “TRUCK AND BUS”

Operação de fiscalização intensiva de veículos pesados de mercadorias e de passageiros, com orientação das ações de fiscalização para as vias mais críticas à responsabilidade da Guarda, para as que têm um maior volume de tráfego deste tipo de veículos e para aquelas onde existiam indícios de poder ocorrer a prática de ilícitos de natureza criminal. De entre as irregularidades detetadas durante esta operação, efetuada no âmbito da organização TISPOL, destacam-se 607 à regulamentação dos tacógrafos e 694 excessos de peso.

### OPERAÇÃO “SEATBELT”

Operação de fiscalização intensiva do uso do cinto de segurança e dos sistemas de retenção para crianças (SRC), com orientação das ações de fiscalização para as vias onde as infrações por falta de uso dos dispositivos de retenção são mais frequentes. De entre as infrações detetadas, nesta operação efetuada no âmbito da organização TISPOL, destacam-se 1120 por falta de cinto de segurança e 81 irregularidades relacionados com os SRC.

### OPERAÇÃO “SPEED”

Operação de fiscalização intensiva do controlo de velocidade, com orientação das ações de fiscalização para as vias onde as infrações por excesso de velocidade são mais frequentes e dão origem a um risco acrescido de acidentes de viação. Esta operação foi efetuada no âmbito da organização TISPOL.

### OPERAÇÃO “ALCOHOL AND DRUGS”

Operação de fiscalização intensiva da condução sob o efeito do álcool e de substâncias psicotrópicas, em todo Território Nacional Continental, efetuada no âmbito da organização TISPOL.

### OPERAÇÃO “TRIVIUM”

Operação coordenada pela EUROPOL e com a colaboração da TISPOL, visando a deteção de ilícitos criminais de natureza diversa, nomeadamente bens furtados provenientes de crimes contra o património, imigração ilegal e crimes de âmbito rodoviário, realizada nos principais acessos às fronteiras terrestres. Para além dos resultados apresentados, salienta-se a apreensão de armas e de substâncias estupefacientes a bordo dos veículos fiscalizados.

### AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

Para além das ações empreendidas pelo dispositivo territorial no âmbito dos programas especiais de prevenção, a GNR, em simultâneo com as operações rodoviárias nacionais e internacionais, levou a efeito campanhas de sensibilização que visaram alterar os comportamentos de risco que estão na origem da sinistralidade rodoviária de maior gravidade. Para o efeito, recorreu aos OCS, redes sociais, internet e à distribuição de flyers, divulgando conselhos e alertas, procurando sensibilizar e incentivar os condutores e outros utentes das vias a alterarem os comportamentos que mais potenciam a ocorrência de acidentes.

## RESULTADOS OPERACIONAIS

Nas referidas operações nacionais e internacionais, a Guarda empenhou um efetivo total de 49.889 militares, fiscalizou 239.196 viaturas e detetou 73.585 infrações, das quais 35.095 se prendem com a condução sob influência de álcool e velocidade superior aos limites legalmente estabelecidos.

Foram levantados 2.701 autos por crimes associados à condução de veículos, destacando-se os 1.926 condutores que apresentaram uma TAS  $\geq 1,2$  gr/l. Os resultados individualizados por cada uma das supra referenciadas operações, são os que se passam a descrever:

OPERAÇÕES	EFETIVO	VIATURAS FISCALIZADAS	INFRAÇÕES	AUTUAÇÕES			CRIMES	
				EXCESSO VELOCIDADE	EXCESSO ÁLCOOL	ÁLCOOL	CONDUÇÃO SEM HABILITAÇÃO LEGAL	OUTROS MOTIVOS
CARNAVAL	4.980	22.449	7.336	2.101	864	294	46	37
PÁSCOA	3.591	16.280	5.524	2.709	280	118	34	25
MOTO	440	1.535	178	86	11	4	6	0
MERCÚRIO	179	1044	902	877	0	0	1	0
HERMES	12.050	70.747	23.492	8.376	2.131	721	190	104
BACO	2.020	8.116	1.163	42	419	139	12	11
ANJO DA GUARDA	3.028	12.039	2.760	531	49	13	14	2
TODOS OS SANTOS	3.485	18.971	5.925	1.868	419	153	70	24
NATAL	3.447	17.390	4.784	2.904	181	80	38	16
ANO NOVO	3.636	21.692	5.325	1.807	619	199	45	28
PESADOS	762	1.516	373	0	0	0	0	0
“100 BARREIRAS”	746	2.404	409	0	3	1	4	2
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>38.364</b>	<b>193.183</b>	<b>58.171</b>	<b>21.301</b>	<b>4.976</b>	<b>1.722</b>	<b>460</b>	<b>249</b>
“TRUCK AND BUS”	1.284	3.498	1.865	68	9	3	1	1
“SEATBELT”	3.637	14.633	3.005	540	30	11	11	1
“SPEED”	1.791	6.099	7.199	7.136	23	4	5	2
“ALCOHOL AND DRUGS”	4.642	20.240	3.280	403	594	186	22	22
“TRIVIUM”	171	543	65	12	3	0	0	1
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>11.525</b>	<b>45.013</b>	<b>15.414</b>	<b>8.159</b>	<b>659</b>	<b>204</b>	<b>39</b>	<b>27</b>
<b>TOTAL</b>	<b>49.889</b>	<b>239.196</b>	<b>73.585</b>	<b>29.460</b>	<b>5.635</b>	<b>1.926</b>	<b>499</b>	<b>276</b>

Figura 58 – Resultados globais das operações realizadas

### 1.2.7. EXERCÍCIOS E SIMULACROS

Foram realizados, em 2016, 307 exercícios e simulacros com outras entidades, designadamente Municípios, comunidade escolar e agentes da Proteção Civil, nos quais foram empenhados 1327 militares. Dessas ações, destacam-se as seguintes, pela sua especial relevância:

#### BARREIRA IBÉRICA

Exercício antiterrorista, que se realizou entre os dias 17 e 20 de maio de 2016, na zona de fronteira da Estremadura espanhola (Cáceres, Mérida e Badajoz) e na área das cidades de Estremoz e Ponte de Sôr, no território português, tendo sido empenhados 30 militares de Operações Especiais de cada uma das congéneres (GNR e Guardia Civil).



#### **CELULEX**

Exercício no âmbito das matérias perigosas, que se realizou em Mafra nos dias 17 e 18 de Maio de 2016, tendo sido empenhados 22 militares do GIPS em colaboração com a Associação de Proteção do Ambiente, Autoridade Nacional de Proteção Civil, Bombeiros Sapadores e Força Aérea.

#### **SOTÉRIA**

Simulacro realizado no âmbito da prevenção de sismos e catástrofes, realizado no Sardoal, entre os dias 23 e 26 de fevereiro de 2016, envolvendo 71 militares do GIPS, para além do INEM.

#### **SIMULACRO NO AEROPORTO DE BEJA**

Realizado no dia 03 de novembro de 2016 e contou com um empenhamento de 10 militares da GNR, em coordenação com a PSP, ANA Aeroportos de Portugal e Bombeiros Voluntários de Beja.

#### **SIMULACRO SALVAMENTO AQUÁTICO**

Realizado em Santa Cruz – Torres Vedras, no dia 12 de agosto de 2016, contou com o empenhamento de 10 militares da GNR, bem como de outras entidades, nomeadamente os Bombeiros Voluntário de Torres Vedras, a Proteção Civil e a Polícia Marítima.

#### **SIMULACRO AERÓDROMO DE TORRES VEDRAS**

Realizado em Santa Cruz – Torres Vedras, no dia 17 de março de 2016 e contou com o empenhamento de 12 militares da GNR, em coordenação com os Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, a Proteção Civil, a Polícia Marítima e a Autoridade Nacional da Aviação Civil.

#### **SIMULACRO AO PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO DA COMPANHIA LOGÍSTICA DE COMBUSTÍVEIS**

Realizado no Oleoduto de Aveiras de Cima, no dia 19 de novembro de 2016, tendo sido empenhados 12 militares da Guarda, em coordenação com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Proteção Civil Municipal, a Cruz Vermelha Portuguesa, e os Bombeiros Voluntários de Alcoentre, Azambuja, Alverca, Cadaval e Alenquer.

#### **EXERCÍCIO EOD (EXPLOSIVE ORDENANCE DISPOSAL) TIPO 4**

Realizado em Braga, entre os dias 19 e 20 de Abril de 2016, no qual estiveram empenhados 19 militares, em colaboração com a EDP, a Pirotecnia Minhota e os Bombeiros Voluntários de Póvoa do Lanhoso.

#### **SIMULACRO A4 TÚNEL DO MARÃO**

Realizado no dia 14 de abril de 2016, tendo sido empenhado um total de 14 militares, em colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil e a Polícia de Segurança Pública.

#### **ESCALA TOTAL NO AERÓDROMO DE PONTE DE SÔR**

Simulacro decorreu no dia 14 de julho de 2016, envolvendo um acidente com aeronave. Foi empenhado um total de 10 militares, em colaboração com os Bombeiros Voluntários de Ponte de Sor, os Serviços Municipais de Proteção Civil, o INEM e o Aeródromo Municipal de Ponte de Sor.



### SIMULACRO EXERZONAHISTÓRICA (INCÊNDIO NUM LAR)

Realizado em Castelo de Vide, no dia 30 de Outubro de 2016, tendo sido empenhados 10 militares e contado com a colaboração da Autoridade Nacional de Proteção Civil, do INEM, dos Bombeiros do Distrito de Portalegre, da Força Especial de Bombeiros e da Cruz Vermelha Portuguesa.

### SIMULACRO FÓRUM MONTIJO

Decorreu no dia 16 de outubro de 2016, tendo sido empenhados 17 militares, em colaboração com os Bombeiros Voluntários do Montijo, a Proteção Civil do Montijo e a PSP.

### REFINARIA PETROGAL

Simulacro que decorreu em Matosinhos, no dia 19 de maio de 2016, tendo sido empenhados 6 militares, em colaboração com a Proteção Civil Distrital.

### EXERCÍCIO EXEDISPOR

Realizado em Matosinhos e no Porto no dia 11 de Abril de 2016, tendo sido empenhados 30 militares, em colaboração com todas as entidades constantes no Plano de Emergência de Proteção Civil do Porto.

DESIGNAÇÃO	LOCAL	INICIO	MILITARES	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
BARREIRA IBÉRICA	CÁCERES, MÉRIDA, BADAJOZ, ESTREMOZ E PONTE DE SOR	17 A 20MAI16	30	GAR, GUARDA CIVIL (ESP)
CELULEX	MAFRA	17 E 18MAI16	22	APA, ANPC, SAPADORES, FORÇA AÉREA
SOTÉRIA	SARDOAL	23 A 26FEV16	71	INEM
SIMULACRO AEROPORTO DE BEJA	AEROPORTO DE BEJA	3NOV16	10	PSP, ANA, BV DE BEJA
SIMULACRO SALVAMENTO AQUÁTICO	SANTA CRUZ	12AGO16	10	BV TORRES VEDRAS, PROTEÇÃO CIVIL, POLÍCIA MARÍTIMA
SIMULACRO AERÓDROMO DE SANTA CRUZ	SANTA CRUZ	17MAR16	12	BV TORRES VEDRAS, PROTEÇÃO CIVIL, POLICIA MARÍTIMA, ANAC
SIMULACRO PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO CLC	OLEODUTO CLC - AVEIRAS DE CIMA	19NOV16	12	ANPC, CRUZ VERMELHA PORTUGUESA, B.V. ALCOENTRE, AZAMBUJA, ALVERCA, CADAVAL E ALENQUER
EXERCÍCIO EOD TIPO 4	ZONA DE AÇÃO DO COMANDO TERRITORIAL DE BRAGA	19 E 20ABR16	19	EDP E PIROTECNIA MINHOTA
EXERCÍCIO EOD TIPO 4	ZONA DE AÇÃO DO COMANDO TERRITORIAL DE BRAGA	27 E 28JUL16	16	BV PÓVOA DE LANHOSO
SIMULACRO TÚNEL DO MARÃO	A4 TÚNEL DO MARÃO	14ABR16	10	ANPC, PSP



DESIGNAÇÃO	LOCAL	INICIO	MILITARES	OUTRAS ENTIDADES PARTICIPANTES
EXERCÍCIO AERÓDROMO MUNICIPAL DE PONTE DE SÔR (ACIDENTE COM AERONAVES)	AERÓDROMO MUNICIPAL DE PONTE DE SÔR	14JUL16	10	BV PONTE DE SÔR, SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL, INEM, AERODRÓMO DE PONTE DE SÔR
SIMULACRO DISTRITAL "EXERZONAHISTORICA" (INCÊNDIO NUM LAR)	CASTELO DE VIDE	30OUT16	10	ANPC, CDOS DE PORTALEGRE, INEM, BV PORTALEGRE, PROTEÇÃO CIVIL DE CASTELO DE VIDE, FORÇA ESPECIAL DE BOMBEIROS, CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
SIMULACRO FÓRUM MONTIJO	PAU QUEIMADO - AFONSOEIRO - MONTIJO	16OUT16	17	B V MONTIJO, PROTEÇÃO CIVIL MONTIJO, PSP
REFINARIA PETROGAL	ZONA DE AÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DE MATOSINHOS	19MAI16	6	PROTEÇÃO CIVIL DISTRITAL
EXEDISPOR	MATOSINHOS E PORTO	11ABR16	30	TODAS AS CONSTANTES NO PLANO DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DO PORTO

Figura 59 – Exercícios e simulacros realizados

1.2.8. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

INQUÉRITOS

O trabalho realizado nesta área traduz-se nos gráficos seguintes:

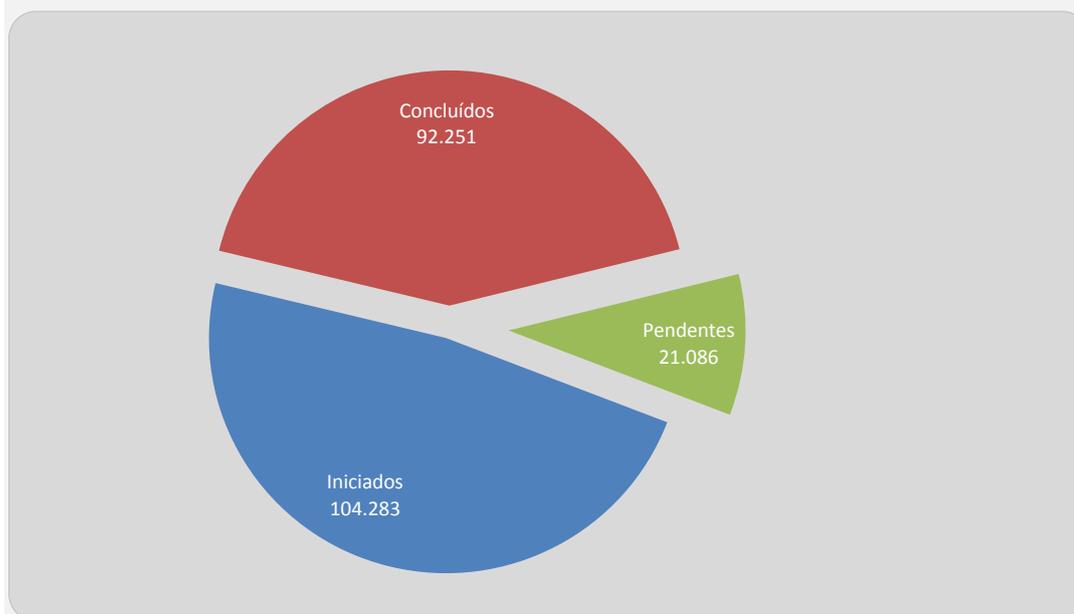


Figura 60 - Inquéritos

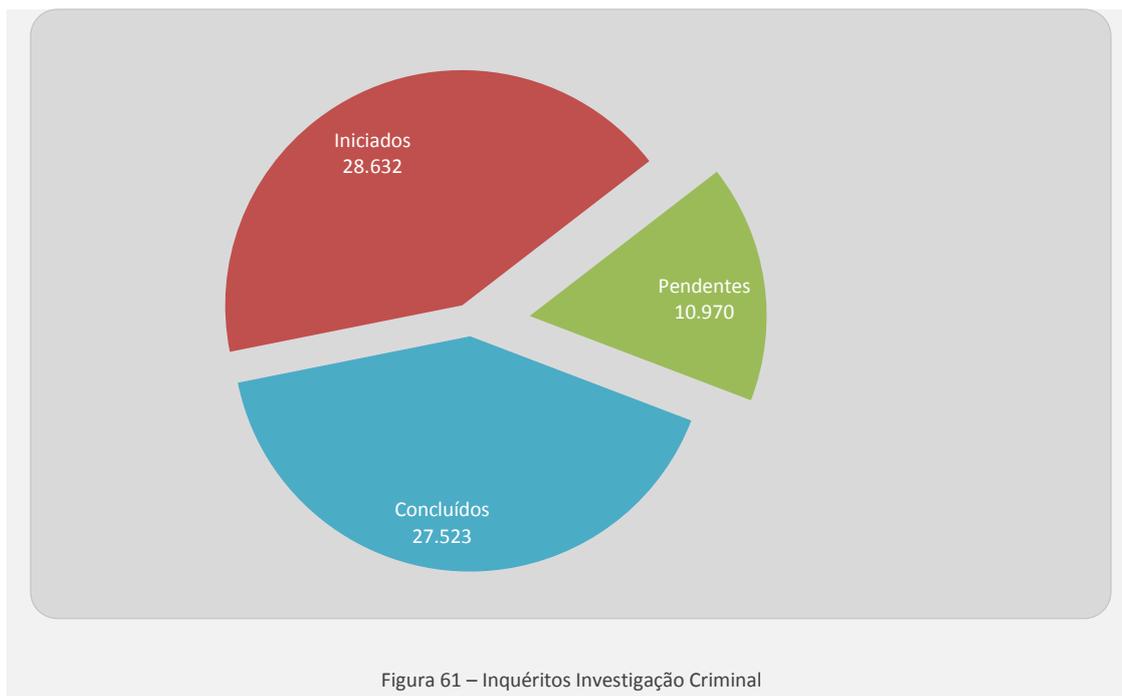


Figura 61 – Inquéritos Investigação Criminal

**BUSCAS**

Como corolário da atividade desenvolvida pela Guarda, foram efetuadas 4.533 operações, que culminaram num total de 4.857 buscas, sendo 2.614 domiciliárias e 2.243 não domiciliárias.

**APREENSÕES**

No âmbito das diligências de investigação criminal procedeu-se às seguintes apreensões:

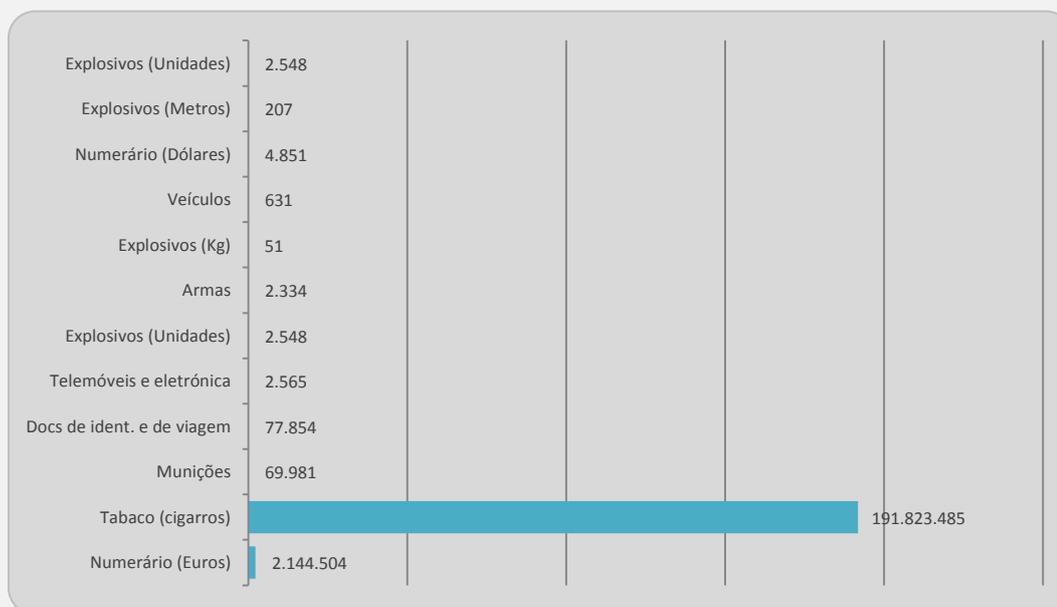


Figura 62 - Apreensões em sede de investigação criminal

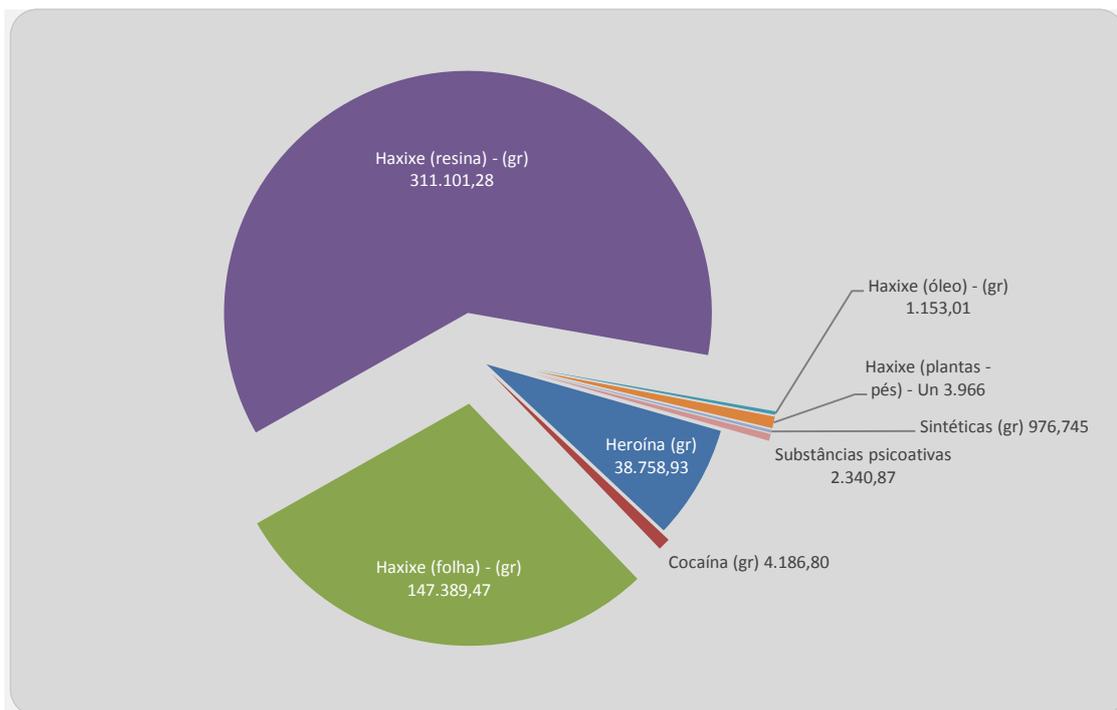


Figura 63 - Apreensões de Estupefacientes em sede de investigação criminal

**DETENÇÕES**

Em resultado da atividade levada a cabo pela Guarda foram detidas 20.165 pessoas, sendo que 2.367 detenções resultam das diligências de investigação criminal desenvolvidas, das quais 1.445 ocorreram em flagrante delito, 820 fora de flagrante delito com mandado judicial e 102 fora de flagrante delito por iniciativa da GNR.

**INTERCEÇÕES TELEFÓNICAS**

Na prossecução da atividade de investigação criminal desenvolvida pela GNR, foram efetuadas 2.415 interceções telefónicas.

**ORDENS E/OU PEDIDOS DE PESQUISA E APOIOS NO ÂMBITO DA INFORMAÇÃO CRIMINAL**

Foram elaborados 577 Ordens/Pedidos de pesquisa, ao dispositivo territorial. As ordens visaram a recolha de informação criminal, por forma a responder a solicitações de órgãos internos e entidades externas. São designados como órgãos internos os pertencentes à estrutura da GNR. São designadas como entidades externas: Unidade Nacional Europol, Policia Judiciária, Policia de Segurança Pública, Tribunais, entre outros.

Foram elaborados 11 pedidos de pesquisa para resposta a solicitações de órgãos internos CO/DIC/RAIC.

Foram elaborados 36 pedidos de pesquisa para resposta a solicitações de órgãos internos do restante dispositivo da Estrutura de Investigação Criminal.

Foram realizados 88 pedidos de pesquisa para resposta a solicitações de entidades externas (Forças Policiais e Tribunais), mais concretamente, da Unidade Nacional Europol, da PJ, da PSP, da PM, dos Tribunais, do SEF e da



Guardia Civil do Reino de Espanha. Foram analisados 444 pedidos de pesquisa de informação criminal e respondidos, a solicitações de entidades externas, nacionais e internacionais, através do sistema SIENA.

Foram também realizados vários relatórios temáticos de Análise de Informação Criminal relativos à Criminalidade Itinerante, ao Furto da Cortiça, ao Roubo/Furto de veículos de transporte e distribuição de Tabaco, ao Roubo/Furto de veículos de transporte e distribuição de Tabaco e máquinas de venda, a Burlas e ao Furto de veículos de mercadoria.

Foram ainda realizados 15 apoios operacionais no âmbito da Análise de Informação Criminal ao inquéritos que correm termos nos núcleos IC da GNR.

### EXAMES E PERÍCIAS REALIZADOS PELA GNR

Em 2016 realizou-se um total de 4.532 exames e perícias, a solicitação de entidades diversas, para além dos próprios Comandos e Órgãos da GNR: PSP, PJ e Tribunais. Face a 2015 observou-se um aumento de 25% no número de exames e perícias realizados.

#### NO ÂMBITO DE ACIDENTES DE VIAÇÃO:

Realizado um total de 44 Relatórios Técnicos de Acidentes de Viação, o que representa aumento de 2,3 % por comparação com o ano de 2015.

#### NO ÂMBITO DA EXTRAÇÃO DE FOTOGRAMAS:

Elaborados 214 Relatórios de Extração de Fotogramas, o que traduz um decréscimo de 11,6 % comparativamente a 2015.

#### NO ÂMBITO DA LOFOSCOPIA:

Realizados 388 exames laboratoriais lofoscópicos, registando-se uma diminuição de 14,8% por comparação com 2015.

Realizados 2.226 exames periciais lofoscópicos, registando-se um decréscimo de 1,1 % nas perícias realizadas, tomando por referência o ano de 2015.

#### NO ÂMBITO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO:

Realizados 1.660 de exames e perícias no âmbito das Tecnologias da Informação e Comunicação, o que traduz um aumento de 77,5% relativamente a 2015.

### 1.2.9. SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

#### AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DE VISITAS E SEGURANÇA DE ALTAS ENTIDADES

A Guarda realizou, durante o ano de 2016, 717 ações no âmbito de visitas e segurança de Altas Entidades, empenhando 4.646 militares.



Neste âmbito foram ainda realizadas 85 buscas preventivas, por binómios de deteção de explosivos, com um empenhamento de 177 binómios.

Ainda no decurso destas ações, foram realizadas, pelos operadores “Explosive Ordnance Disposal” (EOD) 385 buscas preventivas, nas quais foram empenhados 1.155 militares.

**AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DESPORTIVOS**

**EM RECINTOS**

Para a manutenção da segurança e ordem pública em eventos desportivos, mormente os realizados em recintos, a Guarda desenvolveu 29.222 ações, as quais implicaram o empenhamento de 81.548 militares

**NA VIA PÚBLICA**

No âmbito da segurança a eventos desportivos praticados na via pública, num total de 3.061 eventos, foram empenhados 17.087 militares.

**AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS OBJETO DE MEDIDAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, DESIGNADAMENTE, EVENTOS OFICIAIS, CULTURAIS E RELIGIOSOS**

No âmbito do policiamento geral, em 2016 realizaram-se 35.4099 ações, destacando-se 6.947 ações em festas, romarias e eventos religiosos, tendo ainda sido realizadas 3.591 ações de prevenção no âmbito da alteração à ordem pública em eventos oficiais, culturais e religiosos.

Destaca-se, por fim, a presença de quase 2 milhões (1.996.264) de pessoas, nos eventos policiados pela Guarda, bem como o empenhamento total de 10.737 militares. De entre o vastíssimo número de eventos realizados na ZA da Guarda, que foram objeto de medidas especiais de proteção e segurança, destacam-se os seguintes:

DESIGNAÇÃO DO EVENTO	LOCAL	DATA	N.º DE ESPECTADORES	N.º DE MILITARES
78º VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA	A NÍVEL NACIONAL	27JUL16 A 07AGO16	INDEFINIDO	581
WRC - RALI DE PORTUGAL	PORTO, V. REAL, BRAGA, V.CASTELO, C. BRANCO	19 A 22MAI16	INDEFINIDO	1355
BOOM FESTIVAL	IDANHA- CASTELO BRANCO	8 A 14 AGO16	55.000	899
FESTAS DA MOITA	MOITA	9 A 18SET16	500.000	179
FESTIVAL MEO SW	ZAMBUJEIRA DO MAR	2 A 8AGO16	200.000	700
FESTIVAL MARANHO E BUCHO	SERTÃ	11 A 18JUN16	10.000	102
FESTIVAL MUSICA (BOOM)	DERIDANHA	7 A 18AGO16	33.300	251
XXXV FESTA DA AMENDOEIRA EM FLOR	EXPOCÔA - V. N. DE FOZ CÔA	26FEV16 A 13MAR16	20.000	60
SUMOL SUMMER FEST 2016	ERICEIRA	23 A 25 JUN16	20.000	91
OCEAN SPIRIT	SANTA CRUZ	15 A 25 JUL16	50.000	292
FESTIVAL INT. CHOCOLATE	ÓBIDOS	31MAR16 A 25ABR16	65.000	132



DESIGNAÇÃO DO EVENTO	LOCAL	DATA	N.º DE ESPECTADORES	N.º DE MILITARES
FESTIVAL VILAR DE MOUROS	CAMINHA	25AGO16	22.000	279
RALLY DE CERVEIRA	VILA NOVA DE CERVEIRA	9JUL16	8.000	130
FESTIVAL VODAFONE PAREDES DE COURA	PAREDES DE COURA	17 A 20AGO16	25.000	59
EUROPEU DE HÓQUEI EM PATINS	OLIVEIRA DE AZEMÉIS	11 A 16JUL16	10.000	219
XXIII CONCENTRAÇÃO MOTARD	GÓIS	18 A 21AGO16	15.000	746
EXPOFACIC	CANTANHEDE	28JUL16 A 7AGO16	385.000	350
PENELA PRESÉPIO	PENELA	1DEC16 A 8JAN16	50.000	100
FEIRA DA LUZ	MONTEMOR-O-NOVO	31AGO16 A 06SET16	15.000	200
42ª VOLTA AO ALGARVE - CICLISMO	FARO/BEJA	17 A 21FEV16	6.964	145
35.ª CONCENTRAÇÃO MOTARD DE FARO	MONTENEGRO - PRAIA DE FARO	12 A 17JUL16	25.000	505
FESTIVAL MED	LOULÉ	30JUN16 A 02JUL16	30.000	166
FEIRA MEDIEVAL 2016	SILVES	12 A 21AGO16	125.000	200
ASCENSÃO 2016	CHAMUSCA	30ABR16 A 08MAI16	10.000	142
FEIRA NACIONAL DO CAVALO	GOLEGÃ	4 A 13NOV16	500.000	1354
CARAMULO MOTORFESTIVAL	CARAMULO	2 A 4SET16	30.000	60
FEIRA ANUAL DOS SANTOS	MANGUALDE	4 A 6NOV16	20.000	91
FESTIVAL ANDANÇAS 2016	POVOA E MEADAS - CASTELO DE VIDE	1 A 7AGO16	28.000	107
30ª BAJA PORTALEGRE 500	DISTRITO DE PORTALEGRE	27 A 29OUT16	5.000	432
24 HORAS DE FRONTEIRA	TERRÓDROMO DE FRONTEIRA	26 E 27NOV16	3.000	330
FESTIVAL MÚSICAS DO MUNDO	SINES	22 A 30JUL16	90.000	120
FESTIVAL SOL DA CAPARICA	PARQUE URBANO	11 A 14AGO16	50.000	124
AGRIVAL	PENAFIEL	19 A 29AGO16	150.000	118
SÃO MARTINHO	PENAFIEL	10 A 20NOV6	140.000	150
VILA NATAL	ÓBIDOS	30NOV16 A 01JAN16	55.000	248
<b>TOTAL</b>			<b>1.996.264</b>	<b>10.737</b>

Figura 64 - Eventos oficiais, desportivos, culturais e religiosos (2016)

**AÇÕES NO ÂMBITO DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO**

No intuito de se assegurar o exercício do direito de reunião e manifestação, a Guarda interveio em 98 situações, nas quais empenhou um efetivo de 722 militares.

**EM RECINTOS**

Para a manutenção da segurança e ordem pública em eventos desportivos, mormente os realizados em recintos, a Guarda desenvolveu 29.222 ações, as quais implicaram o empenhamento de 81.548 militares



**AÇÕES DE REPOSIÇÃO DA ORDEM EM ZONAS URBANAS SENSÍVEIS (ZUS)**

Durante o ano de 2016, o GIOP/UI empenhou 6.270 militares nas 1087 ações que desenvolveu nas ZUS situadas dentro da área de responsabilidade da GNR, designadamente nas ZA dos Comandos Territoriais de Lisboa, Porto e Setúbal.

**INCIDENTES TÁTICO-POLICIAIS (ITP)**

No decurso do ano 2016 foram registados 10 incidentes, nas áreas dos Comandos Territoriais de Lisboa, Beja, Coimbra, Viseu, Guarda, Santarém e Faro, nos quais foram empenhados meios destes Comandos, apoiados por Equipas de Negociadores e Forças da Unidade de Intervenção da GNR.

Os incidentes reportaram-se a 9 indivíduos barricados e a um homicida em fuga durante vários dias. Destes ITP resultaram 4 vítimas mortais, 2 feridos graves e 5 detidos.

**1.2.10. ATIVIDADE DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA**

No ano de 2016, para o cumprimento da sua missão, a GNR efetuou 1.088.960 rondas e patrulhas, as quais implicaram um empenhamento de 2.204.240 militares, distribuídos de acordo com a informação constante dos gráficos que se seguem:

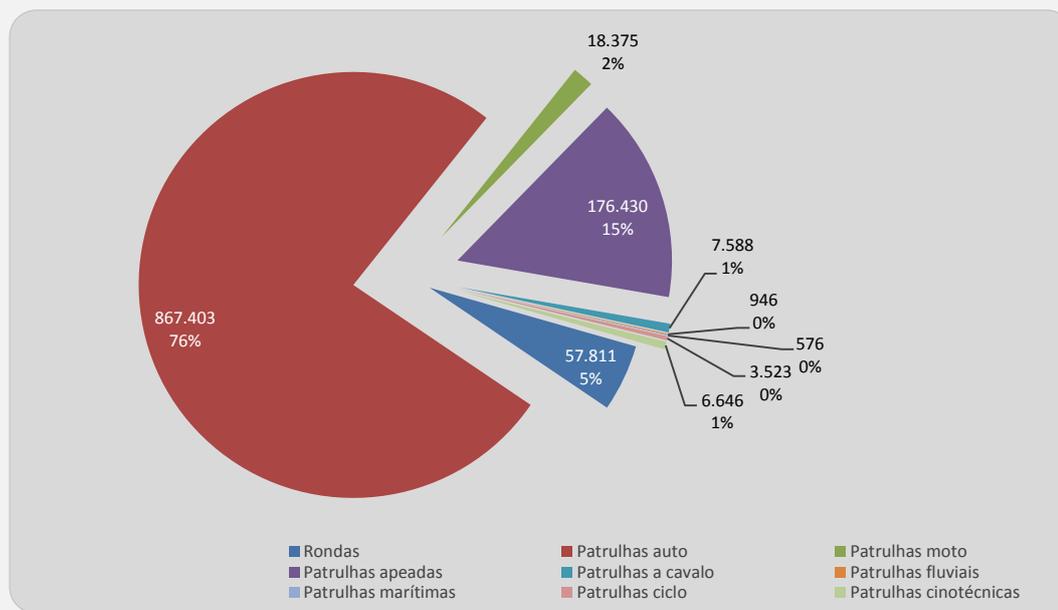


Figura 65 - Número de patrulhas

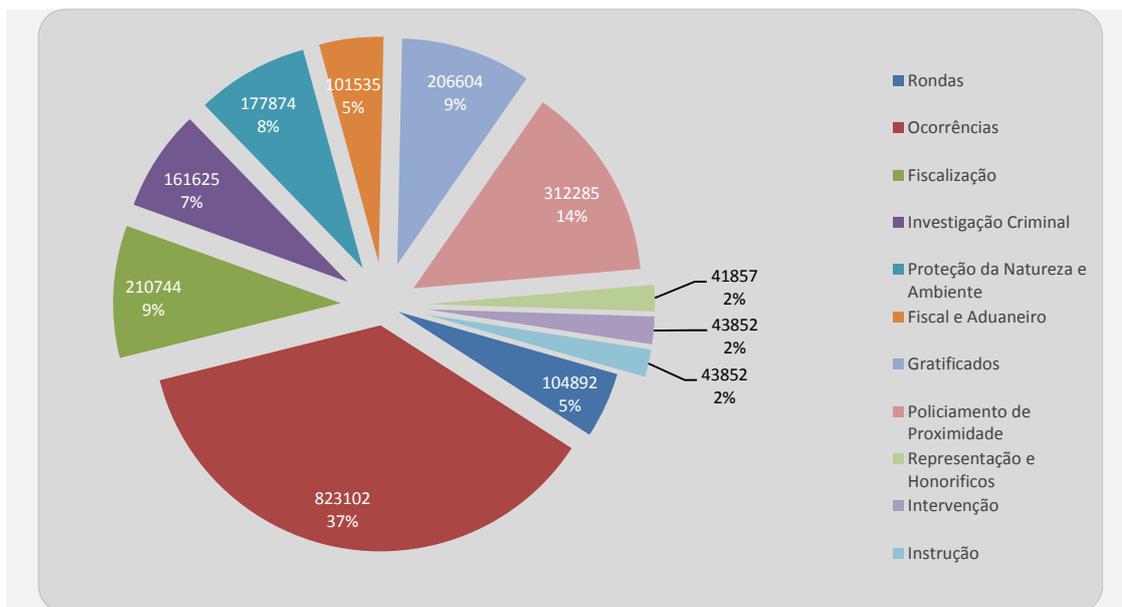


Figura 66 - Efetivos empenhados

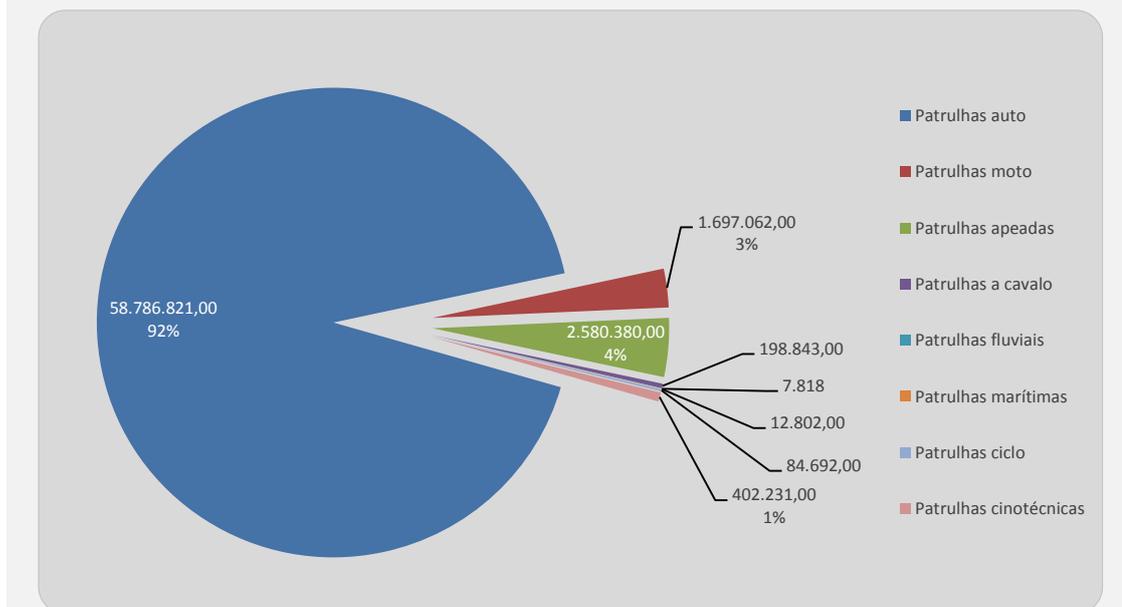


Figura 67 - Quilómetros/Milhas percorridos

Neste mesmo empenhamento durante o ano de 2016, o tempo de utilização dos meios aéreos – helicópteros, em atividades de polícia administrativa cifrou-se em 385 minutos.

**SEGURANÇA PRIVADA**

Na área à responsabilidade da Guarda foram desenvolvidas 6.640 ações de fiscalização no âmbito da segurança privada, destacando-se as 1.069 ações sobre vigilantes, as 942 a estabelecimentos comerciais e as 4.057 a atividades diversas, tendo sido empenhado um total de 11.282 militares. Foram detetados 14 crimes e levantados 185 autos de contraordenação.



**AMBIENTE**

Dado o espectro alargado das competências legalmente atribuídas à Guarda no âmbito da Proteção da Natureza e do Ambiente, a sua atuação é exercida a dois níveis, com meios adstritos especificamente à natureza e ambiente e outros meios afetos ao cumprimento da missão geral.

**RESULTADOS DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE**

Assim, em relação à Proteção da Natureza e Ambiente foram realizadas 192.526 fiscalizações, num total de 74.687 patrulhamentos, de que resultou o levantamento de 18.244 autos de contraordenação resultando num montante total aproximado de € 37.315.202,97 pelo valor mínimo da coima, 2.077 crimes, cuja distribuição consta nas figuras abaixo, efetuando ainda 135 detenções.

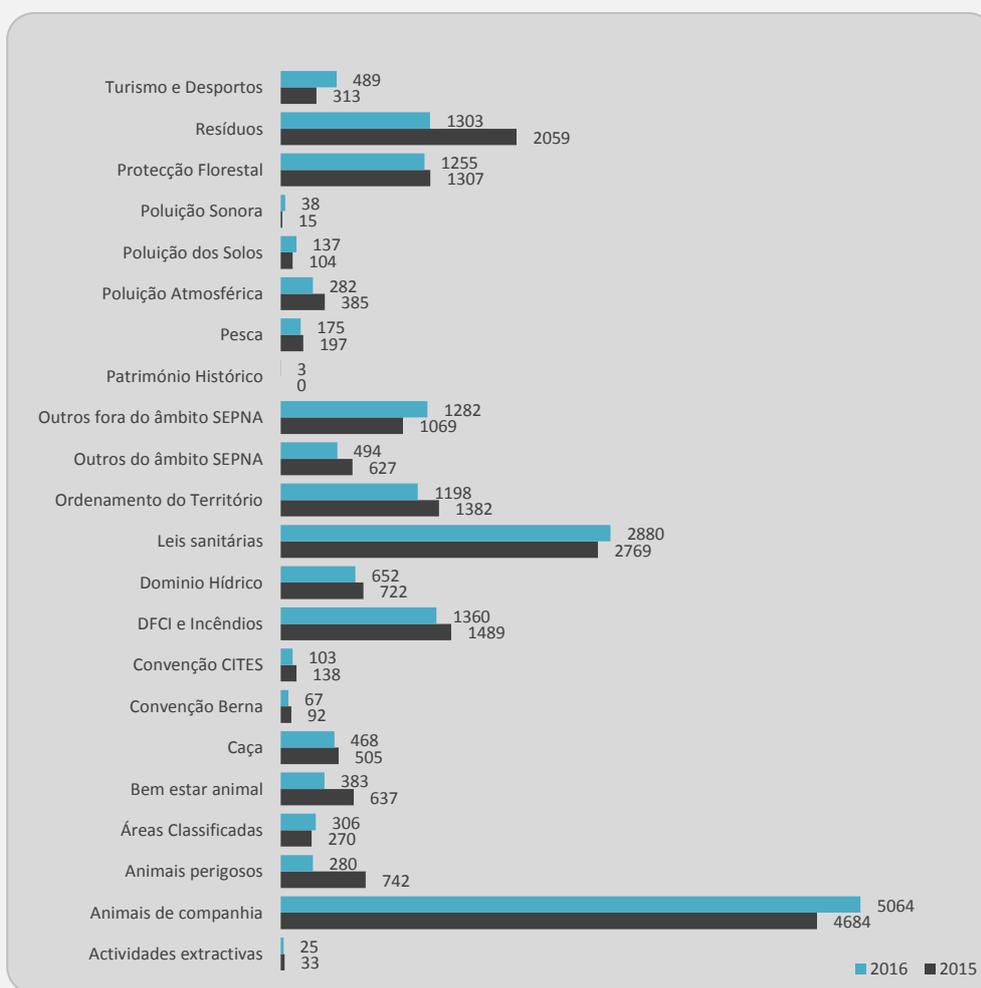


Figura 68 – Contraordenações

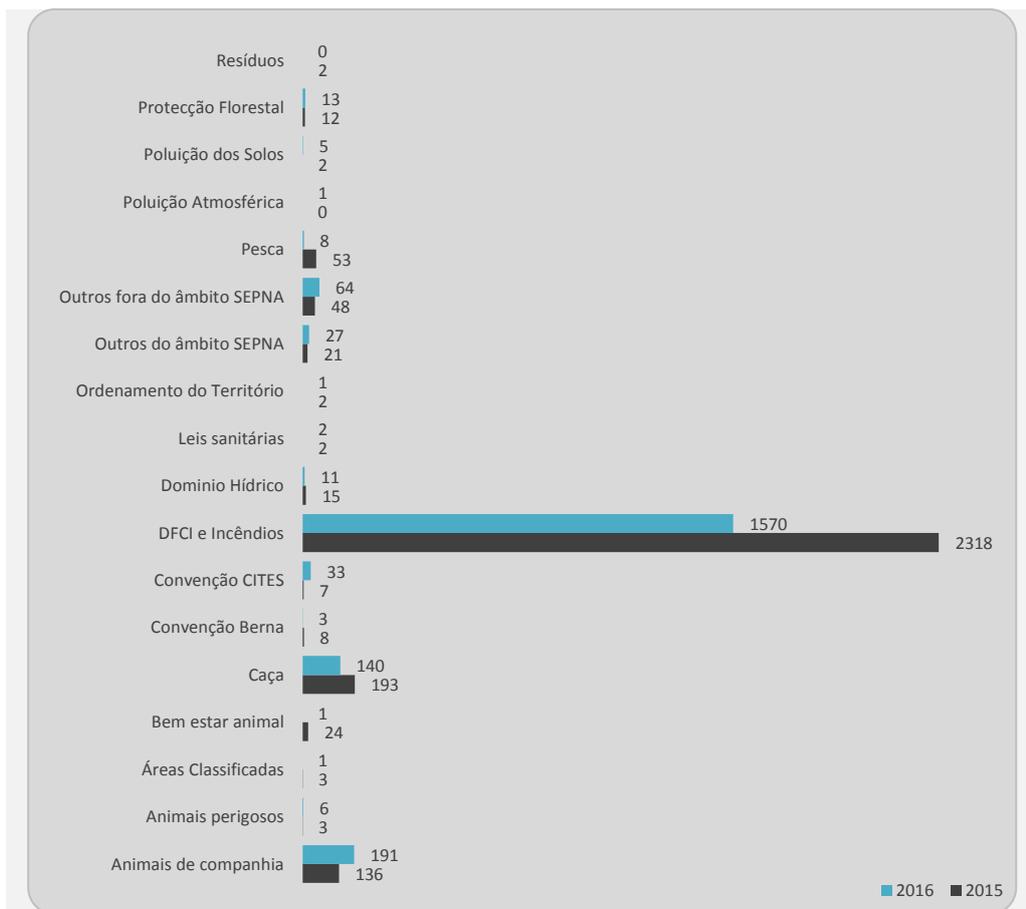


Figura 69 - Crimes

**LINHA SOS-AMBIENTE**

A linha SOS-Ambiente e Território, registou um total de 6.724 denúncias, cuja resolução, em articulação com o dispositivo operacional, resultou no levantamento de 2.620 autos de contraordenação e 81 autos crime, tendo em consequência sido realizadas 2.672 respostas aos denunciante (civis e entidades administrativas), a dar conhecimento do resultado das denúncias.

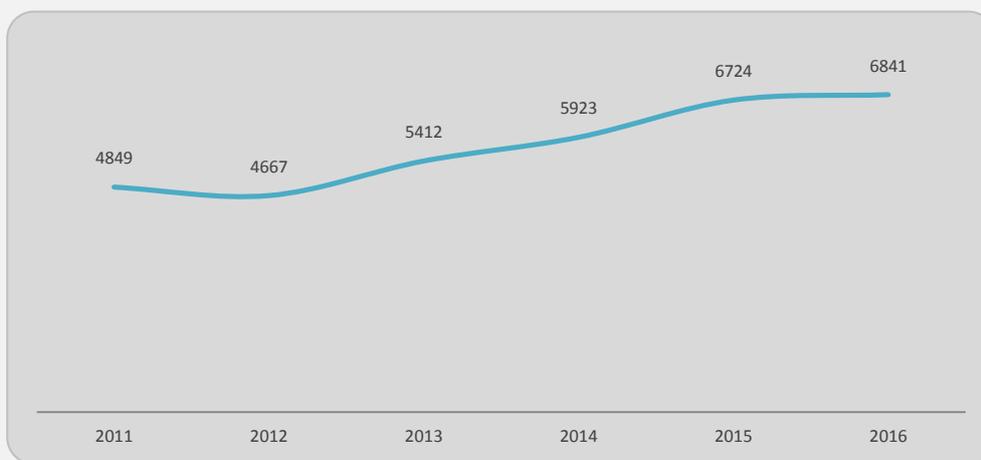


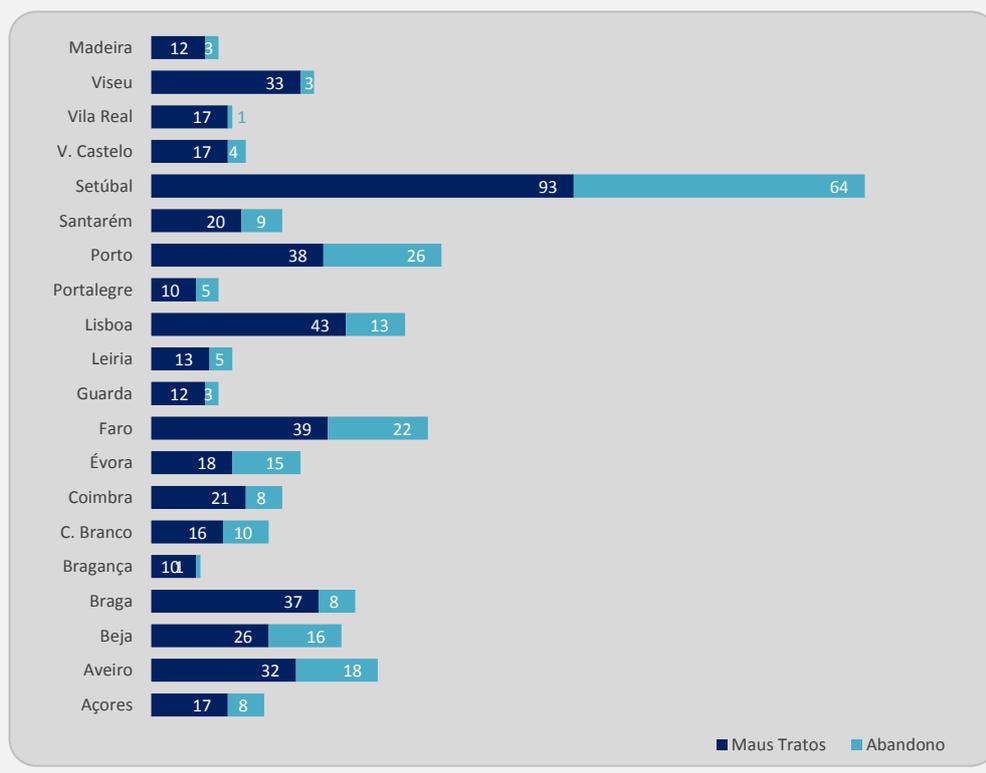
Figura 70 - Número de denúncias registadas 2010-2015



### ANIMAIS DE COMPANHIA

No âmbito da fiscalização dos animais de companhia, os militares afetos ao SEPNA efetuaram 563 fiscalizações a proprietários de cães das raças potencialmente perigosas tendo elaborado 857 autos. Na fiscalização das raças de cães não potencialmente perigosas foram efetuadas 16.622 fiscalizações de que resultou a elaboração de 10.207 autos de contraordenação.

Com a criminalização dos maus tratos e abandono aos animais através da Lei n.º 69/2014 de 29.08 assistiu-se a uma preocupação da sociedade por esta temática tendo sido participados a tribunal 522 crimes por maus tratos a animais de companhia e 245 crimes por abandono de animais de companhia.



### AÇÕES OPERACIONAIS DESENVOLVIDAS

Em 2016, no âmbito da Proteção da Natureza e do Ambiente, a GNR desenvolveu ainda um conjunto de atividades visando um aumento da capacidade operacional e a qualificação dos recursos humanos envolvidos, e que seguidamente se descrevem:

- Operações de fiscalização ao meixão, à caça, aos resíduos, à CITES (Convention on International Trade in Endangered Species), a animais potencialmente perigosos e nemátodo do pinheiro;
- Ações de supervisão técnica e de formação em todos os Comandos Territoriais, com especial enfoque para as boas práticas de fiscalização de resíduos, nemátodo do pinheiro e poluição de recursos hídricos;
- Controlo do nemátodo da madeira, decorrentes dos compromissos assumidos pelo Governo de Portugal, objeto de monitorização pela Comissão Europeia – Direção Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV) para avaliar a aplicação da Decisão 2006/133/CE da Comissão, através de



auditorias anuais, e tendo como fundamento as medidas extraordinárias de proteção fitossanitária decorrentes da nova legislação que entrou em vigor no ano de 2011. A GNR/SEPNA procedeu a um esforço de fiscalização e controlo da circulação, efetuando 3.153 operações, fiscalizando 24.535 viaturas transportando madeira e/ou paletes de madeira, tendo sido reportadas 424 infrações;

- Sensibilização da população direcionada para a temática da proteção contra os atentados ambientais e prevenção de incêndios florestais. Realizaram-se 2.000 ações de sensibilização ambiental direcionadas para a população estudantil e para a sociedade em geral que contaram com 44.023 presenças;
- A publicação do DL 83/2014, de 23 de maio, que procedeu à quarta alteração do DL 124/2006, de 28 de junho, veio atribuir novas competências à GNR: a instrução dos processos contraordenacionais. Desse âmbito, resultaram a elaboração de 2.095 autos de notícia por contraordenação e o pagamento de €167.644 relativos a coimas.

## OPERAÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA NATUREZA

A Guarda Nacional Republicana tem vindo a realizar um planeamento anual de diversas operações de fiscalização na área ambiental enquanto entidade isolada e em cooperação com outras entidades nacionais e organismos internacionais nomeadamente INTERPOL, EUROPOL e rede IMPEL.

### OPERAÇÃO RESINA

De 01JAN16 a 31DEC16, decorreu uma campanha de fiscalização da circulação de plantas coníferas, madeiras e seus derivados, com o objetivo de controlar a dispersão do Nemátodo da Madeira do Pinheiro.

### OPERAÇÃO AUGIAS I, II E III

Foram realizadas diversas ações de fiscalização e controlo no transporte de resíduos, em coordenação com a IGAMAOT e SEPRONA da Guarda Civil de Espanha, para prevenir e detetar movimentos transfronteiriços e circulação interna de resíduos em situação irregular.

### OPERAÇÃO DO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DA FLORESTA

Intensificaram-se ações de patrulhamento e vigilância das zonas florestais para prevenir e detetar a eclosão de incêndios florestais, reprimir atividades ilícitas contra o património florestal, garantindo o apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) no combate aos incêndios florestais, com o empenhamento das forças do Grupo de Interserviço de Proteção e Socorro da Unidade de Intervenção (GIPS/UI), em ações de primeira intervenção, nos distritos que lhe estão afetos validando e medindo as áreas ardidas e investigando as causas dos incêndios.

### OPERAÇÃO DO ÂMBITO CITES

Realizaram-se em todo o território nacional, ações de fiscalização no âmbito da proteção de espécies da vida selvagem e seus derivados, para prevenir, detetar e reprimir situações de tráfico, exploração, comercialização e detenção em infração à legislação em vigor.

### OPERAÇÃO ARTÉMIS I E II

Foram executadas ações de fiscalização ao exercício do ato venatório para prevenção, deteção e repressão de situações em desconformidade com as legalmente definidas.



**OPERAÇÃO ESTRÓBILO**

No período de 01NOV16 a 20DEC16, efetuaram-se ações de fiscalização, com o intuito de prevenir e combater as atividades ilícitas de colheita, transporte e armazenamento das pinhas de pinheiro-manso (*Pinus pinea* L.).

**ARMAS E EXPLOSIVOS**

Neste âmbito verificou-se um decréscimo de 33,5% na atividade operacional EOD, em comparação com o ano de 2015 (de 943 para 627 intervenções), de acordo com o seguinte gráfico:

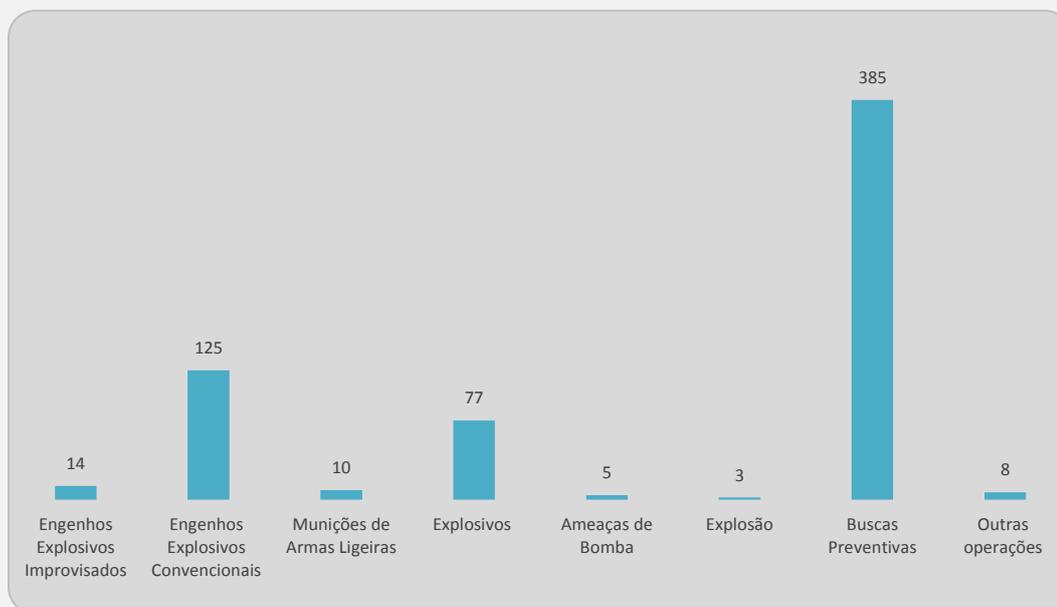


Figura 71 - Armas e Explosivos (2016)

Constata-se que ocorreram, em média, 1,7% operações EOD por dia, sendo que 34,3% das intervenções envolveram a presença efetiva de substâncias ou engenhos explosivos. Fruto desta atividade específica, a GNR apreendeu e neutralizou cerca de 31.888,117kg de substâncias e acessórios explosivos, engenhos explosivos convencionais e munições de armas ligeiras. É importante realçar que a maioria dos engenhos explosivos convencionais referidos (granadas de mão e projéteis de artilharia) dizem respeito a operações de avaliação das respetivas condições de segurança, tendo sido posteriormente destruídos em Siderurgias.

**ATIVIDADE VENATÓRIA E PESCA**

Foram detetados 140 crimes e 468 contraordenações relacionados com a atividade venatória. No âmbito da pesca em águas interiores foram detetados 8 crimes e elaborados 175 autos de contraordenação.

**CRIMINALIDADE ECONÓMICA**

Em resultado da atividade desenvolvida pela GNR no âmbito do combate à contrafação, em 2016 foram apreendidos 20.669 artigos contrafeitos, com o valor estimado de €140.182,90, realçando-se, pela quantidade e valor, as apreensões de vestuário, calçado, acessórios diversos, tabaco e produtos derivados do tabaco.

ATIVIDADE TRIBUTÁRIA, FISCAL E ADUANEIRA

VIGILÂNCIA E CONTROLO COSTEIRO

No ano de 2016, no cumprimento da sua missão de vigilância, patrulhamento e interceção terrestre e marítima, a GNR realizou 102.746 ações (importa ter em atenção os meios empenhados no exterior do Território Nacional durante 9 meses, com as inerentes e significativas atividades, aqui não contabilizadas), distribuídas da seguinte forma:

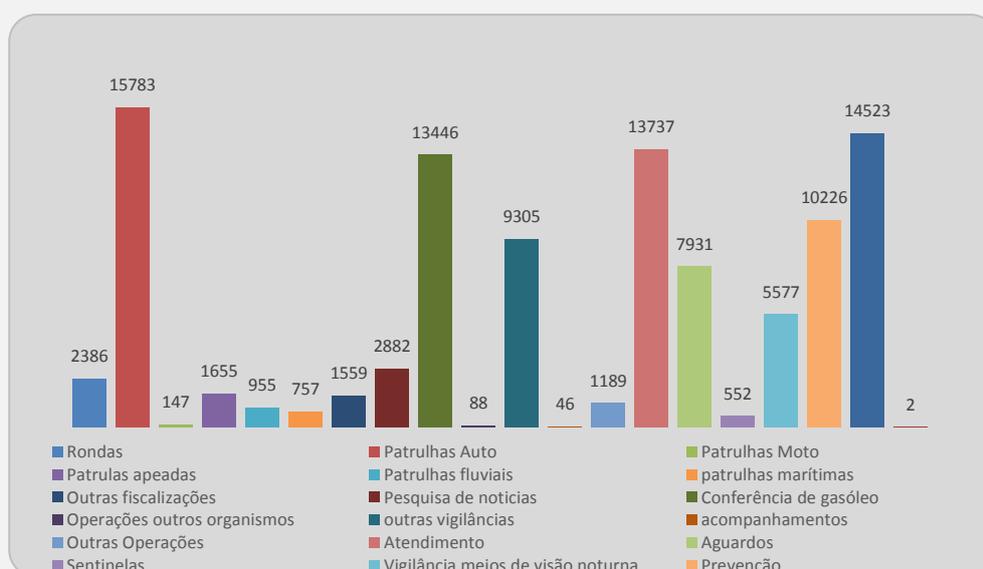


Figura 72 - Vigilância e Controlo Costeiro (2016)

No desenvolvimento dessas atividades, a GNR empenhou um total de 132.838 militares, tendo percorrido 33.657 milhas náuticas e um total de 1.528.901 km, o que representa 589.743 horas de empenhamento operacional.

SISTEMA INTEGRADO DE VIGILÂNCIA, COMANDO E CONTROLO (SIVICC)

Durante o ano de 2016, o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC), em pleno funcionamento, permitiu obter um conhecimento situacional permanente da orla costeira e do mar territorial, funcionando conjuntamente e de forma articulada com as equipas operacionais no terreno (terra e mar). No total, durante o ano de 2016, foram monitorizadas 154.321 embarcações, o que significou um acréscimo de 40,6% face a 2015.

Na componente “security”, o resultado operacional direto da monitorização do SIVICC permitiu a realização de 28 ações sobre embarcações suspeitas de transporte de estupefacientes, o controlo de 130 situações por comportamentos considerados suspeitos e a produção de informações diretas para a Polícia Judiciária e para a *Guardia Civil* (Espanha), que resultaram conjuntamente na apreensão de 2400 Kg de haxixe, a detenção de 5 indivíduos e a apreensão de 2 viaturas e 3 embarcações. Foram ainda detetadas várias situações de pesca ilegal (ex.: áreas proibidas, embarcações sem licenças de pesca, exercício da pesca de arrasto, etc.), num total de 101 situações que constituíam infrações às leis vigentes. Foram também efetuadas 6 monitorizações relacionadas com a proteção da natureza.

Importa salientar que a vigilância é apenas uma das componentes do sistema e que todos os resultados operacionais resultam do esforço conjunto das intervenções terrestre e marítima, que complementam e constituem os “braços” do SIVICC.



**ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS, FISCAIS E ADUANEIROS**

Da atividade de fiscalização tributária desenvolvida durante o ano de 2016, destaca-se o levantamento de 19.820 autos, o que representa um acréscimo de cerca de 16.5% relativamente ao ano de 2015. O valor da mercadoria apreendida ascendeu a cerca de €3.767.007,54 e o valor das coimas aplicadas foi de € 8.857.487,00.

Relativamente ao ano transato registou-se também um incremento de 12.6% das infrações em sede de Impostos Especiais de Consumo (IEC), tendo-se verificado ainda um incremento de 16,9% no Imposto Sobre Veículos (ISV) e de 16,7% ao Regime de Bens em Circulação (RBC).

AMBITO	INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS DETETADAS	TOTAL
IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO	TABACO	300
	ÁLCOOL E BEBIDAS ALCOÓLICAS	406
	PRODUTOS PETROLÍFEROS	338
IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS	VEÍCULOS	1.912
IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)	REGIME DE BENS EM CIRCULAÇÃO (RBC)	16.864
<b>TOTAL</b>		<b>19.820</b>

Figura 73 - Ilícitos Tributários, Fiscais e Aduaneiros (2016)

No que respeita à investigação tributária e económica, criminal e contra-ordenacional, em 2016 foram investigados 6.415 processos, o que representa um aumento de 10.45% de processos investigados comparativamente com o ano de 2015. Do total de processos investigados em 2016 concluíram-se 3.871, no âmbito dos quais foi apurada fraude e evasão fiscal estimada em cerca de €217.239.643, 00, o que superou o montante apurado em 2015 em €69.186.291,00.

AMBITO	INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS DETETADAS	TOTAL	TOTAL
CRIMES	ADUANEIROS	52	256
	FISCAIS	3	
	DIREITOS DE AUTOR	18	
	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	134	
	JOGO	38	
	OUTROS	11	
CONTRAORDENAÇÕES	ADUANEIRAS	3.423	4.365
	JOGO	25	
	PESCADO	786	
	OUTROS	131	
<b>TOTAL</b>			<b>4.621</b>

Figura 74 - Inquéritos Tributários e Económicos (2016)



## OPERAÇÕES MAIS RELEVANTES

De entre as operações de âmbito tributário realizadas em 2016, destacam-se:

### OPERAÇÃO “VIRGINIA EXPRESS”

A operação “Virginia Express”, realizada em janeiro de 2016, que se concretizou com a realização de 41 Buscas (26 domiciliárias), da qual resultou a apreensão de 182.045,626 kg de folha de tabaco, €611.526,77 em numerário, 4.800 maços de tabaco sem qualquer estampilha fiscal e 3 armas de fogo, bem como diverso material industrial para o processamento da folha de tabaco. O valor presumível de toda a mercadoria apreendida ascendeu a 30 milhões de euros.

### OPERAÇÃO “PHOENIX”

Realizada em maio de 2016, no âmbito de um inquérito em que se investigou o crime de fraude fiscal qualificada, decorrente da exploração de uma plataforma de jogo online sem a declaração de rendimentos. Foram realizadas 27 buscas, das quais resultou a apreensão de 71 máquinas de jogo, com valor total de €182.056,00, €12.000 em numerário e a constituição de 7 arguidos (2 pessoas singulares e 5 coletivas). Foi avaliada uma fraude no montante estimado de 15 milhões de euros.

### OPERAÇÃO “ESCAPARATE”

Realizada em maio, conjuntamente com a Direção de Finanças de Portalegre, no âmbito de um inquérito em que se investigou o crime de fraude fiscal qualificada em diversas zonas do território nacional. Foram realizadas 27 buscas e dado cumprimento a 3 mandados de detenção, tendo sido apreendidos diversos artigos para o lar num valor de €33.871.500,00, 3 armas de fogo, 122 munições de diversos calibres, €8.115,00 em numerário e €44.455,07 em cheques. Foram constituídos 8 arguidos (5 pessoas singulares e 3 coletivas). Apurou-se que o Estado não recebeu, em sede de IRS e IRC, cerca de 113 milhões de euros.

### OPERAÇÃO “FULL- FLAVOR”

Realizada em novembro, com o apoio do CTer de Faro e a PSP daquele Distrito, no âmbito de um inquérito em que se investigaram os crimes de introdução fraudulenta no consumo, associação criminosa e fraude fiscal. Foram cumpridos 4 mandados de detenção e 8 de busca, tendo sido apreendidos 1.651,60 kg de folha de tabaco, diversa maquinaria de processamento da folha de tabaco, diversas viaturas e computadores. Foi apurada uma fraude no montante superior a 1 milhão de euros.

Refirmam-se ainda as operações decorrentes das atividades diárias da Unidade, nomeadamente as realizadas em outubro de 2016 e nas quais foi possível apreender cerca de 8 milhões de cigarros dissimulados em veículos pesados de mercadorias, com valor estimado em cerca de 2 milhões de euros.

## COLABORAÇÃO COM AUTORIDADES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Durante o ano de 2016 foram efetuados 225.467 ações de colaboração com autoridades judiciais e administrativas, destacando-se, no essencial, 149.977 notificações, 4.494 mandados de captura, condução e detenção cumpridos, e um total de 49.723 serviços remunerados.

## TRANSPORTE DE ÓRGÃOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

Neste campo específico, a Guarda, ao abrigo do dever de colaboração, coopera com as demais forças e serviços de segurança, bem como com outras autoridades públicas.



Em harmonia com o descrito, em estreita colaboração com o Ministério da Saúde, designadamente através da Autoridade para os Serviços de Sangue e de Transplantação, a Guarda assegura o transporte de órgãos e de produtos biológicos e colabora com as equipas médicas no desembaraçamento de trânsito, aquando dos deslocamentos urgentes para a sua recolha.

No ano de 2016 foram realizados 285 transportes de órgãos e produtos biológicos, menos 22 transportes do que em 2015, a que corresponde uma redução da taxa de execução de aproximadamente 7,2%, com empenhamento de menos 39 militares. Tendo sido percorridos menos 7.341 km, conforme se pode verificar no gráfico seguinte:

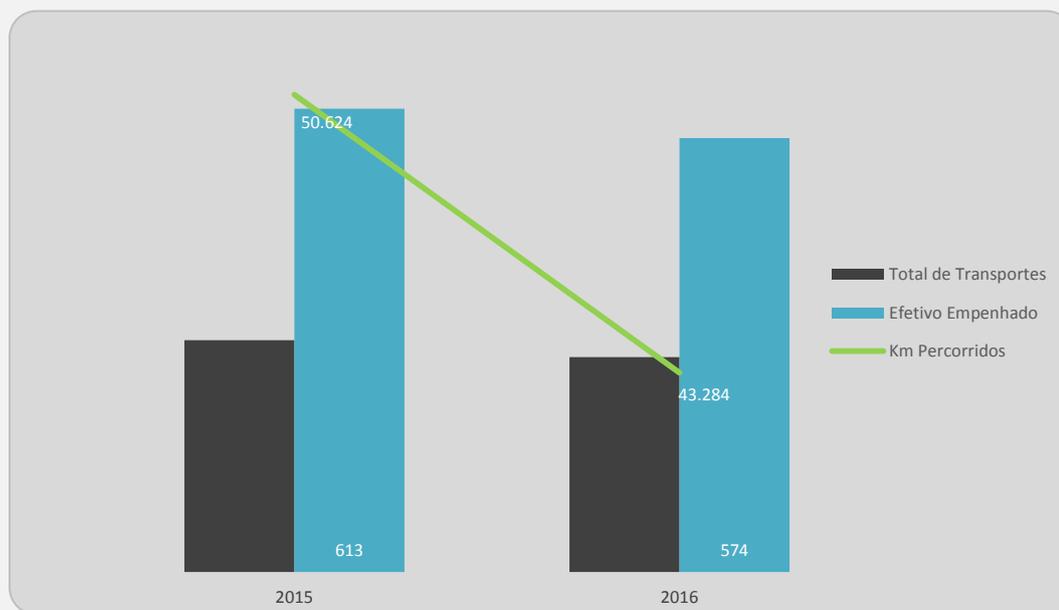


Figura 75 - Transporte de Órgãos e Produtos Biológicos (2015-2016)

1.2.11. CONSEQUÊNCIAS DA ATIVIDADE OPERACIONAL

DANOS PESSOAIS NOS MILITARES DA GNR

Durante o ano de 2016, foram cometidos 1.122 crimes contra a Guarda, sendo que em 186 casos resultaram consequências para os militares, conforme consta no quadro seguinte:

ANO	MORTOS	FERIDOS SUJEITOS A INTERNAMENTO	FERIDOS NÃO SUJEITOS A INTERNAMENTO	FERIDOS NÃO SUJEITOS A TRATAMENTO MÉDICO	TOTAL
2014	0	200	120	80	400
2015	1	1	143	73	218
2016	1	2	122	61	186

Figura 76 - Danos pessoais nos militares da GNR

**DANOS CAUSADOS PELA ATIVIDADE POLICIAL**

Durante o ano de 2016, como resultado do cumprimento da missão e da necessidade uso da força estritamente necessária, resultaram consequências em 32 cidadãos, conforme consta no quadro seguinte:

ANO	MORTOS	FERIDOS SUJEITOS A INTERNAMENTO	FERIDOS NÃO SUJEITOS A INTERNAMENTO	FERIDOS NÃO SUJEITOS A TRATAMENTO MÉDICO	TOTAL
2015	0	2	20	29	51
2016	0	0	11	21	32

Figura 77 - Danos causados pela atividade policial

**1.3. ATIVIDADE INSPETIVA DE CONTROLO À ATIVIDADE OPERACIONAL**

Em 2016, através do órgão máximo responsável pelo controlo e inspeção da atividade desenvolvida pela GNR no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pela lei – a Inspeção da Guarda – e enquadrados no esforço de melhorar os procedimentos e qualificar o atendimento e a prestação de serviços ao Cidadão, foram executadas 36 inspeções a Unidades, o que se traduz em menos 18 inspeções que em 2015. Este facto não significa ter ocorrido um decréscimo da atividade inspetiva da GNR em 2016, pois em contrapartida foram executadas 22 inspeções temáticas e 15 avaliações operacionais de forças a empenhar em missões Frontex.

Durante o período em referência, foram apresentadas 614 reclamações, o que representa um decréscimo de cerca de 7% (menos 48 reclamações) face a igual período do ano 2015 (que havia registado 662 reclamações).

No quadro seguinte é possível identificar os motivos que determinaram as respetivas reclamações, constituindo prioridade do órgão inspetivo da GNR reduzir as situações que decorrem de causas imputáveis à atuação dos militares no serviço prestado ao Cidadão, no quadro de dinâmicas de qualidade previstas adotar na Estratégia da Qualidade integrante da Estratégia da Guarda 2020.

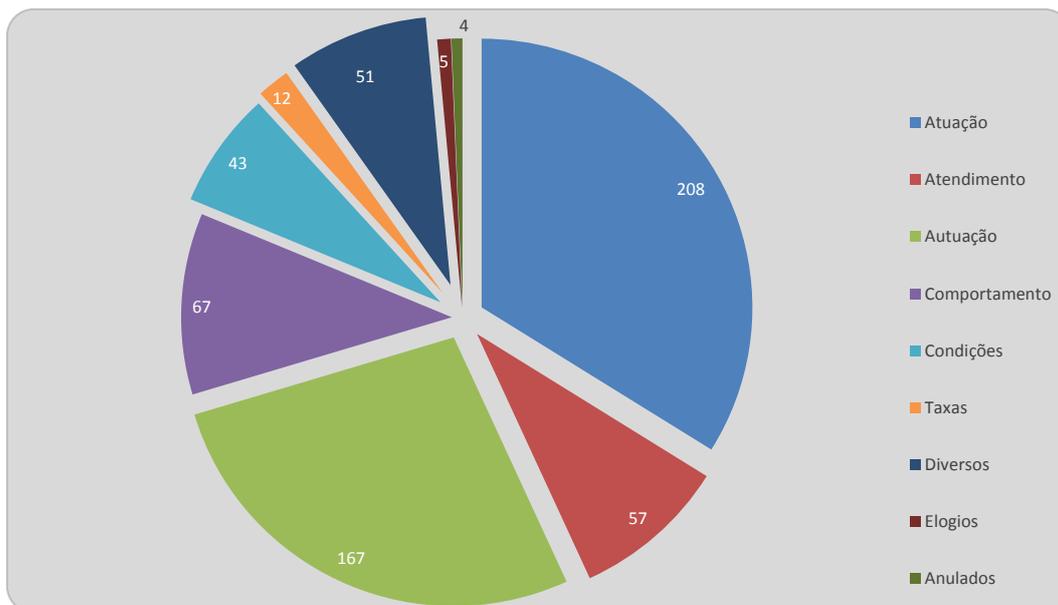


Figura 78 - Motivos das reclamações apresentadas nos Postos da GNR (2016)

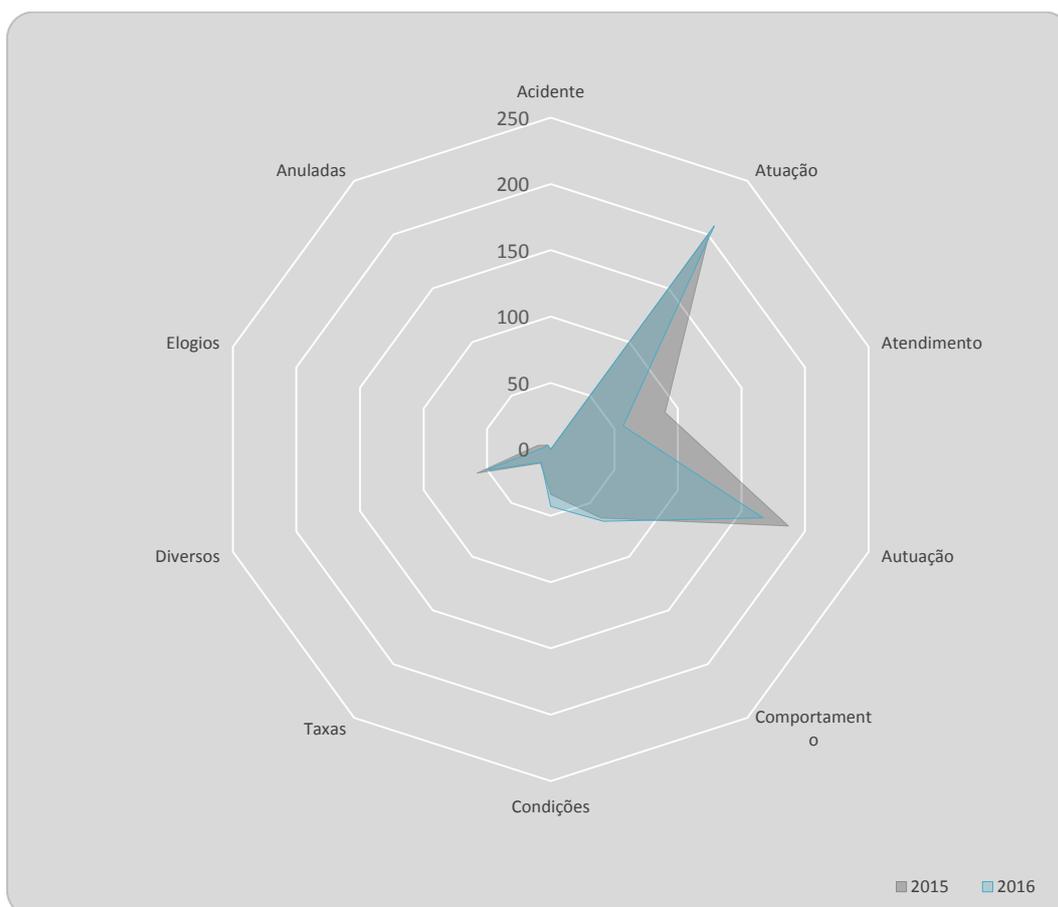


Figura 79 - Motivos das reclamações apresentadas nos Postos da GNR (comparação 2013-2016)

Nas reclamações apresentadas em Livro Amarelo, verificou-se uma significativa percentagem de descontentamento por parte das mulheres, num total de 224 em 614 reclamações recebidas ao nível nacional.

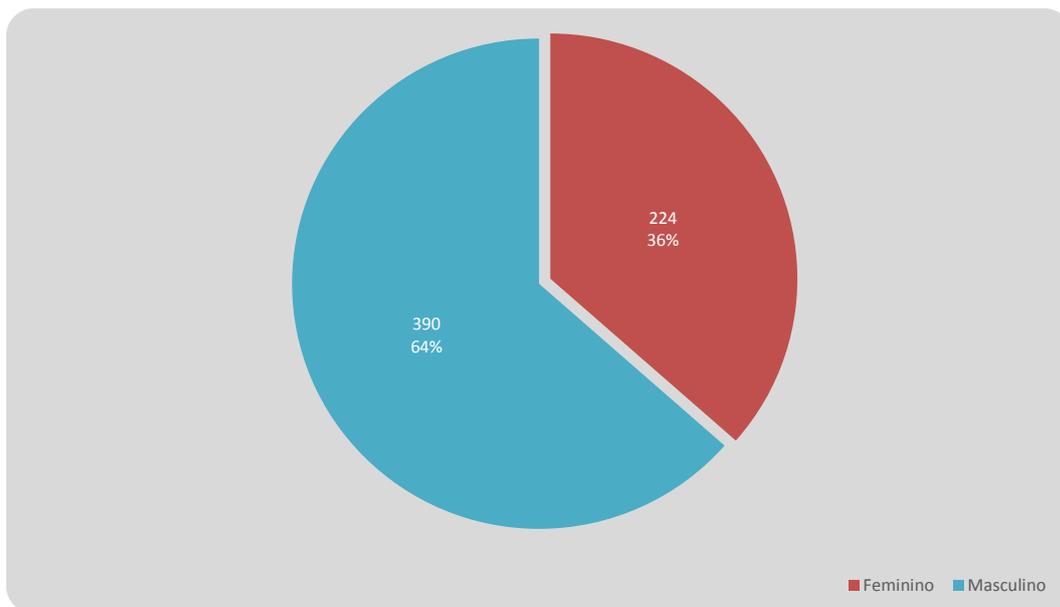


Figura 80 - Motivos das reclamações apresentadas nos Postos da GNR por género (2016)

Durante o ano de 2016, os distritos onde ocorreram mais reclamações foram os situados na zona litoral do país.

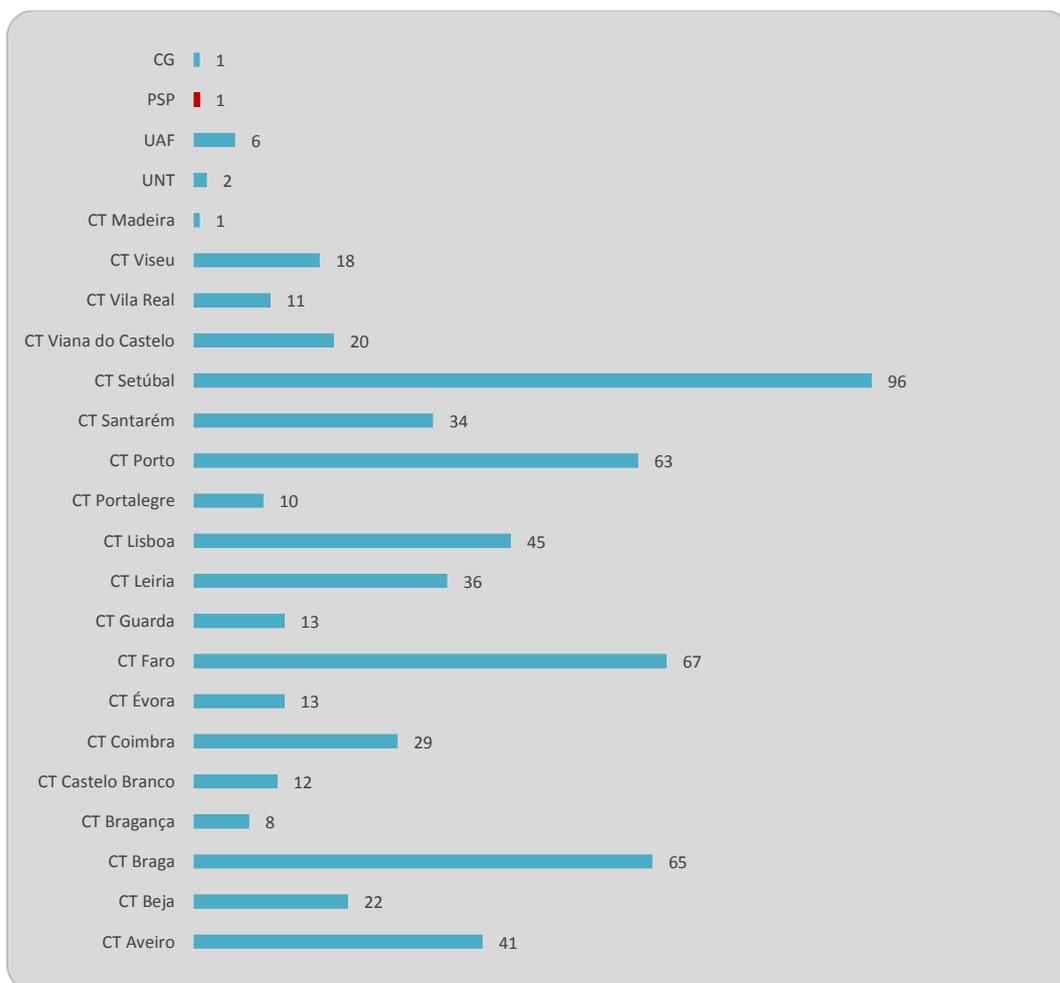


Figura 81 - Reclamações apresentadas por Unidades (2016)



Comparativamente, verificou-se um decréscimo global de 48 reclamações de 2015 para 2016. Neste ano, de modo parcelar verificaram-se alguns aumentos de reclamações, principalmente nos CT's de Setúbal e Leiria, assim como se verificaram diminuições de reclamações, com valores significativos nos CT's de Faro, Braga e Castelo Branco.

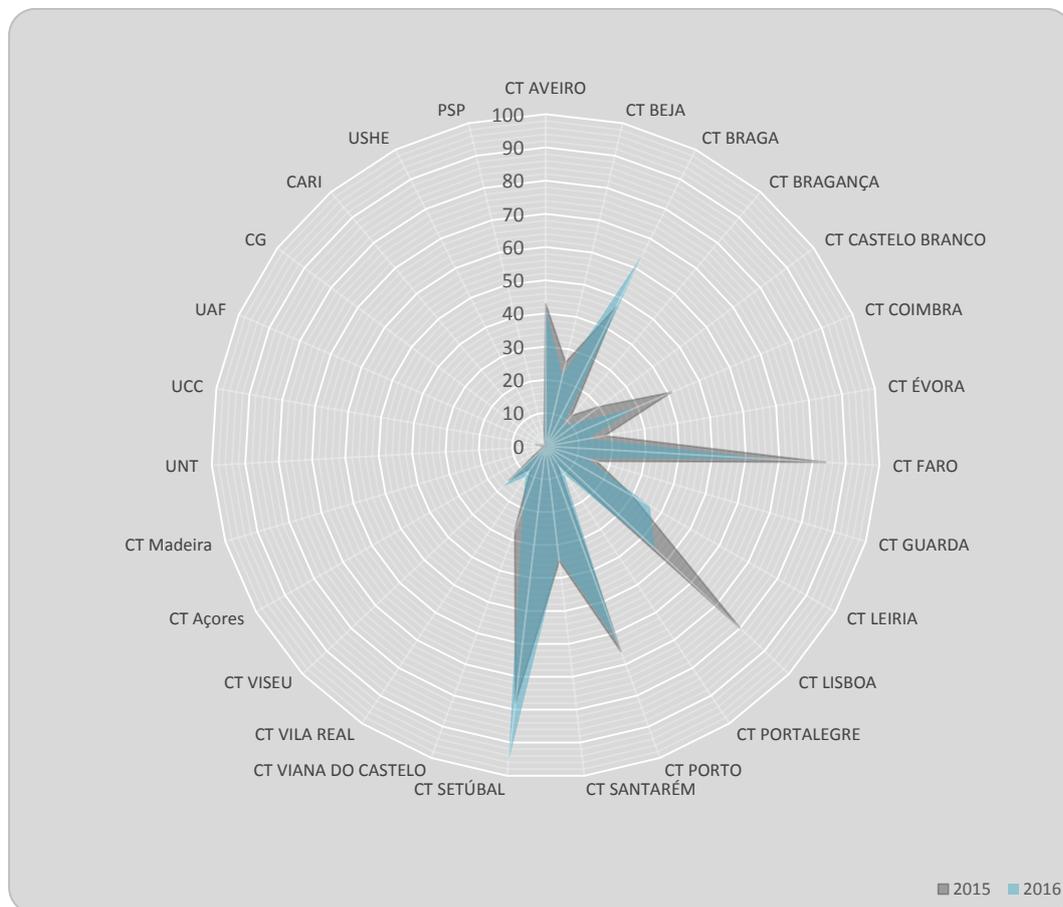


Figura 82 - Comparação das reclamações apresentadas por Unidades 2015-2016

### 1.3. ATIVIDADE OPERACIONAL NOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

#### 1.3.1. IMPRENSA ESCRITA

Analisada a imprensa escrita nacional foi possível verificar que durante o ano 2016 foram publicadas 6 987 notícias sobre a GNR. Destas, 3 628 foram consideradas neutras, sem qualquer efeito na imagem da Guarda junto da população, 3 020 tiveram um impacto positivo e apenas 339 artigos influíram de forma negativa os leitores.

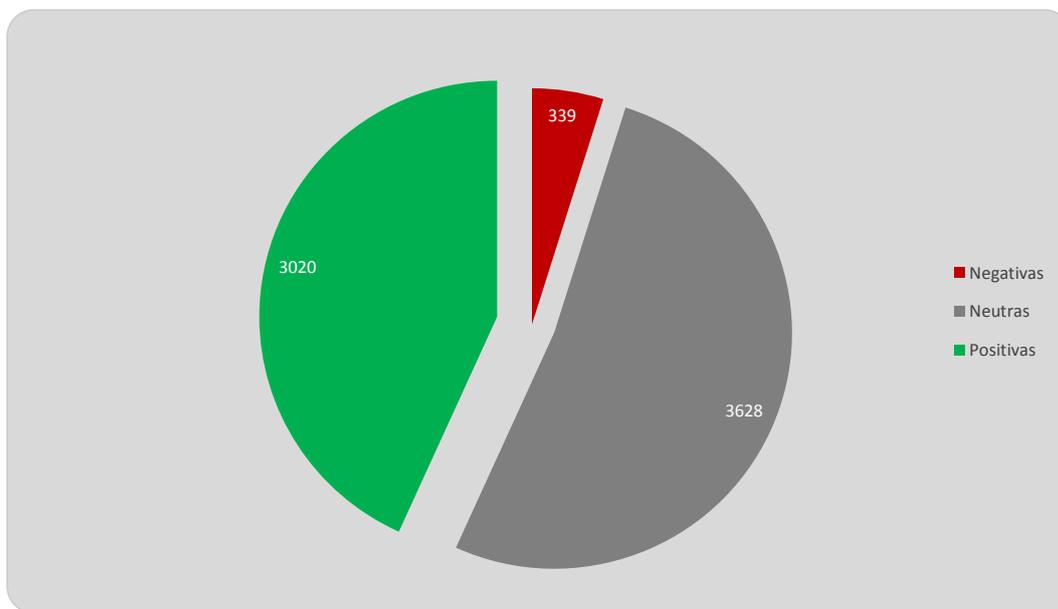


Figura 83 - Imprensa escrita

#### 1.3.2. REPORTAGENS TELEVISIVAS

Os resultados referentes à televisão foram obtidos através da recolha e visionamento de reportagens televisivas alusivas à GNR. Em estudo estiveram RTP1, a RTP2, a RTP3, a SIC, a SIC Notícias, a TVI, a TVI24 e a CMTV.

A análise efetuada permite-nos ter uma perceção do número de reportagens que cada canal de televisão realizou sobre a GNR durante o ano de 2016, bem como os tempos totais de emissão comparativamente com o ano transato.

Em 2016 - considerando todos os canais televisivos - a Instituição esteve presente em 97 horas, 10 minutos e 02 segundos de emissão, emitidas pelos sete canais analisados. Desta forma, concluímos que as horas de emissão, diretamente relacionadas com a atividade da GNR, corresponderam a 04 dias de emissão contínua e sem interrupções.

Além das reportagens realizadas, destacamos as diversas presenças em estúdio.

Comparativamente ao ano de 2015, em 2016 verificou-se um acréscimo de 1 581 reportagens e, conseqüentemente, de um aumento de uma hora de emissão. No entanto, este aumento de tempo não é diretamente proporcional ao número de reportagens, devido à diminuição de tempo de cada reportagem em 2016.

Os resultados referentes à televisão foram obtidos através da recolha e visionamento de reportagens televisivas alusivas à Guarda cuja evolução entre 2013-2016 é a que a seguir se demonstra:

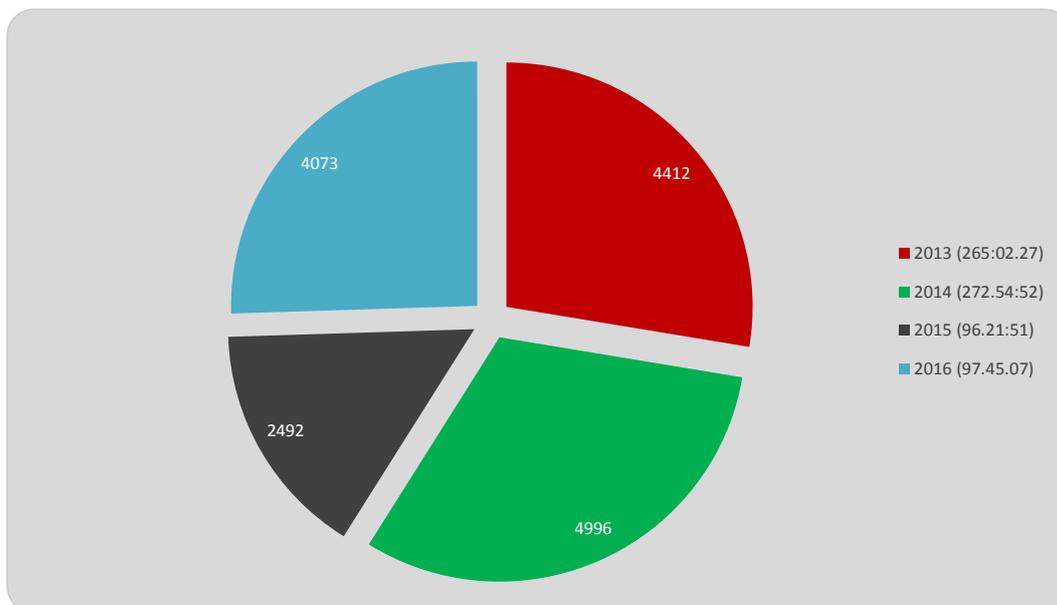


Figura 84 - Total de reportagens e tempos de emissão 2013-2016

### 1.3.3. INTERAÇÃO COM O MUNDO DIGITAL

#### PÁGINA OFICIAL

O site oficial da Guarda Nacional Republicana teve 778 828 visualizações em 2016, ocupando assim 37º lugar em termos de visitas (778 mil visitas) e o 48º em termos de páginas visitadas (1,4 milhões de pageviews), em Portugal

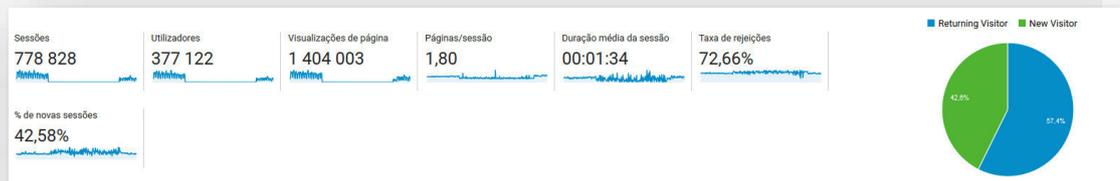


Figura 85 – Acessos via página oficial 2016

#### PLATAFORMA FACEBOOK

A Guarda Nacional Republicana está presente no Facebook desde 03 de maio de 2012. A Guarda tem crescido diariamente, contando já com mais de 345 329 fãs na página oficial, ocupando a 2.ª posição nacional a nível de Marcas/Governo e Instituições Públicas<sup>15</sup>. Em apenas de 5 anos de presença, a página do Facebook da GNR atingiu patamares muito positivos, tendo a mesma uma média de 6 728 fãs por mês, 1 570 fãs por semana e 224 fãs por dia.

<sup>15</sup> Dados obtidos via <http://www.fbrankpt.com>.



Figura 86 – Plataforma Facebook 2016

As publicações efetuadas diariamente, relacionadas com a atividade da GNR, chegam a milhares de pessoas, permitindo assim divulgar as ações da Guarda, contribuindo para o seu prestígio e imagem, garantindo também uma maior proximidade e confiança dos Cidadãos na Instituição.



## 2. PROTOCOLOS E GRUPOS DE TRABALHOS

### 2.1. PROTOCOLOS E PARCERIAS

Visando a criação de sinergias fundamentais para a otimização da resposta às mais diversas situações, a Guarda, de uma forma bilateral ou multilateral, promoveu a celebração de um conjunto de protocolos e parcerias de colaboração e de cooperação, designadamente com as seguintes entidades enquadrados segundo o âmbito de atividade:

ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO	ENTIDADES
ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	QUALIDADE	Visando a melhoria da qualidade do serviço prestado ao Cidadão, medida inserida na Estratégia da Guarda 2020, foi edificada uma parceria com a SGMAI (entidade de reconhecida experiência, know-how e capacidade evidenciados na implementação de dinâmicas e projetos no âmbito da qualidade), com o objetivo de partilha de conhecimento e de experiências e, posteriormente o apoio na implementação do modelo CAF – Estrutura Comum de Avaliação a uma unidade-piloto da GNR.	Secretaria Geral do MAI
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL  (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO)	Relativamente à implementação da Estratégia do Governo de Combate à VD e de Género, foram assinados protocolos, entre vários serviços de apoio e proteção às vítimas de VD e de género a nível nacional, entre outros que envolvem as respostas locais, de forma articulada, as autarquias, as forças de segurança, a medicina legal, as entidades com competência em matéria de proteção social, as unidades de saúde, os bombeiros, as escolas e as organizações não-governamentais. Neste contexto a GNR assinou 4 protocolos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Protocolo Combate à VD e de Género – Oliveira de Azeméis;</li> <li>• Protocolo Combate à VD e de Género – Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines;</li> <li>• Protocolo Combate à Violência Doméstica e de Género – Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Ferreira do Alentejo, Ourique;</li> <li>• Protocolo Combate à Violência Doméstica e de Género – Aljezur e Odemira.</li> </ul>	Serviços de apoio e proteção às vítimas de VD; autarquias locais; forças de segurança, Instituto de Medicina Legal; entidades com competência em matéria de proteção social, unidades de saúde; bombeiros, as escolas; organizações não-governamentais
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL  (APOIO AOS IDOSOS)	Foi celebrado a 09 de novembro de 2016 o Protocolo de Cooperação entre GNR e o Instituto da Segurança Social (ISS), visando desenvolver esforços em conjunto com o intuito de promover a segurança e os direitos e garantias das pessoas idosas, nomeadamente através da divulgação do Complemento Solidário para Idosos.	Instituto da Segurança Social (ISS)
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	Realizou-se uma reunião em 31 de março de 2016, no Gabinete do CiberCrime na Procuradoria-Geral da República, com vista ao estreitamento da cooperação com a GNR no que diz respeito à formação dos militares da Estura de Investigação Criminal, de acordo com as prioridades do Plano de Ação do Ministério Público, que define como Objetivos Estratégicos prioritários, trianuais e anuais, do Ministério Público para 2015-2018, o cibercrime e a prova digital.  Ao longo do ano participaram nas ações de formação ministradas pelos Exmos. Procuradores da República, 46 militares dos vários núcleos investigação criminal dos Comandos Territoriais de Setúbal, Braga, Viana do Castelo, de Leiria, de Aveiro, de Castelo Branco, de Faro e da Direção de Investigação Criminal.	Gabinete do Ciber Crime da Procuradoria-Geral da República
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	PROTEÇÃO E SOCORRO	Protocolo de cedência do Manual de Investigação de Incêndios Florestais da GNR (Publicação Doutrinária da GNR nº 1-05-02) com o Corpo de Polícia Florestal da Região Autónoma da Madeira.	Corpo de Polícia Florestal da Região Autónoma da Madeira

ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO	ENTIDADES
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	PROTEÇÃO E SOCORRO	Protocolo de cedência do Manual de Investigação de Incêndios Florestais da GNR (Publicação Doutrinária da GNR nº 1-05-02) com a Polícia Federal do Brasil.	Polícia Federal do Brasil
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	PROTEÇÃO E SOCORRO	Protocolo de cedência do Manual de Investigação de Incêndios Florestais da GNR (Publicação Doutrinária da GNR nº 1-05-02) com a INTERPOL.	INTERPOL
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	GERAL	Tem como objeto oficializar a cooperação entre os parceiros GNR e IPB e a GNR e a ESSIPS, estabelecer os princípios e deveres para a realização de estágios curriculares na GNR, regulariza a colaboração e o intercâmbio de especialistas e de documentação pedagógica e informação cultural bem como a prossecução de projetos pedagógicos e profissionalizantes que venham a ser considerados de interesse comum e permitir, dentro dos limites legais e regulamentares vigentes, o acesso a uma formação profissional de especialização/qualificação e atualização (celebrados em 04FEV16)	Instituto Politécnico de Bragança e Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	GERAL	Tem como objeto a colaboração inter-institucional de docentes, investigadores e especialistas, o intercâmbio de documentação pedagógica e a prossecução de projetos pedagógicos e profissionais que venham a ser considerados de interesse comum, para além de proporcionar a todo o pessoal da GNR e/ou respetivos familiares diretos o acesso, em condições preferenciais, a uma preparação de nível superior politécnica e, ao mesmo tempo, gerar possibilidades de estágios curriculares, sempre que se verificar de interesse e dentro das possibilidades de enquadramento específico pelas partes (celebrado em 30MAR16) (contributo da Divisão de Ensino-2016).	ISCIA – Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	LINGUAS	Tem como objeto a realização de formação em cursos de línguas e cursos em áreas pedagógicas específicas e de interesse para a GNR, nas línguas: inglês, francês e espanhol. (celebrado em 28ABR16)	The Good Teachers – Formação e Ensino de Línguas, Lda
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	SAÚDE	Tem como objeto oficializar a cooperação entre a GNR e a Escala Vila Franca e estabelece os princípios e deveres para a realização de estágios em Farmácia Hospitalar no Hospital de Vila Franca de Xira (celebrado em 30MAI16) (contributo da Divisão de Ensino-2016).	Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, SA

## 2.2. GRUPOS DE TRABALHO

A Guarda participou em diversos Comitês, Reuniões, Seminários e Grupos de Trabalho de âmbito internacional e nacional, dos quais se destacam os pontos seguintes.

### 2.2.1. ÂMBITO NACIONAL

ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO)	Reuniões do Grupo de Trabalho Intra-MAI, com representantes da tutela (GNR/PSP/SGMAI), no âmbito das medidas de ação do MAI, indicadas no V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 (V PNPCVDG);
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO)	Realizou-se uma sessão de trabalho sobre a análise retrospectiva das situações de homicídio ocorrido em contexto de VD, pela SGMAI, com a duração de 7 horas a 43 militares (26H; 17M) dos NIAVE dos Comandos territoriais, com o objetivo de prestar o apoio necessário às responsabilidades elencadas no art.º 4-A da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, nos dias 17 e 18 de novembro de 2016.



ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO)	Reuniões de trabalho com a Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género (CIG) e restantes representantes das organizações públicas e ONG'S indicados nas medidas do V plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 (V PNPCVDG);
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO)	Reuniões de trabalho com a Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género (CIG) no âmbito das medidas do III Programa de ação para a eliminação da mutilação genital feminina (PARMGF 2014-2017);
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (IGUALDADE DE GÉNERO, CIDADANIA E NÃO DISCRIMINIZAÇÃO)	Reuniões do Grupo de Trabalho Intra-MAI, com representantes desta tutela indicados nas medidas do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação 2014-2017;
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	Participação na Ação de Informação, “Melhorar a Articulação com o LPC”, que decorreu nas instalações do Novo Edifício-sede da Polícia Judiciária, do dia 11 de novembro de 2016, com a duração de 2 horas;
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	Reuniões do Grupo de Acompanhamento da Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal (GA-PIIC), com a missão de assegurar a implementação de todas as orientações estratégicas, tendo em vista a gestão transversal e a evolução da PIIC, nomeadamente em relação a novas funcionalidades, acesso a outras bases de dados complementares e fontes de informação dos órgãos de polícia criminal.
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	Reuniões no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Furto de Metais não Preciosos, que envolveram reuniões temáticas e parcelares com a PSAT e a APRITEL;
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	Reuniões no âmbito do comité de acompanhamento do Projeto INASC, à responsabilidade do CESIS, onde estão representantes de diversos organismos públicos e ONG'S.
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	Reuniões de trabalho no âmbito do Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, concernentes à representação institucional nas prioridades EMPACT (“European Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats”), projetos coordenados internacionalmente pela EUROPOL e a nível nacional pelo SGSSI.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no grupo de trabalho da CT145 (Comissão Técnica no Domínio da Gestão Florestal), que tem por missão a elaboração de documentos e emitir pareceres normativos.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação na Comissão de Acompanhamento Sobre a Poluição no Rio Tejo. Esta Comissão foi criada por despacho do Ministro do Ambiente para definir propostas com vista a melhorar os meios de atuação e o reforço dos mecanismos de intervenção das diferentes entidades, com o objetivo de contrariar o gradual aumento da poluição no Rio Tejo.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no grupo de trabalho sobre o Nemátodo da madeira do pinheiro. Tem por finalidade a adoção e o acompanhamento das medidas e ações (sensibilização e fiscalização) conducentes à prevenção e erradicação da doença que afeta as coníferas. Para o efeito foi criado e protocolado um plano nacional de fiscalização.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no grupo de trabalho sobre o Movimento Transfronteiriço de Resíduos. Visa o planeamento e a execução de ações de fiscalização conjuntas no âmbito da circulação transfronteiriça de resíduos.



ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação nas reuniões do Conselho Florestal Nacional, o qual é composto por várias secções especializadas participadas integralmente pela Guarda através do Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente: a) Do ordenamento e da gestão florestais; b) Da estruturação e do funcionamento do SDFCI; c) Da fitossanidade florestal; d) Dos recursos cinegéticos; e) Dos recursos piscícolas das águas interiores.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no Júri Nacional do Programa Bandeira Azul (Comissão Especializada), que visa a avaliação das candidaturas ao Programa Bandeira Azul.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação nas reuniões do Plano de Ação para a Conservação do Lince Ibérico em Portugal, enquanto membro da Comissão de Acompanhamento Externo do referido Plano. O Plano de Ação para a conservação do lince-ibérico ( <i>Lynx pardinus</i> ) em Portugal, (PACLIP), foi aprovado pelo Despacho n.º 12697/2008, de 23 de abril de 2008, com evolução para um novo Plano no quinquénio 2015-2020, designado por (PACLIP 2015 -2020), aprovado pelo Despacho n.º 8726/2015, de 7 de agosto. O PACLIP, a implementar entre 2015 e 2020, enquadra, coordena e concretiza o esforço nacional para a conservação do lince ibérico no território continental português, prioritariamente nas áreas que apresentem extensões significativas de habitat potencial, pretende incrementar a eficácia e a eficiência das ações nele desenvolvidas, e visa promover a recuperação das populações desta espécie na área da sua ocorrência histórica. A implementação do PACLIP é acompanhada por uma Comissão Executiva (CE), coordenada pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF) e integra entidades representativas dos agentes diretamente relacionados com a execução deste Plano de Ação e uma Comissão de Acompanhamento Externa (CAE).
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação nas reuniões do Plano de Ação para a Conservação do Lobo Ibérico (PACLOBO), na qualidade de membro da Comissão de Acompanhamento Externo do referido Plano. O PACLOBO visa a conservação do lobo-ibérico, assegurando a sua coexistência com a atividade humana. Este Plano, que conta com a intervenção de diversas entidades coordenadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, tem como princípios orientadores: reconhecer a importância do lobo-ibérico no equilíbrio natural dos ecossistemas; reconhecer a necessidade e promover o apoio generalizado da sociedade ao PACLOBO; reconhecer os proprietários, gestores e utilizadores do território como agentes fundamentais da execução do PACLOBO; reconhecer a necessidade de compatibilizar a conservação do lobo com as atividades humanas; atuar de uma forma preventiva relativamente a alterações sobre o habitat e fatores de ameaça ao lobo-ibérico; reconhecer a importância do lobo-ibérico na valorização do território; utilizar informação científica atualizada; reconhecer a necessidade de cooperação transfronteiriça.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação nas reuniões do Plano de Ação e Recuperação do Coelho Bravo (PARCB).  Reconhecendo a importância estratégica do coelho-bravo ( <i>Oryctolagus cuniculus algirus</i> ) nos ecossistemas mediterrânicos e no quadro cinegético nacional, verificando que existem informações preocupantes que indicam um rápido declínio das suas populações, com fortes indícios de serem causados por uma ação conjunta de surtos epidemiológicos de mixomatose e da Doença Hemorrágica Viral (DHV), com consequências imediatas para todas as espécies que se alimentam do coelho-bravo (algumas com estatuto de conservação preocupante) e ainda para os caçadores nacionais, uma vez que se trata de uma espécie cinegética chave no quadro de caça ibérico, foram desde 2007 lançadas várias iniciativas para compreender, enquadrar e resolver o conjunto de debilidades e ameaças que ocorrem ou incidem sobre esta espécie. Conscientes desta situação, foi lançado em 2007, um primeiro plano de ação, denominado "PRECOB - Programa de Recuperação do Coelho-Bravo", iniciando-se agora o PARCB.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação nas reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento da Diretiva Lamas, na qualidade de convidado da referida Comissão.  Tal diretiva têm por objetivo evitar efeitos nocivos para o homem, para a água, para os solos, para a vegetação e para os animais, aplicando-se à utilização, em solos agrícolas, de lamas de depuração provenientes de estações de tratamento de águas residuais domésticas, urbanas, de atividades agropecuárias, de fossas sépticas ou outras de composição similar, dispondo os requisitos de qualidade para as lamas e para os solos, verificáveis através da conformidade das análises requeridas com os valores limite estabelecidos, definindo um conjunto de restrições à utilização das lamas no solo, prevendo ainda procedimentos específicos de aplicação das mesmas e deveres de registo e informação por parte dos operadores de gestão destas, foi criada a referida Comissão de acompanhamento, composta por representantes de diversas entidades.



ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	<p>Participação no Grupo de Aplicação da Convenção Cites em Portugal.</p> <p>A Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), também designada por Convenção de Washington, foi assinada em 3 de Março de 1973 e entrou em vigor em 1 de Julho de 1975, tendo sido aprovada para ratificação em Portugal pelo Decreto n.º 50/80, de 23 de Julho. O Decreto-lei n.º 211/09, de 03 de setembro, estabelece as medidas necessárias ao cumprimento e à aplicação da Convenção, em território nacional, prevendo a constituição de um grupo de aplicação da Convenção que integra representantes de diversas entidades e das autoridades policiais, com vista à coordenação de intervenções no âmbito do controlo da aplicação da CITES. Compete a este Grupo: aprovar medidas de coordenação de intervenções no âmbito do controlo da aplicação da Convenção CITES e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006; adotar, e rever periodicamente, um plano nacional para a coordenação da aplicação da Convenção CITES e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006; promover a celebração de protocolos, memorandos de entendimento ou outros acordos interinstitucionais de cooperação direcionados para a aplicação coordenada da Convenção CITES e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006; promover a coordenação com entidades competentes pela aplicação e fiscalização da Convenção CITES e dos Regulamentos (CE) n.º 338/97 e 865/2006 noutros Estados membros da União Europeia ou noutros Estados Partes da Convenção CITES; trocar informações com outros Estados membros da União Europeia ou com outros Estados Partes da Convenção CITES sobre sanções em caso de comércio ilegal da fauna e da flora selvagens, a fim de garantir a coerência da aplicação ou a revisão do quadro legal vigente; estabelecer uma ligação estreita com as autoridades de gestão da Convenção CITES e com os serviços de controlo da aplicação da legislação nos países de origem, trânsito e consumo exteriores à Comunidade Europeia, bem como com o Secretariado da Convenção CITES, a Organização Internacional de Polícia Criminal (OIPC -INTERPOL) e a Organização Mundial das Alfândegas, a fim de contribuir para a deteção, dissuasão e prevenção do comércio ilegal da fauna e da flora selvagens mediante o intercâmbio de informações; promover a realização de atividades de formação e de sensibilização para os serviços e funcionários com competências relacionadas com a aplicação da Convenção CITES e dos Regulamentos n.º 338/97 e 865/2006.</p>
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	<p>Participação no Projeto “Life Imperial”. O Projeto “Life Imperial” estabelece as ferramentas base para assegurar o aumento da população de águia-imperial em Portugal e, consequentemente da população global ibérica. As ações planeadas no seu conjunto estabelecem uma rede coerente de atuação para reduzir as principais ameaças que afetam a eficácia de estabelecimento dos casais em Portugal, cujo objetivo é promover o aumento da população de águia-imperial ibérica em Portugal, com intervenções previstas nas Zonas de Proteção Especial (ZPE) da Rede Natura 2000 de Castro Verde, Vale do Guadiana, Mourão/Moura/Barrancos e Tejo Internacional, Erges e Pônsul. A GNR é um dos parceiros beneficiários do projeto, sendo responsável pelas Ações A8 (Criação de Capacidade Cinotécnica para deteção de venenos) e C4 (Despiste de casos de envenenamento na natureza). O projeto decorre até dezembro de 2018;</p>
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	<p>Participação no Projeto “Life Rupis”. Este Projeto pretende implementar ações que visam reforçar as populações de águia-perdigueira e britango no Douro transfronteiriço, através da redução da mortalidade destas aves e do aumento do seu sucesso reprodutor. O abutre-preto e o milhafre-real são espécies também beneficiadas por este novo projeto. Tem o período de vigência de julho de 2015 até maio de 2019. O Orçamento total do Projeto é de €3 578 924 financiado a 75% pela Comissão Europeia;</p>
OPERACIONAL	PROTEÇÃO E SOCORRO	<p>Participação no grupo de trabalho “PROCIV”. A GNR tem lugar no citado GT na qualidade de agente de proteção civil, dispondo de um Oficial de Ligação junto da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). A presença no GT prende-se com a integração, coordenação e articulação dos meios de proteção e socorro da GNR num dispositivo conjunto de operações de socorro.</p>
OPERACIONAL	APOIO VÍTIMAS VULNERÁVEIS	<p>Participação nas reuniões de trabalho do Fórum Nacional de Álcool e Saúde (FNAS), com representantes da GNR, PSP, SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências do SNS), ARS, DGS, ANSR, ONG/IPSS, SPMT (Sociedade Portuguesa de Medicina do trabalho), ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho), Sociedades Científicas, CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas), operadores da Indústria e outras entidades públicas e privadas no âmbito do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (2013-2020) e do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (2013-2016).</p>
OPERACIONAL	APOIO VÍTIMAS VULNERÁVEIS	<p>Participação nas reuniões de trabalho do Conselho para as Migrações, com representantes da GNR, PSP, ACM e outras entidades públicas e privadas no âmbito da definição e execução das políticas migratórias, bem como no âmbito do Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 (PEM).</p>



ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
OPERACIONAL	APOIO VÍTIMAS VULNERÁVEIS	Participação nas reuniões da Comissão Interministerial dos Contratos Locais de Segurança visando a intervenção precoce em contextos de risco, reconhecendo a importância decisiva na promoção das condições de segurança das populações e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis.
OPERACIONAL	APOIO VÍTIMAS VULNERÁVEIS	Participação nas reuniões de trabalho do Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG), nas quais participam também a PSP, a ACM (Alto Comissariado para as Migrações), o OBCIG (Observatório das Comunidades Ciganas) e diversas associações das Comunidades Ciganas indicados nas prioridades da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020 (ENICC).
OPERACIONAL	APOIO VÍTIMAS VULNERÁVEIS	Participação nas reuniões de trabalho no âmbito do Programa de Apoio a Pessoas com Deficiência (PAPcD), em parceria com a Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (FENACERCI), com o objetivo de desenvolver uma Ficha de Sinalização de PcD vulnerável.
OPERACIONAL	APOIO VÍTIMAS VULNERÁVEIS	Participação nas reuniões de trabalho no âmbito Estratégia Nacional de Integração das Pessoas Sem-Abrigo (ENIPSA), com o objetivo de garantir a qualidade, eficácia e eficiência da intervenção junto das pessoas sem-abrigo, bem como, o conhecimento permanente do fenómeno.
OPERACIONAL	APOIO VÍTIMAS VULNERÁVEIS	Participação nas reuniões da Comissão Interministerial dos Contratos Locais de Segurança visando a intervenção precoce em contextos de risco, reconhecendo a importância decisiva na promoção das condições de segurança das populações e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis.
OPERACIONAL	APOIO VÍTIMAS VULNERÁVEIS	Participação nas reuniões de preparação da visita do Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e Tratamentos Desumanos ou Degradantes (CPT) a Portugal, que decorreu ao abrigo do artº 8º da Convenção CPT, entre os dias 27 de Setembro a 07 de Outubro de 2016.
OPERACIONAL	APOIO A COMUNIDADES ESTRANGEIRAS	Participação nas reuniões de trabalho com o Sr. David Thomas, Presidente da Associação Safe Communities Portugal, com o objetivo de identificar e desenvolver ações para prevenir atos ilícitos contra pessoas estrangeiras em território nacional.
OPERACIONAL	APOIO VÍTIMAS VULNERÁVEIS	Participação nas reuniões de trabalho com o Instituto da Segurança Social para desenvolvimento de um protocolo para divulgação do Complemento Solidário para Idosos.
OPERACIONAL	CIBERSEGURANÇA	Participação nas reuniões de trabalho no âmbito do Programa Internet Segura, em parceria com a Microsoft, com o objetivo de desenvolver ações de sensibilização conjuntas no âmbito do Dia da Internet Mais Segura.
OPERACIONAL	SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO	Participação nas reuniões de trabalho no âmbito do Projeto SOS Azulejo, com o objetivo de definir ações para salvaguarda e valorização do património azulejar Português.
OPERACIONAL	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	Participação no Grupo de Trabalho para a Revisão da Portaria n.º 331-B/98, de 1 de junho, relativa À Circulação de Viaturas que Transportam Mercadorias Perigosas. O GT foi criado no seio da Comissão Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas, que a Guarda integra, e dele fizeram parte a ANSR, ANPC, IMT, PSP, ANTRAM, APETRO e AP3E;
OPERACIONAL	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	Participação nas reuniões (duas) do Conselho e do Grupo Operacional e conferência anual da TISPOL - (European Road Traffic Police Network). A TISPOL é uma rede europeia de polícias de trânsito que tem como objetivo promover e intensificar a cooperação policial internacional rodoviária na Europa, a fim de contribuir para a diminuição da sinistralidade, promover a segurança do transporte por estrada e evitar ameaças, garantindo a eficácia das medidas contra a criminalidade transfronteiriça e o combate ao terrorismo.
OPERACIONAL	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	Reuniões para elaboração do Referencial "O Meu Manual de Segurança";



ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
OPERACIONAL	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	Participação no Grupo de Trabalho para a revisão do Regulamento das Autorizações Especiais de Transporte, que integra representantes da ANSR, IMT, PSP, IP, ANTRAM, ANTP, ANAGREI, APCAP, CAP;
OPERACIONAL	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	Reuniões no âmbito do CEPOL – Exchange Programme;
OPERACIONAL	GERAL	Participação no grupo de trabalho da CT190 (Comissão Técnica para a Aviação, Espaço e Defesa), que tem por missão a elaboração de documentos e emitir pareceres normativos no âmbito dos compromissos nacionais e internacionais do IPQ.
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	FORMAÇÃO MILITAR	Reuniões do Grupo de Trabalho para implementação da Unidade Politécnica Militar (Elaboração do Regulamento interno da UPM e do Regime de atribuição do nível 5 de qualificação), com representantes da GNR, Marinha, Exército e Força Aérea;
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	FORMAÇÃO MILITAR	Reuniões de coordenação para colaboração mútua na organização do dia da Defesa Nacional, no âmbito do protocolo entre a GNR e o MDN.
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	FORMAÇÃO MILITAR	Reuniões de trabalho no âmbito da coordenação dos Grupos de Trabalho envolvidos no ciclo de produção de publicações internas da GNR (Ciclo anual de produção de doutrina da GNR)
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	Reuniões do Grupo de Trabalho para elaboração do Referencial de Formação para os Centros de Cooperação Policial e Aduaneira com representantes da GNR, PSP, PJ, SEF e AT;
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	TELEASSISTÊNCIA	Foram ministradas 11 ações de formação, sobre teleassistência, com um total de 306 militares (265 H; 41M), pela CIG, nos Comandos Territoriais (distritos).
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	GERAL	Reuniões na Comissão de Educação Física e Desporto Militar, com representantes das FAA e PSP, no âmbito da coordenação das atividades desportivas militares;
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	GERAL	Reuniões na Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), no âmbito da formação técnico - profissional.
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	GERAL	Reuniões do Grupo de Trabalho para elaboração do Referencial de Formação para os Centros de Cooperação Policial e Aduaneira com representantes da GNR, PSP, PJ, SEF e AT;
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	GERAL	Reuniões do Grupo de Trabalho para revisão do Protocolo e da Carta de Acordo com Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, com representantes da GNR e da FD/UNL;



2.2.2. ÂMBITO INTERNACIONAL

A GNR esteve envolvida em projetos financiados pela União Europeia, mas promovidos por entidades policiais, e participou em fóruns internacionais, conforme a seguir se discrimina:

ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no “Pollution Crime Working Group-Interpol”, que tem por objetivo sensibilizar os Governos para a problemática dos crimes de poluição, para a necessidade de produzirem legislação adequada e adotarem ações e medidas preventivas e de combate a este tipo de ilícitos ambientais.
OPERACIONAL	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	<p>Participação na Conferência TECUM “International conference on environmental protection”.</p> <p>O Projeto TECUM (Tackling Environmental Crimes throUgh standardised Methodologies) é um consórcio internacional liderado pela Itália (através da Arma dos Carabinieri) com a participação adicional do Ministério do Meio Ambiente Italiano, a Guardia Civil de Espanha e a Guarda Nacional Ambiental da Romênia. A Conferência visou um aumento da sensibilização na área ambiental de vários presentes, nomeadamente “opinion makers” e “decision makers” italianos, bem como credenciar o papel da Itália em prol da área ambiental junto de representantes de governos estrangeiros e organizações internacionais que atuam no domínio da proteção do ambiente, como a CITES, a FAO, a EUROJUST, EUROPOL, INTERPOL, IPCC, a OTAN, UNEP, UNODC e WWF, professores universitários e outros especialistas na área.</p>
OPERACIONAL	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	No âmbito do ciclo político da União Europeia, a Guarda participa nos projetos EMPACT (“European Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats”), coordenados internacionalmente pela EUROPOL e a nível nacional pelo SGSSI, assumindo a representação nacional no projeto EMPACT/OPC-MOCG (“Organised Property Crime – Mobile Organised Crime Groups”). Em consonância com o Plano de atividade Operacional, decorrente das áreas que os Estados Membros consideram mais sensíveis, do ponto de vista deste tipo de crimes, a aposta continuou a ser na componente operacional, com a realização de operações destinadas a fenómenos criminais específicos, como o são os furtos de metais não preciosos e os furtos em habitação.
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE	Participação no Curso CEPOL “Wildlife Trafficking”, realizado em fevereiro, com a duração de quatro dias, em Madrid-Espanha. Este curso, inserido no programa de cursos da CEPOL, teve como objetivos gerais melhorar o conhecimento e a cooperação na prevenção e investigação sobre o tráfico de animais selvagens. Teve como objetivos específicos explorar abordagens comuns para investigar os agentes envolvidos no tráfico de animais selvagens, conhecer a cooperação entre organismos de aplicação da lei e serviços alfandegários e obter uma compreensão estratégica da importância da investigação do tráfico de espécies selvagens.
DOCTRINA, FORMAÇÃO E TREINO	GERAL	<p>Cursos e seminários internacionais participados em Portugal e no estrangeiro:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• CEPOL Course 64 EU Missions and Operations – Strategic Planning;</li><li>• CEPOL Course 33 European Explosive Ordnance Disposal;</li><li>• Train The Civilian Crisis Management Mission Trainers Course CEPOL;</li><li>• Cigarette Smuggling Course CEPOL;</li><li>• CEPOL Course 77 Hotspots – Tackle Crime and Insecurity;</li><li>• CEPOL Course 23 Metal Theft / Copper Theft;</li><li>• CEPOL Course Organised and Cross-Border Nature of Property Crime;</li><li>• CEPOL Course Train the Technical Trainers SIS II;</li><li>• CEPOL Course European Police Leadership-Training Portfolio: Future Lead;</li><li>• CEPOL Course European Police Leadership -Train Portfolio: Heads TR INSTI;</li></ul>



ÂMBITO	ÁREA	DESCRIÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• CEPOL Course CSDP/ FSJ Nexus, Structures and Instruments;</li> <li>• Annual European Police Research and Science Conference;</li> <li>• Containers Shipment Trafficking;</li> <li>• Crisis Hostage Negotiation Course CEPOL</li> <li>• Language Development: Instruments and Systems of European CEPOL;</li> <li>• Preventing Attacks on Critical Infrastructures;</li> <li>• Deradicalisation of Foreign Fighters;</li> <li>• Training for Sirene Officers CEPOL Course;</li> <li>• CEPOL Course European Police Exchange Programme;</li> <li>• CEPOL Course 59 EU CSDP Police Command and Planning;</li> <li>• CEPOL Course European Joint Master Programme;</li> <li>• CEPOL Course SIS II for SIRENE;</li> <li>• CEPOL Course Migration Flows Focus Western Balkans;</li> <li>• CEPOL Organised Crime Groups Behind Illegal Immigration Focus W Balkan;</li> <li>• CEPOL Course Migration Flows – Mediterranean Focus;</li> <li>• Mentoring Monitoring and Advising Course CEPOL;</li> <li>• Investigation and Preventing Corruption Course CEPOL;</li> <li>• Curso Básico de Socorro em Montanha – Guardia Civil;</li> <li>• Curso Hostile Environment Life Support;</li> <li>• Curso de Iniciación al Socorro en Montaña y Lugares de Difícil Acceso;</li> <li>• Curso de Especialista Básico de Informações;</li> <li>• Curso de Especialista de Informações.</li> <li>• Frequência de um oficial da GNR no “CEPOL – European Joint Master Programme”;</li> <li>• Participação de um oficial da GNR na Conferência Anual “CEPOL Research and Science Conference” em Budapeste-Hungria;</li> </ul>



### 3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

O balanço da atuação internacional da Guarda Nacional Republicana, quer com militares isolados, quer com Forças constituídas, em missões internacionais, em ações de cooperação técnico policial ou em cargos exercidos em Organizações Internacionais ou integrados em comissões de Associações ou ainda, adveniente do empenhamento policial combinado, pode ser sumarizado e articulado, nos seguintes pontos:

#### 3.1. GESTÃO CIVIL DE CRISES

##### 3.1.1. PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL EM MISSÕES DA UE/ONU

No ano de 2016, a Guarda integrou as Missões EULEX Kosovo, com um “advisor” do departamento de Operações, integrando o departamento de “Police Strengthening”, e EUMM Geórgia, com dois monitores.

No âmbito da ONU participou na UNIOGBIS (Guiné Bissau), com uma “advisor” para a área da Igualdade de Género e Direitos Humanos.

#### 3.2. COOPERAÇÃO POLICIAL AO NÍVEL DA UNIÃO EUROPEIA (OPERAÇÕES EUROPEIAS)

Neste ponto, salienta-se a participação da Guarda em diversas operações policiais conjuntas e atividades de treino e formação internacional com o desiderato de potenciar uma melhor articulação entre os parceiros nacionais e internacionais que partilham responsabilidades nos sistemas de segurança, proteção e defesa do espaço nacional, ibérico e europeu.

Entre o conjunto de operações destacam-se as enumeradas nos pontos seguintes.

##### 3.2.1. FRONTEX

No quadro da Guarda Europeia de Fronteira e Costeira, desenvolvida a partir da FRONTEX (FRONTEX), a Guarda tem vindo a consolidar a sua atuação no quadro das respetivas operações, participando nas componentes operacionais terrestre e marítima.

Tem ainda participado em diversas reuniões, ações de formação, seminários e workshops, com o intuito de criar doutrina e promover métodos e planos de formação comuns.

Do ponto de vista operacional a Guarda participou num conjunto alargado de Operações Combinadas (Figura 1), na prossecução dos seguintes objetivos:

- Segurança das fronteiras – deteção de todas as embarcações suspeitas, prevenir a criminalidade transfronteiriça e apoiar as autoridades locais no combate e deteção desse crime;
- Cooperação Operacional – melhoria da cooperação entre estados membro;
- Partilha e recolha de informações operacionais de cada uma das forças envolvidas.

Aos militares da Guarda empenhados nas operações Frontex cumpriu, na generalidade, executarem as tarefas de vigilância, patrulhamento, busca e salvamento nas fronteiras externas (terrestres e marítimas) da União Europeia.

A figura abaixo ilustra o conjunto de operações executadas pela GNR em 2016 e respetivos teatros de operações:



OPERAÇÃO (DESIGNAÇÃO)	LOCAL	MEIOS	DATAS	
			INÍCIO	FIM
JO FLEXIBLE OPERATIONS ACTIVITIES 2016 – LAND – DOG HANDLER	BULGÁRIA	1 VIATURA; 2 BINÓMIOS	30-MAR	22-JUN
JO POSEIDON RAPID INTERVENTION – PATROL CAR	GRÉCIA	1 VIATURA; 2 MILITARES	01-ABR	31-MAI
JO POSEIDON RAPID INTERVENTION – CPB (LVI AZÓIA)	GRÉCIA	1 EMBARCAÇÃO, 2 VIATURAS; 16 MILITARES	01-ABR	31-MAI
JO POSEIDON RAPID INTERVENTION – CPB (MARETA)	GRÉCIA	1 EMBARCAÇÃO, 1 VIATURA; 9 MILITARES	01-ABR	31-MAI
JO POSEIDON RAPID INTERVENTION – TVV	GRÉCIA	1 VIATURA; 4 MILITARES	01-ABR	31-MAI
JO POSEIDON SEA 2016 – PATROL CAR	GRÉCIA	1 VIATURA; 2 MILITARES	01-JUN	31-OUT
JO POSEIDON SEA 2016 – CPB (LVI AZÓIA)	GRÉCIA	1 EMBARCAÇÃO, 2 VIATURAS; 16 MILITARES	01-JUN	31-DEC
JO POSEIDON RAPID INTERVENTION – CPB (MARETA)	GRÉCIA	1 EMBARCAÇÃO, 1 VIATURA; 9 MILITARES	01-JUN	30-AGO
JO POSEIDON RAPID INTERVENTION – TVV	GRÉCIA	1 VIATURA; 4 MILITARES	01-JUN	30-JUL
JO FLEXIBLE OPERATIONS ACTIVITIES 2016 – LAND – TVV	BULGÁRIA	1 VIATURA; 4 MILITARES	25-MAI	20-JUL
JO FLEXIBLE OPERATIONS ACTIVITIES 2016 – LAND – DOG HANDLER	GRÉCIA	1 VIATURA; 2 BINÓMIOS	20-JUL	14-SET
JO FLEXIBLE OPERATIONS ACTIVITIES 2016 – LAND – DOG HANDLER	BULGÁRIA	1 VIATURA; 1 BINÓMIO	22-JUN	17-AGO
JO FOCAL POINTS 2016 LAND – SVDO HANDLER	POLÓNIA	1 VIATURA; 1 MILITAR	25-MAI	22-JUN
JO EPN MINERVA – DOG HANDLER	ESPAÑA	1 VIATURA; 2 BINÓMIOS;	25-JUL	24-SET

Figura 87 – Operações combinadas Frontex

N.º MILITARES	N.º DIAS TOTAIS DE EMPENHAMENTO	HORAS PATRULHAMENTO/ NAVEGAÇÃO	MILHAS NÁUTICAS/ KMS PERCORRIDOS	MISSÕES SAR
96	1.011	5.612	48.104	10

Figura 88 – Operações combinadas Frontex



O resultado operacional da participação da Guarda nas citadas operações cifra-se na deteção de 1.441 migrantes/refugiados e o resgate/salvamento de 924 migrantes/refugiados no Mediterrâneo.

### COMPONENTE DE VIGILÂNCIA MARÍTIMA

Na componente de vigilância marítima, o esforço da Guarda, através da Unidade de Controlo Costeiro, pode ser caracterizado através das seguintes missões, respetivos meios empenhados e resultados:

#### JOINT OPERATIONS (JO) POSEIDON RAPID INTERVENTION E POSEIDON SEA 2016

Grécia (Ilha de Kos e Chios) na fronteira marítima com a Turquia. A Guarda empenhou 25 militares, duas embarcações, uma "LVI" e uma "EAV". Neste teatro de operações foram navegadas 10.473 milhas náuticas, num total de 2.313 horas de patrulhamento. Da atividade operacional resultou a deteção de 688 imigrantes irregulares, dos quais 328 foram efetivamente resgatados do mar.

### COMPONENTE DE VIGILÂNCIA TERRESTRE

Na componente de vigilância terrestre destaca-se a participação da Guarda, através da Unidade de Controlo Costeiro e Unidade de Intervenção nas seguintes missões, evidenciando-se os meios/recursos empenhados e os principais resultados alcançados:

#### JO FLEXIBLE OPERATIONAL ACTIVITIES (FOA) 2016

Sredets/Bulgária - 2 binómios de Segurança e Intervenção (missões coercivas e de deteção de odor humano), entre 30 de Março e 22 de Junho de 2016;

Malko Tarnovo/Bulgária – Um Thermo Vision Vehicle (TVV), entre 25 de Maio e 20 de Julho de 2016;

Sredets/Bulgária - 1 binómio de Segurança e Intervenção (missões coercivas e de deteção de odor humano), entre 22 de Junho e 17 de Agosto de 2016.

Alexandroupolis/Grécia – 2 binómios de Segurança e Intervenção (missões coercivas e de deteção de odor humano), entre 20 de Julho e 14 de Setembro de 2016;

#### JOINT OPERATIONS (JO) POSEIDON RAPID INTERVENTION E POSEIDON SEA 2016

Kos/Grécia – Um Thermo Vision Vehicle (TVV), entre 01 de Maio e 30 de Julho de 2016;

Chios/Grécia – Um Patrol Car, entre 01 de Abril e 31 de Outubro de 2016

#### JO EPN MINERVA 2016

Ceuta/Espanha - 2 binómios de Busca e Socorro (especializados em grandes concentrações de odor humano) entre 25 de Julho e 24 de Setembro de 2016.

Nestas Operações conjuntas foram percorridos um total de 37.631 Kms percorridos em 3.299 horas de patrulhamento. Como resultados operacionais verificou-se a deteção de 753 imigrantes ilegais, 596 imigrantes interceptados e 302 auxiliados. Foram ainda detidos 8 facilitadores.



**COMPONENTE DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL**

Na componente da Investigação Criminal destaca-se a participação da Guarda, através da Direção de Investigação Criminal do CO/GNR, evidenciando-se os meios/recursos empenhados e os principais resultados alcançados:

**JO FOCAL POINTS 2016 LAND**

Terespol/Polónia – 1 Stolen Vehicle Detection Officer (SVDO), entre 25 de Maio e 22 de junho de 2016. Durante o destacamento foram fiscalizados 217 veículos, sendo que 3 foram apreendidos.

**JO EPN TRITON 2016**

Lampedusa e Taranto/Itália – 4 Fingerprinting Experts, entre 06 de Setembro e 05 de novembro de 2016. Durante o destacamento foram identificados/registrados nos Hotspot de destacamento 4320 migrantes.

Verifica-se assim que a participação da Guarda Nacional Republicana com meios técnicos representou 41% ao nível do n.º de dias/horas de patrulhamento e de 27% ao nível de esforço de recursos humanos no cômputo da participação nacional nas diversas Operações Conjuntas, assumindo-se assim como a principal Autoridade Nacional ao nível de empenhamento de meios.

Salienta-se ainda que a GNR é a Autoridade Nacional com maior diversidade de destacamento no que concerne aos meios técnicos destacados. Apresentam-se em seguida os resultados operacionais mais significativos e que resultaram da intervenção de Guarda naquele teatro:

MIGRANTES RESGATADOS/ INTERCETADOS	MIGRANTES DETETADOS	MIGRANTES AUXILIADOS	MIGRANTES IDENTIFICADOS /REGISTRADOS HOTSPOT	MIGRANTES TOTAL
924	1.441	302	4.320	6.987

Figura 89 – Atividade desenvolvida pela GNR: dados sobre migrantes

FACILITADORES DETIDOS	EMBARCAÇÕES INTERCETADAS	EMBARCAÇÕES DETETADAS	VEÍCULOS FISCALIZADOS/ DETETADOS	VEÍCULOS APREENDIDOS
8	21	41	227	3

Figura 90 – Atividade desenvolvida pela GNR: resultados operacionais

**3.2.2. OPERAÇÃO POLICIAL CONJUNTA LUXCAR**

A Operação CARS, organizada pela Presidência Eslovaca, visou o combate ao crime automóvel transfronteiriço. A Guarda empenhou um conjunto de meios na referida operação, e o balanço foi positivo para Portugal, que redundou na fiscalização de 19.860 veículos, controlo de 2255 pessoas e 3018 documentos, tendo sido efetuadas 13 detenções e apreendidas 22 viaturas.

No âmbito da criminalidade automóvel com repercussões transfronteiras, a Guarda assegurou o exercício da função de Ponto de Contacto Nacional, garantindo a ligação entre as Forças e Serviços de Segurança (FSS) nacionais (PSP, AT, PJ) e congéneres Europeias, no capítulo da troca de informações e do apoio a ações operacionais.



### 3.2.3. OPERAÇÕES POLICIAIS CONJUNTAS “RAILPOL”

Foram executadas três operações conjuntas no âmbito da RAILPOL: “11th Rail Action Day – 24RAD/BLUE”, “12th Rail Action Day – 24RAD/BLUE”, e “ACTIVE SHIELD”. Esta iniciativa visou realizar controlos simultâneos nas principais linhas ferroviárias europeias, contribuindo para o aumento do sentimento de segurança nos utentes das redes ferroviárias, para além de ter potenciado a eficácia no combate ao crime.

As operações privilegiaram a atuação para deteção de situações suspeitas de crimes e incivilidades, tais como o tráfico de pessoas, armas e explosivos, imigração ilegal, furto de metais não preciosos (em estações, linhas ferroviárias e sinalização), grafitis em estações e comboios, furtos/roubos em estações e comboios, tráfico de estupefacientes, bem como, através de situações de fiscalização ambiental (nomeadamente transporte ilegal de espécies protegidas e produtos proibidos).

A Guarda, que assegura de forma permanente o POC nacional na RAILPOL, executou estas operações em coordenação com a PSP, CP, a REFER e a FERTAGUS. Foram efetuadas nas 3 operações, 823 ações em Estações Ferroviárias e 1461 ações em Comboios, bem como fiscalizadas 10.659 pessoas e 2.490 bagagens, permitindo detetar 534 crimes e 3 situações suspeitas de serem qualificadas de imigração ilegal, as quais resultaram na detenção de 27 pessoas e apreensão de 5 armas.

### 3.2.4. OPERAÇÕES POLICIAIS CONJUNTAS “TISPOL”

A Guarda participou em 10 operações internacionais TISPOL: três “TRUCK AND BUS”; duas “SEATBELT”; duas “SPEED OPERATION”; duas “ALCOHOL AND DRUG'S” e na operação “TRIVIUM”, totalizando 65 dias de operações.

Estas operações visaram a fiscalização da circulação rodoviária, nas principais vias terrestres do país, com o intuito de reduzir o flagelo das mortes nas estradas. Nas operações, foram fiscalizados em Portugal: 45.013 condutores, que redundou no registo de 270 crimes e 15.414 contraordenações.

### 3.2.5. OPERAÇÕES POLICIAIS CONJUNTAS “REDE IMPEL”

A Rede IMPEL-TFS (European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law / Transfrontier Shipments of waste) tem como objetivo harmonizar a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de Junho de 2006, relativo a transferências de resíduos.

Portugal integra a Rede IMPEL/TFS através da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), como entidade coordenadora nacional e como autoridade de aplicação, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), na qualidade de autoridade competente de notificação e como participante no grupo de correspondentes, o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana (SEPNA/GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP), como entidades fiscalizadoras e de controlo nas transferências terrestres, e a Autoridade Tributária (AT), na fiscalização e controlo das transferências de resíduos via marítima.

No âmbito da atividade desenvolvida pela Rede IMPEL e tendo em conta os compromissos nacionais assumidos, realizaram-se três operações de controlo e fiscalização nos meses de março, junho e outubro, sendo designadas de Operação AUGIAS.

Foram realizadas ações de fiscalização e controlo no transporte de resíduos, em coordenação com a IGAMAOT e SEPRONA da Guarda Civil de Espanha, para prevenir e detetar movimentos transfronteiriços e circulação interna de resíduos em situação irregular.

Nas operações, foram inspecionados 3155 veículos, dos quais 260 transportavam resíduos, verificando-se 50 infrações, resultando a elaboração de 42 autos de contraordenação e sendo detetadas 61 outras infrações (não resíduos).

### 1.2.7. EUROPOL

A Guarda assegurou a representação nacional no âmbito do EMPACT (European Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats) na prioridade OPC (Organized Property Crime). Esta plataforma congrega, ao nível da UE, os contributos dos peritos das agências de aplicação da lei sobre tipos de criminalidade organizada e grave que afetam a UE na sua globalidade. Foi dado



cumprimento ao plano de atividade operacional aprovado para 2016 nesta prioridade, tendo ainda sido efetuada a coordenação nacional para cada ação a nível do SSI.

Ainda nesta plataforma a Guarda participou em diversas reuniões e ações a nível nacional contribuindo positivamente para a execução das outras prioridades vigentes no período 2013-2017.

A nível de solicitações de informação criminal enviadas pelos Estados – Membros via canal seguro SIENA, a Guarda manteve o seu nível de empenhamento, dando resposta a 444 pedidos recebidos da Unidade Nacional EUROPOL tendo contribuído positivamente para 117 destes pedidos. No cômputo geral, realizou pedidos e consultas para satisfação das necessidades operacionais, participou em diversas reuniões operacionais e fóruns promovidos pelo Serviço de Polícia Europeu e integrou o ficheiro de análise (AWF) SMOKE, dedicado ao contrabando de tabaco, continuando também a contribuir muito ativamente para o AWF FURTUM.

### 3.2.6. CEPOL

No quadro do Colégio Europeu de Polícia (CEPOL), a Guarda, durante o ano de 2016, continuou a assumir as suas responsabilidades na participação em cursos e programas de intercâmbio, na organização de cursos em Portugal e no apoio a ações formativas realizadas no estrangeiro.

Realça-se o facto de a Guarda ter assumido em 2016 a função de Exchange Coordinator, coordenando todas as atividades nacionais referentes aos programas de intercâmbio no âmbito CEPOL.

A GNR participou com 47 formandos em 24 cursos CEPOL, ministrados no estrangeiro, nas mais diversas áreas policiais, tendo um representante a frequentar o 1.º “European Joint Master programme” da CEPOL, dando mais competências aos seus militares no âmbito da cooperação policial europeia.

Durante o ano de 2016, a Guarda organizou, em Portugal, quatro cursos CEPOL, designadamente, o “Metal Thefts/Copper Theft”, o Civilian Crisis Management Mission - Train the Trainers, o Mentoring, Monitoring and Advising (MMA) e ainda o EU CSDP Police Command and Planning, este último reestruturado pela Guarda e aprovado pela CEPOL como curso de referência no âmbito da gestão civil de crises, garantindo a formação de mais de 100 elementos policiais de toda a Europa, contribuindo de forma efetiva para a cooperação policial europeia através da aprendizagem.

### 3.2.7. FORMAÇÃO E TREINO INTERNACIONAL

Neste quadro específico, destaca-se a participação em projetos internacionais de treino e formação, de onde se evidenciam os projetos com parceiros FIEP e EGF, bem como a participação no “European Union Police Services Training” (EUPST II).

No âmbito das parcerias FIEP e EGF foi desenvolvido um seminário internacional subordinado ao tema Modelos Integrados de Intervenção Policial, com a qual se pretendeu promover uma desprendida troca de boas práticas, na área do Uso da Força, novas Tecnologia e Gestão do Risco. Nesta atividade participaram elementos de vários países europeus e internacionais, a par de representante várias empresas na área das tecnologias e um representante do Serviço de Ação Externa da UE.

O projeto EUPST II visa promover, entre os Estados-Membros da UE e Estados Terceiros, capacidades para intervir em cenários de crise, em quatro áreas prioritárias: Policial, Estado de Direito, Administração e Proteção Civil.

Neste âmbito foi organizada em Lisboa uma reunião do comité diretivo, e assegurada a participação em diversos Cursos, nomeadamente: Cursos de Mentoring (Alemanha), Curso de Segurança e Justiça, Curso de Policiamento com as Comunidades e Curso de Preparação para Missões Internacionais. Ao nível da participação em Exercícios Internacionais (CPX<sup>16</sup> e FTX<sup>17</sup>), destaca-se a presença na Holanda e em Itália, onde foram realizados exercícios com cerca de 500 pessoas, entre participantes, figurantes e formadores.

<sup>16</sup> Post Command Exercise

<sup>17</sup> Field Training Exercise



Neste projeto foi promovida a participação de representante dos países da CPLP, através da Comissão de gestão Civil de Crises, fator que potenciou o desenvolvimento de competências nesta área, potenciando a participação destes países em missões e operações no âmbito da União Africana.

Ao nível da formação na área do Mentoring, Monitoring, Advising e Training destaca-se a obtenção da Certificação C3MC<sup>18</sup> pela *Europe's New Training Initiative for Civilian Crisis Management (ENTRI)*, tendo sido conduzido um curso que contou com a presença de representantes de 9 países, entre europeus e africanos.

A Guarda tem ainda contribuído para a formação de elementos de várias forças policiais estrangeiras, nomeadamente nas áreas de Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública a cavalo, Operações Especiais, Trânsito, investigação Criminal e Formação de Formadores, envolvendo elementos de vários Países, como Brasil, Marrocos, Timor Leste, Cabo Verde e Guiné Bissau.

### 3.2.8. REDE ATLAS

No âmbito da cooperação internacional da luta contra o terrorismo, a Guarda Nacional Republicana manteve o esforço de participação na Rede ATLAS, tendo participado em diversas atividades, onde se destacam:

- “*Accounting and Administration seminar*” (Áustria)
- Fórum de Comandantes ATLAS (Roménia)
- “*Tactical Workshop*” (Irlanda)
- “*International K9 Training*” (Holanda)

Recorde-se que a GNR, através do Grupo de Intervenção de Operações Especiais (GIOE), passou a integrar desde 2009 um mecanismo europeu de resposta cujo objetivo é assegurar o apoio mútuo dos Estados-membros em cenários de crise.

A participação nestas atividades contribui diretamente para potenciar a interoperabilidade entre as forças de Operações Especiais ao nível europeu e mundial. Internamente, contribui também para uma melhor coordenação entre as diversas forças nacionais para um eventual cenário de ameaça, do qual decorrerá, muito provavelmente, a necessidade de desenvolver uma estratégia articulada de intervenção entre as duas unidades de contraterrorismo (GIOE/GNR e GOE/PSP), designadamente na resolução simultânea de dois eventos distintos mas interligados.

### 3.2.9. OUTROS FÓRUNS

A Guarda manteve o seu empenhamento nas atividades da TISPOL (“*European Traffic Police Network*”), da EEODN (“*European Explosive Ordnance Disposal Network*”), da Rede ATLAS (Forças antiterrorista), do EMPACT (“*European Multidisciplinary Platform Against Criminal Threats*”), da POL-PRIMETT (Parceria público-privada para combate ao furto de metais), da EnviCrimeNet (*Environmental Crime network*), bem como da Rede IMPEL/TFS (“*European Union Network for the Implementation and Enforcement of Environmental Law/Transfrontier Shipments of Waste*”), financiada pela UE e dedicada ao controlo transfronteiriço de resíduos.

Ainda no quadro em referência, importa destacar a participação da Guarda no “*European Coast Guard Functions Forum*” (ECGFF) que congrega as Guardas Costeiras dos países da União Europeia.

Relativamente a eventos organizados em Portugal, destaca-se:

- A realização, durante o mês de agosto de 2016, da reunião do Grupo de Trabalho Strategic Analysis” da RAILPOL (European Network of Railway Police Forces), organizada pela Guarda enquanto POC Nacional, que contou com 15 participantes de 11 países.

<sup>18</sup> Civilian Crisis Management Course



- Ao nível dos Comitês e Grupos de Trabalho da UE, a Guarda manteve uma política de contenção, por motivo das restrições de natureza orçamental, o que reduziu a sua participação em alguns fóruns, procurando assegurar o envio de contributos à Tutela, no âmbito da elaboração das propostas e das respostas nacionais apresentadas.

### 3.3. COOPERAÇÃO AO NÍVEL DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

A XI Reunião de Comandantes e Chefes de Polícia e a XII Reunião do Conselho de Diretores Nacionais de Imigração, Estrangeiros e Fronteiras, decorreram em simultâneo durante o período de 05 a 07 de dezembro de 2016 e foram asseguradas pelo Governo da Guiné Equatorial, com um forte empenho da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), enquanto Presidência em exercício. Por solicitação da Presidência foram destacados para o país anfitrião dois oficiais da Guarda em exercício de funções em Timor-Leste como assessores, quer no Ministério do Interior, quer na PNTL, para prestarem apoio ao secretariado do evento.

No âmbito das referidas reuniões, todas as atividades previstas em termos de estratégia institucional foram concretizadas, nomeadamente a coordenação das reuniões da Comissão de Gestão Civil de Crises, onde se potenciou as ações a realizar em 2017 e 2018, a reunião da Comissão de Proteção da Natureza e do Ambiente, onde se aprovou um novo Plano de Ação e a reunião da Comissão de Trânsito e Segurança Rodoviária, onde foi aprovado o primeiro Plano de Ação.

Foi lançado o convite para os Estados-Membros de África disponibilizarem infraestruturas para se realizar em 2017 e 2018 atividades formativas financiadas e organizadas pelo *European Union Police Services Training* (EUPST).

No quadro específico dos programas de cooperação técnico-policial, com os países da CPLP, com apoio da Secretaria-Geral do MAI e em coordenação com o Instituto Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, foram executadas um conjunto de ações elencadas nos pontos seguintes.

#### 3.3.1. CABO VERDE

No âmbito da investigação de crimes em acidentes de viação foi ministrada por 2 formadores da Guarda em Cabo Verde, uma ação de formação frequentada por 24 formandos da Polícia Nacional de Cabo Verde.

Foi igualmente ministrada por 2 formadores da Guarda em Cabo Verde, uma ação de formação no âmbito do trânsito subordinada ao tema “Processo Contraordenacional” frequentada por 18 formandos da Polícia Nacional de Cabo Verde.

#### 3.3.2. BRASIL

A convite da Polícia Rodoviária Federal do Brasil o Comandante da Unidade Nacional de Trânsito da GNR representou a Guarda no “Projeto de Observadores Olimpíadas Brasil 2016”, no Brasil, durante os Jogos Olímpicos 2016. Foram ministrados em Portugal dois cursos de Restabelecimento e Manutenção da Ordem Pública, tendo sido frequentados por 5 formandos das Polícias Militares de diferentes Estados do Brasil.

A Guarda recebeu o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Militar do Brasil (CNCG) encetando-se assim uma cooperação mais estreita com as Polícias Militares de todos os Estados do Brasil.

#### 3.3.3. GUINÉ-BISSAU:

Foi ministrado por 2 formadores da Guarda, na Guiné-Bissau, um curso de atualização para Oficiais Superiores das Forças de Segurança da Guiné-Bissau, frequentado por 29 Oficiais Superiores da Guarda Nacional e da Polícia da Ordem Pública.



Foi ainda ministrado por 2 na Guiné-Bissau formadores da Guarda um curso de Curso de Proteção da Natureza e Ambiente, que contou com a frequência de 21 formandos da Brigada de Proteção da Natureza e Ambiente da Guarda Nacional e 10 formandos do Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas da Guiné-Bissau.

### 3.3.4. TIMOR-LESTE

No quadro do Protocolo de Cooperação entre a República Democrática de Timor-Leste e a República Portuguesa, em matéria de Segurança Interna, vem sendo dado continuidade ao processo de formação dos Agentes da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e da Assessoria ao Ministro do Interior, ao Comandante-Geral da PNTL, ao Comandante do Centro de Formação da PNTL, bem como ao Comandante da Unidade Especial de Polícia, com o empenhamento de quatro Oficiais e oito Sargentos.

No âmbito da formação, foi prestada assessoria à formação do 3º e 4º Curso de Formação de Agentes da PNTL, bem como ao planeamento, coordenação, avaliação e controlo dos referidos cursos. Paralelamente foi prestada assessoria ao 1º Concurso de Admissão ao Curso de Formação de Sargentos da PNTL.

Uma Equipa de um médico e quatro psicólogos deslocaram-se a Timor-Leste para apoiar o processo de recrutamento do Curso de Sargentos da PNTL.

Adicionalmente, um militar da Guarda mantém-se, desde 2011, a desempenhar funções na Secretaria de Estado da Juventude, como preparador/treinador da Seleção Nacional de Atletismo (este projeto foi desenvolvido por iniciativa Presidencial, com vista à preparação da equipa para os Jogos Olímpicos).

Em Portugal foi ministrado por Militares da GNR a primeira parte do curso de Contraterrorismo, frequentado por 23 formandos da PNTL. A segunda parte terá lugar em 2017 em Timor-Leste

O planeamento delineado vem sendo cumprido na íntegra e a qualidade do trabalho desenvolvido, assim como os excelentes resultados alcançados, vêm sendo reconhecidos, potenciando a cooperação entre as duas Forças e, num âmbito mais lato, a cooperação estratégica entre os dois Países.

### 3.3.5. OUTROS

No âmbito do EUPST decorreu na Alemanha o Course on Mentoring and Advising e na Holanda o Exercício de Field Training Exercise (FTX), que contaram com a participação de um elemento do Brasil, dois elementos de Timor-Leste, três elementos da Guiné-Bissau e um elemento de São Tomé e Príncipe.

O Exmo. Comandante Geral da Guarda visitou São Tomé e Príncipe (STP), em setembro, a convite do Ministro do Interior, com o objetivo de estreitar a cooperação de Polícia Nacional de STP com a GNR.



### 3.4. COOPERAÇÃO BILATERAL COM O REINO DE ESPANHA

A cooperação direta com as Forças de Segurança Espanholas, especialmente com a Guardia Civil (GC), merece especial destaque, tanto pelo volume das ações de cooperação e de troca de informações, como pela sua importância no quadro da segurança das regiões fronteiriças e, num âmbito mais geral, do próprio espaço Ibérico, bem como pela relevância na partilha de capacidades na vigilância da fronteira externa da União Europeia.

No âmbito do “Memorando de Cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e a Guardia Civil do Reino de Espanha”, assinado em 31 de março de 2009, em Lisboa, realizaram-se, em 2016, reuniões de coordenação a nível nacional, regional e local, operações de controlos móveis, entre outras operações policiais combinadas, e um sem número de ações de troca de informações, formais e informais, a par de uma intensa cooperação no capítulo da formação, destacando-se, a este nível, o intercâmbio de oficiais entre a GNR e a GC com vista à frequência do Curso de Estado-Maior Conjunto ministrado por ambos os países, de entre as numerosas ações formativas.

No sentido de aprofundar a cooperação e troca de informações e um apoio mútuo mais eficiente em operações policiais, a Guarda mantém um oficial de ligação junto da Direção-Geral da Guardia Civil para a área de operações e informações. Salienta-se ainda a presença de um elemento de ligação no Centro de Cooperação Policial de Algeciras, fundamental para a coordenação central e local das atividades de vigilância marítima e de costa entre a Guardia Civil e a GNR.

Ao nível do policiamento de proximidade a Guarda, no âmbito do tema “Verão Seguro” integrou no patrulhamento territorial um elemento da Guardia Civil no serviço operacional do Destacamento Territorial de Sintra e outro no Destacamento Territorial de Albufeira, ambos nos meses de Julho e Agosto. Na reciprocidade foram empenhados efetivos do Comando Territorial de Viana do Castelo no patrulhamento da Guardia Civil em Sanxenso e Baiona-Nigrán e do Comando Territorial de Beja em Aroche e Rosal de la Frontera e Cortegana, em igual período.

No âmbito da atividade policial de controlos móveis foram desenvolvidas as seguintes atividades:

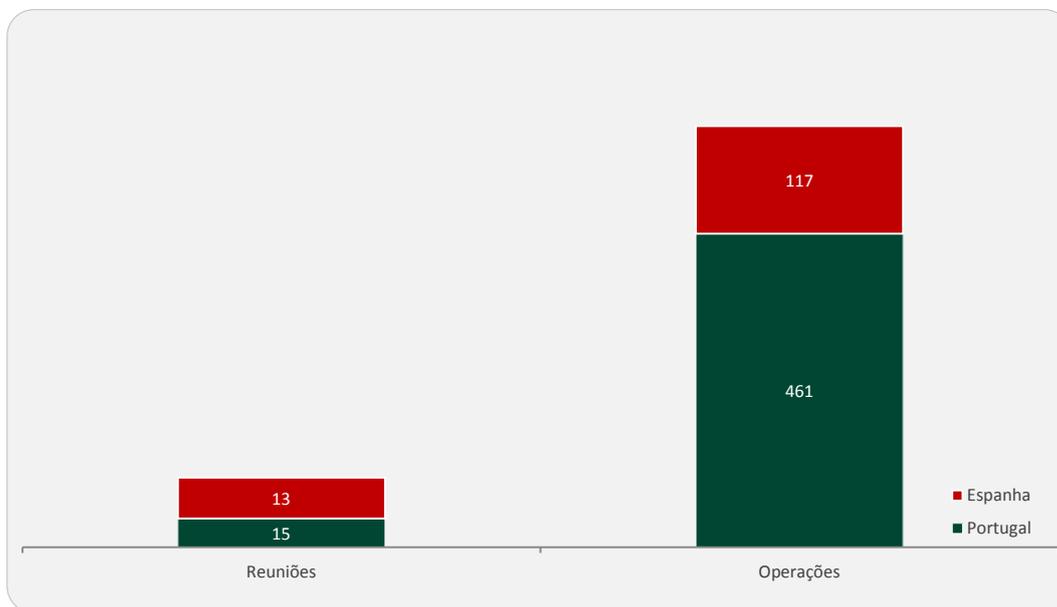


Figura 91 – Reuniões e operações de controlos móveis

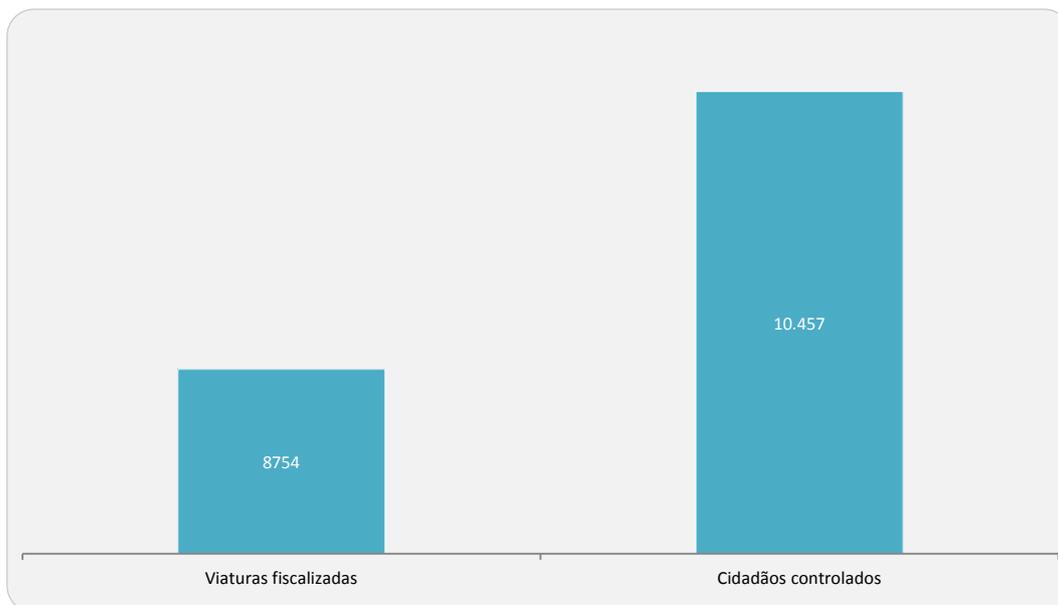


Figura 92 – Controlo de viaturas e cidadãos

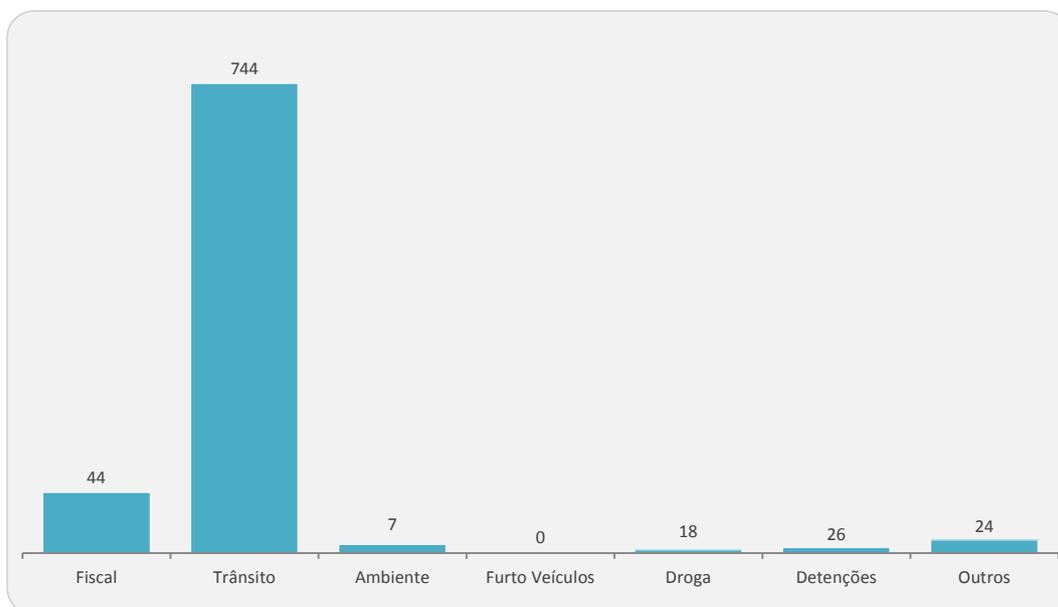


Figura 93 – Autos elaborados

### 3.4.1. OPERAÇÃO CONJUNTA “SPRING BREAK”

No âmbito das férias da Páscoa, verifica-se a deslocação de milhares de jovens para o sul de Espanha, e a Guarda, em coordenação com a Guardia Civil, desenvolveu ações de fiscalização nos principais itinerários de acesso às fronteiras terrestres de Vilar Formoso, Caia e Vila Real de Santo António, com particular incidência no controlo dos autocarros contratados para o transporte de jovens, com vista à deteção de estupefacientes e aconselhamento de cuidados a ter em território espanhol.

Esta operação é desenvolvida em duas fases, a primeira com campanhas de sensibilização e informação nas escolas, tendo sido realizadas 368 ações, em 244 escolas, abrangendo cerca de 12.280 alunos, e uma segunda fase de nível operacional com ações conjuntas com a Guardia Civil nas principais fronteiras.



Foram fiscalizados 246 veículos e apreendidas quantidades residuais de haxixe e liamba. As reduzidas quantidades de droga encontradas traduzem a eficácia da ação preventiva desenvolvida nos últimos anos.

#### 3.4.2. OPERAÇÃO CONJUNTA “MATERIAIS NÃO PRECIOSOS”

A GNR e a GC realizam uma operação conjunta de fiscalização intensiva aos meios de transporte de metais não preciosos e aos Operadores de Gestão de Resíduos, orientando as ações de fiscalização para as vias potencialmente usadas para o escoamento dos materiais furtados e para os locais suspeitos de efetuar a sua recetação, constituindo para o efeito equipas mistas (GNR e GC).

Foram realizadas 356 ações de fiscalização, detetados 2 crimes e 16 contraordenações nos Operadores de Gestão de Resíduos e 34 contraordenações relacionadas com o transporte, e ainda 279 contraordenações relacionadas, das quais resultaram 3 apreensões de veículos e o encerramento de 1 empresa.

#### 3.4.3. PROJETOS COFINANCIADOS DE ATUAÇÃO CONJUNTA

Neste âmbito a Guarda tem participado em conjunto com diversas autoridades e entidades espanholas, em projetos cofinanciados que abrangem diversas áreas, designadamente a proteção da natureza e ambiente, a proteção e socorro, o controlo da orla marítima e costeira. Entre o conjunto de projetos cofinanciados, destacam-se os projetos ESPPS, LMPA, ALFA, SOTERIA e os projetos LIFE IMPERIAL e LIFE RUPIS.

#### 3.4.4. EXERCÍCIOS CONJUNTOS

A Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Guardia Civil realizaram um exercício, para potenciar as capacidades antiterroristas, de ambas as Instituições. Foram empenhados efetivos de ambas as Unidades de Intervenção. O evento decorreu entre os dias 18 e 20 de maio, na zona de fronteira da estremadura espanhola (Cáceres, Mérida e Badajoz) e na área das cidades de Estremoz e Ponte de Sor, no território português.

O exercício designado de “Barreira Ibérica 2016”, visou reforçar a cooperação deste tipo de unidades especiais em operações internacionais, fundamentalmente enquadradas no âmbito da EUROGENDFOR (Força de Gendarmerie Europeia) por um lado e, por outro, desenvolver ações na fronteira comum entre ambos os países na luta contra o terrorismo.

O exercício final decorreu dia 20 de maio na zona de Vila Fernando. Neste exercício foram realizadas diversas ações pelo Grupo de Intervenção de Operações Especiais da GNR e Grupo de Acción Rápida da Guardia Civil, no sentido de neutralizar uma célula terrorista instalada nesta localidade.

A decisão da realização deste exercício conjunto foi tomada numa reunião bilateral entre as duas forças de segurança, ocorrida a 26 de junho de 2015 em Valença do Minho, visando desenvolver e reforçar as seguintes áreas:

- Planeamento conjunto;
- Estabelecimento de um sistema de comando e controlo único;
- Adaptação de técnicas e procedimentos;
- Interoperabilidade entre ambas unidades;
- Evolução da resolução dos incidentes;
- Definição das lições aprendidas.

No exercício foram empenhados 30 operacionais de operações especiais de cada uma das congéneres, num total de 60 elementos, para além um centro de controlo e avaliação do exercício, em Mérida, guarnecido por elementos de ambas as congéneres.

**3.4.5. CENTROS DE COOPERAÇÃO POLICIAL E ADUANEIRA**

No âmbito dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA), a Guarda assumiu a responsabilidade de coordenar a atividade dos mesmos, no período de 01FEV2014 a 01FEV2017. No período em análise foi desenvolvida a seguinte atividade:

ÂMBITO	DESCRIÇÃO	TOTAIS	
TROCA INFORMAÇÕES (SOLICITAÇÕES)	PEDIDOS	3.560	
	RESPONDIDAS	3.499	
	IDENTIFICAÇÃO PESSOAS	1.115	
	VEÍCULOS	1.467	
	ARMAS	14	3.835
	DOCUMENTAÇÃO FALSA	59	
	OUTRAS	1.180	

Figura 94 – Solicitações de informações dos CCPA

ÂMBITO	DESCRIÇÃO	TOTAIS	
CONTROLOS MÓVEIS (COLABORAÇÃO COM)	GNR	622	
	SEF	212	
	DGAIEC	150	
	PSP	108	
	PJ	98	1.825
	GUARDIA CIVIL	376	
	CUERPO NACIONAL POLICÍA	174	
	ADUANAS	85	
	PESSOAS CONTROLADAS	32.309	49.546
	VIATURAS FISCALIZADAS	17.237	
AUTOS	CRIME	23	446
	CONTRA-ORDENAÇÕES	423	
APREENSÕES	VIATURAS	10	
	ARMAS	3	
	DOCUMENTAÇÃO FALSA	0	32
	MERCADORIA (1)	2	
	OUTRAS (1)	17	
DETENÇÕES	FLAGRANTE DELITO	14	
	FORA FLAGRANTE DELITO	0	16
	MANDADOS	2	

Figura 95 – Atividade desenvolvida nos CCPA



### 3.4.6. PROJETO “LIFE IMPERIAL”

O projeto estabelecerá as ferramentas base para assegurar o aumento da população de Águia imperial em Portugal, e consequentemente da população global ibérica. As ações planeadas no seu conjunto estabelecem uma rede coerente de atuação para reduzir as principais ameaças que afetam a eficácia de estabelecimento dos casais em Portugal. Decorre em três áreas: ZPE do Tejo Internacional, Erges e Pônsul; ZPE de Moura, Mourão e Barrancos; ZPE de Castro Verde e Vale do Guadiana.

A Liga para a Proteção da Natureza é o beneficiário coordenador e conta com mais sete beneficiários: Câmara Municipal de Castro Verde, EDP Distribuição – Energia, S.A., FCUL - Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Guarda Nacional Republicana, ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Sociedad Española de Ornitología (SEO/BirdLife) e TRAGSATEC - Tecnología y Servicios Agrarios S. A..

Em 2016 realizaram em Castro Verde duas reuniões.

### 3.4.7. PROJETO “LIFE RUPIS”

O LIFE Rupis é um projeto financiado pela União Europeia a decorrer em território português e espanhol, mais concretamente na Zona de Proteção Especial (ZPE) do Douro Internacional e Vale do Rio Águeda e na ZEPA de Arribes del Duero. Com uma duração de 4 anos, teve início em julho de 2015, este projeto pretende implementar ações que visam reforçar as populações de águia-perdigueira e britango no Douro transfronteiriço, através da redução da mortalidade destas aves e do aumento do seu sucesso reprodutor. O abutre-preto e o milhafre-real são espécies também beneficiadas por este novo projeto.

Coordenado pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), o projeto tem mais oito parceiros, a Associação Transumância e Natureza, a Palombar, o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, a Junta de Castilla y León, a Fundación Patrimonio Natural de Castilla y León, a Vulture Conservation Foundation, a EDP Distribuição e a Guarda Nacional Republicana.

O LIFE Rupis, destaca-se por ser um projeto transfronteiriço, com ações concertadas dos dois lados da fronteira. Entre as várias ações destaca-se a alimentação artificial dirigida ao britango, baseada numa rede de alimentadores fixos e móveis, que irá permitir o aumento da disponibilidade de alimento perto dos locais de reprodução da espécie. Pela primeira vez em Portugal vão ser marcados britangos com emissores de satélite, para seguimento à distância e investigação dos seus hábitos dispersivos e migratórios. Serão desenvolvidas ações pioneiras de combate ao uso ilegal de venenos, com equipas da GNR que utilizam cães treinados, serão corrigidas linhas elétricas com equipamentos anti eletrocussão e anti-colisão de aves dos dois lados da fronteira e será elaborado um plano de ação transfronteiriço para a conservação do britango. Serão geridos mais de mil hectares de habitats importantes para as espécies alvo e criada uma cerca móvel para alimentação de aves necrófagas, para reforçar territórios com escassez acentuada de alimento. O resultado esperado do projeto será o aumento da taxa de reprodução e a diminuição da mortalidade não natural destas aves, nesta região justamente conhecida pela sua riqueza faunística e beleza natural.

Em 2016 desenvolveram-se 4 reuniões entre os parceiros, duas no lado português (Freixo de Espada a Cinta e Miranda do Douro) e duas no lado Espanhol (Lumbrales e Fermoselle).



### 3.5. EUROSUR

No seguimento da adoção por Portugal, do Regulamento (UE) N.º 1052/2013, desde 2 de dezembro de 2013, que cria o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR), foi formalmente implementado na Guarda Nacional Republicana/Unidade de Controlo Costeiro o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR) e encontra-se em fase de consolidação a formação acreditada aos respetivos operadores. Este projeto pretende contribuir para o reforço da troca de informações e da cooperação operacional entre as autoridades nacionais europeias, com missões de vigilância de fronteiras e a FRONTEX, de forma a assegurar uma eficaz prevenção e repressão contra as atividades ilegais e criminosas imigração irregular, contrabando (incluindo crimes aduaneiros), tráfico de estupefacientes e terrorismo assim como contribuir para garantir a proteção e a salvaguarda da vida dos migrantes nas fronteiras externas marítimas e terrestres da EU.

A Guarda também participou em várias reuniões da UE (DGHOME). Fruto dos trabalhos realizados no ano 2014 participados pela Guarda foi aprovado e adotado em 2015 o Manual EUROSUR (EUROSUR MANUAL EXPERT GROUP).

Em 2016, sob a base do manual aprovado, procedeu-se à implementação e consolidação do EUROSUR, materializado através da interligação e operação do EUROSUR com sistemas de informação externos e da colocação dos oficiais de ligação das autoridades nacionais no NCC Portugal (GNR, Autoridade Marítima Nacional; Polícia Judiciária; Marinha; e Serviços Estrangeiros e Fronteiras; faltando apenas a Força Aérea Portuguesa e a Autoridade Tributária).

### 3.6. INICIATIVAS MULTILATERAIS

#### 3.6.1. ASSOCIAÇÃO FIEP

Decorrente das relações multilaterais desenvolvidas no quadro da Associação FIEP, a Guarda vem mantendo estreita cooperação com a Jandarma Turca, com a Gendarmerie Jordana, com Gendarmerie Real Marroquina, com a Força de Segurança Interna do Qatar e com a Polícia Real de Omã, essencialmente para as respetivas capacitações nas vertentes de cavalaria e ordem pública, entre outras ações de formação específicas, ministradas em Portugal durante o ano de 2015. Especial destaque para o caso da Jordânia, sendo que, por pedido expresso pelo próprio Rei, a Guarda prestou apoio e assessoria, em exclusivo, para a criação de uma Unidade de Cavalaria no seio da sua Gendarmerie, assim como para a seleção e aquisição, em Portugal, de cavalos lusitanos, num processo que foi maioritariamente desenvolvido durante o ano de 2014 e 2015. Por outro lado, por especial recomendação da Jordânia, também a Polícia Real de Omã solicitou receber formação, concretamente em ordem pública a cavalo, veterinária, ferração e organização de eventos equestres.

Ainda neste âmbito, é de realçar a participação da GNR num Seminário sobre o tema “Cybercrime and terrorist threat in the Mediterranean area”, organizado pelos Carabinieri de Itália, em Roma, bem como no 7.º Fórum Internacional de Cibersegurança sob o tema “Cybersecurity and Digitalization” organizado pela Gendarmerie Nationale de França, em Lille.

Para além da participação da Guarda na Iniciativa “5+5 Defesa”, na vertente Gendarmeries, destaca-se a participação da Instituição, como Membro desde a sua fundação, na Associação FIEP (cujo objetivo principal consiste em promover a cooperação entre as Forças de Segurança de natureza militar que a integram, especialmente no tocante ao intercâmbio de informações e experiências nomeadamente nos domínios dos recursos humanos, organização do serviço, novas tecnologias e logística e assuntos europeus) e na Força de Gendarmerie Europeia - EUROGENDFOR (Força multinacional vocacionada para a participação em operações de gestão de crises, no quadro da UE, da ONU, da NATO e de outras organizações internacionais).

#### 3.6.2. EUROGENDFOR

Em 2016 a EGF, através dos Estados Membros, dedicou parte do seu esforço a estreitar laços de cooperação com a União Europeia e com as Nações Unidas, desenvolvendo canais de cooperação importantes para a sua ação no terreno.

No âmbito operacional a participação da EGF foi mantida nas missões onde tem vindo a marcar presença, (Afeganistão, Mali, República Centro Africana (RCA) e Líbia). O labor de preparação e planeamento de duas novas missões para avançar em 2017 foi uma realidade. A primeira missão vocacionada para o suporte e apoio à Tunísia na reestruturação da Guarda Nacional Tunisina, na égide da EU; e a segunda missão, sob a égide das Nações Unidas, consiste na participação nas Serious Organized Crime Teams (SOC Teams) na missão MINUSMA no Mali.



Relativamente à participação no terreno, a EGF manteve a sua presença no Mali na missão civil da União Europeia com sede em Bamaco EUCAP SAHEL Mali. A missão fornece especialistas em formação e aconselhamento estratégico à Polícia Maliana, Gendarmerie, Guarda Nacional e a alguns Ministérios, com a finalidade de apoiar a reforma do sector de segurança.

Na República Centro Africana, a EGF manteve dois Police Advisors, na missão da União Europeia (atualmente designada por EUTM). Os dois oficiais integravam a Integrated Police Unit (IPU) da missão anterior, e a sua manutenção no TO teve por objetivo a consolidação da contribuição para o aumento das capacidades da Forças de Segurança Interna.

O Afeganistão é seguramente o país onde a EGF empenhou mais recursos humanos durante um maior período de tempo. A atual missão, NATO RSM, continua a trabalhar no aconselhamento, apoio e orientação dos atores e titulares afegãos responsáveis pela Segurança Interna.

Na Líbia mantém-se um especialista do Quartel Permanente da EGF (EGF PHQ) como perito na EU Planning and Liaison Cell a apoiar o planeamento da missão no terreno. A EGF colocou ainda um Oficial no staff do estado maior da EUBAM Líbia.

Das ações acima assinaladas destaca-se a participação da Guarda, através dos seus peritos destacados no PHQ EGF: nas mais diversas ações de coordenação da EGF com a UE e as NU; como peritos no apoio ao planeamento da EULPC e na visita exploratória à Tunísia em apoio aos peritos da UE.

No que concerne a participações futuras, em 2016 foram dados passos relevantes para a consolidação da missão de formação à Guarda Nacional Tunisina (GNT), cujo inicio se prevê em 2017 (missão planeada pela UE com a colaboração do EGF PHQ).

De sublinhar que a GNT é um ator chave na segurança da Tunísia, contando com um efetivo de 28.000 homens, presente em todo o território, responsável pela vigilância de terra, mar e fronteiras, constituindo um elemento relevante na estabilidade do país contra a ameaça de terrorismo.

No âmbito das NU e respondendo ao repto de participação nas suas SOC Teams, a EGF, numa primeira fase, iniciará a sua participação na MINUSMA no Mali.

### 3.7. CARGOS E POSIÇÕES INTERNACIONAIS

Em 2016, a Guarda assegurou os lugares de Oficial de Ligação do MAI em Espanha; França (desde dezembro), Marrocos (até dezembro), Angola (desde agosto), Guiné-Bissau (até dezembro) e Timor-Leste, tendo, ainda, um oficial na representação permanente de Portugal em Bruxelas (REPER).

### 3.8. DIVERSOS

Em 2016, a Guarda participou em diversos projetos internacionais financiados por fundos comunitários, destacando-se, pela sua importância, visibilidade e resultados obtidos os projetos relacionados com a vigilância da costa e do mar territorial, nomeadamente “SIVE-SIVICC”, “SEAHORSE Mediterranean”, “LMPA - Light Maritime Piloted Aircraft” e “ESPPS” os quais visam maximizar, potenciar e complementar as capacidades do SIVICC.

Além da vertente ante mencionada, importa salientar a participação em ações internacionais promovidas pela UE no âmbito do furto de metais não preciosos, do ambiente (Programa LIFE), da violência doméstica e no âmbito da partilha de informação do ambiente marítimo “EUCISE”.

## 4. FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

### 4.1. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

Em 2016, um elevado número de profissionais da Guarda frequentou diferentes cursos, estágios e ações de formação que garantiram o ingresso na Instituição, a promoção e a especialização, tendo sempre como finalidade principal o aperfeiçoamento das suas qualificações e a valorização técnico-profissional.

A estratégia formativa desenvolveu-se sob duas tipologias pedagógicas e complementares: a Formação Interna e Formação Externa.

No âmbito da formação interna foram ministradas ações e cursos de formação bem como tirocínios, estágios, instrução complementar e treino consoante a categoria profissional posto, arma, serviço ou especialidade a que o militar pertence.

No que respeita à formação externa os militares e civis da Guarda foram objeto de ações pedagógicas e curso de formação de interesse para a sua área de atuação, com duração variável e ministrados por entidades certificadas e reconhecidas para o efeito.

O processo de formação, estatutariamente consagrado na Guarda, está estruturado de forma coerente e assente nas seguintes modalidades:

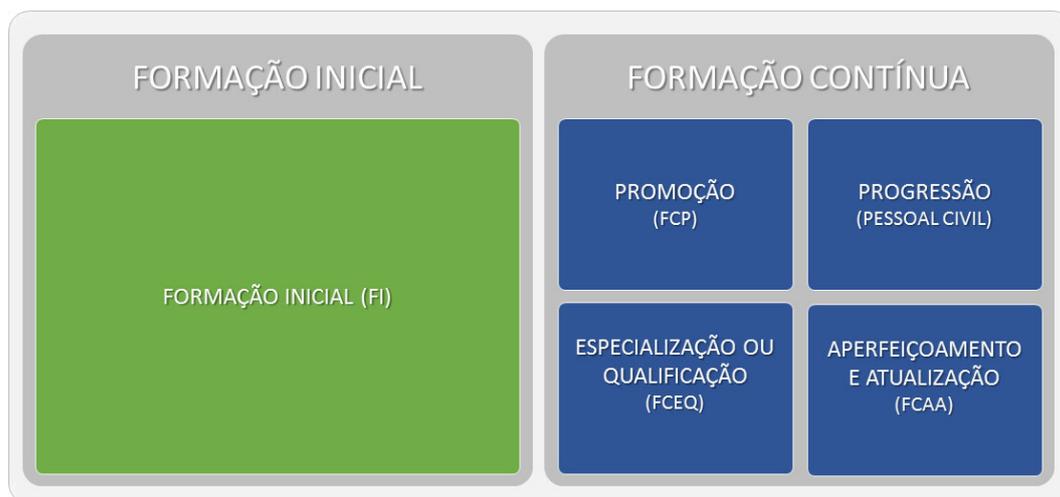


Figura 96 – Modalidades de formação

A formação de cariz técnico-profissional, com elevada preponderância nos planos dos cursos é, de uma forma geral, transversal a todo o processo formativo com as respetivas especificidades, em função dos objetivos da formação e dos seus destinatários.

Em 2016, nas diferentes modalidades verificaram-se 113.564 participações de profissionais da GNR em cursos, estágios ou outras ações de formação.

O quadro seguinte, que contempla o registo das participações, possibilita uma visão integrada da atividade desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana neste domínio, visando a atualização e aprofundamento de conhecimentos dos militares e civis que integram esta força de segurança, necessariamente com o propósito de prestar um melhor e mais qualificado serviço às populações.



CURSO	FORM. INTERNA				FORM. EXTERNA				TOTAL
	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS	
FORMAÇÃO DE INICIAL	CFO <sup>19</sup>				338				1.271
	CFS <sup>20</sup>	101	51						
	CFG <sup>21</sup>			781					
CURSOS DE PROMOÇÃO	CPOS <sup>22</sup>				50				405
	CPC <sup>23</sup>	49							
	CPSA <sup>24</sup>		50						
	CPCB <sup>25</sup>			256					
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	FC ADMINISTRAÇÃO MILITAR <sup>26</sup>				8				2.222
	FC CAVALARIA <sup>27</sup>	3		128					
	FC CINOTÉCNIA <sup>28</sup>	2	1	12					
	FC CONDUÇÃO <sup>29</sup>	30	17	609					
	FC DESPORTO <sup>30</sup>					1			
	FC ENGENHARIA <sup>31</sup>					2	4		
	FC FISCAL <sup>32</sup>		25	32		1			
	FC FORMADOR <sup>33</sup>	83	48	9	1		3	2	
	FC INFORMAÇÕES <sup>34</sup>					3	2	1	
	FC INVESTIGAÇÃO CRIMINAL <sup>35</sup>	5	4	67					
	FC JURÍDICA <sup>36</sup>					2	5	2	
	FC LÍNGUAS <sup>37</sup>					1			
	FC MARÍTIMO <sup>38</sup>	1	4	34					
	FC PESSOAL <sup>39</sup>			14					
FC PLANEAMENTO E GESTÃO <sup>40</sup>					10				

- 19 Curso de Formação de Oficiais
- 20 Curso de Formação de Sargentos (37º e 38º CFS)
- 21 Curso de Formação de Guardas
- 22 Curso de Promoção a Oficial Superior
- 23 Curso de Promoção a Capitão
- 24 Curso de Promoção a Sargento-Ajudante
- 25 Curso de Promoção a Cabo
- 26 Formação Contínua em Administração Militar
- 27 Formação Contínua em Cavalaria
- 28 Formação Contínua de Cinotécnica
- 29 Formação Contínua de Condução de Viaturas
- 30 Formação Contínua de Desporto
- 31 Formação Contínua em Engenharia
- 32 Formação Contínua em Fiscal e Aduaneira
- 33 Formação Contínua de Formação de Formadores
- 34 Formação Contínua em Informações Policiais
- 35 Formação Contínua em Investigação Criminal
- 36 Formação Contínua na Área Jurídica
- 37 Formação Contínua em Línguas
- 38 Formação Contínua em Serviço Marítimo
- 39 Formação Contínua na Área de Pessoal
- 40 Formação Contínua em Engenharia



CURSO	FORM. INTERNA				FORM. EXTERNA				TOTAL
	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS	OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	CIVIS	
FC PROTEÇÃO E SOCORRO <sup>41</sup>	1	1	12		2	8	9		
FC SAÚDE <sup>42</sup>	3	26	133			2	14		
FC SEGURANÇA <sup>43</sup>	35	30	458		48	6	13		
FC TECNO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO <sup>44</sup>		3	28		2				
FC TRÂNSITO <sup>45</sup>	7	37	164						
FC TRANSMISSÕES <sup>46</sup>					1	3			
FCAA TRÂNSITO <sup>47</sup>	189	1350	8601	18					
FCAA HONORÍFICO MÚSICO <sup>48</sup>		5551	4918						
FCAA CONDUÇÃO <sup>49</sup>	7	17	54						
FCAA ED. FÍSICA <sup>50</sup>	358	2430	11756	31					
FCAA FISCAL <sup>51</sup>	6	143	3474						
FCAA INTERVENÇÃO <sup>52</sup>	241	723	7571	23					
FCAA INVESTIGAÇÃO <sup>53</sup>	181	1254	4926	10					
FCAA AMBIENTE <sup>54</sup>	54	428	1744	316					
FCAA MARÍTIMO <sup>55</sup>	5	144	1127	3					
FCAA TEC E POLICIAL <sup>56</sup>	290	1294	6029	158					
FCAA TIRO <sup>57</sup>	751	3299	33244	605					
FCAA PROG ESP <sup>58</sup>	34	193	1307	4					
FCAA HONORIF <sup>59</sup>	58	745	4002						
<b>FORMAÇÃO CONTÍNUA DE APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO</b>								<b>109.666</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>2.393</b>	<b>17.918</b>	<b>91.541</b>	<b>1.169</b>	<b>466</b>	<b>30</b>	<b>47</b>	<b>0</b>	<b>113.564</b>

Figura 97 – Atividade Formação e Ensino

41 Formação Contínua de Proteção e Socorro

42 Formação Contínua em Saúde

43 Formação Contínua em Segurança

44 Formação Contínua em Tecnologias da Informação e Comunicação

45 Formação Contínua de Trânsito

46 Formação Contínua de Transmissões e Comunicações

47 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Trânsito

48 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Serviço Honorífico Músico

49 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Condução Auto

50 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Educação Física

51 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Fiscal e Aduaneira

52 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Intervenção Policial

53 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Investigação Criminal

54 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Proteção da Natureza e do Ambiente

55 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Serviço Marítimo

56 Formação Contínua de Aperfeiçoamento em Técnica e Policial

57 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização de Treino com Armas de Fogo

58 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Programas Especiais de Policiamento Comunitário

59 Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização em Honorífico, Representação e Honras de Estado



Neste domínio, durante o ano de 2016, a Guarda realizou diversas ações de formação que contribuíram decisivamente para o aumento de uma resposta policial mais eficiente e eficaz. Das várias ações realizadas destacam-se:

ÂMBITO	DESCRIÇÃO
FORMAÇÃO EXTERNA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação de 1 Oficial da GNR no IV Curso Intensivo de Segurança e Defesa - Açores (contributo da Divisão de Ensino-2015).</li> <li>Participação de 1 Oficial da GNR no XVI Curso de Defesa para Jovens (contributo da Divisão de Ensino-2015).</li> <li>Participação de 1 Oficial da GNR no Curso de Estudos Africanos (contributo da Divisão de Ensino-2015).</li> <li>No âmbito da Segurança da Aviação Civil, participação de dois oficiais no Curso de Gestor de Segurança da Aviação Civil na ANAC contributo da Divisão de Ensino-2015).</li> <li>No âmbito da Segurança da Aviação Civil, participação de 9 oficiais no Curso de Formação Pedagógica de Formadores na ANAC (contributo da Divisão de Ensino-2015).</li> <li>Participação de 1 Oficial da GNR no IV Curso Intensivo de Segurança e Defesa (contributo da Divisão de Ensino-2016).</li> <li>Participação de 1 Oficial da GNR no XVII Curso de Defesa para Jovens (contributo da Divisão de Ensino-2016).</li> <li>Participação de 4 Oficiais da GNR no 15º Curso de Planeamento de Operações Psicológicas (contributo da Divisão de Ensino-2016).</li> </ul>
FORMAÇÃO INTERNA	<ul style="list-style-type: none"> <li>No âmbito da Segurança da Aviação Civil, na formação interna de 115 militares para certificação no Nível 1 do PFSAC, para desempenho de funções nos Aeródromos de Portimão, Viseu, Vila Real e Bragança (contributo da Divisão de Ensino-2015).</li> <li>No âmbito da Segurança da Aviação Civil, na formação interna de 38 militares para qualificação nos Níveis 13 e 14 do PFSAC, para desempenho de funções nos Aeroportos Internacionais Humberto Delgado e Francisco Sá Carneiro (contributo da Divisão de Ensino-2016).</li> <li>No âmbito do treino com armas não letais, na formação interna de especialização e qualificação, Formação Contínua de Aperfeiçoamento e Atualização de uso de utilização do bastão extensível, obteve 1.188 participações em diferentes contextos.</li> <li>Na especialidade de Trânsito, Intervenção e Técnica Policial e Investigação, obtiveram-se 32.858 participações, valores que refletem as ações complementares de formação contínua de aperfeiçoamento e atualização, realizadas diretamente pelas Unidades no terreno.</li> </ul>

Figura 98 – Ações de formação

#### 4.1.1. NÚMERO DE MILITARES QUE CONCLUÍRAM AÇÕES DE FORMAÇÃO INTERNAS E EXTERNAS

Observando o quadro anterior, verificamos que a formação se estendeu de forma transversal a todas as categorias profissionais, nas modalidades de formação inicial, promoção, especialização e qualificação, e, formação contínua de aperfeiçoamento e atualização, tanto com origem interna como externa, obtendo um total de 113.564 participações entre militares e civis.

As ações de formação foram asseguradas pelas entidades formadoras da GNR com recurso às próprias instalações (Formação Interna) e, ainda, foram desenvolvidas um conjunto de ações de formação em ambiente externo (Formação Externa), com recurso a instituições de reconhecida competência.



4.1.2. NÚMERO DE MILITARES QUE CONCLUÍRAM CURSOS DE FORMAÇÃO DE INGRESSO E CURSOS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

ÂMBITO	DESCRIÇÃO
CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL	<p>No ano de 2016, os diferentes Cursos de Formação de Oficiais ministrados na Academia Militar contaram com 338 participações (conforme cronogramas de 01JAN16 a 31DEC16), tendo ingressado nos Quadros da Guarda 23 Oficiais habilitados com o grau de mestre.</p> <p>Concomitantemente, decorreram o 37º e 38º CFS, integrados em diferentes anos letivos (101 formandos), tendo ingressado na Categoria de Sargentos 51 militares que terminaram o 37º Curso.</p> <p>Na categoria de Guardas, ocorreram no período, o fim e o início de dois Cursos de Formação de Guardas, tendo 457 militares concluído o curso com aproveitamento e 374 estão em formação no ano letivo 2016-2017.</p>
CURSOS DE FORMAÇÃO CONTÍNUA	<p>As ações de formação contínua de aperfeiçoamento e atualização (FCAA), obteve 109.666 participações distribuídas pelas diferentes áreas temáticas de missão com especial ênfase nas especialidades de trânsito, investigação criminal, intervenção policial e treino com armas de fogo.</p> <p>A FCAA, representa a fase de aperfeiçoamento e atualização para o desenvolvimento das competências e especialidades.</p> <p>Corresponde à fase do treino essencial ao sucesso das forças no terreno cujo quantitativo de participações é necessariamente maior comparativamente às restantes modalidades de formação.</p>

Figura 99 – Ações de formação por modalidade

**DISCRIMINAÇÃO POR ÁREAS TÉCNICO-POLICIAIS E OUTRAS**

Da análise dos dados obtidos com a edição dos cursos de especialização e qualificação, e, com a formação contínua de aperfeiçoamento e atualização, ambos com elevada preponderância na componente técnica e policial, obtiveram-se 111.888 participações de profissionais na formação.

Esta parte do ciclo de formação, pretende garantir que existe formação até se atingir os objetivos de desenvolvimento e manutenção da competência e aptidão para cada especialidade ou valência que contribuem para o cumprimento da missão da GNR, em prol do serviço público e do país.

As medidas que decorrem do planeamento estratégico e do desenvolvimento da componente operacional foram acompanhadas pela respetiva componente formativa.

Ainda na formação interna, especial realce para o número de participações na formação de atualização e aperfeiçoamento no âmbito dos programas especiais de policiamento comunitário com 1.538 participações em ações de formação.



## 5. GESTÃO INTERNA E DE APOIO OPERACIONAL

A GNR dispôs de recursos financeiros provenientes do OE, tendo assegurado, na medida das limitações do plafond atribuído, todas as atividades inerentes ao funcionamento dos canais logístico, administrativo e financeiros de suporte a toda a atividade operacional. Diante a afetação de recursos humanos, financeiros e materiais será convenientemente afluída.

## 6. BENEFICIAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

### 6.1. INFRAESTRUTURAS

O património imobiliário afeto à GNR, embora muito vasto, evidencia níveis de degradação muito elevados, necessitando de intervenções céleres, de forma a assegurar um acréscimo qualitativo das condições em que é exercida a sua atividade, com reflexos substanciais na qualidade e eficácia da sua atuação junto das populações.

Nesta perspetiva foram realizadas as seguintes intervenções que constavam no Plano de Atividades para 2016 da Guarda:

UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 2016		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	VALOR C/IVA
CARI	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DE ALOJAMENTO	500.000,00 €	X		N	
CTER AVEIRO	SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURAS NO EDIFÍCIO DO COMANDO TERRITORIAL DE AVEIRO	358.545,00 €	X		N	
CTER BEJA	REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DO POSTO TERRITORIAL DE SERPA	500.000,00 €	X		N	
CTER ÉVORA	REMODELAÇÃO DA COZINHA DO CTER ÉVORA	180.000,00 €	X		N	
CTER FARO	CONSTRUÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DE ALMANCEL	800.000,00 €	X		N	
	REMODELAÇÃO DE INSTALAÇÕES DO POSTO TERRITORIAL DE LAGOS	170.000,00 €	X		N	
CTER LISBOA	REMODELAÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DE PENICHE	300.000,00 €	X		N	
CTER SANTARÊM	REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO DO POSTO TERRITORIAL DE SALVATERRA DE MAGOS	500.000,00 €	X		N	
CTER VILA REAL	REMODELAÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DE ALIJÓ	400.000,00 €	X		N	
EG (CFFF)	REMODELAÇÃO DA CASA DA GUARDA	125.000,00 €	X		N	
	SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURAS NO EDIFÍCIO DE COMANDO DA EG (POLO FIGUEIRA DA FOZ – CFFF)	165.435,00 €	X		N	
EG (Q)	CONSTRUÇÃO DE CANIS DO GIC/UI NAS INSTALAÇÕES DA EG (POLO QUELUZ)	428.655,00 €	X		N	
	CONSTRUÇÃO DE CLÍNICA VETERINÁRIA NAS INSTALAÇÕES DA EG (POLO QUELUZ)	430.000,00 €	X		N	
SCG	REABILITAÇÃO ESTRUTURAL DO EDIFÍCIO DA PARADA DE INFANTARIA (QUARTEL DO CARMO)	300.000,00 €	X		N	
	REMODELAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA MESSE DE OFICIAIS (QUARTEL DO CARMO)	380.000,00 €	X		N	
	REMODELAÇÃO DE INSTALAÇÕES PARA VESTIÁRIO/BALNEÁRIO SARGENTOS (QUARTEL DO CARMO)	170.000,00 €	X		S	131.610,00 € (B)
UAF	SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA E REPARAÇÕES DIVERSAS NO COMANDO DA UAF (QUARTEL DO BEATO)	180.000,00 €	X		S	179.567,70 € (B)
UI	REMODELAÇÃO DE CASERNA PARA GIPS/UI (QUARTEL DA PONTINHA)	430.000,00 €	X		N	
UNT	REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA UNT (QUARTEL DE CONDE LIPPE)	350.000,00 €	X		N	
USHE	CONSTRUÇÃO DE CAVALARIÇA PARA CENTRO DE DESBASTE DE SOLÍPEDES (CEDES) (QUARTEL DA USHE/AJUDA)	430.000,00 €	X		N	
	REMODELAÇÃO DA COZINHA DO 4ºESQ/USHE (QUARTEL DE CONDE LIPPE)	400.000,00 €	X		N	



UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 2016		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	VALOR C/IVA
	REMODELAÇÃO DE CASERNA PARA 2ºESQ/USHE (QUARTEL DA AJUDA)	300.000,00 €	X		N	
	REMODELAÇÕES DIVERSAS (QUARTEL DA PONTINHA E QUARTEL DE CONDE LIPPE)	680.000,00 €	X		N	
CTER AVEIRO	REMODELAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA POSTO TERRITORIAL DE ARRANCADA DE VOUGA	600.000,00 €	X(A)		N	
CTER BEJA	REMODELAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA POSTO TERRITORIAL DE BORBA	400.000,00 €	X (A)		N	
CTER BRAGA	CONSTRUÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DE LORDELO – GUIMARÃES	450.000,00 €	X (A)		N	
CTER GUARDA	REMODELAÇÃO/REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO DO POSTO TERRITORIAL DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	400.000,00 €	X (A)		N	
CTER LISBOA	CONSTRUÇÃO DE DESTACAMENTO E SUBDESTACAMENTO TERRITORIAL DE SINTRA	600.000,00 €	X (A)		N	
CTER SETÚBAL	CONSTRUÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DA MOITA	400.000,00 €	X (A)		N	
CTER BEJA	REMODELAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA POSTO TERRITORIAL DE ALVITO	500.000,00 €	X (A)		N	
CTER PORTALEGRE	REMODELAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA POSTO TERRITORIAL DE SOUSEL	500.000,00 €	X (A)		N	
CTER PORTO	CONSTRUÇÃO DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE MATOSINHOS	500.000,00 €	X (A)		N	
	REMODELAÇÃO/REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO DO POSTO TERRITORIAL DA TROFA	400.000,00 €	X (A)		N	
CTER SANTARÉM	REMODELAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA POSTO TERRITORIAL DE ALCANENA	400.000,00 €	X (A)		N	
CTER LISBOA	CONSTRUÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DA ERICEIRA (MAFRA)	450.000,00 €	X (A)		S	478.473,79 € (A)
CTER BRAGANÇA	CONSTRUÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA	330.400,00 €	X (A)		S	329.571,65 € (A)
CTER LEIRIA	REMODELAÇÃO/AMPLIAÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DE PORTO DE MÓS	200.000,00 €	X (A)		S	357.092,92 € (A)
CTER AVEIRO	REMODELAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA POSTO TERRITORIAL DE ÍLHAVO	410.000,00 €	X (A)		S	472.144,21 € (A)
CTER PORTO	PROTOCOLO CEDÊNCIA ESPAÇO ENTRE MUNICÍPIO AMARANTE E A GNR	1.310.160,00 €	X (A)		S	309.209,70 € (A;C)
CTER LISBOA	PROTOCOLO CEDÊNCIA ESPAÇO ENTRE MUNICÍPIO ALENQUER E A GNR	542.720,00 €	X (A)		N	
CTER BRAGA	CONSTRUÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DE PÓVOA DE LANHOSO	149.215,00 €	X (A)		S	149.216,16 € (B)
CTER PORTO	PROTOCOLO CEDÊNCIA ESPAÇO ENTRE MUNICÍPIO PENAFIEL E A GNR	548.020,00 €	X (A)		N	
CTER BRAGANÇA	REMODELAÇÃO/REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO DO POSTO TERRITORIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS	426.120,00 €	X (A)		N	
CTER VISEU	CONSTRUÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DE TABUAÇO	100.014,61 €	X		S	100.014,61 € (A)
	TOTAL	18.094.284,61€	-	-		2.506.900,74 €

- (a) Protocolo GNR/MAI/ Municípios
- (b) Execução orçamental em 2016.
- (c) Transitou para 2017

Figura 100 - Execução do Plano de Instalações para 2016 (construções diversas)



Por determinação do Comando da Guarda foram ainda realizadas as intervenções abaixo discriminadas que embora não constassem do Plano de Investimento para 2016, foram devidamente justificadas por motivos de impreterível necessidade.

UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 2016		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	VALOR C/IVA
CTER SANTARÉM	REMODELAÇÕES DIVERSAS NO POSTO TERRITORIAL DE FÁTIMA	118.080,00 €	X		S	117.589,94 €
EG (CFFF)	SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA E REMODELAÇÃO INTERIOR DO EDIFÍCIO DA CAPELA – CFFF/EG	183.885,00 €	X		S	165.435,00 €
USHE	REMODELAÇÃO DE CAMARATA E BALNEÁRIO PARA GHE DA USHE, QUARTEL DA AJUDA	182.040,00 €	X		S	120.682,78 €(C)
	TOTAL	484.005,00 €	-	-		403.707,72 €

- (a) Protocolo GNR/MAI/ Municípios
- (b) Execução orçamental em 2016.
- (c) Transitou para 2017.

Figura 101 - Execução de Empreitadas não previstas em Plano de Atividades, realizadas em 2016

Houve ainda necessidade de se realizarem 2 intervenções de natureza limitada, de conservação e reabilitação assim como a realização de estudos geotécnicos.

UNIDADE /ÓRGÃO	PLANO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS 2016		FONTE		REALIZAÇÃO	
	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA	OE	PIDDAC	S/N	VALOR C/IVA
CTER BRAGA	SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA, REPARAÇÃO E PINTURA DE FACHADAS NO EDIFÍCIO DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE PÓVOA DE LANHOSO	98.400,00 €	X		S	78.064,41 €
CARI	EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA STIE PARA A DRH E IMPERMEABILIZAÇÃO DE TERRAÇO NO QUARTEL DOS BARBADINHOS	90.405,00 €	X		S	85.913,88 €
	TOTAL	188.805,00 €	-	-		163.978,29 €

Figura 102 Execução de Empreitadas não previstas em Plano de Atividades 2016 (conservação)

No âmbito de competências da Secretaria-Geral do MAI foram assumidos um conjunto de investimentos programados que traduzem o esforço de qualificação do parque de edifícios afetos à GNR, fundamentais para o apoio operacional, proporcionando uma atuação mais eficiente e qualificada.

Estas intervenções resultaram de Protocolos assinados com os Municípios para a cedência de instalações, tendo em vista a sua adaptação/remodelação/ampliação para Quartel da GNR.

Durante o ano 2016 foram intervencionadas, via SG/MAI, as seguintes instalações:



INTERVENÇÕES EM INFRAESTRUTURAS (SG/MAI)			
GRAU DE EXECUÇÃO	NOVOS QUARTÉIS	GRANDES INTERVENÇÕES (REMODELAÇÕES)	MÉDIA INTERVENÇÃO
RECEPCIONADAS	DTER DE MANGUALDE PTER DE SATÃO PTER TORRE DONA CHAMA	PTER CASTELO DE VIDE  REMODELAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE INTERIORES DO DTER PENAFIEL	PTER OLIVEIRA DE FRADES
EM CURSO	DTER FAFE PTER VILA VERDE PTER ALANDROAL		
INICIADAS			
PREVISÃO DE RECEPÇÃO EM 2017	DTER FAFE PTER VILA VERDE PTER ALANDROAL		

Figura 103 – Obras da SG/MAI



## 7. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

### 7.1. TECNOLOGIAS APLICADAS À ATIVIDADE OPERACIONAL

Durante o ano de 2016 a Guarda prosseguiu a sua aposta no desenvolvimento sistémico e estruturado das novas tecnologias da informação e das comunicações, com vista à qualificação do seu produto operacional.

A este nível, tem-se procurado seguir um padrão de interoperabilidade entre sistemas, de forma à informação poder fluir independentemente da plataforma tecnológica.

Numa lógica de continuidade, manteve-se o esforço no âmbito dos programas específicos de policiamento e prevenção, na sua vertente tecnológica, nomeadamente, queixa eletrónica, perdidos e achados, violência doméstica, contraordenações de trânsito, polícia automática, alargamento do Sistema AFIS, bem como, à manutenção do sítio da GNR e do recrutamento eletrónico.

#### 7.1.1. SISTEMA DE QUEIXA ELETRÓNICA (SQE)

Este Sistema visa facilitar a apresentação de queixas relativas a um conjunto de dezoito crimes, num suporte que garanta uma maior proximidade da Administração Pública ao cidadão.

#### 7.1.2. SISTEMA DE CONTRAORDENAÇÕES DE TRÂNSITO (SCOT)

A execução deste programa esteve a cargo da vertente de Trânsito da GNR e tem vindo a consolidar a sua posição como instrumento principal no apoio à atividade operacional, nas matérias atinentes à fiscalização rodoviária, constituindo-se como elemento catalisador no quadro de renovação de métodos e procedimentos operacionais. No final do ano de 2010 entrou em produção o módulo respeitante às contraordenações indiretas, permitindo uma maior celeridade processual no tratamento dessas infrações.

#### 7.1.3. POLÍCIA AUTOMÁTICO

O sistema automático de leitura de matrículas designado «Polícia Automático» preconiza um aumento de eficácia operacional na prevenção da criminalidade associada ao furto e roubo de veículos, falsificação de matrículas, mas também na verificação e combate às situações de ilegalidade relativas ao seguro de responsabilidade civil automóvel.

Apesar dos desígnios que este visava alcançar, têm surgido algumas incompatibilidades que impossibilitam a otimização do sistema. Essas incompatibilidades radicam no alojamento da base de dados que serve o sistema (em entidade externa à Guarda), sendo-lhe reconhecidas algumas deficiências, nomeadamente relacionadas com a qualidade, atualidade e disponibilidade dos dados nela insertos.

Em todo o caso, esperando que as deficiências venham a ser rapidamente corrigidas, o sistema continuará a operar apoiando o dispositivo da Guarda na fiscalização rodoviária.



## 7.2. TECNOLOGIAS APLICADAS ÀS ATIVIDADES DE APOIO

### 7.2.1. REESTRUTURAÇÃO DO SITE DA GNR NA INTERNET

Tendo por objetivo contribuir para a modernização da imagem da Instituição, bem com garantir a publicação de conteúdos de forma mais orientada às necessidades do cidadão, em 2016 foram efetuadas melhorias no Site Oficial da GNR.

Um objetivo inerente à existência do site da GNR e às reformas que lhe têm sido implementadas é a comunicação com o cidadão e a melhoria do e-Government enquanto veículo indispensável ao exercício da Cidadania Digital em Portugal.

Tendo por objetivo a continuidade da inovação durante 2016 foram realizados estudos e revistos processos de forma a otimizar o serviço disponibilizado ao cidadão. Através de uma mudança de tecnologia, de melhores técnicas para implementar a segurança da informação, de uma revisão do interface gráfico e de novos serviços a disponibilizar, esta revisão contribuiu para em 2016 se ter lançado uma nova versão do sítio da GNR.

Paralelamente implementaram-se formas de interação com as redes sociais e disponibilizou-se uma maior quantidade de serviços on-line ao cidadão. Esta plataforma Web possibilitou ainda publicar as peças dos procedimentos pré-contratuais realizados no âmbito do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

### 7.2.2. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RECURSOS INTERNOS (SIGRI)

O SIGRI é uma plataforma modular, integrando transversalmente os sistemas de informação dos órgãos com responsabilidade na administração de recursos internos, que disponibiliza serviços essenciais para a tomada de decisão nas principais áreas da atividade administrativo/logística da GNR, nomeadamente, pessoal, vencimentos, logística, financeira, assistência na doença, infraestruturas e património, bem como a disponibilização de informação ao utente como é o caso dos Portais Social e de Recrutamento, permitindo entre outros:

- Otimização e controlo de processos;
- Maior disponibilidade da informação;
- Redução de custos;
- Normalização de procedimentos;
- Eliminação de erros de sincronização entre sistemas;
- Incremento na segurança da informação.

### 7.2.3. PORTAL DA FORMAÇÃO

O portal da formação continua a constituir uma mais-valia formativa disponibilizada a todos os intervenientes no processo formativo. Este conjunto de funcionalidades interativas e colaborativas, disponibilizado na UTIS (RNSI), potenciam a melhoria da qualidade da formação e os próprios resultados da avaliação individual, nomeadamente através do acesso a repositórios multimédia, fóruns de discussão, agendas multiutilizadores e atividades de grupo.

A utilização do portal regista um maior impacto de utilização no que toca à formação que recorre ao regime e-learning e b-learning. Para os gestores da formação, o portal funciona como uma ferramenta de apoio e monitorização do processo pedagógico que permite disponibilizar indicadores de acesso e utilização seletiva.

### 7.2.4. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE FORMAÇÃO (SIGFORM)

O SIGForm passou a contar com novos recursos, tais como a Bolsa de Formadores e a melhoria aplicada ao processo de registo da autoformação no Módulo de Planeamento da Formação, passando assim a permitir integrar de forma melhorada a informação sobre as competências adquiridas por iniciativa individual dos militares.



Integrado na plataforma SIGRI, o SIGForm tem sido alvo de sucessivas melhorias com reflexos ao nível da interoperabilidade de sistemas de gestão, elaboração do Plano Anual de Formação por via eletrónica, desde o diagnóstico de necessidades formativas até à apresentação da proposta de PAF a integrar no Plano de Atividades da Guarda.

### 7.2.5. SOLUÇÃO DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS EM MODO PARTILHADO (GeRFIP)

Nos termos do disposto no artigo 14º do Decreto-lei n.º 29-A/2011, 1 de março, que estabeleceu as normas para execução do Orçamento de Estado para 2011, tornou-se obrigatória a implementação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) nos serviços integrados, mediante a adesão a uma das modalidades disponibilizada pela Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública (GERAP), atual Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P (eSPap).

Nessa conformidade, a Guarda Nacional Republicana (GNR) implementou o POCP em 2012 através da adesão aos Serviços Partilhados de Finanças suportados na solução de Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado – GeRFIP – que integra a gestão logística, orçamental, financeira e patrimonial, com base no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP). Esta solução normalizou os processos e apoia as atividades de gestão financeira, orçamental e patrimonial dos órgãos e serviços da Administração Pública num contexto integrado, tendo sido desenhada numa lógica modular, por blocos funcionais, sendo parte do Programa de Gestão de Recursos da Administração Pública (GeRALL), que engloba outros projetos e soluções, tais como o de Gestão de Recursos Humanos em modo Partilhado (GeRHuP) e o de Gestão da Avaliação do Desempenho da Administração Pública (GeADAP).

### 7.2.6. PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (VORTALNEXT)

As Plataformas Eletrónicas de Contratação Pública (PECP) são peças fundamentais no objetivo de auxiliar a tramitação procedimental pré-contratual. Servem de suporte basilares às várias fases dos procedimentos, sob o comando direto das entidades adjudicantes, nos termos e dentro dos limites da legislação em vigor.

Em 04 de fevereiro de 2013, entrou em funcionamento na Guarda uma nova PECP, a *Vortalnext*, substituindo a *Vortal*, com melhorias significativas que permitiram conjunto de ações traduzidas em potencialidades para o utilizador e para a entidade adjudicante, designadamente: um ambiente de trabalho mais intuitivo, bem como um diretório de empresas (inscrites), onde é possível encontrar mais facilmente os potenciais operadores económicos que forneçam bens ou serviços em linha com as necessidades da Guarda, realidade outrora fora do nosso conhecimento e por vezes de difícil acesso.

Além da PECP *Vortalnext*, a Guarda utiliza ainda a plataforma *Gatewit*, que permite o desenvolvimento e a formalização de procedimentos aquisitivos ao abrigo dos Acordos Quadros (AQ).

Ainda, no contexto da utilização dos sistemas e tecnologias de informação e decorrente da obrigação legal de publicação dos relatórios de formação, e conseqüente execução, dos procedimentos aquisitivos desenvolvidos, procedeu-se à publicação no portal dedicado aos contratos públicos de 132 relatórios de formação de contratos (41 Ajustes Diretos, 57 Concursos Públicos e 25 Procedimentos desenvolvidos pela DSUMC/MAI, 5 Procedimentos por Negociação e 4 Contratação Excluída) e 129 relatórios de execução (39 Ajustes Diretos, 51 Concursos Públicos, 24 Procedimentos desenvolvidos pela DSUMC/MAI e 4 Contratação Excluída).

### 7.2.7. SISTEMA DE RECOLHA E VALIDAÇÃO DE INFORMAÇÃO

O «*Sistema de Recolha e Validação de Informação*» é uma ferramenta *online* de informação a prestar obrigatoriamente por entidades que realizem procedimentos aquisitivos ao abrigo de Acordos Quadro celebrados pela ESPAP, em três áreas distintas, designadamente, ao nível dos relatórios de faturação, de contratação e o respetivo reporte estatístico anual.

Assim, durante 2015, aquela ferramenta foi utilizada para reporte da informação associada aos procedimentos aquisitivos desenvolvidos pela Guarda, o que levou à elaboração de 3 relatórios de contratação.

De referir ainda, no que respeita aos procedimentos desenvolvidos pela UMC-MAI e pela ESPAP, que a sua publicação é da responsabilidade daquelas entidades.



### 7.2.8. SISTEMA DE GESTÃO DO PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO (SGPVE)

A Guarda aderiu, em 2011, ao SGPVE (Sistema de Gestão de Parque de Veículos do Estado), nos termos do Decreto-lei n.º 170/2008, de 26 de agosto e da Portaria n.º 382/2009, de 12 de março.

Esta aplicação é gerida pela ESPAP com o objetivo de integrar num sistema único toda a informação da frota do Estado e garantir as seguintes atividades na sua gestão: pedidos, carregamentos e abates de veículos, informação mensal sobre quilómetros, manutenções, IPO's, sinistros e consumos de combustível, controlo de cartões de combustível e controlo da frota de veículos apreendidos ou perdidos a favor do Estado e considerados «com interesse para o PVE».

### 7.2.9. PROGRAMA DE GESTÃO HOSPITALAR “GLINTT”

Tendo como objetivo a melhoria no atendimento ao utente no Centro Clínico, foi consolidado o programa de gestão hospitalar eletrónica “Glantt”.

A plataforma (programa) informática permite um maior apoio aos utentes do Centro Clínico da GNR, dando uma resposta rápida na gestão de consultas e exames, no acesso imediato aos processos clínicos e às fichas dos utentes. Permite ainda de forma célere e eficiente colaboração com entidades externas à GNR.

A introdução desta plataforma constitui o início do processo de informatização do Centro Clínico na vertente do utente/doente.

### 7.2.10. PROGRAMA DE REGISTO DE DADOS CLÍNICOS E DE CONSUMOS COM OS CAVALOS E CÃES DA GNR “QVET”

Durante o ano 2016 continuou-se a proceder aos registos do historial clínico e dos consumos com os cães e cavalos da GNR no programa informático QVET, permitindo um controlo dos produtos aplicados a cada um dos animais e um melhor controlo de custos.

A aplicação informática permite consultar de forma rápida e organizada todos os serviços e produtos aplicados aos animais, assim como consultar todos os serviços prestados pelos militares afetos ao serviço veterinário.

A aplicação informática QVET pretende informatizar toda a atividade da Divisão de Medicina veterinária/DSAD.

### 7.2.11. SISTEMA DE GESTÃO DE RECEITA DA GNR – SGR/GNR

Com o objetivo de permitir um controlo eficaz e fiável de todos os fluxos financeiros da receita, o SGR/GNR garante o registo e cobrança da receita nos cerca de 600 locais onde é possível aos utentes efetuarem pagamentos pela venda de bens, prestação de serviços e cobrança de taxas, sendo igualmente garantido todo o fluxo documental até ao registo centralizado das receitas da GNR, no GeRFiP e, à entrega ao Estado no Sistema de Gestão das Receitas, da Direção Geral do Orçamento.

Com a aprovação da Portaria n.º 298/2016, de 29 de novembro, que regula os serviços remunerados, houve necessidade de adaptar o sistema a esta nova legislação, através da criação de um novo módulo – Módulo de Orçamento – que permite um adequado registo das operações relacionadas com o pagamento antecipado dos serviços remunerados e respetivos acertos.

Numa perspetiva de desenvolvimento contínuo e de reengenharia de processos, efetuaram-se, ainda, melhorias ao nível do controlo de pagamentos por cheque e transferência bancária, tendo sido criado um novo menu para confirmação do efetivo recebimento pela Tesouraria da Unidade, quando na presença daquelas formas de pagamento, agilizando-se e desburocratizando-se este processo.

## 8. SAÚDE, BEM-ESTAR, ASSISTÊNCIA NA DOENÇA E VETERINÁRIA

Engloba toda a Atividade relacionada com a assistência na doença, cuidados de saúde, moral e bem-estar dos militares da Guarda, a aquisição de equipamentos para serviços de saúde, de animais e a manutenção desse efetivo.

### 6.2. SAÚDE

#### 6.2.1. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CENTRO CLÍNICO DA GNR

No plano da atividade desenvolvida pelo Centro Clínico importa relevar a prestação de 41.759 atendimentos, a realização de 264 intervenções cirúrgicas e prestação de 238 consultas do viajante (apoio clínico para missões internacionais).

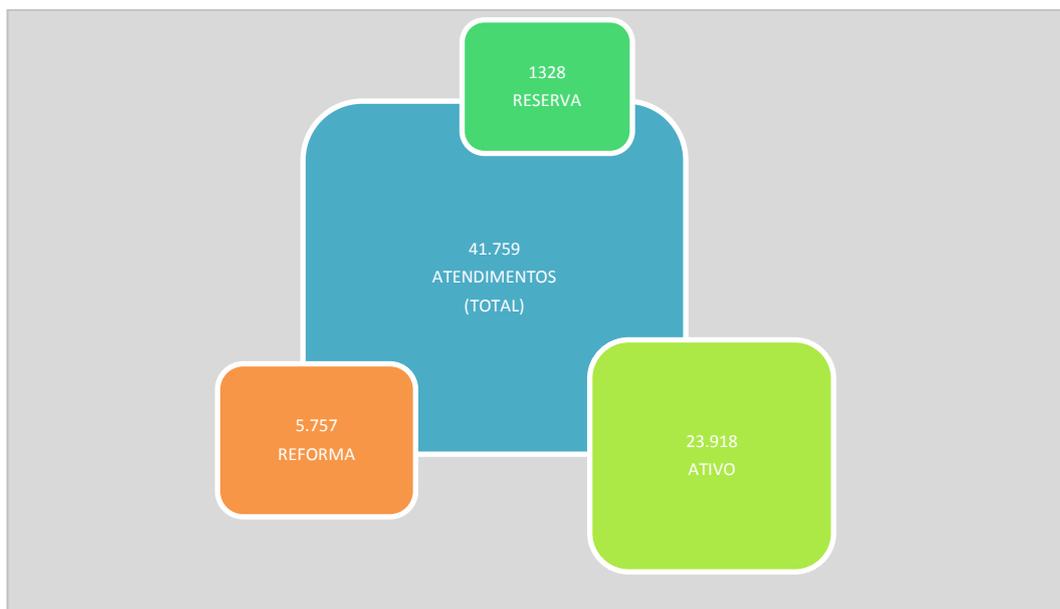


Figura 104 – Obras da SG/MAI

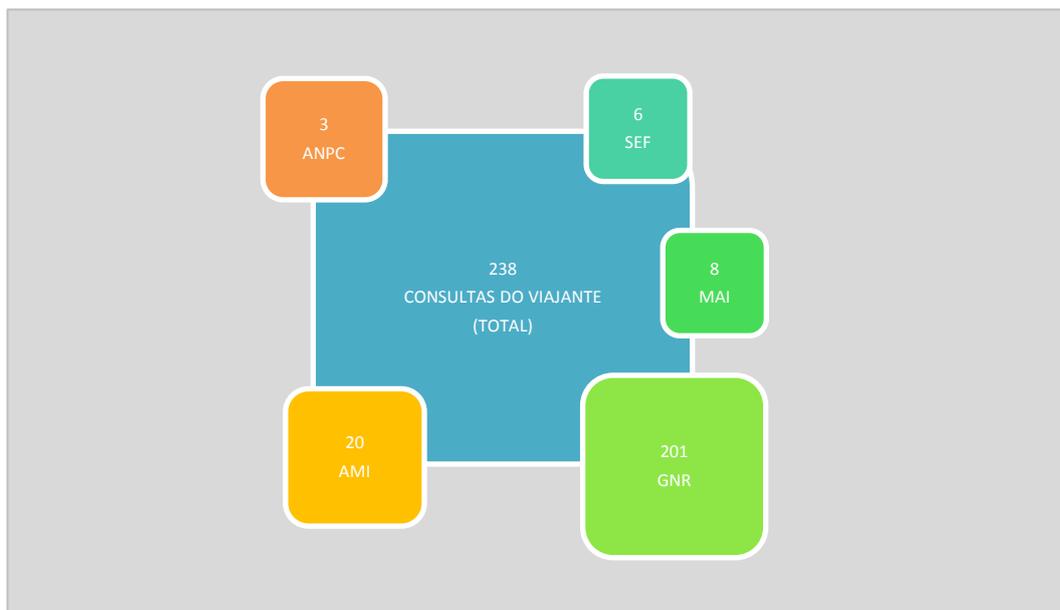


Figura 105 – Obras da SG/MAI



Apostado na atualização e modernização do equipamento hospitalar bem como ainda na formação certificada de militares do dispositivo da Guarda, foi feito um investimento no valor de € 451.409 e foram formados 122 militares com o Curso de Suporte Básico de Vida com Desfibrilhação Automática Externa.

6.2.2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DAS JUNTAS MÉDICAS

**JUNTA SUPERIOR DE SAÚDE (JSS)**

A Junta Superior de Saúde (JSS) é um Órgão de Conselho que funciona na dependência direta do Comandante-Geral, conforme alínea b) nº. 1 do art.º 26º. da Lei nº. 63/2007 de 06 de Novembro (LOGNR), a quem compete julgar o grau de capacidade para o serviço de oficiais, sargentos e guardas que, por ordem do Comandante-Geral, lhe forem presentes, bem como emitir parecer sobre recursos relativos a decisões baseadas em pareceres formulados pelas juntas médicas da Guarda (nº. 1 artº. 30º. da LOGNR).

No ano de 2016 foram realizadas 79 JSS a que foram presentes 1.944 militares, no sentido de avaliar a sua situação clínica.

**JUNTAS DE SAÚDE DE ÁREA (JSA)**

A Guarda Nacional Republicana dispõe de seis Juntas de Saúde, nomeadamente: JSA-Lisboa; JSA-Porto; JSA-Coimbra; JSA-Évora; JSA-Madeira e JSA-Açores. As Juntas de Saúde dos Açores e da Madeira não se efetuam por não haver médicos em número suficiente (CT Açores apenas tem 1 médico e CT Madeira não tem nenhum) para a sua constituição.

Durante o ano de 2016 foram realizadas 63 Juntas de Saúde de Área (JSA), a que foram presentes 1.191 militares assim distribuídos:

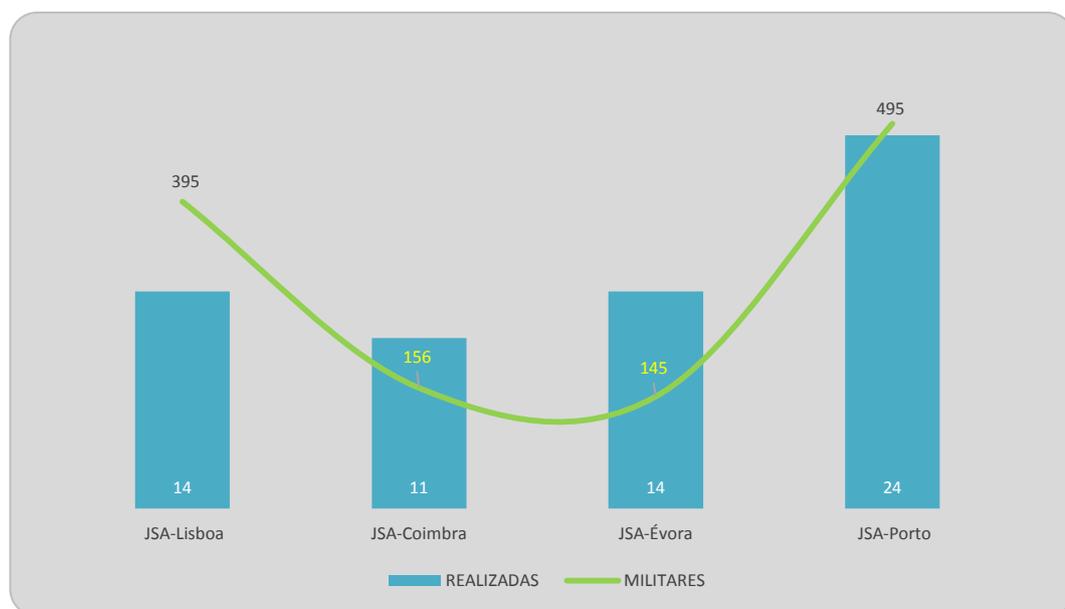


Figura 106 – Juntas de Saúde de Área realizadas



### JUNTAS MÉDICAS DE RECRUTAMENTO (JMR)

No período compreendido entre Janeiro e Dezembro de 2016 foram realizadas 19 juntas médicas nas quais foram avaliados 1057 candidatos à Guarda.

### JUNTAS MÉDICAS DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES (CGA)

Durante o ano de 2016 e decorrente de acidentes qualificados como “Acidentes ocorridos em Serviço”, foram realizadas 15 juntas médicas na CGA tendo sido nomeados 10 médicos para integrar as referidas juntas, às quais foram presentes 210 militares.

## 6.3. MORAL E BEM-ESTAR

Pelo Serviço de Assistência Religiosa (SAR) da GNR foram desenvolvidas durante o ano de 2016 atividades solidárias, apoiando de forma próxima os militares e as suas famílias em momentos de dor, solidão e de carência socioeconómica. Foram ainda desenvolvidas diversas ações celebrativas e formativas das quais se destacam nomeadamente:

ÂMBITO	DESCRIÇÃO
CELEBRAÇÕES	HOMENAGEM À PADROEIRA DA GUARDA, 16 DE JULHO; CELEBRAÇÃO DA MISSA INTEGRADA NAS COMEMORAÇÕES DO DIA DA GUARDA; CELEBRAÇÕES DA MISSA INTEGRADAS NAS COMEMORAÇÕES DE DIAS DA UNIDADE; CELEBRAÇÕES SEMANAIS DA MISSA NO COMANDO-GERAL E NO CENTRO CLÍNICO; CELEBRAÇÃO DOS FIEIS DEFUNTOS (3 DE NOVEMBRO DA IGREJA DE SANTA MARIA DE BELÉM, MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS) E OUTRAS CERIMÓNIAS DE HOMENAGENS AOS MORTOS NOS DIAS DA UNIDADES; MISSA CRISMAL; CELEBRAÇÕES DO NATAL E DA PÁSCOA; CELEBRAÇÕES DOS SACRAMENTOS DE INICIAÇÃO CRISTÃ NO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE; CELEBRAÇÕES DOS SACRAMENTOS DO BAPTISMO E DO MATRIMÓNIO; CELEBRAÇÕES DAS EXÉQUIAS E MISSAS POR OCASIÃO DE DATAS DE FALECIMENTO; CELEBRAÇÕES DA MISSA POR OCASIÃO DE ENCONTROS DE CONFRATERNIZAÇÃO DE MILITARES; CELEBRAÇÕES DE BÊNÇÃOS; CELEBRAÇÃO DA VIA SACRA;
PEREGRINAÇÕES E ENCONTROS	PEREGRINAÇÃO MILITAR INTERNACIONAL A LOURDES; PEREGRINAÇÃO MILITAR NACIONAL A FÁTIMA; PEREGRINAÇÃO MILITAR A FÁTIMA A PÉ; PEREGRINAÇÃO À TERRA SANTA (ORGANIZADA PELA ESCOLA DA GUARDA); DOIS ENCONTROS (EM NOVEMBRO E EM FEVEREIRO) DE FAMÍLIAS DE MILITARES.



6.3.1. ASSISTÊNCIA NA DOENÇA

O Serviço de Assistência na Doença da Guarda Nacional Republicana (SAD/GNR) é o sistema de saúde dos militares da GNR e que tem por finalidade a comparticipação, total ou parcial, dos encargos decorrentes da prestação de cuidados de saúde e tratamento aos seus beneficiários. De acordo com o regime legal vigente o beneficiário do SAD/GNR usufrui também dos mesmos direitos que um utente do SNS, podendo ainda recorrer ao financiamento proporcionado pelo regime de benefícios do SAD/GNR. Em síntese e de uma forma geral, a despesa do SAD/GNR pode ser agrupada em três grandes áreas: o regime convencionado, o regime livre e os medicamentos.

6.3.2. REGIME DE BENEFÍCIOS

O regime de benefícios abrange o financiamento de despesas com a saúde, designadamente com:

- Os cuidados de saúde e atos médicos, prestados em território nacional e no estrangeiro;
- Os medicamentos adquiridos em farmácias dos SS, RA e Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos;
- Os meios de correção e/ou compensação;
- O internamento, incluindo em lares, o apoio domiciliário, os tratamentos termais, a aposentadoria e os transportes.

6.3.3. BENEFICIÁRIOS DO SUBSISTEMA

Por força das alterações ao regime jurídico atrás referido os beneficiários do subsistema apresentam a 31 de dezembro a seguinte estrutura global. De uma forma detalhada constituem beneficiários do subsistema os seguintes grupos:

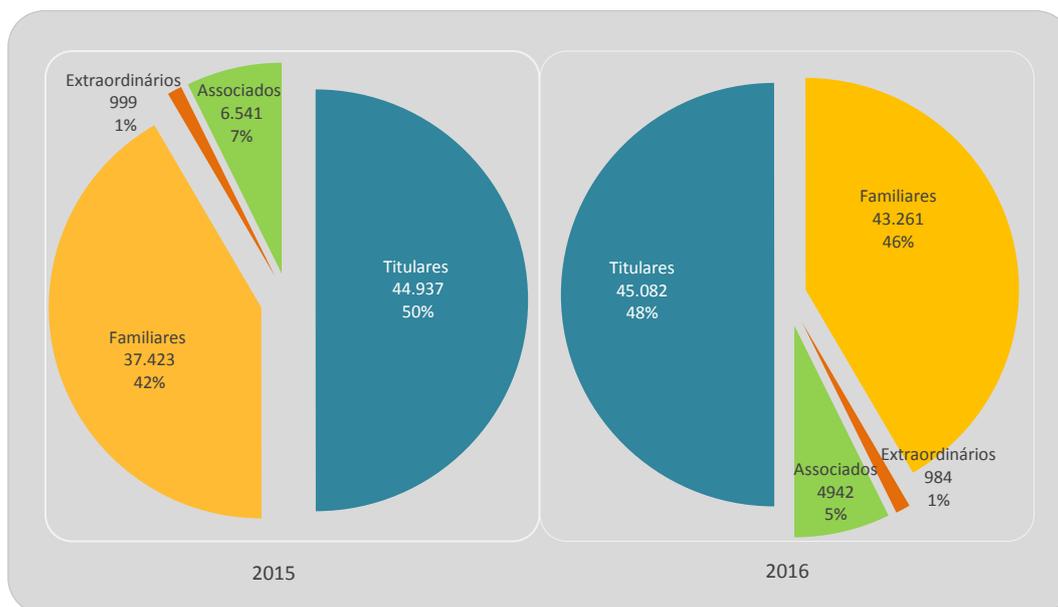


Figura 107 – Beneficiários do subsistema de saúde (por grupos) – SAD/GNR 2015-2016

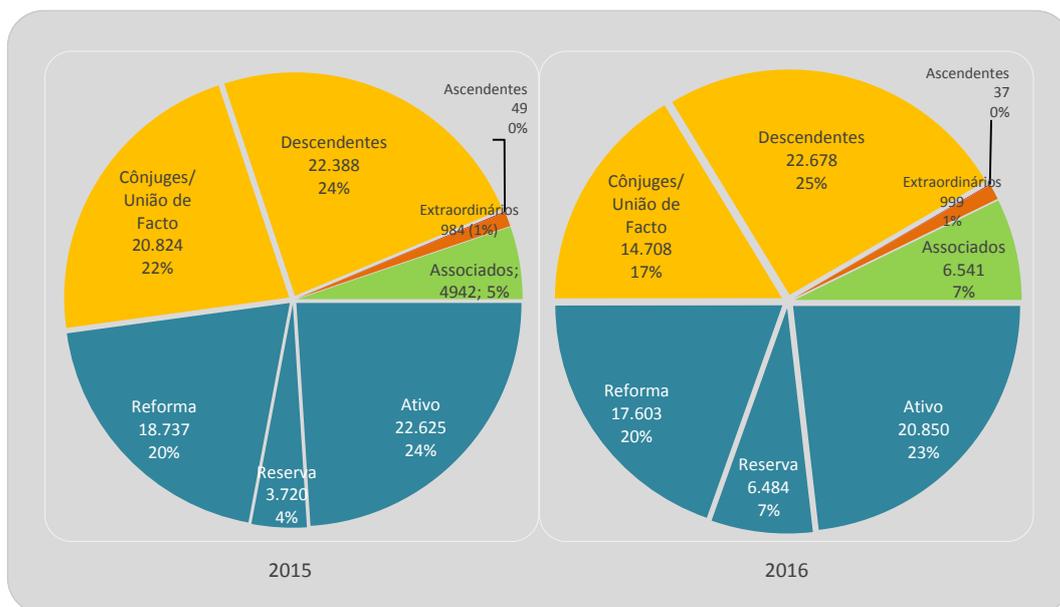


Figura 108 – Beneficiários do subsistema de saúde – SAD/GNR 2015-2016

Salienta-se, que em 2016 o número de beneficiários descendentes superou o número de beneficiários titulares no ativo, sendo que ambos representam quase 50% do universo de beneficiários. Pelo que se pode verificar, os cônjuges e os titulares na reforma têm também um peso significativo no subsistema.

#### 6.3.4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

No tocante à atividade do SAD/GNR, a Guarda limita-se a assegurar o financiamento e a gestão dos benefícios relacionados com a saúde, havendo uma série de procedimentos que dão origem à sua atividade diária:

ELEMENTOS ESTATÍSTICOS DA ATIVIDADE DO SAD/GNR	2016
ENTIDADES CONVENCIONADAS	1052
FATURAS RECEBIDAS (RL + RC)	92.324 + 13.199
PROCESSOS DE MEDICINA DENTÁRIA (ORTODONTIA + PRÓTESES FIXAS)	1.128
BENEFICIÁRIOS SAD/GNR	89.900
AUTORIZAÇÕES PARA TRATAMENTOS DE FISIOTERAPIA	5.657
CARTÕES SAD/GNR EMITIDOS	55.028
ANÁLISE DE PROCESSOS PARA EMISSÃO DE CARTÃO SAD/GNR	22.355
CARTÕES CESD VALIDADOS	6.160
FICHEIROS DE FATURAÇÃO ELETRÓNICA RECEBIDOS	13.077

#### 6.3.5. REDE CONVENCIONADA

Relativamente à rede convencionada, que atualmente conta com mais de 1000 acordos celebrados, ao longo do território nacional, salienta-se que em 2016 foram celebrados 81 acordos com novas entidades. Assinala-se a forte distribuição geográfica, ainda deficitária no interior do país quando comparada com os distritos do litoral.



## 6.4. ASSISTÊNCIA MÉDICO-VETERINÁRIA AO EFETIVO DE CAVALOS E CÃES

### 6.4.1. AÇÕES PROFILÁTICAS, MÉDICAS E CIRÚRGICAS

As ações profiláticas médicas e cirúrgicas desenvolvidas mostraram-se eficazes na garantia do estado sanitário do efetivo.

MEIO	DESCRIÇÃO
CÃES	<p>1 VACINAÇÃO CONTRA A RAIVA;</p> <p>1 VACINAÇÃO CONTRA ESGANA, HEPATITE, LEPTOSPIROSE E PARVOVIROSE;</p> <p>1 VACINAÇÃO CONTRA TOSSE DO CANIL;</p> <p>2 DESPARASITAÇÕES SEMESTRAIS CONTRA PARASITAS INTERNOS;</p> <p>DESPARASITAÇÕES EXTERNAS – Nº DEPENDENDO DA TAXA DE INFESTAÇÃO NOS LOCAIS AONDE OS ANIMAIS SE ENCONTRAM COLOCADOS;</p> <p>PRIMOVACINAÇÃO DOS CACHORROS NASCIDOS NA GNR DOS CÃES DOADOS E COMPRADOS.</p> <p>Nota: Consultas e cirurgias foram efetuadas essencialmente pela clínica veterinária de cães da GNR.</p>
CAVALOS	<p>1 VACINAÇÃO CONTRA GRIPE EQUINA E TÉTANO PARA OS CAVALOS DE FILEIRA;</p> <p>2 VACINAÇÕES CONTRA GRIPE EQUINA E TÉTANO PARA OS CAVALOS DE DESPORTO E QUE PARTICIPAM EM EVENTOS DESPORTIVOS CIVIS;</p> <p>1 DESPARASITAÇÃO INTERNA;</p> <p>PRIMOVACINAÇÃO E DESPARASITAÇÃO DOS CAVALOS DOADOS E COMPRADOS;</p> <p>Nota: Consultas e cirurgias foram efetuadas essencialmente pelo Hospital Veterinário de Equinos da GNR, Enfermaria Veterinária de Equinos no 3ºEsquadrão/USHE, e nos Centros de Apoio de Área do Porto, Coimbra e Évora.</p>





# Capítulo IV

RECURSOS DISPONÍVEIS

## IV. AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS

### 1. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

#### 1.1. RECURSOS HUMANOS

A GNR tem ao seu serviço pessoal militar e civil. Os militares da GNR dispõem de um estatuto próprio - o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/2009 de 14 de outubro. Conforme se dispõe nos artigos 19º da LOGNR e 5º do referido diploma, os militares da GNR estão sujeitos à condição militar, nos termos da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar.

Da condição militar do pessoal da GNR decorrem as restrições ao exercício de certos direitos, liberdades e garantias, que vigoram igualmente para os militares das Forças Armadas, nos termos da Lei de Defesa Nacional (LDN) e da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA). Quanto ao pessoal civil ao serviço da GNR, é-lhe aplicável o estatuto dos funcionários e agentes da administração pública.

Quanto ao pessoal civil ao serviço da GNR, é-lhes aplicável a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas” aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Os militares da Guarda agrupam-se, hierarquicamente, nas seguintes categorias profissionais, subcategorias e postos:

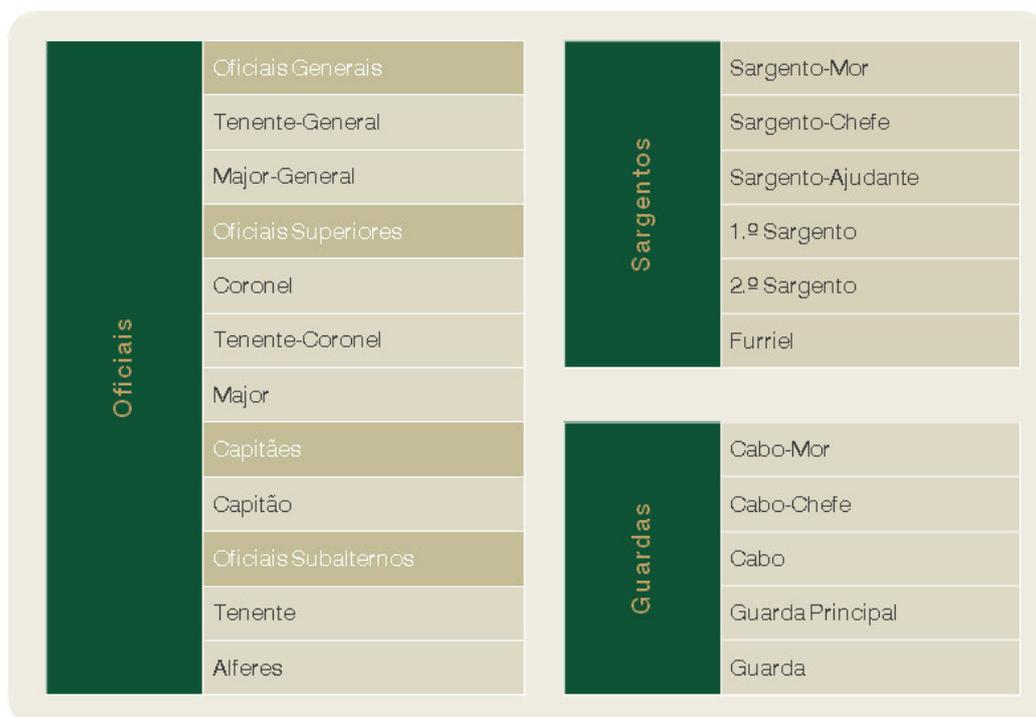


Figura 109 – Categorias profissionais militares da GNR

A situação de pessoal militar, seguidamente apresentada, tem por referência o Mapa Geral de Pessoal Militar da Guarda Nacional Republicana, aprovado por Sua Excelência o MAI, através do Despacho n.º 8.372/2010, de 18 de maio.

A Guarda dispunha em 31 de dezembro de 2016, de 23.331 elementos na situação de ativo, entre o seu pessoal, sendo uma instituição marcadamente constituída por militares – 22.608 (819 oficiais, 2.635 sargentos e 19.154 guardas) e 723 civis, dos quais 58 em regime de prestação de serviço (avenças).



Analisando os dados supra referidos, verifica-se que em 2016 a Guarda sofreu uma diminuição, ainda que ligeira, do seu efetivo, fruto, em particular, do aumento de passagens à situação de reserva de militares, em número superior ao de novas entradas no Quadro. Iniciou-se assim, uma tendência que se estima seja mantida até ao ano de 2017 (inclusive), sendo que a partir de 2018 e a manter-se o ritmo de um CFG de apenas 300 elementos/ano, muito provavelmente, a Guarda iniciará, novamente, um ciclo de decréscimo do seu efetivo militar. As mudanças operadas, a partir do final de 2013, nos critérios de deferimento dos requerimentos de passagem à situação de reserva, contribuíram para tal cenário. Toda a presente análise se efetua tendo por base as regras que atualmente constam no EMGNR.

Em 2017 ingressarão nos quadros da Guarda 41 Oficiais Subalternos e 300 Guardas, provenientes dos respetivos Cursos de Formação, o que também contribuirá para tendência de subida do número de efetivos militares

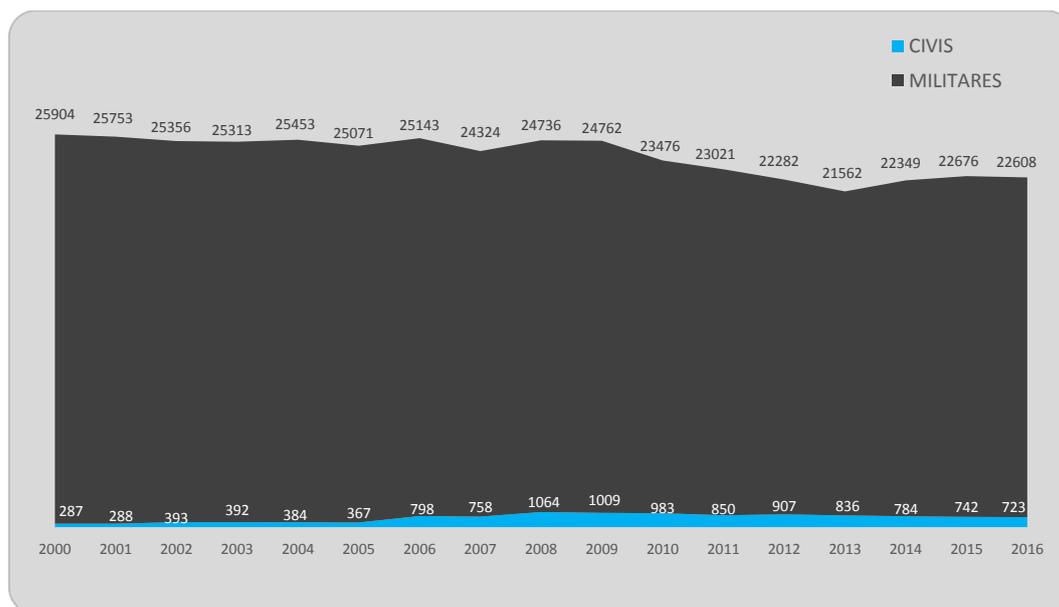


Figura 110 – Evolução dos Recursos Humanos entre 2000 – 2016

Como se pode constatar da análise ao quadro supra, em particular no efetivo militar, este tem registado um decréscimo acentuado. Pese embora a tendência de subida verificada em 2014 e 2015 e que se não se manteve em 2016, não são ainda assim suficientes para alcançar o efetivo militar que já atingidos, na situação de ativo, em anos anteriores.

Um aspeto de primordial importância para o funcionamento da Guarda, no que respeita ao ano de 2016, são as promoções realizadas no efetivo militar e que se traduzem no quadro infra, as quais só se realizaram com 2 oficiais das Forças Armadas e com o término do Curso de Promoção a Cabo (CPCb). As restantes, resultantes das vagas respeitantes a 2016, ainda não se realizaram. De notar que, como se pode constatar, algumas promoções, embora tenham ocorrido em 2015, dizem respeito a vagas de anos anteriores:

CATEGORIAS	PROMOÇÕES DE ANOS ANTERIORES	PROMOÇÕES DE 2016	TOTAL
OFICIAIS	7	2	9
SARGENTOS	25	-	25
GUARDAS	79	250	329
TOTAL	111	252	363

Figura 111 – Promoções em 2016



As promoções provenientes das vagas de 2016 só ocorrerão após a obtenção de despacho prévio favorável por parte dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Interna, tal como dispunha a LOE para o ano de 2016.

Refira-se que tais promoções se afiguram essenciais e imprescindíveis para o normal funcionamento da Guarda, tendo em conta a sua estrutura fortemente hierarquizada e a definição das funções correspondentes a cada um dos postos dos militares que integram esta Força de Segurança.

No que concerne ao processamento de vencimentos, o mesmo teve necessidade de ser adaptado às alterações legislativas decorrentes da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, (Orçamento de Estado para 2016) e do Decreto-lei n.º 247/2015, de 23 de outubro (Estatuto da carreira de Guarda-Florestal).

Para além da aplicação das alterações impostas no âmbito da sua atividade principal, supramencionadas, o processamento de vencimentos teve um impulso significativo na forma de interagir com outras entidades, nomeadamente, Autoridade Tributária, Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social. Merecem destaque neste particular as alterações profundas na forma de reporte dos valores processados à Autoridade Tributária, a melhoria dos contributos para cumprimento das solicitações do Ministério da Administração Interna e da Direção Geral do Orçamento, beneficiando ainda o processo de planeamento e orçamentação de atividades relacionadas com a imputação de recursos humanos.

## 1.2. ATIVIDADES CONEXAS À GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

### 1.2.1. SAÚDE E BEM-ESTAR

Este ponto engloba toda a Atividade relacionada com a assistência na doença, cuidados de saúde, moral e bem-estar dos militares da Guarda e a aquisição de equipamentos para serviços de saúde, já exposta anteriormente.

Nos quadros apresentados consta o conjunto de atividades principais desenvolvidas neste âmbito.

INSPEÇÕES MÉDICAS REALIZADAS (MEDICINA PREVENTIVA)	TOTAL
CURSO PROMOÇÃO OFICIAL SUPERIOR	25
CURSO PROMOÇÃO A CAPITÃO	88
PROMOÇÃO A SARG. CHEFE/AJUDANTE	78
CURSO FORMAÇÃO DE SARGENTOS	78
CURSO DE PROMOÇÃO A CABO	383
CURSO DE PATRÃO LOCAL	24
CURSO DE BATEDOR MOTO	29
CANDIDATOS AO CURSO DE C.R.M.O.P.	30
CURSO DE TRÂNSITO	40
CANDIDATOS CURSO FISCAL	61
CANDIDATOS CURSO GIOP	18
CANDIDATOS A MOTORISTA	91
CURSO DE. MERGULHADOR	14



INSPEÇÕES MÉDICAS REALIZADAS (MEDICINA PREVENTIVA)	TOTAL
CANDIDATOS CURSO MINAS E ARMADILHAS (EOD)	19
HIGIENE E SEGURANÇA ALIMENTAR	152
ÂMBITO DA MEDICINA PREVENTIVA	178
CANDIDATOS À GNR	580
<b>TOTAL</b>	<b>1.888</b>

Figura 112 – Inspeções Médicas Realizadas (Medicina Preventiva)

ALGUNS EXAMES COMPLEMENTARES EFECTUADOS	TOTAL
E.C.G.	2.253
TITMUS	1.921
AUDIOGRAMAS	1.928
E.E.G.	44
T.A.	1.944
<b>TOTAL</b>	<b>8.090</b>

Figura 113 – Exames desenvolvidos

### 1.2.2. JUSTIÇA E DISCIPLINA

PROCESSOS	INSTAURADOS				CONCLUÍDOS			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
PROC. DISCIPLINARES	979	860	742	881	702	860	719	754
PROC. AVERIGUAÇÕES	707	690	646	656	622	690	579	601
PROC. AC. EM SERVIÇO	947	1046	1062	1013	806	1046	918	936
PROC. ADMINISTRATIVOS	1121	1040	1160	1163	633	1040	775	922
PROC. INQUÉRITO	14	18	33	19	4	18	31	14
PROC. ESTATUTÁRIO	0	1	2	2	2	-	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>3768</b>	<b>3655</b>	<b>3645</b>	<b>3734</b>	<b>2769</b>	<b>3654</b>	<b>3023</b>	<b>3228</b>

Figura 114 – Análise de processos desenvolvidos



RECOMPENSAS/PUNIÇÕES	EXECUTADOS							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
LOUVORES	1147	656	941	2969	2945	2597	3794	3809
REFERÊNCIA ELOGIOSA	53	-	0	63	214	640	438	715
LICENÇA DE MÉRITO	1198	-	-	1181	1488	1082	1042	999
REPREENSÃO ESCRITA	52	60	73	86	64	88	66	84
REPREENSÃO ESCRITA AGRAVADA	27	19	18	43	30	25	24	46
SUSPENSÃO	171	153	149	133	147	165	138	152
SUSPENSÃO AGRAVADA	0	2	0	1	2	6	2	5
REFORMA COMPULSIVA	15	10	13	42	31	3	-	-
SEPARAÇÃO DO SERVIÇO	10	2	5	2	3	4	-	7
DISPENSA DE SERVIÇO	-	-	-	-	-	-	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>2673</b>	<b>902</b>	<b>1199</b>	<b>4520</b>	<b>4924</b>	<b>4610</b>	<b>5504</b>	<b>5818</b>

Figura 115 – Análise de recompensas vs punições desenvolvidas

OUTRAS	EXECUTADOS							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PARECERES POR RECURSO PARA EXMO. TGCG E S.EXª MAI	189	219	162	168	203	167	196	181
PATROCÍNIOS JUDICIÁRIOS	39	33	74	84	30	26	35	39
<b>TOTAL</b>	<b>228</b>	<b>252</b>	<b>0</b>	<b>236</b>	<b>252</b>	<b>233</b>	<b>193</b>	<b>231</b>

Figura 116 – Análise de outras atividades desenvolvidas



## 2. RECURSOS MATERIAIS

A logística está intimamente ligada à estratégia da Guarda e traduz-se na capacidade para fazer acontecer, pois constitui um processo transversal a toda a organização, assente numa rede de fluxos físicos e informacionais, que visa responder no momento, na quantidade e no local apropriados, potenciando o desempenho operacional.

Deste modo, a gestão dos recursos materiais deve orientar-se para a racionalização de meios e para a eficiência na afetação de recursos públicos assente, por um lado, no modelo de partilha de atividades comuns e, por outro lado, numa plataforma de funcionamento em rede, que abrange especialmente as atividades de natureza administrativa e logística.

Nessa conformidade, durante o ano 2015 procurou-se consolidar o novo conceito logístico, assente numa lógica de serviços partilhados, onde uma entidade gestora central promove as funções de planeamento, gestão e controlo dos recursos logísticos, em articulação com os órgãos de gestão local, com a Direção de Serviços da Unidade Ministerial de Compras do MAI e com a ESPAP.

Ao nível estratégico, a logística procurou contribuir para um melhor alinhamento entre os principais instrumentos de gestão, nomeadamente, o Plano Anual de Atividades, o Orçamento, o Plano Anual de Investimento e o Plano Anual de Compras, pois só garantindo as fontes de financiamento indispensáveis ao desenvolvimento oportuno das aquisições de bens e serviços será possível suprir as principais necessidades identificadas pelo dispositivo da Guarda.

Em termos operacionais, foram introduzidos procedimentos que pretenderam agilizar o ciclo de reabastecimento, foram desenvolvidos procedimentos aquisitivos transversais ao dispositivo, para além de se procurar racionalizar a gestão da manutenção e dos transportes

Foi também através de uma política de gestão criteriosa dos recursos materiais que a Guarda cumpriu, com êxito, a sua Missão.

Enquanto entidade gestora de um vasto património, cuja dispersão geográfica constitui um fator que dificulta as medidas de preservação e de manutenção dos materiais e equipamentos, a implementação de um novo conceito logístico permitiu dar cumprimento às diretrizes da Tutela quanto à contenção de despesa na Guarda.

Não seria verdade, se não disséssemos que com mais certamente faríamos melhor. No entanto, com os recursos disponíveis, a Guarda Nacional Republicana procurou continuar a garantir uma melhor funcionalidade dos seus serviços e um ambiente de maior segurança.

### 2.1. PLANEAMENTO E REABASTECIMENTO

O planeamento logístico visa prever e atuar sempre em antecipação. Assim, só planeando o apoio logístico é possível obter, em tempo útil, no local apropriado e na quantidade e qualidade devidas, os recursos necessários ao bom desempenho operacional.

Neste âmbito, o planeamento passou a dispor de uma lógica consolidada através da agregação de necessidades promovida pelo Plano Anual de Compras, em alinhamento com a proposta de Orçamento e o Plano de Atividades da Guarda.

Através da função logística/reabastecimento foi possível desenvolver um conjunto de atividades cujo objetivo é o de fornecer todos os artigos necessários para equipar, manter e permitir a atuação das Forças da Guarda.

No âmbito do reabastecimento foi dada prioridade à otimização e antecipação do planeamento das necessidades logísticas. Procurou-se, ainda, desenvolver e melhorar as especificações técnicas dos procedimentos aquisitivos, bem como reforçar os mecanismos de controlo da execução material dos contratos, em articulação com as Unidades.

## 2.2. AQUISIÇÕES

No decurso do ano em análise, a GNR, por intermédio da Direção de Recursos Logísticos (DRL), manteve a estratégia adotada em 2015, assumindo-se como entidade coordenadora da estratégia de compras da Guarda, nomeadamente no que respeita à execução do Plano Anual de Compras, aprovado pelo Exmo. Comandante-Geral.

Naqueles termos, aquela direção agregou um conjunto de procedimentos para a aquisição de bens e serviços junto dos demais Órgãos da GNR, privilegiando a centralização dessas compras junto da UMC/MAI.

No quadro infra são reportados, de forma global, os procedimentos aquisitivos desenvolvidos pela GNR, bem como aqueles de que foi beneficiária, correndo a sua formalização por parte da UMC/MAI e ESPAP.

Com efeito a figura abaixo reflete os procedimentos aquisitivos realizados no decurso do ano de 2016, por tipologia. Por sua vez, a Figura 118 – Valor dos procedimentos de Aquisição/Alienação formalizados em 2016 traduz o seu valor em euros<sup>60</sup>:

PROCEDIMENTOS	ADS	AD	CP	AQ	CE	PNPA	CLPQ	CP AL.	TOTAL
PAC2015	0	2	4	0	1	1	0	0	8
PAC2016	49	18	40	14	8	0	1	0	130
PAI2015	0	0	1	0	0	0	0	0	1
PAI2016	0	11	6	12	0	0	0	0	29
ALIENAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>31</b>	<b>51</b>	<b>26</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>169</b>

Figura 117 – Procedimentos aquisitivos desenvolvidos em 2016 por tipologia

PROC.	ADS	AD	CP	AQ	CE	PNPA	CLPQ	CP AL.	TOTAL (€)
PAC2015	0	190.863	1.394.524	0	384.420	702.829	0	0	2.672.638
PAC2016	31.666	1.031.473	6.555.409	16.110.100	1.541.151	0	456.448	0	25.726.249
PAI2015	0	0	69.767	0	0	0	0	0	69.767
PAI2016	0	908.980	1.128.671	4.548.664	0	0	0	0	6.586.316
ALIENAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	5.040	5.040
<b>TOTAL</b>	<b>31.666</b>	<b>2.131.317</b>	<b>9.148.372</b>	<b>20.658.764</b>	<b>1.925.571</b>	<b>702.829</b>	<b>456.448</b>	<b>5.040</b>	<b>35.060.010</b>

Figura 118 – Valor dos procedimentos de Aquisição/Alienação formalizados em 2016

<sup>60</sup> O quadro identificativo do conjunto discriminado dos procedimentos aquisitivos desenvolvidos pela GNR durante o ano de 2016 é incluído em anexo B, por motivos de extensão.



Da análise aos quadros acima é possível verificar a diversificada distribuição dos procedimentos por tipologia de contratação, bem como, o valor aplicado em termos globais, representando a formalização de 169 procedimentos aquisitivos, no montante global de despesa de € 35.060.010,9 e de receita de € 5.040,00.

De salientar a realização dos procedimentos aquisitivos para 2017, no total de 20 procedimentos, cuja execução material e financeira ocorre no corrente ano económico.

De referir ainda, a continuidade do paradigma nas aquisições efetuadas pela GNR, uma vez que esta Força de Segurança tem como principal objetivo, na área da aquisição de bens e/ou serviços, diminuir as aquisições através do recurso ao procedimento por Ajuste Direto, potenciando o recurso aos procedimentos abertos a todos os interessados que reúnam as condições de participação exigidas, facto que garante, nomeadamente, os princípios da igualdade e da livre concorrência.

### 2.3. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Em 2016, à semelhança do que sucedeu nos anos anteriores, consolidou-se a estrutura decorrente da nova Lei Orgânica da GNR, o que permitiu cimentar o novo conceito logístico alicerçado no Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE).

A Guarda desenvolveu ainda obras de pequena envergadura e trabalhos de manutenção, com recurso a meios próprios num património vasto e bastante antigo. Sem este valioso recurso, a degradação das infraestruturas seria muito maior e implicaria o dispêndio de maiores verbas em intervenções tardias.

Para além das necessárias intervenções de manutenção, muito ainda há a fazer quanto a trabalhos de modernização, aspeto fundamental e melhoria da funcionalidade com o objetivo último de garantir um serviço público de qualidade e excelência. Também através da função logística manutenção se desenvolveu um conjunto de atividades com o objetivo de conservar o material em condições de operacionalidade e assegurar tais condições ao material que as não possui, por modernização, aperfeiçoamento ou modificação.

### 2.4. MEIOS DE TRANSPORTE

Através da função logística transportes foi desenvolvido um conjunto de atividades que englobam o deslocamento de pessoal, de animais e de material, bem como a sua direção e a gestão do equipamento e das instalações a ele associadas. O parque de veículos da Guarda tem uma dimensão, dispersão e complexidade ímpares na Administração Pública, cobrindo todas as especificidades impostas pela sua missão.

Nesse parque de meios de transporte encontram-se viaturas auto para o patrulhamento e transporte de pessoal, viaturas especiais destinadas a valências específicas (a proteção da natureza e do ambiente, investigação criminal e intervenção e socorro, entre outras), viaturas blindadas para situações especiais e especialmente destinadas à participação em missões internacionais, viaturas de transportes gerais, viaturas de transporte de solípedes e canídeos e embarcações para controlo e patrulhamento do mar territorial e vigilância da orla marítima, entre muitas outras.

#### 2.4.1. TRANSPORTE RODOVIÁRIO

O Parque de viaturas da Guarda (PVG), composto na sua maioria por viaturas ligeiras e motociclos, totalizam 5.855 unidades, cuja evolução durante o ano de 2016 foi marcada pela aquisição de 110 viaturas e pelo abate de 134 veículos.

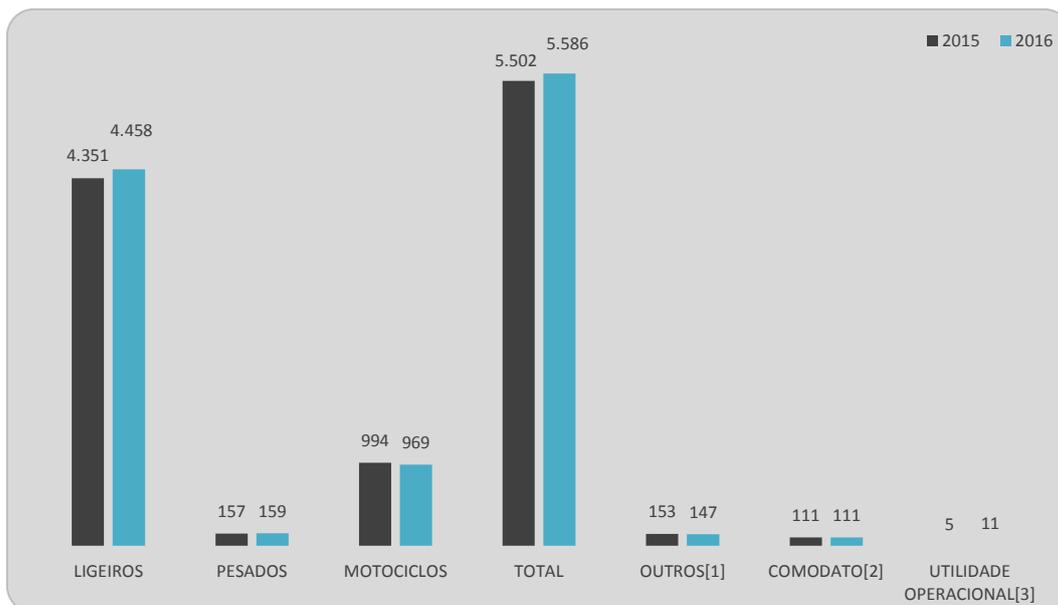


Figura 119 – Distribuição por tipologia<sup>61</sup>

Em 2016, a Guarda adquiriu 110 veículos novos, num investimento total de 4.537.310,26 € provenientes do Plano Anual de Investimentos (PAI/15), Fundo de Garantia Automóvel (FGA) e projetos Life Imperial e Life Rupis, conforme quadro infra:

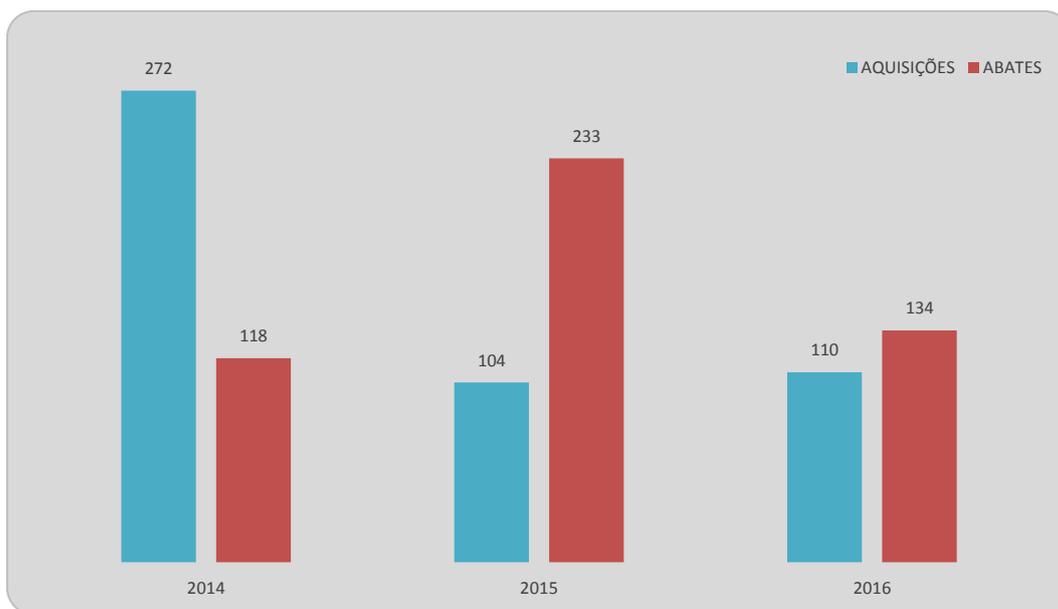


Figura 120 – Análise comparativa entre aquisições e abates de viaturas – 2014-2016

<sup>61</sup> (1) Inclui máquinas agrícolas e industriais, quadriciclos, ciclomotores e atrelados; (2) Protocolos estabelecidos com entidades públicas e privadas; (3) Nos termos do DL n.º 11/2007, de 11jan.



MARCA/MODELO	QUANTIDADE	TOTAL
SKODA FABIA 1.4 TDI (SERVIÇOS GERAIS)	4	73.717,64 €
TOYOTA HILUX 2.5D-4D (PICK-UP/TRANSPORTE DE SOLÍPEDES)	10	342.417,86 €
TOYOTA HILUX 2.5D-4D (PICK-UP/GIC/UI)	3	156.508,43 €
VOLVO FL 8 42 R (PRONTO SOCORRO)	1	91.299,21 €
MAN TGM 18 290 4X2 BL (CANHÃO DE ÁGUA)	1	336.235,28 €
VOLKSWAGEN TRANSPORTER 2.0 TDI (TP9)	1	28.196,82 €
MERCEDES BENZ SPRINTER 316 CDI (MANUTENÇÃO ORDEM PÚBLICA)	15	920.470,50 €
TOYOTA HILUX 2.5D-4D (PICK-UP/TERRITORIAL)	65	2.164.086,60 €
TOYOTA HILUX 2.5D-4D (PICK-UP /GIC/TERRITORIAL)	4	201.670,80 €
TOYOTA HILUX 2.5D-4D (PICK-UP /LIFE IMPERIAL/GIC/TERRITORIAL)*	1	34.784,40 €
TOYOTA HILUX 2.5D-4D (PICK-UP /LIFE IMPERIAL/GIC/TERRITORIAL)	3	110.939,85 €
TOYOTA HILUX 2.5D-4D (PICK-UP /LIFE RUPIS)*	1	37.845,69 €
TOYOTA HILUX 2.5D-4D (PICK-UP /LIFE RUPIS)	1	39.137,18 €
<b>TOTAL</b>	<b>110</b>	<b>4.537.310,26</b>

Figura 121 – Distribuição por Unidades dos veículos adquiridos novos durante 2016

Durante o ano de 2016, os veículos afetos ao PVG percorreram em média 236.471 Km diários. Considerando o total de viaturas da Guarda e a taxa média de inoperacionalidade, cada viatura operacional da Guarda percorreu 19.286 km por ano.

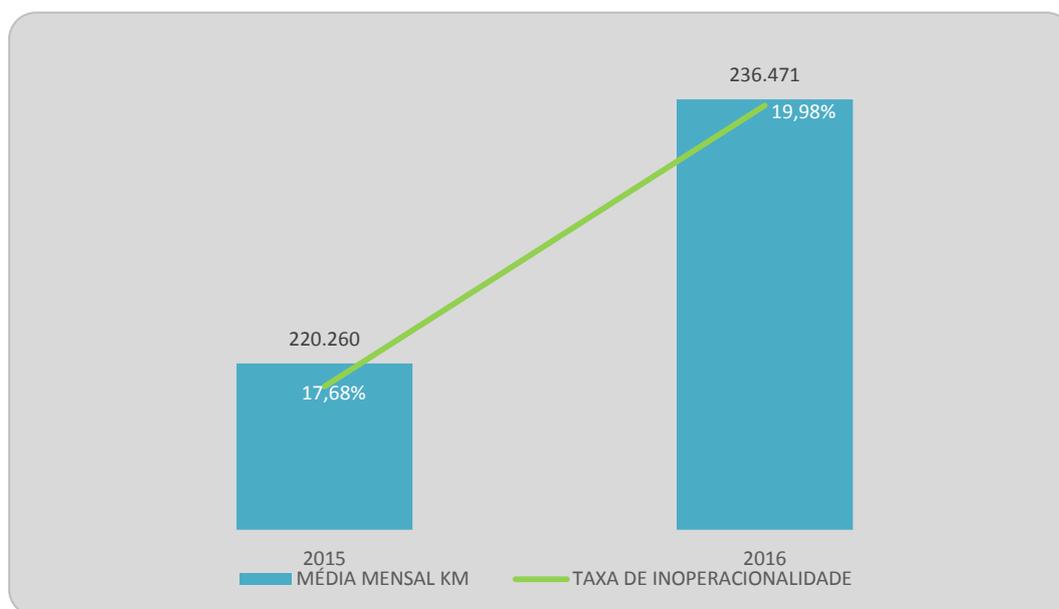


Figura 122 – Relação distancia percorrida versus inoperacionalidade das viaturas 2015-2016

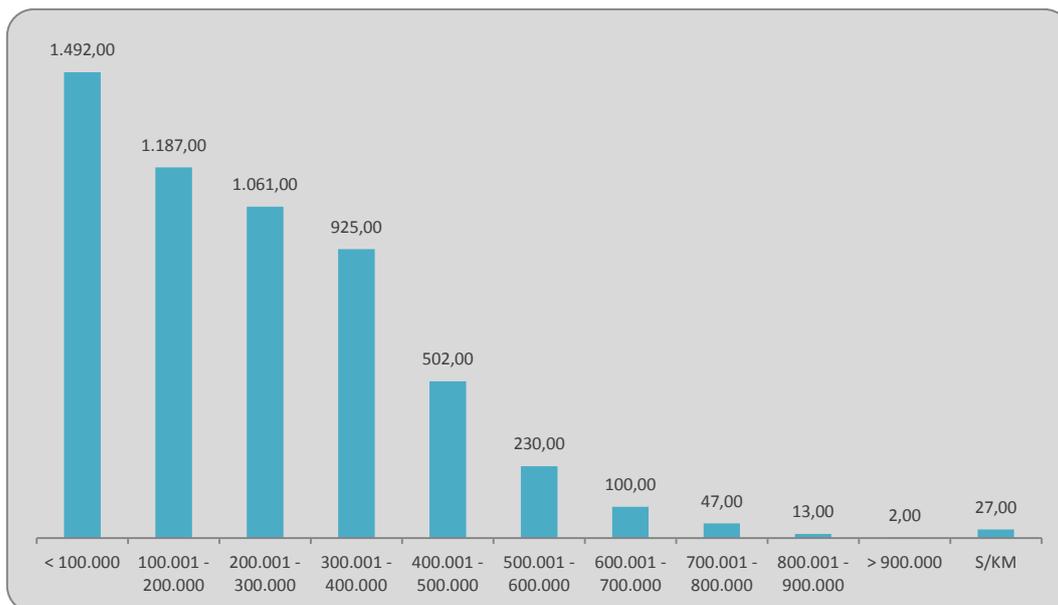


Figura 123 – Distribuição de Veículos por Quilómetros

Outra das preocupações do Comando da Guarda refere-se à antiguidade do parque auto, com evidentes reflexos no desempenho operacional. Conforme se pode constatar no quadro abaixo, a grande maioria dos veículos tem mais de 10 anos de idade, o que, aliado ao grande desgaste diário, dificulta o serviço a desempenhar.

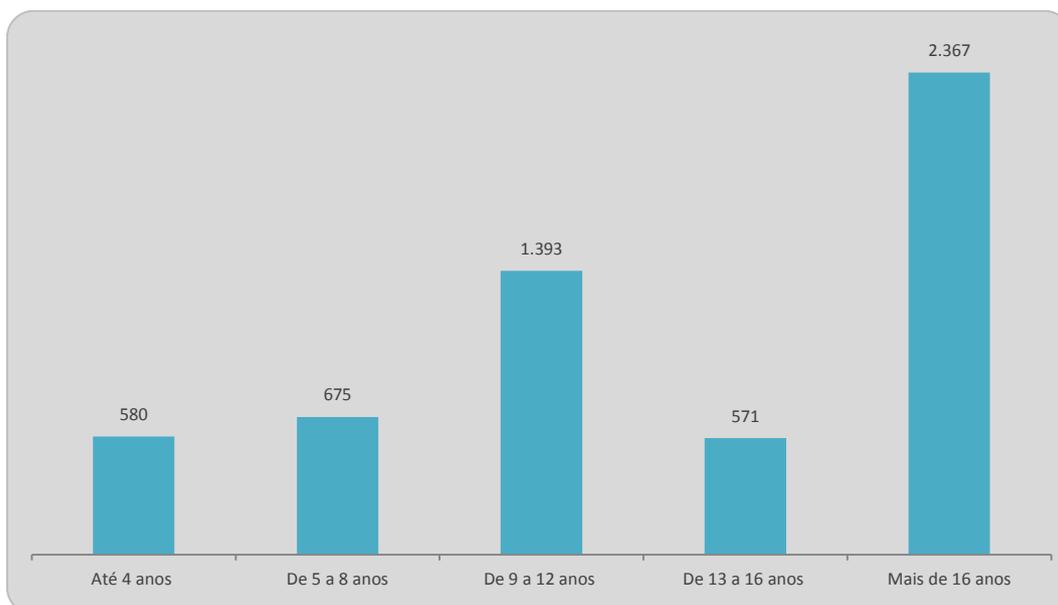


Figura 124 – Distribuição de Veículos por idade

Ainda durante o ano de 2016, foi concluído 17 processos de integração de viaturas no Parque de Veículos do Estado (PVE), provenientes de processos perdidos a favor do Estado (processos-crime ou contra-ordenacionais), sendo de destacar a utilização de 11 veículos em regime de utilidade operacional, nos termos do Decreto-Lei n.º 11/2007, de 19 de janeiro.

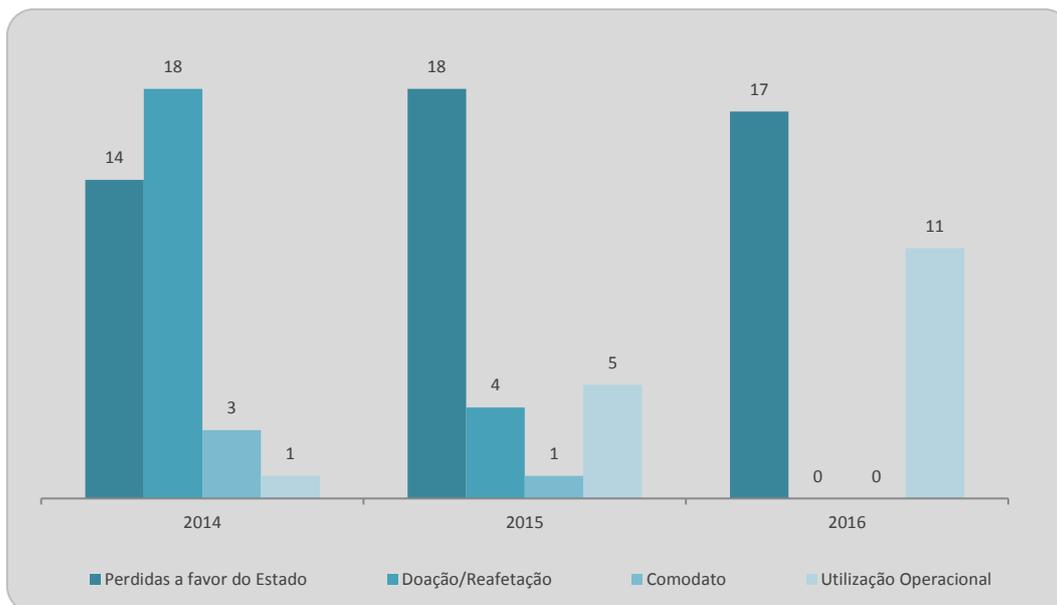


Figura 125 – Veículos Legalizados no último Triénio

### 2.4.2. MEIOS MARÍTIMOS

Para desenvolver a sua missão nesta área de responsabilidade, nomeadamente no controlo e vigilância costeira, proteção da natureza e ambiente e proteção e socorro, a Guarda dispõe dos seguintes meios marítimos:

UNIDADES	IDADE DOS MEIOS MARÍTIMOS (MÉDIA)	TIPOLOGIA DOS MEIOS		
		FIBRA	SEMIRRÍGIDOS	TOTAL
UCC	12	44	20	64
UI	10		4	4
CTER	10	3	15	18
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>47</b>	<b>39</b>	<b>86</b>

Figura 126 – Frota meios marítimos da GNR

### 2.5. EFETIVO ANIMAL

Outra das especificidades que diferenciam a Guarda das demais instituições públicas e a tornam única, são as valências de cavalaria e cinótecnicas, as quais revestem cuidados especiais nomeadamente com a saúde e alimentação deste efetivo.

No gráfico abaixo mostra-se a evolução destes efetivos entre 2008 e 2016, bem como a sua respetiva distribuição.

Durante o ano 2016 foram aumentados ao efetivo 21 cães e 51 cavalos, e abatidos 11 cães e 14 cavalos.

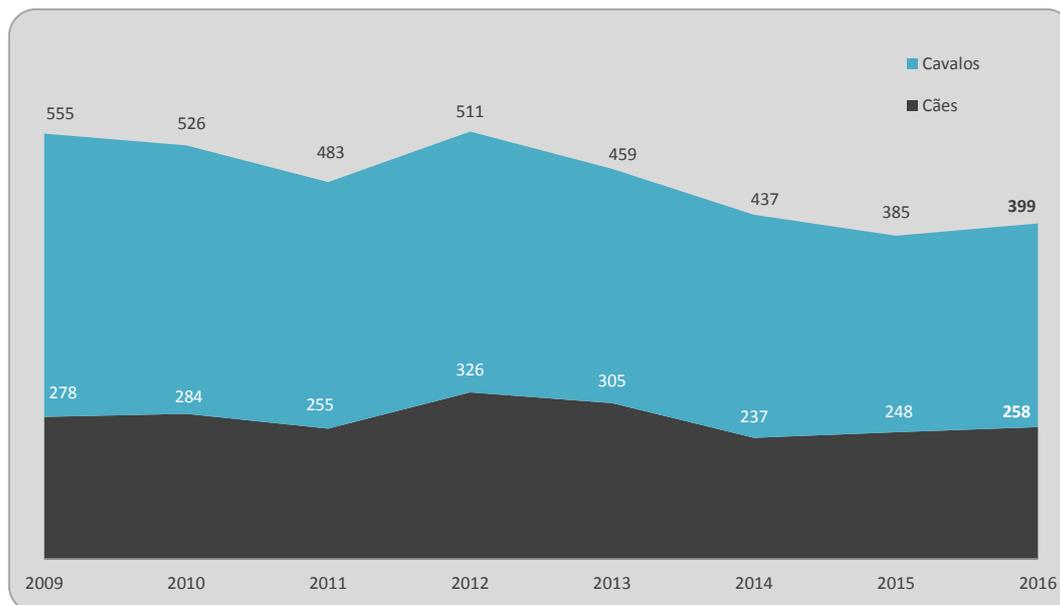


Figura 127 – Efetivo Animal 2009-2016

UNIDADES	EFETIVO ANIMAL		
	SOLÍPEDES	CANÍDEOS	TOTAL
USHE	292	0	292
UI	0	118	118
CTER	107	140	247
<b>TOTAL</b>	<b>399</b>	<b>258</b>	<b>657</b>

Figura 128 – Distribuição do Efetivo Animal (em 31 de dezembro de 2016)

Cerca de 73% do efetivo de cavalos encontra-se na USHE e 46% de cães na UI, incluído os que após terem sido adquiridos se encontram em instrução/ensino. Em 2015, fruto de decisão do Comando da Guarda, foi promovido um reajustamento do efetivo de solípedes, ponderando para o efeito as suas necessidades operacionais, traduzindo-se numa redução efetiva de 69 animais.

Em 2016 o Comando da Guarda manterá o esforço de reajustamento do efetivo de solípedes, ponderando para o efeito as suas necessidades operacionais. Visando garantir a operacionalidade de utilização deste meio, ponderando os custos com a sua manutenção, a Guarda fixará um quadro de referência de 400 solípedes.



### 3. RECURSOS FINANCEIROS

#### 3.1. PROPOSTA DE ORÇAMENTO E ORÇAMENTO APROVADO

A Proposta de Orçamento da GNR para 2016 foi elaborada em obediência aos limites definidos pela Tutela e, em particular, às instruções divulgadas pela Direção-Geral de Orçamento (DGO), através da sua Circular n.º 1379, Série A, de 18 de dezembro de 2015.

A etapa de planeamento do Orçamento da GNR concretizou-se em duas fases:

- A primeira correspondeu à recolha das necessidades globais previstas para 2016, junto de todas as Unidades/Estabelecimentos/Órgãos, destacando-se a interação entre o órgão de planeamento estratégico (DPERI), o órgão coordenador orçamental (DRF), e os órgãos responsáveis pela gestão de recursos humanos (DRH) e pelos recursos logísticos (DRL), determinada pelo peso relativo das despesas processadas por cada uma delas, no que respeita ao cálculo das despesas decorrentes do processamento de vencimentos e relativamente ao cálculo das necessidades logísticas.
- A segunda fase, e após determinação do Plafond pela Tutela, consistiu no ajuste do planeamento inicial realizado, respeitando as regras previstas na Circular supra referida e o valor tutelarmente definido para a GNR.

Após a GNR ter introduzido de forma digital o seu Orçamento no Sistema de Orçamento de Estado (SOE), foram realizadas algumas alterações ao Plafond inicial atribuído, levando à alteração da proposta apresentada pela GNR, conforme o quadro que se segue. Do montante proposto, a GNR viu a sua proposta ser aumentada em € 7.000.000.

AGRUPAMENTO	VALOR SUBMETIDO INICIALMENTE	VALOR APROVADO <sup>62</sup>	DIFERENÇA	%
PESSOAL	735.547.610,00	780.547.610	45.000.000	6,12%
BENS E SERVIÇOS	75.995.138,00	49.691.260,00	-26.303.878	-34,61%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	596.888	596.888	0	0,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.372.376	1.172.376	-200.000	-14,57%
INVESTIMENTO	33.290.885	26.794.763	-6.496.122	-19,51%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.516.635	4.516.635	-5.000.000	-52,54%
<b>TOTAL</b>	<b>856.319.532</b>	<b>863.319.532</b>	<b>7.000.000</b>	<b>0,82%</b>

Figura 129 – Alterações ao Plafond inicial – Orçamento Proposto versus Orçamento Aprovado

<sup>62</sup> 863.319.532 = 855.528.873 + 911.376 (reserva FF 123) + 6.879.283 (cativação)

## 3.2. ORÇAMENTO DA DESPESA INICIAL

### 3.2.1. ALTERAÇÕES INICIAIS EM SEDE DA PUBLICAÇÃO DA LEI DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2016

Após a aprovação do Orçamento, e conforme previsto na Circular n.º 1379, todos os Organismos e Serviços da Administração Central tiveram de realizar uma provisão no valor de 2,5% do montante orçamentado.

Importa referir que o cálculo da reserva não incidiu sobre as despesas cobertas por financiamento comunitário, nem sobre as Dotações Específicas, (Serviço de Assistência na Doença (SAD) e Pensões de Reserva), bem como sobre as despesas financiadas pela Fonte de Financiamento 129 - «Transferências de RP entre Organismos».

O quadro seguinte espelha os montantes relativos à constituição da Reserva da GNR:

CARATERIZAÇÃO DA DOTAÇÃO	F.F.	MONTANTE PROPOSTO	MONTANTE APROVADO	RESERVA DE 2,5%	
DOTAÇÃO NÃO ESPECÍFICA	111	638.313.672	645.313.672		
	123	36.455.050	35.543.674	911.376	
	129	10.994.828	10.994.828		
	280	10.325.700	10.325.700		
DOTAÇÃO NÃO ESPECÍFICA TOTAL		696.089.250	702.177.874	911.376	
PENSÕES DE RESERVA	111	108.667.169	108.667.169		
DOTAÇÃO ESPECÍFICA	PESSOAL AGUARDAR APOSENTAÇÃO	111	17.863.113	17.863.113	
	SAD	123	33.700.000	33.700.000	
DOTAÇÃO ESPECÍFICA TOTAL		160.230.282	160.230.282		
TOTAL GERAL		856.319.532	862.408.156	911.376	

Figura 130 – Cálculo da Reserva da FF 123

Conforme previsto na Circular n.º 1379, a Reserva da FF 111 no montante de 16.825.046€ integrou o orçamento de atividades da Entidade Coordenadora (MAI).

Além da Reserva acima referida e de acordo com o art.º 3.º da Lei de Orçamento de Estado para 2016, Lei n.º 7-A/2017, de 30 de março (cativação de 15% de todas as rubricas do agrupamento de Bens e Serviços, exceto serviços de saúde), o orçamento da GNR foi ainda cativado no montante de 6.879.283 €.

Em conformidade, o Orçamento Inicial líquido de Cativos e de Reserva ascendeu ao montante de 855.528.873 €, conforme o mapa que se segue:



AGRUPAMENTO	DOTAÇÃO INICIAL	CATIVOS	RESERVA	ORÇAMENTO CORRIGIDO INICIAL
PESSOAL	780.547.610			780.547.610
BENS E SERVIÇOS	49.691.260	6.879.283		42.811.977
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	596.888			596.888
OUTRAS DESPESAS	1.172.376		911.376	261.000
INVESTIMENTO	26.794.763			26.794.763
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.516.635			4.516.635
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>863.319.532</b>	<b>6.879.283</b>	<b>911.376</b>	<b>855.528.873</b>

Figura 131 – Orçamento Corrigido Inicial

### 3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL EM 2016

#### 3.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

No decorrer da execução do OE\GNR 2016 verificaram-se diversas alterações orçamentais para a prossecução da Missão desta Instituição, tal como se pode verificar na análise do quadro seguinte:

AGRUPAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO INICIAL	TRANSIÇÃO SALDOS	CRÉDITO ESPECIAL FFP	ALTERAÇÕES ORÇAMENT. INV/FUNC	DESCATIVAÇ. GNR	RESERVA RG GNR	DESCATIVAÇ. RG MAI	REFORÇO SGMAI	GESTÃO FLEXÍVEL	DOTAÇÃO CORRIGIDA FINAL
PESSOAL	780.547.610	16.116.310	2.000.000		6.461.193	11.685.058	14.225.619	215.000		831.250.790
BENS E SERVIÇOS	42.811.977	498.743		11.493.805					-2.924	54.801.601
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	596.888								-25.751	571.137
OUTRAS DESPESAS	261.000								-52.393	208.607
INVESTIMENTO	26.794.763			-11.225.702					-108.662	15.460.399
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.516.635			-2.297.154					189.730	2.409.211
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>855.528.873</b>	<b>16.615.053</b>	<b>2.000.000</b>	<b>-2.029.051</b>	<b>6.461.193</b>	<b>11.685.058</b>	<b>14.225.619</b>	<b>215.000</b>	<b>0</b>	<b>904.701.745</b>

Figura 132 – Alterações ao orçamento aprovado



3.3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

No que concerne à execução orçamental, da análise do quadro seguinte, pode concluir-se que a dotação corrigida atribuída foi executada quase na sua totalidade conforme evidenciado no quadro infra.

AGRUPAMENTO	DOTAÇÃO CORRIGIDA	CABIMENTOS		COMPROMISSOS		PAGAMENTOS	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
PESSOAL	831.250.790	827.780.809	100%	827.780.807	100%	826.660.612	99%
BENS E SERVIÇOS	54.801.601	52.193.572	95%	52.051.865	95%	51.886.941	95%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	571.137	565.365	99%	565.365	99%	565.365	99%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	208.607	208.172	100%	208.172	100%	208.172	100%
INVESTIMENTO	15.460.399	9.106.574	59%	9.106.559	59%	9.106.559	59%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.409.211	2.304.602	96%	2.303.593	96%	2.303.593	96%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>904.701.745</b>	<b>892.159.095</b>	<b>99%</b>	<b>892.016.362</b>	<b>99%</b>	<b>890.731.243</b>	<b>98%</b>

Figura 133 – Execução orçamental 2016

Dos agrupamentos analisados, quanto à sua execução de pagamentos, o Agrupamento de Despesas com Investimento é o que apresenta uma taxa de execução mais reduzida, devido à não concretização de todos os procedimentos aquisitivos tendentes à aquisição de viaturas, cuja execução compete à Unidade Ministerial de Compras (UMC/MAI).



3.3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

No que concerne à cobrança de receita (e respetiva entrega no Tesouro), verificou-se uma redução de cerca de € 3,8M em relação ao período homólogo de 2015, colmatada no entanto pela Transição de Saldo que permitiu superar o valor global de 2015, bem como o Orçamento previsto inicialmente em cerca de € 14M, como se pode verificar no quadro seguinte, discriminadamente:

CLASSIFICAÇÃO	DESIGNAÇÃO	POE 2016 (1)	RECEITA 2015 (2)	RECEITA 2016 (3)	DIFERENÇA I (4)=(3)-(1)	% (5)	DIFERENÇA II (6)=(3)-(2)	% (7)
303990106	CONTRIBUIÇÕES PARA A CGA/SS/SAD	33.700.000	30.526.129	33.656.765	-43.235	0%	3.130.636	9%
401999906	TAXAS DIVERSAS	3.200.000	3.108.438	3.817.618	617.618	19%	709.180	19%
402010106	JUROS DE MORA	1.000	1.931	176	-824	-82%	-1.755	-998%
402030106	MULTAS E COIMAS	15.000.000	20.248.584	12.916.739	-2.083.261	-14%	-7.331.845	-57%
402049906	COIMAS E PENALIDADES	2.000.000	1.922.458	2.347.255	347.255	17%	424.797	18%
402999906	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	80.000	140	120	-79.880	-100%	-20	-17%
603010106	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES ESTADO	8.510.538	12.140.229	6.602.520	-1.908.018	-22%	-5.537.709	-84%
603070106	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (SFA)	4.469.461	3.312.181	4.801.153	331.692	7%	1.488.972	31%
609010306	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (FSE - POPH)	0	30.754	0	0	0%	-30.754	0%
609010506	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES O. FUNDOS (FEFE)	10.325.700	1.653.278	1.726.312	-8.599.388	-83%	73.034	4%
701039906	VENDA DE PUBLICAÇÕES	18.000	18.630	29.929	11.929	66%	11.299	38%
701040106	VENDA DE FARDAMENTO E ARTIGOS PESSOAIS	400.000	369.191	540.011	140.011	35%	170.820	32%
701050106	BENS INUTILIZADOS	26.000	26.964	17.666	-8.334	-32%	-9.298	-53%
701060106	PRODUTOS AGRÍCOLAS	10.000	9.757	4.906	-5.094	-51%	-4.851	-99%
701070106	PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	850.000	766.459	744.316	-105.684	-12%	-22.143	-3%
701110106	EXPLORAÇÕES OFICINAIS	2.500	2.823	190	-2.310	-92%	-2.633	1384 %
702060106	SERVIÇOS DE REPARAÇÕES	6.500	5.397	6.022	-478	-7%	625	10%
702070106	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	1.900.000	1.701.540	1.959.832	59.832	3%	258.292	13%
702999906	OUTROS SERVIÇOS (SREM)	11.300.000	11.209.801	14.158.207	2.858.207	25%	2.948.406	21%
703019906	RENDAS DE HABITAÇÕES	50	0	3544,21	3.494	6988%	3.544	100%
801990206	RESTITUIÇÃO DO IVA	1.200.000	1.223.134	842.131	-357.869	-30%	-381.003	-45%
801999906	OUTRAS RECEITAS	451.000	349.069	640.795	189.795	42%	291.726	46%
904030106	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	10.000	10.754	4.370	-5.630	-56%	-6.384	-146%
1003010106	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	14.829		16.346	1.517	10%	16.346	100%
<b>SUBTOTAL</b>		<b>93.475.578</b>	<b>88.637.641</b>	<b>84.836.925</b>	<b>-8.638.653</b>	<b>-9%</b>	<b>-3.800.716</b>	<b>-4%</b>
1601050206	TRANSIÇÃO DE SALDOS	0	18.408.729	22.654.948	22.654.948		4.246.219	19%
<b>TOTAL</b>		<b>93.475.578</b>	<b>107.046.370</b>	<b>107.491.873</b>	<b>14.016.295</b>	<b>-9%</b>	<b>445.503</b>	<b>14%</b>

Figura 134 – Comparação da receita com o período homólogo





# Capítulo V

BALANÇO SOCIAL 2015



## IV.A. BALANÇO SOCIAL

No presente capítulo pretende-se apresentar de uma forma sucinta, a envolvente do Balanço Social nos termos definidos pelo Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, relevando os aspetos mais importantes, relegando para anexo os quadros e gráficos que serviram de suporte (ANEXO 5).

Nesse sentido, relativamente ao Balanço Social do ano 2016, da análise realizada aos indicadores nele constantes, tecem-se as seguintes considerações, salientando alguns dos aspetos considerados mais relevantes:

- Em 31 de dezembro de 2016, contabilizavam-se 23.331 trabalhadores em efetividade de funções;
- Fruto da sua natureza, a Guarda é uma Instituição maioritariamente constituída por militares, 22.608 (96,90%) do efetivo;
- Verifica-se que cerca de 7,99% (1.806 trabalhadores) encontram-se a prestar serviço na reserva na efetividade de serviço;
- A categoria de Guardas é a mais representativa, com 82,10% do total de militares (19.154);
- A relação jurídica de emprego predominante é o regime de nomeação definitiva, com 96,83% do total de trabalhadores (22.591);
- O Comando Territorial do Porto é a Unidade com maior efetivo militar, 1.460 militares;
- O Comando Territorial de Vila Real apresenta o maior efetivo civil, 65 civis;
- Dos 23.331 trabalhadores, 21.498 são homens, o que corresponde a 92,14% do total de efetivos;
- Dos 23.331 trabalhadores, apenas 1.833 são mulheres, o que corresponde a 7,86% do total de efetivos;
- A relação homem/mulher situou-se em 11,73, significando que a proporção verificada foi de cerca de 12 efetivos do sexo masculino por cada efetivo feminino;
- Os grupos etários mais representativos estão no intervalo dos 35-39 anos, com 4.960 trabalhadores, seguido do intervalo 40-44 anos com 4.127 trabalhadores;
- Os grupos etários mais representativos dos efetivos femininos estão no intervalo dos 30 a 34 e 35 a 39 anos, com cerca de 46,86% do total de mulheres;
- O grupo etário mais representativo dos efetivos masculinos ocorre no escalão dos 35 aos 39 anos, com 21,25% do total de efetivos masculinos;
- O nível de antiguidade mais representativo situa-se no intervalo dos 15-19 anos, com 4.245 trabalhadores;
- Verifica-se que 11,47% dos efetivos (2.676) detêm mais de 35 anos de serviço, o que, associado ao fator idade poderá conduzir num curto espaço de tempo a uma grande saída de efetivos por reserva/reforma/aposentação;
- O 12.º ano ou equivalente é o nível de escolaridade mais expressivo, correspondendo a 42,45% dos efetivos;
- Existem 148 trabalhadores portadores de deficiência, sendo 130 do género masculino e 18 do género feminino, representando estes 0,63% do total dos efetivos;
- Ingressaram nos quadros da Guarda, 23 Oficiais e 327 militares no CFG 2016/2017;
- Passaram à situação de reserva para fora da efetividade de serviço, 401 militares;



- Ficaram por ocupar 174 postos de trabalho previstos no MP 2016, relativos ao efetivo civil;
- Regista-se um défice de cerca de 3.500 efetivos militares face ao MGPM GNR;
- Foram promovidos 363 militares;
- A modalidade de horário é, em regra, o regime de horário de trabalho na modalidade “específico”, aplicável aos militares.
- De relevar ainda que ambos os géneros (296 indivíduos) recorrem ao regime de trabalho na modalidade «flexível»;
- Em 2016 o PNT mais representativo são as «40 horas. – Horário de referência» com 22.608 trabalhadores, cerca de 96,90% do efetivo;
- O motivo mais expressivo, que representa uma percentagem de 39,83% das ausências ao serviço, num total de 156.523 dias, foi a “doença”;
- O principal contributo para o aumento de absentismo advém das ausências por acidente em serviço ou doença profissional, que aumentaram cerca de 5,87% face ao ano anterior;
- Na GNR apenas 4,43% dos 723 elementos legalmente autorizados a fazer greve (pessoal civil) utilizaram esse direito;
- Verifica-se que 32,10% dos trabalhadores estão situados no escalão de remuneração entre «€1501 - €1750»;
- Saliente-se que 90,91% do universo de trabalhadores (21.210) auferem uma remuneração líquida igual ou inferior a 1.750€.
- A taxa de enquadramento cifra-se em 14,80%, registando uma ligeira subida (0,18%);
- A taxa de feminização dirigente subiu em relação ao ano anterior (0,07%) e cifra-se nos 0,88%;
- O maior aumento de efetivo militar registou-se no Comando Territorial do Setúbal (49 militares);
- O Comando Operacional e o Comando Territorial de Lisboa registaram aumento de efetivo civil (1);
- O universo respeitante ao efetivo feminino tem vindo a aumentar, nos últimos anos;
- O nível etário médio apresenta uma subida (0,31) e situa-se nos 39,27 anos de idade;
- A taxa de envelhecimento situa-se nos 1,97%, apresentando uma subida gradual face ao antecedente (0,23%);
- O nível médio de antiguidade (AP) subiu (0,70) para 20,80 anos;
- Quanto à estrutura habilitacional verifica-se uma taxa de habilitação superior, na ordem dos 8,22%, tendo subido em relação ao ano anterior (0,26%);
- De realçar o aumento de 53 elementos com formação superior, dos quais 3 com grau de doutoramento face ao ano anterior;
- A taxa de habilitação secundária subiu em relação ao ano anterior (1,04%) e cifra-se nos 51,28%;
- O movimento de entradas/saídas (turnover) subiu em relação ao ano anterior (1,66%) e cifra-se nos 10,04%;
- A taxa de admissão subiu em relação ao ano anterior (0,44%) e cifra-se nos 6,44%;
- A taxa de saídas subiu em relação ao ano anterior (1,63%) e cifra-se nos 6,81%;



- A taxa de absentismo é de 5,71%, tendo-se verificado uma subida (0,92%) face aos anos anteriores;
- O leque salarial ilíquido situou-se, em 2016, nos 11,05 valores, tendo-se verificado uma ligeira subida (0,38) face aos valores do ano transato;
- Os encargos com o pessoal totalizaram 791.862.764,67 €, valor ligeiramente superior ao despendido em 2015, que foi de 789.163.503,78 €;
- Aumento da taxa de incidência de acidentes no local de trabalho (0,24%). Esta referência passou de 3,75%, registada no ano transato, para 3,99%, registados no ano em análise, o que significa um aumento de 52 acidentes.
- Registou-se um decréscimo de 87 trabalhadores, 0,37% do efetivo global, em face ao ano anterior;
- Registou-se um decréscimo de 68 militares, 0,30% do efetivo militar, invertendo-se a tendência do ano anterior;
- Registou-se um decréscimo de 19 trabalhadores, cerca de 2,56% do efetivo civil, mantendo-se a tendência dos últimos anos;
- A Unidade que apresenta a maior diminuição de efetivo militar é a Escola da Guarda (128 militares);
- A Unidade que apresenta a maior diminuição de efetivo civil é o Comando Territorial de Coimbra, que registou um decréscimo de 4 trabalhadores;
- O leque etário é de 3,63 e tem uma amplitude de 50 anos, representando a diferença entre o trabalhador mais novo (19 anos) e o mais velho (69 anos), este valor diminuiu (0,20) em relação aos exercícios anteriores;
- A taxa de emprego jovem desceu em relação ao ano anterior (1,78%) e cifra-se nos 14,05%;
- A taxa de habilitação básica desceu em relação ao ano anterior (1,29%) e cifra-se nos 40,51%;
- A taxa de reposição desceu em relação ao ano anterior (28,95%) e cifra-se nos 94,53%;
- A taxa de promoções desceu consideravelmente em relação ao ano anterior (5,82%) e cifra-se nos 1,56%;
- A taxa de incidência de doenças profissionais é de 0,31%, tendo-se verificado uma diminuição (0,10%) em relação ao ano anterior;
- Em 2016 registaram-se 113.564 participações de formação profissional, registando-se uma diminuição, de 14.440 ações em relação ao ano de 2015;
- Na globalidade das ações de formação foi despendido um total de 1.812.000 horas registando-se uma diminuição em relação ao ano de 2015;
- No âmbito da ação disciplinar, merece realce a diminuição da taxa de gravidade disciplinar (0,61%), que passou de 30,32%, registados no ano transato, para 29,71%, registados no ano em análise;
- A taxa de celeridade de ação disciplinar teve uma diminuição (2,01%), passando dos 42,70% do ano 2015, para os 40,69% de 2016, ou seja, o total de processos decididos foram, em termos proporcionais, menores do que o ano transato.

Apresentam-se em seguida os principais indicadores de comparabilidade no triénio 2014-2016:



INDICADOR	FÓRMULA DE CALCULO		2014	2015	2016	
TAXA DE ENQUADRAMENTO	NÚMERO DE "DIRIGENTES" X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	14,79%	14,62%	14,80%	0,18%
TAXA DE FEMINIZAÇÃO DIRIGENTE	TOTAL DE EFETIVOS FEMININOS DIRIGENTES X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	0,79%	0,81%	0,88%	0,07%
TAXA DE FEMINIZAÇÃO	TOTAL DE EFETIVOS FEMININOS X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	7,59%	7,68%	7,86%	0,18%
NÍVEL ETÁRIO	SOMA DAS IDADES / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	Anos	38,38	38,96	39,27	0,31
LEQUE ETÁRIO	TRABALHADOR MAIS IDOSO / TRABALHADOR MENOS IDOSO	Valor	3,83	3,83	3,63	-0,20
TAXA DE EMPREGO JOVEM	NÚMERO DE RECURSOS HUMANOS COM IDADE < 30 ANOS X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	16,27%	15,83%	14,05%	-1,78%
TAXA DE ENVELHECIMENTO	NÚMERO DE RECURSOS HUMANOS COM IDADE > 55 ANOS X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	1,65%	1,74%	1,97%	0,23%
NÍVEL DE ANTIGUIDADE (AP)	SOMA DAS ANTIGUIDADES (AP) / TOTAL DE EFETIVOS	Anos	19,37	20,10	20,80	0,70
TAXA DE HABILITAÇÃO SUPERIOR	TOTAL BACHAREIS+LICENCIADOS+MESTRADOS+DOUTORADOS X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	7,64%	7,96%	8,22%	0,26%
TAXA DE HABILITAÇÃO SECUNDÁRIA	TOTAL HABILITAÇÕES 11.º AO 12.º ANO X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	49,19%	50,24%	51,28%	1,04%
TAXA DE HABILITAÇÃO BÁSICA	TOTAL HABILITAÇÕES =< 9.º ANO X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	43,17%	41,80%	40,51%	-1,29%
TAXA DE REPOSIÇÃO	NÚMERO DE ADMISSÕES X 100 / NÚMERO DE SAÍDAS	%	160,64%	123,48%	94,53%	-28,95%
TAXA DE ROTATIVIDADE (TURNOVER)	(N.º ENTRADAS + N.º SAÍDAS) / 2 / NÚMERO DE RECURSOS HUMANOS EM 31 DE DEZEMBRO X 100	%	9,45%	8,38%	10,04%	1,66%
TAXA DE ADMISSÃO	TOTAL ADMISSÕES / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	8,42%	6,40%	6,44%	0,04%
TAXA DE SAÍDAS	TOTAL SAÍDAS / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	5,24%	5,18%	6,81%	1,63%
TAXA DE PROMOÇÕES	NÚMERO DE EFETIVOS PROMOVIDOS X 100 / TOTAL EFETIVOS	%	8,02%	7,38%	1,56%	-5,82%
TAXA DE ABSENTISMO	NÚMERO DE DIAS DE FALTAS X 100 / NÚMERO ANUAL DE DIAS TRABALHÁVEIS * X NÚMERO TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	4,38%	4,79%	5,71%	0,92%
LEQUE SALARIAL ILÍQUIDO	MAIOR REMUNERAÇÃO BASE ILÍQUIDA / MENOR REMUNERAÇÃO BASE ILÍQUIDA	Valor	10,44	10,67	11,05	0,38
TAXA DE INCIDÊNCIA DE ACIDENTES NO LOCAL DE TRABALHO	NÚMERO DE ACIDENTES NO LOCAL DE TRABALHO X 100 / TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	4,24%	3,75%	3,99%	0,24%
TAXA DE INCIDÊNCIA DE DOENÇAS PROFISSIONAIS	NÚMERO DE CASOS DE DOENÇAS PROFISSIONAIS X 100/TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	%	0,24%	0,41%	0,31%	-0,10%
TAXA DE GRAVIDADE DISCIPLINAR	TOTAL DE PENAS APLICADAS X 100 / TOTAL PROCESSOS DECIDIDOS	%	26,88%	30,32%	29,71%	-0,61%
TAXA DE CELERIDADE DE AÇÃO DISCIPLINAR	TOTAL PROCESSOS DECIDIDOS X 100 / TOTAL PROCESSOS TRANSITADOS ANO ANTERIOR + TOTAL PROCESSOS INSTAURADOS NO ANO	%	45,15%	42,70%	40,69%	-2,01%

Nota:

\*Retirados os dias de férias.

\*\*Se no serviço não for relevante a existência de diferentes horários pode ser tomado como referência o horário de 35 horas por semana.





GNR

GNR

# Capítulo VI

NOTA FINAL



## V. AVALIAÇÃO FINAL

### 1. AVALIAÇÃO FINAL

#### 1.1.1. APRECIACÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

A Guarda Nacional Republicana é uma Instituição ímpar no quadro da administração pública Portuguesa. A sua longa história, intimamente ligada a momentos marcantes da sociedade portuguesa, as suas tradições, a sua dimensão e dispersão territorial, a sua ligação profunda às populações, a sua inserção no tecido social, a multiplicidade das suas atribuições e valências, a forma altamente prestigiante como tem representado o país nos cenários internacionais e, acima de tudo, a sua capacidade de adaptação aos novos tempos, às novas realidades sociais e aos novos desafios, tornam-na numa Instituição de referência, que desempenha um papel primordial no âmbito da segurança e da ordem e tranquilidade públicas em Portugal.

O ano de 2016 permitiu, mais uma vez, demonstrar a vitalidade e capacidade de adaptação da Guarda a um mundo em rápida mudança e evolução.

Com efeito, a Guarda foi capaz de cumprir a sua missão com total êxito, mantendo os níveis elevados de operacionalidade e, deste modo, respondendo de forma qualificada ao aumento de certos tipos de criminalidade grave e/ou com alto impacto social.

Proseguindo o trabalho realizado nos anos transatos, definiram-se objetivos claros, numa lógica de gestão moderna e num quadro de negociação e de responsabilização mútua, entre a Guarda e a Tutela. Em tal contexto, a Guarda submeteu e viu aprovadas por SE a Ministra da Administração Interna, as alterações que se impuseram realizar nos objetivos e metas contratualizadas, a grande maioria por se terem excedido as expetativas iniciais. Em face do QUAR e subsequente revisão aprovada, agora se sustenta o relatório de autoavaliação onde enquadraremos a apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados e a menção de mérito proposta pelo dirigente máximo.

Com efeito, o QUAR da Guarda Nacional Republicana para 2016 contemplava 10 objetivos estratégicos (plenamente alinhados com a Estratégia da Guarda 2020), 9 objetivos operacionais com medição através de 42 indicadores, abarcando os principais eixos da sua missão e do seu funcionamento interno. Na definição dos referidos objetivos, pugnou-se por uma metodologia de rigor. Decidimos aproveitar a lógica e a dinâmica intrínsecas ao modelo de gestão por objetivos, para construir e negociar metas ambiciosas, na certeza de que, só assim, seria possível desenvolver capacidades em alinhamento com as demandas da sociedade e, também, modernizar a Instituição de modo mais rápido e consistente.

Sabíamos que não seria fácil atingir todas as metas, mas tínhamos a certeza de que, mais uma vez, a Instituição daria o seu melhor, e que as suas mulheres e os seus homens se entregariam de corpo e alma à nova filosofia de gestão e de avaliação da performance e do mérito.

Estávamos conscientes, também, que a grandeza e o amplo espectro das atribuições da Guarda não poderiam ser medidas, exclusivamente, em função dos objetivos constantes do QUAR.

E, por fim, estávamos convictos de que, em caso algum, deixaríamos de nos empenhar e dar todo o nosso melhor a uma área da missão ou a um Projeto só porque não constava do QUAR ou, ao contrário, canalizaríamos todo o nosso esforço e todos os nossos recursos para uma determinada área, em detrimento de outras vitais, só para podermos afirmar que foram cumpridos os objetivos traçados.

Neste momento, em que o dirigente máximo do Serviço avalia o trabalho desenvolvido ao longo de um ano e em consideração ao exposto, podemos afirmar que a Guarda cumpriu o que o país necessitou e satisfaz as expectativas, do essencial, das populações que servimos. Foram melhorados os serviços e fez-se uma utilização criteriosa, profissional e adequada dos



recursos. Sentimos que fomos eficientes, que fizemos mais com menos e existe bastante força anímica para enfrentar mais e novos desafios.

A avaliação global da Guarda em sede do QUAR é o reflexo da tenacidade evidenciada. No seguimento da atuação que nos tem caracterizado, demos passos sólidos e significativos via à futura prossecução dos nossos objetivos estratégicos, superámos totalmente as metas fixadas em sede de objetivos operacionais, com uma taxa de realização final global de 111 %, o que redundava na superação, em toda a linha, das metas dos parâmetros de avaliação de Eficácia, de Eficiência e de Qualidade.

Ponderados os fatores condicionantes referidos, podemos pois concluir que a Guarda ultrapassou na plenitude os resultados esperados, nomeadamente daqueles cuja concretização dependia exclusivamente da sua atuação ou da utilização de recursos humanos e materiais já disponíveis.

Além do desempenho nitidamente positivo, identificado em sede de autoavaliação, o presente Relatório espelha, claramente, toda uma atividade operacional e um esforço de melhoria qualitativa e de racionalização de estruturas e de procedimentos que, não podendo ser refletidos diretamente no QUAR, não podem deixar de ser devidamente ponderados na hora do balanço anual. Salientam-se aqui as várias Parcerias que integramos, os diversos Programas de policiamento comunitário que mantivemos, o número de ações operacionais que executamos, o número de autos que levantámos, quer por crimes quer por contraordenações, os impressionantes números da nossa atuação em matéria de proteção da natureza e do ambiente, proteção e socorro, investigação criminal, fiscal e aduaneira, vigilância e controlo costeiro e segurança rodoviária e ainda, o esforço da Guarda para o cumprimento dos desígnios da política externa portuguesa e da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia, a multiplicidade de fóruns em que a Instituição se fez representar, a nível nacional e a nível internacional, a forma eficiente como foram geridos os, sempre escassos, recursos humanos, materiais e financeiros e o energia despendida no sentido de se encontrarem fontes de financiamento alternativas.

No cômputo, merece ainda destaque a adequada valoração de alguns fatores que, durante o ano de 2016, condicionaram a prossecução dos objetivos definidos. Falamos da necessidade de dar respostas a fenómenos criminais emergentes e inesperados, geradores de sentimentos de insegurança generalizados, o que evidencia notória capacidade e flexibilidade Institucional.

Nesta dinâmica, importa relevar o reconhecimento que a Guarda, no desempenho da sua nobre missão, tem merecido das mais diversas entidades com quem prava, quer a nível nacional, quer além fronteiras.

Se a nível nacional o reconhecimento tem sido manifestado pelos órgãos que a tutelam e pelos cidadãos em geral, a nível externo, a participação em diversos fóruns, nomeadamente de boas práticas, tem merecido o reparo elogioso dos seus parceiros internacionais.

Não podemos, ainda, deixar de prestar homenagem aos 186 militares da Guarda que, ao longo do ano, foram vítimas de atos violentos quando se encontravam ao serviço de Portugal e da segurança dos portugueses. Entre estes militares importa fazer uma justa homenagem ao nosso militar falecido em serviço, vítima de homicídio. Nos últimos três anos tais atos ascendem um preocupante número de 804 agressões sofridas e dois militares mortos ao serviço dos Portugueses.

Eles são o testemunho mais evidente da especificidade da função policial, dos riscos que a mesma encerra, da total entrega dos militares da Guarda à sua missão e à causa da segurança e da ordem pública e dos valores que norteiam a Instituição.



### 1.1.2. MENÇÃO PROPOSTA PELO DIRIGENTE MÁXIMO DO SERVIÇO

Como foi possível verificar, a atuação da Guarda nos últimos anos, em particular em 2016, tem registado um grau assinalável de proficiência, expresso no elevado grau de superação dos objetivos operacionais que avaliam os parâmetros de avaliação de Eficácia, de Eficiência e de Qualidade.

Por tudo o referido, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, face aos resultados atingidos no QUAR 2016, alvo de autoavaliação, face a toda a atividade desenvolvida à margem dos objetivos fixados e expressa no capítulo II do Relatório de Atividades da Guarda, bem como ainda pela manutenção dos níveis de excelência atingidos nos anos transatos, propõe a atribuição à Instituição, no ano de 2016, a menção de «BOM».

### 1.1.3. CONCLUSÕES PROSPETIVAS

Não obstante dos resultados francamente positivos atingidos na avaliação de 2016 e dos anos anteriores, a Guarda encontra-se já focalizada no futuro. Neste contexto, salientamos os principais desafios e objetivos para 2017-2020.

Nessa lógica, em alinhamento com a política e as orientações estratégicas superiormente definidas em matéria de segurança interna, consideramos que, em termos genéricos, a atuação da Guarda, deve continuar a privilegiar o combate aos fenómenos criminais mais relevantes e de maior impacto social, com vista ao aumento da segurança das populações.

O nosso intento é contribuir para a redução da sinistralidade rodoviária e consequências advenientes e garantir a manutenção da ordem e tranquilidade públicas, considerando como vetores fundamentais para tais desideratos, a prevenção dos ilícitos, a manutenção do esforço de valorização e qualificação dos seus recursos internos, nomeadamente os humanos, e de alargamento da disponibilidade e da utilização de novas tecnologias de informação e comunicação. Para tal, torna-se crucial a captação de fundos provenientes de cofinanciamento.

Estas são, neste momento, as principais preocupações do Comandante-Geral, na certeza de que se tratam de questões fundamentais para a prossecução dos objetivos traçados.

Visando atingir esta finalidade e no pressuposto da concretização das orientações plasmadas na Estratégia da Guarda, definimos as seguintes prioridades e medidas para o ano em curso, fundamentais para a melhoria sustentada do desempenho institucional, cujos efeitos impactantes se pretendem refletir a médio prazo:

- MELHORIA DA PERFORMANCE ORGANIZACIONAL, DA QUALIDADE E DO SERVIÇO POLICIAL PRESTADO À SOCIEDADE - assente nas seguintes premissas:
  - **Enfoque no atendimento ao Cidadão**, mediante a implementação de dinâmicas de qualidade (regulação e uniformização do atendimento) e do reforço da formação e sensibilização dos militares afetos a tarefas de atendimento direto ao público;
  - **Melhoria das infraestruturas e dos sistemas informáticos** de gestão e de apoio ao atendimento;
  - **Desenvolvimento de referenciais de competências** dos Comandantes de Posto e dos Guardas Patrulheiros, em articulação com o reforço da formação neste domínio;
  - **Revisão de regimes jurídicos estruturantes** (Lei Orgânica e Regulamento de Avaliação do Mérito dos militares da GNR);



- Orientação do esforço Institucional através do **sistema de monitorização do Plano Estratégico da GNR 2020**, garantindo uma visão e controlo integrado das estratégias e objetivos fixados em articulação com os demais instrumentos de gestão previsionais e de prestação de contas institucionais;
  - Uma clara **aposta na Qualidade, inovação e na melhoria contínua** dos serviços prestados à sociedade e ao cidadão, dando corpo ao compromisso firmado na Carta de Qualidade institucional, operacionalizando-o nomeadamente através de dinâmicas e parcerias estratégicas de formação neste domínio.
- **TECNOLOGIA AO SERVIÇO DA ATIVIDADE OPERACIONAL:**

Dirigir o esforço de inovação para a **interoperabilidade tecnológica** entre os sistemas de informação (operacionais, de gestão e de apoio) e entre salas de situação, realizando o levantamento dos processos-chave fundamentais para a pretendida transformação organizacional, que possibilite suprimir redundâncias ao mesmo tempo que incrementa a qualidade de gestão e garante uma perspectiva agregada da performance institucional.

A integração total dos sistemas informáticos numa plataforma única constitui o projeto fundamental para transformar a Guarda numa Instituição de vanguarda, quer no domínio tecnológico, como também na atuação diária junto das populações.

- **POTENCIAR O RELACIONAMENTO DA GUARDA COM O CIDADÃO:**

**Reforço da proximidade com o Cidadão**, dinamizando, por um lado, os tradicionais Programas Especiais de Prevenção e Policiamento e parcerias locais, e por outro, através da disponibilização de serviços de caráter inovador que fomentam e potenciam a interação da Guarda com o Cidadão e com a Sociedade, numa clara aposta da tecnologia ao serviço da atividade Operacional.

- **EDIFICAÇÃO E MELHORIA DAS CAPACIDADES OPERACIONAIS** - assente nas seguintes premissas:

- **Melhorar o Sistema de Informações da Guarda (SIG)** – apoiada no projeto de interoperabilidade tecnológica, a GNR irá continuar a apoiar a unificação das informações através da criação e manutenção de um sistema que permite o processamento centralizado e a partilha de informações críticas tanto interna como externamente. A melhoria do SIG constitui um importante passo para unificar as informações, incrementando a capacidade de processar informação corrente em tempo real, útil para o processo de tomada de decisão operacional.
- **Incrementar a eficiência, eficácia, usabilidade e interoperabilidade do SIIOP** - No contexto das políticas de racionalização e modernização importa garantir a evolução do Sistema Integrado de Informações Operacionais de Polícia (SIIOP) para uma plataforma mais ergonómica ao trabalho desenvolvido pelos militares no terreno e garantir interoperabilidade com os restantes sistemas de gestão de recursos internos iniciado do antecedente.
- **Consolidação do Sistema SIVICC** – considerado desígnio nacional e europeu, a Guarda manterá o esforço na operação e consolidação deste sistema através do reforço de meios operacionais, da sua integração e interoperabilidade com o SIVE Espanhol e com o EUROSUR para assegurar a partilhar de informação em tempo real.

Neste âmbito, é ainda intento Institucional alargar o sistema às regiões autónomas, mediante a captação de cofinanciamento. O projeto de extensão denominado SIVICC Plus, terá duas fases: a primeira entre 2016-2017 com a implementação do sistema na região autónoma da Madeira, e a segunda, em fase posterior, previsivelmente entre 2018-2019, na região autónoma dos Açores.

- **Consolidação da capacidade de Cibersegurança** – visando contribuir de forma decisiva para o reforço da «Cidadania Digital», tornando o Ciberespaço um ambiente mais livre, seguro e de desenvolvimento societário a Guarda consolidará a sua capacidade de cibersegurança (domínios da segurança da informação e ciberinteligência). Esta capacidade visa prevenir, prever e reprimir, de forma cada vez mais eficaz, as atividades criminais que decorrentes de atos preparatórios com origem no ciberespaço ou aquelas que põem em risco a segurança de Informação das infraestruturas críticas nacionais.



- **Otimização e Suporte das Redes de Comunicações** – Considerando as premissas acima referidas, a redes de comunicações SIRESP e RNSI, que permitem a disponibilidade da malha digital em todos os recursos da Guarda, envolvendo as comunicações de voz convergentes full-duplex e de traking, bem como dos serviços aplicativos de âmbito operacional e de gestão de recursos humanos materiais e financeiros, através da renovação a atualização dos seus terminais e nós de comutação, bem como da maximização da sua disponibilidade global, através da melhoria da robustez, segurança e redundância dos seus nós.
- **Melhoria da Integração das Fontes de Informação** – abrangendo a disponibilidade de teleserviços de videoconferência, de videovigilância e multimédia, otimizando os fluxos destes tipo de informação, que a nível dos centros de decisão da Guarda quer incrementando a capacidade dos sistemas de processamento, quer criando sinergias com outros sistemas do MAI.
- **GESTÃO DO CONHECIMENTO, QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS:**

Visando consolidar o conhecimento e doutrina institucional e capacitar os militares para o exigente exercício de funções, assume-se a prioridade de garantir a **criação da área científica dos Estudos de Segurança Interna e dos fenómenos criminais** no Instituto Universitário Militar.

No domínio da qualificação dos recursos humanos a Guarda manterá o esforço de formação garantindo que parte muito significativa dos seus recursos humanos beneficie de ações de formação que possibilitem melhorar a sua performance ao mesmo tempo que lhes confere uma maior valorização profissional e pessoal.

Com o desiderato de melhorar o sistema de formação da Guarda serão desenvolvidas em 2016 um conjunto de iniciativas estruturais e que prometem alterar o paradigma de ensino e formação. Entre essas medidas destaca-se a **conceção do «Modelo da Gestão da Formação por Competências»** (através da criação de referenciais de competências), a programação do **«Sistema de Gestão da Qualidade»** e, ainda, a **«Acreditação do Sistema de Formação da GNR»**. Em complemento prevê-se ainda a constituição do **«Centro de Lições Aprendidas da Guarda»**.

No campo da inovação tecnológica ao serviço da formação, em 2016 será equacionada a **implementação de um sistema e-learning mais abrangente**, aproveitando e potenciando a utilização dos equipamentos e redes móveis facilitadores da interação da entidade formadora (Escola da Guarda e Unidades Especializadas), dos docentes e os discentes. Por fim, tenciona-se desenvolver a implementação de um portal da formação (plataforma de *Learning Management System* - LMS).

- **REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:**

Neste domínio importa firmar o empenhamento da Guarda e do Estado Português na execução da política externa, reforçando a participação no âmbito da cooperação policial europeia, designadamente através da contribuição operacional no quadro da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (FRONTEX), determinada pelo agravamento da crise migratória que tem assolado a Europa com origem no Norte de África e no Médio Oriente.

A participação da Guarda no esforço coletivo da FRONTEX estabelece-se no quadro dos compromissos assumidos pelo Estado Português no Tratado da União Europeia (Tratado de Lisboa), fundado nos princípios e espírito de solidariedade, reciprocidade e cooperação entre os Estados integrantes da UE.

A execução deste tipo de missões contribui para o reforço de uma estratégia integrada de prevenção internacional e prestígio nacional, no âmbito do Espaço de Liberdade de Segurança e de Justiça da União Europeia, atendendo aos interesses permanentes da segurança nacional.

Neste âmbito, serão potenciadas as ações a desenvolver no seio da CPLP, IBERPOL, FIEP, EGF, EUPST, com países do norte de África e onde seja necessário, através de requisição da tutela.

A globalização das ameaças impõem o reforço da cooperação com a *Guardia Civil* e a *Gendarmerie Royal* Marroquina, por necessidades de serviço e proximidade territorial, sem descuidar a intenção de criar cargos funcionais para oficiais da GNR na EUROPOL e DPKO.



- OTIMIZAR A CAPTAÇÃO DE COFINANCIAMENTO:

A implementação das medidas de capacitação e transformação organizacional assumidas como prioridades na Estratégia da Guarda, carecem de instrumentos capazes de as tornar realidade. Nesse sentido, a Guarda continuará a procurar através de Fundos Comunitários (fundos europeus estruturais e de investimento e fundos específicos) obter linhas de financiamento e disponibilizá-los para o desenvolvimento e aprofundamento de capacidades.

Paralelamente, continuaremos empenhados na progressiva implementação do ciclo de gestão e do novo modelo de avaliação, baseado no SIADAP e adaptado à especificidade das Forças e Serviços de Segurança. Da implementação deste plano resultará, certamente, uma organização mais eficiente, alinhada estrategicamente com a visão e os objetivos institucionais e capaz de responder positivamente aos novos desafios, de transformar as ameaças em oportunidades e de superar as suas próprias vulnerabilidades, a bem do país e da segurança de todos os cidadãos que a Guarda serve.

Por fim, decorridos oito anos sobre o início da implementação da atual estrutura orgânica, concretizado o balanço e reflexão relativamente ao novo modelo de funcionamento, entendemos ser hora de proceder aos adequados ajustamentos e correções, rumo a uma Guarda ainda mais operacional e eficiente, determinada a prestar um serviço de qualidade à segurança dos Portugueses e em contribuir para a segurança do espaço Europeu em que nos inserimos e, em última análise, para um mundo mais seguro, justo e livre.

Lisboa, Quartel do Carmo, 14 de abril de 2017

Tenente-General Manuel Mateus Costa da Silva Couto | **COMANDANTE-GERAL**





# Capítulo VII

ANEXOS





# Anexo 1

## AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO CCAS, DE 12 DE JANEIRO DE 2009



- PÁGINA EM BRANCO -



ANEXO 2 – ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO CCAS, DE 12 DE JANEIRO DE 2009	S	N	PARCIAL	OBS.
<b>AMBIENTE DE CONTROLO:</b>				
VALORIZAÇÃO DE VALORES ÉTICOS E DE INTEGRIDADE	X			
CONTROLOS FINANCEIROS EFETIVOS	X			
INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO DE BOAS PRÁTICAS	X			
CONTACTOS REGULARES ENTRE A DIREÇÃO E OS DIRIGENTES DAS UNIDADES ORGÂNICAS	X			
EXISTÊNCIA OU NÃO DE CONTROLOS EXTERNOS E/OU DE FISCAL ÚNICO.	X			
<b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:</b>				
OBEDECE ÀS REGRAS DEFINIDAS LEGALMENTE;	X			
RESponde satisfatoriamente à evolução da atividade do serviço;	X			
SÃO RECONHECIDAS AS RESPONSABILIDADES, AUTORIDADE E DELEGAÇÃO NO SEIO DO SERVIÇO;	X			
O PESSOAL DO SERVIÇO É AVALIADO DE ACORDO COM O SIADAP;			X	APENAS FUNCIONÁRIOS CIVIS MILITARES: INEXISTÊNCIA DE ADAPTAÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO MÉRITO DOS MILITARES DA GNR AO SIADAP
EXISTE UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DO PESSOAL QUE GARANTA A ADEQUAÇÃO DO MESMO ÀS FUNÇÕES E COMPLEXIDADE DAS TAREFAS.	X			
<b>ATIVIDADES E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO ADMINISTRATIVO IMPLEMENTADOS NO SERVIÇO:</b>				
O DIPLOMA ORGÂNICO ENCONTRA-SE INTEGRALMENTE REGULAMENTADO;	X			
SÃO RECONHECIDOS E FORMALIZADOS OS FLUXOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO INTERSECTIVOS;	X			
POSSUI MANUAL DE CONTROLO INTERNO E/OU DE CONTABILIDADE;			X	SUBSTITUÍDAS POR NORMAS DE EXECUÇÃO PERMANENTE (NEP), CIRCULARES E DIRETIVAS
A COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DA DESPESA ESTÁ CLARAMENTE DEFINIDA;	X			
ESTÁ IMPLEMENTADO UM SISTEMA DE ROTAÇÃO DE FUNÇÕES ENTRE OS TRABALHADORES;			X	CARGOS DIREÇÃO, COMANDO E CHEFIA: DETERMINADAS EM FUNÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS POSTOS; RESTANTES SITUAÇÕES: POLIVALÊNCIA DE FUNÇÕES.
AS RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS PELA REALIZAÇÃO DAS DIFERENTES TAREFAS, CONFERÊNCIAS E CONTROLOS ESTÃO CLARAMENTE DEFINIDAS;	X			
OS CIRCUITOS DOS DOCUMENTOS ESTÃO CLARAMENTE DEFINIDOS.	X			
<b>FIABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO:</b>				
O NÍVEL DE ABRANGÊNCIA E INTEGRAÇÃO DAS DIFERENTES APLICAÇÕES;			X	ESPECIFICIDADES E COMPLEXIDADE DO SERVIÇO OPERACIONAL E DE APOIO OPERACIONAL DIFICULTAM INTEGRAÇÃO; EXISTE INTEGRAÇÃO AO NÍVEL DOS DIVERSOS ERP.
OS MECANISMOS QUE GARANTEM A FIABILIDADE, OPORTUNIDADE E UTILIDADE DOS OUTPUTS DOS SISTEMAS;			X	DETERMINADA PELA INEXISTÊNCIA DE UM ERP ÚNICO.
A INFORMAÇÃO PRODUZIDA E UTILIZADA NOS PROCESSOS DE DECISÃO;	X			
SÃO IDENTIFICADOS OS REQUISITOS DE SEGURANÇA PARA ACESSO DE TERCEIROS A INFORMAÇÃO OU ATIVOS DO SERVIÇO;	X			
ESTÁ SALVAGUARDADA A INFORMAÇÃO DOS COMPUTADORES DE REDE;	X			
GARANTE-SE A SEGURANÇA NA TROCA DE INFORMAÇÕES E SOFTWARE.	X			





# Anexo 2

## PROCEDIMENTOS AQUISITIVOS REALIZADOS

DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JAN.  
REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 278/2009, DE 2 DE OUT.



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
<b>PLANO ANUAL DE COMPRAS DE 2015</b>		
<b>AJUSTE DIRETO</b>		
AD Nº 04	ESTUDOS GEOLÓGICOS E GEOTÉCNICOS - AJUDA, SALVATERRA, SERPA E GUARDA	25.428,53 €
AD Nº 46	SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURAS NO EDIFÍCIO NO CFFF	165.435 €
<b>CONCURSO PÚBLICO</b>		
CP Nº 31	APLICAÇÕES COMUNS DE FUNCIONALIDADES DE VIGILÂNCIA COM RECURSO A SATÉLITES DE OBSERVAÇÃO	SEM EFEITO
<b>PNPA</b>		
PNPA Nº 1	MUNIÇÕES PARA O ANO DE 2015	702.829.30€
<b>PROCEDIMENTOS DSUMC-MAI</b>		
70/DSUMC/2014	BLUSÕES DE SERVIÇO	1.085.789,88 €
76/DSUMC/2015	EQUIPAMENTOS PARA SEGURANÇA RODOVIÁRIA (FGA)	242.984,04 €
	EQUIPAMENTOS PARA SEGURANÇA RODOVIÁRIA - SOFTWARE LEITURA TACÓGRAFOS (FGA)	65.750,88 €
80//DSUMC/2015	REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO W6 DE 4 LVI "RIBAMAR, CABEDELLO, MINDELO E CONSOLAÇÃO"	REVOGADO
<b>CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA</b>		
C. EXCLUÍDA N.º1	TRANSPORTE FERROVIÁRIOS CP	384.420,44 €
<b>PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2015</b>		
<b>CONCURSO PÚBLICO</b>		
CP Nº 37	DIVERSO MATERIAL INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SEPNA	69.767,03 €
<b>PLANO ANUAL DE COMPRAS DE 2016</b>		
<b>AJUSTE DIRETO SIMPLIFICADO</b>		
ADS Nº 1	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	195,00 €
ADS Nº 2	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	160,00 €
ADS Nº 3	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	195,00 €
ADS Nº 4	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	150,00 €
ADS Nº 5	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	195,00 €
ADS Nº 6	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	60,00 €
ADS Nº 7	MEDALHAS DE "VALOR FLORESTAL"	4.612,50€
ADS Nº 8	PILHAS E BATERIAS P/APARELHOS DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	482.11
ADS Nº 9	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	30,00€
ADS Nº 10	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	260,00€
ADS Nº 11	ENCARGO COM CERTIFICADO DIGITAL - TEN. TORRES RODRIGUES	18,78€
ADS Nº 12	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	195,00€
ADS Nº 13	CILINDROS DE GÁS ETANOL 1101 260PPM	4.262,71€
ADS Nº 14	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	30,00€
ADS Nº 15	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR (FICOU S/EFEITO)	300,00€
ADS Nº 16	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	260,00€
ADS Nº 17	ANÁLISE QUANTITATIVA 3 AMOSTRA (CAMISOLAS LÃ/POLIÉSTER) C/RELATÓRIO	127,67€
ADS Nº 18	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR (FICOU S/EFEITO)	250,00€



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
ADS Nº 19	PEÇAS P/MANUT. METRALHADORA LIG. MG4 E ESPINGARDA AUTOMÁTICA HK-G36 (AMBAS CAL. 5,56MM)	301,35€
ADS Nº 20	PEÇAS P/MANUT. METRALHADORA FN MAG (CAL. 7,62MM)	1.006,51€
ADS Nº 21	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR (FICOU S/EFEITO)	65,00€
ADS Nº 22	PLACAS DE PORTAS/PAREDE EM ACRÍLICO	439,84€
ADS Nº 23	02 LAÇOS "MEDALHA SERVIÇOS DISTINTOS - GRAU OURO"	703,56€
ADS Nº 24	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	525,00€
ADS Nº 25	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	1.395,00€
ADS Nº 26	FARDAMENTO E EQUIPAMENTO (MISSÃO FRONTEx)	3.520,87€
ADS Nº 27	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	65,00€
ADS Nº 28	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	439,02€
ADS Nº 29	CHEQUES IGCP	8,00€
ADS Nº 30	PERITAGEM (9901DTS)	27,68€
ADS Nº 31	RENOVAÇÃO LICENÇA SOFTWARE AVALIAÇÃO DE VIATURAS 2016/2017	842,08€
ADS Nº 32	PERITAGEM (6159UV)	26,94€
ADS Nº 33	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	65,00€
ADS Nº 34	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	60,00€
ADS Nº 35	CALÇAS UNIFORME N.º 3 E BLUSÃO DE SERVIÇO DO PESSOAL DA CARREIRA GUARDA FLORESTAL DO SEPNA	228,78€
ADS Nº 36	POLOS UNIFORME N.º 3 DO PESSOAL DA CARREIRA GUARDA FLORESTAL DO SEPNA	75,76€
ADS Nº 37	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	195,00€
ADS Nº 38	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	315,00€
ADS Nº 39	ANÁLISE LABORATORIAL A AMOSTRA DE TECIDOS - CITEVE	743,91€
ADS Nº 40	INSCRIÇÃO NO DEBATE SOBRE O ANTEPROJETO DE REVISÃO DO CCP, DIAS 14 E 15/09/2016, DE (TCOR PRAZERES E SAJ DURÃO)	40,00€
ADS Nº 41	SELAGEM DAS BOMBAS E DEPÓSITOS DE COMBUSTÍVEL DO CFPORTALEGRE	1.549,36€
ADS Nº 42	CHEQUES IGCP	8,00€
ADS Nº 43	LIVRO DE ATAS C/CD	31,30€
ADS Nº 44	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	275,00€
ADS Nº 45	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	65,00€
ADS Nº 46	CARATERIZAÇÃO DE VIATURA TOYOTA HILUX	455,10€
ADS Nº 47	LEGALIZAÇÃO DE VEICULOS DOADOS OU PERDIDOS A FAVOR DA GNR	65,00€
ADS Nº 48	ALTERAÇÃO DE COR E CARATERISTICAS VIATURA 42-06-PB	195,00€
ADS Nº 49	BOTAS PARA OS MILITARES DA GNR A INTEGRAR MISSÕES FRONTEx 2017	6.150,00€
<b>AJUSTE DIRETO</b>		
AD Nº 2	MANUTENÇÃO ANUAL DE SISTEMAS BACKOFFICE	57.068,04 €
AD Nº 5	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ALCOOLÍMETROS SD400	2.956,92 €
AD Nº 6	SEGUROS DE ACIDENTE PESSOAIS - OPERAÇÃO FLORESTA SEGURA 2016	32.916,48 €
AD Nº 7	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CINEMÓMETRO PETARDS PROVIDA 2000	8.222,43 €
AD Nº 8	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA ESPINGARDA AUTOMÁTICA HK-G3, CAL. 7.62 MM E DAS ESPINGARDAS DE REPETIÇÃO MAUSER, MOD. 904/937, AMBAS DE CAL. 7,9 MM	8.566,95 €



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
AD Nº 10	MANUTENÇÃO ANUAL DE BALANÇAS GIROPÉS BPR 15A DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	203.975,79 €
AD Nº 11	MANUTENÇÃO ANUAL DE BALANÇAS CAPTELS ORA10 DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	203.975,79 €
AD Nº 12	MANUTENÇÃO ANUAL DE RADARES DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	203.975,79 €
AD Nº 15	REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA STIE PARA DRH E IMPERMEABILIZAÇÃO DE TERRAÇO NO QUARTEL DOS BARBADINHOS	85.913,89 €
AD Nº 16	SUBSTITUIÇÃO COBERTURA, REPARAÇÃO E PINTURA DE FACHADAS NO EDIFÍCIO DO DTER PÓVOA DE LANHOSO	78.064,41 €
AD Nº 18	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE RECEITA (SGRE) PARA 2016/2017 E 2018.	13.619,32 €
AD Nº 20	MOBILIÁRIO PARA PTER DE POVOA DE LANHOSO, PTER DE PORTO DE MÓS, FORA AQ	10.820,31 €
	MOBILIÁRIO PARA PTER DE POVOA DE LANHOSO, PTER DE PORTO DE MÓS, FORA AQ	905,28 €
AD Nº 22	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA PISTOLA GLOCK 19, CALIBRE 9MM	1.242,30 €
AD Nº 23	FERRAMENTAS PARA TRABALHAR NAS DIVERSAS ARMAS DA HECKLER E KOCH (HK)	25.753,00 €
AD Nº 24	AQUISIÇÃO DE SOBRESSALENTES PARA MANUTENÇÃO DAS ESPINGARDAS MAUSER, MODELOS 904/937, AMBAS DE CALIBRE DE 7,9MM	0,00 €
AD Nº 29	MATERIAL PARA REPARAÇÃO DE PONTES ELETRÓNICAS	19.134,86 €
AD Nº 30	TRIBUNAS MÓVEIS	55.227,00 €
AD Nº 32	MATERIAL PARA REPARAÇÃO DE PONTES ELETRÓNICAS	19.134,86 €
<b>CONCURSO PÚBLICO</b>		
CP Nº 1	LIMPEZA DAS CAVALARIÇAS DOS COMANDOS PORTO, ÉVORA E COIMBRA	85.208,74 €
CP Nº 2	BOQUILHAS APARELHOS MEDIÇÃO DE ÁCOOL NO SANGUE	43.542,00 €
CP Nº 3	RAÇÃO CANÍDEOS 2016	REVOGADO
CP Nº 4	MUNIÇÕES PARA O ANO DE 2016	126.788,40 €
CP Nº 5	ARTIGOS DE UNIFORME EDUCAÇÃO FÍSICA, CALÇÕES CICLISTA E CAMISOLAS DE LÃ	78.221,85 €
CP Nº 6	CALÇÕES DE PATRULHA E CAMISOLAS	162.415,35 €
CP Nº 7	CALÇAS, CALÇÕES E CAMISAS DE GRANDE UNIFORME	163.892,58 €
CP Nº 8	CAMISAS DE SERVIÇO/REPRESENTAÇÃO	142.341,77 €
CP Nº 9	DÓLMANS DE GRANDE UNIFORME E DÓLMANS DE SERVIÇO/REPRESENTAÇÃO	176.136,00 €
CP Nº 10	CONDECORAÇÕES - MEDALHAS	91.690,35 €
CP Nº 11	BARRETES E ARTIGOS DIVERSOS (AGULHETAS, APITOS...)	87.547,71 €
CP Nº 12	FARDAMENTO E EQUIPAMENTO INDIVIDUAL PARA OS GIPS	58.832,13 €
	FARDAMENTO E EQUIPAMENTO INDIVIDUAL PARA OS GIPS	8.979,00 €
CP Nº 13	CAPACETES INTEGRAIS COM ABERTURA MOTOCICLISTA	145.755,00 €
CP Nº 14	BOTAS FLORESTAIS E BOTAS DE MEIO CANO, MODELO "GNR"	128.043,00 €
CP Nº 15	MATÉRIAS PRIMAS PARA AS OFICINAS DE SAPATARIA, CORREIROS E ALFAITARIA	120.002,99 €
CP Nº 16	FARDAMENTO E EQUIPAMENTO INDIVIDUAL PARA O PESSOAL DA CARREIRA DE GUARDA-FLORESTAL DO SEPNA/GNR	119.612,96 €
CP Nº 17	PROJETO INTEGRAÇÃO SIVE-SIVICC LIGAÇÃO SUL	SEM EFEITO
CP Nº 18	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA PTER DE TABUAÇO, ALPENDURADA (MARCO DE CANAVEZES), SAMEIRO E FREIXO ESPADA À CINTA, FORA DO ACORDO QUADRO	15.493,12 €
	DIVERSO MOBILIÁRIO FORA AQ PPTT TABUAÇO, SAMEIRO, ALPENDURADA E FREIXO ESPADA À CINTA	344,49 €
CP Nº 20	RAÇÃO PARA OS CANÍDEOS	27.532,45 €
CP Nº 21	KIT'S DE ENSAIO PARA DETECÇÃO DE DROGAS	21.648,00 €



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
CP Nº 22	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ALCOOLÍMETROS DRAGER	39.511,56 €
CP Nº 24	BOTAS FLORESTAIS E BOTAS DE MEIO CANO, MODELO "GNR"	100.614,00 €
CP Nº 27	CAMISOLAS DE LÃ	73.800,00 €
CP Nº 29	BLUSÕES DE SERVIÇO	163.590,00 €
CP Nº 30	CORONHAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESPINGARDAS MAUSER, MOD. 904/937, AMBAS DE CALIBRE 7,9MM	120.540,00 €
CP Nº 31	MATERIAL PARA CARACTERIZAÇÃO DE VIATURAS	16.527,51 €
CP Nº 32	REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO - MOTORES MTU 12V 183 TE 93, COM OS NÚMEROS 444901502021169 E 444901502021170 (ROTÁVEIS)	SEM EFEITO
<b>CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA</b>		
C. EXCLUÍDA N.º4	CARTÕES SAD/GNR	17.640,00 €
C. EXCLUÍDA N.º5	AUTOS DE CONTRAORDENAÇÃO EM BLOCO	22.500,00 €
C. EXCLUÍDA N.º6	VERIFICAÇÃO ANUAL PERIÓDICA DE SONÓMETROS	5.761,75 €
C. EXCLUÍDA N.º7	VERIFICAÇÃO ANUAL PERIÓDICO DE BALANÇAS FISCALIZAÇÃO RODOVIÁRIA	10.297,54 €
C. EXCLUÍDA N.º8	PREPARAÇÃO E CARREGAMENTO DE CILINDRO REUTILIZÁVEL B20 DE ETANOL	2.624,33 €
C. EXCLUÍDA N.º9	CARTÕES SAD/GNR - 13000 UNIDADES	6.240,00 €
<b>PROCEDIMENTOS DSUMC-MAI</b>		
160/DSUMC/16 (CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA)	CTT	1.215.878,40 €
5/DSUMC/16 (CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA)	LICENÇA GERFIP 2016	260.507,84 €
06/DSUMC/15	VIAGENS, TRANSPORTES AÉREOS E ALOJAMENTO (2016 - 2017)	472.723,02 €
1/DSUMC/16	FATOS IMPERMEÁVEIS (BLUSÃO E CALÇA)	SEM EFEITO
1/SGMAI-GNR/2014	LIMPEZA DAS CAVALARIÇAS DA USHE (2014 - 2016)	359.882,16 €
123/DSUMC/2015	CONSUMÍVEIS INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	150.620,20 €
	CONSUMÍVEIS INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	60.869,86 €
131/DSUMC/15	CONSTRUÇÃO DE CANIS DO GIC/UI NA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ	428.655,00 €
164/DSUMC/15	RAÇÃO PARA SOLÍPEDES	247.685,46 €
165/DSUMC/15	PALHA PARA SOLÍPEDES	204.283,20 €
166/DSUMC/15	BLUSÕES DE SERVIÇO	817.950,00 €
167/DSUMC/15	FATOS DE BONÉS, CAMISAS E CALÇAS DE INSTRUÇÃO	281.670,00 €
2/DSUMC/16	PÓLOS PATRULHA	405.900,00 €
DSUMC	SISTEMA DE TRANSPORTE DE EMBARCAÇÕES	252.150,00 €
DSUMC	AQUISIÇÃO DE UNIDADES MANUTENÇÃO MÓVEL MARÍTIMA	205.410,00 €
UMC	REMODELAÇÃO DE CASERNA PARA GIPS/UI QUARTEL DA PONTINHA	349.000,00 €
<b>CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO DSUMC-MAI</b>		
10/DSUMC/2015	MANUTENÇÃO SIGRI 2016	456.448,08 €
<b>ACORDO QUADRO</b>		
AQ. Nº 2	SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA 13 INSTALAÇÕES DA GNR, PARA O 2º SEMESTRE DE 2016 E ANOS DE 2017 E 2018	172.998,52 €
AQ. Nº7	MANUTENÇÃO DE LICENCIAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A APLICAÇÃO FILEDOC (PARA O ANO 2016/17)	5.166,00 €



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
	MANUTENÇÃO DE LICENCIAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A APLICAÇÃO FILEDOC (PARA O ANO 2016/17)	0 €
3726/ESPAP	2 VIATURAS LIFE RUPIS - DETEÇÃO DE VENENOS	76 982,86 €
03/DRL/DA/2012	LOCAÇÃO EQ. CÓPIA IMPRESSÃO (2014-2016)	730 303,72 €
07/DSUMC/15	LIMPEZA HIGIENIZAÇÃO INSTALAÇÕES (2016 - 2018)	3 307 778,32 €
01/UMC-MAI/2014	SERVIÇO DE MÓVEL TERRESTRE (2015 - 2017)	169 802,74 €
04/DSUMC/14	COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS - CARTÃO (2016 - 2018) PARA O TRIÉNIO 2016/18	7 236 113,09 €
	COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS - GRANEL (2016 - 2018) PARA O TRIÉNIO 2016/18	521243,97 €
126/DSUMC/16	PAPEL (2016)	230 000,00 €
137/DSUMC/15	ECONOMATO (2016)	100 000,00 €
21/DSUMC/14	PRODUTOS DE HIGIENE (2016 - 2017)	157 098,81 €
AQ ELECTRECIDADE	ELECTRICIDADE - BTE, MT, AT, MAT (1.º S 2016)	784 670,00 €
	ELECTRICIDADE - BTE, MT, AT, MAT (2.º S 2016, 2017, 2018 E 1.º S 2109)	2 364 196,76 €
61/DSUMC	COMPUTADORES VÁRIOS CO/DCSI	253 745,59 €
AQ/DSUMC	56 LIGEIRAS PASSAGEIROS (PATRULHAMENTO TERRITORIAL) + 22 LIGEIRAS PASSAGEIROS TRÂNSITO	PAGAMENTO PARA 2017
AQ POSEUR	POSEUR - 15 VIATURAS GIPS	PAGAMENTO PARA 2017
<b>PLANO DE ANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2016</b>		
<b>AJUSTE DIRETO</b>		
AD Nº 1	EQUIPAMENTO LASER PARA CARI/DIE	SEM EFEITO
AD Nº 9	AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE BACKUP, QUE INCLUI SOFTWARE, HARDWARE, PLANEAMENTO E APOIO	91.881,00 €
AD Nº 13	INCREMENTAR INFRAESTRUTURA PARA STORAGE CO/GTTSI	85.903,20 €
AD Nº 14	INFRAESTRUTURA P/ INCREMENTAR CAPACIDADE CRIAÇÃO SERVIDORES EM AMBIENTE DE VIRTUALIZAÇÃO CO/GTTSI	59.976,03 €
AD Nº 17	SOLUÇÃO BACKUP DISASTER RECOVERY CO/GTTSI	92.188,50 €
AD Nº 19	SUBSTITUIÇÃO COBERTURA, REMODELAÇÕES DIVERSAS NO QUARTEL DO BEATO - UAF - LISBOA	179.567,70 €
AD Nº 25	ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEIS CARI/DIE	60.326,53 €
AD Nº 26	REMODELAÇÃO DE CASERNA PARA 2ºESQ/USHE - QUARTEL DA AJUDA	120.682,78 €
AD Nº 27	OBRAS DIVERSAS NO POSTO TERRITORIAL DE FÁTIMA	117.589,93 €
AD Nº 28	REMODELAÇÃO DE INSTALAÇÕES PTER LAGOS	REVOGADO
AD Nº 31	FSI - DETETOR PORTÁTIL - PRESENÇA DE VIDA GIOE	100.864,92
<b>CONCURSO PÚBLICO</b>		
CP Nº 19	REMONTA DE SOLÍPEDES	172.200,00 €
CP Nº 23	SUBSTITUIÇÃO DE CARROÇARIA (TP-56)	105.165,00 €
CP Nº 25	REMODELAÇÃO DE INSTALAÇÕES PARA VESTIÁRIO/BALNEÁRIO SARGENTOS – CG/CARMO	131.610,00 €
CP Nº 26	EQUIPAMENTOS SAÚDE PARA CENTRO CLÍNICO - LASER VACULAR PDL + ND: YAG	85.000,00 €
CP Nº 33	COLETES DE PROTEÇÃO BALÍSTICA - 2016	178.965,00
<b>ACORDO QUADRO</b>		
AQ. Nº 1	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA PTER DE TABUAÇO, ALPENDURADA (MARCO DE CANAVEZES), SAMEIRO E FREIXO ESPADA À CINTA, ACORDO QUADRO	40 861,03 €



TIPOLOGIA/N.º	DESCRIÇÃO	VALOR ADJUDICADO C/ IVA (EM EUROS)
AQ. Nº 3	1000 ARMÁRIOS VESTIÁRIOS	37 593,11 €
AQ. Nº 4	MOBILIÁRIO DIVERSO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO, PARA EQUIPAR DIVERSOS COMANDOS DA GNR EM 2016	134 070,00 €
AQ. Nº 5	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA PTER DA ERICEIRA, ÍLHAVO, LAGOS E SALIR	89 489,14 €
AQ. Nº 6	15 LIGEIRO PASSAGEIROS (FURGÃO P/MOP)	1 163,58 €
118/DSUMC/15	10 LIGEIRO MERCADORIAS (PICK-UP/TRANSP. SOLÍPEDES); 3 LIGEIRO MERCADORIAS (PICK-UP/GIC)	920 470,50 €
1256/15/UMC/SGMAI	LIGEIRO PASSAGEIROS LT. 28 (SKODA OTAVIA) 4 VIATURAS	498 926,29 €
	10 LIGEIRO PASSAGEIROS LT. 31 (VIAT P/TRÂNSITO FGA/3.ª TRANCHE)	73 717,64 €
135/DSUMC/2015 PEDIDO 3630 (SGPVE)	LIGEIOS MERCADORIAS 42+23 PICK UP DE CABINE DUPLA DISPOSITIVO TERRITORIAL E TRÂNSITO	240 891,44 €
PEDIDOS: 3474	LIGEIRO MERCADORIAS (PICK-UP /GIC/TERRITORIAL) - 4 VIATURAS	2 164 086,60 €
PEDIDOS: 3465	1 PICK UP DE CABINE DUPLA PARA TRANSPORTE DE CANÍDEOS (LIFE IMPERIAL) DESCARATERIZADA	201 670,80 €
PEDIDOS: 3466	3 PICK UP DE CABINE DUPLA PARA TRANSPORTE DE CANÍDEOS (LIFE IMPERIAL)	34 784,40 €
PEDIDOS: 3467	1000 ARMÁRIOS VESTIÁRIOS	110 939,85 €
<b>PROCEDIMENTOS DSUMC-MAI</b>		
91/15/UMC/SGMAI	PESADOS, 1 CANHÃO DE ÁGUA, 1 PRONTO SOCORRO E 1 FURGÃO DE PASSAGEIROS	455.731,29 €



No âmbito das atribuições da DRL/DA, de acordo com o artigo 32.º do Despacho n.º 32021/2008, de 27 de novembro, compete-lhe «promover e organizar, sob o aspeto administrativo e financeiro, os procedimentos para a aquisição de bens e serviços...». Desta forma, existem procedimentos aquisitivos remetidos pelas diversas unidades da GNR, para verificação e submissão do órgão competente para a decisão de contratar, e para publicitação em Diário da República, tarefas que são realizadas pela Divisão de Aquisições:

AQUISIÇÃO DE BENS		
UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
AJUSTE DIRETO (3 PROCEDIMENTOS)		
CT PORTO	PEÇAS AUTO PARA VIATURAS DO COMANDO TERRITORIAL DO PORTO PARA O ANO DE 2016	52.032,48
CT BRAGA	PNEUS PARA AS VIATURAS DO CT BRAGA	34.959,35
CT COIMBRA	PNEUS PARA AS VIATURAS DO CT COIMBRA	32.517,30
SUBTOTAL		119.509,13
CONCURSO PÚBLICO (49 PROCEDIMENTOS)		
SGG	PRODUTOS DE CHARCUTARIA	7.547,15
UCC	ESTAÇÃO DE TRABALHO SIVICC PARA O CCCO/CO DA GNR	9.922,00
UAG	FARDAMENTO PARA MISSÕES INTERNACIONAIS	26.000,00
SGG	MERCEARIAS E OUTROS DERIVADOS	19.167,00
UAG	FARDAMENTO PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDAS DE 2016	39.130,00
CCLÍNICO	MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO PARA A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	52.404,00
CCLÍNICO	MATERIAL DIVERSO PARA A MEDICINA VETERINÁRIA	42.347,10
UI	CABO UTP E CABO FIBRA ÓTICA	6.970,00
UCC	BATERIAS PARA AS VIATURAS E EMBARCAÇÕES DA UCC	9.756,10
UAG	FARDAMENTO PARA MISSÕES INTERNACIONAIS	26.000,00
UCC	PNEUS PARA AS VIATURAS DA UCC	13.500,00
SGG	BEBIDAS PARA AS MESSES DA SGG	12.000,00
UAG	MATÉRIAS-PRIMAS PARA A OFICINA GRÁFICA DA UAG	36.823,00
UAG	MATÉRIAS-PRIMAS PARA OFICINAS DE ALFAIATARIA, CORREEIROS E SAPATARIA	20.580,00
UAG	GUILHOTINA PARA A OFICINA GRÁFICA DA UAG	50.000,00
UAG	GUILHOTINA PARA A OFICINA GRÁFICA DA UAG	45.000,00
UAG	MÁQUINA DE PALMILHAR PARA A OFICINA DE SAPATARIA DA UAG	56.000,00
EG	PRODUTOS DE MERCEARIA PARA AS MESSES DA EG, CFP E CFFF	209.740,00
EG	PESCADO CONGELADO PARA AS MESSES DA EG, CFP E CFFF	192.133,00
EG	CARNE FRESCA PARA AS MESSES DA EG, CFP E CFFF	304.852,00
UCC	LUBRIFICANTES PARA AS EMBARCAÇÕES E VIATURAS DA UCC	16.260,16
CT FARO	PNEUMÁTICOS PARA VIATURAS	28.410,00
EG	GÁS PROPANO A GRANEL PARA A EG EM QUELUZ	34.552,85
UCC	PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO DOS HIDROJATOS DAS LANCHAS DE VIGILÂNCIA DA UCC	60.975,61
EG	PESCADO FRESCO PARA EG, CFP E CFFF -1.º TRIMESTRE DE 2017	24.599,00
EG	BACALHAU PARA A EG, CFP E CFFF -1.º TRIMESTRE DE 2017	13.067,35



AQUISIÇÃO DE BENS		
UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
CT SANTARÉM	PNEUMÁTICOS PARA AS VIATURAS DO CT SANTARÉM	21.808,00
EG	PÃO PARA A EG, CFP E CFFF -1.º TRIMESTRE DE 2017	12.000,00
EG	LEGUMES FRESCOS PARA A EG, CFP E CFFF -1.º TRIMESTRE DE 2017	18.506,06
EG	FRUTA FRESCA PARA A EG, CFP E CFFF -1.º TRIMESTRE DE 2017	20.423,91
EG	AZEITE PARA A EG, CFP E CFFF -1.º TRIMESTRE DE 2017	5.347,46
UNT	PNEUS PARA VIATURAS DA UNT	11.370,00
UI	CARNES FRESCAS E REFRIGERADAS PARA O ANO DE 2017	58.735,00
EG	PRODUTOS CONGELADOS PARA AS MESSES DA EG, CFP E CFFF -1.º TRIMESTRE DE 2017	21.396,52
EG	CARNE FRESCA PARA AS MESSES DA EG, CFP E CFFF -1.º TRIMESTRE DE 2017	75.000,00
SGG	GÉNEROS PARA CONFECIONAR PARA AS MESSES DA SGG - 1.º TRIMESTRE DE 2017	57.860,00
EG	REFRIGERANTES, CERVEJA E ÁGUA, PARA AS MESSES DA EG, CFP E CFFF - 1.º TRIMESTRE DE 2017	15.433,73
EG	PRODUTOS DE MERCEARIA PARA AS MESSES DA EG, CFP E CFFF - 1.º TRIMESTRE DE 2017	60.134,93
EG	PESCADO CONGELADO PARA AS MESSES DA EG, CFP E CFFF -1.º TRIMESTRE DE 2017	51.287,35
UCC	PNEUMÁTICOS PARA AS VIATURAS DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO	32.500,00
CT FARO	GÉNEROS ALIMENTARES (CARNES DIVERSAS) PARA O CTFARO – 1.º TRIMESTRE DE 2017	13.430,30
UAF	PNEUS PARA AS VIATURAS DA UAF	8.943,09
CT SANTARÉM	PEÇAS AUTO PARA AS VIATURAS DO CT	16.260,00
UI	ARTIGOS MERCEARIA PARA O ANO DE 2017	59.998,93
UCC	BATERIAS PARA AS VIATURAS E EMBARCAÇÕES DA UCC	11.382,11
CT FARO	PESCADO FRESCO, CONGELADO, CEFALÓPODES E CRUSTÁCEOS PARA O 1.º TRIMESTRE DE 2017	7.775,00
UCC	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA REPARAÇÃO GERAL E SUBSTITUIÇÃO DE FLUTUADORES DAS EMBARCAÇÕES DE ALTA VELOCIDADE (EAV) "ABALROADOR", "ABALTOADA" E "CASTELEJO I"	73.170,73
UCC	PRODUTOS DE LIMPEZA PARA AS EMBARCAÇÕES	7.000,00
CCLÍNICO	REAGENTES LABORATORIAIS PARA O LABORATÓRIO DE ANÁLISES DO CENTRO CLÍNICO DA GNR	33.642,55
SUBTOTAL		2.051.141,99
<b>CONCURSO PÚBLICO URGENTE (1 PROCEDIMENTO)</b>		
EG	CARNE FRESCA PARA AS MESSAS DA ESCOLA DA GUARDA	82.775,00
SUBTOTAL		82.775,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.253.426,12</b>



AQUISIÇÃO DE BENS		
UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
CONCURSO PÚBLICO (14 PROCEDIMENTOS)		
UAG	SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO	14.300,00
UCC	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE UMA EMBARCAÇÃO LVI E UMA VIATURA OFICINA DE LISBOA PARA O PORTO DE PIREUS - GRÉCIA	93.827,86
UCC	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE DUAS VIATURAS E UMA EMBARCAÇÃO PARA A GRÉCIA E BULGÁRIA, NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO FRONTEX 2016	37.992,81
UI	SERVIÇOS DE HOTELARIA PARA AS MESSES DE OFICIAIS E SARGENTOS E CONCESSÃO DE GESTÃO DOS BARES DE OFICIAIS, SARGENTOS E GUARDAS, DO COMANDO DA UI	44.640,00
CT FARO	SERVIÇO DE REBOQUES DE VEÍCULOS	S/EFEITO
UI	SERVIÇO DE HOTELARIA PARA AS MESSES E CONCESSÃO DOS BARES	11.626,00
UCC	SERVIÇO DE REPARAÇÃO DE UM MOTOR MTU 12V 183 TE 93 ...	72.032,52
EG	SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO PARA AS MESSES DA EG, EM QUELUZ, CFP E CFFF - 01JAN A 31DEZ 2017	89.000,00
CT SANTARÉM	SERVIÇO DE REBOQUES	S/EFEITO
EG	ALUGUER DE ROUPA DE ALOJAMENTO PARA A EG E CFFF	31.300,81
SGG	SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO PARA AS MESSES DA SGG - 1.º TRIMESTRE DE 2017	16.125,00
UCC	SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE DUAS VIATURAS PARA A BULGÁRIA E UMA VIATURA PARA A GRÉCIA	31.740,34
UI	SERVIÇOS DE HOTELARIA PARA AS MESSES E CONCESSÃO DE GESTÃO DOS BARES DA UI - 01JAN A 31DEZ	S/EFEITO
UCC	SERVIÇO DE PARQUEAMENTO PARA AS EMBARCAÇÕES DA UCC	14.634,15
SUBTOTAL		457.219,49
TOTAL		457.219,49



CONCESSÃO		
UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
<b>AJUSTE DIRETO (11 PROCEDIMENTOS)</b>		
CT COIMBRA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS NOS EDIFÍCIOS, MEDIANTE A INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA DE BENS ALIMENTARES	S/EFEITO
UI	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS, MEDIANTE A INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES E BEBIDAS	20 % VENDAS/MÊS
CT PORTO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO CT PORTO E DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE PENAFIEL	1.200,00
CT VILA REAL	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT VILA REAL	360,00
CT MADEIRA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT MADEIRA	600,00
CT PORTO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO CT PORTO E DO DESTACAMENTO DE PENAFIEL	1.200,00
CT PORTO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA BARBEARIA DO CT PORTO	S/EFEITO
CT GUARDA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT GUARDA	1.200,00
CT AVEIRO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO CT AVEIRO	240,00
CT SANTARÉM	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT SANTARÉM	600,00
CT BRAGANÇA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT BRAGANÇA	360,00
SUBTOTAL		5.760,00
<b>CONCURSO PÚBLICO (47 PROCEDIMENTOS)</b>		
CT PORTO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EDIFÍCIOS, MEDIANTE INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA DE BENS ALIMENTARES	700,00
CT PORTO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO CT PORTO E DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE PENAFIEL	1.200,00
SGG	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DA SGG	600,00
CT LISBOA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS NOS EDIFÍCIOS DO CT LISBOA (MÁQUINAS VENDA BENS ALIMENTARES)	S/EFEITO
CT FARO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS NOS EDIFÍCIOS DO CT FARO (MÁQUINAS VENDA BENS ALIMENTARES)	570,00
UI	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EDIFÍCIOS, MEDIANTE INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA DE BENS ALIMENTARES	30% VENDAS/MÊS
CT MADEIRA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT MADEIRA	1.800,00
CT BRAGA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EDIFÍCIOS, MEDIANTE INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA DE BENS ALIMENTARES E BEBIDAS	700,00
EG	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DA ESCOLA DA GUARDA, CFP E CFFP	1.800,00
SGG	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DE OFICIAIS, SARGENTOS E GUARDAS	1.080,00
SGG	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	3.600,00
USHE	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DA UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO	3.600,00
USHE	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	6.400,00
CT ÉVORA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO CT ÉVORA	1.800,00
CT COIMBRA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO CT COIMBRA	600,00
CT AVEIRO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO CT AVEIRO	1.200,00
CT AVEIRO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	5.200,00
CT COIMBRA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	1.440,00
CT VIANA DO CASTELO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO CT VIANA DO CASTELO	S/EFEITO
CT VILA REAL	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO CT VILA REAL	360,00
CT GUARDA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT GUARDA	1.200,00
CCLÍNICO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO CENTRO CLÍNICO	840,00
C BEJA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT BEJA	900,00
CT GUARDA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	1.100,00



CONCESSÃO		
UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
UAG	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO CARI E UAG	840,00
CT FARO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT FARO	1.800,00
CT CASTELO BRANCO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT CASTELO BRANCO	1.200,00
CT LEIRIA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT LEIRIA	1.200,00
CT FARO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	570,00
CT VISEU	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT VISEU	600,00
CT SETÚBAL	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	5.000,00
CT SANTARÉM	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT SANTARÉM	900,00
UI	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	10%VENDAS/ANO
CT VIANA DO CASTELO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	ECON.+VANTAJOSA
CT CASTELO BRANCO	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	2.400,00
CT BRAGANÇA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT BRAGANÇA	360,00
CT SANTARÉM	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	2.750,00
CT VILA REAL	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	300,00
CT PORTALEGRE	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	1.520,00
EG	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO CFP E CFFF	1.200,00
SGG	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DE OFICIAIS, SARGENTOS E GUARDAS	1.080,00
UCC	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO	480,00
CT LISBOA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO CT LISBOA	360,00
CT LISBOA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES	450,00
UAG	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO CARI E UAG	840,00
CT BRAGA	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EDIFÍCIOS, MEDIANTE INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA DE BENS ALIMENTARES E BEBIDAS	700,00
USHE	CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DA USHE	2.400,00
SUBTOTAL		63.640,00
TOTAL		69.400,00



CONCESSÃO		
UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO S/IVA (€)
<b>PROCEDIMENTO POR NEGOCIAÇÃO DIRETA (23 PROCEDIMENTOS)</b>		
CT AVEIRO	ALIENAÇÃO DE PAPEL INUTILIZADO	183,00
CT PORTO	ALIENAÇÃO DE MATERIAL JULGADO INCAPAZ PARA O SERVIÇO DA GNR	S/EFEITO
CT PORTO	ALIENAÇÃO DE MATERIAL JULGADO INCAPAZ PARA O SERVIÇO DA GNR	S/EFEITO
CT PORTO	ALIENAÇÃO DE MATERIAL JULGADO INCAPAZ PARA O SERVIÇO DA GNR	S/EFEITO
CT SETÚBAL	ALIENAÇÃO DE MATERIAL JULGADO INCAPAZ PARA O SERVIÇO DA GNR	20,00
CT SANTARÉM	ALIENAÇÃO DE MATERIAL JULGADO INCAPAZ PARA O SERVIÇO DA GNR	16,20
CT VISEU	ALIENAÇÃO DE EFLUENTES PECUÁRIOS (ESTRUME)	0,055/CAVALO/DIA
CT SANTARÉM	ALIENAÇÃO DE MATERIAL JULGADO INCAPAZ PARA O SERVIÇO DA GNR	50,00
CT LEIRIA	ALIENAÇÃO DE MATERIAL JULGADO INCAPAZ PARA A GNR	197,40
CT LEIRIA	ALIENAÇÃO DE EFLUENTES PECUÁRIOS (ESTRUME)	65,79
EG	EXTRAÇÃO E ALIENAÇÃO DE CORTIÇA DA TAPADA DO CONVENTO DE S. BERNARDO (CF PORTALEGRE)	1.100,00
CT MADEIRA	ALIENAÇÃO DE MATERIAL FERROSO E NÃO FERROSO (SUCATA)	67,00
CT LEIRIA	ALIENAÇÃO MATERIAL JULGADO INCAPAZ PARA O SERVIÇO DA GNR	147,08
CT LEIRIA	ALIENAÇÃO DE PAPEL E CARTÃO	298,20
USHE	ALIENAÇÃO DE MATERIAL JULGADO INCAPAZ PARA O SERVIÇO DA GNR	287,00
CT CASTELO BRANCO	ALIENAÇÃO DE MATERIAL FERROSO E NÃO FERROSO EXISTENTE NO CT CASTELO BRANCO	40,00
CT SANTARÉM	ALIENAÇÃO DE PAPEL INUTILIZADO	2.053,71
CT PORTO	ALIENAÇÃO DE MATERIAL JULGADO INCAPAZ PARA A GNR	0,09€/KG
CT AVEIRO	ALIENAÇÃO DE MATERIAL INFORMÁTICO	70,00
CT PORTO	ALIENAÇÃO DE MATERIAL JULGADO INCAPAZ PARA A GNR	0,14€/KG
CT AVEIRO	ALIENAÇÃO DE MATERIAL FERROSO E NÃO FERROSO	100,00
CT COIMBRA	ALIENAÇÃO DE EFLUENTES PECUÁRIOS (ESTRUME)	0,07€/CAVALO/DIA
CT FARO	ALIENAÇÃO DE MATERIAL JULGADO INCAPAZ	285,80
SUBTOTAL		4.981,18
<b>CONCURSO PÚBLICO (4 PROCEDIMENTOS)</b>		
CT SANTARÉM	ALIENAÇÃO DE PAPEL INUTILIZADO	684,57
EG	EXTRAÇÃO E ALIENAÇÃO DE CORTIÇA DA TAPADA DO CONVENTO DE S. BERNARDO (CF PORTALEGRE)	2.700,00
CT PORTO	ALIENAÇÃO DE MATERIAL JULGADO INCAPAZ PARA A GNR	355,00
USHE	ALIENAÇÃO DE EFLUENTES PECUÁRIOS	4.770,00
SUBTOTAL		8.509,57
<b>TOTAL</b>		<b>13.490,75</b>





# Anexo 3

## PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 47/2010,  
DE 8 DE JUNHO



- PÁGINA EM BRANCO -



ANEXO C – PUBLICIDADE INSTITUCIONAL (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS - N.º 47/2010, DE 8 DE JUNHO)

## PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

### CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No presente anexo pretende-se apresentar de uma forma sucinta os dados referentes às ações de publicidade institucional desenvolvida pela GNR, no âmbito da contratação pública.

DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	VALOR	DATA
PUBLICAÇÃO DE C. PÚBLICO N.º 01/CTBRAGA/2016 - AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA AS VIATURAS DO COMANDO TERRITORIAL DE BRAGA.	IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	270,66 €	11-JAN-16
PUBLICAÇÃO DE PROCEDIMENTO N.º 123/DSUMC/2015 - AQUISIÇÃO DE CONSUMÍVEIS NO ÂMBITO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL, PARA A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	561,38 €	14-JAN-16
PUBLICAÇÃO DE C. PÚBLICO N.º 09/SRLF/UAG/2016 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO PARA A MESSE DE OFICIAIS E SARGENTOS DO COMANDO DA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS LOGÍSTICOS.	IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	267,65 €	18-JAN-16
PUBLICAÇÃO DE C. PÚBLICO N.º 08/2016/SGG - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CHARCUTARIA PARA AS MESSAS DA SECRETARIA-GERAL DA GUARDA DURANTE O ANO 2016.	IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	259,95 €	18-JAN-16
PUBLICAÇÃO DE PROCEDIMENTO N.º 165/DSUMC/2015 - AQUISIÇÃO DE PALHA PARA OS SOLÍPEDES DA GNR.	IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	262,46 €	20-JAN-16
PUBLICAÇÃO DE PROCEDIMENTO N.º 76/DSUMC/2015 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SEGURANÇA RODOVIÁRIA, PARA A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	367,85 €	21-JAN-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 09/2016/SGG - AQUISIÇÃO DE SOBREMESAS E PASTELARIA FRESCA PARA AS MESSAS DA SECRETARIA-GERAL DA GUARDA, DURANTE O ANO DE 2016.	IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	262,88 €	22-JAN-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 17/SRLF/UCC/2016 - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DE TRABALHO SIVICC PARA O CCCO/CO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	275,18 €	25-JAN-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/SRLF/USHE/2016 - AQUISIÇÃO DE FRUTAS E LEGUMES FRESCOS PARA AS SECÇÕES DE ALIMENTAÇÃO DA UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO, DURANTE O ANO DE 2016.	IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	309,55 €	25-JAN-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE ALIENAÇÃO N.º 01/DRL/DA/2016 - ALIENAÇÃO DE 407 VEÍCULOS EM FIM DE VIDA.	IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	187,10 €	28-JAN-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 16/SRLF/UCC/2016 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA O TRANSPORTE DE UMA EMBARCAÇÃO "LVI", POR VIA MARÍTIMA E UMA VIATURA OFICINA, POR VIA TERRESTRE, DE LISBOA PARA O PORTO DE PIREUS-GRÉCIA, (PROJEÇÃO E RETRAÇÃO), NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO "FRONTEX2016".	IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	286,30 €	15-FEV-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 17/SRLF/UCC/2016 - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DE TRABALHO SIVICC PARA O CCCO/CO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, PRORROGAÇÃO DO PRAZO.	IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	342,57 €	16-FEV-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 10/SRLF/UAG/2016 - AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDAS DE 2016	IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	401,89 €	19-FEV-16
PUBLICAÇÃO DE C. PÚBLICO N.º 10/2016/SGG - AQUISIÇÃO DE MERCEARIAS E OUTROS DERIVADOS PARA AS MESSAS DA SECRETARIA-FERAL DA GUARDA, DURANTE O ANO DE 2016.	IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	262,55 €	29-FEV-16



DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	VALOR	DATA
PUBLICAÇÃO DE C. PÚBLICO N.º 18/SRLF/UCC/2016 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE (TRANSITÁRIO) DE UMA VIATURA E UMA EMBARCAÇÃO PARA A GRÉCIA, E UMA VIATURA PARA A BULGÁRIA (PROJEÇÃO E RETRAÇÃO), NO ÂMBITO DA OPERAÇÃO "FRONTEX 2016"	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	350,79 €	7-MAR-16
PUBLICAÇÃO DE C. PÚBLICO N.º 18/DRL/DA/2016 - AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO DIVERSO PARA EQUIPAR OS POSTOS TERRITORIAIS DE TABUAÇO, SAMEIRO, ALPENDURADA E FREIXO ESPADA À CINTA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	283,87 €	7-MAR-16
PUBLICAÇÃO DE PROCEDIMENTO N.º 164/DSUMC/2015 - AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA OS SOLÍPEDES DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	259,37 €	8-MAR-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 02/SRLF/UI/2016 - AQUISIÇÃO DE CABO UTP E CABO FIBRA ÓTICA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	294,66 €	10-MAR-16
PUBLICAÇÃO DE PROCEDIMENTO N.º 163/DSUMC/2015 PARA AQUISIÇÃO DE CARNE FRESCA PARA AS MESSAS DA ESCOLA DA GUARDA, PARA A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	545,25 €	10-MAR-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 16/DRL/DA/2016 - AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO INDIVIDUAL PARA O PESSOAL DA CARREIRA DE GUARDA-FLORESTAL DO SEPNA/GNR.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	360,57 €	10-MAR-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 21/DRL/DA/2016 - AQUISIÇÃO DE KIT'S DE ENSAIO PARA DETEÇÃO DE DROGAS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	349,36 €	10-MAR-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 13/DRL/DA/2016 - AQUISIÇÃO DE CAPACETES INTEGRAIS COM ABERTURA FRONTAL DE MOTOCICLISTA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	258,20 €	11-MAR-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 15/DRL/DA/2016 - AQUISIÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS PARA AS OFICINAS DE SAPATARIA, CORREIROS E ALFAIATARIA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	408,00 €	11-MAR-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 22/DRL/DA/2016 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO DE ALCOOLÍMETROS MODELO DRAGER 7110/6810.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	301,35 €	14-MAR-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 07/2016/SGG - CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DOS BARES DO COMANDO-GERAL, DURANTE O ANO DE 2016.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	279,52 €	21-MAR-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 02/USHE/SRLF/2016 - ALIENAÇÃO DE EFLUENTES PECUÁRIOS (ESTRUME), DURANTE O ANO DE 2016.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	172,72 €	21-MAR-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 19/DRL/DA/2016 - AQUISIÇÃO DE SOLÍPEDES PARA A USHE.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	273,75 €	4-ABR-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/EG/2016 - ALIENAÇÃO DE CARNE FRESCA PARA AS MESSAS DA ESCOLA DA GUARDA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	547,26 €	4-ABR-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 09/SRLF/UCC/2016 - ALIENAÇÃO DE BATERIAS PARA AS VIATURAS E EMBARCAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	271,91 €	13-ABR-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 11/SRLF/UCC/2016 - AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE PNEUS PARA AS VIATURAS DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	273,00 €	18-ABR-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 11/SRLF/UAG/2016 - AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA MISSÕES INTERNACIONAIS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	348,03 €	18-ABR-16



DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	VALOR	DATA
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 20/DRL/DA/2016 -AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA OS CANÍDEOS DA GNR PARA O ANO DE 2016.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	274,59 €	19-ABR-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 12/SRLF/UAG/2016 -AQUISIÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS PARA A OFICINA GRÁFICA DA UNIDADE DE APOIO GERAL, PARA O ANO DE 2016.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	274,17 €	26-ABR-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 11/2016/SGG - AQUISIÇÃO DE BEBIDAS PARA AS MESSES DA SECRETARIA-GERAL DA GUARDA, DURANTE O ANO DE 2016.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	260,62 €	26-ABR-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 13/2016/UAG -AQUISIÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS PARA AS OFICINAS DE ALFAIATARIA, DE CORREEIROS E DE SAPATARIA DA UNIDADE DE APOIO GERAL, PARA O ANO DE 2016.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	610,99 €	5-MAI-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 23/DRL/DA/2016 -AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE CARROÇARIA EM VEÍCULO PESADO DE PASSAGEIROS. (GNR-P-0146)	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	266,90 €	10-MAI-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/SRLF/UI/2016 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE HOTELARIA PARA AS MESSES DE OFICIAIS E SARGENTOS E CONCESSÃO DE GESTÃO DOS BARES DE OFICIAIS, SARGENTOS E GUARDAS DO COMANDO DA UI PARA UM PERÍODO DE 112 DIAS A DECORRER DURANTE 2016.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	276,26 €	13-MAI-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 25/DRL/DA/2016 -REABILITAÇÃO DE INSTALAÇÕES PARA VESTIÁRIO DE SARGENTOS NO COMANDO-GERAL - QUARTEL DO CARMO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	268,23 €	13-MAI-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 24/DRL/DA/2016 - AQUISIÇÃO DE BOTAS FLORESTAIS E BOTAS DE MEIO CANO, MODELO "GNR".	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	313,06 €	8-JUN-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 26/DRL/DA/2016 - AQUISIÇÃO DE LASER VASCULAR PDL + ND: YAG.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	272,83 €	21-JUN-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 14/SRLF/UAG/2016 - AQUISIÇÃO DE GUILHOTINA PARA A OFICINA GRÁFICA DA COMPANHIA DE INTENDÊNCIA DA UNIDADE DE APOIO GERAL DO CARI.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	269,24 €	22-JUN-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 02/CTP/2016 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EDIFÍCIOS DO COMANDO TERRITORIAL DO PORTO MEDIANTE A INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	292,07 €	28-JUN-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/CTP/2016 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO COMANDO E BAR DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE PENAFIEL.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	320,93 €	28-JUN-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 08/DRL/DA/2017 - AQUISIÇÃO DE BOTAS DE MEIO CANO MODELO GNR E BOTAS PARA MOTOCICLISTA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	310,14 €	22-JUL-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 29/DRL/DA/2016 - AQUISIÇÃO DE BLUSÕES DE SERVIÇOS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	255,19 €	22-JUL-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 04/DRL/DA/2017 - AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO INDIVIDUAL PARA O PESSOAL DA CARREIRA DE GUARDA-FLORESTAL DO SEPNA/GNR.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	448,73 €	22-JUL-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 05/DRL/DA/2017 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ALCOOLÍMETROS MODELO DRAGER 7110/6810.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	305,62 €	22-JUL-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 12/DRL/DA/2017 - AQUISIÇÃO DE FATOS MOTOCICLISTA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	265,56 €	22-JUL-16



DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	VALOR	DATA
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/DRL/DA/2017 - UNIFORME PATRULHA CICLO	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	360,66 €	28-JUL-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 06/DRL/DA/2017 - DOLMENS DE REPRESENTAÇÃO	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	259,03 €	28-JUL-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 03/DRL/DA/2017 - POLOS DE PATRULHA	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	255,10 €	28-JUL-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 02/DRL/DA/2017 - CAPACETES INTEGRAIS ABERTURA FRONTAL MOTOCICLISTA	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	267,98 €	28-JUL-16
PUBLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 131/DSUMC/2015 - CONSTRUÇÃO DE CANIS NA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	281,28 €	2-AGO-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 07/DRL/DA/2017 - AQUISIÇÃO DE CAMISAS E CAMISOLAS DE LÃ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	348,78 €	3-AGO-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 14/DRL/DA/2017 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CAMPANHA PARA DOTAR O CENTRO DE REABASTECIMENTO DA UNIDADE DE APOIO GERAL.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	321,85 €	3-AGO-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 10/DRL/DA/2017 - AQUISIÇÃO DE COLETES, MANGUITOS E PERNITOS REFLETORES, BOINAS COM CALOTA MOD. GNT, CAMISOLAS INTERIORES PRETAS, CALÇÕES DE PATRULHA A CAVALO E COLETES DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	376,38 €	8-AGO-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 30/DRL/DA/2016 - AQUISIÇÃO DE CORONHAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESPINGARDAS MAUSER MOD.904/937, AMBAS DE CALIBRE 7,9MM.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	321,09 €	8-AGO-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 27/DRL/DA/2016 - AQUISIÇÃO DE CAMISOLAS DE LÃ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	259,20 €	8-AGO-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 31/DRL/DA/2016 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA CARACTERIZAÇÃO DE VIATURAS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	315,49 €	16-AGO-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/CTSTR/2016 - ALIENAÇÃO DE PAPEL INUTILIZADO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	184,34 €	16-AGO-16
PUBLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 133/DSUMC/2015 - SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURAS NO EDIFÍCIO DO COMANDO TERRITORIAL DE AVEIRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	324,61 €	16-AGO-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 11/DRL/DA/2017 - AQUISIÇÃO DE DÓLMANS DE GRANDE UNIFORME.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	314,40 €	17-AGO-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 13/DRL/DA/2017 - AQUISIÇÃO DE CALÇAS, CALÇÕES E SAIAS DE GRANDE UNIFORME E DE SERVIÇO/REPRESENTAÇÃO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	383,91 €	17-AGO-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 09/DRL/DA/2017 - AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DO UNIFORME DE EDUCAÇÃO FÍSICA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	367,93 €	18-AGO-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 19/UCC/2016 - AQUISIÇÃO DE FORMAÇÃO MARÍTIMA PARA MILITARES DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	280,86 €	18-AGO-16



DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	VALOR	DATA
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 15/SRLF/UAG/2016 - AQUISIÇÃO DE DE GUILHOTINA PARA A OFICINA GRÁFICA DE INTENDÊNCIA DA UNIDADE DE APOIO GERAL DO COMANDO DA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS INTERNOS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	272,25 €	1-SET-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/DRL/DA/2017 - AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE PATRULHA CICLO (UP- CICLO) - PAC 2017.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	437,34 €	6-SET-16
PUBLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 61/DSUMC/2016 - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DE SECRETÁRIA, PORTÁTEIS E MONITORES PARA A GNR.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	316,08 €	6-SET-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 03/SRLF/CTPORTO/2016 - ALIENAÇÃO DE MATERIAL JULGADO INCAPAZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	166,86 €	7-SET-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/SGG/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO COMANDO GERAL DA GURDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	287,22 €	12-SET-16
PUBLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 72/DSUMC/2016 - AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA OS CANÍDEOS DA GNR PARA O TRIÉNIO 2017 A 2019.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	266,98 €	14-SET-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/EG/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DA ESCOLA DA GUARDA, EM QUELUZ, DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E SO CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	335,90 €	15-SET-16
PUBLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 131/DSUMC/2015 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE CANIS NA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	294,41 €	16-SET-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/CTMAD/2016 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO COMANDO TERRITORIAL DA MADEIRA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	283,31 €	21-SET-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/CTVREAL/2016 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO COMANDO TERRITORIAL DE VILA REAL.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	276,60 €	26-SET-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 16/SRLF/UAG/2016 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE PALMILHAR PARA A OFICINA DE SAPATARIA DA COMPANHIA DE INTENDÊNCIA DA UNIDADE DE APOIO GERAL DO COMANDO DA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS INTERNOS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	275,09 €	26-SET-16
PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/CTCOIMBRA/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO COMANDO TERRITORIAL DE COIMBRA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	275,93 €	27-SET-16
PROCEDIMENTO N.º 133/DSUMC/2015 - SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURAS NO EDIFÍCIO DO COMANDO TERRITORIAL DE AVEIRO DA GNR. RETIFICAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES, NOVO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	385,40 €	27-SET-16
PROCEDIMENTO N.º 33/DSUMC/2016 - SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS CAVALARIÇAS DA USHE, E DOS DESTACAMENTOS DE INTERVENÇÃO DO COMANDO TERRITORIAL DO PORTO, COIMBRA E ÉVORA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	372,28 €	28-SET-16
CONCURSO PÚBLICO N.º 33/DRL/DA/2016 - AQUISIÇÃO DE COLETES DE PROTECÇÃO BALÍSTICA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	269,57 €	30-SET-16
CONCURSO PÚBLICO N.º 20 /SRLF/UCC/2016 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DE UM MOTOR MTU 12V 183 TE 93 COM O NÚMERO DE SÉRIE 444,901-502-021169 (ROTÁVEL) E INSTALAÇÃO A BORDO DA LVI "SALEMA".	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	272,25 €	30-SET-16
CONCURSO PÚBLICO N.º 01 /CTAVEIRO/2016 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO COMANDO TERRITORIAL DE AVEIRO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	273,17 €	6-OUT-16



DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	VALOR	DATA
CONCURSO PÚBLICO N.º 03 /USHE/2016 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DA UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	335,90 €	7-OUT-16
CONCURSO PÚBLICO N.º 01 /UAG/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO COMANDO DA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS INTERNOS E DA UNIDADE DE APOIO GERAL.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	282,95 €	11-OUT-16
CONCURSO PÚBLICO N.º 01 /CTCASTELOBRANCO/2016 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO COMANDO TERRITORIAL DE CASTELO BRANCO.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	287,39 €	18-OUT-16
CONCURSO PÚBLICO N.º 01 /USHE/2017 - ALIENAÇÃO DE EFLUENTES PECUÁRIOS (ESTRUME), DURANTE O ANO DE 2017.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	165,19 €	18-OUT-16
CONCURSO PÚBLICO N.º 03 /CTBRAGA/2016 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS NOS EDIFÍCIOS PERTENCENTES AO COMANDO TERRITORIAL DE BRAGA, MEDIANTE A INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA DE BENS ALIMENTARES E BEBIDAS.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	292,41 €	21-OUT-16
CONCURSO PÚBLICO N.º 02 /SRLF/CTFARO/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO COMANDO TERRITORIAL DE FARO.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	318,25 €	21-OUT-16
CONCURSO PÚBLICO N.º 01 /CCLIN/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO CENTRO CLÍNICO DA GNR.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	276,10 €	25-OUT-16
CONCURSO PÚBLICO N.º 01 /CTGUARDA/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO COMANDO TERRITORIAL DA GUARDA.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	283,04 €	31-OUT-16
CONCURSO PÚBLICO N.º 04 /USHE/2016 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EDIFÍCIOS DA UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO, MEDIANTE A INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA DE BENS ALIMENTARES E BEBIDAS.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	381,23 €	2-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 02/SRLF/UCC/2017 - AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES PARA ASVIATURAS E EMBARCAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	307,71 €	2-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 72/DSUMC/2016 - AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA OS CANÍDEOS DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA - PARA O TRIÉNIO DE 2017 A 2019.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	336,05 €	2-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 03/EG/2017 - ALUGUER DE ROUPA DE ALOJAMENTO PARA A ESCOLA DA GUARDA, EM QUELUZ E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	302,94 €	8-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/CTBEJA/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO COMANDO TERRITORIAL DE BEJA.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	279,36 €	8-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 12/EG/2017 - AQUISIÇÃO DE GÁS PROPANO A GRANEL PARA A ESCOLA DA GUARDA, EM QUELUZ.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	256,77 €	8-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/CTVISEU/2016 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO COMANDO TERRITORIAL DE VISEU.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	279,36 €	8-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 06/SRLF/UCC/2017 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO DOS HIDROJATOS HAMILTON HJ391 DAS LANCHAS DE VIGILÂNCIA E INTERCEÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	274,59 €	9-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/SRLF/CTSTR/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO COMANDO TERRITORIAL DE SANTARÉM.	IMPRESA NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	281,70 €	9-NOV-16



DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	VALOR	DATA
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 15/DRL/DA/2017 - AQUISIÇÃO DE CONDECORAÇÕES - MEDALHAS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	362,24 €	9-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 76/DSUMC/2016 - EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DAS CASERNAS DO GIPS - PONTINHA..	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	289,23 €	9-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 46/DSUMC/2016 - REPARAÇÃO/MANUTENÇÃO INTERMÉDIA PARA UMA LANCHAS DE VIGILÂNCIA E INTERCEÇÃO (LVI) "CONSOLAÇÃO" DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO DA GNR.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	286,63 €	10-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 04/SGG/2017 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO PARA AS MESSES DA SECRETARIA-GERAL DA GUARDA, PARA O 1º TRIMESTRE DO ANO DE 2017.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	263,22 €	11-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 04/EG/2017 - AQUISIÇÃO DE PESCADO FRESCO, PARA AS MESSES DA ESCOLA DA GUARDA, EM QUELUZ, PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	328,37 €	16-NOV-19
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 05/EG/2017 - AQUISIÇÃO DE BACALHAU, PARA AS MESSES DA ESCOLA DA GUARDA, EM QUELUZ, PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	324,11 €	16-NOV-19
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 03/SRLF/UI/2017 - AQUISIÇÃO DE CARNES FRESCAS/REFRIGERADAS, PRODUTOS DE CHARCUTARIA E PRODUTOS DERIVADOS DE CARNE PARA O ANO DE 2017.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	398,96 €	18-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 08/EG/2017 - AQUISIÇÃO DE FRUTA FRESCA, PARA AS MESSES DA ESCOLA DA GUARDA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	333,14 €	18-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 15/EG/2017 - AQUISIÇÃO DE AZEITE, PARA AS MESSES DA ESCOLA DA GUARDA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	335,15 €	18-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 06/EG/2017 - AQUISIÇÃO DE PÃO, PARA AS MESSES DA ESCOLA DA GUARDA PARA O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2017.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	339,75 €	18-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 07/EG/2017 - AQUISIÇÃO DE LEGUMES FRESCOS, PARA AS MESSES DA ESCOLA DA GUARDA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	335,40 €	18-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/UNT/2017 - AQUISIÇÃO DE PNEUMÁTICOS, PARA A UNIDADE NACIONAL DE TRÂNSITO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	299,77 €	18-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 04/SRLF/CTSTR/2017 - AQUISIÇÃO DE PNEUMÁTICOS, PARA O COMANDO TERRITORIAL DE SANTARÉM, DURANTE O ANO DE 2017.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	268,57 €	18-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/CTLEIRIA/2016 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO COMANDO TERRITORIAL DE LEIRIA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	281,28 €	18-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 08/SRLF/UCC/2017 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA O TRANSPORTE TRANSITÁRIO DE DUAS VIATURAS PARA KALOTINA E MALKO TARNOVO - BULGÁRIA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	346,60 €	21-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 09/EG/2017 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS CONGELADOS, PARA AS MESSES DA ESCOLA DA GUARDA, EM QUELUZ, PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	394,45 €	21-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 05/SGG/2017 - AQUISIÇÃO DE GÉNEROS PARA CONFECCIONAR NA MESSE DA SECRETARIA-GERAL DA GURDA, PARA O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2017.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	501,34 €	21-NOV-16



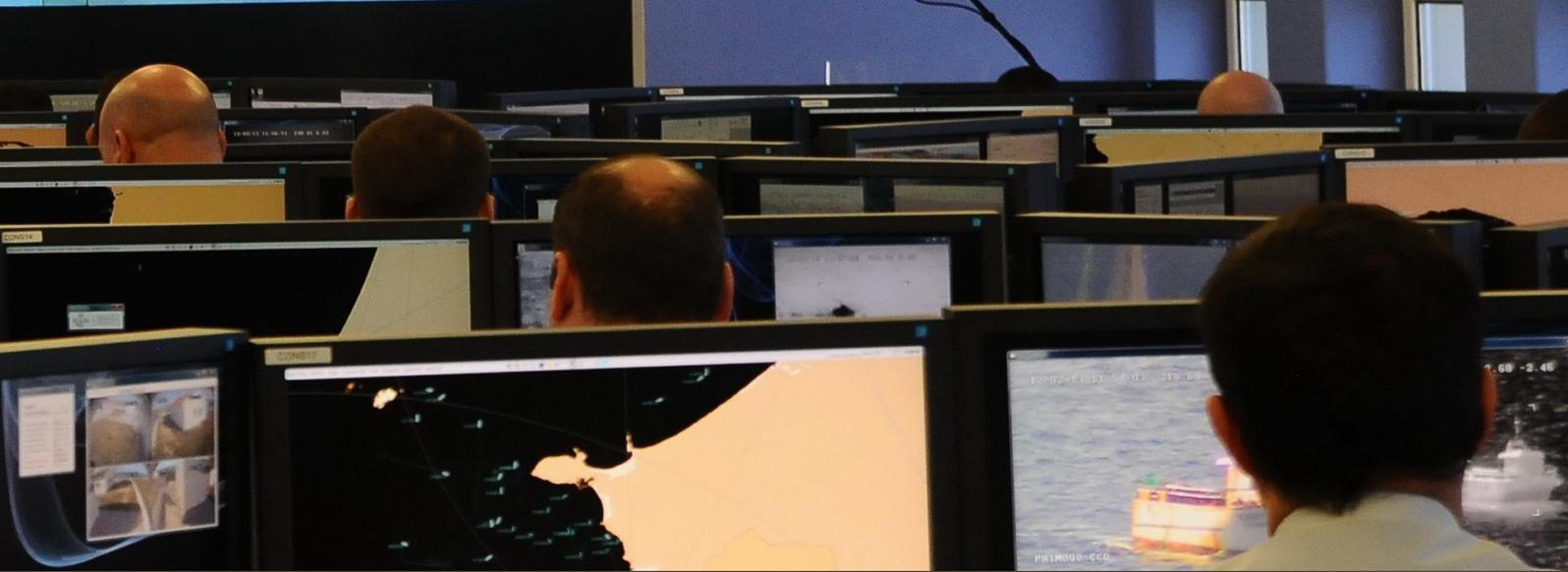
DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	VALOR	DATA
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 04/SRLF/UCC/2017 - AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE PNEUMÁTICOS PARA AS VIATURAS DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO, PARA O ANO DE 2017.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	272,16 €	23-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO URGENTE N.º 01/DRL/DA/2017 - LIMPEZA DAS CAVALARIÇAS DOS DI DO PORTO, COIMBRA, ÉVORA E USHE.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	384,91 €	23-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 74/DSUMC/2016 - AQUISIÇÃO DE PALHA PARA OS SOLÍPEDES DA GNR - 2017 A 2019.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	253,93 €	23-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 14/EG/2017 - AQUISIÇÃO DE CARNE FRESCA, PARA AS MESSES DA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ - REFERENTE AO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2017.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	570,26 €	24-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 10/EG/2017 - AQUISIÇÃO DE REFRIGERANTES, CERVEJA E ÁGUA PARA AS MESSES DA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	431,25 €	24-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 13/EG/2017 - AQUISIÇÃO DE PESCADO CONGELADO PARA AS MESSES DA ESCOLA DA GUARDA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	334,73 €	24-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 11/EG/2017 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE MERCEARIA, PARA AS MESSES DA ESCOLA DA GUARDA EM QUELUZ, PRTALEGRE E FIGUEIRA DA FOZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	345,60 €	24-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/SRLF/UAF/2016 - AQUISIÇÃO DE PNEUMÁTICOS PARA AS VIATURAS DA UNIDADE DE ACÇÃO FISCAL, PARA O ANO DE 2017.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	271,41 €	25-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 05/SRLF/CTSTR/2017 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTO PARA AS VIATURAS DO COMANDO TERRITORIAL DE SANTARÉM, PARA O ANO DE 2017.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	557,71 €	25-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 02/EG/2017 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO PARA AS MESSES DA ESCOLA DA GUARDA, EM QUELUZ E PARA O CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	307,21 €	25-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/CTBGC/2016 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO COMANDO TERRITORIAL DE BRAGANÇA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	283,96 €	28-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 04/SRLF/UI/2017 - AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE MERCEARIA, PARA O ANO DE 2017.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	296,00 €	28-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 03/SRLF/CTFARO/2017 - AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTARES (CARNES DIVERSAS) PARA CONFECCIONAR DURANTE O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2017.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	427,73 €	28-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 16/EG/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PORTALEGRE E DO CENTRO DE FORMAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	320,59 €	29-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 02/CTGUARDA/2016 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EDIFÍCIOS DO COMANDO TERRITORIAL DA GUARDA, MEDIANTE INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES E BEBIDAS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	290,48 €	30-NOV-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 02/SGG/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EDIFÍCIOS DO COMANDO-GERAL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, MEDIANTE INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES E BEBIDAS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	327,87 €	6-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/COMANDO TERRITORIAL DE ÉVORA/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO COMANDO TERRITORIAL DE ÉVORA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	279,27 €	6-DEZ-16



DESIGNAÇÃO PAGAMENTO	FORNECEDOR	NIF	VALOR	DATA
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 02/COMANDO TERRITORIAL DE AVEIRO/2016 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EDIFÍCIOS DO COMANDO TERRITORIAL DE AVEIRO, MEDIANTE INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES E BEBIDAS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	476,33 €	6-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 03/SGG/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO COMANDO DA GERAL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	279,86 €	13-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 05/SRLF/UCC/2017 - AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA AS VIATURAS E EMBARCAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	270,58 €	13-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 02/SRLF/COMANDO TERRITORIAL DE COIMBRA/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EDIFÍCIOS DO COMANDO TERRITORIAL DE COIMBRA, MEDIANTE INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES E BEBIDAS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	381,23 €	14-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 02/UAG/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DOS BARES DO COMANDO DA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS INTERNOS E DA UNIDADE DE APOIO GERAL.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	282,87 €	14-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/SRLF/UCC/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO COMANDO DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	283,96 €	15-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 04/SRLF/CTFARO/2017 - AQUISIÇÃO DE PESCADO FRESCO, CONGELADO, CEFALÓPEDES, CRUSTÁCIOS E BIVALVES VIVOS E CONGELADOS, PARA CONFECIONAR, DURANTE O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2017.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	414,94 €	19-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 07/SRLF/UCC/2017 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PARQUEAMENTO E TRAVEL LIFT DAS EMBARCAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO, PARA O ANO DE 2017.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	273,50 €	19-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 02/SRLF/COMANDO TERRITORIAL DE SANTARÉM/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EDIFÍCIOS DO COMANDO TERRITORIAL DE SANTARÉM, MEDIANTE INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES E BEBIDAS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	469,22 €	20-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 02/SRLF/COMANDO TERRITORIAL DE LISBOA/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EDIFÍCIOS DO COMANDO TERRITORIAL DE SANTARÉM, MEDIANTE INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES E BEBIDAS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	436,43 €	20-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/SRLF/COMANDO TERRITORIAL DE LISBOA/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DO COMANDO TERRITORIAL DE LISBOA, PARA O ANO DE 2017.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	274,76 €	20-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 10/SRLF/UCC/2017 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA A REPARAÇÃO GERAL E SUBSTITUIÇÃO DOS FLUTUADORES DAS EMBARCAÇÕES DE ALTA VELOCIDADE (EAV) "EBALROADOR", "ABALROADA" E CASTEJEJO I".	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	341,42 €	20-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/SRLF/COMANDO TERRITORIAL DE PORTALEGRE/2017 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS EM EDIFÍCIOS DO COMANDO TERRITORIAL DE PORTALEGRE, MEDIANTE INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA DE BENS ALIMENTARES E BEBIDAS.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	693,54 €	21-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 03/SRLF/UCC/2017 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA PARA EMBARCAÇÕES DA UCC.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	338,24 €	22-DEZ-16
PUBLICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 02/CCLINICO/2017 - AQUISIÇÃO DE REAGENTES LABORATORIAIS PARA O LABORATÓRIO DE ANÁLISES DO CENTRO CLINICO DA GNR.	IMPrensa NACIONAL CASA DA MOEDA, SA	500792887	421,71 €	23-DEZ-16
<b>TOTAL</b>			<b>€ 47.687,05</b>	

SISTEMA INTEGRADO DE  
VIGILÂNCIA, COMANDO E CONTROLO  
DESIGNADO POR SUA EXCELÊNCIA  
O MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL  
DR. MIGUEL MATEUS  
8 de Dezembro de 2011





# Anexo 4

## MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

DECRETO-LEI N.º 73/2014, DE 13 DE MAIO



## V.A. Modernização administrativa

Em cumprimento do despacho de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna exarado na Informação n.º 21/14 anexa ao Ofício n.º 3335/2014/MAI, de 30 de Maio, a Guarda procedeu, envolvendo os seus órgãos internos, à análise e estudo das repercussões das medidas de modernização administrativa introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de Maio, evidenciando o conjunto de medidas a adotar, sintetizadas pelos domínios prioritários inscritos no artigo 46.º da referida disposição legal.

O subcapítulo seguinte dedicado às Medidas de Modernização Administrativa, identifica algumas das atividades desenvolvidas neste âmbito no decurso de 2016, no seguimento da publicação do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de Maio.

Salienta-se que a maioria das medidas previstas no referido quadro legal são já uma realidade, encontrando-se já implementadas e em uso nesta Instituição. Releva-se, para o efeito, em alinhamento com os princípios de ação constantes no artigo 2.º, os mecanismos de delegação e subdelegação de competências existentes disseminados até ao nível de decisão operacional, a divulgação de um conjunto vasto de informação administrativa privilegiando as plataformas digitais internas e externas (intranet e internet) e, por fim, de entre outras medidas, destaca-se a aposta na qualificação dos militares que prestam serviço de atendimento direto ao público.

Outras medidas de modernização administrativa porém, revelam-se pelo seu carácter transversal e estruturante, fundamentais para a Guarda. Entre tais medidas podemos eleger o Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais (SIOP) que enquanto ferramenta integrada, a sua extensão a todas unidades da Guarda permitirá a partilha de informação policial e criminal com a Plataforma de Interoperabilidade da Investigação Criminal (PIIC), com reflexos ao nível da celeridade no atendimento ao utente-cidadão.

O sucesso da concretização das medidas de modernização administrativa e da administração eletrónica no âmbito das tecnologias de informação e comunicação, em muito depende da celeridade processual entre as entidades intervenientes, sobretudo nas questões relacionadas com a obrigatoriedade de submissão dos projetos a parecer prévio da Agência para a Modernização Administrativa (AMA, I.P.), nos termos da Medida 6 inscrita na Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012, de 7 de fevereiro.

Ao nível de outras medidas inscritas neste normativo, salienta-se a adaptação que foi desenvolvida na estrutura do presente Plano de Atividades e dos futuros Relatórios de Atividades Institucionais (conforme preceitua o n.º 2 do artigo 40.º), através da introdução do presente capítulo autónomo. Este capítulo sintetiza assim o conjunto de medidas de modernização administrativa, designadamente as relativas à desburocratização, qualidade e inovação planeadas desenvolver, visando a avaliar a sua aplicação, bem como a desenvolver uma previsão das poupanças associadas a tais medidas.

Além destas medidas, assinala-se o desenvolvimento e aprovação ainda em 2016 da Carta de Qualidade institucional dando corpo ao regime estatuído no do artigo 44.º do citado decreto-lei.

É, pois, manifesto o alinhamento da Guarda com o desígnio político da modernização e simplificação administrativa expressa nas linhas de orientação estratégicas do Comandante-Geral para 2015-2020, existindo consciência que tal desiderato implica não só empenho, mas também o compromisso ao nível dos investimentos que são necessários desenvolver para alcançar tão importantes desafios.



ANEXO D – MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA IMPLEMENTADAS – DECRETO-LEI N.º 73/2014, DE 13 DE MAIO

## PROJETOS DE SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

### MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - PORTAL SIMPLIFICAR

De uma forma sucinta apresentam-se em seguida algumas medidas de modernização administrativa implementadas desde 2014, além das já apresentadas no *Capítulo III - 7. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO*:

TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	IMPACTOS ESPERADOS	VALOR GLOBAL	CALENDARIZAÇÃO		AÇÃO EM CURSO	ESTADO DE IMPLM. (%)	REFERÊNCIA
				INÍCIO (REAL)	FIM			
ESTAÇÃO DE TRABALHO PADRÃO OPERATIVA DA GNR - ETPOG	COM ESTE PROJETO A GNR PRETENDE CRIAR UMA ESTAÇÃO DE TRABALHO NORMALIZADA FAZENDO USO EXCLUSIVO DE SOLUÇÕES BASEADAS EM NORMAS ABERTAS (OPEN-SOURCE).	UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE OPEN-SOURCE, REDUÇÃO DE CUSTOS, IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC COMUNS	25.000 €	2014	2016	TESTES / INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO	20%	2017-2020 <b>MEDIDA 12:</b> ETPOG
VIGILÂNCIA DAS FRONTEIRAS EXTERNAS DA EU (VFEUE-OPE)	INTERLIGAÇÃO A SUL DOS SISTEMAS DE VIGILÂNCIA DE COSTA DE ESPANHA E PORTUGAL (SIVE - SIVICC) NO ÂMBITO DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO N.º 1052/2013 DO PARLAMENTO EUROPEU - NECESSIDADE DOS ESTADO MEMBROS COMPARTILHAREM DIRETAMENTE E EM TEMPO REAL, O QUADRO DE SITUAÇÃO NACIONAL NAS ÁREAS VIZINHAS COM A FRONTEIRA EXTERNA.	TROCA AUTOMÁTICA DA INFORMAÇÃO DE VIGILÂNCIA DAS REGIÕES ALGARVE - HUELVA.	155.000 €	2015	2016	PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DA INTEGRAÇÃO A SUL DO SIVE SIVICC, COMPARTICIPA DO PELO FFE (155.000 €)	90%	EM EXECUÇÃO ATÉ 13 JAN 17 FALTAM EXECUTAR ALGUMAS AÇÕES DA GUCI  2017-2020 <b>MEDIDA 8:</b> VIGILÂNCIA DAS FRONTEIRAS EXTERNAS DA UNIÃO EUROPEIA - VFEUE (DPERI: ESPPS)
VIGILÂNCIA DAS FRONTEIRAS EXTERNAS DA EU (VFEUE-OPE)	PROJETO SEAHORSE MEDITERRANEAN NETWORK – SHMN, À SEMELHANÇA DO SEAHORSE ATLÂNTICO JÁ EM OPERAÇÃO, CONSISTE NA INTERLIGAÇÃO VIA SATÉLITE DE UM CONJUNTO DE NAÇÕES NA REGIÃO DO MAR MEDITERRÂNEO, INCLUINDO PORTUGAL, ATRAVÉS DE UMA REDE DE COMUNICAÇÕES SEGURAS VIA SATÉLITE.	AUMENTO DA COOPERAÇÃO ENTRE OS PAÍSES MEDITERRÂNICOS PARA CONTER A IMIGRAÇÃO CLANDESTINA.	183.177 €	2015	2016	PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS SEAHORSE, COMPARTICIPA DO PELO FFE (183.177 €)	100%	EXECUÇÃO CONCLUÍDA. CONTRATO EM GARANTIA DE 39 MESES ATÉ 2018



TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	IMPACTOS ESPERADOS	VALOR GLOBAL	CALENDARIZAÇÃO		AÇÃO EM CURSO	ESTADO DE IMPLM. (%)	REFERÊNCIA
				INÍCIO (REAL)	FIM			
INTEGRAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES VOIP DA GNR NO PLANO DE NUMERAÇÃO DO MAI	COMPREENDE A AQUISIÇÃO DE TERMINAIS VOIP ( 2642 SAMA SIIOP + 1500 EM CURSO), SERVIDORES DE COMUNICAÇÕES, UPGRADE DOS EXISTENTES CASO SE JUSTIFIQUE, OU AQUISIÇÃO DE INTERFACES COMPATÍVEIS COM AS COMUNICAÇÕES VOIP SOBRE A REDE MULTISSERVIÇOS DA RNSI (210 GATEWAYS IP GSM).	MELHORIA DOS MECANISMOS DE GOVERNANCE, REDUÇÃO DE CUSTOS, IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC COMUNS	390.595 €	2014	2016	INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS 2642 TERMINAIS VOIP SAMA SIIOP; AQUISIÇÃO DE 1500 TERMINAIS TELEFÓNICOS IP SIP E 210 GATEWAYS IP GSM - 133.000 €	100%	2017-2020 <b>MEDIDA 11</b> CENTRALIZAÇÃO E CONVERGÊNCIA DOS ACESSOS DAS COMUNICAÇÕES DE VOZ ÀS REDES PÚBLICAS
HARMONIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE REDES RÁDIO - HIRR	PROJETO QUE VISA MELHORAR AS FUNCIONALIDADES DAS REDES LOCAIS EM EXPLORAÇÃO PELA GNR, BEM COMO DAS INFRAESTRUTURAS DAS REDES RÁDIO, E CONCOMITANTEMENTE REDUZIR OS CUSTOS DE SUSTENTAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DAS REDES ANALÓGICAS AINDA EXISTENTES, PROMOVENDO A SUA RETRAÇÃO.	MELHORIA DOS MECANISMOS DE GOVERNANCE, REDUÇÃO DE CUSTOS, IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC COMUNS	22.130 €	2014	2016	PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE AURICULARES PARA TERMINAIS SEPURA STP 803 (15,117 €)	50% NÃO FOI ATRIBUÍD A MAIS VERBA NO PAI 2016	2017-2020 <b>MEDIDA 8</b> PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS REDES RÁDIO - PARR
SISTEMA DE TELEPRESEÇA DA GNR	A TECNOLOGIA ASSOCIADA ÀS TELECOMUNICAÇÕES, PERMITE “ENCURTAR” DISTÂNCIAS, VIRTUALIZANDO A PRESEÇA, E FACILITA O COMANDO, CONTROLO E COORDENAÇÃO, APESAR DE SER TER AUMENTADO A QUANTIDADE DE COMANDOS TERRITORIAIS.	MELHORIA DOS MECANISMOS DE GOVERNANCE E REDUÇÃO DE CUSTOS.	165.801 €	2012	2016	PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - (3 TERMINAIS) - 27.060 €	100%	2017-2020 <b>MEDIDA 11</b> SISTEMA DE TELEPRESEÇA DA GNR
SISTEMA ESTRATÉGICO DE GESTÃO E APOIO DA ATIVIDADE POLICIAL E INFORMAÇÃO CRIMINAL - SEG2APIC	O SISTEMA ESTRATÉGICO DE GESTÃO E APOIO DA ATIVIDADE POLICIAL E INFORMAÇÃO (SEG2APIC) IRÁ, AO NÍVEL DOS DADOS, PERMITIR PROCESSAR E TRANSACIONAR INFORMAÇÃO DE DIVERSOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INTERNOS E EXTERNOS À GNR, PERMITINDO FAZER “DATA WAREHOUSING”, “BUSINESS INTELIGENCE” E OPERAÇÕES COMPLEXAS DE “REPORTING” E “DASHBOARDING” POLICIAL.	MELHORIA DOS MECANISMOS DE COMANDO E CONTROLO OPERACIONAL, RACIONALIZAÇÃO DE MEIOS, IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC COMUNS	400.000 €	2013	2016	ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E FUNCIONAIS	40% NÃO FOI ATRIBUÍD A MAIS VERBA NO PAI 2016	2017-2020 <b>MEDIDA 08</b> MODERNIZAÇÃO DO SIIOP - MODERSIIOP



TÍTULO DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO	IMPACTOS ESPERADOS	VALOR GLOBAL	CALENDARIZAÇÃO		AÇÃO EM CURSO	ESTADO DE IMPLM. (%)	REFERÊNCIA
				INÍCIO (REAL)	FIM			
PLATAFORMA DE INTEGRAÇÃO E GESTÃO OPERACIONAL - PIGO	A IMPLEMENTAÇÃO NA GNR DE UMA PLATAFORMA DE INTEGRAÇÃO E GESTÃO OPERACIONAL (PIGO) QUE TORNE MAIS EFICIENTE E ÁGIL AS TROCAS E O TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES É ABSOLUTAMENTE FUNDAMENTAL PARA COMBATER E PREVENIR OS EFEITOS NEFASTOS RESULTANTES DO LARGO ESPETRO DE AMEAÇAS CRIMINAIS E REALIDADES CONTRAORDENACIONAIS QUE CADA VEZ MAIS FRAGILIZAM O ORDENAMENTO E A SEGURANÇA INTERNA NACIONAL.	MELHORIA DOS MECANISMOS DE COMANDO E CONTROLO OPERACIONAL, RACIONALIZAÇÃO DE MEIOS, IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC COMUNS	2.235.000 €	2012	2016	ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E FUNCIONAIS	55% NÃO FOI ATRIBUÍDA MAIS VERBA NO PAI 2016	2017-2020 <b>MEDIDA 08</b> MODERNIZAÇÃO DO SIIOP - MODERSIOP
SISTEMA DE DESPACHO, ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL - SDAGD	COM ESTE PROJETO A GNR PRETENDE CRIAR UM SISTEMA ÚNICO PARA GESTÃO DE DESPACHO MILITAR, ARQUIVO DOCUMENTAL GERAL E DOCUMENTOS DE NATUREZA MILITAR E PATRIMÓNIO MUSEOLÓGICO.	MELHORIA DOS MECANISMOS DE GOVERNANCE, REDUÇÃO DE CUSTOS, IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC COMUNS	120.000 €	2015	2016	ANÁLISE DE REQUISITOS	20%	2017-2020 <b>MEDIDA 08</b> MODERNIZAÇÃO DO SIIOP - MODERSIOP
PLATAFORMA INTEGRADA DE GESTÃO DE RECURSOS INTERNOS DA GNR (PIGRI)	ESTA PLATAFORMA DEVERÁ SUPORTAR A INTEROPERABILIDADE ENTRE OS SISTEMAS INTERNOS DA GNR COM OS SISTEMAS DE ENTIDADES EXTERNAS, COMO É O CASO DAS ADAPTAÇÕES AO PROJETO DE GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARTILHADA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (GERFIP), AO PROJETO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARTILHADA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (GERHUP), SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO (SIOE), AO PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO (PGPI), AO SISTEMA DE GESTÃO DO PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO (SGPVE), ENTRE OUTROS.	MELHORIA DOS MECANISMOS DE GOVERNANCE, REDUÇÃO DE CUSTOS, IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÕES TIC COMUNS	3.720.000 €	2012	2016	ANÁLISE DE REQUISITOS	90%	2017-2020 <b>MEDIDA 07</b> PIGRI





# Anexo 5

BALANÇO SOCIAL 2015

DECRETO-LEI N.º 190/96, DE 9 DE OUTUBRO



## Índice

NOTA PRÉVIA.....	285
I. INTRODUÇÃO.....	286
1. ENQUADRAMENTO.....	286
2. METODOLOGIA.....	287
3. ANÁLISE QUALITATIVA E INTERPRETATIVA.....	288
II. CARATERIZAÇÃO DA GNR.....	290
III. Recursos humanos.....	292
1. EVOLUÇÃO DE EFETIVOS.....	293
2. EFETIVOS SEGUNDO O VÍNCULO JURÍDICO.....	294
3. EFETIVOS SEGUNDO OS GRUPOS PROFISSIONAIS.....	299
4. EFETIVOS SEGUNDO A UNIDADE ORGÂNICA.....	301
5. EFETIVOS NA SITUAÇÃO DE RESERVA NA EFETIVIDADE DE SERVIÇO.....	303
6. EFETIVOS POR GÉNERO.....	305
7. EFETIVOS POR ESCALÃO ETÁRIO.....	306
8. EFETIVOS POR ANTIGUIDADE.....	312
9. EFETIVOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	314
10. EFETIVOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.....	317
11. MOVIMENTOS DE PESSOAL.....	318
11.1 - Entradas/regressos.....	318
11.2 - Saídas.....	320
12. MAPA DE PESSOAL.....	324
13. MUDANÇAS DE SITUAÇÃO PROFISSIONAL.....	326
14. PRESTAÇÃO DE TRABALHO.....	327
14.1 – Modalidade de horário.....	327
14.2 – Período normal de trabalho.....	329
14.3 – Trabalho suplementar.....	331
15. PRESTAÇÃO DE TRABALHO.....	331
16. TRABALHADORES EM GREVE.....	335
IV. Remuneração e encargos.....	336
1. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA POR GÉNERO.....	336
2. LEQUE SALARIAL.....	337



3.	TOTAL DOS ENCARGOS COM O PESSOAL .....	338
4.	SUPLEMENTOS REMUNERATÓRIOS .....	339
5.	ENCARGOS COM PRESTAÇÕES SOCIAIS .....	340
6.	ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS.....	340
V.	Higiene e Segurança.....	341
1.	ACIDENTES DE TRABALHO .....	341
2.	SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO .....	342
3.	DOENÇAS PROFISSIONAIS .....	342
VI.	Formação profissional.....	344
VII.	Relações profissionais .....	345
1.	RELAÇÕES PROFISSIONAIS .....	345
2.	DISCIPLINA .....	345
VIII.	Responsabilidade social.....	347
1.	ENQUADRAMENTO .....	347
2.	VISÃO .....	347
3.	MEDIDAS ADOTADAS.....	348
IX.	Notas finais.....	353
X.	Síntese .....	355
XI.	Indicadores de gestão.....	360



## Siglas/Acrónimos

<b>ADSE</b>	Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da AP
<b>AM</b>	Academia Militar
<b>AP</b>	Administração Pública
<b>BS</b>	Balanço Social
<b>CARI</b>	Comando da Administração dos Recursos Internos
<b>CO</b>	Comando Operacional
<b>CDF</b>	Comando da Doutrina e Formação
<b>CFG</b>	Curso de Formação de Guardas
<b>CFS</b>	Curso de Formação de Sargentos
<b>CFO</b>	Curso de Formação de Oficiais
<b>CGA</b>	Caixa Geral de aposentações
<b>DRH</b>	Direção de Recursos Humanos
<b>DGAEP</b>	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
<b>EG</b>	Escola da Guarda
<b>EMGNR</b>	Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana
<b>FA</b>	Forças Armadas
<b>FSS</b>	Forças e Serviços de Segurança
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>LOGNR</b>	Lei Orgânica da GNR
<b>LOE</b>	Lei do Orçamento de Estado
<b>LTFP</b>	Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas
<b>MP</b>	Mapa de Pessoal
<b>PNT</b>	Período Normal de Trabalho
<b>RGIFA</b>	Regime Geral das Infrações Fiscais e Aduaneiras
<b>SIGRI</b>	Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Internos
<b>SIGVC</b>	Sistema Integrado de Gestão de Vencimentos
<b>SIGFORM</b>	Sistema Integrado de Gestão da Formação
<b>SIGPES</b>	Sistema Integrado de Gestão de Pessoal da GNR
<b>SIOE</b>	Sistema de Informação da Organização do Estado
<b>SS</b>	Segurança Social
<b>UAF</b>	Unidade de Ação Fiscal
<b>UCC</b>	Unidade de Controlo Costeiro
<b>UNT</b>	Unidade Nacional de Trânsito
<b>UI</b>	Unidade de Intervenção
<b>USHE</b>	Unidade de Segurança e Honras de Estado



## Nota prévia

### *“As pessoas são o maior património das organizações”*

Waldez Ludwig

*O sucesso das organizações modernas num ambiente instável, dinâmico e competitivo de negócios, tal como ocorre nos dias de hoje, decorre, cada vez mais, da capacidade de uma administração realmente eficaz e eficiente de recursos humanos.*

*Afinal, a estrutura organizacional, tecnológica, os recursos financeiros e materiais auxiliam muito na lucratividade e sustentabilidade das organizações; porém, constituem apenas aspetos físicos e inertes que precisam ser administrados inteligentemente através de pessoas que constituem a inteligência que vivifica e norteia qualquer organização.*

*Assim, o fator que realmente constitui o elemento dinâmico e empreendedor das organizações, sejam elas privadas ou públicas, industriais ou prestadoras de serviços, lucrativas ou não lucrativas, grandes ou pequenas, são as pessoas.*

*A qualidade dos trabalhadores de uma organização, os seus conhecimentos, habilidades e competências, o seu entusiasmo e satisfação com as suas atividades, o seu senso de iniciativa para gerar valor e riqueza, tudo isso tem forte impacto na produtividade e lucratividade da organização, no nível de serviços oferecidos ao seu público-alvo, na reputação, imagem e na competitividade.*

*São as pessoas que fazem a diferença, e só elas, podem conduzir as organizações rumo à excelência, competitividade e sustentabilidade.*

## I. Introdução

### 1. Enquadramento

*Os balanços sociais constituem um dos instrumentos de planeamento e gestão nas áreas sociais e dos recursos humanos dos organismos da administração pública central e local com mais de 50 trabalhadores. Considerada a pertinência da informação publicada, importa avaliar se esses indicadores vão no sentido expectável e definido previamente pela organização da valorização dos seus trabalhadores, da sua realização pessoal e profissional, da sua identificação com a instituição e na melhoria das condições de vida através de apoios às suas famílias.*

*Os aspetos sociais envolvidos nas decisões organizacionais são um reconhecimento implícito da sua importância e impacto na sociedade que o rodeia. A responsabilidade social da organização integra preocupações sociais nos objetivos organizacionais, ao nível dos recursos humanos, nas escolhas e opções da redistribuição dos recursos disponíveis bem como no equilíbrio da relação de forças envolvidas, executivo, dirigentes, trabalhadores, famílias, e da sociedade em geral.*

*O Balanço Social (BS) é um documento utilizado pelas organizações para tornarem públicas as suas intenções e compromissos, visando a transparência das suas ações no exercício da responsabilidade social corporativa, trazendo ao público informações qualitativas e quantitativas. Os primórdios dos balanços sociais foram evoluindo e incorporando ao longo da evolução do mundo laboral a atenção dos princípios e valores das sociedades desenvolvidas bem como a preocupação pelos aspetos sociais e pela segurança dos trabalhadores que acentuaram a responsabilidades sociais das organizações públicas e privadas.*

*O raciocínio é simples, a melhoria da qualidade de vida privada dos trabalhadores e das suas famílias, melhora o desempenho e a produtividade dentro da instituição.*

*Finalmente, os balanços sociais pretendem incorporar indicadores de desempenho no âmbito do desenvolvimento social e pretendem ser:*

- *Um documento transversal do desempenho da organização nos diferentes campos de atividade;*
- *Uma publicitação das intenções e compromissos, visando a transparência das suas ações;*
- *Explicitar os impactos da responsabilidade social da atividade da organização na sociedade e demonstrar a sua abertura para dialogar com os diferentes públicos com os quais ela se relaciona.*

*Os aspetos centrais em que nos devemos concentrar estão descritos no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 190/96 de 9 de outubro, que definiu os conceitos e as regras a ter em consideração na elaboração do documento pelos serviços e organismos da administração pública acima de determinada dimensão (> 50 trabalhadores), os quais são:*

- *Envolvimento de todas as pessoas e áreas afetas aos recursos humanos;*
- *Definição de indicadores gerais simples e estáveis no tempo;*
- *Entendimento das dinâmicas da política social, local de trabalho, segurança no emprego, etc.;*



- *Explicitação dos impactos da atividade da organização na sociedade e demonstrar sua abertura para dialogar com os diferentes públicos com os quais ela se relaciona;*
- *Cumprir o prazo de elaboração.*

*Os balanços sociais fornecem um conjunto de informações essenciais sobre a situação social das organizações, pondo em evidência pontos fortes e pontos fracos da gestão social dos recursos humanos, o grau de eficiência dos investimentos sociais e os programas de ação que visem a realização pessoal dos trabalhadores, a sua identificação com a empresa e a melhoria da sua própria vida.*

*A publicação do BS oferece uma proposta de diálogo entre os diferentes públicos envolvidos: públicos internos/trabalhadores, e públicos externos/ fornecedores/consumidores/cidadãos, meio ambiente e sociedade.*

*O Balanço Social pode ainda ser norteador da incorporação de indicadores de desempenho ou desenvolvimento social, procurando demonstrar a eficiência das estratégias e ações realizadas pela organização. Estes indicadores podem ser, por exemplo:*

- *Indicadores humanos;*
- *Indicadores físicos;*
- *Indicadores monetários.*

*Com estes indicadores poderemos estabelecer uma relação entre elementos de enquadramento social e da situação da organização por forma a apresentar uma análise do bem-estar dos indivíduos internamente ou externamente à organização e os quadros de gestão social, dispondo sobre os resultados obtidos pela organização e pelos indicadores sociais uma abordagem global e coerente.*

## 2. Metodologia

*O BS da Guarda Nacional Republicana (GNR) relativo ao ano de 2016 foi elaborado de acordo com Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, com observância das determinações, bem como das atualizações da página eletrónica da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP). Este instrumento apresenta o lado humano da Guarda.*

*A Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, define no seu artigo 8.º o ciclo de gestão, no qual se prevê, entre outros, a elaboração do Relatório de Atividades, nele integrando o BS do serviço, decorrendo daqui, acrescida relevância.*

*O BS tem um papel a desempenhar, tanto mais relevante quanto maior for a riqueza dos dados que fornece e, apesar de ter um carácter predominantemente retrospectivo, procede à análise dos dados do passado recente, no sentido de criticamente se avaliar o presente, tendo em vista as opções para o futuro. De facto, este instrumento apresenta um conjunto de dados que permitem uma leitura do tecido dos recursos humanos que integram a GNR, sendo assim, mais um meio de avaliação transversal da organização.*



*A análise e avaliação deste instrumento de gestão permitem uma reflexão sobre a estratégia a adotar na gestão dos recursos humanos da Guarda e na sua adaptação às realidades que se avizinham.*

*Esta perspetiva torna-se ainda mais pertinente numa altura em que se aproxima uma reorganização através da revisão de regimes jurídicos estruturantes da Guarda, devendo esta mudança ser operada reconhecendo a realidade do seu capital humano, de forma a melhorar a eficiência e a eficácia, face às suas competências, dos padrões da qualidade da prestação do serviço ao cidadão, bem como o reforço dos laços de proximidade com a sociedade em geral.*

*O BS constitui ainda, um meio para conhecer, caracterizar e acompanhar a evolução dos respetivos recursos humanos, possibilitando uma atuação preventiva, proativa e esclarecida aos decisores na gestão da Administração Pública (AP). Este facto adquire uma relevância crescente num contexto de reforma da AP, em curso, de contenção orçamental com fortes restrições à admissão de novos efetivos.*

*Numa perspetiva abrangente, é possível afirmar que o conhecimento detido, a experiência acumulada, as competências adquiridas, a aquisição de novos talentos, são componentes do capital humano e como tal, elementos potenciadores das sinergias que permitem alcançar os desideratos organizacionais.*

*“Pela Lei e Pela Grei” são, nos tempos que correm, tarefas crescentemente difíceis. É por isso, essencial que, neste ambiente fortemente restritivo, a Guarda mantenha a capacidade para cumprir, em segurança e com eficácia e eficiência, as missões atribuídas, regenerar meios e garantir as adequadas qualificações dos seus militares e civis.*

*Para tal, são determinantes uma execução criteriosa e uma eficiente gestão dos recursos humanos e financeiros, de forma a honrar a nossa cultura de serviço, as atitudes, os valores e os princípios, que nos dignificam, nos orgulham e nos trazem o reconhecimento dos portugueses.*

### 3. Análise qualitativa e interpretativa

*O presente Relatório de BS refere-se ao ano de 2016 e tem como referencial de análise o universo de trabalhadores da GNR em exercício de funções a 31 de dezembro.*

*Os dados apresentados foram obtidos através das plataformas eletrónicas Sistema Integrado de Gestão de Recursos Internos (SIGRI), Sistema Integrado de Gestão de Pessoal (SIGPES), Sistema Integrado de Gestão de Vencimentos (SIGVC), Sistema Integrado de Gestão da Formação (SIGFORM) e informação disponibilizada pelos Órgãos Superiores de Comando e Direção e pelas Secções de Recursos Humanos das Unidades.*

*Por uma questão de coerência na divulgação de dados estatísticos relativos aos recursos humanos, na elaboração do presente documento, levou-se em linha de conta a informação constante na Lei n.º 57/11, de 28 de novembro, que institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE). Assim, também este instrumento de gestão procura ir ao encontro dos critérios definidos pela DGAEP.*

*A matriz do BS está concretizada nos quadros e informações gráficas sucintas com dados estatísticos basilares relativos aos recursos humanos, acompanhados da respetiva análise descritiva, que pretende ir mais longe através das leituras qualitativas que se apresentam.*

De forma a permitir uma análise comparativa, elencaram-se os dados estatísticos referentes aos anos de 2014, de 2015 e de 2016. Para alguns dos indicadores apresentados, utilizaram-se quadros e gráficos para apresentação dos resultados, sendo ainda apresentado um conjunto de indicadores de gestão – índices e taxas – que, para facilitar a consulta, se encontram sintetizados num ponto autónomo no presente relatório. A exposição dos dados em quadros ou gráficos foi comentada de forma simples deixando ao leitor a possibilidade de observar a informação numa forma sintética, fomentando a investigação e a literacia estatística relacionada com este tema.

Existiu uma preocupação de não romper com as séries de dados já existentes no passado, por que só assim se poderá garantir para o futuro uma verdadeira análise evolutiva da realidade dos nossos recursos humanos.

Foi também criado um ponto autónomo, “Responsabilidade Social” onde são elencadas as medidas de responsabilidade social de forma voluntária adotadas pela Guarda.

Em anexo, apresenta-se também, a matriz do formulário DGAEP “Balanço Social 2016”.

**Desta forma, o presente Relatório de BS 2016 propõem-se dar resposta às seguintes questões:**



**Figura 1 – Objetivos e perguntas de partida para elaboração do Relatório do BS**



## II. Caracterização da GNR

A GNR é “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas”, com jurisdição em todo o território nacional e no mar territorial, dependendo “do membro do Governo responsável pela área da administração interna”. As suas Forças “são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, através do seu Comandante-Geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência, dependendo, nessa medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento”.

Para além da sua Lei Orgânica, do seu Regulamento de Disciplina, Regulamento Geral do Serviço, Estatuto e Regulamento de Avaliação do Mérito dos seus militares, constituem traves mestras do enquadramento jurídico-constitucional da Guarda, a Constituição da República Portuguesa, a Lei de Segurança Interna, a Lei da Organização da Investigação Criminal, a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, a Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e o Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência.

Apesar de ter, ao longo da sua história, sofrido os reflexos diretos dos períodos de crise ou de ameaça à ordem e à segurança nacional, vendo aumentados ou diminuídos os seus efetivos, com variações de amplitude da ordem dos 8 mil militares, a Guarda manteve-se, contudo, como características praticamente inalteráveis e fundamentais, nomeadamente a sua organização militar e a dupla dependência governamental, do Ministro da Administração Interna e do Ministro da Defesa Nacional, e a sujeição ao Código de Justiça Militar.

Pela sua natureza e polivalência, a Guarda encontra o seu posicionamento institucional no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança, constituindo-se assim como uma Instituição numa posição de charneira, entre as Forças Armadas (FA) e as Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Consequentemente, a GNR é uma força especialmente apta a cobrir, em permanência, todo o espectro da conflitualidade, em quaisquer das modalidades de intervenção das forças nacionais e nas mais diversas situações, desde o tempo de paz e de normalidade institucional ao tempo de guerra, passando pelas situações de crise, quer a nível interno, como externo.

Em situação de normalidade, a Guarda executa, fundamentalmente, as missões típicas de polícia, embora, no âmbito da execução da política de defesa nacional e em cooperação com as FA, lhe possam ser cometidas missões militares.

Em situações de estado sítio ou de emergência, face à sua natureza, organização, equipamento, armamento e formação dos seus militares, apresenta-se como a força mais indicada para atuar em situações problemáticas e de transição, entre as FSS e as FA, caracterizando e consolidando a sua posição como uma Força de Segurança de Natureza Militar.

De igual modo, num mundo em mudança, em que as novas ameaças fazem esbater os limites entre a segurança interna e a segurança externa, a polivalência e a mais-valia da Guarda torna-se ainda mais evidente, colocando a Instituição na primeira linha da resposta nacional em matéria de Segurança e Defesa.



Figura 2 – Posição da Guarda no Sistema Nacional de Forças

Já em caso de guerra, pela sua natureza militar e pelo seu dispositivo de quadrícula (que ocupa todo o território nacional), pode, isoladamente ou em complemento, desempenhar um leque muito alargado de missões das FA. De igual forma, pode cobrir todo o espectro de missões no âmbito das denominadas «crisis response operations» (anteriormente designadas por OOTW - “Other Operations Than War” - Operações para além da Guerra), desde a fase de imposição às fases de manutenção e consolidação da paz, em complemento das FA, com principal relevância para as fases pós-conflito, mas também as tarefas de polícia em substituição das polícias civis, nas fases posteriores e antes de alcançada a segurança e a estabilidade suficientes para que aquelas possam atuar.

A Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que aprovou a atual Orgânica da Guarda, determinou uma profunda alteração estrutural deste Corpo Especial de Tropas, substituindo o Estado-Maior do Comando-Geral por três Comandos Funcionais (para as áreas operacional, administração de recursos internos e doutrina e formação), transformando as unidades em novas unidades alicerçadas em critérios de especialização e extinguindo um escalão de comando, a Brigada Territorial.

Nesse sentido foram criados os Comandos Territoriais de âmbito Distrital e Regiões Autónomas (Madeira e Açores), as Unidades Especializadas (Unidade Nacional de Trânsito, Unidade de Ação Fiscal e Unidade de Controlo Costeiro), a Unidade de Representação (Unidade de Segurança e Honras de Estado), a Unidade de Intervenção e Reserva (Unidade de Intervenção) e o Estabelecimento de Ensino (Escola da Guarda). Assim, a Guarda passa a compreender a Estrutura de Comando, as Unidades e o Estabelecimento de Ensino.



Figura 3 - Estrutura orgânica da GNR



### III. Recursos humanos

*A GNR tem ao seu serviço pessoal militar e civil. Os militares da GNR dispõem de um estatuto próprio – o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana (EMGNR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/2009 de 14 de outubro. Conforme se dispõe nos artigos 19.º da LOGNR e 5.º do referido diploma, os militares da GNR estão sujeitos à condição militar, nos termos da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar.*

*Da condição militar do pessoal da GNR decorrem as restrições ao exercício de certos direitos, liberdades e garantias, que vigoram igualmente para os militares das FA, nos termos da Lei de Defesa Nacional e da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas. Quanto ao pessoal civil ao serviço da GNR, é-lhes aplicável a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.*

*A Guarda dispunha em 31 de dezembro de 2016, de 23.331 trabalhadores em exercício de funções, dos quais 22.608 dizem respeito ao efetivo militar e 723 ao efetivo civil.*

*De igual forma estão contabilizados 325 militares a frequentar o Curso de Formação de Guardas (CFG) em regime de Nomeação Transitória por Tempo Determinado.*

*Em regime de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença encontram-se 57 elementos, que para efeitos de contabilização do número de pessoas em exercício de funções na Guarda, não são tidos para os efeitos.*

*Analisando os dados supramencionados, verifica-se que em 2016, inverteu-se a tendência de aumento gradual efetivado no biénio anterior, a Guarda sofreu uma diminuição, ainda que ligeira, do seu efetivo, fruto, em particular, da redução substancial das novas entradas no quadro, em número bastante inferior ao das passagens à situação de reserva para fora da efetividade de serviço.*

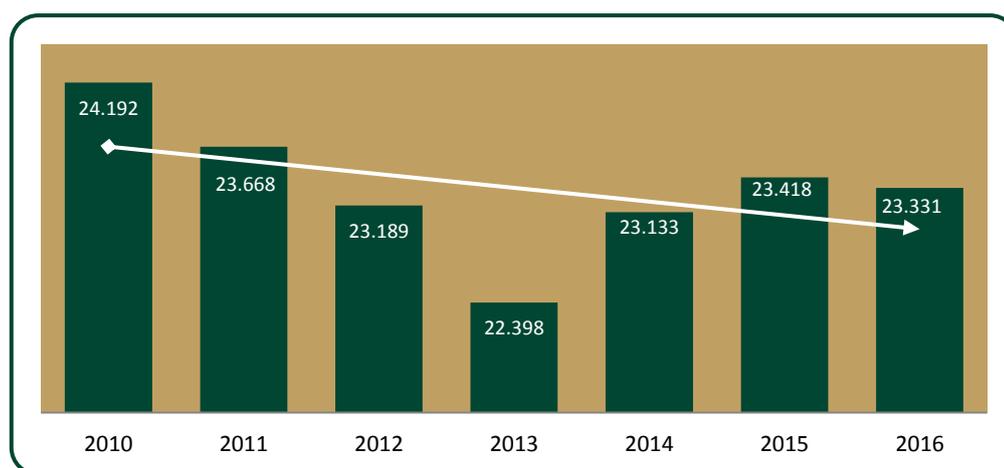
*Assim, esta inversão na tendência de subida verificada em 2014 e 2015, e prevendo-se a sua manutenção nos próximos anos, tornará inatingível o efetivo militar já alcançado, em anos anteriores.*



## 1. Evolução de efetivos

No período compreendido entre 2010 e 2013 assistimos a uma diminuição sistemática do número total de efetivos, e em 2014 e 2015 ocorreu uma inversão do decréscimo observado no período em referência. No ano de 2016 assistimos a uma nova diminuição do número total de efetivos, invertendo, desta forma a tendência de acréscimo do número total de efetivos do exercício anterior. Nesta análise temporal constata-se uma descida de cerca de 3,56%, tendo como principal contributo a saída de efetivos por motivo de reserva. Assim, nos últimos 6 anos ocorreu uma diminuição de 861 efetivos.

A ilustrar estas afirmações apresenta-se de seguida o Gráfico 1:



**Gráfico 1 – Efetivo em exercício de funções entre 2010/2016**

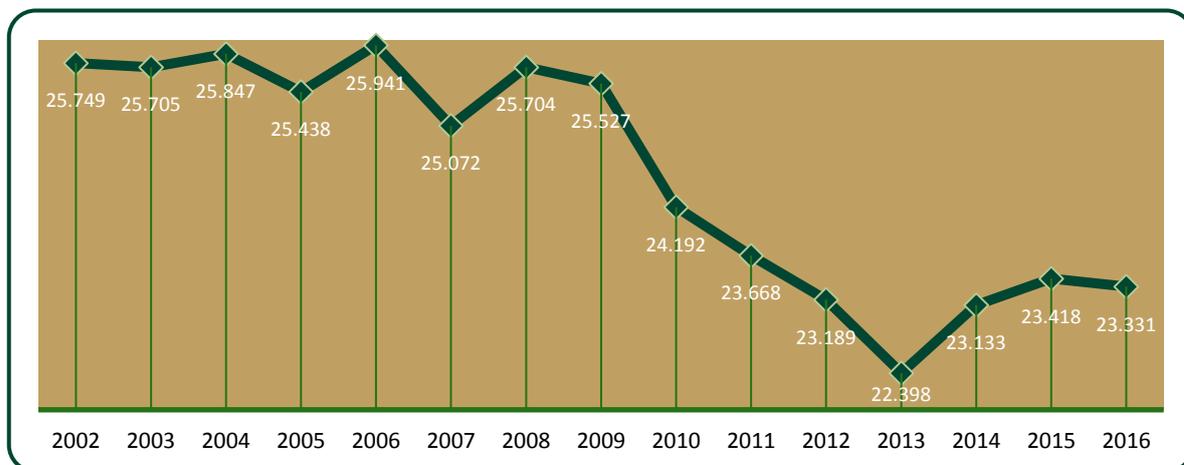
O Quadro 1 elucida-nos sobre a taxa de variação anual do número de efetivos, que no triénio 2010-2013 decresceu 7,60%, em média anual, tendo, no entanto, havido um acréscimo de 4,51% do número de efetivos, no biénio 2014-2015. Em 2016 a taxa decresceu 0,37% o que traduz uma inversão do acréscimo observado no anterior exercício em referência, materializada, designadamente, pela falta de procedimentos concursais de ingresso, de acordo com os movimentos de saída de recursos humanos verificados.

Resulta, assim, uma taxa de variação anual média negativa de 0,58%.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
N.º de efetivos	24.192	23.668	23.189	22.398	23.133	23.418	23.331
Taxa de variação anual		-2,17%	-2,02%	-3,41%	3,28%	1,23%	-0,37%

**Quadro 1 – Evolução dos efetivos/taxa de variação anual**

O número de trabalhadores em exercício de funções na GNR registou um decréscimo de 87 trabalhadores, cerca de 0,37% do efetivo global, em relação ao ano de 2015.



**Gráfico 2 – Evolução dos efetivos – (2002-2016)**

Numa perspetiva horizontal mais alargada, ilustrada através do Gráfico 2, podemos constatar que, entre 2002 e 2009 verificou-se um período de relativa estabilidade, em que se verificou um número acima dos 25.000 efetivos. A partir de 2009, assistimos a uma descida gradual do número de efetivos, que culminou em 2013 com o número de efetivos mais baixo desde 2002, sendo de 22.398. A partir de 2013 constata-se uma subida gradual do número de efetivos, atingindo em 2015 o valor de 23.418. Em 2016 o número de efetivos voltou a descer, cifrando-se em 23.331 efetivos.

A relação entre os polos máximos do horizonte temporal, verificada entre 2006 e 2016, é de menos 2.610 efetivos.

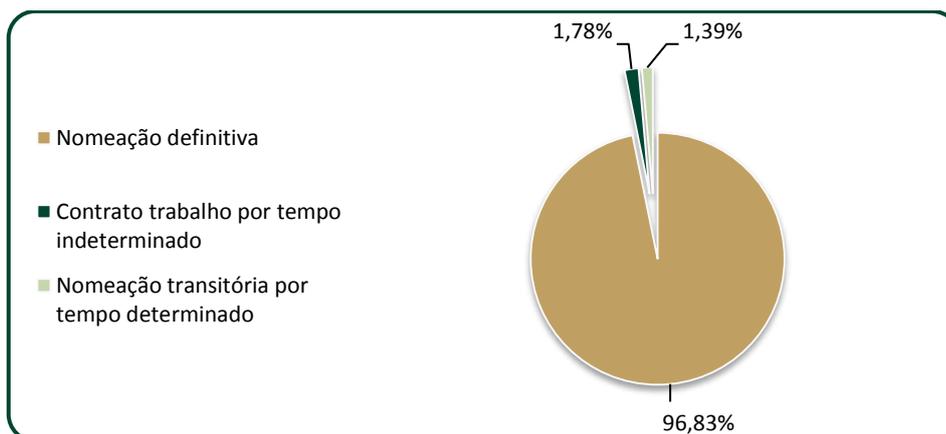
## 2. Efetivos segundo o vínculo jurídico

Dos 23.331 trabalhadores em funções na Guarda a 31 de dezembro de 2016, verifica-se que cerca de 96,83% (22.591 trabalhadores) encontram-se em regime de nomeação definitiva.

Em regime de nomeação transitória por tempo determinado encontram-se 1,39%, 325 militares a frequentar o CFG 2016.

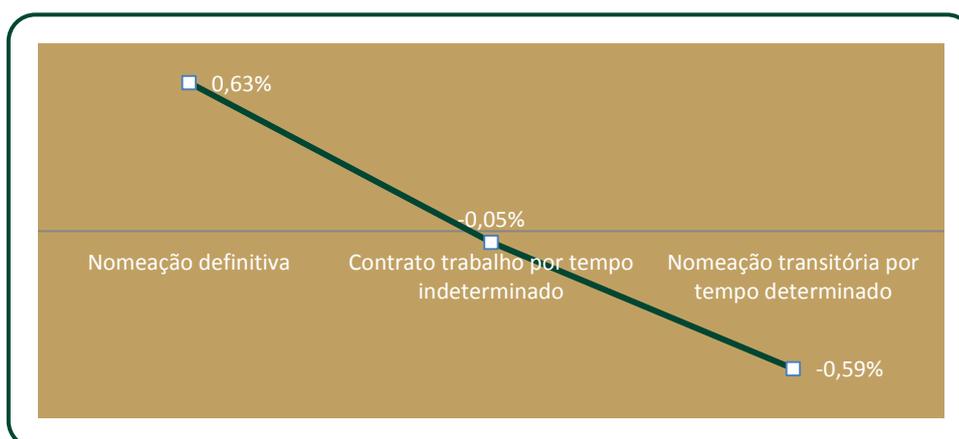
Em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado encontram-se 1,78% (415 trabalhadores).

Em regime de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença encontram-se 57 colaboradores, que se dividem em grupo/cargo/carreira: médica, técnico superior e técnico diagnóstico e terapêutica.



**Gráfico 3 – Percentagem de trabalhadores segundo a relação jurídica de emprego**

Em relação à variação percentual da distribuição de efetivos por relação jurídica de emprego, analisando o gráfico 4 em função da sua expressão percentual constata-se que a nomeação definitiva apresenta um aumento de 64 efetivos em relação ao exercício anterior, o contrato de trabalho por tempo indeterminado e a nomeação transitória por tempo determinado apresentam uma diminuição de 13 e 138 efetivos, respetivamente.



**Gráfico 4 – Variação percentual da distribuição de efetivos por relação jurídica de emprego (2015-2016)**

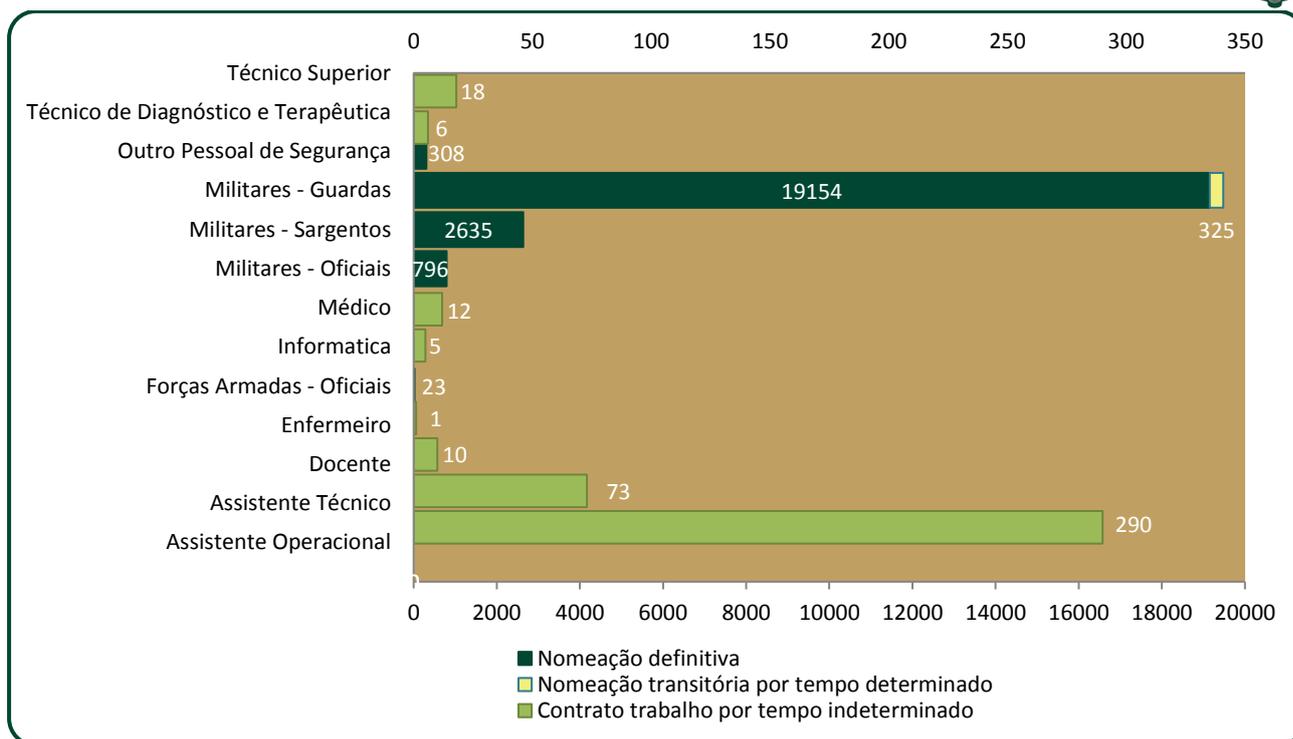
Em relação à distribuição de efetivos por grupos profissionais, analisando o Quadro 2 em função da sua expressão numérica e percentual constata-se que, fruto da sua natureza, a Guarda é uma Instituição maioritariamente constituída por militares, representando estes, em 31 de dezembro de 2016, 96,90% (22.608 militares), sendo a categoria de Guardas a mais representativa, com 82,10% (19.154) do total de militares.



/Grupo/Cargo/Carreira Modalidades de vinculação	Nomeação definitiva		Contrato trabalho por tempo indeterminado		Nomeação transitória por tempo determinado		Total p/ género		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	T	%
Assistente Operacional			10	280			10	280	290	1,24%
Assistente Técnico			11	62			11	62	73	0,31%
Docente			1	9			1	9	10	0,04%
Enfermeiro				1				1	1	0,004%
Forças Armadas - Oficiais	23						23		23	0,10%
Informatica			3	2			3	2	5	0,02%
Médico			6	6			6	6	12	0,05%
Militares - Oficiais	732	64					732	64	796	3,41%
Militares - Sargentos	2.493	142					2.493	142	2.635	11,29%
Militares - Guardas	17.638	1.191			276	49	17.914	1.240	19.154	82,10%
Outro Pessoal de Segurança	302	6					302	6	308	1,32%
Técnico de Diagnóstico e Terapêutica				6				6	6	0,03%
Técnico Superior			3	15			3	15	18	0,08%
Total por vínculo e género	21.188	1.403	34	381	276	49	21.498	1.833	23.331	100,00%
	22.591		415		325		23.331			
	96,83%		1,78%		1,39%		100,00%			

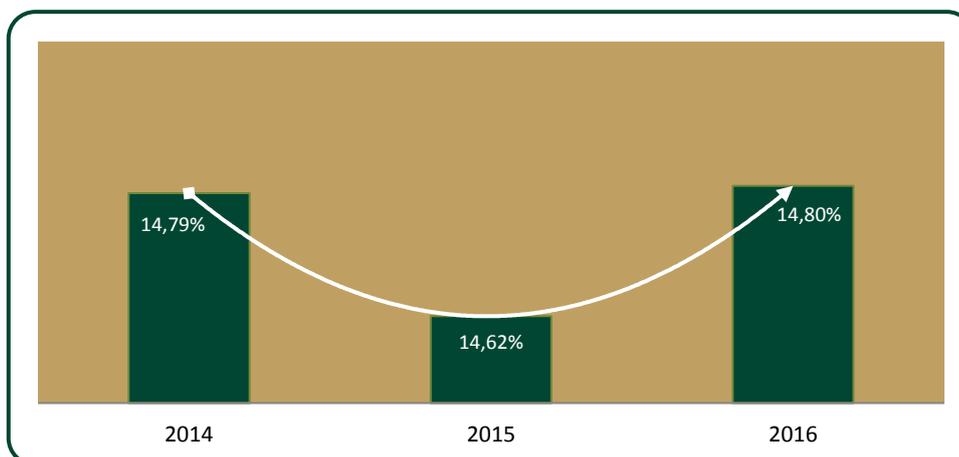
**Quadro 2 – Efetivos segundo a modalidade de vinculação e género (Quadro 1 DGAEP)**

Em relação ao pessoal civil, os grupos/cargos/carreiras mais representativas são a de «outro pessoal de segurança» onde estão inseridos os Guardas-Florestais, com cerca de 1,32% (308 trabalhadores), seguida dos «assistentes operacionais» com 1,24% (290 trabalhadores).



**Gráfico 5 - Representação gráfica da distribuição dos efetivos segundo a relação jurídica de emprego**

No que se refere ao índice de enquadramento que, no caso da GNR, expressa a relação entre o total de efetivos e o número de profissionais pertencentes ao pessoal que exerce funções de comando, de direção ou de chefia (oficiais e sargentos), verifica-se um acréscimo do valor em 2016, de cerca de 0,18%, em comparação com o exercício anterior.



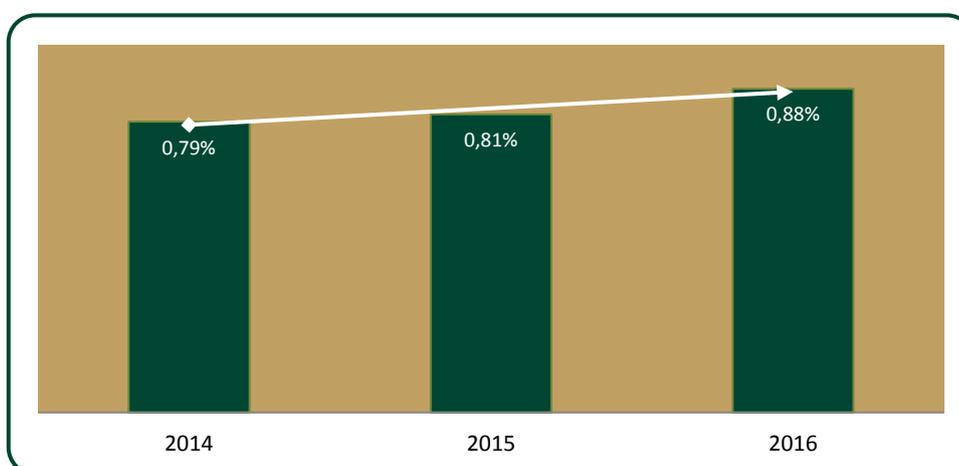
**Gráfico 6 - Taxa de enquadramento**

O aumento da taxa é explicado pelo aumento de 31 efetivos militares (4 oficiais e 27 sargentos) e pela diminuição de 99 efetivos militares (guardas) e 19 efetivos civis ao efetivo global. A ocupação dos cargos dirigentes corresponde a uma taxa de enquadramento de 14,80%.

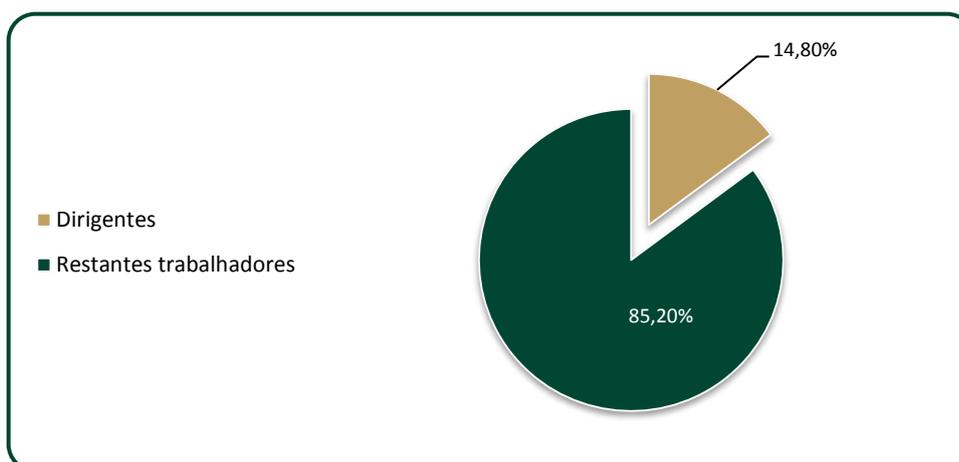
	Masculino	Feminino	Total
Forças Armadas - Oficiais	23		23
Militares - Oficiais	732	64	796
Militares - Sargentos	2.493	142	2.635
Total	3.248	206	3.454

**Quadro 3 – Pessoal dirigente (oficiais e sargentos)**

A taxa de feminização dirigente subiu em relação ao ano anterior (0,07%) e cifra-se nos 0,88%.



**Gráfico 7 – Taxa de feminização dirigente**



**Gráfico 8 – Percentagem de dirigentes por efetivos**



### 3. Efetivos segundo os grupos profissionais

Detalhando a análise do número de efetivos civis por grupo profissional, assistimos a um decréscimo nos grupos «assistente operacional» e «outro pessoal de segurança» e um acréscimo no grupo «assistente técnico», Verifica-se a tendência de redução, dos últimos anos, do número de pessoal civil em exercício de funções na GNR, registando-se um decréscimo de 19 trabalhadores, cerca de 2,56% do efetivo do pessoal civil, em relação ao ano de 2015.

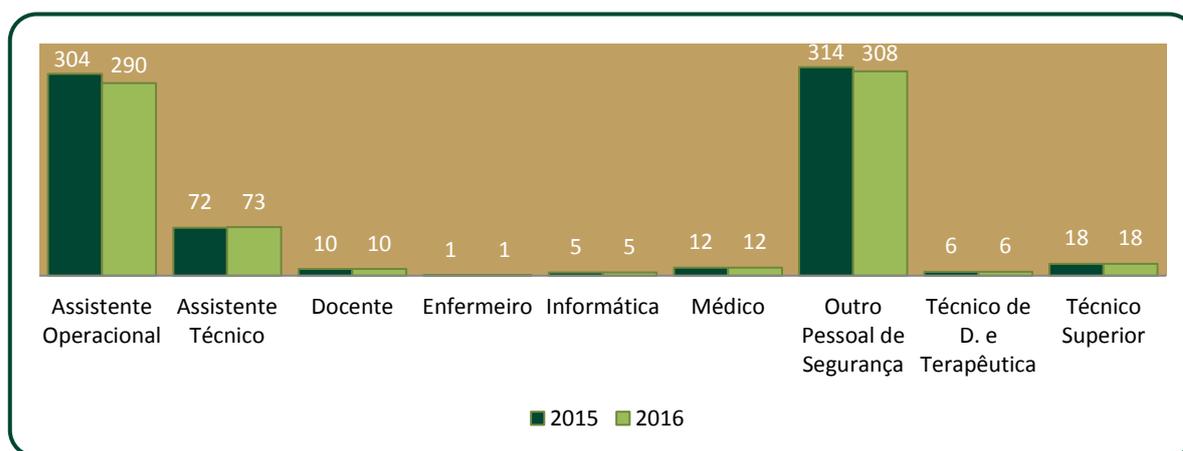


Gráfico 9 – Evolução dos efetivos civis por grupo profissional

O Gráfico 9 mostra-nos ainda que existem sobretudo três grandes grupos profissionais: «outro pessoal de segurança», «assistente operacional» e «assistente técnico», que agrupam no seu conjunto 92,81% dos efetivos civis. Destes três o maior é o grupo de «outro pessoal de segurança», que conta com 42,60% do total de efetivos, seguindo-se o «assistente operacional», com 40,11%.

Pormenorizando a análise do número de efetivos militares por grupo profissional, assistimos a um acréscimo do número de militares nos grupos «oficiais» e «sargentos», que no seu todo refletem o ganho de 34 efetivos militares em relação ao ano anterior. No grupo profissional «guardas» verifica-se o decréscimo de 99 militares, já no grupo profissional «forças armadas-oficiais» verifica-se o decréscimo de 3 militares. Consta-se no ano de 2016 um saldo negativo de 68 efetivos militares.

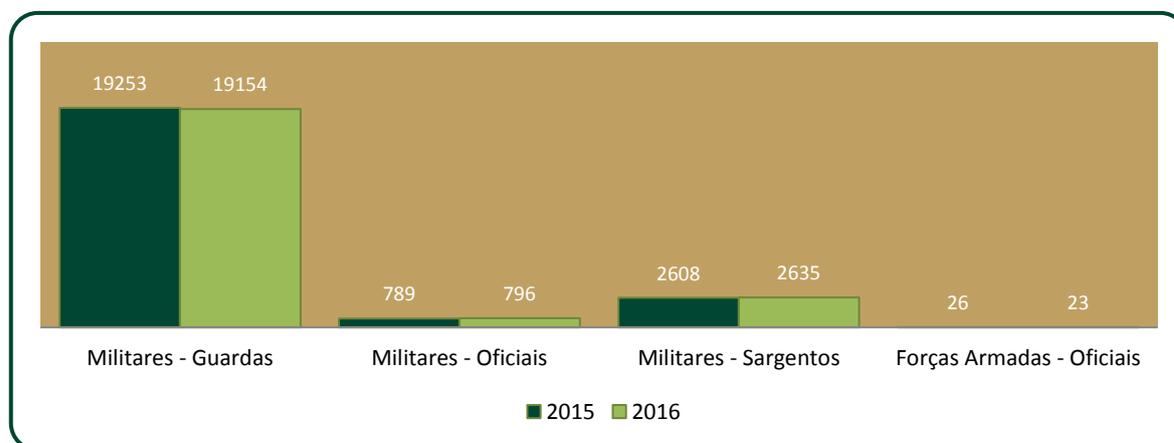
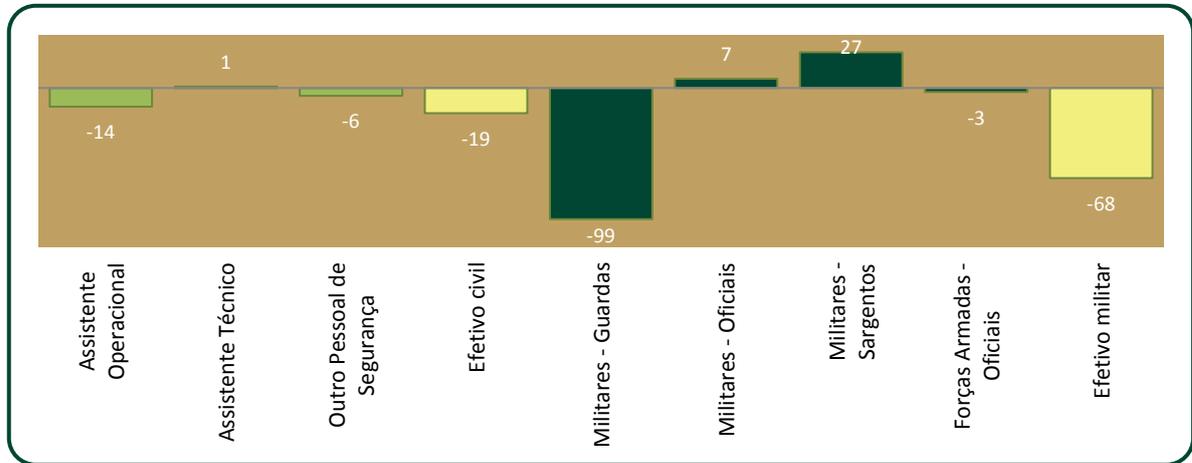


Gráfico 10 – Evolução dos efetivos militares por grupo profissional

O Gráfico 10 mostra-nos ainda que existem sobretudo dois grandes grupos profissionais: «militares guardas» e «militares sargentos», que agrupam no seu conjunto 96,38% dos efetivos militares. Destes três o maior é o grupo de «militares guardas», que conta com 84,72% do total de efetivos, seguindo-se o «militares sargentos», com 11,66%.



**Gráfico 11 – Variação dos efetivos por grupo profissional (2015/2016)**

Assim, conclui-se em relação às entradas e saídas ocorridas em 2016 que existiu um decréscimo de 68 efetivos militares e o decréscimo de 19 efetivos civis que resulta num saldo negativo de 87 efetivos.



## 4. Efetivos segundo a unidade orgânica

Os 23.331 efetivos em efetividade de funções, a 31 de dezembro de 2016, encontravam-se distribuídos pela estrutura geral da Guarda, como de seguida se apresenta:

	Efetivo militar	Efetivo civil	Total
Comando da Guarda	311	20	331
Comando Operacional	307	4	311
CARI	817	42	859
CDF	25		25
CTer Aveiro	1.096	23	1.119
CTer Beja	721	17	738
CTer Braga	976	35	1.011
CTer Bragança	637	28	665
CTer C Branco	696	39	735
CTer Coimbra	819	63	882
CTer Évora	776	19	795
CTer Faro	1.268	16	1.284
CTer Guarda	630	39	669
CTer Leiria	788	32	820
CTer Lisboa	1.172	28	1.200
CTer Portalegre	641	18	659
CTer Porto	1.460	35	1.495
CTer Santarém	946	27	973
CTer Setúbal	1.266	27	1.293
CTer Vcastelo	620	30	650
CTer V Real	686	65	751
CTer Viseu	798	61	859
CTer Açores	240	7	247
CTer Madeira	192	3	195
UNT	111		111
UCC	986	15	1.001
UAF	353	3	356
USHE	1.170	7	1.177
UI	1.316	2	1.318
EG	784	18	802
<b>Total</b>	<b>22.608</b>	<b>723</b>	<b>23.331</b>

**Quadro 4 – Efetivo segundo a unidade orgânica**

Verifica-se que o Comando Territorial do Porto é a Unidade com maior efetivo militar, 1.460 militares e o Comando Territorial de Vila Real apresenta o maior efetivo civil, 65 civis.

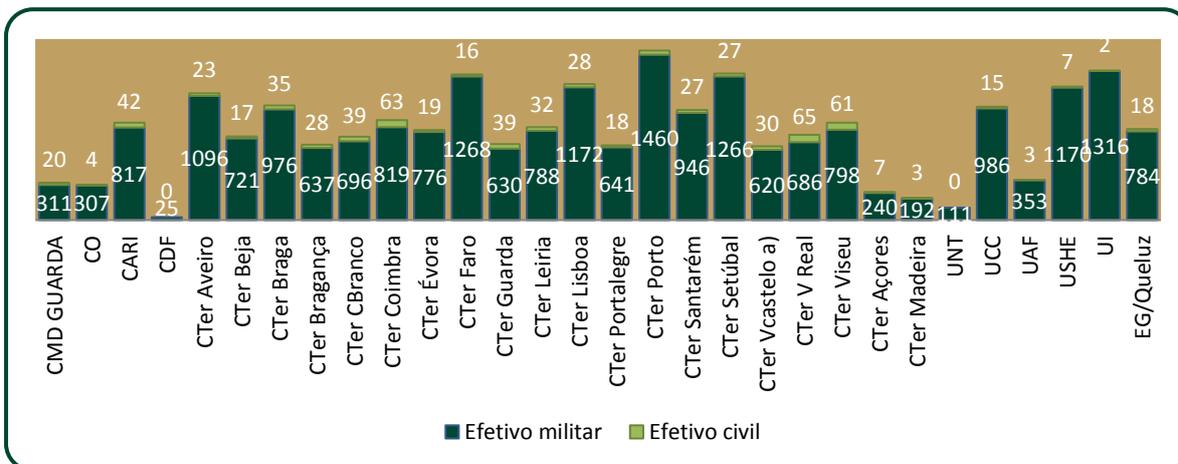


Gráfico 12 – Representação gráfica do efetivo segundo a unidade orgânica

Constata-se que em relação ao efetivo militar e em comparação com o exercício anterior, o maior aumento de efetivo registou-se no Comando Territorial do Setúbal (49 militares) e a Unidade que apresenta a maior diminuição de efetivo é a Escola da Guarda (128 militares) seguida da Unidade de Intervenção que registou um decréscimo de 79 militares.

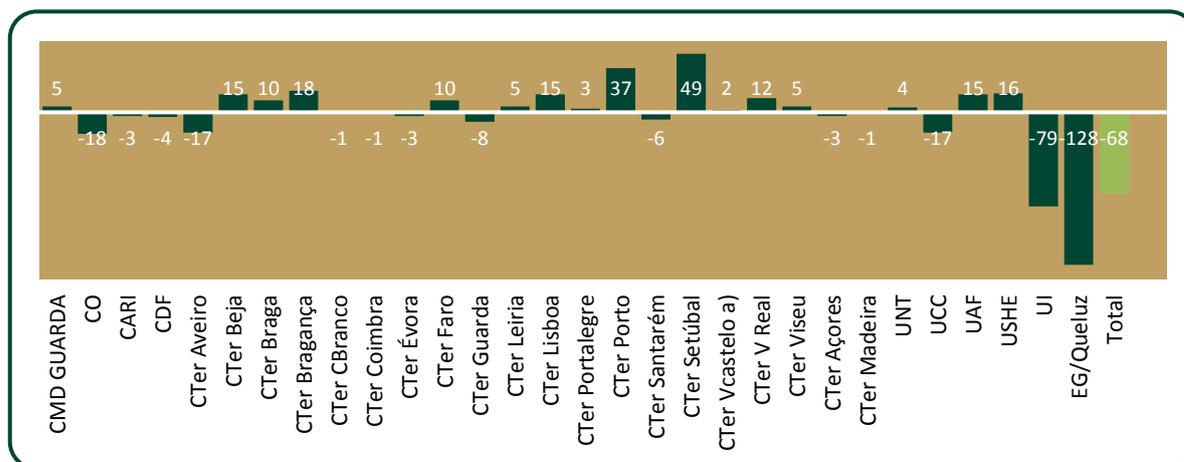


Gráfico 13 – Variação do efetivo militar segundo a unidade orgânica (2015/2016)

Em relação ao efetivo civil e em comparação com o exercício anterior, apenas o Comando Operacional e o Comando Territorial de Lisboa registaram aumento de efetivo civil (1), a Unidade que apresenta a maior diminuição de efetivo é o Comando Territorial de Coimbra, que registou um decréscimo de 4 civis.

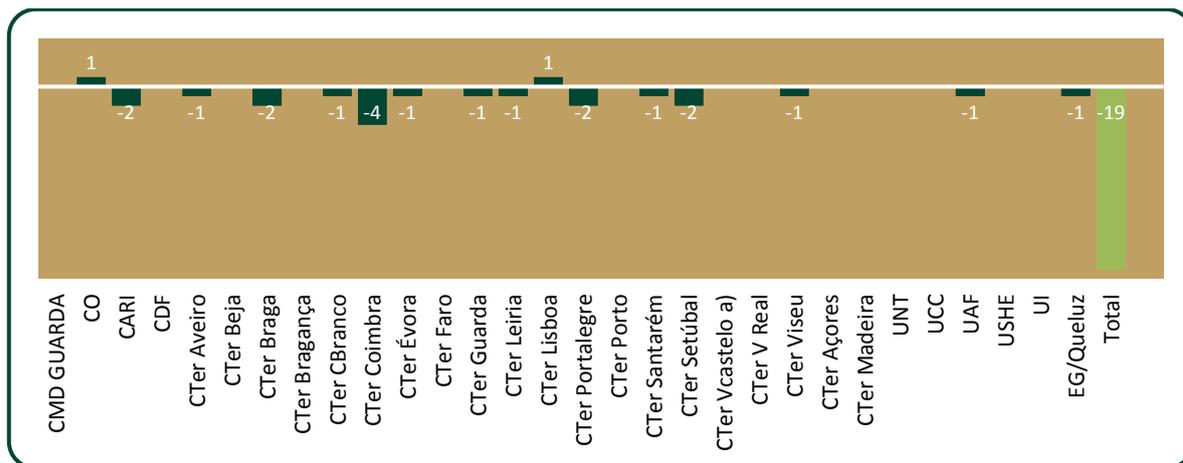


Gráfico 14 – Variação do efetivo civil segundo a unidade orgânica (2015/2016)

## 5. Efetivos na situação de reserva na efetividade de serviço

Nos termos do n.º 1 do artigo 72.º do EMGNR, «A situação de reserva é aquela para a qual transita do ativo o militar da Guarda, ... mantendo-se, no entanto, disponível para o serviço.», podendo encontrar-se, de acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, na efetividade ou fora da efetividade de serviço.

O militar da Guarda, na situação de reserva fora da efetividade de serviço, ou a transitar para esta situação, pode prestar serviço efetivo, se o requerer e for autorizado, atento ao disposto no artigo 91.º, alínea b), ainda do EMGNR.

Em relação ao efetivo militar em exercício de funções a 31 de dezembro de 2016 (22.608 militares), verifica-se que cerca de 7,99% (1.806 trabalhadores) encontram-se a prestar serviço na reserva na efetividade de serviço.

No ano de 2016, através do despacho n.º 6175/2016, de 02 de maio de 2016 e alterado pelo despacho n.º 11969/2016, de 27 de setembro de 2016 foi fixado o número máximo de militares a colocar na situação de reserva na efetividade de serviço a seguir indicado:

- Categoria de oficiais – 100;
- Categoria de sargentos – 300;
- Categoria de guardas – 2000.



Os 1.806 militares a prestar serviço na reserva na efetividade de serviço em 31 de dezembro de 2016, encontravam-se distribuídos pela estrutura geral da Guarda, como de seguida se apresenta:

	Oficiais	Sargentos	Guardas	Total
CMD GERAL	191	53	23	267
CTAVEIRO	72	4		76
CTBEJA	40	2	1	43
CTBRAGA	41	4		45
CTBRAGANÇA	42	8	1	51
CTCBRANCO	64	4		68
CTCOIMBRA	30	5	1	36
CTÉVORA	114	11		125
CTFARO	59	7		66
CTGUARDA	25			25
CTLEIRIA	29	3	1	33
CTLISBOA	48	1		49
CTPORTALEGRE	42	5	1	48
CTPORTO	89	13	5	107
CTSANTARÉM	94	7		101
CTSETÚBAL	41	5		46
CTVCASTELO	58	8		66
CTVREAL	54	16		70
CTVISEU	53	9	1	63
CTAÇORES	2			2
CTMADEIRA	13	1	1	15
UNT	10	2		12
UCC	164	11	1	176
UAF	24			24
USHE	66	20	1	87
UI	5	4		9
EG	78	13	5	96
<b>Total</b>	<b>1.548</b>	<b>216</b>	<b>42</b>	<b>1.806</b>

**Quadro 5 – Efetivo na reserva na efetividade de serviço segundo a unidade orgânica**

O militar da Guarda na situação de reserva em efetividade de serviço são atribuídas funções e regime de serviço adequados à idade, desgaste sofrido e respetivo posto, em termos a definir por despacho do membro do Governo responsável pela área da administração interna que pode delegar esta competência no Comandante-Geral, nos termos do n.º 5 do artigo 90.º do EMG NR.

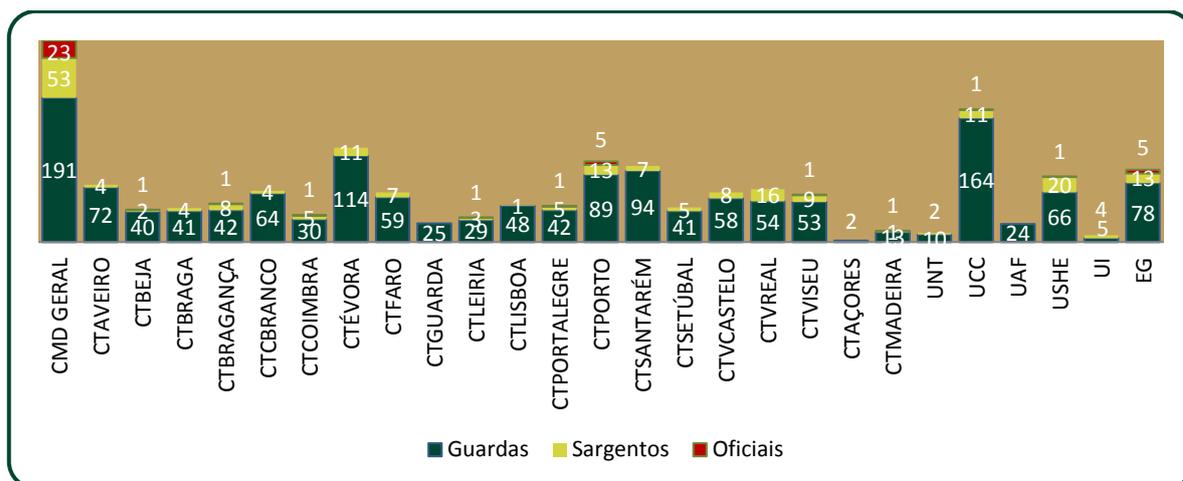


Gráfico 15 – Efetivo na reserva na efetividade de serviço segundo a unidade orgânica

No entanto, deve ser notado que este universo eleva o quantitativo de militares nos escalões etários superiores, que conduzirá num curto espaço de tempo, a uma grande saída de efetivos (cerca de 2000 militares) para a situação de reserva fora da efetividade de serviço.

## 6. Efetivos por género

O universo respeitante ao efetivo feminino (1.833) tem vindo a aumentar, nos últimos anos, mas ainda assim, os servidores do sexo masculino (21.498) continuam a ser a grande maioria, de todo o efetivo militar e civil.

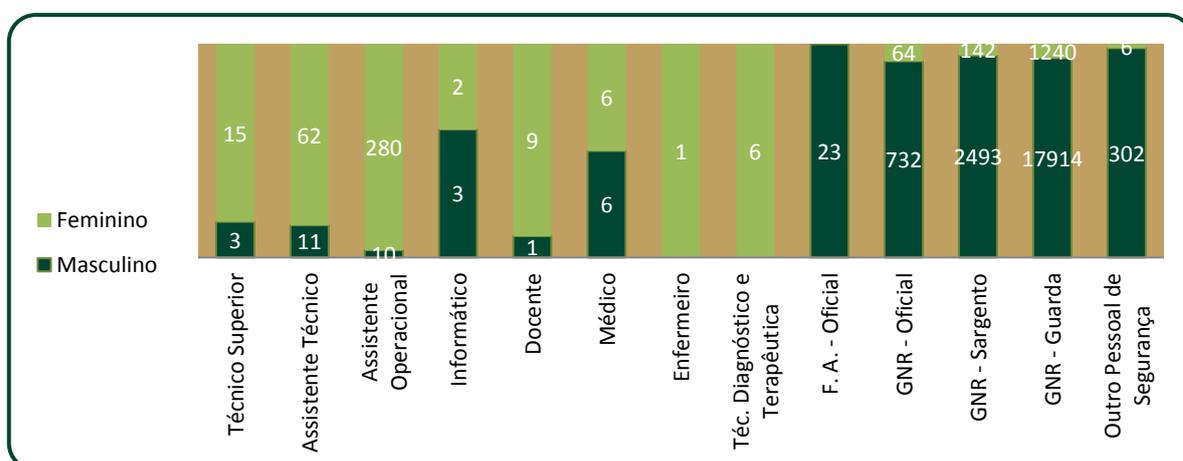


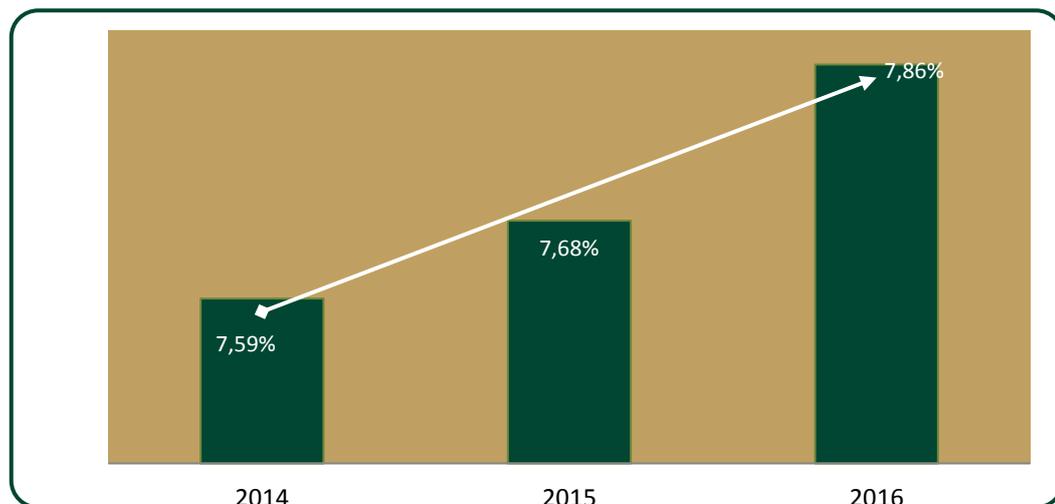
Gráfico 16 – Trabalhadores por carreira e género

Da análise dos dados por distribuição de efetivos e por género, continua a verificar-se uma predominância do sexo masculino no universo dos efetivos sendo especialmente notória nos grupos correspondentes ao efetivo militar, excetuando-se os grupos profissionais de «técnico superior», «assistente técnico», «assistente operacional», «docente», «médico», «enfermeiro» e «técnico de diagnóstico e terapêutica», embora com pouca expressividade, contrariam assim a tendência global.

A representatividade por género, em 2016, situou-se em valores muito equivalentes aos registados em 2015, com a diferença de apenas 0,18%. O grupo masculino teve uma descida de 0,18% face ao período homólogo do ano anterior, mas continua a ser predominante, com 92,14% do total de efetivos.

A relação homem/mulher, em 2016, situou-se em 11,73, significando que a proporção verificada neste ano foi de cerca de 12 efetivos do sexo masculino por cada efetivo feminino. Ainda assim neste ano verificou-se uma ligeira descida nesta relação, de 0,30, comparativamente com o ano anterior.

Esta realidade traduz-se numa taxa de feminização de 7,86%. Este facto explica-se, principalmente, pelo recrutamento externo com destino ao Curso de Formação de Guardas (CFG), onde o género feminino veio a ocupar 49 vagas das 325 disponíveis.



**Gráfico 17 – Taxa de feminização**

A taxa de feminização registou um ligeiro incremento (0,18%), face aos anos em análise, situando-se nos 7,86%.

## 7. Efetivos por escalão etário

O escalão etário mais representativo situou-se em 2016, no intervalo dos 35-39 anos, com 4.960 trabalhadores, representando 21,26% do efetivo global, seguido do intervalo 40-44 com 4.127 trabalhadores, representando 17,69% do efetivo global.



	Homens	Mulheres	Total
< 20 anos	23	5	28
20-24	516	77	593
25-29	2.353	304	2.657
30-34	3.676	467	4.143
35-39	4.568	392	4.960
40-44	3.904	223	4.127
45-49	3.196	77	3.273
50-54	3.005	85	3.090
55-59	226	89	315
60-64	25	89	114
65-69	6	25	31
<b>Total</b>	<b>21.498</b>	<b>1.833</b>	<b>23.331</b>

**Quadro 6 – Efetivos por escalão etário segundo o género (Quadro 2 DGAEP)**

Comparativamente com 2015 verificou-se um aumento de 3,36% de efetivos nos escalões menos de 20 anos e 40 a 69 anos, contudo, os escalões 20 a 39 anos perderam igual expressão face ao ano 2015, em cerca de 3,36%.

É igualmente na faixa etária dos 30 a 34 e 35 a 39 anos que se concentra a grande maioria dos efetivos femininos, com cerca de 46,86% do total de mulheres. Já no que respeita aos efetivos do sexo masculino, a maior concentração ocorre no escalão dos 35 aos 39 anos, com 21,25% do total de efetivos masculinos.

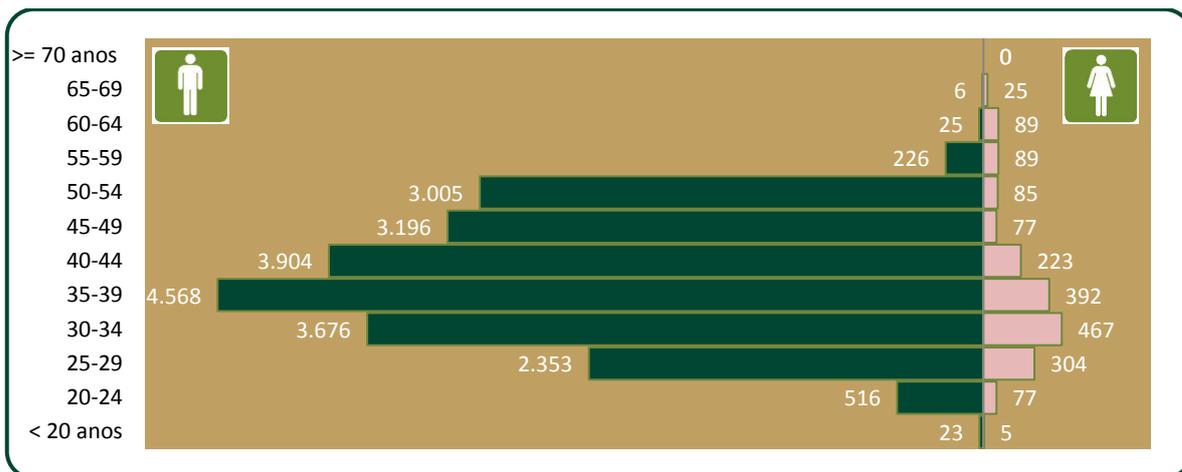


Gráfico 18 – Trabalhadores por escalão etário e género (pirâmide etária)

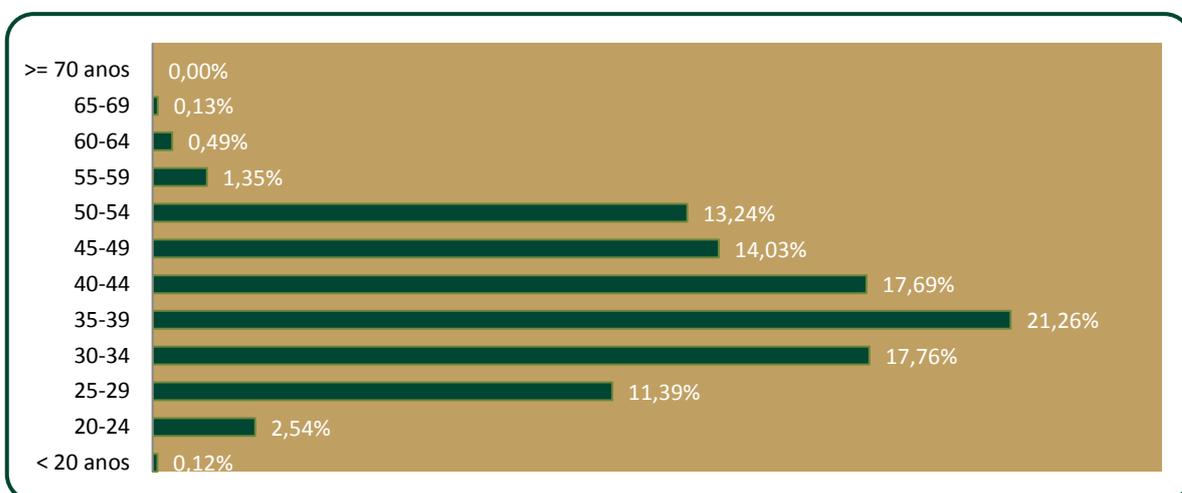
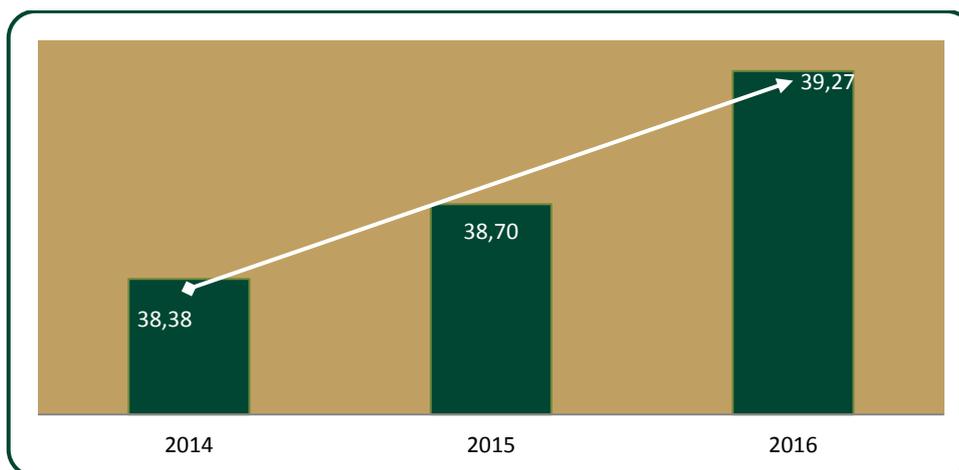


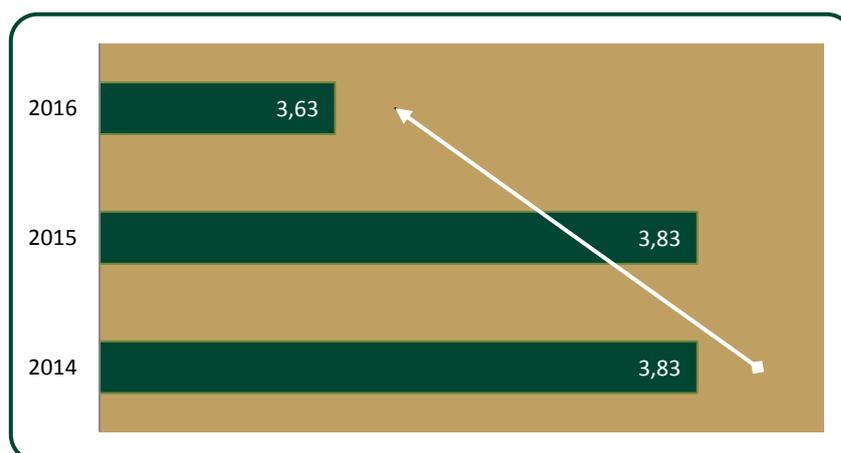
Gráfico 19 – Distribuição percentual do efetivo por escalão etário

O nível etário, no ano em análise, é de 39,27 anos, aumentando ligeiramente face ao ano anterior (0,31). Tal deve-se ao facto de ter existido um decréscimo acentuado no número de militares que passaram à situação de reserva para fora da efetividade de serviço. Contudo, o ingresso nos quadros da GNR, de militares provenientes do CFG e do Curso de Formação de Oficiais (CFO), ajudou a mitigar a propensão de subida deste nível.



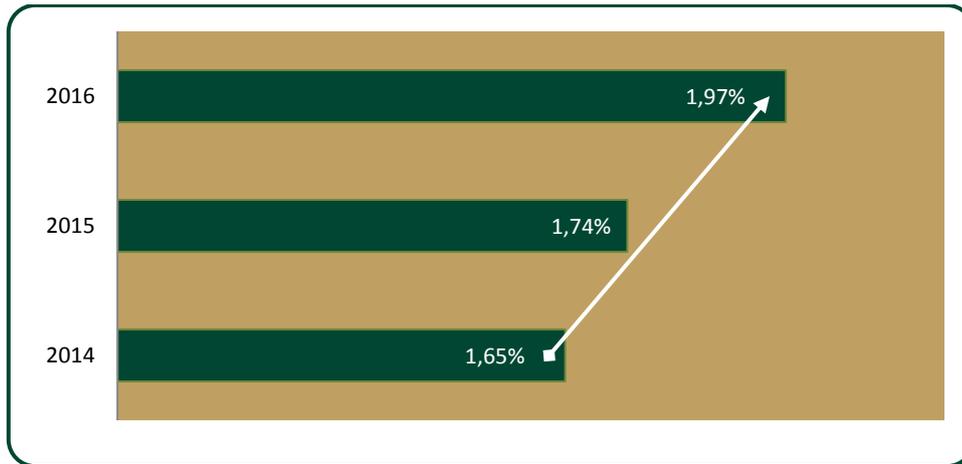
**Gráfico 20 – Nível etário**

O leque etário é de 3,63 e tem uma amplitude de 50 anos, representando a diferença entre o trabalhador mais novo (19 anos) e o mais velho (69 anos), este valor diminui (0,20) em relação aos exercícios anteriores.



**Gráfico 21 – Leque etário**

A taxa de envelhecimento, que tem como referência os trabalhadores com idade igual ou superior a 55 anos x 100, sobre o total de trabalhadores ao serviço, situou-se nos 1,97%. Esta taxa revela uma tendência de subida (0,23%), facto imputado às passagens à situação de reserva/aposentação também terem sofrido uma diminuição.

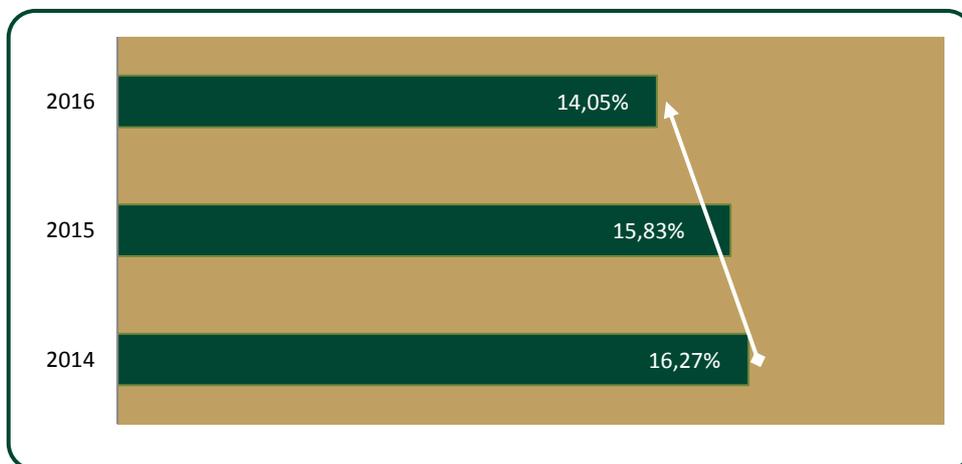


**Gráfico 22 – Taxa de envelhecimento**

A confirmação do observado através de outros indicadores, sobre a tendência do envelhecimento do efetivo é confirmada através do Gráfico 22.

Em 2015, a taxa de envelhecimento situou-se nos 1,74%, menos 0,09% que o ano anterior. A saída de efetivos por motivo de reserva/reforma/aposentação, o que conduz naturalmente à saída de efetivos dos escalões etários superiores foi reduzida, logo o índice de envelhecimento continuou a crescer. Em 2016 esta taxa mantém a tendência de subida.

A taxa de emprego jovem desceu em relação ao ano anterior (1,78%) e cifra-se nos 14,05%.



**Gráfico 23 – Taxa de emprego jovem**



	< 20 anos	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	Média
Técnico Superior					2	1	3	5	3	3	1	52,28
Assistente técnico					5	4	11	20	16	13	4	53,37
Assistente operacional				1	7	16	41	58	72	73	22	55,21
Informático					1		1	1	1	1		51,00
Docente						5	2		2		1	48,50
Médico							1	1	3	5	2	59,50
Enfermeiro								1				52,00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							3	1	1	1		52,00
F. A. - Oficial					1	1	4	7	10			52,22
GNR - Oficial		22	191	170	145	56	77	110	25			37,14
GNR - Sargento			44	321	557	752	485	457	19			42,24
GNR - Guarda	28	571	2.422	3.651	4.229	3.246	2.622	2.351	32	2		38,40
Outro Pessoal de Segurança					13	46	23	78	131	16	1	52,19

Quadro 7 – Efetivos por escalão etário segundo o grupo profissional (Quadro 2 DGAEP)

Numa decomposição dos níveis etários pelos grupos profissionais, podemos concluir que apenas o grupo “GNR - guarda” conta com efetivos abaixo dos 20 anos de idade.

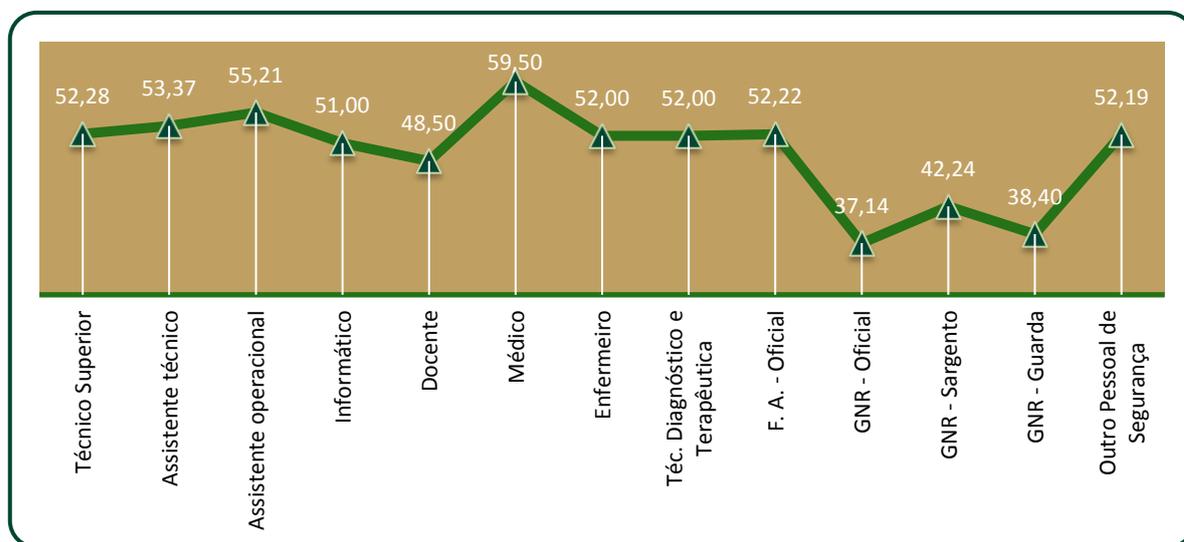


Gráfico 24 – Média etária por grupo profissional

O grupo profissional com a idade média mais elevada é o de «médico» com 59,50 anos.

O grupo profissional com idade média mais baixa é o «GNR – oficial» e “GNR – guarda» com a idade média de 37,14 anos e 38,40 anos, respectivamente.

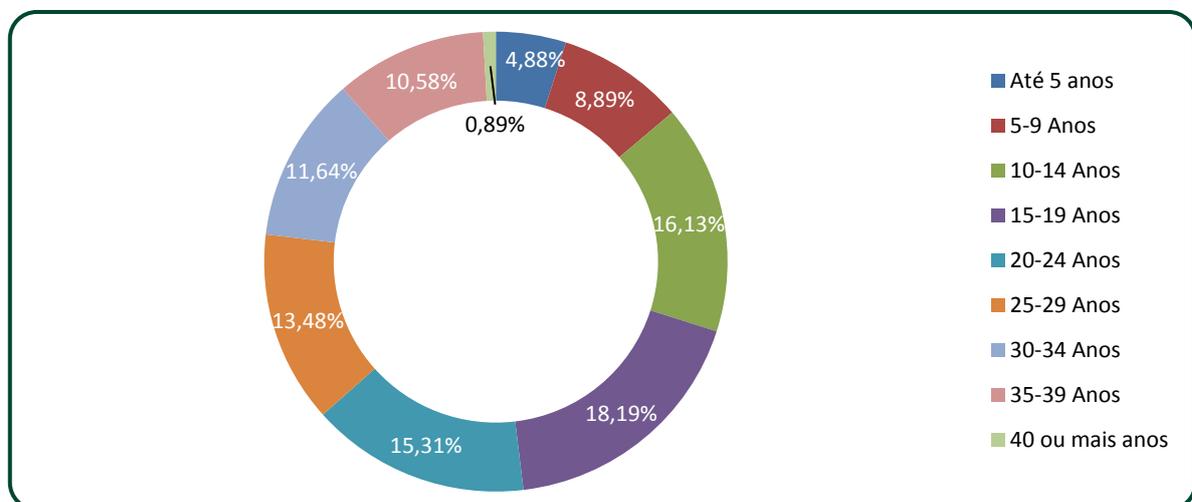
## 8. Efetivos por antiguidade

	N.º de Funcionários
Até 5 anos	1.139
5-9 Anos	2.074
10-14 Anos	3.764
15-19 Anos	4.245
20-24 Anos	3.573
25-29 Anos	3.145
30-34 Anos	2.715
35-39 Anos	2.469
40 ou mais anos	207

**Quadro 8 – Antiguidade (Quadro 3 DGAEP)**

O escalão com 15-19 anos de antiguidade continua a ser o que agrupa maior número de trabalhadores, com cerca de 18,19% do total de efetivos, seguido pelos trabalhadores cuja antiguidade se encontra no escalão dos 10 aos 14 anos, com cerca de 16,13%.

O Quadro 8 evidencia, conjuntamente com os restantes indicadores, a existência de 2.676 trabalhadores (11,47%) que se encontram nos escalões 35-39 anos e 40 ou mais anos que evidenciam uma tendência de saída de efetivos, num curto espaço de tempo, para a reserva, reforma e aposentação.



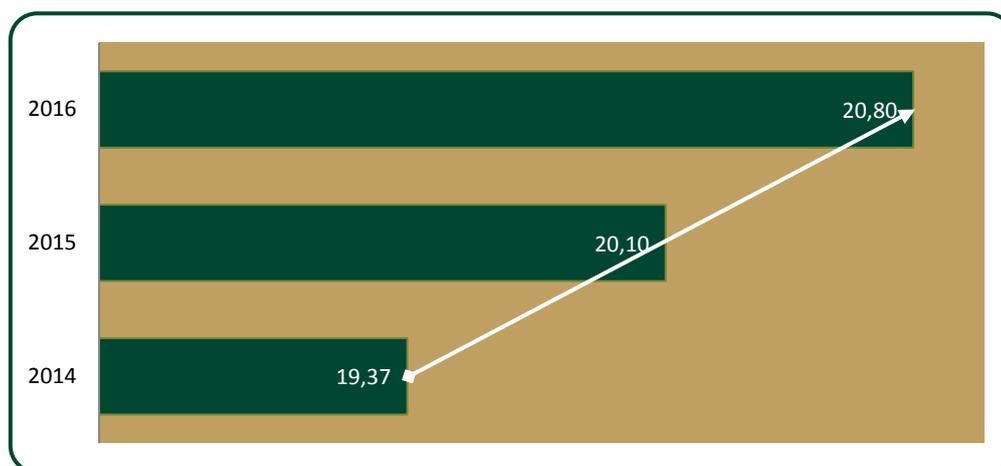


**Gráfico 25 – Distribuição dos efetivos em função da antiguidade**

Em conclusão do que atrás foi enunciado, o Gráfico 25 mostra-nos a densidade de efetivos escalonados por intervalos de idades e expressos em valores percentuais.

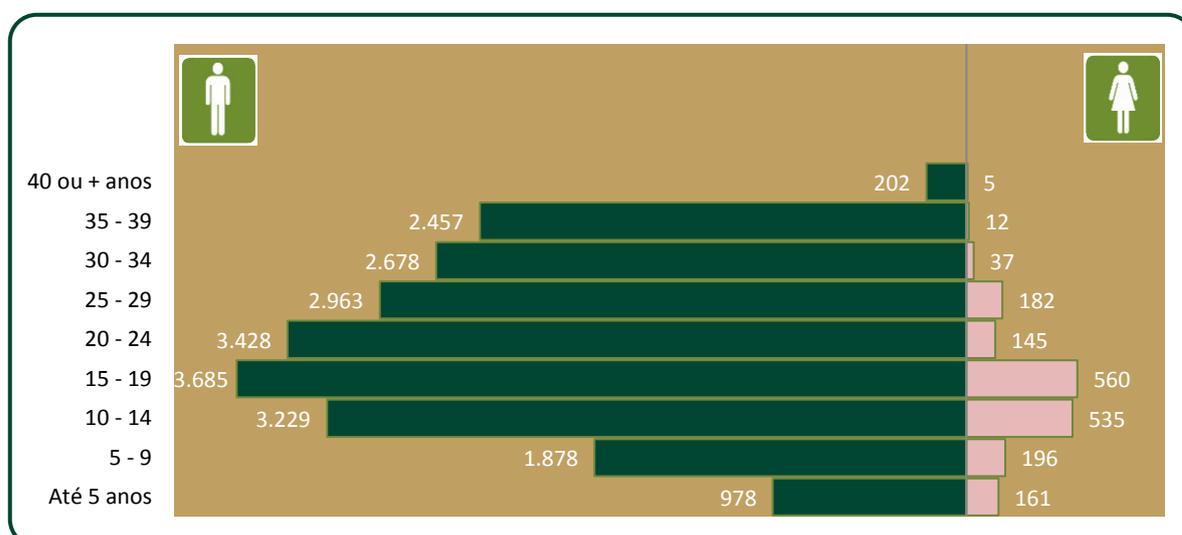
Verifica-se que 4,88% dos trabalhadores apresentam registos de entrada na função pública há menos de 5 anos. Estas percentagens vão subindo gradualmente à medida que vamos aumentando o número de anos de antiguidade até aos 15-19 anos, a partir do qual, começa a descer gradualmente.

Podemos igualmente concluir que 48,10% dos trabalhadores detêm menos de 20 anos de prestação de serviço público. Complementando o que já foi referido anteriormente, 11,47% dos trabalhadores detêm mais de 35 anos de serviço.



**Gráfico 26 – Nível médio de antiguidade na administração pública**

O nível médio de antiguidade na administração pública, que se traduz na soma das antiguidades dividida pelo número de efetivos, é de 20,80 anos representando um acréscimo de 0,70 anos em relação a 2015. À semelhança do ano anterior também 2016 revelou, um incremento face aos anos antecedentes. A explicação para este facto prende-se com os critérios de passagem à situação de reserva/reforma/aposentação, agora aplicados à generalidade dos militares e pessoal da carreira de guarda-florestal.



**Gráfico 27 – Efetivo segundo antiguidade e género (pirâmide de antiguidades)**

Fazendo uma análise por género, verifica-se que é no escalão dos 15 aos 19 anos que se situa o maior número de trabalhadores do sexo feminino. Quanto aos trabalhadores do sexo masculino, o escalão referido, também é o mais representativo.

## 9. Efetivos por nível de escolaridade

Ao longo dos últimos anos, tem-se vindo a assistir a uma diminuição de trabalhadores com habilitações mínimas e a um aumento de trabalhadores com níveis habilitacionais superiores.

O 12.º ano ou equivalente é o nível de escolaridade mais representativo, correspondendo a 9.905 trabalhadores, representando cerca de 42,45% do total dos trabalhadores, registando um ligeiro crescimento face a 2015 (1,12%).

A seguir, surge como habilitação mais representativa, o 9.º ano de escolaridade, que é detida por 7.329 trabalhadores, representando cerca de 31,41% do total dos trabalhadores. Este nível de escolaridade tem vindo a sofrer um decréscimo gradual ao longo dos últimos anos. De realçar o aumento de 53 elementos com formação superior, dos quais 3 com grau de doutoramento face ao ano anterior.

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Menos de 4 anos escolaridade			13	0,71%	13	0,06%
4 anos de escolaridade	145	0,67%	153	8,35%	298	1,28%
6 anos escolaridade	1.738	8,08%	73	3,98%	1.811	7,76%
9 anos de escolaridade	7.082	32,94%	247	13,48%	7.329	31,41%
11 anos de escolaridade	1.894	8,81%	164	8,95%	2.058	8,82%
12 anos de escolaridade	9.044	42,07%	861	46,97%	9.905	42,45%
Bacharelato	74	0,34%	13	0,71%	87	0,37%
Licenciatura	1.134	5,27%	249	13,58%	1.383	5,93%
Mestrado	379	1,76%	58	3,16%	437	1,87%
Doutoramento	8	0,04%	2	0,11%	10	0,04%
<b>Total</b>	<b>21.498</b>	<b>100%</b>	<b>1.833</b>	<b>100%</b>	<b>23.331</b>	<b>100%</b>

**Quadro 9 – Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade e género (Quadro 4 DGAEP)**

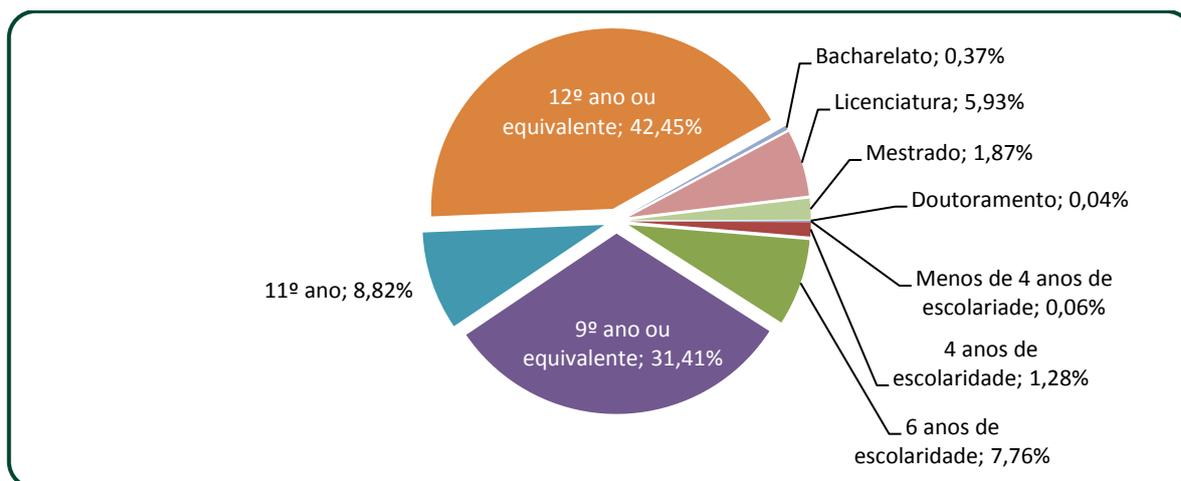


Gráfico 28 – Percentagem dos efetivos por nível de escolaridade

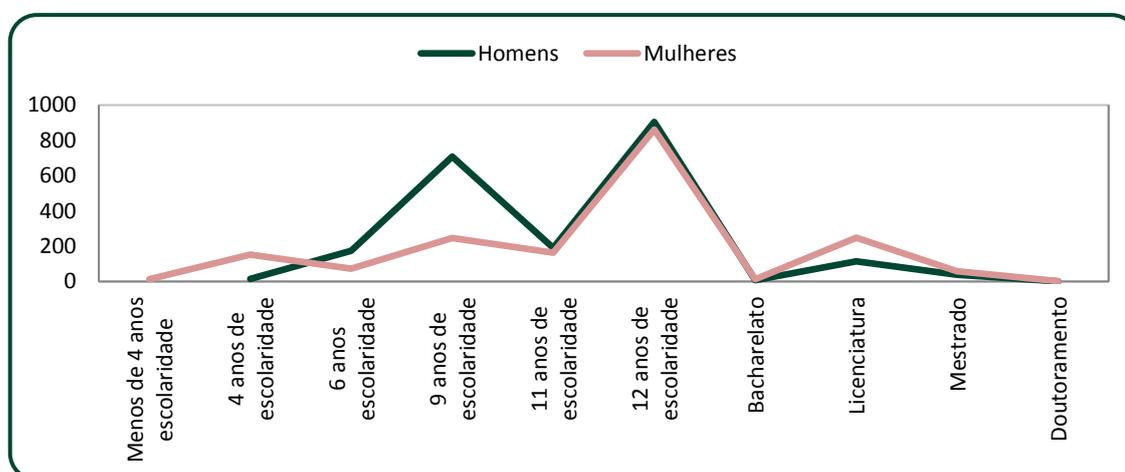


Gráfico 29 - Efetivos por nível de escolaridade e género – valores absolutos e percentuais

Discriminando a análise por género, não se verificam diferenças acentuadas entre homens e mulheres, visíveis através dos mesmos polos gráficos em ambos os sexos.

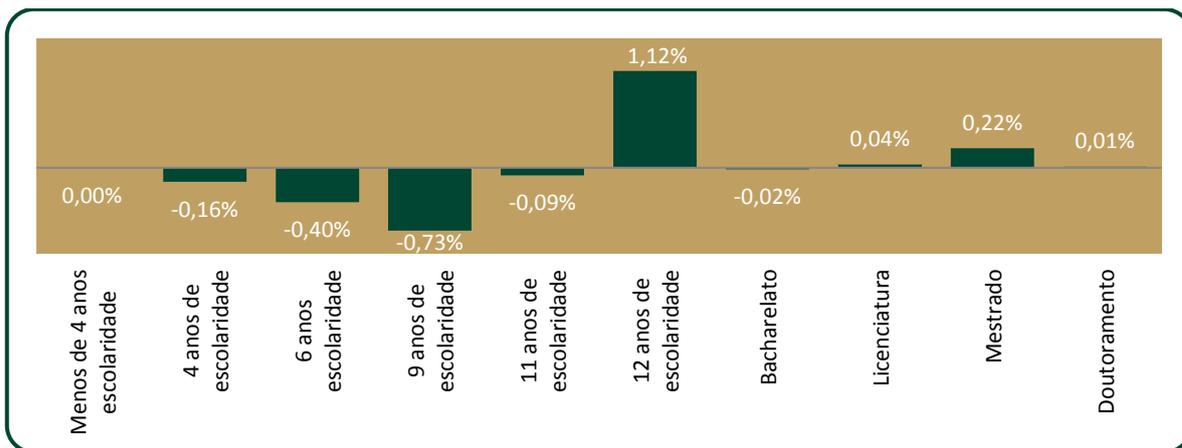


Gráfico 30 - Evolução do nível habilitacional (2015-2016)

Por análise comparativa com o ano anterior, podemos concluir que o nível habilitacional que mais desceu foi o do 9.º ano, com menos 0,73% de efetivos. Segue-se o 6.º ano, 4.º ano e 11.º ano de escolaridade.

Os níveis que apresentam variação percentual positiva é o 12.º ano, Licenciatura, Mestrado e Doutoramento.

Este facto deve-se, em grande medida, ao investimento que o efetivo tem feito na sua formação académica, reflexo disso é também o aumento da taxa de habilitação superior, que se cifrou nos 8,22%, registando um ligeiro crescimento face a 2015 (0,26%).

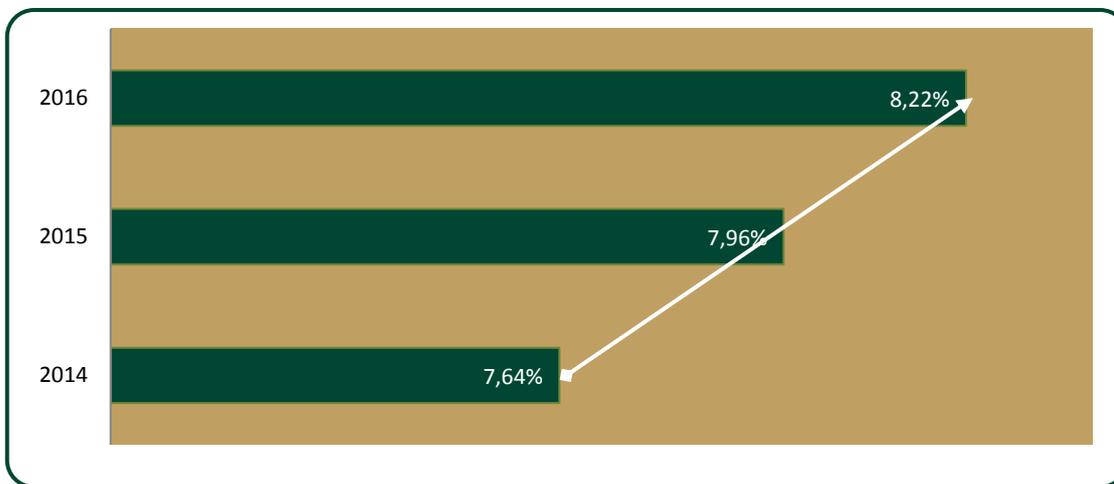


Gráfico 31 - Taxa de habilitação superior



De igual modo a taxa de habilitação secundária subiu em relação ao ano anterior (1,04%) e cifra-se nos 51,28%.

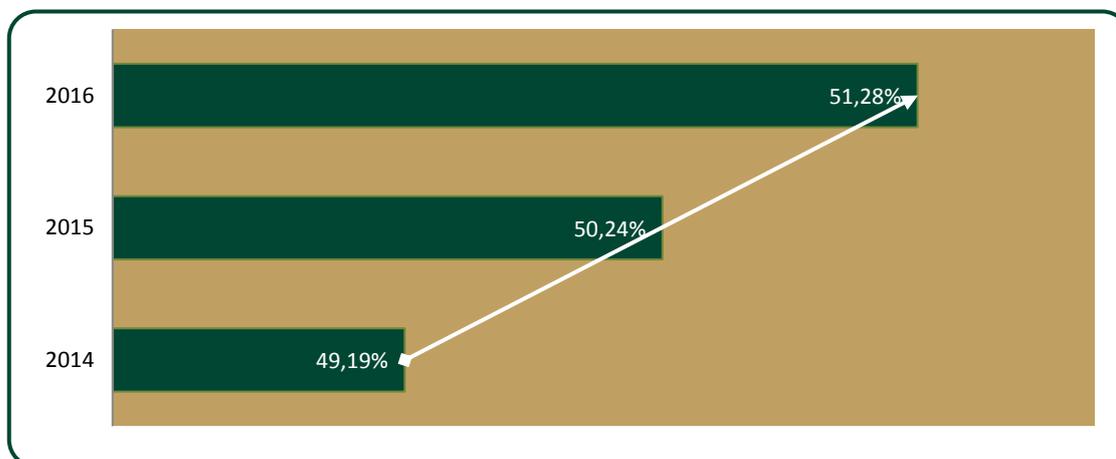


Gráfico 32 – Taxa de habilitação secundária

A taxa de habilitação básica desceu em relação ao ano anterior (1,29%) e cifra-se nos 40,51%.

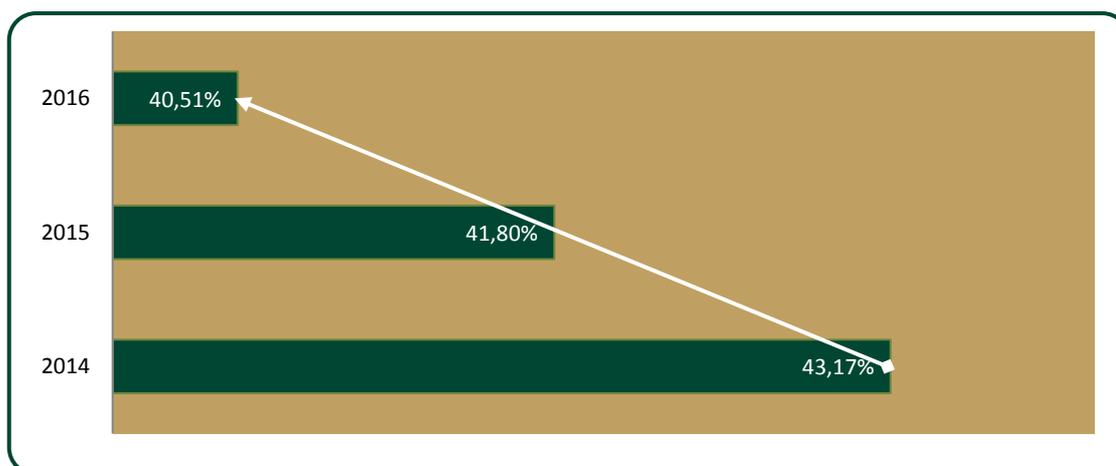


Gráfico 33 – Taxa de habilitação básica

## 10. Efetivos portadores de deficiência

No ano de 2016, os trabalhadores portadores de deficiência totalizam 148, sendo 130 do género masculino e 18 do género feminino.

Estes trabalhadores representam 0,63% do total dos efetivos, sendo a categoria profissional de Guardas, a mais representativa do efetivo portador de deficiência com 77,03%, face às restantes categorias/grupos/carreiras, onde se regista a existência de trabalhadores na mesma situação.



Gráfico 34 – Efetivos portadores de deficiência p/ escalão etário e género

## 11. Movimentos de pessoal

### 11.1 - Entradas/regressos

De registar durante o ano de 2016, a admissão ou o regresso de 1.503 militares e civis no efetivo desta Guarda, sendo que 924 se reportam a vigilantes florestais contratados para as fases bravo e charlie da época de vigilância aos incêndios florestais.

De realçar que em outubro de 2016, ingressaram nos quadros desta força de segurança 23 oficiais subalternos das armas e dos serviços, que concluíram com aproveitamento o CFO/AM, mais 457 guardas provenientes do CFG 2015/2016, tendo ingressado no CFG 2016/17, 327 militares.

Na coluna «outras situações» inserem-se os 924 vigilantes florestais classificados na categoria de Assistentes Operacionais, com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, contratados com a finalidade de reforçar e pôr em funcionamento a rede nacional de postos de vigia.



		Forças Armadas - Oficiais	Militares - Oficiais	Militares - Sargentos	Militares - Guardas	Técnico Superior	Assistente Operacional	Assistente Técnico	Total
Procedimento Concursal	M		21		280				301
	F		2		47				49
	T		23		327				350
Mobilidade Interna	M								
	F								
	T								
Regresso Licença sem vencimento ou de período experimental	M		2	2	20				24
	F		1		2				3
	T		3	2	22				27
Comissão de Serviço	M		7	3	5				15
	F		2		1				3
	T		9	3	6				18
Outras Situações	M		8	103	34		821	1	967
	F			14	2	2	123		141
	T		8	117	36	2	944	1	1.108
Total	M		38	108	339		821	1	1.307
	F		5	14	52	2	123		196
	T		43	122	391	2	944	1	1.503

Quadro 10 – Entradas/Regressos por motivo e género (Quadro 7 DGAEP)

O grupo de assistente operacional foi que registou maior movimento de entradas / regressos de trabalhadores.

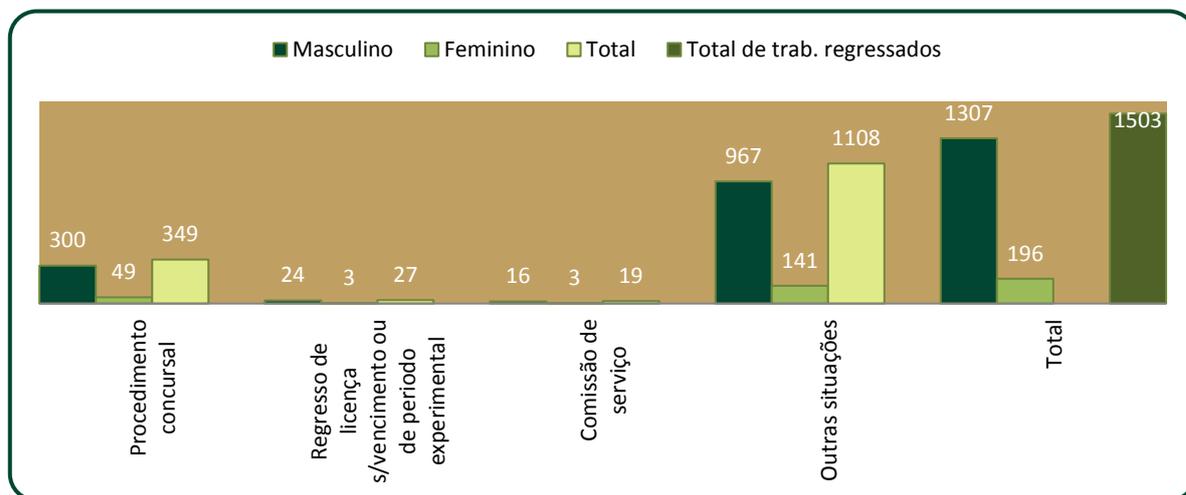


Gráfico 35 – Representação gráfica dos movimentos de entrada/regressos

## 11.2 - Saídas

A registar durante o ano de 2016, a saída de 630 trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço. Destes, merece destaque a passagem à situação de reserva para fora da efetividade de serviço de 401 militares.

		Forças Armadas - Oficiais	Militares - Oficiais	Militares - Sargentos	Militares - Guardas	Outro Pessoal de Segurança	Total
Morte	M		1		16		17
	F				1		1
	T		1		17		18
Reforma/Aposentação	M					6	6
	F						
	T					6	6
Conclusão sem sucesso do p. experimental	M				9		9
	F				2		2
	T				11		11
Mobilidade	M						
	F						
	T						
Comissão de Serviço	M		17	10	18		45
	F		2	1	1		4
	T		19	11	19		49
Outras Situações	M		19	84	428		531
	F				15		15
	T		19	84	443		546
Total	M		37	94	471	6	608
	F		2	1	19		22
	T		39	95	490	6	630

**Quadro 11 – Saídas de efetivos nomeados/comissão de serviço por motivo/género (Quadro 8 DGAEP)**

Na coluna «outras situações» inserem-se, entre outras, a passagem à situação de reserva para fora da efetividade de serviço, a graduação no posto de Furriel dos formandos do Curso de Formação de Sargentos (CFS) e os militares que se encontram na situação de licença ilimitada.

A reserva para fora da efetividade de serviço foi o principal motivo de saída de trabalhadores, afetando 4 grupos profissionais, tendo ocorrido ainda o falecimento de 18 militares. O grupo com maior incidência de saídas foi o grupo «militares-guardas».

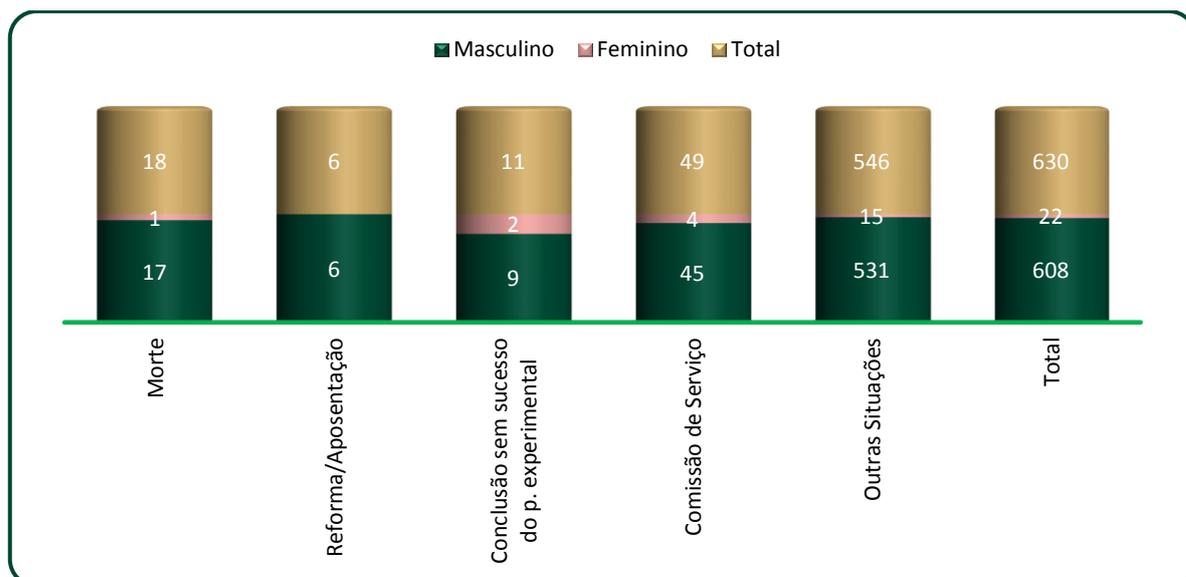


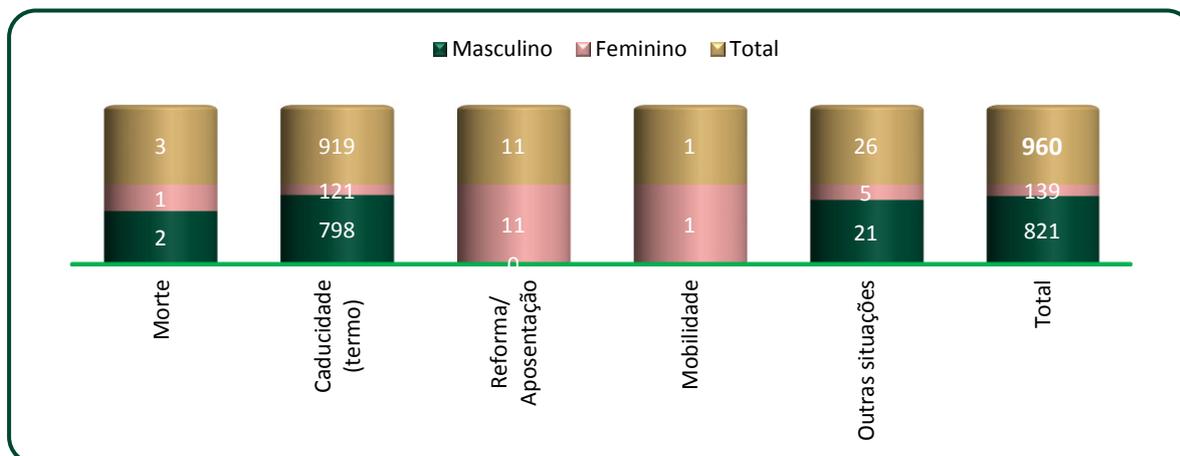
Gráfico 36 – Representação gráfica das saídas de efetivos nomeados ou em comissão de serviço

A registar durante o ano de 2016, a saída de 960 trabalhadores contratados do efetivo desta Guarda, dos quais 958 são assistentes operacionais e destes 924 são vigilantes florestais.

		Técnico Superior	Médico	Docente	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
Morte	M					2	2
	F					1	1
	T					3	3
Caducidade(Termo)	M					798	798
	F					121	121
	T					919	919
Reforma/Aposentação	M						
	F					11	11
	T					11	11
Mobilidade	M						
	F	1					1
	T	1					1
Outras Situações	M					21	21
	F	1				4	5
	T	1				25	26
Total	M					821	821
	F	2				137	139
	T	2				958	960

Quadro 12 – Saídas de efetivos contratados por motivo e género (Quadro 9 DGAEP)

A caducidade (termo) foi o principal motivo de saída de trabalhadores, tendo ocorrido, ainda, o falecimento de 3 trabalhadores. O grupo com maior incidência de saídas foi o grupo de «assistente operacional».



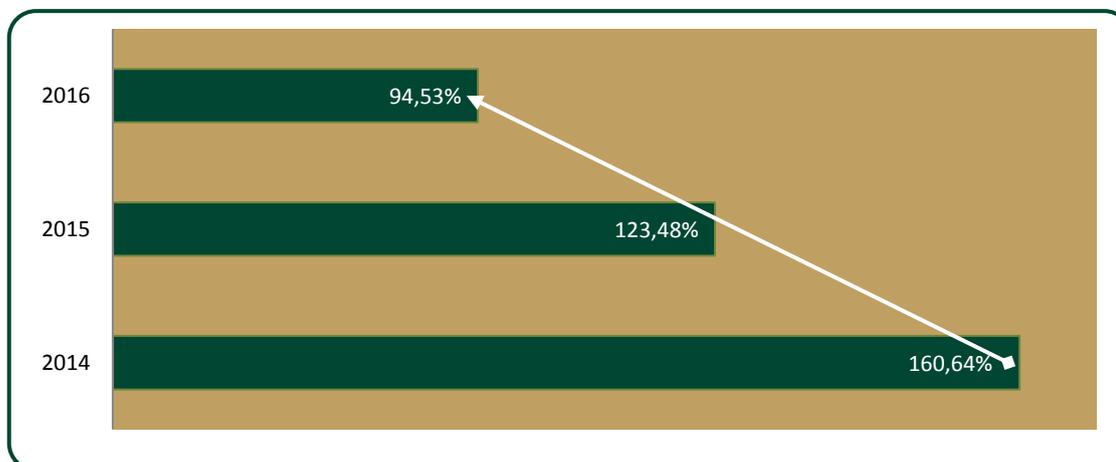
**Gráfico 37 – Representação gráfica das saídas de efetivos contratados**

Comparativamente com os anos de 2014 e 2015 regista-se um saldo negativo de 87 efetivos entre as entradas e saídas.

	2013	2014	2015	2016
Entradas/Regressos	1236	1947	1499	1503
Saídas	2015	1212	1214	1590
Saldo	-779	735	285	-87

**Quadro 13 – Evolução de movimentações de efetivos**

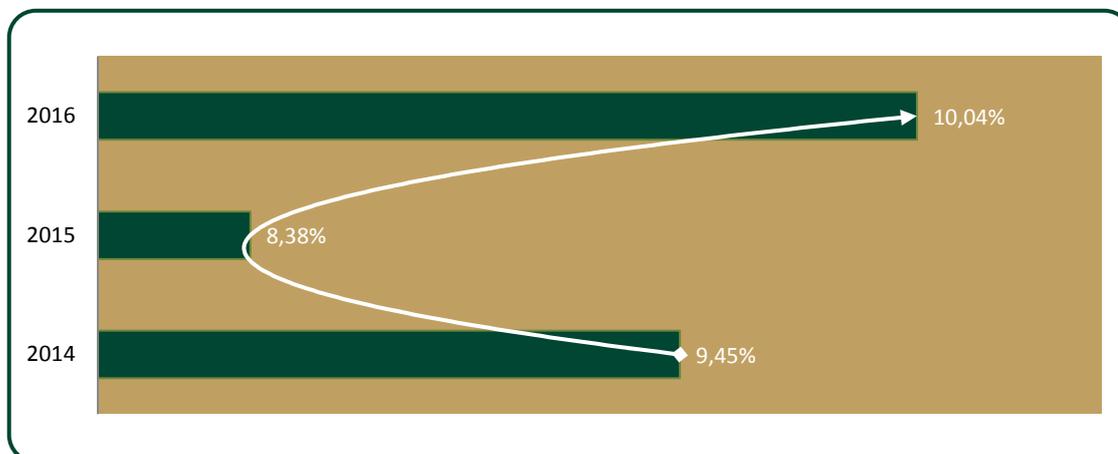
Com estes indicadores, houve naturalmente uma diminuição da taxa de reposição de efetivos (28,95%), que passou para os 94,53%, ao contrário de 2015 que situou-se nos 123,48%. Note-se, contudo, que para colmatar a totalidade das saídas verificadas a taxa deverá ser sempre superior a 100%.





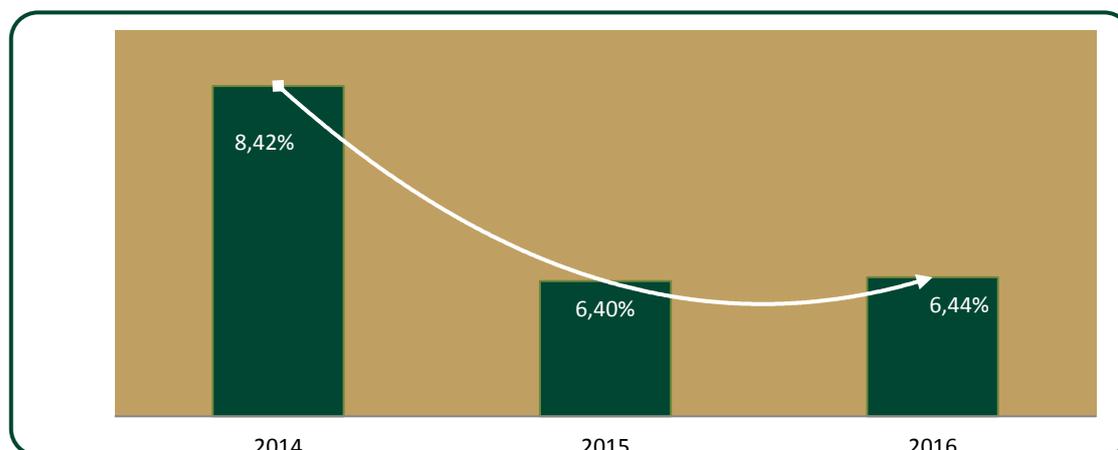
**Gráfico 38 – Evolução da taxa de reposição de efetivos**

A taxa de rotatividade (turnover) subiu 1,66% em relação a 2015, situando-se em 10,04%. Inverteu-se a tendência de descida, que vem acontecendo ao longo dos 2 últimos anos.



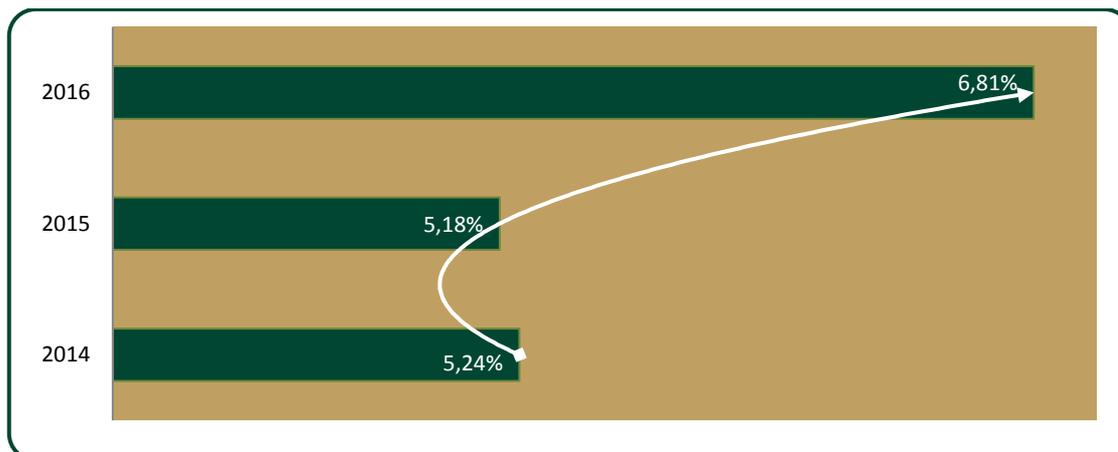
**Gráfico 39 – Evolução do turnover**

A taxa de admissão subiu ligeiramente em relação ao ano anterior (0,04%) e cifra-se nos 6,44%.



**Gráfico 40 – Taxa de admissão**

De igual modo, a taxa de saídas subiu em relação ao ano anterior (1,63%) e cifra-se nos 6,81%.



**Gráfico 41 – Taxa de saídas**

De relevar a inversão da tendência de aumento do efetivo militar no ano em análise, comparado com o biénio anterior. Para este facto contribuiu a redução de ingressos de efetivos via CFG, não sendo superior ao número de saídas para a situação de reserva.

## 12. Mapa de pessoal

O Mapa de Pessoal (MP), considerando o estatuído nesta matéria, nos artigos 28.º a 32.º da LTFP, enquadra os aspectos determinantes para a sua formalização, é elaborado anualmente e enquadra e sustenta a proposta de orçamento. Para todos os efeitos, é o referencial para a gestão do efetivo civil.

O MP comporta para além do pessoal militar, também o pessoal civil e no que respeita aos militares comporta tanto os do quadro como os que se encontram noutra situação, nomeadamente os adidos ao quadro, ou seja, todos os trabalhadores da AP que se encontrem em funções na GNR (pessoal militar e civil) e ainda aqueles que embora se encontrem em funções fora da estrutura da GNR, sejam remunerados por esta.

Para o período em observação, o mapa de pessoal da GNR 2016 prevê 1.831 lugares para o pessoal civil, dos quais 723 postos de trabalho encontram-se ocupados.

Destes, 924 destinam-se aos vigilantes florestais que ingressam na Guarda em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, com a finalidade de ocupar os postos de vigia, durante as fases bravo e charlie da época de vigilância aos incêndios florestais. Os guardas-florestais ocupam lugar a extinguir quando vagar nos termos do Decreto-Lei n.º 22/2006, de 02 de fevereiro.

Neste sentido, os lugares previstos e não ocupados registam-se nas carreiras infra mencionadas. Ficaram por ocupar 174 lugares.



MAPA DE PESSOAL 2016				
Cargo/Carreiras/Categorias		N.º de postos de trabalho previstos	Total de postos de trabalho ocupados	Total de postos de trabalho não ocupados
Efetivo Civil	Técnico Superior	40	18	22
	Carreira Especial Médica	26	12	14
	Carreira Especial Docente	11	10	1
	Carreira Especial G. Florestal	318	308	-----
	Carreira Técnico Diagnóstico e Terapêutica	6	6	
	Enfermeiro	1	1	
	Carreira Informática	5	5	
	Assistente Técnico	150	73	77
	Assistente Operacional	350	290	60
	Outro Pessoal (Vigilantes)	924		-----
Totais do Efetivo Civil:		1.831	723	174

Quadro 14 – Mapa de pessoal 2016 (Quadro 10 DGAEP)

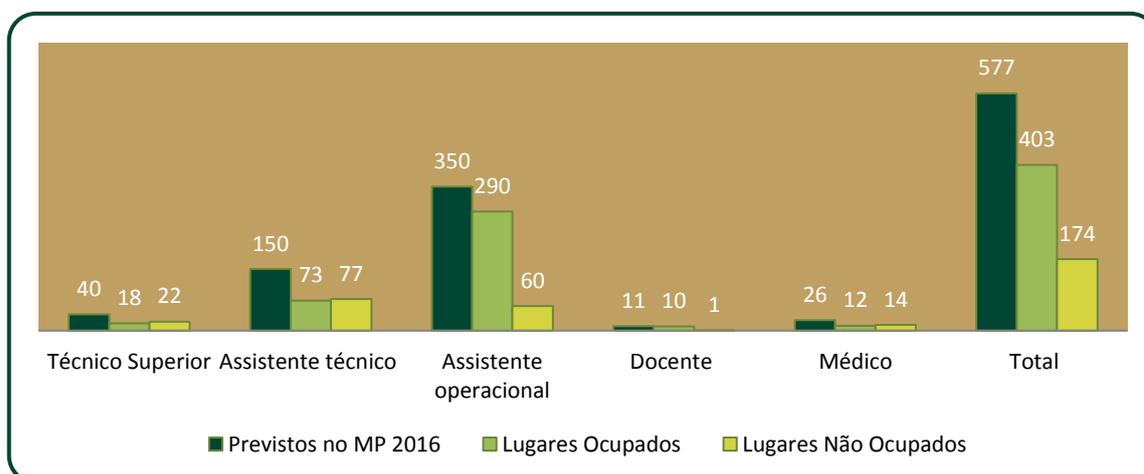
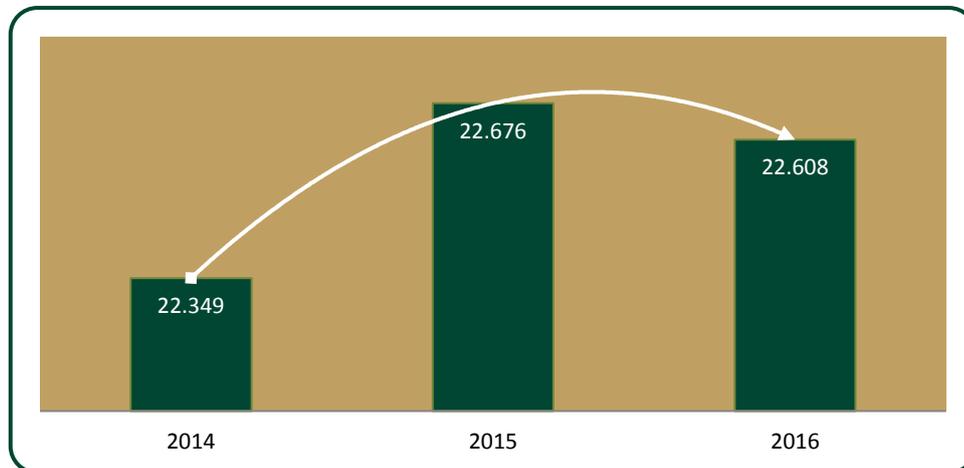


Gráfico 42 – Postos de trabalho previstos e não ocupados por carreiras efetivo civil

O Mapa Geral de Pessoal Militar da GNR (MGPM GNR) foi publicado a coberto do despacho n.º 8.372/2010, de 18 de maio e define o efetivo militar por postos ou grupos de postos, tal como prevê o artigo 98.º do EMGNR. Este número é o referencial para a gestão do efetivo militar, designadamente para fundamentar os ingressos nos quadros da GNR e as promoções de militares. Para todos os efeitos, é o referencial de “quadro orgânico de referência” necessário ao cumprimento da missão.

No MGPM GNR não são contabilizados os militares na situação de reserva, nem aqueles que embora estando na situação de ativo se encontram na situação de adidos aos quadros

Em relação ao efetivo militar em exercício de funções, regista-se um decréscimo de 68 militares. Inverteu-se a tendência de subida, que vem acontecendo ao longo dos 2 últimos anos.



**Gráfico 43 – Efetivo militar em exercício de funções**

Desta forma, regista-se um défice de cerca de 3.500 efetivos militares face ao MGPM GNR.

### 13. Mudanças de situação profissional

Durante o ano de 2016, como medida de equilíbrio orçamental, foram prorrogados os efeitos dos artigos 38.º a 46.º e 73.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, (LOE 2015) cujas medidas são progressivamente eliminadas a partir de 2017 de acordo com o n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (LOE2016.)

O n.º 7 e o n.º 8 do artigo 38.º da LOE 2015 permitem mudanças de categoria ou de posto necessárias para o exercício de cargo ou função de militares da GNR desde que justificada a sua necessidade e que, cumulativamente, não resulte o aumento com a despesa de pessoal prevista no Orçamento do Estado para 2015.

Nos termos do disposto no n.º 9 do referido artigo, as mudanças de categoria ou posto dependem de despacho prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna.

No ano de 2016, não foi proferido despacho prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna a autorizar as mudanças de categoria ou posto na Guarda.

Excetuam-se em 2016, a promoção de 2 Oficiais das FA em comissão de serviço nesta Guarda e a promoção de 250 Guardas que através do Despacho n.º 428/2016, de 30 de dezembro de 2015, obtiveram autorização para abertura através de procedimento concursal interno de 250 lugares para admissão ao curso de promoção a Cabo.

Efetivaram-se, ainda, 111 promoções do efetivo militar referentes a anos anteriores. Totalizando no ano em análise, 363 promoções.



Em 2016 não se registaram evoluções nas carreiras e/ou categorias dadas as disposições constantes do artigo 38.º da LOE 2015, que vedaram a prática de quaisquer atos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos funcionários, designadamente resultantes de alterações de posicionamento remuneratório, em categoria ou posto superiores aos detidos.

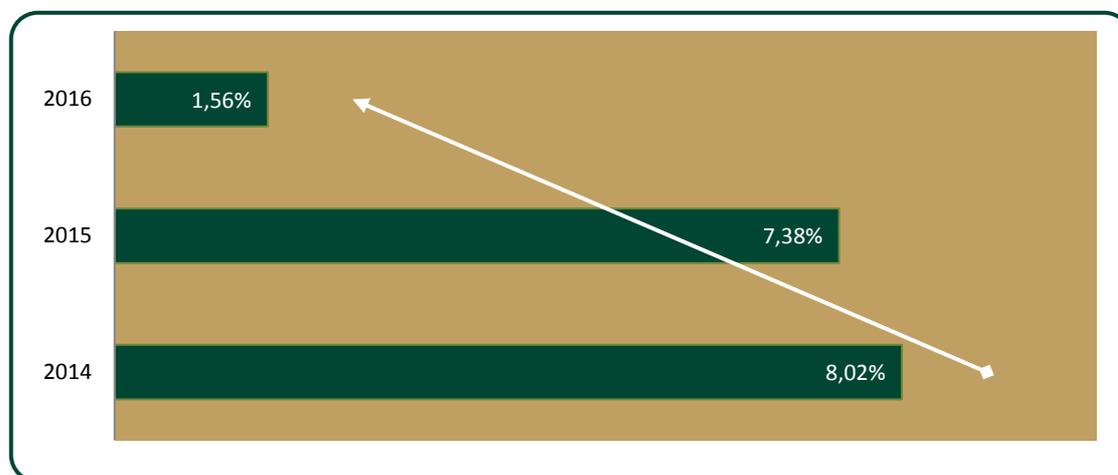


Gráfico 44 - Taxa de promoções

## 14. Prestação de trabalho

### 14.1 – Modalidade de horário

Tendo em conta a especificidade da missão atribuída a esta Guarda, o efetivo militar não está sujeito a horário de trabalho rígido ou outro, enquadrando-se, a maioria, no que se denomina de «horário específico».

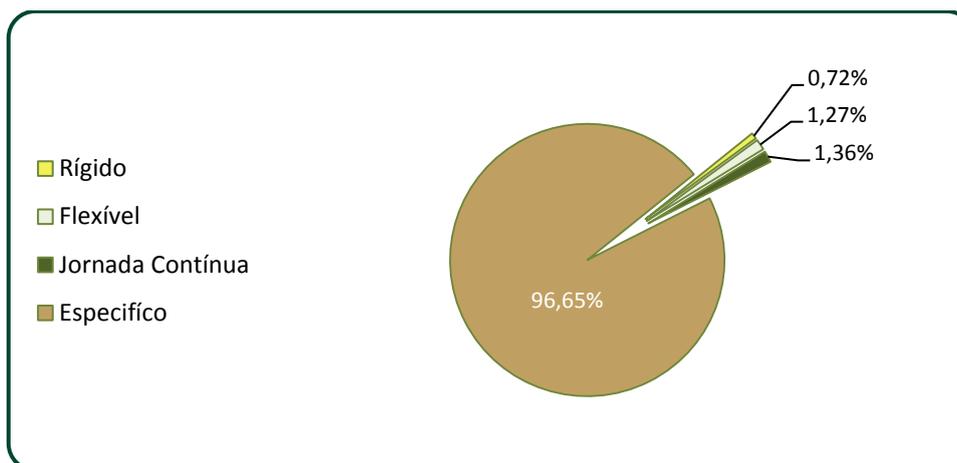


Grupo/Cargo/Carreira	Rígido		Flexível		Jornada Contínua		Específico		Total p/ Género		Totais p/ Carreira	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.		
Técnico Superior	3	12				3			3	15	18	
Assistente técnico	10	59			1	3			11	62	73	
Assistente operacional	10	56				1		223	10	280	290	
Informático	3	2							3	2	5	
Docente							1	9	1	9	10	
Médico	3	5						3	1	6	12	
Enfermeiro		1							0	1	1	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica		5				1			0	6	6	
F. A. - Oficial								23		23	0	23
GNR - Oficial				2				732	62	732	64	796
GNR - Sargento			4	14				2.489	128	2.493	142	2.635
GNR - Guarda			78	198				17.836	1.042	17.914	1.240	19.154
Outro Pessoal de Segurança					302	6				302	6	308
Total p/ Modalidade	29	140	82	214	303	14	21.084	1.465	21.498	1.833	23.331	
	169		296		317		22.549		23.331			

**Quadro 15 – Modalidade de horário de trabalho p/ género (Quadro 12 DGAEP)**

Comparativamente a 2015, em que 0,87% dos trabalhadores prestaram serviço em regime de horário rígido, em 2016, este regime representa 0,72% dos trabalhadores, continuando a ser as categorias mais representadas a de «assistente operacional» e de «assistente técnico».

De relevar que ambos os géneros (296 efetivos) recorrem ao regime de trabalho na modalidade de «horário flexível», registando uma diminuição de cerca de 0,62, comparativamente a 2015, continuando a ser as categorias mais representadas de «GNR-sargento» e de «GNR-guardas». É ainda praticada a modalidade de horário de trabalho «jornada contínua», por 308 guardas-florestais



**Gráfico 45 – Percentagem de trabalhadores por modalidade de horário de trabalho**

## 14.2 – Período normal de trabalho

O Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de outubro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 92/2009, de 27 de novembro, que aprovou o EMGNR prevê, no artigo 26.º, que o exercício de funções policiais por militares da Guarda atende a um horário de referência semanal, com compensação em crédito horário para os casos de prestação de serviço para além daquele número de horas, a regulamentar por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna.

A Portaria n.º 222/2016, de 08 de julho de 2016, estabelece e regula o horário de referência semanal dos militares da GNR. A presente portaria, no desenvolvimento das disposições estatutárias, visa criar o instrumento regulamentar necessário à implementação do horário de referência, sem deixar de ter em conta a realidade social e o carácter permanente, ininterrupto e obrigatório do serviço, fundamentalmente de carácter operacional, a desempenhar pelos militares para o cumprimento das atribuições cometidas à Guarda.

A fixação do horário de referência implica a definição do horário de trabalho assente em critérios de eficácia funcional e garantindo um adequado equilíbrio entre o dever de disponibilidade decorrente da condição militar, o desempenho eficaz das obrigações profissionais, a conciliação da vida familiar e os princípios fundamentais relativos à prestação de uma atividade laboral internacionalmente reconhecidos e aceites.

Com o objetivo de garantir a afetação eficiente dos recursos humanos disponíveis e considerando as características estruturais e organizacionais da Guarda, com uma ampla variedade de missões, unidades e especialidades, foram fixados, determinados e aprovados pelo Comandante –Geral da GNR os regimes de prestação de serviço e as modalidades de horário, NEP/GNR-3.01.06.de 04 de novembro de 2016.

A Lei n.º 18/2016, de 20 de Junho, estabelece as 35 horas como período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, procedendo à segunda alteração à LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho



Grupo/Cargo/Carreira	Tempo Completo						PNT inferior ao praticado a tempo completo								Total p/ Género		Totais p/ Carreira	
							Tempo parcial ou outro regime especial											
	35 Horas		40 Horas		Horário de referência 40 Horas		9H - 12H		13H - 17H		18H - 23H		24H - 32H		Masc.	Fem.		
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.				
Técnico Superior	3	12												3	3	15	18	
Assistente técnico	10	59												1	3	11	62	73
Assistente operacional	10	56					3		10			210		1	10	280	290	
Informático	3	2													3	2	5	
Docente											1	9			1	9	10	
Médico	1	2	2	3			3	1							6	6	12	
Enfermeiro		1													0	1	1	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica		5												1	0	6	6	
F. A. - Oficial					23										23	0	23	
GNR - Oficial					732	64									732	64	796	
GNR - Sargento					2.493	142									2.493	142	2.635	
GNR - Guarda					17.914	1.240									17.914	1.240	19.154	
Outro Pessoal de Segurança	302	6													302	6	308	
Total p/ Modalidade	329	143	2	3	21.162	1.446	3	4	0	10	1	219	1	8	21.498	1.833	23.331	
	472		5		22.608		7		10		220		9		23.331			

Quadro 16 – Distribuição de efetivo p/ Período Normal de Trabalho (PNT) – (Quadro 13 DGAEP)

Em 2016 o PNT mais representativo são as «40 horas. – Horário de referência» com 22.608 trabalhadores, cerca de 96,90% do efetivo.

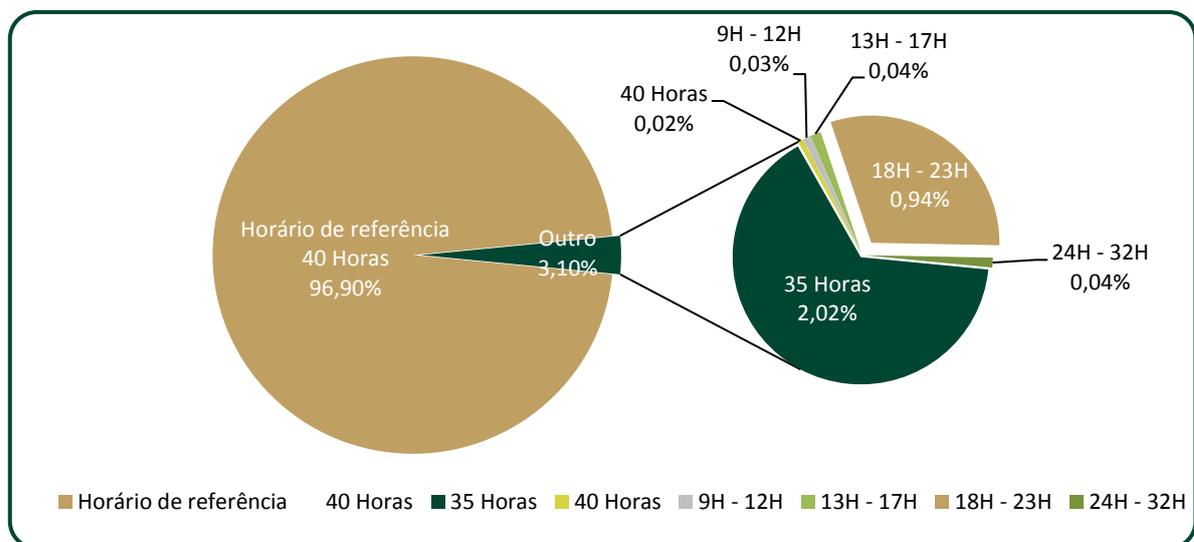


Gráfico 46 – Distribuição de efetivo p/ PNT



## 14.3 – Trabalho suplementar

*Em 2016 foram realizadas 19.606 horas de trabalho suplementar, pelo efetivo da carreira de outro pessoal de segurança (guardas-florestais).*

## 15. Prestação de trabalho

*No ano de 2016, o motivo mais expressivo do absentismo, foi a doença, tal como em anos anteriores, que representa 39,83% das ausências ao serviço, num total de 156.523 dias, verificando-se um decréscimo de 2,48% em relação ano anterior.*

*O segundo motivo identificado como razão de ausência ao trabalho foi o de «proteção na parentalidade», com um total de 92.436 dias de ausência ao trabalho que corresponde a 23,52%, verificando-se um decréscimo de 2,31% em relação ano anterior.*

*O terceiro motivo identificado como razão de ausência ao trabalho foi o de «Por acidente em serviço ou doença profissional», com um total de 83.573 dias de ausência ao trabalho que corresponde a 21,26%, com um contributo de mais 5,87% em relação ano anterior.*

*Os valores decorrentes da análise estatística às causas da ausência ao trabalho, permitem-nos concluir que as medidas de proteção social decorrentes das normas legais e também subscritas pelos diplomas especiais que regulam a Instituição, efetivamente garantem a assistência e proteção social necessária ao efetivo da Guarda.*



		Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informático	Docente	Médico	Téc. Diagnóstico e Terapêutica	F. A. - Oficial	GNR - Oficial	GNR - Sargento	GNR - Guarda	Outro Pessoal de Segurança	Total
Casamento	M									176	251	3.145	11	3.583
	F			11						23	48	217		299
	T			11						199	299	3.362	11	3.882
Protecção na parentalidade	M						25			2.769	5.154	51.542	122	59.612
	F									1.109	3.640	28.075		32.824
	T						25			3.878	8.794	79.617	122	92.436
Falecimento de familiar	M		2	5	2					131	575	5.055	121	5.891
	F		5	39						3	21	260	5	333
	T		7	44	2					134	596	5.315	126	6.224
Doença	M	2	62	400	100				35	1.805	15.182	112.117	3.763	133.466
	F	430	2.006	7.942	7		3	205		287	1.449	10.602	126	23.057
	T	432	2.068	8.342	107		3	205	35	2.092	16.631	122.719	3.889	156.523
Por acidente em serviço ou doença profissional	M		93	20						82	2.019	74.761	80	77.055
	F		198	961				170			3	5.186		6.518
	T		291	981				170		82	2.022	79.947	80	83.573
Assistência a familiares	M		19		3		4			183	1.378	15.131	121	16.839
	F		5	124	4			5		32	339	2.394	6	2.909
	T		24	124	7		4	5		215	1.717	17.525	127	19.748
Trabalhador-estudante	M									143	589	2.126	1	2.859
	F									23	147	250		420
	T									166	736	2.376	1	3.279
Por conta do período de férias	M		1										3	4
	F	6												6
	T	6	1										3	10
Com perda de vencimento	M									336	557	3.650		4.543
	F									28		659		687
	T									364	557	4.309		5.230
Cumprimento de pena disciplinar	M										15	1.025		1.040
	F											10		10
	T										15	1.035		1.050
Greve	M												34	34
	F		2										2	4
	T		2										36	38
Outros	M	1								1.174	2.456	16.087	12	19.730
	F									115	120	1.062		1.297
	T	1								1.289	2.576	17.149	12	21.027
Total	M	3	177	425	105		29		35	6.799	28.176	284.639	4.268	393.020
	F	436	2.216	9.077	11		3	380		1.620	5.767	48.715	139	
	T	439	2.393	9.502	116		32	380	35	8.419	33.943	333.354	4.407	

Quadro 17 – Absentismo/Causas em dias (Quadro 15 DGAEP)

No ano de 2016, os dias de ausência ao trabalho totalizaram 393.020.

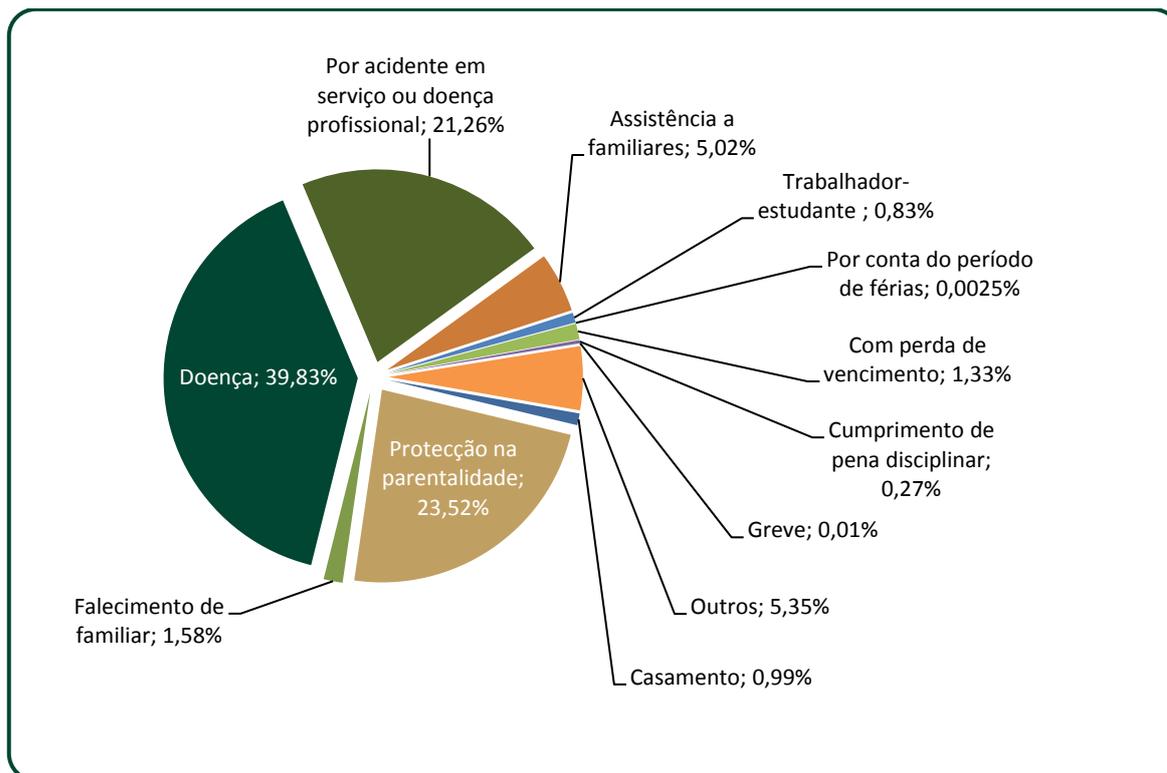


Gráfico 47 – Distribuição percentual por motivos de ausência

	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informático	Enfermeiro	Docente	Médico	Téc. Diagnóstico e Terapêutica	F. A. - Oficial	GNR - Oficial	GNR - Sargento	GNR - Guarda	Outro Pessoal de Segurança
N.º de dias de ausência	432	2068	8342	107			3	205	35	2092	16631	122719	3889
N.º de efetivos	18	73	290	5	1	10	12	6	23	796	2635	19154	308
N.º médio de ausências	24,0	28,3	28,8	21,4			0,3	34,2	1,5	2,6	6,3	6,4	12,6

Quadro 18 – Absentismo por doença (em dias)

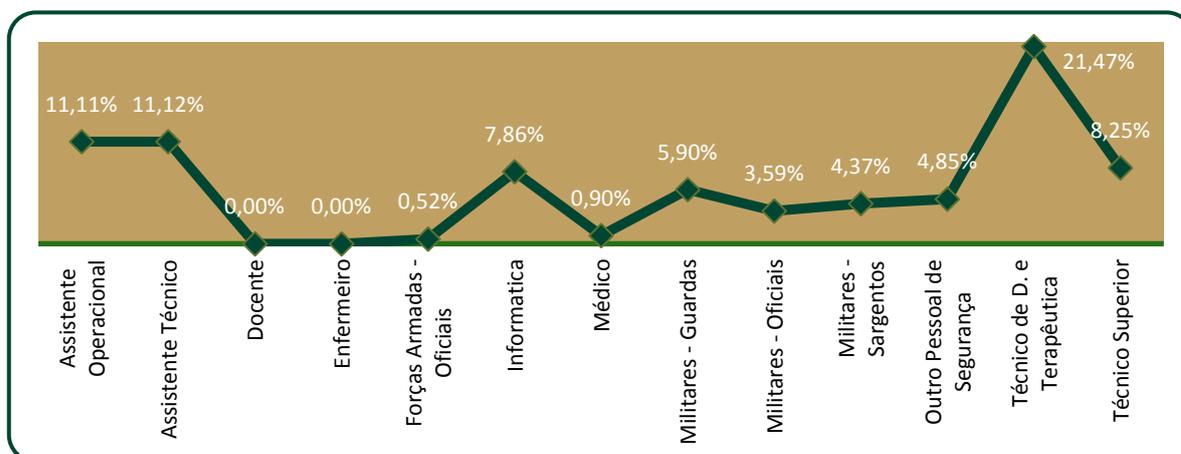


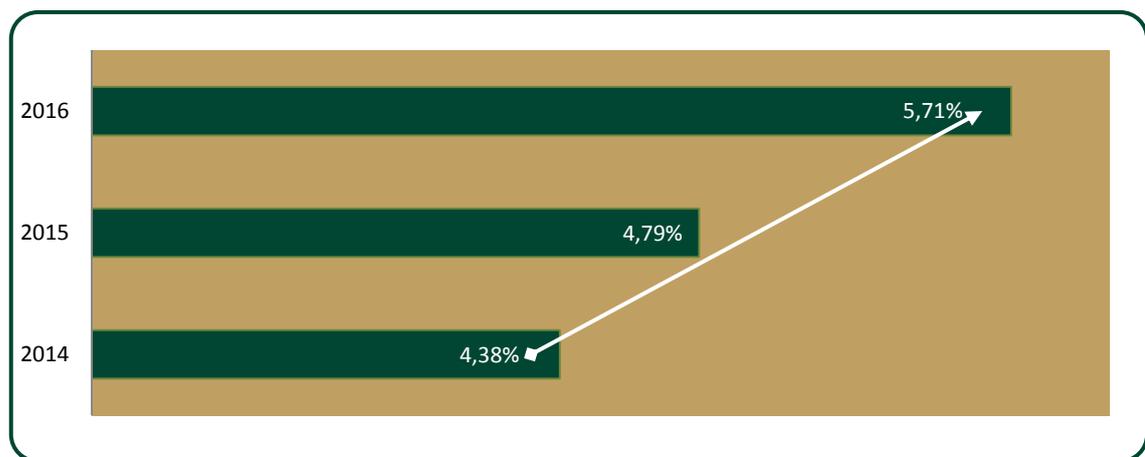
Gráfico 48 – Absentismo por grupo profissional

No ano de 2016, os grupos profissionais «docente» e «enfermeiro» não registaram qualquer dia de ausência ao trabalho.

Os grupos profissionais que apresentam menores taxas de absentismo são o «forças armadas – oficiais» e «médico», com taxas de 0,52% e 0,90%, respectivamente.

O grupo «técnico de diagnóstico e terapêutica» é o que apresenta maior taxa de absentismo, com 21,47%, segue-se o grupo «assistente técnico», com 11,12% e o grupo «assistente operacional», com 11,11%

Na globalidade, constata-se que, relativamente ao ano anterior, a taxa de absentismo regista uma subida de 0,92%, sendo que o motivo «por acidente em serviço ou doença profissional» o que mais contribuiu para esta diferença.



**Gráfico 49 – Taxa de absentismo**

Em 2016 a doença apresenta uma diminuição do número de ausências em 2,48% face ao ano anterior.

O principal contributo para o aumento de absentismo advém das ausências por acidente em serviço ou doença profissional, que aumentaram cerca de 5,87% face ao ano anterior. Também se registaram aumentos nas ausências por assistência a familiar, por conta do período de férias, por perda de vencimento, cumprimento de pena disciplinar e greve.

As restantes ausências apresentam variações negativas, com a exceção das ausências por conta do período de férias, que em 2015 não houve registo.

De referir que estão incluídas no item «Outras», nomeadamente as faltas devido a doação de sangue, medula óssea, mérito, escolares, desportivas, ausência com perda de vencimento, bem como créditos de representação coletiva de trabalhadores ou atividade sindical, entre outras.

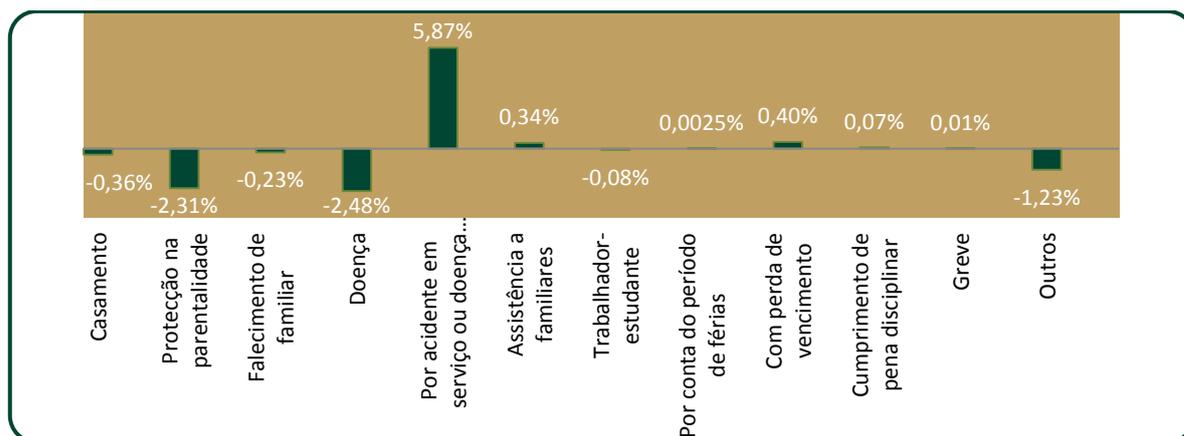


Gráfico 50 - Variação do absentismo por grupo profissional (2014-2015)

## 16. Trabalhadores em greve

Em relação à participação dos trabalhadores em greves laborais, foram registadas a adesão de 7 efetivos civis à greve nacional da administração pública promovida pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais no dia 29 de janeiro de 2016.

Regista-se, também, a adesão de 25 guardas-florestais à greve dos guardas florestais do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), da GNR, promovida pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais no dia 08 de setembro de 2016

Na GNR, apenas 4,43% dos 723 elementos legalmente autorizados a fazer greve (pessoal civil) utilizaram esse direito.

## IV. Remuneração e encargos

### 1. Estrutura remuneratória por género

O Quadro 19 foi elaborado tendo em conta a posição remuneratória dos trabalhadores, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de dezembro, tal como consta nas instruções de preenchimento da DGAEP.

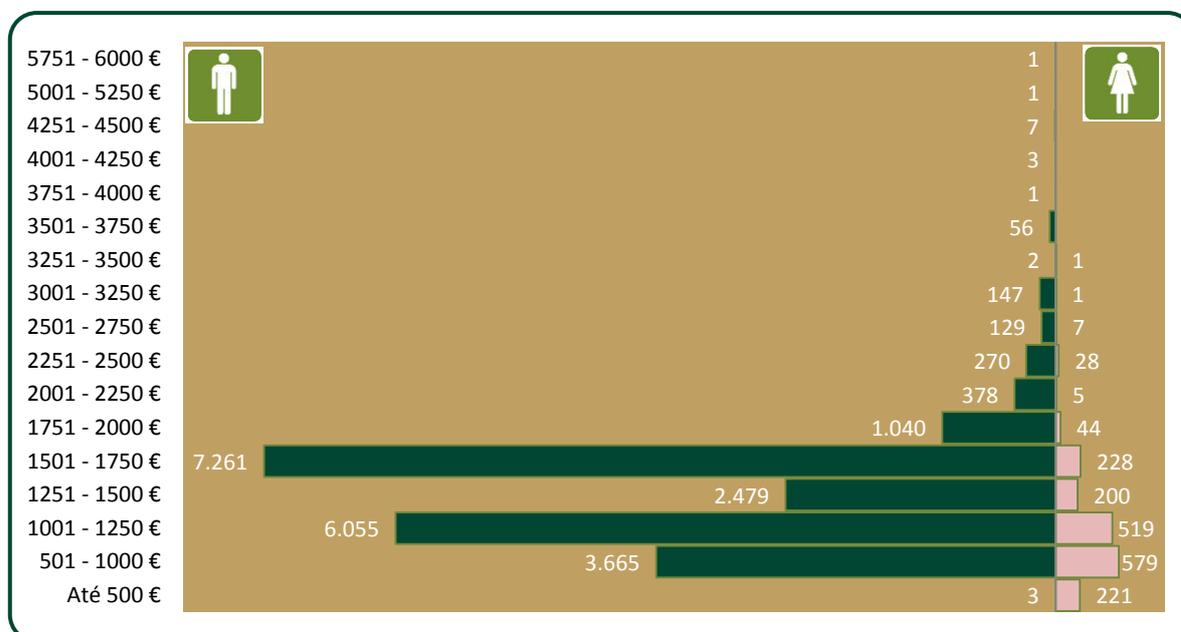
As remunerações consideradas foram a remuneração base e o suplemento por serviço nas forças de segurança, relativamente às componentes referidas.

Género/Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €	3	221	224
501 - 1000 €	3.665	579	4.244
1001 - 1250 €	6.055	519	6.574
1251 - 1500 €	2.479	200	2.679
1501 - 1750 €	7.261	228	7.489
1751 - 2000 €	1.040	44	1.084
2001 - 2250 €	378	5	383
2251 - 2500 €	270	28	298
2501 - 2750 €	129	7	136
2751 - 3000 €			0
3001 - 3250 €	147	1	148
3251 - 3500 €	2	1	3
3501 - 3750 €	56		56
3751 - 4000 €	1		1
4001 - 4250 €	3		3
4251 - 4500 €	7		7
5001 - 5250 €	1		1
5751 - 6000 €	1		1
<b>Total</b>	<b>21.498</b>	<b>1.833</b>	<b>23.331</b>



**Quadro 19 – Estrutura remuneratória, por género (Quadro 17-A DGAEP)**

Para este quadro não foram considerados os militares na situação de reserva fora da efetividade, militares e civis a aguardar reforma/aposentação e trabalhadores em regime de prestação de serviço na modalidade de avença, ou seja, foram apenas considerados os que se encontravam em efetivo exercício de funções na Guarda.



**Gráfico 51 – Estrutura remuneratória (Pirâmide remuneratória)**

Analisando as remunerações ilíquidas que têm como período de referência o mês de dezembro, verifica-se que 32,10% dos trabalhadores estão situados no escalão de remuneração entre «€1501 - €1750», sendo este o mais representativo.

Este escalão abrange 7.489 trabalhadores, 7.261 dos quais do género masculino e 228 do género feminino. De referir, que o escalão mais representativo do género feminino é o escalão de remuneração entre «€501 - €1000», com 579 trabalhadores, cerca de 31,59%. Saliente-se que 90,91% do universo de trabalhadores (21.210) auferem uma remuneração ilíquida igual ou inferior a 1.750€.

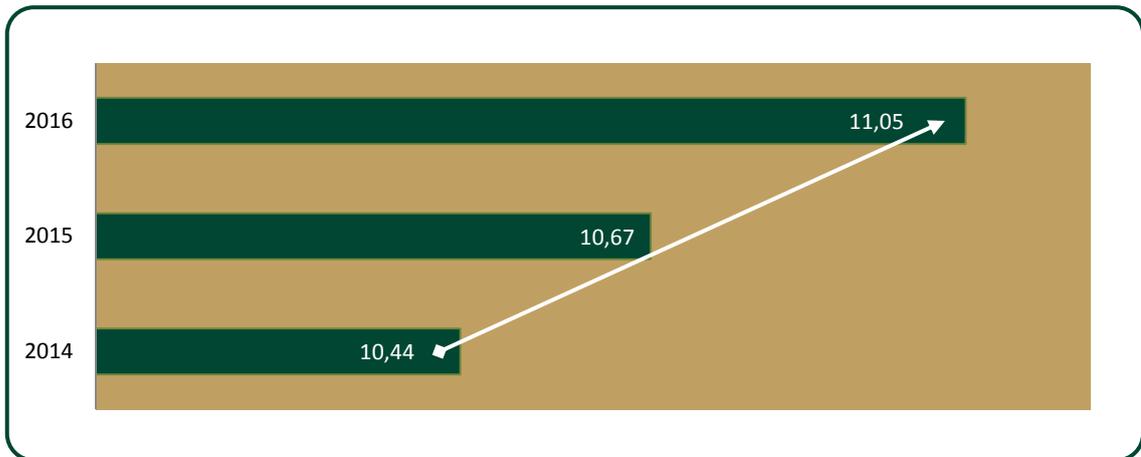
## 2. Leque salarial

As remunerações mínimas e máximas constantes no Quadro 20 são referentes a militares e civis que prestam serviço em regime de trabalho a tempo completo.

Remuneração	Masculino	Feminino
Mínima	530,00 €	530,00 €
Máxima	5.859,93 €	3.415,64 €

**Quadro 20 – Remunerações máximas e mínimas (Quadro 17-B DGAEP)**

O leque salarial ílquido situou-se, em 2016, nos 11,05 aumentando ligeiramente em relação ao ano anterior (0,38).



**Gráfico 52 – Leque salarial ílquido**

### 3. Total dos encargos com o pessoal

Foram considerados os encargos com pessoais processados pela Direção de Recursos Humanos (DRH), à exceção, das prestações de serviços que não foram contemplados conforme determinado nas instruções de preenchimento da DGAEP.

Em 2016, os encargos com o pessoal totalizaram 791.862.764,67 €, valor ligeiramente superior ao despendido em 2015, que foi de 789.163.503,78 €.

A remuneração base, 526.669.959,66 €, representa 66,51% do total dos encargos com pessoal, proporção que diminui face ao ano transato (67,69%). Neste item inclui-se o «suplemento por serviço nas forças de segurança».

No que respeita aos “suplementos remuneratórios”, o encargo despendido foi de 56.718.170,75€, valor ligeiramente superior ao despendido em 2015, que foi de 56.711.277,34 €.

As prestações sociais em 2016 ascenderam a 27.611.299,30 €, valor inferior ao registado no ano anterior, 36.963.487,85 €. Já os encargos com benefícios sociais fixaram-se nos 14.517.746,38 €, valor superior ao registado no ano anterior (14.510.030,97 €).

No que respeita aos “outros encargos com pessoal”, o valor despendido foi de 166.345.588,58 €, valor superior ao despendido em 2015, que foi de 146.812.441,83 €.

Relativamente ao valor dos “outros encargos com pessoal”, estes correspondem a:

- 132.385.285,21€ são referentes aos encargos da entidade patronal com a Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), com a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e com a Segurança Social (SS);



- 19.650.170,31€ são referentes aos abonos pagos ao trabalhador a aguardar aposentação até que a pensão passe a ser paga pela entidade competente;
- 13.411.650,06€ são referentes ao pagamento de serviços remunerados;
- 652.701,62 € são referentes Indeminizações por cessação de funções, por férias não gozadas e compensações por caducidade de contratos;
- 245.781,38 € são referentes a coimas do Regime Geral das Infrações Fiscais e Aduaneiras.

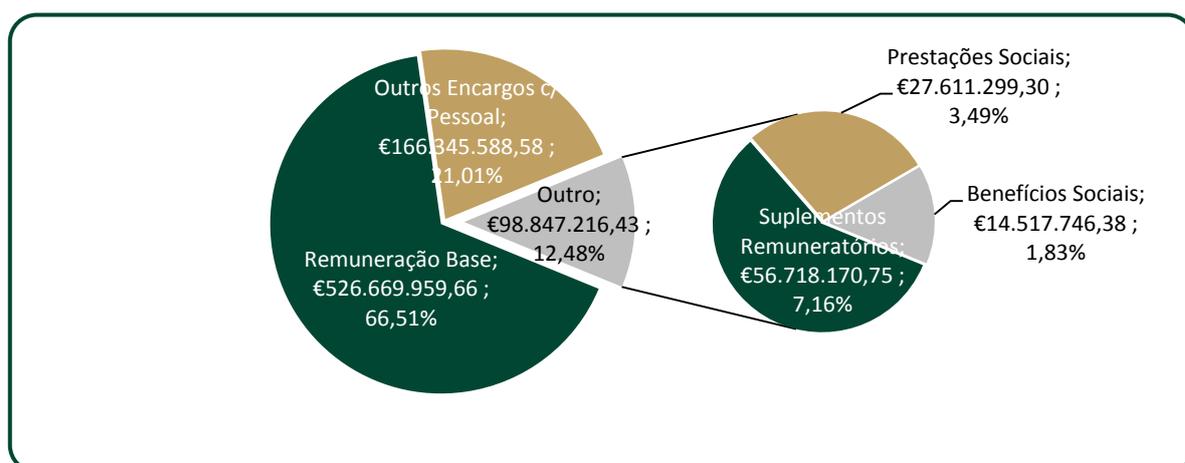


Gráfico 53 – Total de encargos anuais com pessoal

## 4. Suplementos remuneratórios

O suplemento onde incidiu o maior dispêndio foi na “disponibilidade permanente” com 29.900.954,49€, surgindo de seguida o suplemento de “risco, penosidade e insalubridade, que foi de 20.609.349,46 €.

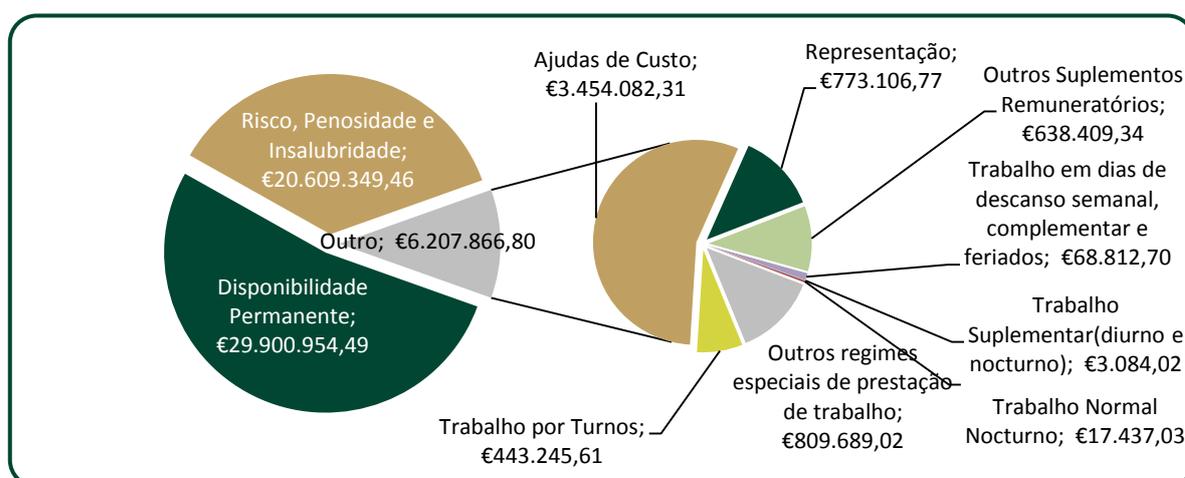


Gráfico 54 – Encargos com suplementos remuneratórios

## 5. Encargos com prestações sociais

Em matéria de encargos com prestações sociais, constata-se que durante o ano em análise, as parcelas com maior relevância são o «subsídio de refeição e outras prestações sociais» onde se incluem pensões, proteção da parentalidade e o abono de família».

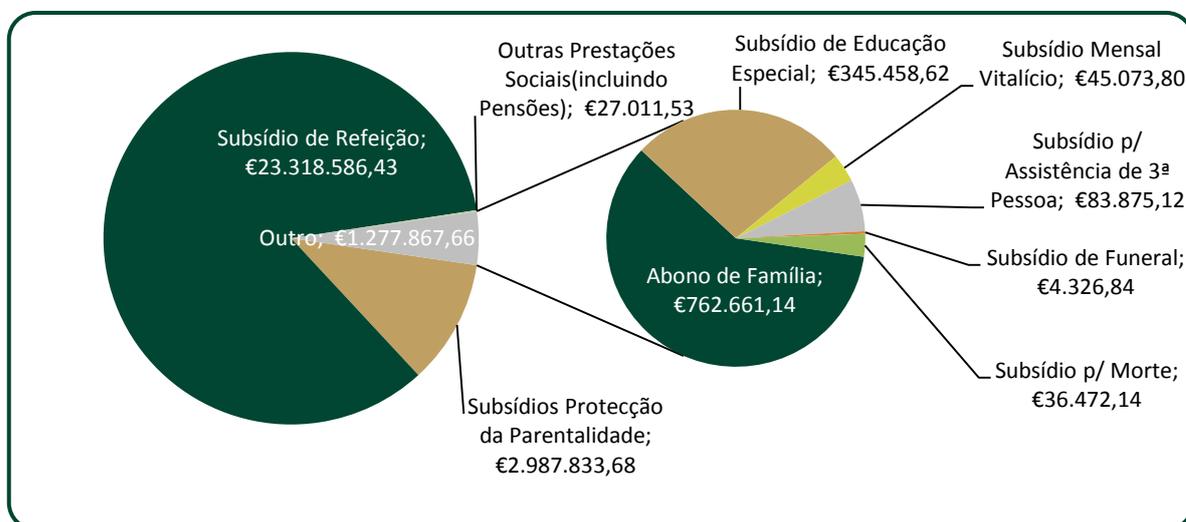


Gráfico 55 – Encargos com prestações sociais

## 6. Encargos com benefícios sociais

Em matéria de encargos com benefícios sociais, verifica-se que durante o ano de 2016, as parcelas mensuradas são os outros «benefícios sociais» e o «subsídio de estudos», não existindo outros encargos com benefícios sociais.

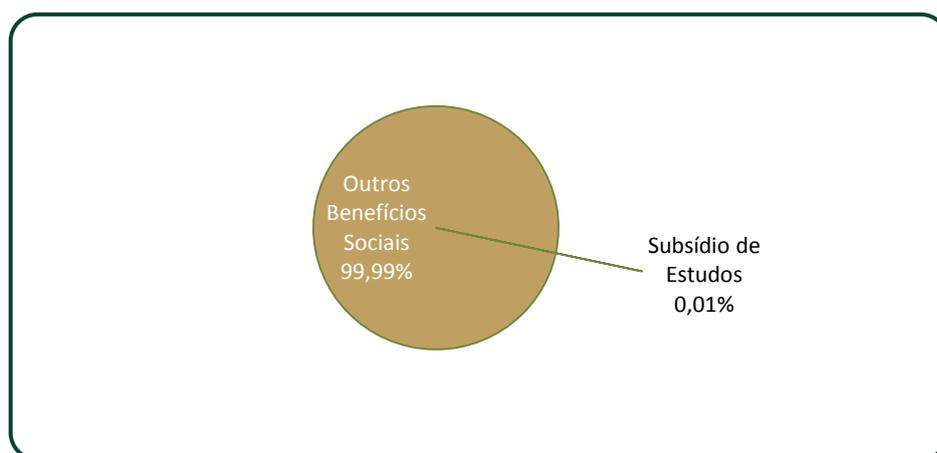


Gráfico 56 – Encargos com benefícios sociais



## V. Higiene e Segurança

### 1. Acidentes de trabalho

Acidentes de trabalho	Género	No local de trabalho						In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Total acidentes de trabalho no ano	M	870	334	25	255	254	2	59	10		21	28	
	F	60	29	2	15	14		13	3	2	2	6	
Total acidentes de trabalho c/baixa no ano	M	534		25	255	254		49			21	28	
	F	31		2	15	14		306		2	298	6	
Nº dias perdidos no ano	M	27.741		60	3.392	24.289		2.687			298	2.389	
	F	2.306		5	164	2.137		965		5	35	925	
Nº dias perdidos anos anteriores	M	42.492		292	18.052	24.148		3.983		22	1.835	2.126	
	F	1.919		25	1.021	873		204		3	111	90	

Quadro 21 – Acidentes de trabalho (Quadro 19 DGAEP)

No âmbito do número de acidentes no local de trabalho, regista-se um aumento da taxa de incidência (0,24%). Esta referência passou de 3,75%, registada no ano transato, para 3,99%, registados no ano em análise, o que significa um aumento de 52 acidentes.

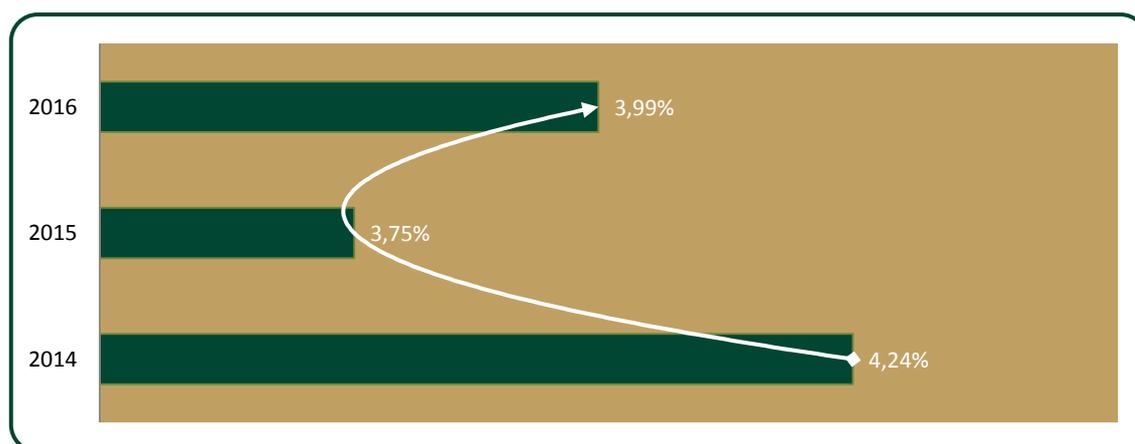


Gráfico 57 – Taxa de incidência de acidentes no local de trabalho



## 2. Segurança e saúde no trabalho

Em 2016 foram declarados 12 casos de «incapacidade permanente», os quais se inserem 6 em «incapacidade absoluta», e 6 em «incapacidade absoluta para o trabalho habitual», «incapacidade parcial», sendo que a «incapacidade parcial», não registaram qualquer caso.

No que concerne à «incapacidade temporária e absoluta», ocorreram 41 registos e no respeitante à «incapacidade temporária e parcial», 114 registos, o que perfaz um total de 155 casos.

No ano de 2016, foram efetuados 5.855 exames médicos, dos quais 1.057 foram exames de admissão, 2.467 foram exames periódicos, 2.274 foram exames ocasionais e complementares e 57 foram exames de cessação de funções.

Foram efetuadas no âmbito da intervenção das comissões de segurança e saúde no trabalho, cerca de 25 visitas aos locais de trabalho.

Em matéria de encargos com estas atividades foram despendidos 146.279,06 €.

Durante o ano de 2016 foram realizadas 6 ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho, tendo abrangido cerca de 947 trabalhadores.

No ano de 2016, no âmbito dos encargos com «segurança e saúde no trabalho», despendeu-se 18.274,00 € com a «estrutura de medicina e segurança no trabalho», englobando este item a organização dos serviços/modificação dos espaços de trabalho.

No que concerne ao item «equipamento de proteção», que engloba os encargos na aquisição de bens e equipamentos, houve um gasto de 42.872,34€.

## 3. Doenças profissionais

No ano de 2016 foram participados 73 casos de situações de doença profissional, que originaram 1.276 dias de ausência.

Em 2016, foram ainda sujeitos 4 trabalhadores a ações de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional, 1 alteração do regime de duração do trabalho e 3 na figura da mobilidade interna.

No âmbito da taxa de incidência de doenças profissionais, regista-se uma diminuição da taxa de incidência (0,10%). Esta referência passou de 0,41%, registada no ano transato, para 0,31%, registados no ano em análise

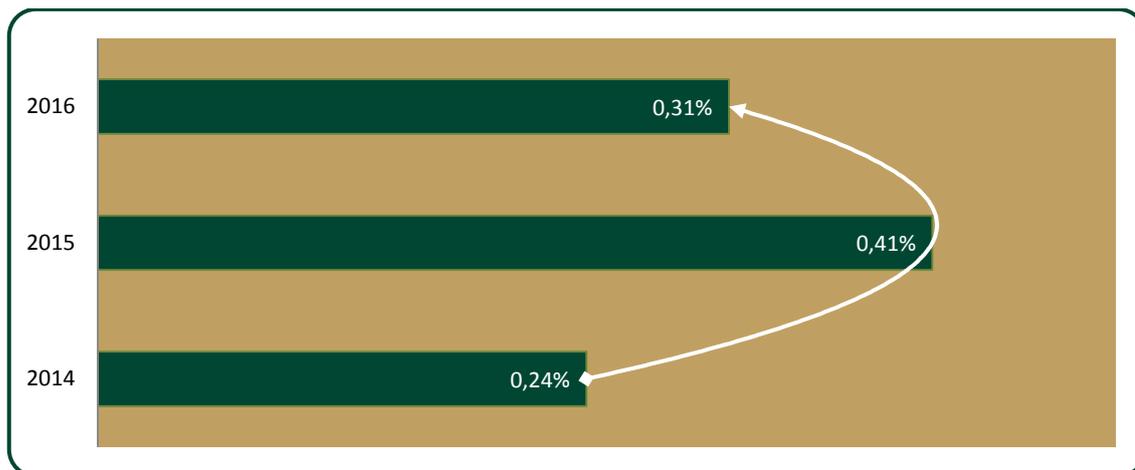


Gráfico 58 – Taxa de incidência de doenças profissionais



## VI. Formação profissional

*Em 2016 registaram-se 113.564 participações de formação profissional, registando-se uma diminuição, de 14.440 ações em relação ao ano de 2015.*

*Note-se que 99,52% das participações levadas a efeito foram internas e as restantes 0,48% externas.*

*A maior parte das ações de formação profissional teve duração inferior a 30 horas. Neste intervalo de horas registaram-se 103.329 participações internas e 58 participações externas.*

*Em 2016 participaram em ações de formação 20.614 trabalhadores, sendo a categoria de guardas a mais representativa com 17.319 participantes (84,02%).*

*Na globalidade das ações de formação foi despendido um total de 1.812.000 horas registando-se uma diminuição em relação ao ano de 2015.*

*Analisando as horas despendidas em formação, verifica-se que aqueles que perfizeram mais horas de formação (cerca de 68,79%) foram os militares da categoria de Guardas.*

*Os custos totais com a formação, em 2016, foram de €2.821.665,79 dos quais €1.834.844,42 foram gastos em ações internas e €986.821,37 foram gastos com ações externas.*

*Na Guarda, a formação assume uma importância vital, existindo por isso um forte investimento nesta vertente, patente no número de horas despendidas em ações internas e externas em 2016, o que revela uma aposta continuada na valorização dos profissionais da Guarda.*

## VII. Relações profissionais

### 1. Relações profissionais

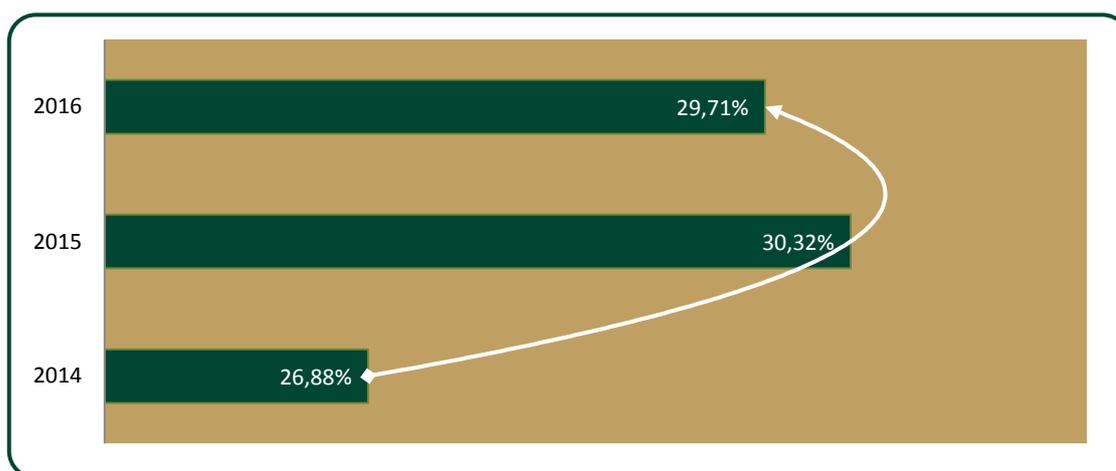
Os militares da GNR, nos termos da alínea d) do artigo 6.º da Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto, não podem estar filiados em sindicatos, podendo contudo, nos termos daquele diploma, filiar-se em associação profissional.

Existem 173 trabalhadores sindicalizados, o equivalente a 23,93% do total destes, que descontam mensalmente do seu vencimento, de forma direta e automática, um determinado montante para efeitos de pagamento de quotas para sindicatos.

### 2. Disciplina

No âmbito da ação disciplinar, merece realce a diminuição da taxa de gravidade disciplinar, que passou de 30,32%, registados no ano transato, para 29,71%, registados no ano em análise.

A taxa de gravidade disciplinar das infrações disciplinares cometidas, face a 2015 diminuiu 0,61%.



**Gráfico 59 – Taxa de gravidade disciplinar**

A taxa de celeridade de ação disciplinar teve uma diminuição, passando dos 42,70% do ano 2015, para os 40,69% de 2016, ou seja, o total de processos decididos foram, em termos proporcionais, menores do que o ano transato.

A taxa de celeridade de ação disciplinar, face a 2015 diminuiu 2,01%.

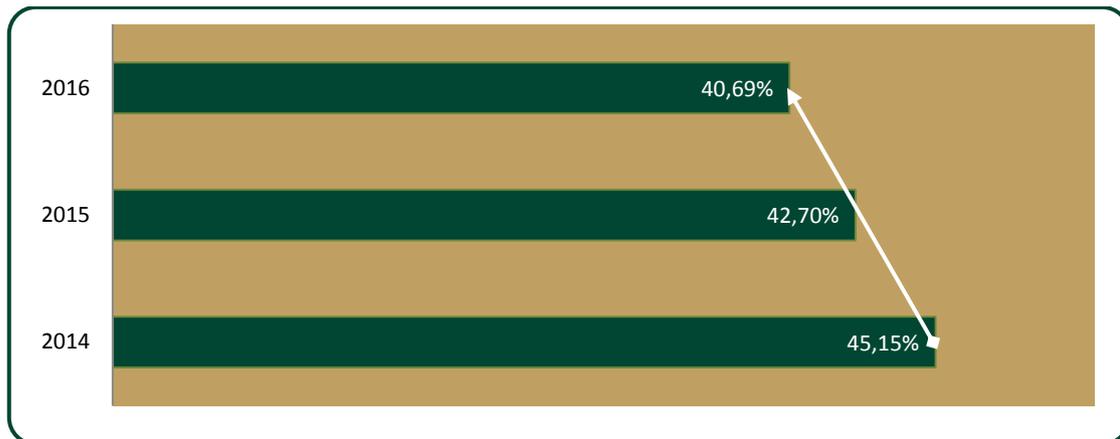


Gráfico 60 – Taxa de celeridade da ação disciplinar



## VIII. Responsabilidade social

### 1. Enquadramento

O primeiro BS, nos moldes em que hoje é entendido, foi levado a cabo em França, no ano de 1972, pela empresa SINGER. Este país foi, aliás, pioneiro na obrigatoriedade de elaboração periódica do BS para empresas com mais de 750 trabalhadores, após a publicação da Lei 77.769, de 12 de julho de 1977.

Em 2001, a Comissão das Comunidades Europeias definiu a responsabilidade social das empresas como sendo "a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas".

A responsabilidade social, assim entendida, não pode ser dissociável do conceito de desenvolvimento sustentável, dado que as empresas devem integrar nas suas operações o impacto económico, social e ambiental.

A responsabilidade social das empresas materializa-se em duas dimensões: a interna e a externa. Na sua dimensão interna, as práticas socialmente responsáveis relacionam-se com a gestão dos recursos humanos, a saúde e segurança no trabalho, a adaptação à mudança e a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais.

Na sua dimensão externa a responsabilidade social das empresas materializa-se na rede de relações com as comunidades locais, com os clientes e fornecedores, com os acionistas e investidores, na observância dos direitos humanos consagrados universalmente, bem como, na gestão global do meio ambiente.

Não deve, todavia, confundir-se filantropia com responsabilidade social, uma vez que aquela é casuística enquanto que a segunda pressupõe ações contínuas no contexto da estratégia de longo prazo definida pela empresa, capazes de gerar benefícios económicos, possibilitando dessa forma a prossecução de criação de valor e consequente desenvolvimento social sustentado.

Sendo o envolvimento das empresas com a comunidade em que se inserem um ativo que estas devem capitalizar, beneficiando, nomeadamente, em termos do reforço da sua imagem, os investimentos a realizar terão de ter um carácter estratégico, sujeitos a um adequado planeamento e executados em estreita cooperação com os diferentes agentes e organizações locais.

### 2. Visão

Vivemos num mundo onde a responsabilidade social é vista como uma vantagem competitiva pelas organizações, mas ainda são poucas as que adotaram uma postura realmente ética perante os seus stakeholders. No entanto, a GNR acredita que a tendência, no futuro, deixe de ser um referencial a seguir para passar a ser um dever. Portanto, em vantagem estão os que investirem desde já na integração voluntária de preocupações sociais, económicas e ambientais nas suas operações quotidianas.

A responsabilidade social promove a melhoria da imagem e reputação institucional e gera benefícios internos e externos para a Guarda.

A integração da perspetiva de género e responsabilidade social nas nossas práticas e rotinas é uma estratégia de desenvolvimento da Guarda. Contribuir para a sua concretização é uma missão que exigirá o envolvimento e participação de todos.



*Todos somos elos fundamentais para a construção de uma sociedade com mais igualdade de género e responsabilidade social. Nós podemos, com certeza, fazer a diferença, para promover novas formas de pensar, agir e de nos relacionarmos.*

### 3. Medidas adotadas

*No ano de 2016, as medidas de uma forma genérica adotadas pelo dispositivo da GNR foram de entre outras, as seguintes:*

- *Promoção dos valores militares, reconhecimento do mérito militar e policial, interação das hierarquias com os militares e famílias;*
- *Comemoração do dia das Unidades, medidas de congregação e socialização da família militar através da demonstração das tarefas inerentes às diversas Unidades;*
- *Organização e realização de provas desportivas (trails, caminhadas, corta-mato, duatlo, BTT, orientação militar e tiro);*
- *Promoção generalizada da atividade desportiva e interação com a natureza;*
- *Elaboração de planos de instrução, com o aumento dos períodos destinados à prática do desporto por parte do efetivo;*
- *Reforço da contribuição na prevenção e solução dos problemas profissionais e pessoais;*
- *Celebrações litúrgicas regulares, nomeadamente, nos dias das Unidades, almoços convívios, em funerais, batismos e casamentos do efetivo;*
- *Promoção de ações de sensibilização e de prevenção dos problemas ligados ao álcool e outras adições, sobre-endividamento e apoio social na GNR;*
- *Atividades de caráter lúdico e cultural;*
- *Doações de bens apreendidos;*
- *Angariação de vestuário, alimentos, livros, brinquedos e materiais de higiene.*

*No ano de 2016, as medidas de uma forma particular adotadas para o efetivo da GNR e outros foram as seguintes:*



Medida	Ação desenvolvida	Público alvo
Concurso de desenho "VIVER A FLORESTA".	Concurso de desenho para 1.º ciclo, sensibilização de defesa da floresta contra incêndios.	Escolas de 1.º ciclo do Distrito de Lisboa.
Entrega de vestuário e alimentos.	Angariação de vestuário e bens junto dos militares do Destacamento de Intervenção - Lisboa, para serem entregues à Casa do Gaiato de Lisboa.	Casa do Gaiato de Lisboa.
"Caminhada Patudos 2016" Organização Núcleo Proteção Ambiental/Destacamento Territorial de Torres Vedras.	Caminhada contra abandono de animais.	Comunidade civil em geral.
"Caminhada dia Mundial da Criança", pela vila de Lourinhã.	Promoção da atividade desportiva junto das crianças, colaboração SPE e BV Lourinhã.	Crianças pré primário e 1.º Ciclo.
«GNR TRAIL-Famílias Contra a Violência».	Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil e angariação de bens para serem distribuídos pela Ação Social Municipal.	Comunidade civil em geral.
"Moda `r Mentalidades".	Promoção de atividade sociocultural, entre instituição de apoio a pessoas com deficiência (APERCIM) e figuras públicas, com o objetivo de alertar para a integração de todos na sociedade.	Comunidade civil em geral.
Dia Internacional dos Direitos da Criança.	Atividade promovida junto das escolas locais, com o lançamento de balões que no seu interior continham papeis inscritos com mensagens.	Comunidade civil em geral, comunidade escolar em concreto.
Evento "O meu outro anjo da Guarda".	Participação da GNR enquanto parceiro social com as demais entidades públicas no projeto "O meu outro anjo da Guarda".	Crianças e jovens do concelho de Azambuja.
Distribuição de vestuário e calçado.	Distribuição de bens (vestuário e calçado), que por decisão Judicial foram declarados perdidos a favor do Estado.	Instituições de solidariedade social do distrito da Guarda.
Encontros de famílias.	Reflexão sobre temáticas referentes à vida familiar e convívio entre famílias.	Efetivo da Guarda e familiares
Solidariedade de Natal.	Recolha de roupa, alimentos, livros, brinquedos e materiais de higiene.	Efetivo da USHE.
Solidariedade no tempo da Quaresma/2016.	Recolha de donativos pecuniários junto do efetivo do Comando Territorial da Guarda.	Ajuda financeira a famílias carenciadas.
Bênção dos Capacetes e motos, em Fátima.	Celebração da Bênção dos Capacetes e das Motos no Parque 12 e Missa na Basílica da Santíssima Trindade, Fátima.	Motociclistas em geral e militares da Guarda em particular.
Via-Sacra na Figueira da Foz.	Realização da Via-Sacra nas ruas da Cidade da Figueira da Foz culminando no Centro da Formação da Figueira da Foz, encenada por militares e civis deste Centro de Formação e participada pela Comunidade local.	Efetivo do Centro de Formação da Figueira da Foz, Escola da Guarda, e Comunidade Local.
"Colheita de Sangue" – IPS.	Recolhas de sangue (em Braço de Prata, Ajuda e Conde de Lippe) pelo Instituto Português do Sangue e Transplantação (IPST) na sequência de iniciativa da Capelania da USHE.	Efetivo da USHE.
"Colheita de Sangue" – IPS.	Recolha de sangue nas instalações do Centro de Formação da Figueira da Foz efetuada pelo Instituto Português do Sangue – através do Centro de Sangue e da Transplantação de Coimbra	Todos os militares do Centro de Formação da Figueira da Foz, do Destacamento Controlo Costeiro da Figueira da Foz e para toda a população em geral.
Entrega pescado apreendido a instituições de solidariedade social da zona de ação do Destacamento de Controlo Costeiro da Figueira da Foz.	Entrega de pescado apreendido, a Instituições de solidariedade social da ZA do Destacamento da Figueira da Foz.	Comunidade civil abrangida pelas instituições de solidariedade social da ZA



Medida	Ação desenvolvida	Público alvo
Visita às instalações do Destacamento de Controlo Costeiro de Sines e demonstração dos meios terrestres e marítimos.	Proporcionar às crianças uma interação próxima com as forças e meios de segurança do Destacamento de Controlo Costeiro de Sines.	Crianças do infantário a Conchinha-Sines.
Visita Meios Navais Destacamento de Controlo Costeiro de Olhão.	Interação com crianças do ensino especial, mostrando in loco o serviço das patrulhas marítimas e os meios ao seu dispor.	Crianças e professores, das escolas do ensino especial de Olhão.
“Caminhada pela Floresta 2016” – Passadiços do Paiva- Arouca.	Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil, ação de sensibilização, para a fomentação de condutas de respeito pela natureza e pelo ambiente, bem como para problemática dos incêndios florestais.	Comunidade civil em geral, militares e respetivos familiares.
XI Corta Mato Interno 2016 – Corrida Solidária.	Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil, ação de sensibilização, para a fomentação de condutas de respeito pela natureza e pelo ambiente.	Militares e comunidade civil em geral.
Atividade “Guarda Solidária.”	Angariação de bens (alimentos, vestuário e brinquedos), pelo Batalhão Escolar do Centro de Formação de Portalegre.	Utentes da CERCI Portalegre e da Cáritas de Portalegre.
“Caminhada pela floresta 2016 – floresta de todos e para todos”.	Comemoração do Dia Mundial da Árvore e sensibilização a população para a importância da preservação das árvores, quer ao nível do equilíbrio ambiental e ecológico como da própria qualidade de vida dos cidadãos. Plantação de árvores e caminhada.	Comunidade civil em geral e militares da Guarda e famílias em particular.
Torneio de Futsal “Serrano”.	Promoção da atividade desportiva e estreitamento de relações da Guarda com os parceiros civis.	Entidades locais e militares da Guarda.
Visita de crianças ao quartel da GNR, do Destacamento Territorial de Chaves.	Promoção e interação com a comunidade escolar, seguido de visita ao Quartel do Destacamento Territorial de Chaves.	Comunidade escolar do concelho de Chaves.
Convívio desportivo com Guarda Civil de Verin – Espanha.	Promoção da atividade desportiva, interação com a Guarda Civil de Verin – Espanha, estreitamento das boas relações com a força congénere.	Efetivo da GNR e Guarda Civil de Verin – Espanha.
V Convívio BTT- GNR Destacamento Territorial de Chaves.	Promoção da atividade desportiva, convívio e interação com a comunidade civil.	Efetivo da GNR, familiares e comunidade civil em geral.
Angariação de bens alimentares para necessitados.	Promoção, angariação de bens para serem distribuídos pela Ação Social Municipal.	Comunidade civil, mais carenciada.
Almoço de Natal - Idosos em Segurança.	Promoção, interação com a comunidade sénior, seguido de um almoço de Natal e visita ao Quartel do Destacamento Territorial de Chaves.	Comunidade sénior da Freguesia de Cimo de Vila da Castanheira.
Jantar de Natal, GNR Destacamento Territorial de Chaves.	Promoção de convívio entre militares e família.	Efetivo da GNR e família.
“6º PASSEIO BTT VERDE E AZUL”	Promoção da atividade desportiva, interação com as forças e serviços de segurança e famílias. Doação de bens ao Lar Escola Florinhas da Neve.	Comunidade das forças e serviços de segurança civil. Lar Escola Florinhas da Neve.
Celebrações do aniversário do GIOP	Promoção de atividades desportivas e de interação entre os militares do GIOP	Militares do GIOP.
Celebrações do Dia mundial da criança em colaboração com iniciativas da GNR.	Realização de diversas atividades práticas/lúdicas e de exposição estática dos meios operacionais da UI/GNR.	Crianças em geral, filhos dos militares em particular.
Evento anual o “GIOP em Família”.	Promoção de atividades desportivas e de interação entre os militares e os seus familiares.	Militares do GIOP e suas famílias.



Medida	Ação desenvolvida	Público alvo
Dia da Internet segura.	Ações de sensibilização para a necessidade de prevenir comportamentos de risco, inerentes à utilização da internet.	Bibliotecas, meios de comunicação social, comunidade escolar, blogues, redes sociais, associações, movimentos, igrejas, autarquias, etc.
«II TRAIL/CAMINHADA SOLIDÁRIA-GNR/GIPS/1ªCIPS».	Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil e angariação de verba para ser distribuída a associação de cariz solidário.	Comunidade civil em geral e militares em particular.
«I TRAIL CACHOPO SOLIDÁRIO – Algarve – 2ªCIPS».	Organização de corrida trail e “Caminhada”, de fins solidários, com o qual se pretendeu angariar valor monetário, a ser entregue aos pais de criança com quadro de paralisia cerebral, filha de militar da GNR.	Comunidade civil em geral e militares em particular, atletas profissionais ATR Algarve.
«GNR TRAIL-Famílias Contra a Violência».	Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil e angariação de bens para serem distribuídos pela Ação Social Municipal.	Comunidade civil em geral e militares da GNR em particular.
Cinoterapia.	Realização de sessões de cinoterapia, destinadas a crianças com necessidades educativas especiais.	Crianças com necessidades educativas especiais, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Menéres Pimentel – Sintra.
"BICADA".	Promoção da atividade desportiva e desenvolvimento de atividades culturais e recreativas, com vista à valorização do efetivo.	Efetivo do Comando Territorial de Castelo Branco e convidados praticantes habituais de ciclismo.
Jogo de futebol.	Promoção da atividade desportiva, com vista à valorização do efetivo.	Militares do Comando Territorial de Castelo Branco e elementos das FFSS.
Caminhada.	Promoção da atividade desportiva e desenvolvimento de atividades culturais e recreativas, com vista à valorização do efetivo.	Efetivos do Comando Territorial de Castelo Branco e comunidade em geral.
Dia da Criança.	Promoção de atividades lúdicas dirigidas às famílias, dos militares e civis do Comando Territorial de Viseu. Angariação de bens para a ser entregues à Junta Freguesia de Abraveses.	Familiares dos militares e civis da Guarda e comunidade civil em geral.
Dia Mundial da Árvore e da Floresta, Caminhada Pela Floresta 2016	Promoção de caminhada pela floresta, na Serra do Crasto, enquadrada pela Guarda e aberta à população.	Comunidade civil em geral, militares em particular.
2.ª Corta Mato de Natal Solidário do Destacamento Territorial de Santa Comba Dão.	Promoção da atividade desportiva, interação com a comunidade civil e angariação de bens para serem distribuídos pela Ação Social Municipal.	Militares do Comando Territorial de Viseu, GIPS, Bombeiros Voluntários de S.C.Dão, Funcionários da Câmara Municipal e do Tribunal e comunidade em geral.
Ação de recolha de bens alimentares e vestuário.	Recolha pelos militares dos Postos Territoriais e Núcleos do Destacamento Territorial de Mangualde, de roupa usada e alimentos doados pela comunidade civil e militares.	Idosos e outros grupos carenciados. Lojas Sociais.
Torneio de Futebol Solidário (âmbito comemorações do dia da Unidade).	Realização de torneio com a participação das equipas da GNR, B.V. de Beja, PSP, BA11 e Guarda prisional. As inscrições realizaram-se com a entrega de géneros alimentícios.	Caritas Diocesana de Beja.
Campanha de recolha de Sangue.	Recolha de sangue no Quartel do Comando Territorial de Beja, com a colaboração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo e Associação Humanitária de Dadores de Sangue de Beja.	Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo e Associação Humanitária de Dadores de Sangue de Beja.
Concerto Musical Solidário (âmbito comemorações do dia da Unidade).	Realização de espetáculo musical, com a colaboração da C. Municipal de Serpa, o quarteto de cordas da GNR, o Grupo Coral de Cantares Alentejanos da GNR e o rancho de cantadores de Vila Nova de S. Bento e o cantor António Zambujo.	Santa Casa da Misericórdia de Serpa
Prevenção /sensibilização rodoviária para comunidade imigrante	Promoção de ação de sensibilização no âmbito rodoviário com apoio da Comissão Municipal para a Integração do Imigrante.	Comunidade imigrante.
Natal Solidário.	Angariação de bens alimentares junto dos estabelecimentos de ensino do Concelho de Odemira.	População Idosa e carenciada.
Operação “Caminhada pela Floresta 2016”.	Realização de uma caminhada pela floresta como forma de sensibilizar para a importância da nossa floresta e para os riscos que lhe estão associados.	Comunidade civil em geral.



Medida	Ação desenvolvida	Público alvo
Desenvolvimento dos fatores humanos, sociais, psicológicos e motivacionais.	Consultoria social no âmbito do desenvolvimento de boas práticas na atividade profissional, benefícios para a saúde organizacional, desenvolvimento de locais de trabalho saudáveis.	Comando e Chefias.
Ações de sensibilização e de prevenção dos problemas ligados ao álcool e outras adições.	Ações de sensibilização e desenvolvimento de ferramentas de prevenção de riscos psicossociais. Ações de sensibilização e esclarecimento sobre o endividamento e a disponibilização do Apoio Social neste âmbito.	Militares e Cívicos/GNR.
Dia do Comando Territorial de Braga.	Apresentação de meios operacionais, plastron, no Centro Comercial Braga Parque, em Braga.	Comunidade em geral.
Mobilidade e segurança em Fafe.	Com a colaboração da Câmara Municipal de Fafe e presença do artista "Avó Cantigas" que proporcionou espetáculo para crianças.	Grupos etários mais jovens, comunidade em geral.
Almoço convívio da GNR.	Almoço com militares da GNR do ativo, reserva e reforma.	Militares da GNR.
Ações de sensibilização para o conhecimento da missão da Guarda nos Açores.	Dar a conhecer o serviço desenvolvido pela Secção SEPNA.	Crianças do 1º ciclo das EB1/JI em Ponta Delgada.
Dia da Floresta - Percurso do Trilho da "Boca do Inferno" no âmbito do dia da Floresta.	Promoção da atividade física e interação com a Natureza, com o objetivo de sensibilizar os participantes para a importância da preservação do ativo natural existente na Região.	Militares da GNR e famílias, comunidade civil em geral.
Percurso do Trilho de "Caldeiras da Ribeira Grande - Salto do Cabrito".	Promoção da atividade física e interação com a Natureza, com o objetivo de sensibilizar os participantes para a importância da preservação do ativo natural existente na Região.	Militares da GNR e famílias, comunidade civil em geral.
Apresentações sobre o bem-estar animal.	Ações de sensibilização na EBI da Ribeira Grande Gaspar Frutuoso e sessão de esclarecimento/debate sobre o "Abandono de Animais" – Salão Paroquial da Freguesia da Achadinha.	Alunos do 2º ciclo e comunidade civil.



## IX. Notas finais

*O Balanço Social de 2016 espelha a política de gestão de recursos humanos imprimida ao longo do ano, tendo em conta, por um lado, a situação económica e financeira particularmente difícil que o País atravessa e, por outro, as disposições restritivas relativas ao Estado, plasmadas na Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (LOE2016).*

*É assim neste cenário de maior constrangimento que as palavras rigor e contenção, têm um duplo peso na gestão da despesa pública e o poder de motivação do capital humano, um papel fundamental para a manutenção da qualidade do trabalho desempenhado.*

*Embora a leitura dos dados assente numa estrutura que decorre do que dispõe a lei, nalguns casos, será necessário atender-se que se está perante uma Instituição que, na maior parte das situações, não é comparável com os restantes órgãos da Administração Pública, pelo que importa ter em conta as características particulares da Guarda Nacional Republicana enquanto Força de Segurança de natureza militar, com um elevado efetivo e com uma dispersão que abrange todo o território nacional.*

*O documento em análise, revela dados estatísticos que continuam a posicionar a Guarda como um órgão da Administração Pública, à altura dos desafios e das responsabilidades impostas pela lei e pelos anseios das populações que serve.*

*No entanto, deve ser notado com alguma preocupação o número reduzido de passagem de militares à situação de reserva para fora da efetividade de serviço, o que eleva o quantitativo de militares nos escalões etários superiores, na maioria dos casos, que se encontram a prestar serviço na reserva na efetividade de serviço, o que conduzirá num curto espaço de tempo a uma grande saída de efetivos – estima-se a saída de cerca de 2.000 militares para a situação de reserva fora da efetividade de serviço no próximo triénio.*

*De igual modo, realça-se a inversão operada na tendência de aumento gradual do efetivo da Guarda concretizada em 2014 e 2015, fruto, em particular, da redução substancial das novas entradas no quadro, em número bastante inferior ao das passagens à situação de reserva para fora da efetividade de serviço.*

*É preocupação também, o défice de cerca de 3.500 efetivos militares face ao Mapa Geral do Pessoal Militar da GNR que a Guarda se debate, evidenciando, desta forma que o movimento de entradas/saídas (turnover) e a reposição do referido efetivo, de a alguns anos a esta parte não tem sido em número suficiente.*

*Salienta-se ainda, o facto de não ter sido proferido, no ano de 2016, despacho prévio favorável dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna a autorizar as mudanças de categoria ou posto na Guarda.*

*Reforça-se o caráter fundamental que reveste os procedimentos promocionais, por forma a garantir o bom funcionamento da Guarda através, nomeadamente, da promoção dos seus militares ao posto imediato, não defraudando as expectativas legítimas dos militares e possibilitando o provimento dos lugares e cargos constantes da respetiva orgânica das suas unidades, estabelecimentos e órgãos por militares com o posto que legalmente lhes corresponde, e consequentemente, a rotatividade dos próprios militares pelo dispositivo.*



*No que concerne à formação profissional e humana do seu efetivo, estas, têm uma importância vital para a Guarda, comprovada pelo forte investimento nestas áreas do conhecimento, patente no número ações, de participantes e de horas despendidas em ações internas e externas de formação.*

*Verifica-se, também com agrado, o empenho do efetivo na sua formação, com o aumento dos rácios habilitacionais, e também, com o aumento do género feminino nas fileiras deste corpo especial de tropas.*

*Neste desiderato, importará igualmente continuar o esforço de reorganização e modernização interna, quer através da revisão de regimes jurídicos estruturantes, quer por via da exploração de soluções de carácter inovador (mobilizando dinâmicas internas e sinergias com as múltiplas entidades que conosco partilham responsabilidades no âmbito dos sistemas nacionais de segurança, defesa e proteção civil), e ainda através do acesso a recursos ou fontes de financiamento alternativos, para que estejamos mais aptos a responder de modo proficiente às múltiplas atribuições e competências da Guarda e aos novos desafios da segurança.*

*Mante-se pois, a firme convicção, sustentada nas mostras de vitalidade institucional traduzida no esforço diário dos militares e civis “o nosso melhor ativo”, que na Guarda prestam serviço, que mais uma vez atingimos os objetivos propostos. Deste modo, as populações que abnegadamente servimos, puderam-se sentir recompensadas e orgulhosas desta que é a sua Guarda.*

## X. Síntese

É nesta antítese de interesses que se desenvolveu toda esta dinâmica de gestão dos recursos humanos da Guarda em 2016, e da análise realizada aos indicadores neles constantes, tecem-se as seguintes considerações, salientando alguns aspetos considerados mais relevantes:



- Em 31 de dezembro de 2016, contabilizavam-se 23.331 trabalhadores em efetividade de funções;
- Fruto da sua natureza, a Guarda é uma Instituição maioritariamente constituída por militares, 22.608 (96,90%) do efetivo;
- Verifica-se que cerca de 7,99% (1.806 trabalhadores) encontram-se a prestar serviço na reserva na efetividade de serviço;
- A categoria de Guardas é a mais representativa, com 82,10% do total de militares (19.154);
- A relação jurídica de emprego predominante é o regime de nomeação definitiva, com 96,83% do total de trabalhadores (22.591);
- O Comando Territorial do Porto é a Unidade com maior efetivo militar, 1.460 militares;
- O Comando Territorial de Vila Real apresenta o maior efetivo civil, 65 civis;
- Dos 23.331 trabalhadores, 21.498 são homens, o que corresponde a 92,14% do total de efetivos;
- Dos 23.331 trabalhadores, apenas 1.833 são mulheres, o que corresponde a 7,86% do total de efetivos;
- A relação homem/mulher situou-se em 11,73, significando que a proporção verificada foi de cerca de 12 efetivos do sexo masculino por cada efetivo feminino;
- Os grupos etários mais representativos estão no intervalo dos 35-39 anos, com 4.960 trabalhadores, seguido do intervalo 40-44 anos com 4.127 trabalhadores;
- Os grupos etários mais representativos dos efetivos femininos estão no intervalo dos 30 a 34 e 35 a 39 anos, com cerca de 46,86% do total de mulheres;
- O grupo etário mais representativo dos efetivos masculinos ocorre no escalão dos 35 aos 39 anos, com 21,25% do total de efetivos masculinos;
- O nível de antiguidade mais representativo situa-se no intervalo dos 15-19 anos, com 4.245 trabalhadores;



- Verifica-se que 11,47% dos efetivos (2.676) detêm mais de 35 anos de serviço, o que, associado ao fator idade poderá conduzir num curto espaço de tempo a uma grande saída de efetivos por reserva/reforma/aposentação;
- O 12.º ano ou equivalente é o nível de escolaridade mais expressivo, correspondendo a 42,45% dos efetivos;
- Existem 148 trabalhadores portadores de deficiência, sendo 130 do género masculino e 18 do género feminino, representando estes 0,63% do total dos efetivos;
- Ingressaram nos quadros da Guarda, 23 Oficiais e 327 militares no CFG 2016/2017;
- Passaram à situação de reserva para fora da efetividade de serviço, 401 militares;
- Ficaram por ocupar 174 postos de trabalho previstos no MP 2016, relativos ao efetivo civil;
- Regista-se um défice de cerca de 3.500 efetivos militares face ao MGPM GNR;
- Foram promovidos 363 militares;
- A modalidade de horário é, em regra, o regime de horário de trabalho na modalidade “específico”, aplicável aos militares.
- De relevar ainda que ambos os géneros (296 indivíduos) recorrem ao regime de trabalho na modalidade «flexível»;
- Em 2016 o PNT mais representativo são as «40 horas. – Horário de referência» com 22.608 trabalhadores, cerca de 96,90% do efetivo;
- O motivo mais expressivo, que representa uma percentagem de 39,83% das ausências ao serviço, num total de 156.523 dias, foi a “doença”;
- O principal contributo para o aumento de absentismo advém das ausências por acidente em serviço ou doença profissional, que aumentaram cerca de 5,87% face ao ano anterior;
- Na GNR apenas 4,43% dos 723 elementos legalmente autorizados a fazer greve (pessoal civil) utilizaram esse direito;
- Verifica-se que 32,10% dos trabalhadores estão situados no escalão de remuneração entre «€1501 - €1750»;
- Saliente-se que 90,91% do universo de trabalhadores (21.210) auferem uma remuneração ilíquida igual ou inferior a 1.750€.



civil (1);

- A taxa de enquadramento cifra-se em 14,80%, registando uma ligeira subida (0,18%);
- A taxa de feminização dirigente subiu em relação ao ano anterior (0,07%) e cifra-se nos 0,88%;
- O maior aumento de efetivo militar registou-se no Comando Territorial do Setúbal (49 militares);
- O Comando Operacional e o Comando Territorial de Lisboa registaram aumento de efetivo civil (1);
- O universo respeitante ao efetivo feminino tem vindo a aumentar, nos últimos anos;
- O nível etário médio apresenta uma subida (0,31) e situa-se nos 39,27 anos de idade;
- A taxa de envelhecimento situa-se nos 1,97%, apresentando uma subida gradual face ao antecedente (0,23%);
- O nível médio de antiguidade (AP) subiu (0,70) para 20,80 anos;
- Quanto à estrutura habilitacional verifica-se uma taxa de habilitação superior, na ordem dos 8,22%, tendo subido em relação ao ano anterior (0,26%);
- De realçar o aumento de 53 elementos com formação superior, dos quais 3 com grau de doutoramento face ao ano anterior;
- A taxa de habilitação secundária subiu em relação ao ano anterior (1,04%) e cifra-se nos 51,28%;
- O movimento de entradas/saídas (turnover) subiu em relação ao ano anterior (1,66%) e cifra-se nos 10,04%;
- A taxa de admissão subiu em relação ao ano anterior (0,44%) e cifra-se nos 6,44%;
- A taxa de saídas subiu em relação ao ano anterior (1,63%) e cifra-se nos 6,81%;
- A taxa de absentismo é de 5,71%, tendo-se verificado uma subida (0,92%) face aos anos anteriores;
- O leque salarial ilícido situou-se, em 2016, nos 11,05 valores, tendo-se verificado uma ligeira subida (0,38) face aos valores do ano transato;
- Os encargos com o pessoal totalizaram 791.862.764,67 €, valor ligeiramente superior ao despendido em 2015, que foi de 789.163.503,78 €;

- Aumento da taxa de incidência de acidentes no local de trabalho (0,24%). Esta referência passou de 3,75%, registada no ano transato, para 3,99%, registados no ano em análise, o que significa um aumento de 52 acidentes.



- Registou-se um decréscimo de 87 trabalhadores, 0,37% do efetivo global, em face ao ano anterior;
- Registou-se um decréscimo de 68 militares, 0,30% do efetivo militar, invertendo-se a tendência do ano anterior;
- Registou-se um decréscimo de 19 trabalhadores, cerca de 2,56% do efetivo civil, mantendo-se a tendência dos últimos anos;
- A Unidade que apresenta a maior diminuição de efetivo militar é a Escola da Guarda (128 militares);
- A Unidade que apresenta a maior diminuição de efetivo civil é o Comando Territorial de Coimbra, que registou um decréscimo de 4 trabalhadores;
- O leque etário é de 3,63 e tem uma amplitude de 50 anos, representando a diferença entre o trabalhador mais novo (19 anos) e o mais velho (69 anos), este valor diminui (0,20) em relação aos exercícios anteriores;
- A taxa de emprego jovem desceu em relação ao ano anterior (1,78%) e cifra-se nos 14,05%;
- A taxa de habilitação básica desceu em relação ao ano anterior (1,29%) e cifra-se nos 40,51%;
- A taxa de reposição desceu em relação ao ano anterior (28,95%) e cifra-se nos 94,53%;
- A taxa de promoções desceu consideravelmente em relação ao ano anterior (5,82%) e cifra-se nos 1,56%;
- A taxa de incidência de doenças profissionais é de 0,31%, tendo-se verificado uma diminuição (0,10%) em relação ao ano anterior;
- Em 2016 registaram-se 113.564 participações de formação profissional, registando-se uma diminuição, de 14.440 ações em relação ao ano de 2015;
- Na globalidade das ações de formação foi despendido um total de 1.812.000 horas registando-se uma diminuição em relação ao ano de 2015;
- No âmbito da ação disciplinar, merece realce a diminuição da taxa de gravidade disciplinar (0,61%), que passou de 30,32%, registados no ano transato, para 29,71%, registados no ano em análise;



- A taxa de celeridade de ação disciplinar teve uma diminuição (2,01%), passando dos 42,70% do ano 2015, para os 40,69% de 2016, ou seja, o total de processos decididos foram, em termos proporcionais, menores do que o ano transato.

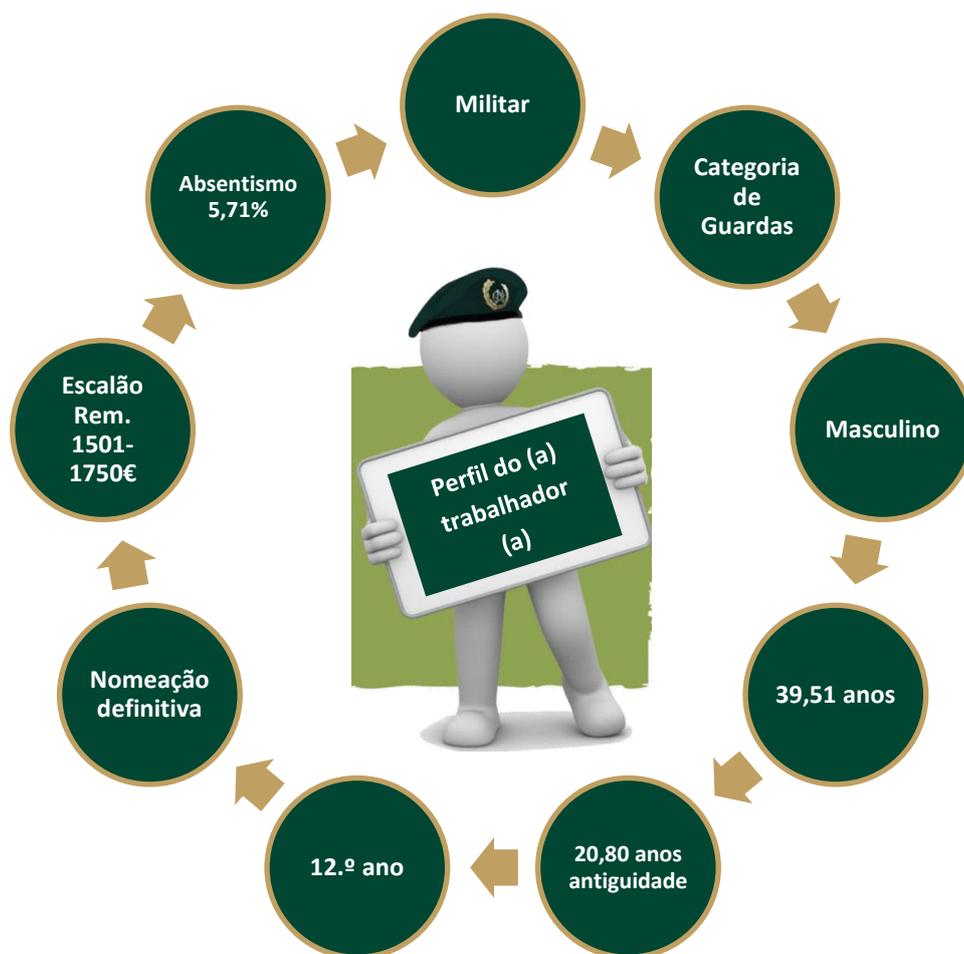


Figura 4 – Perfil do (a) trabalhador (a)

## XI. Indicadores de gestão

Indicadores de Recursos Humanos							
Indicador	Fórmula de cálculo		2014	2015	2016		Análise comparativa
Taxa de Enquadramento	Número de "Dirigentes" x 100 / Total de recursos humanos	%	14,79%	14,62%	14,80%	↑ 0,18%	
Taxa de Feminização Dirigente	Total de efetivos femininos dirigentes x 100 / Total de recursos humanos	%	0,79%	0,81%	0,88%	↑ 0,07%	
Taxa de Feminização	Total de efetivos femininos x 100 / Total de recursos humanos	%	7,59%	7,68%	7,86%	↑ 0,18%	
Nível Etário	Soma das idades / Total de recursos humanos	Anos	38,38	38,96	39,27	↑ 0,31	
Leque Etário	Trabalhador mais idoso / Trabalhador menos idoso	Valor	3,83	3,83	3,63	↓ -0,20	
Taxa de Emprego Jovem	Número de recursos humanos com idade < 30 anos x 100 / Total de recursos humanos	%	16,27%	15,83%	14,05%	↓ -1,78%	
Taxa de Envelhecimento	Número de recursos humanos com idade > 55 anos x 100 / Total de recursos humanos	%	1,65%	1,74%	1,97%	↑ 0,23%	
Nível de Antiguidade (AP)	Soma das antiguidades (AP) / Total de efetivos	Anos	19,37	20,10	20,80	↑ 0,70	
Taxa de Habilitação Superior	Total Bachareis+Licenciados+Mestrados+Doutorados x 100 / Total de recursos humanos	%	7,64%	7,96%	8,22%	↑ 0,26%	
Taxa de Habilitação Secundária	Total habilitações 11.º ao 12.º ano x 100 / Total de recursos humanos	%	49,19%	50,24%	51,28%	↑ 1,04%	
Taxa de Habilitação Básica	Total habilitações <= 9.º ano x 100 / Total de recursos humanos	%	43,17%	41,80%	40,51%	↓ -1,29%	
Taxa de Reposição	Número de admissões x 100 / Número de saídas	%	160,64%	123,48%	94,53%	↓ -28,95%	
Taxa de Rotatividade (Turnover)	(N.º entradas + n.º saídas) / 2 / Número de recursos humanos em 31 de dezembro x 100	%	9,45%	8,38%	10,04%	↑ 1,66%	
Taxa de Admissão	Total admissões / Total de recursos humanos	%	8,42%	6,40%	6,44%	↑ 0,04%	
Taxa de Saídas	Total saídas / Total de recursos humanos	%	5,24%	5,18%	6,81%	↑ 1,63%	
Taxa de Promoções	Número de efetivos promovidos x 100 / Total efetivos	%	8,02%	7,38%	1,56%	↓ -5,82%	
Taxa de Absentismo	Número de dias de faltas x 100 / Número anual de dias trabalháveis * x Número total de recursos humanos	%	4,38%	4,79%	5,71%	↑ 0,92%	
Leque Salarial Ilíquido	Maior remuneração base ilíquida / Menor remuneração base ilíquida	Valor	10,44	10,67	11,05	↑ 0,38	
Taxa de Incidência de Acidentes no Local de Trabalho	Número de acidentes no local de trabalho x 100 / Total de recursos humanos	%	4,24%	3,75%	3,99%	↑ 0,24%	
Taxa de Incidência de Doenças Profissionais	Número de casos de doenças profissionais x 100 / Total de recursos humanos	%	0,24%	0,41%	0,31%	↓ -0,10%	
Taxa de Gravidade Disciplinar	Total de penas aplicadas x 100 / Total processos decididos	%	26,88%	30,32%	29,71%	↓ -0,61%	
Taxa de Celeridade de Ação Disciplinar	Total processos decididos x 100 / Total processos transitados ano anterior + Total processos instaurados no ano	%	45,15%	42,70%	40,69%	↓ -2,01%	

Nota:

\*Retirados os dias de férias.

\*\*Se no serviço não for relevante a existência de diferentes horários pode ser tomado como referência o horário de 35 horas por semana



## Índice de quadros

<i>Quadro 1 – Evolução dos efetivos/taxa de variação anual</i> .....	293
<i>Quadro 2 – Efetivos segundo a modalidade de vinculação e género (Quadro 1 DGAEP)</i> .....	296
<i>Quadro 3 – Pessoal dirigente (oficiais e sargentos)</i> .....	298
<i>Quadro 4 – Efetivo segundo a unidade orgânica</i> .....	301
<i>Quadro 5 – Efetivo na reserva na efetividade de serviço segundo a unidade orgânica</i> .....	304
<i>Quadro 6 – Efetivos por escalão etário segundo o género (Quadro 2 DGAEP)</i> .....	307
<i>Quadro 7 – Efetivos por escalão etário segundo o grupo profissional (Quadro 2 DGAEP)</i> .....	311
<i>Quadro 8 – Antiguidade (Quadro 3 DGAEP)</i> .....	312
<i>Quadro 9 – Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade e género (Quadro 4 DGAEP)</i> .....	314
<i>Quadro 10 – Entradas/Regressos por motivo e género (Quadro 7 DGAEP)</i> .....	319
<i>Quadro 11 – Saídas de efetivos nomeados/comissão de serviço por motivo/género (Quadro 8 DGAEP)</i> .....	320
<i>Quadro 12 – Saídas de efetivos contratados por motivo e género (Quadro 9 DGAEP)</i> .....	321
<i>Quadro 13 – Evolução de movimentações de efetivos</i> .....	322
<i>Quadro 14 – Mapa de pessoal 2016 (Quadro 10 DGAEP)</i> .....	325
<i>Quadro 15 – Modalidade de horário de trabalho p/ género (Quadro 12 DGAEP)</i> .....	328
<i>Quadro 16 – Distribuição de efetivo p/ Período Normal de Trabalho (PNT) – (Quadro 13 DGAEP)</i> .....	330
<i>Quadro 17 – Absentismo/Causas em dias (Quadro 15 DGAEP)</i> .....	332
<i>Quadro 18 – Absentismo por doença (em dias)</i> .....	333
<i>Quadro 19 – Estrutura remuneratória, por género (Quadro 17-A DGAEP)</i> .....	337
<i>Quadro 20 – Remunerações máximas e mínimas (Quadro 17-B DGAEP)</i> .....	337
<i>Quadro 21 – Acidentes de trabalho (Quadro 19 DGAEP)</i> .....	341



## Índice de gráficos

Gráfico 1 – Efetivo em exercício de funções entre 2010/2016 .....	293
Gráfico 2 – Evolução dos efetivos – (2002-2016) .....	294
Gráfico 3 – Percentagem de trabalhadores segundo a relação jurídica de emprego .....	295
Gráfico 4 – Variação percentual da distribuição de efetivos por relação jurídica de emprego (2015-2016) .....	295
Gráfico 5 - Representação gráfica da distribuição dos efetivos segundo a relação jurídica de emprego .....	297
Gráfico 6 – Taxa de enquadramento .....	297
Gráfico 7 – Taxa de feminização dirigente .....	298
Gráfico 8 – Percentagem de dirigentes por efetivos .....	298
Gráfico 9 – Evolução dos efetivos civis por grupo profissional .....	299
Gráfico 10 – Evolução dos efetivos militares por grupo profissional .....	299
Gráfico 11 – Variação dos efetivos por grupo profissional (2015/2016) .....	300
Gráfico 12 – Representação gráfica do efetivo segundo a unidade orgânica .....	302
Gráfico 13 – Variação do efetivo militar segundo a unidade orgânica (2015/2016) .....	302
Gráfico 14 – Variação do efetivo civil segundo a unidade orgânica (2015/2016) .....	303
Gráfico 15 – Efetivo na reserva na efetividade de serviço segundo a unidade orgânica .....	305
Gráfico 16 – Trabalhadores por carreira e género .....	305
Gráfico 17 – Taxa de feminização .....	306
Gráfico 18 – Trabalhadores por escalão etário e género (pirâmide etária) .....	308
Gráfico 19 – Distribuição percentual do efetivo por escalão etário .....	308
Gráfico 20 – Nível etário .....	309
Gráfico 21 – Leque etário .....	309
Gráfico 22 – Taxa de envelhecimento .....	310
Gráfico 23 – Taxa de emprego jovem .....	310
Gráfico 24 – Média etária por grupo profissional .....	311
Gráfico 25 – Distribuição dos efetivos em função da antiguidade .....	313
Gráfico 26 – Nível médio de antiguidade na administração pública .....	313
Gráfico 27 – Efetivo segundo antiguidade e género (pirâmide de antiguidades) .....	314
Gráfico 28 – Percentagem dos efetivos por nível de escolaridade .....	315
Gráfico 29 - Efetivos por nível de escolaridade e género – valores absolutos e percentuais .....	315
Gráfico 30 - Evolução do nível habilitacional (2015-2016) .....	316
Gráfico 31 – Taxa de habilitação superior .....	316
Gráfico 32 – Taxa de habilitação secundária .....	317
Gráfico 33 – Taxa de habilitação básica .....	317
Gráfico 34 – Efetivos portadores de deficiência p/ escalão etário e género .....	318
Gráfico 35 – Representação gráfica dos movimentos de entrada/regressos .....	319
Gráfico 36 – Representação gráfica das saídas de efetivos nomeados ou em comissão de serviço .....	321
Gráfico 37 – Representação gráfica das saídas de efetivos contratados .....	322
Gráfico 38 – Evolução da taxa de reposição de efetivos .....	323
Gráfico 39 – Evolução do turnover .....	323



<i>Gráfico 40 – Taxa de admissão</i> .....	323
<i>Gráfico 41 – Taxa de saídas</i> .....	324
<i>Gráfico 42 – Postos de trabalho previstos e não ocupados por carreiras efetivo civil</i> .....	325
<i>Gráfico 43 – Efetivo militar em exercício de funções</i> .....	326
<i>Gráfico 44 - Taxa de promoções</i> .....	327
<i>Gráfico 45 – Percentagem de trabalhadores por modalidade de horário de trabalho</i> .....	329
<i>Gráfico 46 – Distribuição de efetivo p/ PNT</i> .....	330
<i>Gráfico 47 – Distribuição percentual por motivos de ausência</i> .....	333
<i>Gráfico 48 – Absentismo por grupo profissional</i> .....	333
<i>Gráfico 49 – Taxa de absentismo</i> .....	334
<i>Gráfico 50 - Variação do absentismo por grupo profissional (2014-2015)</i> .....	335
<i>Gráfico 51 – Estrutura remuneratória (Pirâmide remuneratória)</i> .....	337
<i>Gráfico 52 – Leque salarial ilíquido</i> .....	338
<i>Gráfico 53 – Total de encargos anuais com pessoal</i> .....	339
<i>Gráfico 54 – Encargos com suplementos remuneratórios</i> .....	339
<i>Gráfico 55 – Encargos com prestações sociais</i> .....	340
<i>Gráfico 56 – Encargos com benefícios sociais</i> .....	340
<i>Gráfico 57 – Taxa de incidência de acidentes no local de trabalho</i> .....	341
<i>Gráfico 58 – Taxa de incidência de doenças profissionais</i> .....	343
<i>Gráfico 59 – Taxa de gravidade disciplinar</i> .....	345
<i>Gráfico 60 – Taxa de celeridade da ação disciplinar</i> .....	346

## Índice de figuras

<i>Figura 1 – Objetivos e perguntas de partida para elaboração do Relatório do BS</i> .....	289
<i>Figura 2 – Posição da Guarda no Sistema Nacional de Forças</i> .....	291
<i>Figura 3 - Estrutura orgânica da GNR</i> .....	291
<i>Figura 4 – Perfil do (a) trabalhador (a)</i> .....	359





# GUARDA NACIONAL

---

*Mais e melhor segurança  
para a prossecução do  
Interesse Público*

# REPUBLICANA

Humana, Próxima e de Confiança





GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

DIVISÃO DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Largo do Carmo, 1200-092 LISBOA - PORTUGAL

Email: [dperi@gnr.pt](mailto:dperi@gnr.pt)

[www.gnr.pt](http://www.gnr.pt)



[#GuardaNacionalRepublicana](https://www.instagram.com/GuardaNacionalRepublicana)